

Working Papers em Linguística



2021

v. 22

N. 2

Working Papers em Linguística, v. 22, n. 2, 2021

Centro de Comunicação e Expressão - CCE
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Florianópolis - SC - Brasil

Editor-chefe

Marco Antonio Martins

Organização

Marco Antonio Rocha Martins
Silvia Regina de Oliveira Cavalcante
Martin Becker

Editoração

Ana Cláudia Fabre Eltermann
Ana Beatriz Ribeiro
Caio Vinícius Silva
Cecília Augusta Vieira Pinto
Clóvis Alencar Butzge
Érica Marciano de Oliveira Zibetti

Guilherme Ribeiro Colaço Mäder
Helena Gouveia
João Paulo Zarelli Rocha
Raquel Gomes Chaves
Fernanda Delatorre

Conselho Editorial

Adair Bonini, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Adja Balbino de Amorim Barbieri Durão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Adriana Fischer, Centro Universitário de Brusque, Brasil
Aline Cacilda Koteski Emilio, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Ana Cláudia Souza, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ana Paula Oliveira Santana, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
André Berri, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Clarice Nadir von Borstel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Cláudia Regina Brescancini, Pontifícia Universidade Católica – RS, Brasil
Cristiane Lazzarotto-Volcão, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Cristine Gorski Severo, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Edair Maria Gorski, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Edwiges Maria Morato, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Fabio Luiz Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Felício Wessling Margotti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Helena Guerra Vicente, Universidade de Brasília, Brasil
Heronides Maurílio de Melo Moura, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Izabel Christine Seara, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Josias Ricardo Hack, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Leandra Cristina de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Leonor Scliar Cabral, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Lucélio Dantas Aquino, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Luizete Guimarães Barros, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Magdiel Medeiros Aragão Neto, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Mailce Borges Mota, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Inês Probst Lucena, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Izabel de Bortoli Hentz, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maria Teresa Santos Cunha, Universidade do Estado de Santa Catarina
Márluce Coan, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Maurício Eugênio Maliska, Universidade do Sul de Santa Catarina, Brasil
Monica Mano Trindade, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Morgana Fabiola Cambrussi, Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
Nara Caetano Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Nelita Bortolotto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Nívea Rohling, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil
Otávio Goes de Andrade, Universidade Estadual de Londrina, Brasil
Renato Basso, Universidade Federal de São Carlos, Brasil
Roberta Pires de Oliveira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Rodrigo Acosta Pereira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ronald Taveira da Cruz, Universidade Federal do Parnaíba Piauí, Brasil
Rosângela Hammes Rodrigues, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Rosely Xavier, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Simone Bueno Borges da Silva, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tarcisio de Arantes Leite, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Terezinha da Conceição Costa-Hübels, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil
Vidomar Silva Filho, Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil
Werner Heidermann, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sumário

SINTAXE DIACRÔNICA

ABERTURA

OS ESTUDOS EM SINTAXE DIACRÔNICA NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO	3
Marco Antonio Rocha Martins, Silvia Regina de Oliveira Cavalcante	

TRADUÇÃO

MUDANÇA SINTÁTICA	23
Anthony Kroch, tradução de Silvia Regina de Oliveira Cavalcante e revisão de Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado	

ARTIGOS

UMA PROPOSTA FORMAL PARA A REANÁLISE DO VERBO IR NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DE LEXICAL A FUNCIONAL	62
Paulo Ângelo de Araújo-Adriano	

O FRONTEAMENTO DO OBJETO DIRETO NA DIACRONIA DO PORTUGUÊS EUROPEU	105
Carlos Alberto Gomes dos Santos, Cristiane Namiuti	

A ORDEM VSO COM VERBOS TRANSITIVOS EM DADOS JORNALÍSTICOS DIACRÔNICOS DO PORTUGUÊS EUROPEU E DO PORTUGUÊS BRASILEIRO	118
Aline Peixoto Gravina	

A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA NATUREZA LEXICAL DA MARCAÇÃO DIFERENCIAL DE OBJETO NO PORTUGUÊS ANTIGO	146
Aline Jéssica Pires	

O PREENCHIMENTO DO SUJEITO PRONOMINAL EM DOIS RECORTES DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE EM DADOS ESCRITOS DA CIDADE DE MANAUS (AM)	172
Anderson Luiz da Silva Farias, Flávia Santos Martins	

A IMPLEMENTAÇÃO DO VOCÊ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DA LÍNGUA ESCRITA	192
Márcia Cristina de Brito Rumeu, Dinah Maria Isensee Callou	

OS CAMINHOS DO SUBSISTEMA DE TRATAMENTO PERNAMBUCANO À 2 ^a PS: AS RELAÇÕES NAS CARTAS DE AMOR DOS ANOS 50 EM DUAS VARIEDADES	212
Elizabeth Christina Cavalcante da Costa, Tallys Júlio Souza Lima, Cleber Ataíde	

UM ESTUDO PANCRÔNICO SOBRE O VERBO “LACRAR” A PARTIR DOS PROCESSOS DE SEMANTICIZAÇÃO, LEXICALIZAÇÃO, GRAMATICALIZAÇÃO E DISCURSIVIZAÇÃO	239
Vanessa Leme Fadel Steinhauser	

CONCORDÂNCIA VERBAL, DIFUSÃO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA NO CONTÍNUO RURAL-URBANO E MUDANÇA EM CURTO ESPAÇO DE TEMPO	266
Silvana Silva de Farias Araújo, Raquel Meister Ko Freitag	

MUDANÇA CONSTRUCIONAL EM PREDICAÇÕES COM VERBO-SUPORTE	295
Pâmela Fagundes Travassos, Marcia dos Santos Machado Vieira	
OS ESTÁGIOS DE INSUBORDINAÇÃO EM CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS COM A CONJUNÇÃO SE NO PORTUGUÊS: EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS	318
Maria Carolina Coradini, Flavia Bezerra de Menezes Hirata-Vale	

IMAGEM DE BASE PARA A CAPA
BLOODY RIVER, POR HAORUNG YU (2022)
ARTE GENERATIVA (ANIMADA), CC BY-NC-SA
[HTTPS://OPENPROCESSING.ORG/SKETCH/1441202](https://openprocessing.org/sketch/1441202)

OS ESTUDOS EM SINTAXE DIACRÔNICA NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO

STUDIES ON DIACHRONIC SYNTAX IN BRAZIL: A CRITICAL REVIEW

Marco Antonio Rocha Martins | CNPq | [Lattes](#) | marcomartins.ufsc@gmail.com
Universidade Federal de Santa Catarina

Silvia Regina de Oliveira Cavalcante | [Lattes](#) | silviare@letras.ufrj.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo traz um panorama dos estudos em sintaxe diacrônica no Brasil, que aliam a Teoria da Variação e Mudança com a Teoria Gerativa no estudo da mudança linguística. Apresentamos as linhas principais dos modelos de mudança sintática, o modelo da Sociolinguística Paramétrica e o modelo da Mudança pela Competição de Gramáticas. Além disso, abordamos alguns dos resultados de pesquisa para fenômenos sintáticos amplamente estudados no Brasil, como a ordem dos constituintes, a posição do sujeito e a colocação pronominal. Mostramos como cada um dos modelos interpretativos trata os fenômenos elencados. Por fim, apresentaremos os artigos que compõem o volume 22, número 2, da Revista *Working Papers em Linguística*, que trata de estudos de sintaxe diacrônica.

Palavras-chave: Sintaxe diacrônica; Sociolinguística Paramétrica; Competição de gramáticas.

Abstract: This paper aims to provide a panoramic view of diachronic studies in Brazil, taking into account two theoretical models of analyzing language change: The Theory of Variation and Language Change and the Generative Theory. We present the main principles of analyses of the Parametric Sociolinguistics model and the Grammar Competition model for language change. Besides that, we take into account some results of a group of syntactic phenomena, such as word order, the position of subjects and clitic placement. At last, we present the papers that are in the 22th volume, n. 2, of *Working Papers in Linguistics*, which considers studies in language change.

Abstract: Diachronic syntax; Parametric sociolinguistics; Competition of grammars.

1 Introdução

A mudança linguística sempre foi um questionamento dentro dos estudos sobre as línguas humanas, principalmente com os neogramáticos e com o método histórico-comparativo, muito vigente no século XIX e que foi crucial para entender a formação das línguas europeias (FARACO, 2005). Com Saussure, o pai da linguística moderna, o estudo da mudança linguística ficou restrito à diacronia, que, para ele, era uma sucessão de sincronias (PAIXÃO DE SOUSA, 2006); e os estudos de mudança linguística ficaram relegados a segundo plano. Foi só com a publicação do hoje clássico *Fundamentos empíricos para uma Teoria da Variação e Mudança linguística*, de Weinreich, Labov e Herzog (WLH), em 1968, que se instaurou no cenário da linguística mundial um programa de investigação da variação linguística como motivadora da mudança nas línguas naturais. O texto seminal de WLH, respaldado no pressuposto central de que toda mudança é sempre e necessariamente o resultado de um processo de variação sistemática, no qual formas linguísticas variantes assumem valores sociais diferenciados, dá nova forma aos estudos de mudança linguística. O fato empiricamente observado de que as línguas mudam ao longo do tempo foi amplamente debatido pelos comparatistas históricos e pelos neogramáticos já na linguística do século XIX. No entanto, a sistematização teórica e a formalização da regra variável como pressuposto necessário e constitutivo de um processo de mudança se dão a partir da publicação de WLH, teoria que se assenta nos estudos sobre a geografia dialetal e a sociolinguística e toma corpo nos estudos posteriores de William Labov.

A obra de Labov, ao trazer fatores sociológicos para o centro do estudo da mudança linguística, busca conciliar questões internas à língua (i.e. fatores de ordem estruturais) a questões sociais na investigação da mudança linguística. A Teoria da Variação e Mudança linguística (TVM) praticada por Labov e seguidores se assentou em análises de fenômenos fonéticos e fonológicos, a exemplo dos seus trabalhos pioneiros sobre a centralização da vogal nos ditongos [ay] e [aw] no inglês falado na ilha de Martha's Vineyard (LABOV, 2008 [1972]) e sobre a estratificação social da pronúncia do /r/ no inglês falado em Nova Iorque (LABOV, 1982).

Como muito bem nota Duarte (2016), ao contrário dos estudos de Labov sobre as variedades do inglês americano, as quais estiveram muito fortemente centradas em fenômenos da fonética e da fonologia, no Brasil, os estudos pioneiros foram sobre fenômenos morfossintáticos. Observem-se, por exemplo, os trabalhos sobre (i) as estratégias de relativização (MOLLICA, 1977), (ii) a representação do acusativo anafórico (OMENA, 1978), e (iii) a concordância nominal (BRAGA, 1978; SCHERRE, 1978). Nessa dire-

ção, se nos EUA a sociolinguística variacionista encontra terreno fértil para o estudo de fenômenos fonético-fonológicos, no Brasil, fenômenos morfossintáticos são priorizados desde a década de 1970. Cabe notar que, já no início da década de 1980, os estudos sobre a ordenação de constituintes desenvolvidos por Eunice Pontes e por Sebastião Votre e Anthony Naro estão predominantemente voltados a fenômenos morfossintáticos acerca de aspectos da gramática do português brasileiro.

Com o objetivo de delinear um balanço crítico dos estudos que articulam pressupostos da TVM e da Teoria Gerativa¹, defendemos, neste artigo, que os estudos em sintaxe diacrônica desenvolvidos no Brasil se apresentam em duas fases: **a sociolinguística paramétrica e a competição de gramáticas**. É importante dizer que essas fases não seguem propriamente uma sucessão temporal nem se sobrepõem; ao contrário, como ondas, criam um contínuo atemporal de realinhamento teórico, quer na TVM quer nos modelos gerativistas para o estudo da mudança gramatical. A primeira dessas fases, a sociolinguística paramétrica, ou variação paramétrica, assenta-se na proposta defendida por Fernando Tarallo e Mary Kato (2007 [1989]), cujos pressupostos estão reunidos no texto-manifesto “Harmonia transistêmica: do inter ao intra linguístico”. A segunda fase, a competição de gramáticas, tem sua fundamentação no texto seminal de Anthony Kroch (1989), “Reflexes of grammar in patterns of language change” e tem sido assumida nos trabalhos realizados e orientados por Charlotte Galves acerca da mudança linguística via competição entre as gramáticas do português. Esses estudos levantam questões teóricas sobre fenômenos em mudança sintática que implicam diferentes gramáticas e propõem uma outra maneira de se considerar a variação e a mudança sintática pós-laboviana, ao articularem os postulados da TVM com a Teoria Gerativa (CAVALCANTE, 2006; MARTINS, 2009; MARTINS; COELHO; CAVALCANTE, 2015).

Além de traçar um balanço crítico sobre a área de investigação em sintaxe diacrônica, este artigo também é uma apresentação do volume 22, número 2, da *Revista Working Papers em Linguística* e está organizado da seguinte forma: na seção 2, trazemos um balanço da sociolinguística paramétrica, sobre os pressupostos teóricos e metodológicos e alguns resultados de pesquisa na área; a seção 3, sobre competição de gramáticas, traz os embasamentos teóricos desse modelo de análise e alguns resultados de pesquisa dentro desse modelo teórico.

¹ Uma revisão das questões teórico-metodológicas da Teoria da Variação e Mudança Linguística em interface com o gerativismo e com o funcionalismo linguístico pode ser encontrada em Gorski e Martins (2021).

2 A sociolinguística paramétrica

A Sociolinguística Paramétrica, denominada um “projeto herético” por Kato (1999), surge a partir do artigo seminal de Tarallo e Kato (1989 [2007])², em que os autores defendem uma conciliação entre a variação paramétrica interlinguística (ou entre diferentes línguas), da Teoria Gerativa, e a variação intralinguística, da sociolinguística laboviana. No texto-manifesto, defendem que empreenderão,

[...] sim, um novo caminho: aquele que resgata a compatibilidade entre as propriedades paramétricas do modelo gerativo e as probabilidades do modelo variacionista, seja para provar seu espelhamento, seja para realinhar um modelo em função do outro. Acreditamos, assim, num direcionamento mútuo entre a variação intra- e intrelinguística, enfim: na harmonia transistêmica. (TARALLO; KATO, 2007 [1989], p. 16-17).

A predição dos autores parece ter se confirmado, pois as pesquisas realizadas por um grupo orientado por eles não apenas mostram um quadro de mudanças sintáticas no português brasileiro (PB), mas instauram um realinhamento entre questões teóricas para o estudo da mudança sintática no âmbito da TVM e da Teoria Gerativa (ver, por exemplo, ROBERTS; KATO, 1993; GALVES; ROBERTS; KATO, 2019).

A título de ilustração, buscando exemplificar o modelo de análise que embasa a interpretação da mudança sintática na sociolinguística paramétrica, retomaremos os resultados de dois fenômenos sobejamente descritos no português dos séculos XIX e XX: a inversão do sujeito e a colocação dos pronomes clíticos.

Sobre os padrões de ordenação do sujeito, os estudos de Berlinck (1989, 1995), Coelho (2006), Kato, Duarte, Cyrino e Berlinck (2006), Coelho e Martins (2009), Berlinck, Coelho, Cyrino, Duarte e Martins (2016) e Berlinck e Coelho (2018), entre outros, mostram que a ordem Sujeito-Verbo na diacronia do português brasileiro tem se tornado enrijecida em contextos transitivos (cf. (1) e (2), a seguir), salvo em construções com verbos inacusativos, conforme (3).

- (1) Eles tavam fazendo uma entrevista. Boa mesmo, assim, de colocar questões. Daí até que uma hora [O CARA] **perguntou** sobre propriedade (BERLINCK, 1988, p. 50).

² Como lembra Duarte (2019), a proposta trazida por Tarallo e Kato (1989) concretiza a proposta de Tarallo em um texto publicado em 1987.

- (2) A história dela é assim: ela vincula com alguém e as pessoas passam ela pra frente [...]. [A MÃE DELA] **pôs** ela num orfanato.

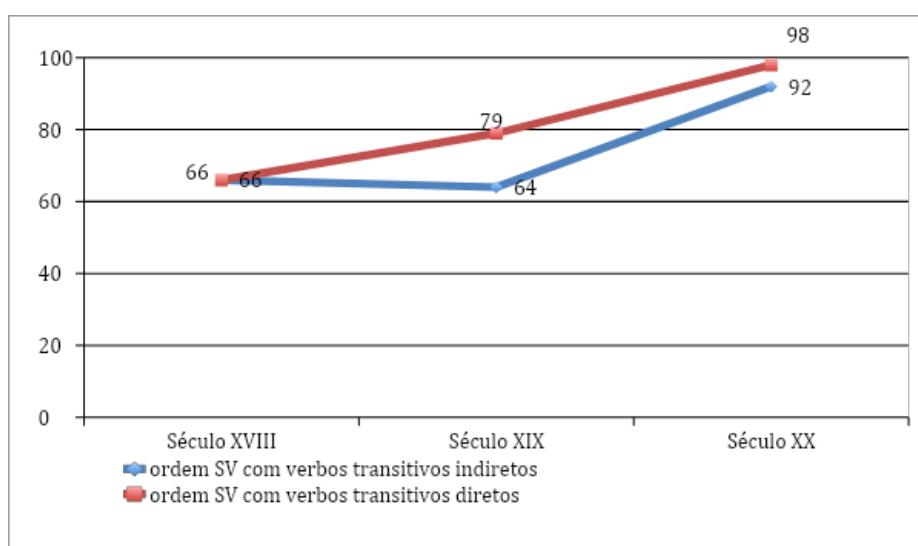
(BERLINCK, 1988, p. 51).

- (3) Você luta contra a natureza, né? Porque você faz um cálculo aí prum.../pruma barragem pruma vazão X. Você já joga Y na vazão. E ainda su/supera Y. **Cai** [A BARRAGEM]. Você que é... taxado, né? Você que é o culpado.

(BERLINCK, 1988, p. 48).

Berlinck (1988), a partir da análise de cartas dos séculos XVIII e XIX e da segunda metade do século XX, documenta a evolução da ordem SV em sentenças com verbos transitivos na escrita brasileira, conforme a Figura 1.

Figura 1 – Frequência (%) da ordem Sujeito-Verbo em sentenças com verbos transitivos em português



Fonte: Adaptado de Berlinck (1988, p. 102).

Os resultados deixam claro que a frequência de SV aumenta significativamente em sentenças com verbos transitivos: de 66% no século XVIII para 92%/98% no século XX. Controlando a correlação entre SV e os condicionamentos que favorecem a posposição do sujeito – a ordem VS –, Berlinck (1988) constata que as variáveis internas que atuam no licenciamento da ordem VS nos três séculos são diferentes. Em textos do século XVIII, condicionam VS, nesta ordem de relevância: 1) o **status informacional do sujeito**; 2) a

realização do sujeito; 3) a distinção aspectual operação-resultado; e 4) o tipo de predicator. Em textos do século XIX: 1) o tipo de predicator; 2) a realização do sujeito; e 3) o estatuto da oração. Em textos do século XX: 1) a **transitividade do verbo**; 2) a realização do sujeito; 3) a animacidade do sujeito; 4) a distinção aspectual operação-resultado; e 5) a concordância verbal. Tal resultado, segundo Tarallo (1991, p. 18, grifos nossos), é um

[...] claro exemplo de mudança qualitativa no sentido de ruptura estrutural, isto é: enquanto um fator de natureza notadamente funcionalista explicava a ordem sujeito-verbo no português brasileiro do século XVIII [o *status* informacional do sujeito], um fator de natureza sintática [a transitividade do verbo] aparece como o grande condicionador da ordem verbo-sujeito no português brasileiro do momento [do século XX].

A ruptura estrutural que se manifesta nos padrões de inversão do sujeito nos três séculos faz referência a **três fases de um sistema/de uma gramática** – o português brasileiro – **no contínuo temporal**. A interpretação desse resultado assumida nos estudos de Berlinck (1989) e Tarallo (1991) faz referência a um português brasileiro do século XVIII e a um português brasileiro do século XX. Em outras palavras, faz-se referência aqui à implementação da mudança associada à sua propagação – nos termos da proposta da sociolinguística variacionista – e não à sua origem³.

De igual modo, muitos estudos atestaram alterações significativas nos padrões de colocação dos pronomes pessoais clíticos – em ênclide ou próclise – na diacronia do português brasileiro. Tais alterações estão visivelmente associadas a ambientes de *variação diacrônica*, como define Martins (2018), com base em A. M. Martins (1994) e Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005): orações com um único verbo, não precedido de elementos atratores, conforme exemplos em (4)-(7):

(4) Verbo precedido de sujeito

Vocês se lembram daquela musiquinha que diz assim: Choveu, choveu
Choveu Canasvieiras encheu Quando chove. (R34001).

(5) Verbo precedido de sintagma preposicional

No armazem de Henrique Schutel vende-se milho a 1:280 réis o saco.

³ Para uma discussão sobre o problema de implementação à luz da sociolinguística paramétrica e no modelo de competição de gramáticas, ver Martins (2013).

(6) Verbo precedido de advérbio

Minha filha tomou 18 frascos [de] Peitoral de Cambará e hoje acha-[se] completamente restabelecida.

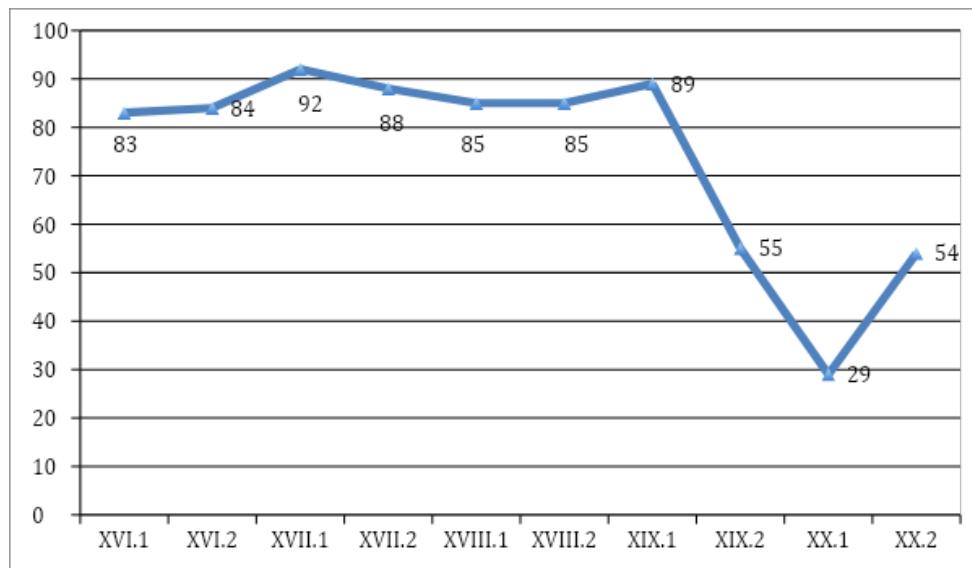
(7) Verbo precedido de oração subordinada

Attendendo ao seu longo passado, cumpre nos todavia levar ao conhecimento de Vossa senhoria que não podemos mais evitar a explosão do nosso operariado que esta se manifestando profundamente desgostoso com a attitude do Senhor Neitsch.

(MARTINS; COELHO; CAVALCANTE, 2020, p. 5).

Pagotto (1992) e Lobo (1992) foram os primeiros pesquisadores brasileiros que apresentaram uma análise diacrônica da ordenação dos pronomes clíticos no português escrito no Brasil. A partir da análise de textos dos séculos XVI ao XX (cartas, documentos notariais e textos literários), Pagotto (1992) mostra que a próclise em ambientes de *variação diacrônica* cai significativamente na segunda metade do século XIX, conforme podemos identificar na Figura 2:

Figura 2 – Frequência (%) de próclise em orações finitas não dependentes com verbos simples em português



Fonte: Adaptado de Pagotto (1992, p. 69).

Assumindo o quadro teórico da sociolinguística paramétrica, Pagotto (1992) interpreta a significativa queda na frequência da próclise – de 89% na primeira metade do século XIX para 55% na segunda metade e, ainda, para 29% na primeira metade do século XX – como **uma fase do português brasileiro** que sofre uma influência direta dos padrões enclíticos da norma lusitana da gramática do português europeu. Na passagem do século XIX para o XX, as alterações nas frequências de próclise estariam associadas a **diferentes estágios de um processo de mudança em curso no português brasileiro**, que o diferenciaria do português europeu.

Nos estudos em sintaxe diacrônica à luz da sociolinguística paramétrica, as alterações empíricas no contínuo temporal referentes à ordem do sujeito e à colocação dos pronomes pessoais clíticos são **instâncias de diferentes estágios de um processo de mudança sintática no português brasileiro**. As alterações nas frequências de uso são interpretadas como característica de um processo de mudança em si. Nesse sentido, quando se observam na empiria as alterações para uma ordem SV mais rígida e para a próclise em ambientes de variação diacrônica, por exemplo, esse quadro é interpretado como **alterações paramétricas – quantitativas e qualitativas, numa “harmonia transsistêmica” – em diferentes estágios na gramática do português brasileiro**. Estudos que assumem a sociolinguística paramétrica defendem, portanto, que um processo de mudança sintática está associado a diferentes estágios nos quais são observadas alterações nas frequências de uso, muitas vezes, de um único fenômeno gramatical em diferentes fases ou estágios de uma mesma gramática.

3 A competição de gramáticas

Antes de mais, é importante registrar que entendemos que a articulação entre a TVM e a Teoria Gerativa não se deu apenas no sentido de que a Teoria da Variação e Mudança buscou na Teoria Gerativa categorias de análise para a busca de condicionamentos linguísticos de processos de mudança. Do profícuo trabalho nessa articulação, o desenvolvimento de teorias da mudança sintática no âmbito do gerativismo se consolidou e apresenta hoje novos significados aos famigerados “problemas empíricos” necessários para o estudo da mudança linguística, como postulados em WLH. E mais: o que observamos nos estudos em sintaxe diacrônica não se trata, nem de longe, de um casamento entre uma teoria da mudança e uma teoria linguística para o estudo das categorias linguísticas em análise no levantamento das restrições e dos condicionamentos da mudança, a Teoria Gerativa. Nos estudos em sintaxe diacrônica, temos observado uma articulação entre teorias da mudança nas quais velhos “problemas” são reinterpretados em diferentes modelos teóricos.

A articulação da TVM e da Teoria Gerativa na segunda fase dos estudos em sintaxe

diacrônica no Brasil toma o modelo de competição de gramáticas proposto por Anthony Kroch (1989; 2001) e colaboradores no quadro teórico da gramática gerativa. Esse modelo tem sido adotado pelo grupo de pesquisa coordenado por Charlotte Galves, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e também por outros pesquisadores no Brasil, ainda com influência da autora. Muitos e interessantes resultados acerca das gramáticas do português no curso dos séculos XXI ao XX têm sido encontrados, e velhos resultados têm sido reinterpretados dentro do modelo de competição de gramáticas. Muitos desses estudos têm, no entanto, se centrado no modelo de competição de gramática sem buscar uma articulação teórica com os postulados da TVM. Esse empreendimento, que assumimos aqui caracterizar uma segunda fase nos estudos em sintaxe diacrônica no Brasil, traz uma proposta de interação entre os postulados de ambas as teorias, desenhandando um modelo de mudança sintática no âmbito da TVM pós-laboviano (ver, sobretudo, os estudos de CAVALCANTE, 2006; MARTINS, 2009, 2012; MARTINS; COELHO; CAVALCANTE, 2015).

De acordo com o modelo de competição de gramáticas, a observação na alteração na frequência de uso de determinado fenômeno sintático não pode ser interpretada como resultado de uma mudança gramatical em si e por si. Antes, pode ser o reflexo de uma mudança gramatical, isto é, sintática/estrutural, no sentido de que, quando um parâmetro na gramática for alterado, a mudança pode se refletir em diferentes fenômenos superficiais. Para usar o mesmo termo a que se refere Tarallo (1987, 1991) em suas publicações, uma mudança qualitativa no sentido de ruptura estrutural gera uma nova gramática, e essa mudança é, necessariamente, abrupta no período de aquisição.

A compreensão da mudança sintática via competição de gramáticas tem se mostrado um campo fértil para a observação da mudança sintática em sua origem e propagação. Abre-se, nesse sentido, um campo fértil de trabalho em busca de respostas aos problemas empíricos de “encaixamento” e “propagação” no estudo da mudança nos domínios da sintaxe. A variação de frequência que observamos nos dados é interpretada com a existência de gramáticas em competição: seguindo o princípio gerativista de que uma gramática não gera formas variáveis nos mesmos contextos, a variação é explicada como sendo variação entre gramáticas distintas. Assim, a gradualidade que é vista quando uma forma ou uma estrutura sintática substitui outra ao longo do tempo é interpretada como a existência de duas gramáticas. Nesse sentido, a mudança paramétrica é entendida como abrupta, mas a substituição de uma gramática pela outra é vista de forma gradual. Isso é importante para entender a implementação da mudança, que ocorre no início de uma curva de mudança na alteração de frequência, e não quando a curva está concluída.

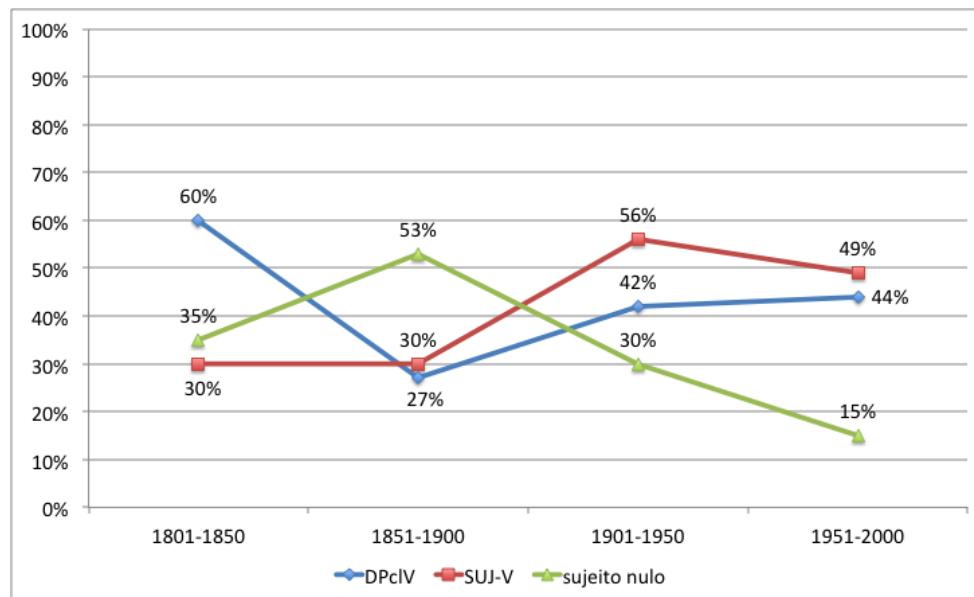
Entendemos que a graduação na frequência de uso de diferentes contextos superficiais pode ser o reflexo de uma mesma (ou única) mudança paramétrica estatisticamente

observada em conformidade com a *Hipótese da Taxa Constante*, tal como proposta por Kroch (1989). Essa hipótese revela que a graduação empírica entre formas variantes no contínuo temporal não pode ser tomada como uma mudança sintática ou gramatical, mas, antes, como o reflexo de uma única mudança gramatical, no sentido de uma ruptura estrutural na fixação de um ou mais parâmetros na gramática da língua. Nessa linha de raciocínio, o conjunto de contextos que muda ao mesmo tempo na gramática de uma língua não é definido pelo agrupamento de uma propriedade superficial, como o aparecimento da ordem SV ou a próclise, para retomarmos os exemplos do português brasileiro, mas pela alteração de um parâmetro na língua.

Retomamos os dois fenômenos ilustrados anteriormente na diacronia do português brasileiro – a ordem SV e a colocação dos pronomes clíticos – e a ordenação de constituintes para ilustrar as propriedades de uma análise em sintaxe diacrônica segundo os pressupostos da competição de gramáticas.

Martins, Coelho e Cavalcante (2020), a partir da análise de textos jornalísticos brasileiros e cartas pessoais dos séculos XIX e XX, mostram resultados do processo de mudança na ordem SV e na colocação de clíticos pronominais em ambientes neutros, conforme exemplos em (4)-(7) deste artigo, retomados apenas nas orações com sujeito DP. Na Figura 3, apresentamos os resultados obtidos em textos jornalísticos.

Figura 3 – Frequência (%) de próclise em contextos ([XP])[DP]V, ordem SV e realização do sujeito em textos de jornais brasileiros dos séculos XIX e XX



Fonte: Martins, Coelho e Cavalcante (2020, p. 8).

Com base nos resultados empíricos, os autores defendem uma correlação sintática entre os dois fenômenos na escrita brasileira dos séculos XIX e XX. Na interpretação dada, “textos da primeira metade do século XIX refletem propriedades de uma gramática do tipo-V2 e sujeitos nulos com próclise em contextos ([XP])[DP]V”, tal qual o português Clássico (PCl), e em “textos a partir da segunda metade do século XIX, evidenciam-se propriedades [inovadoras] de uma gramática do tipo-SV, com sujeitos lexicalizados e próclise em ambientes ([XP])[DP]V”, como PB.

Diferentemente do que defendem Pagotto (1992) para a evolução da próclise e Berlinck (1989) e Tarallo (1991) para a evolução da ordem Sujeito-Verbo, Martins, Coelho e Cavalcante (2020), mesmo considerando textos escritos por brasileiros nascidos ao longo de dois séculos apenas, argumentam que as alterações na frequência de uso de sentenças SV com próclise não são diferentes estágios do processo de mudança no PB. Antes, defendem a hipótese de que tal alteração no contínuo temporal na passagem do século XIX para o XX pode ser interpretada como o reflexo de uma ruptura estrutural que caracteriza o PB como uma gramática do tipo-SV e sujeito nulo parcial que se diferencia do PCl, que era uma gramática do tipo-V2 com sujeito nulo. Nesse sentido, o que se observa na linha temporal nos textos brasileiros dos diferentes séculos são padrões instanciados por diferentes gramáticas do português em competição na escrita brasileira dos séculos XIX e XX, de modo que uma gramática (o PCl) vai gradativamente sendo substituída pela outra (o PB) num ambiente heterogêneo onde formas variantes assumem diferentes valores sociais.

Nos estudos em sintaxe diacrônica à luz da competição de gramáticas, como buscamos ilustrar com os resultados referentes a ordem do sujeito e colocação dos pronomes pessoais clíticos, as taxas de variação no curso dos séculos observadas em fenômenos distintos podem ser interpretadas como o reflexo de uma mudança gramatical. As alterações para uma ordem SV com próclise, no ambiente SclV, mais rígida na diacronia do português e na gramática do PB, são interpretadas como reflexo de uma alteração paramétrica e pode ser o reflexo de diferentes gramáticas, e não estágios de uma mudança numa mesma língua.

4 Sumário para um balanço crítico

Procuramos argumentar aqui que a grande diferença entre as duas fases na articulação entre a TVM e a Teoria Gerativa parece recair no problema da implementação. Para a sociolinguística paramétrica, a mudança pode ser capturada em andamento, seguindo o

que propõe WLH (2006 [1968]). Considerando que a mudança linguística é um processo (e por esse motivo está sempre em curso) e está diretamente “encaixada” a uma rede de fatores de ordem estrutural e social/estilísticas, para que possamos buscar respostas por que uma língua muda em uma direção e não em outra, ou em um tempo e não em outro, é necessário investigar a mudança sempre em movimento ou em curso. Assim propõe Labov (2001), que redireciona o problema para a mudança em curso. Por esse motivo, a questão da implementação nos remete necessariamente a todos os demais problemas empíricos, pois os condicionamentos (restrições) e o encaixamento devem ser observados, assim como a avaliação dos falantes sobre uma dada estrutura.

Este é o cerne do problema de implementação para o estudo da mudança: podemos observar a implementação no curso do processo da mudança (i.e. na propagação da mudança no curso do tempo e diretamente associada a todos os demais fatores de ordem linguística e social) ou apenas podemos observar a implementação depois que a mudança ocorre (i.e. na origem)? – tendo em vista que, uma vez que uma mudança se complete, uma nova mudança entra em curso, dado que o sistema é heterogêneo, e o processo é contínuo.

Nos estudos em sintaxe diacrônica, esse problema empírico é reinterpretado, de modo que nas duas fases dos estudos realizados no Brasil, podemos identificar dois momentos. No primeiro deles, os estudos de Tarallo (1991) e parceiros buscam conciliar a observação quantitativa na evolução de formas variantes à explicação teórica da motivação da mudança fornecida pela Teoria da Gramática – e à questão da implementação se colocam respostas para o processo em curso da mudança. Se voltarmos à famigerada curva em “S” nos estudos da mudança, a implementação se dá no processo gradativo de substituição de uma forma por outra no contínuo temporal.

Tarallo (1991), em defesa da adequação entre a Teoria da Variação e Mudança e a Teoria Gerativa para o estudo da mudança sintática, atenta para a necessidade da diferenciação entre origem e propagação. Nas palavras do autor, “[...] o imbricamento entre as variáveis internas a serem analisadas [no estudo da mudança sintática] reflete previsões e hipóteses teóricas orientando o elencamento dos fatos a serem testados” (TARALLO, 1991, p. 20). Nessa perspectiva, a adequação de estudos que utilizam ambas as teorias residiria no fato de o levantamento das variáveis internas – ou forças – que estariam na origem de uma mudança sintática (tendo em vista a Teoria Gerativa) deve estar associado à observação da propagação da mudança no curso do tempo (ancorada nos pressupostos da Teoria da Variação e Mudança).

Ainda sobre a adequação entre as teorias para o estudo da mudança, Tarallo estabelece uma diferenciação entre mudanças quantitativas e mudanças qualitativas. Nas palavras do autor, “[...] por mudança quantitativa, entendem-se [...] casos do contínuo diacrônico; a noção de mudança no sentido de ruptura estrutural, entretanto, remete a **diferenças qualitativas entre duas fases de um mesmo sistema**” (TARALLO, 1991, p. 16, grifo nosso). Fica fácil entender que por mudanças quantitativas se tomam aqui as mudanças nas taxas (nas frequências de uso) de formas variantes observadas empiricamente no curso dos séculos. Esse é um olhar para a mudança linguística sob as lentes da Teoria da Variação e Mudança linguística. Do mesmo modo, quando Tarallo (1991) faz menção às mudanças qualitativas – ou à ruptura estrutural – observadas entre duas fases de um mesmo sistema, o mesmo conceito de mudança proposto pela Teoria da Variação e Mudança linguística está presente.

A Teoria Gerativa ganhou muito na interpretação dos resultados em sintaxe diacrônica ao associar um modelo teórico de tratamento da mudança (baseado na aquisição da linguagem) a um modelo estatístico de tratamento dos dados, a TVM. Até o próprio conceito de mudança muda dentro do modelo gerativo: de uma “falha” no período da aquisição para uma remarcação paramétrica. Desse modo, na articulação entre diferentes teorias da mudança, as questões de restrições, encaixamento, transição e implementação, originalmente propostas como problemas empíricos para uma Teoria da Variação e Mudança linguística, ganham novas interpretações nos estudos em sintaxe diacrônica.

Assim, a maneira como os dois quadros teóricos são mobilizados difere daquela entendida pela sociolinguística – paramétrica praticada no Brasil – e pelo modelo de competição de gramáticas, de modo que o comportamento estatístico dos dados no período de mudança, a curva em “S”, é interpretada de maneira distinta entre os dois modelos: a curva em “S” é, para a Sociolinguística Paramétrica, a comprovação empírica de que a mudança sintática é gradual, enquanto para a competição de gramáticas, assinala a competição entre duas (ou mais) gramáticas distintas no curso do tempo.

5 Apresentação deste volume

O artigo que abre este volume, **Mudança sintática**, é a tradução para o português de um clássico nos estudos em sintaxe diacrônica, o texto “Syntactic Change”, de Anthony Kroch (2001), originalmente publicado em Baltin e Collins. A tradução foi feita por Silvia Regina de Oliveira Cavalcante (UFRJ) e revisada por Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado. Decidimos incluir essa tradução no volume por dois motivos: trata-se de uma

homenagem ao professor Anthony Kroch, o precursor dos estudos sobre mudança via competição de gramáticas, que faleceu em abril de 2021; além disso, diz respeito a um texto clássico na literatura sobre mudança linguística, porque o autor apresenta uma revisão de pressupostos centrais do modelo de competição de gramática e correlaciona o estudo da mudança sintática na tradição gerativista aos problemas empíricos para o estudo da mudança linguística apresentados no artigo de Weinreich, Labov e Herzog, em 1968.

No segundo artigo do volume, intitulado “**Uma proposta formal para a reanálise do verbo *ir* no português brasileiro: de lexical a funcional**”, Paulo Ângelo de Araújo-Adriano assume o quadro teórico da gramaticalização no quadro gerativista de Roberts e Roussou (2003) e Roberts (2007) e defende que o verbo *ir* sofreu um processo de reanálise na história do português brasileiro: de verbo lexical a funcional, houve um estágio em que, antes de expressar futuridade (um evento em potência), o verbo *ir* passou por um estágio em que veiculava prospecção – uma ação que ocorre imediatamente antes da fala. Nesse processo, emergiram no verbo *ir* perda de traços formais e sua lexicalização ascendente das projeções funcionais.

O artigo “**O fronteamento do objeto direto na diacronia do português europeu**”, de autoria de Carlos Alberto Gomes dos Santos e Cristiane Namiuti, traz uma investigação do fronteamento de sintagmas nominais acusativos não clíticos em orações subordinadas completivas em textos dos séculos XII ao XIX. Os resultados apontam para uma baixa frequência do fronteamento do objeto direto (OV, SOV, OSV e OVS) no contexto das orações subordinadas completivas finitas na história do português.

No texto “**A ordem VSO com verbos transitivos em dados jornalísticos diacrônicos do português europeu e do português brasileiro**”, Aline Peixoto Gravina apresenta uma análise quantitativa, a partir de textos jornalísticos brasileiros e portugueses dos séculos XIX e XX, e teórico-interpretativa da ordem VSO com verbos transitivos em sentenças finitas no PE e PB. Os resultados mostram que essa ordem é um contexto restrito em ambas as gramáticas e está associada a critérios de leituras de juízo tético, na sua maioria atrelados à noção de evidencialidade e indícios de realização da ordem VSO por dupla focalização (foco informacional e foco contrastivo).

Em “**A influência espanhola na natureza lexical da marcação diferencial de objeto no português antigo**”, Aline Jéssica investiga a natureza lexical dos objetos marcados por uma preposição como instâncias da Marcação Diferencial de Objeto (MDO) no português antigo e a sua relação com a influência da língua espanhola. A análise mostra que a MDO pode ser desencadeada por pronomes plenos, pronomes de tratamento, títulos de nobreza e certos DPs, como nomes de divindade e nomes próprios.

No quinto artigo, nomeado “**O preenchimento do sujeito pronominal em dois recortes do século XX: uma análise em dados escritos da cidade de Manaus (AM)**”, Anderson Luiz da Silva Farias e Flávia Santos analisam o preenchimento do pronome sujeito em anúncios jornalísticos do Amazonas em dois recortes do século XX. Mostram que a tendência ao preenchimento do sujeito, diagnosticado no português brasileiro em outras regiões, também se faz presente no português na região norte do Brasil e se associa às variáveis “sujeito nulo”, recorte temporal e pessoa do discurso.

No artigo “**A implementação do você no português brasileiro: evidências da língua escrita**”, Márcia Cristina de Brito Rumeu e Dinah Maria Isensee Callou, seguindo a proposta teórica de mudança em tempo real de média duração, mostram a implementação do pronome *você* em cartas pessoais de duas missivistas cariocas dos séculos XIX e XX. Nesse quadro, ocorre uso quase categórico de *você* no final do ano de 1940, com um comportamento numa mesma direção na implementação desse pronome com alguns padrões distintos de uso motivados por diferentes redes sociais a que pertenciam as missivistas.

O título “**Os caminhos do subsistema de tratamento pernambucano à 2^aps: as relações nas cartas de amor dos anos 1950 em duas variedades**”, de autoria de Elizabhatt Christina Cavalcante da Costa, Tallys Júlio Souza Lima e Cleber Ataíde, traz a público um mapeamento das formas tratamentais *tu* *versus* *você* na função de sujeito em cartas pessoais escritas na capital e no alto sertão do estado de Pernambuco, no Nordeste brasileiro, no curso da segunda metade do século XX. O mapeamento confirma a preferência pelo pronome *você* no litoral pernambucano e uma distribuição proporcional dos pronomes no alto sertão.

No artigo “**Um estudo pancrônico sobre o verbo “lacrar” a partir dos processos de semanticização, lexicalização, gramaticalização e discursivização**”, Vanessa Leme Fadel apresenta uma análise sócio-histórica do verbo “lacrar” em português.

Os três últimos artigos, que fecham o volume, trazem análises voltadas ao contínuo sócio-funcional. Em “**Concordância verbal, difusão da mudança linguística no contínuo rural-urbano e mudança em curto espaço de tempo**”, Silvana Silva de Farias Araújo e Raquel Meister Ko Freitag exploram o comportamento da concordância verbal com a terceira pessoa do plural em Feira de Santana (BA) e sugerem fronteiras geográficas e sociais bem-demarcadas quanto ao traço da concordância verbal padrão na Bahia.

No artigo “**Mudança construcional em predicações com verbo-suporte**”, Pâmela Fagundes Travassos e Marcia dos Santos Machado Vieira mostram uma análise

de predicadores complexos verbo-nominais com o verbo *dar* em textos jornalísticos brasileiros dos séculos XX e XXI.

No artigo “**Os estágios de insubordinação em construções condicionais com a conjunção *se* no português: evidências históricas**”, Maria Carolina Coradini e Flavia Bezerra de Menezes Hirata-Vale buscam explicações históricas para as construções condicionais insubordinadas com a conjunção *se* no português, observando textos dos séculos XVI ao XX, e defendem que essas construções tendem a se especializar e operar no domínio pragmático, por exemplo, como um mecanismo de polidez.

Com a certeza de que os artigos ora publicados neste volume apontam para questões importantes para os estudos em sintaxe diacrônica no Brasil, desejamos a todos uma excelente leitura!

Referências

- BERLINCK, R. A. *A ordem V SN no português do Brasil: sincronia e diacronia*. 1988. 265f. Dissertação (Mestrado em linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.
- BERLINCK. R. A. A construção V SN no português do Brasil: uma visão diacrônica do fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias sociolinguísticas*. São Paulo: Pontes, 1989. p. 95-112.
- BERLINCK, R. A. *La position du sujet en portugais: étude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. 1995. Tese (Doutorado em Linguística) – Katholieke Universiteit Leuven, Belgium, 1995.
- BERLINCK, R. A. Brazilian Portuguese VS Order: a diachronic analysis. In: KATO, M. A.; NEGRÃO, E. V. (eds.). *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Madrid: Iberoamericana; Frankfurt: Vervuert, 2000. p. 175-194.
- BERLINCK, R. A. et al. Mudança sintática e a história do português brasileiro nos séculos XIX e XX. In: SÁ JÚNIOR, L. A.; MARTINS, M. A. (org.). *Rumos da Linguística Brasileira no século XXI: historiografia, gramática e ensino*. São Paulo: Blucher, 2016. v. 1. p. 155-188.
- BERLINCK, R. de A.; COELHO, I. L. A ordem do sujeito em construções declarativas na história do português brasileiro. In: CYRINO, S.; TORRES MORAIS, M. A. (org.) *Mudança sintática do português brasileiro: perspectiva gerativista*. São Paulo: Contexto, 2018. p. 308-381.
- BRAGA, M. L. *A concordância de número do sintagma nominal no Triângulo Mineiro*. 1977. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

- CAVALCANTE, S. R. O. *O uso de SE com infinitivo na história do português: do português clássico ao português europeu e brasileiro modernos*. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- COELHO, I. L. Variação na sintaxe: estudo da ordem do sujeito no PB. In: RAMOS, J. (org.). *Estudos sociolinguísticos: quatro vértices do GT da ANPOLL*. Belo Horizonte: FALE; Editora da UFMG, 2006. p. 84-99.
- COELHO, I. L.; MARTINS, M. A. A diacronia em construções XV na escrita catarinense. *Fórum Linguístico*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 73-90, jan./jun. 2009.
- DUARTE, M. E. L. Clítico acusativo, pronome lexical e categoria vazia no português do Brasil. In: ARALLO, F. (org.) *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. 19-34.
- DUARTE, M. E. L. O papel da Sociolinguística no (re)conhecimento do português brasileiro. *Revista LETRAS*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 15-30, 2013.
- DUARTE, M. E. L. O papel da linguística na evolução dos estudos gramaticais no Brasil. In: SÁ JÚNIOR, L. A.; MARTINS, M. A. (org.). *Rumos da Linguística Brasileira no Século XXI: historiografia, gramática e ensino*. São Paulo: Blucher, 2016. p. 19-42.
- DUARTE, M. E. L. A Sociolinguística “paramétrica”: desfazendo alguns equívocos. *Guavira Letras*, Três Lagoas, v. 15, p. 124-140, 2019.
- FARACO, C. A. *Lingüística Histórica: introdução ao estudo da história das línguas*. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2005.
- GALVES, C.; BRITTO, H.; PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Clitic Placement in European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. *Journal of Portuguese Linguistics*, v. 4, n. 1, special, 2005.
- GALVES, C.; ROBERTS, I.; KATO, M. A. (org.). *Português Brasileiro: uma segunda viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2019.
- GÖRSKI, E.; MARTINS, M. A. R. Questões teórico-metodológicas da Sociolinguística em interface com o Gerativismo e Funcionalismo linguísticos e o ensino de Língua Portuguesa. *Revista da Anpoll*, São Paulo, v. 52, 2021.
- KATO, M. A. Os frutos de um projeto herético: parâmetros na variação intra-linguística. In: DA HORA, D.; CHRISTIANO, E. (org.) *Estudos Lingüísticos: realidade brasileira*. João Pessoa: Idéia, 1999. p. 95-106.
- KATO, M. A. et al. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; SILVA, R. V. M. E. (org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 2006. p. 413-438.
- KATO, M. A. ROBERTS, I. (org.). *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.
- KROCH, A. Syntactic Change. In: BALTIN, M; COLLINS, C. (ed.). *The handbook of contemporary syntactic theory*. Massachusetts: Blackwell, 2001. p. 699-729.

- KROCH, A. Reflexes of Grammar in Patterns of Language Change. *Language Variation and Change*, n. 1, p. 199-244, 1989.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola, 2008.
- LABOV, W. *The stratification of English in the New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1982.
- LOBO, T. C. F. *A colocação dos clíticos em português: duas sincronias em confronto*. 1992. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 1992.
- MARTINS, A. M. *Clíticos na história do português*. 1994. Tese (Doutoramento em Letras) – Universidade de Lisboa, 1994.
- MARTINS, M. A. *Competição de gramáticas do português na escrita catarinense dos séculos 19 e 20*. 2009. 326p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MARTINS, M. A. *A colocação de pronomes clíticos na escrita brasileira: para o estudo das gramáticas do português*. Natal: EDUFRN, 2012.
- MARTINS, M. A. Gramática ou gramáticas do português brasileiro? O problema da implementação na mudança sintática. *Revista Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, p. 9-27, 2013.
- MARTINS, M. A.; COELHO, I. L.; CAVALCANTE, S. R. O. Variação sintática e gerativismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. (org.) *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 221-247.
- MARTINS, M.; CAVALCANTE, S. R. O.; COELHO, I. L. Ordem do sujeito e colocação de clíticos na escrita brasileira dos séculos XIX e XX. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 62, 2020.
- MOLLICA, M. C. M. *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. 1977. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1977.
- PAIXÃO DE SOUSA, M. C. Lingüística Histórica. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J. H. (org.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Língua, Sociedade e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006. v. 3. p. 11-48.
- PAGOTTO, E. *A posição dos clíticos em português: um estudo diacrônico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.
- ROBERTS, I. KATO, M. A. *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1. ed. 1993] 2. ed. 1996.
- ROBERTS, I.; ROUSSOU, A. *Syntactic change: a Minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ROBERTS, I. *Diachronic Syntax*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

SCHERRE, M. M. P. *A regra de concordância de número no sintagma nominal em português*. 1978. 158p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1978.

TARALLO, F. Zelig: um camaleão lingüista. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 127-144, 1986.

TARALLO, F. Por uma Sociolinguística Romântica “Paramétrica”: Fonologia e Sintaxe. *Ensaios de Linguística*, Belo Horizonte, v. 13, p. 51-84, 1987.

TARALLO, F. Uma estória muito mal contada. *D.E.L.T.A.*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 265-272, 1988.

TARALLO, F. Reflexões sobre o conceito de mudança linguística. In: *Organon*, v.18, pp. 11-22, 1991.

TARALLO, F.; KATO, M. A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. *Preedição*, Campinas, n. 5, p. 315-353, 2007 [1989].

OMENA, N. P. de. *Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa*. 1978. 138f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1978.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].



MUDANÇA SINTÁTICA¹

Anthony Kroch

University of Pennsylvania

1 Introdução

Ao longo da história, as línguas mudam em todos os níveis da sua estrutura: vocabulário, fonologia, morfologia e sintaxe². Como e porque tal mudança ocorre constituem as questões-chave levantadas pela disciplina de linguística histórica. Sob a perspectiva da gramática gerativa atual, a mudança linguística é estreitamente condicionada pelo requerimento de que todas as línguas se adaptam a especificações da faculdade humana da linguagem; mas o fato de que a língua muda, assim como o fato bruto da diversidade estrutural das línguas do mundo, marca um limite para a especificação biológica da linguagem. A maior questão aberta da linguística teórica talvez seja quão extenso é o leque de variação biológica; mas, seja esse leque de variação qual for, ele é o campo onde os desenvolvimentos históricos ocorrem. A necessidade de uma GU ricamente especificada segue do problema lógico da aquisição da linguagem, de modo que o linguista sincrônico considere como análises candidatas somente aquelas que são aprendíveis e formuladas em teorias que especifiquem claramente o que existe para ser aprendido e o que está construído internamente. O estudo contemporâneo da mudança sintática, o assunto desse artigo³, é geralmente formulado em termos do processo de aquisição; entretanto, como

¹ Esse artigo foi publicado originalmente em Anthony Kroch (2001), “Syntactic Change”. In: Mark Baltin e Chris Collins (Ed.) *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Blackwell. A presente tradução foi feita por Silvia Regina de Oliveira Cavalcante (UFRJ) e revisada por Anna Lyssa do Nascimento Donato Machado.

² A maior parte do que sei sobre sintaxe diacrônica, aprendi durante anos de discussão com meus colaboradores e colegas de área. Por esse constante diálogo, agradeço primeiramente a meus alunos e colaboradores, especialmente Susan Pintzuk, Beatrice Santorini e Ann Taylor, minha colaboradora no Corpus Anotado do Inglês Médio Penn-Helsinki (*Penn-Helsinki Parsed Corpus of Middle English*). Agradeço também a muitos outros colegas: Robin Clark, Antônio e Charlotte Galves, Ans van Kemenade, Paul Kiparsky, David Lightfoot, Donald Ringe, Ian Roberts e Anthony Warner. Mencionei alguns apenas, mas há muitos outros. Finalmente, gostaria de agradecer a Gene Buckley, Caroline Heycock e Beatrice Santorini pelas suas leituras atentas a uma versão anterior desse artigo. As sugestões recebidas aprimoram muito esse texto, ainda que haja, sem dúvida, inúmeras fraquezas remanescentes, que são de minha inteira responsabilidade.

³ O campo da sintaxe histórica pode ser dividido em duas áreas: o estudo das gramáticas de línguas do passado e o estudo das mudanças nas gramáticas atestadas nos registros históricos. A primeira subárea é melhor considerada como um ramo da sintaxe comparativa que visa reconstruir, através de evidências em textos, as gramáticas de línguas sem falantes nativos vivos. A segunda subárea estuda o problema da instabilidade diacrônica da sintaxe e da transição entre gramáticas. Essas duas áreas não podem ser separadas totalmente na prática, uma vez que o estudo da transição entre gramáticas implica conhecimento dos estágios inicial e final. Ainda assim, o aspecto diacrônico da sintaxe histórica é o de maior interesse para a linguística como um todo, já que é nesse domínio que a sintaxe histórica contribui com algo não disponível no estudo sincrônico das línguas existentes. Por essa razão, nesse artigo, escolhemos focalizar aqui o aspecto diacrônico da sintaxe histórica.

poderá ser visto, o estudo da diacronia adiciona complexidades da sua própria natureza.

A mudança linguística é por definição uma falha na transmissão de traços linguísticos através do tempo. Tais falhas, em princípio, podem ocorrer entre grupos de falantes nativos adultos, que, por alguma razão, substituem um traço por outro no uso da língua, como acontece quando novas palavras são cunhadas e substituem velhas; porém, no caso de traços sintáticos e gramaticais, tal inovação por adultos monolíngues quase não é atestada. Ao invés disso, as falhas na transmissão parecem ocorrer ao longo do processo de aquisição da linguagem; isto é, elas são falhas no aprendizado. Uma vez que, numa instância de mudança sintática, o traço que as crianças falham em adquirir é aprendível em princípio, tendo sido parte da gramática da língua num passado imediato, a causa da falha deve recair em alguma mudança, talvez sutil, no tipo de evidência disponível para a criança ou em alguma diferença, por exemplo, na sua idade durante o processo de aquisição, como no caso da mudança induzida através da aquisição de segunda língua por adultos em situação de contato linguístico. O nosso entendimento de falha na transmissão é muito limitado, porque a nossa compreensão da relação entre a evidência apresentada ao aprendiz e a gramática adquirida é ainda imprecisa. Os estudos de aquisição da linguagem geralmente tomam por certo que a evidência a que o aprendiz é exposta é suficiente para garantir uma aprendizagem precisa por parte de um aprendiz competente; isto é, uma criança na sua idade crítica. Essa suposição é perfeitamente razoável sob circunstâncias normais, mas a mudança linguística mostra que há limites para sua validade. Entretanto, não sabemos quais são esses limites e, além disso, não é claro como encontrá-los, uma vez que manipular experimentalmente a evidência apresentada aos aprendizes não é prático ou ético. Nesse contexto, os casos de mudança documentados têm se mostrado interessantes enquanto experimentos naturais sobre a transmissão linguística. A interpretação desses experimentos é, contudo, extremamente difícil devido às limitações da evidência preservada em termos quantitativo e sociolinguísticos e à falta de informantes falantes nativos. Não é surpreendente, pois, a dificuldade em obter resultados conclusivos e, nas próximas páginas, nós necessariamente estaremos descrevendo tanto, ou mais, as questões abertas e a agenda de pesquisa de sintaxe diacrônica quanto seus resultados consolidados.

2 Mudança e Estabilidade

No nível da sintaxe, o quanto as línguas mudam durante um certo período de tempo varia tremendamente, tanto de língua para língua quanto dentro da história de uma mesma língua. Se, por exemplo, compararmos a sintaxe do Inglês a do Japonês do perío-

do medieval até o momento atual, veremos que o Inglês mudou enormemente enquanto o Japonês mudou quase nada. O Inglês passou por três grandes mudanças na ordem das palavras: no nível da sentença, mudou de uma ordem de Infl-final para Infl-medial e de uma ordem V2 para SV; e no nível do sintagma verbal, mudou de uma ordem OV para uma VO. O Japonês, por outro lado, permaneceu núcleo-final em todos os níveis de estrutura. A existência de línguas cuja sintaxe tem sido estável durante muitos séculos levanta dúvidas a respeito da aceitabilidade de teorias de mudança que atribuem à sintaxe qualquer instabilidade inerente, e os linguistas diferem entre si a respeito da existência dessa instabilidade. Ao mesmo tempo, a mudança sintática é um fenômeno comum e pode ocorrer na aparente falta de qualquer fator desencadeador externo. O verbo *do* no Inglês, por exemplo, parece ter se desenvolvido espontaneamente como um verbo auxiliar a partir de um de seus sentidos como verbo principal em algum ponto do Inglês Médio (N.T. *Middle English*, c1150-1500.) O problema de por que a mudança ocorre, quando e onde é denominado por Weinreich, Labov e Herzog (1968), em seu trabalho seminal, como o problema da “implementação”; e ele é, para todos os níveis de estrutura, incluindo a sintaxe, o maior mistério na diacronia. A questão central aqui é se as línguas são estáveis ou instáveis por natureza; isto é, deixando de lado os efeitos do contato linguístico e outras formas de mudança social, deveríamos esperar que as línguas manifestem mudança ou estabilidade? Não sabemos a resposta para essa pergunta. É importante reconhecer, ainda, que a resposta pode ser diferente para níveis diferentes da estrutura linguística. Por exemplo, mudanças na pronúncia podem surgir espontaneamente de variações fonéticas bem conhecidas na fala, enquanto mudanças internas em níveis mais altos da estrutura podem ser raras ou não-existentes.

Dada a centralidade do processo imperfeito de aquisição da linguagem para a implementação da mudança, somos forçados, ao pensar em termos de diacronia, a ir além da idealização gerativista usual de aquisição instantânea por um aprendiz ideal. Sob a idealização usual, afinal, se temos uma comunidade de fala na qual todos os membros adultos aprenderam uma gramática G para uma língua L e essa situação se mantém estável por pelo menos uma geração, a língua nunca pode mudar, porque uma criança que nasceu em tal comunidade deve também aprender essa gramática G. Caso contrário, como os pais dessa criança conseguiram aprender G, dado que, por hipótese, eles foram expostos a L? Em outras palavras, parece não haver lugar para mudança linguística endógena, um ponto que tem sido reconhecido por teóricos gerativistas recentemente (LIGHTFOOT 1991, 1999; CLARK; ROBERTS 1993). É claro que, se as condições de transmissão linguística

são alteradas, por exemplo, através do contato com outra comunidade de fala, então a mudança pode, sim, ocorrer, já que a experiência linguística das crianças da comunidade pode, provavelmente, mudar. Uma vez que a mudança linguística é onipresente, o modelo usual parece ser excessivamente simples em algum aspecto crucial; e os linguistas têm proposto muitas complicações para explicar mudanças endógenas. Para a sintaxe, a proposta mais óbvia é a de que a mudança em outros níveis de estrutura, como quer que tenha sido causada, provoca uma reanálise gramatical. Por exemplo, a perda da distinção morfológica no sistema de casos devido a um enfraquecimento fonológico no fim das palavras é geralmente pensada a levar a uma rigidez na ordem das palavras para compensar a crescente ambiguidade induzida pela perda de casos. Assim, Holandês e Alemão diferem entre si na rigidez da ordem de constituintes pré-verbais no modo esperado: o Holandês perdeu suas terminações de Caso e tem praticamente uma ordem fixa de palavras no sintagma verbal enquanto o Alemão, que manteve um sistema de quatro Casos distintos do Germânico Inicial (N.T. *Early Germanic*), permite reordenamento bastante livre dos constituintes do sintagma verbal. Similarmente, quando comparamos o Latim com as línguas Românicas, veremos que a ordem das palavras se tornou em muitos aspectos mais rígida, concomitantemente com a perda dos casos morfológicos⁴. Existe um entendimento, no entanto, para o qual as mudanças sintáticas induzidas por mudanças morfo-fonológicas anteriores não sejam causadas endogenamente. Com exceção da questão sobre o que tenha desencadeado as mudanças morfo-fonológicas, tais mudanças não requerem que seja postulada qualquer instabilidade ou tendência inerente em direção à mudança dentro do módulo sintático da Gramática Universal ou das gramáticas de línguas particulares. Ao invés disso, as mudanças morfo-fonológicas induzem a mudança sintática simplesmente pela alteração da evidência disponível para o aprendiz.

Aqueles que acreditam na mudança sintática endógena têm postulado mecanismos diferentes que introduzem instabilidade de uma ou outra forma na aquisição da sintaxe por si só. Uma proposta gerativa anterior que cria espaço para tal mudança sintática é a de Andersen (1973), que sugere que a criança, quando exposta aos dados linguísticos do seu meio, pode levantar hipóteses para uma gramática diferente daquela dos falantes de onde

⁴ Como apontou Kiparsky (1996), o sistema rico de marcação de Caso parece ser uma condição necessária mas não suficiente para ordem livre de palavras. O Islandês, por exemplo, tem pelo menos um sistema de caso tão rico quanto o Alemão, mas uma ordem SVO bastante rígida. A direção única da implicação sugere que a conexão entre marcação de caso e ordem de palavras seja indireta. Os parâmetros sintáticos responsáveis pelo grau de flexibilidade na ordem de palavras não precisam estar relacionados diretamente à morfologia. Ao invés disso, os falantes das línguas de certo tipo de ordem flexível de palavras que perdem sua marcação de Caso podem restringir-se a uma ordem fixa no seu uso da língua para evitar desentendimentos. Dessa forma, os falantes não ouviriam uma variação na ordem de palavras suficiente para concluir que a língua permite ordem livre.

seu *input* vem. Se a nova gramática difere levemente no seu *output* da gramática original, o aprendiz pode não notar a diferença e então não corrigir o seu erro. Em outras palavras, a criança tem acesso direto somente aos dados do uso da língua, e não à(s) gramática(s) que os falantes usam pra gerar aqueles dados; e o processo de inferência através do qual a criança tira as conclusões dos dados está sujeito a erros. Não há dúvida de que a transmissão linguística às vezes é imperfeita; e o caso de adultos aprendendo uma segunda língua é o mais claro caso de disso. Mas a possibilidade abstrata de transmissão imperfeita nos mostra pouco sobre o que muda ou o quanto de mudança se deve esperar, porque não sabemos quão precisamente as crianças adquirem as gramáticas daqueles à sua volta ou quais erros elas tipicamente podem cometer e não corrigir com o desenvolvimento da aquisição. De fato, a estabilidade de muitas línguas no decurso de longos períodos de tempo, mesmo considerando pequenos detalhes, sugere que a aquisição da linguagem corriqueira não pode ser muito imprecisa no geral. Além disso, mesmo se fosse o caso, algum fator ou fatores deveriam imputar uma direção para suas imperfeições ou para o seu espalhamento pela comunidade de fala a fim de levar a uma mudança linguística observável. Ainda, desde o artigo de Andersen, a teoria gerativa mudou na direção de uma teoria da Gramática Universal muito mais específica, o que parece deixar menos espaço para aquisições imperfeitas, já que menos é aprendido.

Lightfoot (1991, 1999) propõe uma abordagem um tanto diferente para a relação entre aquisição e mudança. Ele argumenta contundentemente contra a noção de tendências em direção à mudança inerente à sintaxe e contra a possibilidade de uma teoria de mudança que explicaria tais tendências. Segundo Lightfoot, as gramáticas mudam quando há uma mudança suficiente nos dados usados pelo aprendiz para estabelecer os parâmetros gramaticais. De outro modo, elas são transmitidas de maneira estável. Sua visão descarta a mudança endógena na sintaxe, mas isso o deixa com um problema em como dar conta de mudanças que não são derivadas de fontes externas como o contato linguístico ou mudanças na fonologia/morfologia. Pode-se assumir que não existam tais mudanças; certamente, o caso para elas pode ser questionado. Mas Lightfoot deixa espaço para a possibilidade de que as línguas possam mudar na ausência de uma mudança gramatical através de desvios nas frequências de uso dos vários tipos de sentenças. Em algum momento, essa distorção de frequências se torna tão acentuada que os aprendizes não são expostos de forma suficiente a dados cruciais e assim adquirem uma gramática diferente daquela de gerações anteriores. A proposta de Lightfoot não depende de uma aquisição errônea, mas ainda depende de um postulado frágil; qual seja, a existência de

desvios no uso consistentes direcionalmente durante longos períodos de tempo que não estejam ligados à mudança gramatical. A evidência pra tais desvios é, pelo menos, incerta. Os casos melhor estudados de desvios sintáticos de longo tempo são plausivelmente casos de competição de gramáticas (ou seja, diglossia sintática) nos quais as formas em competição podem se diferenciar no registro social, com uma variante vernácula lentamente guiando uma variante escrita conservadora fora de uso (veja abaixo). Quando tal processo não ocorre, há evidência de que as frequências de uso permaneçam estáveis ao longo de grandes períodos de tempo. Assim, uma explicação comum proferida para a mudança de uma ordem V-final para V-medial na história do Inglês é um aumento gradual na frequência da extraposição à direita de complementos e adjuntos (AITCHISON 1979; STOCKWELL 1977)⁵. Não existe, entretanto, nenhum estudo quantitativo preciso da extraposição no Inglês a partir de uma perspectiva diacrônica que leve em consideração o que é atualmente sabido sobre a sintaxe da língua, então essa hipótese permanece como uma especulação. Além disso, há um estudo quantitativo desse tipo para o Ídiche, que passou por uma evolução similar à do Inglês (SANTORINI, 1993); e, apesar de a amostra de Santorini ser muito pequena para permitir uma certeza absoluta sobre o assunto, seus números indicam que a frequência total de extraposição, ainda que de varie consideravelmente de texto pra texto, nem aumenta nem diminui ao longo dos cinco séculos cobertos na sua amostra.

Outro exemplo de estabilidade no uso onde se poderia esperar mudança é a colocação de advérbios em Inglês. Abaixo, vamos discutir a perda do movimento do verbo para flexão (V-para-I) no Inglês Médio Tardio (N.T. *Late Middle English*, c1420-1500.), cuja evidência é uma mudança na aparente colocação de advérbios pré-verbais. A posição canônica de tais advérbios no Inglês Moderno é entre o verbo auxiliar e o verbo principal nas sentenças em que ambos estão presentes, como em (1):

- (1) Mary has always preferred lemons to limes.
Mary tem sempre preferido limas a limões
“Mary sempre preferiu limas a limões.”

Nas sentenças finitas, o advérbio aparece depois do verbo flexionado quando este é um auxiliar, e antes dele, quando esse é um verbo principal, como ilustrado em (2):

⁵ Veja também Vincent (1976) para uma aplicação dessa ideia para a mudança de SOV para SVO na história das línguas Românicas.

- (2) a. Lemons are always preferred to limes.

“Limas são sempre preferidas a limões”

- b. Mary always prefers lemons to limes.

“Mary sempre prefere limas a limões.”

Como se sabe bem, o advérbio no Inglês Médio ocupava uma posição diferente sentenças como (2b). Ao invés de aparecer antes do verbo, o advérbio aparecia imediatamente na posição pós-verbal (3):

- (3) Quene Ester looked never with swich an eye.

rainha Ester olhou nunca com tal um olho

“A rainha Ester nunca olhou com tal olho.”

(KROCH, 1989b)

A diferença entre a ordem em (2b) e (3) é usualmente atribuída à perda, no Inglês Moderno Inicial (N.T. *Early Modern English*, c1500-1710.), do movimento do verbo para um núcleo funcional, INFL, que carrega a informação de tempo e concordância⁶. No Inglês Médio, como no Francês Moderno e muitas outras línguas Europeias modernas, o movimento do verbo, que serve para licenciar os traços de tempo e concordância, é visível na superfície, no caso em discussão através da mudança na posição relativa do verbo principal e do advérbio em (3) com relação a (2a). No Inglês Moderno (N.T. *Modern English*, c1750.), ao contrário, esse movimento aberto foi substituído, para os verbos principais e não para os auxiliares, por um movimento coberto gramaticalmente equivalente. Menos discutida do que os exemplos acima é a possibilidade de colocação do advérbio em (4):

- (4) Mary has always preferred lemons to limes.

Mary tem sempre preferido limas a limões

“A Maria sempre preferiu limas a limões”.

A ordem de palavras aqui é menos comum do que a em (1), mas é gramatical e ocorre como um padrão regular minoritário nos textos tanto do Inglês Moderno quanto do Médio. É notável que a gramaticalidade de (4) implica que (2b) seja estruturalmente ambígua no Inglês Moderno, mas não no Inglês Médio. Pelo fato de (2b) conter somente

⁶ Para facilitar a exposição, assumimos a estrutura frasal de *Barriers* (CHOMSKY, 1986), com somente dois núcleos funcionais no nível sentencial: I(NFL) e C(OMP).

um verbo e porque esse verbo não se move no Inglês Moderno, não podemos distinguir se o advérbio está numa posição pré-INFL ou na posição entre INFL e o verbo principal. Essas duas possibilidades estão representadas em (5) a seguir:

- (5) a. $[_{IP} \text{Mary always } [_I 0] [_{VP} \text{prefers lemons to limes}]]$
b. $[_{IP} \text{Mary } [_I 0] \text{ always } [_{VP} \text{prefers lemons to limes}]]$

No Inglês Médio, o verbo sempre se move pra INFL, de modo que a ordem de palavras em (2b) implica numa posição pré-INFL para o advérbio; ou seja, a análise em (6):

- (6) $[_{IP} \text{Mary always } [_I \text{prefers}_i] [_{VP} t_i \text{lemons to limes}]]$

Dada essa situação, deveríamos esperar o seguinte cenário diacrônico no Inglês Moderno Inicial: a perda gradual do movimento de V-para-I aumentou a frequência de exemplos como (2b); e, já que esses exemplos eram ambíguos, os falantes concluíram que, junto da perda do movimento de V-para-I para os verbos principais, a posição pré-INFL para os advérbios estava se tornando mais frequente. Isso iria, então, ocasionar um aumento na frequência de exemplos como (4), onde a posição pré-INFL do advérbio é visível. Entretanto, esse aumento não ocorre. Pelo contrário, as estimativas das frequências de tais exemplos baseadas em corpus não mostram mudança alguma entre o Inglês Médio tardio e o atual. Isso permanece constante entre 15%, com pouca variação entre uma amostra e outra (KROCH, 1989b). Aparentemente, mesmo quando as frequências superficiais estão mudando, os falantes são capazes de associar corretamente tais mudanças com sua causa gramatical subjacente, e eles não alteram a taxa de uso de outras estruturas que tenham a mesma sequência de palavras mas que sejam estruturalmente diferentes daquelas que passam pela mudança.

Apesar de não resolverem a questão, os casos que apresentamos deixam uma dúvida considerável na ideia de que as frequências de uso de opções sintáticas não relacionadas com uma mudança gramatical em curso sofrem um desvio da maneira como Lightfoot sugere. Mas antes de deixarmos essa questão, devemos considerar outro caso, em que Lightfoot e outros documentaram uma incontestável evolução histórica de longo prazo que pode ser considerada uma instância de desvio. É o caso dos modais em Inglês, que começaram como verbos predicadores usuais no Inglês Antigo (N.T. *Old English* ca. 600-1011) e através dos séculos passaram para uma classe especial de palavras que se dife-

rem por suas propriedades sintáticas, crucialmente na impossibilidade de ocorrerem em contextos não finitos (LIGHTFOOT, 1979; PLANCK, 1984; WARNER, 1983, 1993). Nesse caso, a evolução desses verbos é complexa e envolve diversas mudanças gramaticais distintas. Primeiramente, os modais se tornaram únicos entre os verbos em não apresentarem a flexão de terceira pessoa do singular (-s no Inglês Moderno). Isso ocorreu porque eles pertenciam a uma classe morfológica em Germânico de verbos “presente-pretérito”, cujo tempo presente é historicamente uma forma do passado. No Inglês Antigo, havia muitos verbos não modais nessa classe, mas todos desapareceram da língua no início do Inglês Médio. Uma consequência desse desenvolvimento foi que, assim como a segunda pessoa singular *thou* com sua correspondente flexão verbal -*st* foi substituída por *you* mais uma flexão zero no Inglês Moderno Inicial, os modais se tornaram únicos entre os verbos em não terem flexão alguma. Em segundo lugar, os verbos modais geralmente resistiram a co-ocorrerem com a marca de infinitivo *to* enquanto ela se espalhava pela maioria dos outros verbos do Inglês Médio. Em terceiro lugar, as formas de tempo passado dos modais (*might*, *could*, *would*, e assim por diante) pararam de sinalizar tempo passado ao longo do Inglês Médio e se tornaram indicadores de modo subjuntivo ou condicional, enquanto a marcação morfológica de modo nos verbos em Inglês desaparecia no uso. Finalmente, os modais perderam a habilidade de selecionar objetos diretos NP, o último sinal claro de que eles eram verbos usuais. Lightfoot (1979) argumenta que, uma vez que essa última mudança ocorreu, os aprendizes não tinham mais evidência suficiente para categorizar os modais como verbos e, ao invés disso, lhe atribuíram uma classe separada, que poderia ocorrer somente sob INFL. Nesse ponto, eles se tornaram restritos à posição de auxiliar flexionado. Não há dúvida alguma de que esse desvio descrito por Lightfoot seja real, mas sua significância como um paradigma para evolução diacrônica é duvidosa. Warner (1983) mostrou que o que Lightfoot considera o sinal para a reanálise dos modais, i.e., seu desaparecimento em meados do século XVI em contextos não finitos, ocorre, na verdade, simultaneamente a uma das mudanças que Lightfoot trata como uma precondição para a reanálise, qual seja, a perda dos objetos diretos, e antes de qualquer condição pressuposta, a perda total da flexão verbal. A perda da segunda pessoa singular ocorre no decurso do século XVII, então a reanálise deve ter ocorrido mesmo havendo evidência

para a flexão. Além disso, há auxiliares no Inglês moderno – por exemplo o auxiliar *do*⁷ e a cópula da construção *is to V* – que têm flexão verbal mas não podem ocorrer em contextos não finitos. Warner também mostra que diferentes modais parecem ter perdido seus usos não-finitos em épocas distintas, sendo *must* e *shall* mais avançados que *can*, *may* e *will*. Lightfoot (1991) aceita as correções dos fatos de Warner, mas nega que elas tenham afetado sua conclusão de que houve uma reanálise dos modais, que ocorreu no século XVI (apesar de poderem ter ocorrido mais cedo para *must* ou *shall*) e que foi uma acumulação de propriedades excepcionais que desencadearam a reanálise. A análise alternativa, entretanto, é a de que os modais permanecem verbos, só que com um número crescente de traços excepcionais. O ponto mais geral aqui é que ninguém ainda apresentou uma análise do desvio que levou à situação atual, seja ela terminando em reanálise gramatical ou não. Gostaríamos de saber se a história dos modais é só uma série de acidentes ou se alguma força diretiva está envolvida, mas não sabemos. A partir de então, até mesmo nesse caso bem estudado, um certo ceticismo sobre tendências de longo prazo na mudança sintática permanece garantido.

O único caso mais citado para tendências de longo prazo em sintaxe é o caso de harmonia trans-categorial. Greenberg, nos seus amplos estudos tipológicos, estabeleceu certas correlações bem gerais entre os traços linguísticos, que linguistas desde então tentam explicar. Na sintaxe, as mais importantes são as correlações através dos tipos de constituintes, que podem ser resumidas da seguinte forma (GREENBERG, 1966): línguas VO tendem a colocar os modificadores adjetivais e genitivos depois dos seus núcleos nominais e a serem pré-posicionais. Línguas OV tendem a ter modificadores adjetivos e genitivos prenominais e a serem pós-posicionais. Se modificadores e complementos são agrupados juntos em oposição aos núcleos⁸, essas correlações podem definir dois tipos ideais de ordem de palavras: núcleo inicial e núcleo final. Na linguística evolutiva de longo prazo, tem sido proposto que existe uma tendência global de as línguas se moverem na di-

⁷ O auxiliar *do* certamente tem essa propriedade no Inglês Americano. Se essa propriedade está presente no Inglês Britânico depende da análise de elipse verbal em exemplos como (i):

(i) He said that he'd come, and he may have done.

Ele disse que ele'ia vir, e ele deve ter feito

“Ele disse que viria, e deve ter vindo”.

Não é claro se o *do* não finito nesse exemplo seja o mesmo elemento morfossintático como o auxiliar finito (veja PULLUM; WILSON, 1977) para uma discussão frutífera).

⁸ A decisão de fazer isso não deixa de ser problemática. Em forma lógica, os modificadores são naturalmente tratados como funções que selecionam seus núcleos como argumentos, mapeando um sintagma de um dado tipo de denotação para um sintagma maior do mesmo tipo, enquanto complementos parecem ser argumentos de seus núcleos, que são eles mesmos funções. Em outras palavras, a atribuição de sintagmas ao estatuto de função ou argumento é revertido no caso das relações núcleo-modificador e núcleo-argumento.

reção de um ou outro desses tipos porque algo na sintaxe favorece harmonia trans-categorial na direcionalidade (HAWKINS, 1979, 1983). Um problema imediato que surge com essa ideia é o de que, apesar de algumas poucas línguas, como Japonês ou Irlandês, serem consistentemente núcleo final ou núcleo inicial, muitas são inconsistentes. Por exemplo, o Inglês é uma língua VO e preposicional, mas tem adjetivos e genitivos antepostos aos seus nomes, enquanto Latim Clássico e Farsi são OV mas preposicionais. Outras línguas, como Chinês ou Ídiche, mostram uma mistura aparente de posicionamento de núcleo e de nível clausal, de modo que há ainda uma controvérsia sobre serem VO ou OV. A falta de consistência na direcionalidade na maioria das línguas levanta questões de quão forte seja a pressão para harmonia e onde no sistema ela poderia estar localizada. Lightfoot (1979) aponta que, no processo de aquisição de uma língua, as crianças não podem ter acesso a nenhuma tendência de longo prazo em direção à consistência. Elas simplesmente aprendem a língua à qual estão expostas. Dado esse fato robusto, é difícil perceber qual força de causa a consistência poderia ter.

Vincent (1976), baseado em Kuno (1974), propõe uma solução parcial para achar a força de causa por trás da harmonia trans-categorial, baseado na ideia de que a harmonia reduz a complexidade perceptual. Como é bem sabido, as construções encaixadas são difíceis de processar, tanto que o encaixamento recursivo geralmente leva a uma desconstrução, como no exemplo (7) a seguir:

- (7) a. The dog that the rat bit chased the cat.
O cachorro que o rato mordeu perseguiu o gato.
b. % The cat that the dog that the rat bit chased died.
O gato que o cachorro que o rato mordeu perseguiu morreu.

Kuno mostra que em línguas SOV, como o Japonês, poderia haver muito mais casos de encaixamento central com sentenças relativas pós-nominais do que há com as sentenças verdadeiramente prenominais, enquanto as línguas VSO permitem o inverso. Dentro do sintagma nominal, há uma correlação similar. Se os NPs são núcleo final, o encaixamento central vai ser induzido quando um substantivo seleciona um complemento ou adjunto preposicional, mas não quando ele seleciona um pós-posicional. Se os NPs são núcleo-iniciais, a situação é mais uma vez o inverso. Assim, a tendência em direção à harmonia pode ser dirigida por uma pressão para minimizar o encaixamento centralizado. Obviamente, existe pelo menos uma outra maneira de evitar o encaixamento central,

qual seja, a extraposição do constituinte encaixado. Assim, Alemão, apesar de ser uma língua SOV, tem relativas pós-nominais; mas essas são geralmente extrapostas à direita do verbo:

- (8) a. ... daß wir die Studenten [die der Professor uns vorgestellt hat] besucht haben
... que nós os alunos [a quem o professor nos apresentado tem] visitado temos
“que nós visitamos os alunos que o professor nos apresentou”.
b. ... daß wir die Studenten besucht haben [die der Professor uns vorgestellt hat]
... que nós os estudantes visitado temos [a quem o professor nos apresentado tem]
“que nós visitamos os alunos que o professor nos apresentou”.

A aplicação repetida da extraposição elimina o encaixamento central recursivo:

- (9) a. % ... daß wir die Studenten [die der Professor [der Anglistic lehrt] uns vor-
gestellt hat] besucht haben
... que nós os alunos [quem o professor [que inglês ensina] nos apresentado
tem] visitado temos
“que nós visitamos os alunos que o professor que ensina inglês nos apresentou”.
b. ... daß wir die Studenten besucht haben [die der Professor uns vorgestellt
hat] [der Anglistik lehrt]
... que nós os alunos visitado temos [quem o professor nos apresentou tem]
[que Inglês ensina]
“que nós visitamos os alunos que o professor que ensina inglês nos apresentou”.

Agora, algumas línguas SOV, entre elas o Japonês, não permitem o tipo de extraposição encontrado em Alemão, mas não está claro porque línguas diferentes usam mecanismos diferentes para atenuar os efeitos do encaixamento central. O problema básico aqui é que não é proposto nenhum mecanismo causal que relaciona diretamente o problema do processamento proposto pelo encaixamento central à mudança linguística. Até que tal mecanismo tenha sido proposto, a conexão pressuposta entre processamento e mudança não pode ser avaliada (cf. MCMAHON, 1994 para uma discussão adicional).

Num trabalho recente sobre a história das línguas germânicas, Kiparsky (1996) propõe um modelo misto para a mudança de OV para VO nas línguas em que isso ocorreu. Ele sugere que a pressão para harmonia trans-categorial ou uma pressão endógena

similar em direção à optimização⁹ tenha sido a causa subjacente (“efetiva”) da mudança, mas que também tenha havido uma causa que a possibilitava, qual seja, o aparecimento do fenômeno V2 (ou talvez INFL-médio) nas sentenças subordinadas. Uma vez que o constituinte inicial de tal sentença subordinada com ordem verbo-medial era quase sempre o sujeito, a ordem superficial de palavras nessas sentenças seria SVO sempre que não houvesse um verbo auxiliar. Obviamente, a presença de um auxiliar poderia levar a uma ordem S-Aux-OV, a não ser que o sujeito estivesse extraposto, o que também era possível. Em qualquer caso, Kiparsky afirma que, devido a uma preferência subjacente para harmonia, as línguas mudaram quando o aparecimento da ordem V2 nas sentenças subordinadas alcançou o ponto onde a pressão para harmonia poderia superar a evidência remanescente no input. Ele aponta que os aprendizes são geralmente muito sensíveis ao input, até mesmo para evidência de baixa frequência, de modo que, por si mesmo, o aumento da ordem V2 em sentenças subordinadas não teria provocado a mudança de OV para VO. Consequentemente, ele acredita que a preferência pela harmonia seja um fator adicional necessário. É difícil dizer o quanto provável é que o cenário de Kiparsky esteja correto. Nos dois casos para os quais temos a melhor evidência, Inglês e Ídiche, existe razão para acreditar que a mudança tenha sido desencadeada pelo contato linguístico (SANTORINI 1989; KROCH; TAYLOR 1998), ou seja, por uma causa exógena e não endógena. Em termos mais gerais, entretanto, é importante notar que Kiparsky não nos dá uma explicação de como o aprendiz avaliaria a pressão de optimização contra a pressão para cobrir os dados de input. Assim como na proposta de Vincent, não estaremos numa posição para avaliar a abordagem de Kiparsky até que um modelo de causa mais articulado seja proposto. Alcançar esse ponto com relação às abordagens de Vincent e de Kiparsky requer avanços no nosso conhecimento do processamento e aprendizado da linguagem respectivamente.

3 Mudança sintática e aquisição de primeira língua

Entender a relação entre aquisição da linguagem e mudança linguística requer responder à questão de quais condições exatas de aprendizagem levam à aquisição de uma dada gramática e quanto essas condições devem mudar antes que uma gramática diferen-

⁹ Kiparsky sugere que o trabalho desenvolvido pela pressão pela harmonia trans-categorial poderia ser substituído por uma pressão em direção a uma simplicidade de derivações (de fato, transparência no sentido de Lightfoot (1979), veja abaixo) se se assume a teoria da antissimetria de Kayne (1994). A ideia é que os desvios da ordem superficial SVO poderiam ser custosos porque eles requerem a postulação de regras de movimentos para a esquerda, o que complicaria as derivações e seria desfavorável, se todas as outras variáveis forem iguais. Essa variante da proposta de Kiparsky levanta as mesmas questões explanatórias como as discutidos no texto.

te seja aprendida. Esses questionamentos são abordados de maneira central dirigidos no trabalho de Lightfoot (1979, 1991, 1999), que tem argumentado que os aprendizes não prestam atenção em todos os traços sintáticos da língua que eles estão adquirindo. Na essência, eles são sensíveis somente a sentenças matriz (eles são “aprendizes de grau-0” na terminologia de Lightfoot¹⁰) e somente a pistas específicas que dão evidência não ambígua para determinadas fixações de parâmetro, que são desencadeadas com a exposição a essas pistas. Outras abordagens permitem que o aprendiz acesse propriedades de sentenças encaixadas e que eles mantenham diferentes fixações paramétricas no caminho para aprender os parâmetros corretos (CLARK, 1992). Lightfoot tem argumentado que há uma evidência diacrônica que respalda seu modelo de aquisição; mas, enquanto não há dúvida que os desenvolvimentos diacrônicos geralmente mostram a mudança nos dados de input nas gramáticas de output, é menos certo que tais dados possam nos ajudar a escolher entre esses modelos. Um caso em que a promessa e os problemas dessa agenda de trabalho são particularmente evidentes é a análise de Lightfoot (1991) da mudança de OV para VO em Inglês. Os seus argumentos são os seguintes: o Inglês Antigo era uma língua de verbo final subjacente, como o Holandês e o Alemão modernos. Ainda que a evidência mais clara para esse parâmetro seja encontrada na ordem dos constituintes das sentenças subordinadas, as crianças não têm acesso a essa informação, então elas devem marcar o parâmetro com base na evidência em sentenças matriz. Os melhores tipos de evidência de sentença matriz eram as sentenças matriz com ordem verbo final, que eram possíveis em Inglês Antigo (ao contrário do Holandês e Alemão modernos), e a colocação de prefixos separáveis, que eram deixados para trás quando o verbo se movia para esquerda para INFL ou COMP, como geralmente ocorria nas sentenças matriz. Os exemplos seguintes ilustram esse caso:

- (10) *he Gode þancode* [(24c) de Lightfoot]

ele Deus agradeceu

“Ele agradeceu a Deus.”

- (11) *þa sticode him mon þa eagon ut* [(18a) de Lightfoot]

então colocou a ele alguém os olhos para fora

“Então seus olhos foram colocados para fora”

¹⁰ Mais precisamente, os aprendizes são sensíveis a domínios de ligação não encaixados, que incluem os sujeitos de sentenças subordinadas sob certas condições.

Ao longo do tempo, essas indicações da posição subjacente do verbo diminuíram em frequência até que, no fim do período do Inglês Antigo (século XII), elas não eram frequentes o suficiente para que as crianças reconhecessem que sua língua era verbo-final subjacente. Ao invés disso, elas reanalisaram de acordo com a posição superficial medial do verbo. No momento dessa reanálise, as sentenças subordinadas ainda eram predominantemente verbo-final, de modo que, se as crianças tivessem tido acesso a elas como dados de input para aquisição, a reanálise não teria ocorrido. Já que as sentenças matrizes tinham se tornado quase totalmente verbo-medial ao final da reanálise, devemos perguntar, pois, que evidência existe para essa reorganização ter ocorrido. A resposta de Lightfoot é que houve um declínio catastrófico na frequência da ordem verbo-final nas sentenças subordinadas entre o fim do século XI e o primeiro quartel do século XII, como foi encontrado no manuscrito de Peterborough da Crônica Anglo-Saxônica. A frequência relevante cai de mais de 50% de verbo-final para menos de 10%, aparentemente na confirmação marcante da hipótese de que o parâmetro gramatical é fixado na base da ordem de palavras da sentença matriz e que as sentenças subordinadas mudam abruptamente no momento da reanálise. Entretanto, podemos levantar objeções linguísticas e sociolinguísticas relevantes para a abordagem de Lightfoot. Pintzuk (1991, 1993) mostrou que o aumento gradual da ordem verbo-medial (mais precisamente INFL-medial) em Inglês Antigo no qual Lightfoot se baseia ocorre tanto em sentenças matriz como subordinadas e, também, que a taxa de aumento é a mesma nos dois contextos. Essa é uma instância do Efeito da Taxa Constante (Constant Rate Effect) (veja abaixo), que parece se sustentar em casos de competição de gramática. Pintzuk argumenta que Inglês Antigo exibiu tal competição na ordem subjacente das palavras; ou seja, que a existência de sentenças matrizes com verbo-final, além de outras características, mostra que a ordem verbo-medial no Inglês Antigo não era uma variante transformacional da ordem verbo-final subjacente, como é no Holandês e Alemão modernos, mas sim, uma opção paramétrica independente. Se Pintzuk estiver correta, a significância linguística da catástrofe nos dados de Peterborough se torna suspeita; e existe, de fato, boa evidência que essa descontinuidade seja um fenômeno mais sociolinguístico do que gramatical. Até cerca de 1122, o manuscrito de Peterborough era escrito em Inglês Antigo padrão e exibia predominantemente uma ordem verbo-final encontrada em outros documentos. Em 1122, justamente no suposto ponto da reanálise, a caligrafia muda, assim como a qualidade da linguagem. Fica claro, a partir da morfologia e da ortografia, que o novo escriba não dominava mais o Inglês Antigo literário. Afinal de contas, mais de cinquenta anos tinham se passado des-

de a Conquista Normândica, que destruiu a cultura literária do Inglês Antigo, tanto que os monges treinados nessa cultura devem ter todos morrido. O monge que assumiu em 1122 certamente estava escrevendo um tipo de língua diferente da do escriba anterior. Ao invés do Inglês Antigo literário, ele parece ter usado algo mais próximo ao seu vernáculo; e, assim sendo, a mudança abrupta na frequência observada por Lightfoot reflete uma mudança dialetal, não uma reanálise interna. O vernáculo, não surpreendentemente, era mais inovador do que o padrão escrito; daí o salto na frequência progressiva da ordem INFL-medial. Seria demais dizer que as considerações que levantamos refutam definitivamente a abordagem de Lightfoot. Em vez disso, elas levantam questões que não foram respondidas. De modo mais geral, elas mostram quão delicada é a interpretação da evidência diacrônica e sugerem que é mais fácil explicar o passado através do estudo do presente do que vice-versa.

Dado um conjunto de postulados sobre a Gramática Universal, a aquisição bem sucedida da sintaxe de uma língua depende claramente da interação das suas propriedades estruturais com a natureza do aprendiz, de modo que, na medida em que aprendemos mais sobre ele, teremos uma esperança de melhor entender a diacronia. Em adição a essas questões, entretanto, há problemas concernentes à robustez da evidência da estrutura linguística em aquisição que surgem especificamente no contexto de mudança. Clark e Roberts (1993)¹¹ levantam esse ponto na discussão da perda do fenômeno V2 no Francês Médio, um exemplo que vale citar até certa extensão (cf. ROBERTS, 1993 para uma discussão plena das questões históricas). O Francês Antigo era uma língua V2, como as línguas germânicas; mas C&R argumentam que a evidência para a propriedade V2 do Francês Antigo era relativamente fraca porque outras propriedades da língua obscureceram numa ampla fração das sentenças que um aprendiz ouviria. Em primeiro lugar, o Francês Antigo era uma língua parcialmente pro-drop, de modo que muitas sentenças, como (12) abaixo, eram consistentes com tanto uma análise como V2, como em (13a), como uma análise não V2, como em (13b):

- (12) Si firent grant joie la nuit. [(51c) em C&R]

então fizeram grande alegria à noite

“Então eles fizeram grande alegria à noite.”

- (13) a. [CP si [C firent_i] [IP pro t_i grant joie la nuit]]

b. [IP si [IP pro firent grant joie la nuit]]

¹¹ C&R, daqui em diante.

Em segundo lugar, mais de um terço das sentenças no corpus do Francês Antigo possuem sujeito em posição inicial, como em (14):

- (14) Aucassins *ala par le forest*. [(51b) em C&R]

Aucassins foi através a floresta

“Aucassins caminhou pela floresta.”

Tais sentenças não oferecem nenhuma evidência de que a língua era V2, uma vez que a sua ordem é consistente com o que se encontra numa língua não V2 com ordem SVO subjacente; isto é, uma sentença como (14) é igualmente compatível com ambas análises em (15):

- (15) a. [CP Aucassins_i [C *ala_j*] [IP *t_i t_j par le forest*]]
b. [IP Aucassins *ala par le forest*]

Somente as sentenças com sujeitos explícitos e tópicos que não sujeitos, como (16) abaixo, com a inversão do sujeito e do verbo finito, davam ao aprendiz do Francês Antigo evidência não ambígua para V2:

- (16) a. (Et) *lors demande Galaad ses armes*. [(51a) em C&R]

(e) então pede Galaad suas armas.

“Então Galahad pede suas armas.”

C&R consideram que as sentenças que dão uma evidência conclusiva para uma determinada fixação de parâmetro “expressam” o parâmetro; e, em Francês Antigo, as sentenças que expressam o parâmetro V2 eram frequentes o suficiente para garantir que isso era aprendido, apesar da alta frequência de sentenças que não o expressavam.

No Francês Médio, ocorreram algumas mudanças que reduziram a frequência das sentenças que expressavam o parâmetro V2. Mais claramente, o uso do deslocamento à esquerda clítico começou a aumentar às custas da topicalização. Nas sentenças com deslocamento à esquerda, ilustradas em (17) abaixo, o constituinte inicial liga um pronome resumptivo e é adjungido a CP, gerando, pois, uma ordem superficial do verbo na quarta posição:

- (17) [Les autres arts et sciences]_i, Alexandre les_i honoroit bien.

As outras artes e ciências Alexander as honrou bem

“As outras artes e ciências, Alexander as honrou bem.”

Claramente, essas sentenças não expressam o parâmetro V2, uma vez que o fronteamento do objeto direto ocorre sem a inversão do sujeito com o verbo flexionado. Ao contrário do que pode parecer, entretanto, os exemplos são consistentes com uma análise V2. Primeiramente, o pronome objeto, sendo um clítico ligado ao verbo finito, não conta para uma posição, assim como em todos os outros dialetos V2 das línguas românicas. Como o exemplo (18) mostra, o verbo flexionado numa sentença topicalizada inverte com o sujeito, como esperado numa língua V2, na presença de uma próclise pronominal:

- (18) Toutes ces chose te presta Nostre Sires.

Todas essas coisas te emprestou Nosso Senhor

“Todas essas coisas, Nosso Senhor te emprestou.”

Em segundo lugar, o objeto deslocado à esquerda é adjunto a CP e pertence a um sintagma entonacional separado; e, por consequência, ele não conta como posição. As outras línguas historicamente V2, Alemão Medieval e Inglês Antigo, por exemplo, também exibem essa característica. O deslocamento à esquerda é, entretanto, pouco frequente nas línguas V2 estáveis, incluindo o Francês Antigo; e, à medida que a frequência de deslocamento à esquerda aumenta no Francês Médio, a evidência para V2 diminui devido à queda concomitante na frequência de sentenças com inversão verbo sujeito.

Aparentemente, houve uma mudança na prossódia preferida do Francês, em algum momento durante o período do Francês Médio, que favoreceu a colocação de um constituinte fronteado numa frase entonacional separada, algo que só é possível com uma estrutura de deslocamento à esquerda (Adams 1987). No Francês moderno, fica claro que sentenças como (17) contêm dois contornos de final de frase e que eles contrastam com os casos de movimento de foco, como em (19), onde não há pronome resumptivo e a sentença inteira constitui uma única frase entonacional:

- (19) Dix franc, ce truc m'a coûté.

Dez francos, essa coisa me-tem custado.

“Dez francos, isso me custou.”

Não é óbvio o que causou a mudança na prosódia do Francês, mas é claro qual efeito isso teve na evidência para o V2 disponível para os aprendizes. Uma redução adicional na frequência de sentenças expressando o parâmetro pode ter resultado de uma mudança no estatuto dos sujeitos pronominais no Francês Médio. É bem sabido que, no Francês Antigo, os pronomes sujeitos, diferentemente dos pronomes objeto, não eram clíticos. Por volta do Francês Médio, no entanto, eles se desenvolveram em clíticos; e Adams (1987) aponta que as mais antigas exceções aparentes para ordem V2 eram, na grande maioria, sentenças com sujeitos pronominais, ou seja, com a ordem *XP-pro-V*. Se os sujeitos pronominais até esse ponto eram clíticos, essas sentenças seriam consistentes com V2; mas, como os casos de deslocamento à esquerda, elas não expressariam o parâmetro V2. Consequentemente, a sua frequência crescente mais tarde teria reduzido ainda mais a evidência para o parâmetro V2 disponível para os aprendizes. Nesse ponto, a evidência deve ter se tornado tão fraca que os falantes abandonaram a hipótese V2 (PLATZACK, 1995). O porquê exato de eles fazerem isso é, entretanto, uma questão em aberto. C&R sugerem que uma combinação de dois fatores estava envolvida. Primeiro, as sentenças com a ordem *XP-pro-V* podem, em alguns casos, ter sido analisadas como exceções a V2 ao invés de evidência para V2. Essa interpretação surgiria porque o estatuto clítico dos sujeitos pronominais é menos claro do que o dos objetos pronominais. Uma vez que essa interpretação surgiu, os aprendizes estariam diante de dois parâmetros mutualmente inconsistentes para sua língua. Nessa situação, C&R argumentam que os aprendizes teriam optado pela gramática que atribuía representações estruturalmente mais simples para as sentenças. A ideia aqui é similar ao Princípio da Transparência de Lightfoot (1979), que afirma que as derivações sintáticas com menos passos e cujos outputs de superfície são mais próximos aos seus inputs subjacentes são preferidas a derivações mais complexas onde a relação entre as formas subjacentes e superficiais é mais opaca.

A robustez variável da evidência para V2 em diferentes línguas pode ser implicada nos diferentes destinos históricos dessa propriedade através das línguas. Muitas das línguas medievais da Europa ocidental tinham a propriedade V2, e todas as línguas Germânicas, exceto o Inglês Moderno, continuam a obedecê-la. O Inglês e as línguas Românicas, entretanto, perderam essa propriedade. É interessante que, entre as línguas que ainda retêm V2, algumas são verbo-medial e outras são verbo-final; mas todas as línguas que o perderem eram verbo-medial. No caso do Inglês, a perda de V2 é subsequente à mudança da ordem verbo-final para verbo-medial (KEMENADE, 1987). Esse

padrão levanta a questão de haver razões linguísticas para que o V2 seja, talvez, mais uma propriedade de línguas verbo-finais do que verbo-mediais. Considerem-se os seguintes exemplos do Alemão, uma língua V2 verbo-final:

- (20) a. Er hat sie gesehen.
Ele tem a visto
b. ...daß er sie gesehen hat
...que ele a visto tem

A propriedade V2 é geralmente limitada às sentenças matrizes¹²; e onde ela não se aplica, é geralmente assumido que algo próximo da ordem subjacente da sentença finita vai para a superfície, como uma consequência necessária da arquitetura da Gramática Universal; daí a ordem verbo-final em (20b). O contraste entre (20a) e (20b) dá ao aprendiz do Alemão uma clara evidência de que até mesmo sentenças com sujeito inicial são V2¹³. Numa língua subjacentemente verbo-medial, entretanto, as sentenças equivalentes a (20) não oferecem esse tipo de evidência. Esse deve ser o ponto do exemplo (15) de C&R do Francês Antigo, apesar de eles não levantarem explicitamente a questão da ausência de contraste com a ordem das sentenças subordinadas no caso de uma língua SVO. Para ver claramente o que está em questão, considere-se a tradução das sentenças em (20) para o Sueco, uma língua V2 verbo-medial moderna:

- (21) a. Han har sett henne.
Ele tem visto elaACC
b. ...att han har sett henne.
...que ele tem visto elaACC

Aqui a ordem de palavras nas sentenças subordinadas e matrizes é a mesma e, assim, não dão qualquer evidência para o aprendiz. Ele, então, deve se basear em outros tipos de sentenças, mais obviamente sentenças matrizes com constituintes topicalizados como os seguintes, que exibem uma ordem XVS:

¹² Deixamos de lado o Ídiche, uma língua Germânica Ocidental, e o Islandês, uma língua Germânica Setentrional, para as quais a evidência dessa limitação é parca.

¹³ Um aprendiz de grau-0 no estilo de Lightfoot se basearia na evidência em sentenças matrizes como a posição da negação e prefixos separáveis para chegar a essa conclusão. O contraste entre línguas V2 SOV e SVO permanece.

- (22) Boken har jag inte köpt.
livro-o tenho eu não comprado
“O livro, eu não comprei.”

Já que aproximadamente metade das sentenças na fala são sujeito-iniciais, uma proporção bem maior das sentenças ouvidas pelos aprendizes de Alemão dá evidência para V2 do que para os aprendizes de Sueco. Obviamente, os aprendizes de Sueco devem ouvir sentenças numa frequência mais do que suficiente para adquirir a propriedade V2, já que todos os falantes de Sueco a adquirem. Além disso, já que o Sueco, como todas as línguas Escandinavas, tem sido V2 de forma estável durante todos os registros históricos, a evidência deve ser robusta. Contudo, a sintaxe diacrônica do Inglês e do Francês lança ainda mais luz sobre a questão da robustez. Como vimos, é possível que mudanças que enfraquecem a evidência para V2 sobre sentenças matrizes verbo-medial ocorram; mas essas mudanças somente têm seu efeito quando elas ocorrem numa língua cuja ordem subjacente já seja verbo-medial. Numa língua com ordem subjacente verbo-final, a ordem superficial SVO por si é evidência para V2. Portanto, parece que tal língua não poderia perder a propriedade V2 a não ser que ela tenha primeiro mudado de uma ordem subjacente verbo-final para verbo-medial. Desse modo, o fato de nenhuma língua V2 verbo-final ter perdido a propriedade V2 receberia uma explicação no modelo de C&R.

Alguns acreditam que o Inglês seja um exemplo do caminho para a perda de V2 para as línguas verbo-finais que esse modelo requer, mas a história e a gramática são ambas sujeitas a diferentes interpretações e a questão permanece em aberto. O Inglês Antigo era uma língua amplamente verbo-final em sentenças subordinadas e V2 em sentenças matrizes; mas, a partir do começo do Inglês Médio (ca. 1200), a ordem subjacente era quase inteiramente verbo-medial. Nesse ponto, a língua era ainda V2, mas algum tempo depois de 1250 a ordem V2 começou a diminuir. Por volta de 1400 ela já tinha desaparecido, pelo menos nos dialetos centrais (N.T. *Midlands*). A evidência para propriedade V2 sempre foi, de certo modo, complexa em Inglês porque, em sentenças com sujeitos pronominais, uma combinação de fatores levou a uma ordem V3 consistente; ou seja, houve um contraste sistemático entre sentenças como (23) e (24), tiradas de Pintzuk (1991):

- (23) & of heom twam is eall manncynn cumen (WHom 6.52)
and of them two is all mankind come
“e toda a humanidade veio deles dois.”

- (24) *Ælc yfel he mæg don*
each evil he can do.
“todo mal ele pode fazer.”

Uma vez que essa distinção já aparece nos documentos mais antigos de Inglês Antigo, que datam do final do século VIII, e que V2 é estável até pouco depois de 1250, a complexidade aqui claramente não interfere na aquisição da propriedade V2, um fato que levanta questões sobre a relevância do aparecimento dos clíticos sujeito no caso do Francês. Por outro lado, isso pode ter sido um fator favorecedor, que teve efeito somente em combinação com outros, incluindo a mudança para ordem subjacente SVO. Um outro fator é que o Inglês sempre teve determinados advérbios iniciais que podiam induzir uma ordem V3, como se vê no seguinte exemplo do Inglês Antigo, tirado da entrada da Crônica Anglo-Saxônica do ano de 892:

- (25) *Her Oswald se eadiga arcebisceop forlet þis lif.*
In-this-year Oswald the blessed archbishop forsook this life.
“Este ano Oswald o abençoado arcebispo procurou essa vida”.

Originalmente, somente os advérbios temporais que marcavam uma cena permitiam essa possibilidade, que também é atestada no Alemão medieval; mas, no início do Inglês Médio, o leque de advérbios que ocorriam com ordem V3 parece ter aumentado, de modo que, junto com os casos de V2, encontramos, na prosa mais antiga do Inglês Médio (constituída de textos do dialeto centro- oeste (N.T. West Midlands) da primeira metade do século XIII), exemplos como o seguinte, tirado da *Ancrene Riwle*:

- (26) a. *Þus Seint Iame descriueð religion*
thus Saint James describes religion
“assim Saint James descreve a religião”
- b. *ofte a ful haZer smið smeðeð a ful wac knif*
often a full skillful smith forges a full weak knife.
“muitas vezes um ferreiro totalmente habilidoso forja uma faca totalmente fraca”.

c. & þer god schawede him seolf to ham
and there God showed himself to them.
“e lá Deus se mostrou a eles”.

Esses exemplos devem ser considerados como primeiras indicações da perda do requerimento V2, mas essa interpretação é incerta porque, no caso dos argumentos topicalizados, a ordem V2 se mantém categórica nestes textos. Ainda assim, o aumento da classe de advérbios que permitem ordem V3 certamente reduziu a evidência de que a língua era realmente V2 que estava disponível para o aprendiz. Mais uma vez, a importância de sentenças V3 iniciadas por advérbios para a evolução histórica é difícil de avaliar. Sabemos que as línguas V2 modernas permitem ordem V3 com algumas expressões adverbiais, como nos seguintes exemplos do Alemão e do Sueco:

- (27) Nichtdestotrotz, wir müssen weiter gehen.
“Apesar disso, nós devemos adiante ir”
- (28) Utan tvekan, hon var mycket vacker. [em Platzack (1995)]
“sem dúvida, ela era muito bonita”

Já que essas línguas, crucialmente o Sueco, dado o modelo que estamos explorando, são V2 estável, essas sentenças não devem ter tido um papel muito importante nas mudanças do Inglês. O leque de advérbios que permitiam ordem V3 na primeira Fase do Inglês Médio parece de algum modo mais amplo do que essas línguas V2 estáveis, e essa diferença pode ter sido suficiente para afetar o comportamento dos aprendizes do Inglês.

Apesar de ser sugestivo que a ordem V2 comece a diminuir pouco depois da mudança definitiva do Inglês para uma ordem verbo-medial, ainda permanece incerto se a evidência relativamente fraca para V2 no Inglês Médio realmente teve um papel na eventual perda dessa propriedade. No mesmo período (meados do século XIV), quando V2 está claramente diminuindo nos dialetos centrais do Inglês, o dialeto de Kent no sul preserva V2 em grande parte sem mudança, apesar do condicionamento gramatical do V2 ser o mesmo em Kent e nas regiões centrais e apesar de Kentish ser, ao mesmo tempo, estreitamente verbo-medial. Por outro lado, no norte, a perda de V2 parece ser mais avançada do que no centro; mas, no dialeto setentrional, nossa melhor evidência diz que a ordem V2 era igualmente característica de sentenças com sujeitos pronominais bem como nominais (KROCH; TAYLOR 1997; KROCH; TAYLOR; RINGE 1997). Em outras palavras, a evidência para V2 era na verdade mais forte no dialeto que perdeu a propriedade primeiro do que nos dialetos em que a perda ocorreu depois. Como veremos abaixo,

entretanto, talvez haja realmente uma explicação de base na aquisição para essa circunstância paradoxal uma vez que levamos em conta os efeitos do contato dialetal.

4 Contato Lingüístico e Mudança Sintática

Uma força atuante para a mudança sintática, cuja existência é incontestável, é o contato linguístico. Exemplos de mudanças sintáticas através do contato são abundantes. Talvez o mais famoso seja a convergência em traços sintáticos, por exemplo, a falta de infinitivo, que caracteriza as línguas Balcânicas (JOSEPH 1983), uma Sprachbund (Área Linguística) geneticamente diversa na qual o Romeno, várias línguas Eslavas, o Grego e o Albanês estiveram em contato por muitos séculos. Outro exemplo bem conhecido é a situação de contato na aldeia Kupwar em Maharashtra, Índia, onde a língua Dravidiana Kannada está em contato com duas línguas Indo-Arianas, Marathi e Urdu (GUMPERS; WILSON 1971; veja também NADKARNI, 1975 para um caso similar). O Inglês Médio também pode exemplificar os efeitos do contato entre Escandinavo e o Anglo-Saxão nativo devido às invasões Vikings nos séculos IX e X, apesar de haver controvérsia acerca da extensão da influência escandinava na gramática do Inglês (JESPERSEN 1938; KROCH; TAYLOR; RINGE 1997; THOMASON; KAUFMAN 1988). O contato pode levar ao empréstimo de traços sintáticos, como quando Kupwar Kannada adota o uso da cópula explícita com adjetivos predicados, no modelo do Indo-Ariano, onde o Kannada padrão tem uma cópula nula. Isso também pode levar à perda de traços que distinguem as línguas em contato, o que pode ter acontecido com marcação de Caso em Anglo-Saxão, que esteve em contato com o Escandinavo (JESPERSEN, 1938). Mais interessante, há o caso dos efeitos de substrato, onde os aprendizes adultos adquirem sua nova língua imprecisamente e passam certos traços desse “dialeto estrangeiro” para seus filhos, que são, entretanto, falantes nativos da língua influenciada pela língua estrangeira. A mudança linguística induzida por contato se deve, obviamente, a uma aquisição imprecisa, tal como no caso dos mecanismos hipotéticos discutidos acima, mas os aprendizes envolvidos são geralmente adultos e não crianças. Não entendemos precisamente como ou porque os falantes adotam preferencialmente traços das línguas circunvizinhas a traços de sua língua nativa ou porque certos traços de uma língua nativa são transmitidos para a segunda língua de um aprendiz adulto. Sabemos, contudo, que os falantes nativos não tomam traços gramaticais com frequência, mas sim, que é mais provável que estes apareçam como efeitos de interferência na aquisição de segunda língua por um adulto (APPEL; MUYSKEN 1987). Os efeitos de interferência, na verdade, apontam para uma abordagem causal de certos tipos de mudança induzida por contato. Se um grupo de adultos aprende uma

segunda língua imperfeitamente e, se essa segunda língua fornece os dados linguísticos primários para um grupo de crianças por quem esses adultos são os principais responsáveis, o processo usual de aquisição de primeira língua pode levar diretamente à adoção de traços “estrangeiros” ou “de interferência” na língua nativa das crianças, que podem transmiti-los para outras crianças. Nesse caso, diferentemente do caso das imprecisões na aquisição de primeira língua, não há mistério algum sobre a causa da transmissão imprecisa.

A perda do efeito V2 no Inglês Médio é um caso de mudança em que existe evidência de que o contato linguístico desempenhou um papel; e, dada a relevância dessa discussão e de mudanças similares na literatura recente em sintaxe diacrônica, essa evidência merece ser brevemente abordada. Devemos notar de início que a evidência não é conclusiva; mas é sugestiva e ilustra uma linha de pesquisa que tende a crescer em importância conforme a disponibilidade de corpora eletrônicos anotados torna os estudos estatísticos mais práticos. Resumimos aqui a análise apresentada em Kroch, Taylor e Ringe (1997) e em Kroch e Taylor (1997), cujas estatísticas foram feitas com base no Corpus Anotado do Inglês Médio Penn-Helsinki (*Penn-Helsinki Parsed Corpus of Middle English*) (KROCH; TAYLOR, 1994). K&T e KTR dão evidência de que, com relação à gramática de V2, havia dois dialetos no Inglês Médio, um dialeto setentrional no qual o verbo flexionado se movia para COMP e um dialeto meridional onde o verbo flexionado se movia até INFL. A melhor evidência para essa diferença dialetal é a ordem de palavras em sentenças com sujeitos pronominais. Como já mencionamos, V2 no Inglês Antigo exibia uma peculiaridade não encontrada em outras línguas germânicas, qual seja: sentenças topicalizadas com sujeitos NP plenos tinham uma ordem XVS, mas aquelas com sujeitos pronominais tinham uma ordem XP-pro-V, como ilustrado nos exemplos (23) e (24) acima. Essa peculiaridade continua no Inglês Médio no centro e no Sul; existe uma boa evidência, entretanto, de que o dialeto setentrional tenha se comportado diferentemente¹⁴. Neste último, havia inversão tanto com sujeitos pronominais como com sujeitos NPs plenos, tal qual nas outras línguas germânicas. O seguinte exemplo da prosa Rule of St. Benet ilustra esse comportamento:

- (29) þe alde sal sho calle þarto
the old shall she call thereto
“os antigos deve ela chamar para lá.”

¹⁴ Não existem manuscritos setentrionais em prosa anteriores a 1400, então as conclusões sobre o dialeto setentrional do Inglês Médio são baseadas em evidência indireta. A melhor evidência vem da Prosa setentrional Rule of St. Benet, um documento do início do século XV de uma parte isolada de Yorkshire, que parece ter preservado traços de um período anterior.

A diferença entre os dialetos do norte e do sul é clara a partir da seguinte tabela da frequência da ordem XVS para sentenças com objetos diretos topicalizados com sujeitos NP plenos e pronominais, respectivamente:¹⁵

Tabela 1: Ordem NP-V-S versus NP-S-V com sujeitos NP e pronominais

Dialeto	Sujeitos NP pleno			Sujeitos pronominais		
	Número invertido	Número não inv.	% invert.	Número invertido	Número não inv.	% invertido
Midlands	50	4	93	4	84	5
Norte	7	0	100	58	3	95

Fonte: Kroch (2001).

KTR mostram que, apesar da evidência ser indireta e limitada, é mais provável que a diferença dialetal entre o Norte e o Centro/Sul remonte ao século X e que pode refletir uma influência Escandinava no Inglês Antigo setentrional. Como apontamos, por volta do século XIV a propriedade V2 está claramente sendo perdida. Essa perda é mais avançada nos textos setentrionais de áreas em contato com o centro *Midlands*. A pergunta que se faz é o porquê de isso ser assim. A resposta parece recair na natureza do contato entre os dialetos. Na divisa dialetal, os falantes (adultos) da comunidade setentrional estavam se comunicando com falantes cujo uso de V2 lhes parecia variável. Eles teriam analisado sentenças topicalizadas com sujeitos nominais produzidas por falantes da gramática meridional como exibindo movimento do verbo flexionado para COMP, já que essa é a análise que eles dariam para as mesmas sentenças no seu próprio dialeto. Mas os falantes do sul teriam usado V3 com sujeitos pronominais, um uso que os falantes do norte teriam interpretado como uma violação do requerimento pra V2, uma vez que eles não teriam razão alguma para distinguir pronomes e NPs na sua sintaxe. A partir desses dados, os falantes do norte teriam concluído que os falantes do sul estavam falando uma língua mista, com uma gramática V2 e uma gramática não V2 em competição diglóssica (veja abaixo). Se os falantes setentrionais se acomodassem aos seus interlocutores de modo usual, eles teriam produzido algumas sentenças não V2, mas, crucialmente, com sujeitos tanto pronominais como nominais. Essa acomodação teria dado aos falantes evidência para uma gramática não V2, que teria entrado na sua comunidade de fala em competição com a gramática V2. Os falantes da gramática meridional expostos à fala setentrional não tenderiam a produzir sentenças não V2, já que seus interlocutores do norte produziam

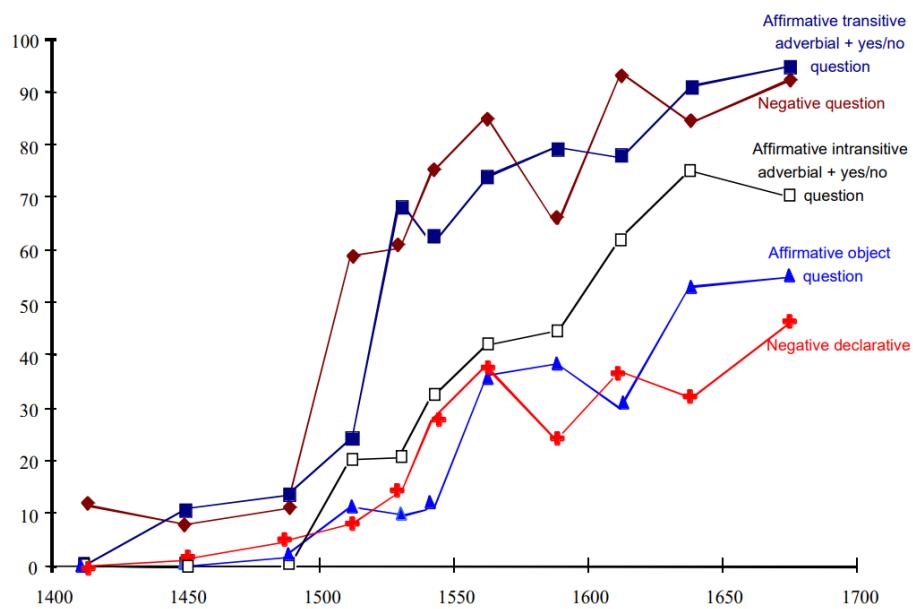
¹⁵ O pequeno número de exceções ao padrão pode ser um primeiro sinal do contato dialetal que se tornou muito importante ao longo do tempo.

uma ordem superficial V2 mais frequentemente do que eles mesmos. De qualquer modo, os falantes do sul teriam se acomodado ao produzir algumas sentenças V2 com sujeitos pronominais e os aprendizes teriam adquirido uma gramática V2 com movimento do verbo para COMP junto com a opção meridional de V-para-INFL. Não sabemos porque a gramática não V2 venceu no Norte e porque em algum momento ela se espalhou para toda a Britânia, mas temos evidência de que o resultado não era predestinado. Em Chaucer, cujo dialeto era das Midlands sudeste, achamos uma adesão geral à ordem V2 com sujeitos tanto nominais quanto pronominais. Esse é um exemplo de um falante do sul, apesar da sua representatividade desconhecida, que utilizava um padrão do norte. Assim, talvez o fato de o Inglês hoje não ser uma língua V2 se deva somente ao acaso ou às vicissitudes da sua história social.

5 A difusão da mudança sintática

Os estudos de mudança sintática que traçam a evolução temporal das formas registram universalmente que a mudança é gradual. Um dos estudos mais extensos desse tipo, sobre o aparecimento do auxiliar *do* de Ellegård (1953), contém o seguinte gráfico da frequência do *do* mais o verbo principal em relação ao verbo principal somente, baseado numa amostra de mais de 10.000 dados:

Figura 1 – O aparecimento do *do* perifrástico (adaptado de Ellegård, 1953).



Fonte: Kroch (2001).¹⁶

¹⁶ NT: Decidi transpor o gráfico original de Kroch (2001), por não ter como reproduzir com os índices, uma vez que eles não estão explicitados. Neste gráfico, as curvas são das sentenças afirmativas transitivas + interrogativas sim/não; interrogativas negativas; afirmativas intransitivas adverbiais + interrogativas sim/não; interrogativas afirmativas de objeto; declarativas negativas.

Outros estudos quantitativos mostram uma curva similar de mudança em “S”. Antes do aparecimento da gramática gerativa, esse tipo de gradualidade era tomado como certo. A mudança sintática, uma vez implementada, era concebida primordialmente como uma mudança lenta no curso das frequências de uso, que ocasionalmente levava à perda de algumas formas linguísticas. Novas formas, independentemente de entrarem na língua como inovações ou empréstimos, no início, geralmente afetariam a língua de modo apenas marginal e então, se adotadas pela comunidade de fala, iriam se espalhar e aumentar em frequência. Com o advento da gramática gerativa, esse modo de pensar sobre a mudança logo se tornou problemático. Para começar, a teoria gerativa, sendo uma teoria sobre a boa formação grammatical, preocupa-se mais com que formas são possíveis numa língua natural do que com qual frequência elas são usadas. As frequências de uso podem refletir preferências estilísticas ou efeitos de processamento psicolinguístico, mas elas não tinham um lugar na teoria grammatical. A gradualidade da mudança, portanto, ficou fora do interesse nas primeiras discussões gerativistas. Mais recentemente, entretanto, reconheceu-se que a questão da gradualidade apresenta algum desafio para a teoria grammatical, porque ela caracteriza não somente mudanças nas preferências estilísticas, como também a difusão de mudanças na fixação de parâmetros sintáticos. Por exemplo, Roberts (1985) e Kroch (1989b) argumentam que o surgimento do auxiliar *do* foi o reflexo da perda do movimento de verbos flexionados para INFL, a posição de auxiliares flexionados, um processo obrigatório que é característico de muitas línguas Europeias e que foi totalmente produtivo no Inglês Médio. Quando esse movimento foi perdido, a associação de Tempo com o Verbo foi bloqueada nas sentenças negativas, bem como o movimento do verbo para COMP nas interrogativas. O auxiliar semanticamente nulo *do* foi então inserido na posição de INFL, onde ele carregava a informação de tempo e, como os outros auxiliares, se movia para COMP quando era apropriado. Muitas análises foram propostas para o sistema de verbos auxiliares do Inglês Moderno, mas elas geralmente compartilham a propriedade de que o auxiliar *do* é usado quando o movimento do verbo pra INFL (V-para-I) não pode ser aplicado. Em línguas em que o movimento de V-para-I é licenciado para todos os verbos, ele é obrigatório e não ocorre nada parecido com a inserção de *do*. Assim, é um enigma que o uso do auxiliar *do* deva ser variável por mais de 300 anos de história do Inglês. Além disso, até onde podemos considerar, outras opções paramétricas da sintaxe que passam por uma mudança de um padrão para outro mostram o mesmo tipo de comportamento variável durante um período de transição mais ou menos longo. Isso se mostrou como verdadeiro para a perda de V2 em Inglês (KROCH,

1989a), Francês (FONTAINE, 1985) e Espanhol (FONTANA, 1993), assim como para a mudança de ordem de verbo-final para verbo-medial no Inglês Antigo, Grego Antigo e na primeira fase do Ídiche (PINTZUK, 1995; TAYLOR, 1994; SANTORINI, 1993).

Dados os pressupostos da gramática gerativa, a variação em sintaxe que corresponde à fixação de parâmetros sintáticos de forma oposta deve refletir a co-presença num falante ou numa comunidade de fala de gramáticas mutuamente incompatíveis. Essa não é uma questão empírica, mas uma questão de definição do conceito de parâmetro dentro da teoria. Recentemente, Kroch e seus colaboradores (cf. referências acima) descobriram evidência para essa consequência de pressupostos gerativistas. Eles mostraram, em vários estudos de caso, que a taxa de mudança em diferentes contextos superficiais que refletem uma única mudança paramétrica era a mesma. Esse resultado, conhecido como o Efeito da Taxa Constante (Constant Rate Effect), é o que se espera se um único parâmetro grammatical está envolvido na mudança e a mistura de dois parâmetros opostos está mudando lentamente através do tempo numa dada comunidade de fala. O efeito é mais facilmente ilustrado no caso do surgimento do auxiliar *do*. Aqui nos limitaremos ao período compreendido entre o início do século XV e meados do século XVI, a fim de evitar complicações introduzidas pelas reanálises que ocorrem num período mais tardio (veja Kroch (1989b) para uma discussão mais ampla). Quando estimamos a taxa de mudança no uso de *do* para as curvas na Figura 1¹⁷, o valor é o mesmo para todas as curvas. Esse resultado contraria o que a maioria dos estudantes, não gerativistas, de variação quantitativa esperam. A explicação mais clara de tal discussão do problema deve-se a Bailey (1973), que afirma especificamente que a taxa de mudança deveria variar em cada contexto, um resultado que não se concilia facilmente com os pressupostos gerativistas. O fator quantitativo mais preponderante da história do *do*, entretanto, não é um fato sobre o uso do auxiliar em si. Ellegård também apresenta dados sobre a colocação do advérbio temporal *never* (nunca) com relação ao verbo flexionado que fortalecem consideravelmente o caso de uma estreita relação entre a taxa de mudança sintática em diferentes contextos e a natureza da mudança grammatical subjacente. Como notamos acima, numa sentença do Inglês Médio com somente um verbo, a posição canônica para *never* era imediatamente pós-verbal. O exemplo (3), repetido aqui como (30), ilustra esse ponto:

- (30) Quene Ester looked never with swich an eye.
rainha Ester olhou nunca com tal um olho
“A rainha Ester nunca olhou com tal olho.”

¹⁷ A técnica usada para essa estimativa é a regressão logística, a técnica estatística mais apropriada para dados de frequência desse tipo (ALTMANN et al. 1983; ALDRICH; NELSON, 1984).

Uma vez que a ordem do verbo e do advérbio em (30) reflete o movimento V-para-I, esperamos que essa ordem desapareça quando o movimento é perdido, dando lugar para a colocação pré-verbal do advérbio. E isso é de fato o que ocorre, uma vez que o Inglês moderno permite (31a) mas não (31b)

- (31) a. Jean never reads this newspaper.

Jean nunca lê esse jornal

- b. *Jean reads never this newspaper.

Jean lê nunca esse jornal

“Jean nunca lê esse jornal.”

Voltando aos dados quantitativos de Ellegård, encontramos que a taxa com que a ordem advérbio-verbo substitui a ordem verbo-advérbio é a mesma que a do aumento no uso do auxiliar *do*, o que sustenta a ideia de que uma única mudança paramétrica está subjacente a todos os contextos superficiais e que a sua progressão é observável no modo como as frequências de uso mudam ao longo do tempo.

O Efeito da Taxa Constante liga uma mudança paramétrica à competição de gramáticas, mas coloca em cena um elemento quantitativo que inevitavelmente adiciona um elemento não-gramatical ao estudo da diacronia. Nada no sistema gramatical que passa por mudança dá conta da taxa de mudança ou do fato de que a mudança realmente é concluída ao invés de estacionar ou até mesmo se reverter¹⁸. Por que as mudanças se espalham do modo que se espalham é algo pouco compreendido, apesar de modelos desse processo terem sido propostos. Niyogi e Berwick (1997) apresentam um modelo de sistemas dinâmicos sob os quais as crianças nem sempre convergem para a gramática alvo da língua a que elas estão expostas. Quando, como nos casos discutidos acima, a evidência para a fixação de um dado parâmetro se torna fraca o bastante, alguns aprendizes, devido a fatores aleatórios, não vão ser expostos a dados suficientes para fixar o parâmetro corretamente. O resultado será uma população mista na qual alguns falantes têm a fixação paramétrica antiga e outros, a nova. Nessa população mista, a próxima geração de aprendizes será, em média, menos exposta aos dados necessários para fixar o parâmetro da forma antiga. N&B mostram como tal população se expande sob um leque de pressupostos sobre a natureza e distribuição da evidência linguística. Em muitos casos, a população vai mudar da gramática original para a nova ao longo de uma trajetória com uma curva em

¹⁸ Susan Garrett, num estudo não publicado, descreve uma reversão na história da negação em Espanhol. No início do século XIII, o uso de pronomes indefinidos neutros (alguno, etc.) se torna possível em contextos de concordância negativa, no lugar de palavras negativas (ninguno, etc.). Então, entre 1200 e 1600 há um aumento modesto, porém constante, no seu uso. Depois de 1600, esse uso diminui novamente até que na língua moderna não é mais possível.

“S”. Entretanto, uma dificuldade com o modelo de N&B, além do seu caráter hipotético, é que ele presume que os conjuntos de parâmetros em competição estão localizados em falantes diferentes, de modo que o elemento quantitativo na mudança sintática está localizado na população e não no indivíduo. No entanto, os dados de estudos empíricos que revelam a natureza gradual da mudança não são consistentes com o modelo de N&B nesse sentido. Pelo contrário, em todos os estudos que citamos, a variação no uso que reflete diferentes fixações paramétricas é encontrada nos textos. De fato, os textos de um mesmo período mais se parecem do que se diferenciam nas frequências das variantes em competição. Para modelar essa variação, é necessário permitir a diglossia sintática entre os autores individualmente como uma situação normal durante o período de mudança. Mais uma vez, essa conclusão é uma consequência lógica dos pressupostos gerais da teoria gerativa no que concerne à natureza categorial dos parâmetros gramaticais. Além disso, é necessário permitir uma descrição dos falantes individuais sob a qual eles têm a propensão para escolher entre suas gramáticas diglóssicas numa taxa média característica. Essa taxa, além do mais, parece caracterizar comunidades de fala inteiras, e é isso que muda ao longo do tempo enquanto uma das gramáticas lentamente substitui a outra. Esse modo de pensar sobre mudança é, obviamente, muito corriqueiro na sociolinguística, mas os gerativistas geralmente fazem objeção a ele. Não há dúvida, porém, que os seres humanos, como outros animais, rastreiam as frequências dos eventos no seu ambiente, incluindo a frequência de eventos linguísticos. Uma confusão sobre esse assunto surgiu porque a sociolinguística propõe que as probabilidades de uso devam ser integradas às gramáticas, uma proposta que não é consistente com o paradigma gerativo. Entretanto, não é necessário dar esse último passo a fim de relacionar a variação no uso pelos indivíduos com a mudança sintática. Uma vez que uma comunidade se torna diglóssica com relação a uma dada fixação paramétrica, todo falante vai aprender ambos os parâmetros. A escolha de qual critério de boa-formação deve ser aplicado na produção de uma dada instância de fala recai no domínio da performance e, portanto, não é uma questão para a teoria gramatical. Obviamente, uma questão importante para a aquisição da linguagem é como os aprendizes adquirem uma competência diglóssica, mas não há dúvida que eles a adquiriram. Não é surpreendente que os membros de uma comunidade devem convergir mais ou menos na mesma frequência de uso de um conjunto de variantes disponíveis, tampouco que essa frequência deva variar ao longo do tempo.

A questão mais importante levantada pela diglossia sintática dos textos no decurso da mudança linguística é o porquê de ela ser instável. Existe alguma razão para pensar que o bilinguismo em geral deva ser linguisticamente instável, uma vez que até mesmo bilíngues aparentemente equilibrados mostram evidência de uma língua dominante sob condições experimentais (CUTLER, 1992). Em outras palavras, mesmo quando as crianças adquirem duas línguas desde bem cedo, aquela aprendida primeiro ou mais profundamente parece controlar certos traços de processamento linguístico, o que pode induzir

a uma tendência a preferir aquela língua em uso, o restante das variáveis sendo iguais. Se esse fosse o caso, então poderíamos esperar ver uma transição ao longo do tempo em favor da verdadeira língua “nativa” de uma comunidade em casos de diglossia sintática. Obviamente, esse modelo depende de uma das variantes diglóssicas ser mais nativa do que a outra. Isso seria verdade se, por exemplo, ela fosse a variante nativa para um número maior de falantes. Seria verdadeiro também se as variantes se diferenciassem no registro social. Se uma das variantes pertencesse ao vernáculo (ou seja, a língua adquirida na infância), enquanto a outra pertencesse a uma língua de prestígio superposta adquirida um pouco mais tarde na vida, então a assimetria necessária seria estabelecida. Esse cenário parece particularmente provável para os tipos de mudança sobre os quais os historiadores linguísticos têm dados. Estamos limitados à língua escrita, geralmente de sociedades com uma baixa taxa de letramento e distinções sociais bem definidas em matéria de língua. Nessas circunstâncias, seria o caso de as formas em competição em diglossia sintática representarem uma oposição entre um vernáculo inovador e uma língua literária conservadora. Já que a primeira teria uma vantagem tanto psicolinguística quanto numérica, ela deveria vencer ao longo do tempo, inclusive em textos escritos. Sob esse modelo, a graduação encontrada em textos pode não refletir qualquer mecanismo básico de mudança linguística, mas sim o bilinguismo psico e sociolinguístico. A mudança real (abrupta) na fixação de parâmetro teria ocorrido no vernáculo sem ser observada e somente sua competição com o uso escolarizado conservador seria acessível para ser estudado nos textos.

Em alguns estudos quantitativos de mudança, há evidência empírica de diglossia baseada em registro por trás da evolução das frequências. O caso mais claro que conhecemos é descrito num trabalho de Shi (1988, 1989) sobre o aparecimento do *le* marcador de aspecto perfectivo em Chinês. Um resumo da discussão feita por Shi é apresentado a seguir. O marcador *le* não existia no Chinês clássico, mas é onipresente na língua moderna. Pesquisadores há muito tempo notaram que esse marcador evoluiu de um verbo clássico *lia* (“terminar”). Shi mostra que isso aconteceu em vários passos. Primeiramente, *lia* começou a ocorrer com sujeitos sentenciais, mas sem qualquer mudança clara de significado, como em (32):

- (32) [[*junguan shi*] *lia*] [(7a) em Shi]
exército come terminado
“Depois de a refeição do exército ter terminado...”

A seguir, ele perdeu sua semântica de verbo principal, se tornando um verbo leve aspectual (o dito complemento de fase) na construção resultativa. Neste ponto, ele perdeu acento de palavra e mudou sua pronúncia. Esse estágio é observável em textos do século X. Em seguida, o novo *le* se incorporou ao verbo que o acompanha, de modo que aparecia antes do objeto direto numa sentença transitiva, como ilustrado em (33):

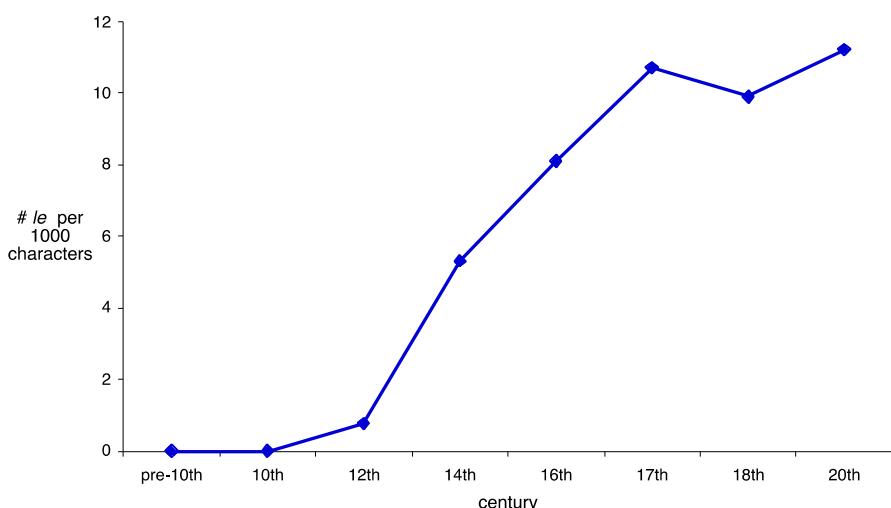
- (33) *mei shi bu ken xiawen, huai-le yi sheng* [(11a) de Shi]
cada coisa não FUT perguntar arruinar-le uma vida
“Se você não pergunta sobre as coisas, você vai perder uma vida inteira.”

Nesse ponto, no século XII, *le* havia se tornado um marcador aspectual. Ele estava em competição com dois outros marcadores aspectuais *de* (de um verbo que significa “ganhar”) e *que* (de um verbo que significa “perder”), que aparecia em exemplos como (34) e (35):

- (34) *Zixu zhuo-de Weiling* [(12a) de Shi]
Zixu capturar-de Weiling
“Zixu capturou Weiling.”
- (35) *sun-que wushi yu ren* [(13a) de Shi]
sofrer-*que* cinquenta por volta de homem
“Eles perderam por volta de cinquenta homens.”

Os dois marcadores eram ambos perfectivos, mas se especializaram em estados finais positivos e negativos de uma ação concluída, como os exemplos ilustram. O aspectual *le* substituiu esses dois marcadores, primeiro o *que* e em seguida o *de*, e, por volta do século XIV, ele era o único marcador de aspecto perfectivo. Nesse ponto, a mudança gramatical já havia terminado. Os dados quantitativos de Shi, entretanto, mostram que a frequência de *le* nos textos continuou a crescer até o presente. A Figura 2, baseada em aproximadamente 2700 instâncias de *le*, foi retirada do artigo de Shi:

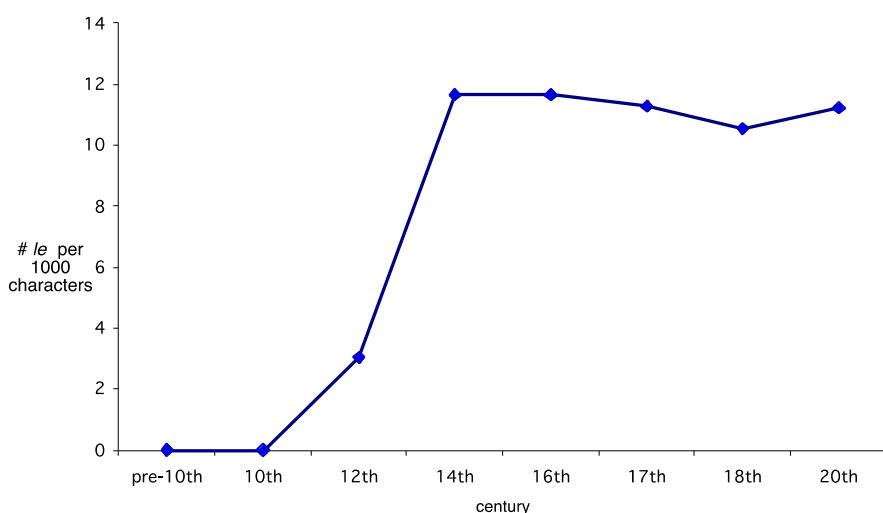
Figura 2 – Frequência de *le* por 1000 caracteres de texto (Shi 1989).



Fonte: Kroch (2001).

Shi levanta a questão do porquê a frequência de *le* continuar a crescer por 600 anos depois de a mudança gramatical que introduziu e espalhou essa partícula ter terminado e dá a seguinte resposta: o Chinês escrito no século X era diglóssico, usando elementos tanto da língua clássica como do vernáculo. A língua clássica não tinha o marcador aspectual *le*, que surgiu no curso da evolução do vernáculo. Além disso, parece que os verbos clássicos nunca co-ocorrem com o *le* em textos mistos. Em consequência, o surgimento de *le* depois do século XIV reflete não uma mudança gramatical contínua, mas um uso crescente do vernáculo em documentos escritos. Shi comprova esse ponto construindo uma estimativa do volume de língua clássica nos textos, usando a partícula interjectiva *ye* como um indicador de língua clássica. Ao longo do tempo, a frequência de *ye* cai, indicando o declínio no uso clássico. Quando a frequência de *ye* nos textos é usada para corrigir o grau de mistura clássica, a evolução da frequência de *le* ao longo do tempo muda dramaticamente de caráter, como pode ser visto na Figura 3:

Figura 3 – Frequência de *le* por 1000 caracteres vernáculos de texto (Shi 1989).



Fonte: Kroch (2001).

A figura 3 mostra claramente que não ocorre mudança no uso de *le* no vernáculo depois do século XIV. Tudo da mudança aparente se deve a uma mudança contínua na mistura diglóssica geral em favor do uso crescente do vernáculo. Não sabemos até que ponto esse caso do Chinês é representativo da mudança nas frequências textuais em geral, mas sua existência nos alerta contra assumir que a mudança nas frequências textuais tem significância linguística ao invés de sociolinguística.

Dada a forte possibilidade de os dados dos textos não fornecerem evidência para o processo de mudança linguística no vernáculo, é realmente necessário o estudo das inovações sintáticas em línguas vivas, usando métodos sociolinguísticos para observar a fala espontânea. Tais estudos não existem no momento, em parte porque a mudança sintática é relativamente rara e difícil de se capturar. Na sua falta, podemos construir modelos abstratos de mudança no estilo de Niyogi e Berwick (1997) ou cenários mais concretos, como o cenário de C&R da evidência em declínio para a perda de V2 no Francês ou o nosso cenário de contato dialetal para a perda de V2 no Inglês Médio (veja acima). Essas são hipóteses úteis, sem dúvida, mas, a menos que elas possam mais tarde ser especificadas para fazer previsões empiricamente testáveis, permanecerão especulativas. Encontrar uma forma de derivar tais previsões é uma importante tarefa para o futuro da sintaxe diacrônica.

Conclusão

Weinreich, Labov e Herzog (1968) dividem o problema da mudança em cinco subproblemas relacionados: implementação, condicionamentos, transição, encaixamento e avaliação. O problema da implementação diz respeito a por que uma mudança num determinado traço estrutural ocorre, quando ocorre numa língua específica e a por que a mudança pode não ocorrer em outras línguas que compartilham o mesmo traço. O problema do condicionamento é o problema de quais mudanças são possíveis para uma língua num dado estado. O problema da transição é o problema de como uma língua muda de um estado anterior para um estado subsequente. Os problemas do encaixamento e da avaliação são aqueles de como uma mudança está relacionada a outros fatores da língua na qual ela ocorre e qual efeito ela tem sobre esses outros traços.

No estudo da mudança sintática dentro da tradição gerativa, esses problemas permanecem fundamentais. Eles recebem uma formulação um tanto diferente do que no trabalho original, no entanto, por causa da ênfase que a teoria gerativa coloca na Gramática Universal e na aquisição da linguagem. Essa nova formulação dá respostas parciais para alguns dos problemas, mas, mais importante, ela os aprimora e põe em foco determinadas dificuldades. Considere-se, primeiramente, o problema da implementação, que WLH consideram o âmago da questão. Como observamos, visto que a aquisição de uma língua é limitada ao período crítico dos primeiros anos da infância e que as crianças adquirem a língua dos seus pais com precisão, são ambas pressuposições substantivas, a teoria gerativa deve colocar a mudança sintática fora da cadeia usual de transmissão de gramática.

O problema dos condicionamentos, do ponto de vista gerativo, é, em parte, somente o problema dos limites que a Gramática Universal coloca para a variação linguística. Já que as crianças aprendem qualquer língua a qual estão expostas, não existem condicionamentos gramaticais, além daqueles embutidos na Gramática Universal, sobre possíveis mudanças. Isso levanta a questão de por que, sob circunstâncias normais, as línguas não passam por reorganizações catastróficas. O problema da transição se torna a questão de como as mudanças nas gramáticas dos indivíduos se propagam pela comunidade. Surge, pois, a questão da gradualidade da mudança e como dar conta dela; e parece que as perspectivas gramatical e sociolinguística podem dialogar sobre esse problema com sucesso.

Finalmente, os problemas do encaixamento e da avaliação recebem uma resposta bem específica em termos da sintaxe gerativa: visto que as diferenças entre as gramáticas de línguas específicas são limitadas a diferentes escolhas das fixações de um número finito de parâmetros sintáticos universais, os traços sintáticos da língua sujeitos à mudança são independentes uns dos outros. A questão que aqui se levanta é o que fazer com as mudanças que parecem estar correlacionadas umas com as outras, mas não estão ligadas gramaticalmente, como a mudança dos modais em Inglês em direção a uma especialização como auxiliares. Apesar de nenhum dos problemas apresentados por WLH ter sido resolvido de modo definitivo em consequência do trabalho em sintaxe diacrônica pelos gerativistas, esse trabalho teve sucesso ao criar um campo vivo com problemas bem apresentados na sua agenda e uma dialética proveitosa entre os conceitos teóricos e as descobertas empíricas.

Referências

- ADAMS, Marianne Patalino. *Old French, null subjects and verb second phenomena*. PhD thesis, University of California, Los Angeles, 1987.
- AITCHISON, Jean. The order of word order change. *Transactions of the Philological Society*, n. 77, p. 43-65, 1979.
- ALDRICH, J. and NELSON, F. *Linear probability, logit, and probit models*. London: Sage, 1984.
- ALTMANN, Gabriel; VON BUTTLAR, Haro; ROTT, Walter; STRAUß, Udo. A law of change in language. In: BRAINERD, Barron (Ed.). *Historical linguistics*. Bochum: Studienverlag Dr. N. Brockmeyer, 1983. p. 104-115.
- ANDERSEN, Henning. Abductive and deductive change. *Language*, n. 49, p. 765-793, 1973.
- APPEL, René; MUYSKEN, Pieter. *Language contact and bilingualism*. London: Edward Arnold, 1987.

- BAILEY, Charles-James N. *Variation and linguistic theory*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics, 1973.
- CHOMSKY, Noam. *Barriers*. Cambridge, MA: MIT Press, 1986.
- CLARK, Robin. The selection of syntactic knowledge. *Language Acquisition*, n. 2, p. 85-149, 1992.
- CLARK, Robin.; ROBERTS, Ian. A computational model of language learnability and language change. *Linguistic Inquiry*, n. 24, p. 299-345. 1993.
- CUTLER, Anne; MEHLER, Jacques; NORRIS, Dennis; SEGUI, Juan. The monolingual nature of speech segmentation by bilinguals. *Cognitive Psychology*, n. 24, p. 381-410. 1992.
- ELLEGARD, Alvar. *The auxiliary do: the establishment and regulation of its use in English*. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1953.
- FONTAINE, Carmen. *Application de méthodes quantitatives en diachronie: l'inversion du sujet en français*. Master's thesis, Université du Québec à Montréal. 1985.
- FONTANA, Josep M. *Phrase structure and the syntax of clitics in the history of Spanish*. PhD thesis, University of Pennsylvania. 1993.
- GREENBERG, Joseph H. Some universals of grammar with particular reference to the order of meaningful elements. In: Greenberg, J. H. (ed.) *Universals of language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1966. p. 73-113.
- GUMPERZ, John; WILSON, Robert. Convergence and creolization. A case from the Indo-Aryan/Dravidian border in India. In: HYMES, D. (ed.) *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 151-167.
- HAWKINS, John A. Implicational universals as predictors of word order change. *Language*, n. 55, p. 618-648. 1979.
- HAWKINS, John A. *Word order universals*. New York: Academic Press, 1983.
- JESPERSEN, Otto. *The growth and structure of the English language*. Garden City, NY: Doubleday, 1938.
- JOSEPH, Brian D. *The synchrony and diachrony of the Balkan infinitive. A study in areal, general, and historical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- KAYNE, Richard S. *The antisymmetry of syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1994.
- KEMENADE, Ans van. *Syntactic case and morphological case in the history of English*. Dordrecht: Foris, 1987.
- KIPARSKY, Paul. The shift to head-initial VP in Germanic. In: EPSTEIN, Samuel David; THRÁINSSON, Höskuldur; PETER, Steve. (Ed.). *Studies in Comparative Germanic Syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1996. v. 2, p. 140-179.
- KROCH, Anthony. The loss of the verb-second constraint in Middle English and Middle French. Paper presented at the 9th Annual Meeting of the Association Québécoise de Linguistique, Montréal, Québec, 1989a.

- KROCH, Anthony. Reflexes of grammar in patterns of language change. *Language Variation and Change*, n. 1, p. 199-244. 1989b.
- KROCH, Anthony; TAYLOR, Ann. (Ed.). *Penn-Helsinki Parsed Corpus of Middle English*. Philadelphia: Department of Linguistics, University of Pennsylvania. Available by anonymous ftp from babel.ling.upenn.edu. 1994.
- KROCH, Anthony; TAYLOR, Ann. Verb movement in Old and Middle English: Dialect variation and language contact. In: KEMENADE, Ans van; VINCENT, Nigel (Ed.). *Parameters of morphosyntactic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 297-325.
- KROCH, Anthony; TAYLOR, Ann. Dialect differences in the grammar of the XV/VX alternation in Middle English. To appear in the proceedings of the 5th Diachronic Generative Syntax Conference, York. 1998.
- KROCH, Anthony; TAYLOR, Ann.; RINGE, Donald. The Middle English verb-second constraint: A case study in language contact and language change. In: HERRING, Susan C.; REENEN, Pieter van; SCHØSLER, Lene (Ed.). *Textual parameters in older language*. Philadelphia: John Benjamins, 1997.
- KUNO, Susumu. The position of relative clauses and conjunctions. *Linguistic Inquiry*, v. 5, p. 117-136, 1974.
- LIGHTFOOT, David W. *Principles of diachronic syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.
- LIGHTFOOT, David W. *How to set parameters: Arguments from language change*. Cambridge, MA: MIT Press, 1991.
- LIGHTFOOT, David W. *The development of language: Acquisition, change, and evolution*. Malden, MA: Blackwell, 1999.
- MCMAHON, April M. S. *Understanding language change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- NADKARNI, Mangesh V. Bilingualism and syntactic change in Konkani. *Language*, n. 51, p. 672-683. 1975.
- NIYOGI, Partha; BERWICK, Robert C. Evolutionary consequences of language learning. *Linguistics and Philosophy*, n. 20, p. 697-719. 1997.
- PINTZUK, Susan. *Phrase structures in competition: Variation and change in Old English word order*. PhD thesis, University of Pennsylvania. 1991.
- PINTZUK, Susan. Verb seconding in Old English: Verb movement to Infl. *The Linguistic Review*, n. 10, p. 5-35. 1993.
- PINTZUK, Susan. Phrase structure variation in Old English. *Language Variation and Change*, n. 7, p. 152-167. 1995.
- PLANCK, Frans. The modals story retold. *Studies in Language*, n. 8, p. 305-364. 1984.

- PLATZACK, Christer. The loss of verb second in English and French. In: BATTYE, Adrian; ROBERTS, Ian G. (Ed.). *Language change and verbal systems*. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 200-226.
- PULLUM, Geoffrey; WILSON, Deirdre. Autonomous syntax and the analysis of auxiliaries. *Language*, n. 53, p. 741-788. 1977.
- ROBERTS, Ian G. Agreement parameters and the development of the English modal auxiliaries. *Natural Language and Linguistic Theory*, n. 3, p. 21-58. 1985.
- ROBERTS, Ian G. *Verbs and diachronic syntax*. Dordrecht: Kluwer, 1993.
- SANTORINI, Beatrice Elizabeth. *The generalization of the verb-second constraint in the history of Yiddish*. PhD thesis, University of Pennsylvania. 1989.
- SANTORINI, Beatrice Elizabeth. The rate of phrase structure change in the history of Yiddish. *Language Variation and Change*, n. 5, p. 257-283. 1993.
- SHI, Ziqiang. *The present and the past of the particle le in Mandarin Chinese*. PhD thesis, University of Pennsylvania. 1988.
- SHI, Ziqiang. The grammaticalization of the particle le in Mandarin Chinese. *Language Variation and Change*, n. 1, p. 99-114. 1989.
- STOCKWELL, Robert P. Motivations for exbraciation in Old English. In: LI, Charles N. (Ed.). *Mechanisms of syntactic change*. Austin, TX: University of Texas Press, 1977. p. 291-314.
- TAYLOR, Ann. The change from SOV to SVO in Ancient Greek. *Language Variation and Change*, n. 6, p. 1-37. 1994.
- THOMASON, Sarah Grey; KAUFMAN, Terrence. *Language contact, creolization and genetic linguistics*. Berkeley, CA: University of California Press, 1988.
- URIEL, Weinreich; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, Winfred P.; MALKIEL, Yakov. (Ed.). *Directions for historical linguistics, a symposium*. Austin, TX: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.
- VINCENT, Nigel. Perceptual factors in word order change in Latin. In: HARRIS, Martin (Ed.). *Romance syntax*. Salford, UK: University of Salford, 1976. p. 54-68.
- WARNER, Anthony. Review of D. Lightfoot, principles of diachronic syntax. *Journal of Linguistics*, n. 19, p. 187-209. 1983.
- WARNER, Anthony. English auxiliaries, structure and history. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.



UMA PROPOSTA FORMAL PARA A REANÁLISE DO VERBO *IR* NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: DE LEXICAL A FUNCIONAL¹

A FORMAL PROPOSAL FOR THE REANALYSIS OF THE VERB *IR*
IN BRAZILIAN PORTUGUESE: FROM LEXICAL TO FUNCTIONAL

Paulo Ângelo de Araújo-Adriano² | Lattes | pauloangeloaa@gmail.com

UNICAMP

Resumo: Muitos linguistas já mostraram que a expressão de futuridade das línguas românicas sofre um processo cíclico, alternando-se ora em uma forma sintética ora em uma forma perifrásica. Isso se deve pela reanálise de algum item que se torna (mais) funcional, substituindo a forma sintética. Nesse sentido, o presente trabalho investiga o fenômeno de reanálise do verbo *ir* com o objetivo de capturar as mudanças sintáticas que esse item sofreu na história do PB. Para tanto, analiso peças teatrais brasileiras do século XVI ao século XXI. Mostro que o verbo *ir*, inicialmente, comportava-se como verbo lexical, disparando uma leitura de movimento. Mais tarde, sofreu reanálise e passou a ser funcional, apresentando propriedades de auxiliar. A inovação deste trabalho é mostrar que o verbo *ir* não sofreu reanálise diretamente para veicular futuridade, um evento em potência. Ao contrário, parece ter havido um estágio anterior nesse processo, em que *ir* veicula prospecção, isto é, uma ação que ocorre imediatamente após a fala. Assumindo Roberts e Roussou (2003) e Roberts (2007), proponho que de lexical a funcional, duas consequências sintáticas emergiram: perda de traços formais e lexicalização ascendente das projeções funcionais. Assim, este estudo apresenta uma proposta formal explicativa para a reanálise do verbo *ir* no PB.

Palavras-chave: Verbo *ir*; Verbo auxiliar; Verbo lexical; Gramaticalização; Mudança sintática.

¹ Agradeço à CAPES por ter financiado a minha pesquisa de mestrado, da qual este artigo é parte. Agradeço também aos dois pareceristas anônimos que contribuíram com as indagações e sugestões ao trabalho. Ainda que nem todas as questões tenham podido ser contempladas, elas serão levadas em consideração em trabalhos futuros.

² Doutorando em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP, na área de sintaxe diacrônica sob uma perspectiva da Gramática Gerativa. <http://orcid.org/0000-0002-9884-0723>

Abstract: Some authors have already showed that the Romance futurity expression went by a cyclic process, alternating between a synthetic form and a periphrastic one. This is due to the reanalysis of some item that becomes (more) functional, replacing the synthetic form. In this sense, this paper investigates the reanalysis phenomenon of verb *ir*, aiming to capture the syntactic changes this item went by on BP history. Therefore, we analyze Brazilian roles from the 16th to the 21st century. We show that the verb *ir* behaved as a lexical verb, conveying spatial displacement, initially. Later, such verb was reanalyzed and became more functional, behaving like an auxiliary. The innovation of the present study is to show that verb *ir* did not go by a reanalysis directly to convey futurity, a potential event. Instead, there seems to have been a previous step in that process, where *ir* conveys prospection, i.e., an action that happens immediately after the speech. Assuming Roberts and Roussou (2003) and Roberts (2007), we propose that two syntactic consequences have arisen from lexical to functional verb: lose of formal features and an upward functional projections lexicalization. Thus, this paper features a explanatory formal proposal to the verb *ir* reanalysis in BP.

Keywords: Verb *ir*; Auxiliary Verb; Lexical Verb; Grammaticalization; Syntactic change.

Introdução

A partir de Lightfoot (1979), a Teoria Gerativa passou a encarar a mudança diacrônica como resultado de uma análise estrutural errônea, porém compatível com os dados, ocorrida no período de aquisição da linguagem. Dessa maneira, considerando que a língua-I (LI) dos pais é fruto de uma gramática nuclear mais uma gramática periférica (local dos empréstimos, invenções, escolarização), a criança não tem necessariamente acesso direto à gramática dos pais (GU), já que o ambiente linguístico (a língua-E) que nutriu sua GU é diferente do ambiente daqueles. Considerando que a criança ouve nos seus dados linguísticos primários (DLP) estruturas compatíveis com mais de uma gramática, caso a criança opte pela análise “correta”, isto é, a análise que leva à estrutura dos DLP, a sua gramática será como a dos pais. Porém, caso a análise feita seja “errônea”, ou seja, uma análise da estrutura que não necessariamente chegue à estrutura que lhe serviu de *input*, a gramática da criança será superficialmente semelhante à dos pais, porém estruturalmente divergente; em outras palavras, haverá mudança. Tal mudança ocorre quando os DLP aos quais a criança teve acesso mudam de forma significativa, a ponto de ela ter como evidência positiva, quando da aquisição, estruturas diferentes das que seus pais tiveram.

Na história das línguas românicas, percebemos que existe certa alternância pelas formas de futuro, processo inclusive chamado de *cíclico* por Fleischman (1982): ora uma forma perifrásica ora uma forma sintética. Essa configuração parece ser aplicada a todas as línguas românicas e, de certa forma, até mesmo ao inglês.

No tocante ao português brasileiro (PB), ao se fazer um mapeamento do percurso linguístico do tempo futuro, muitos trabalhos levam em consideração somente aspectos sociolinguísticos, sem trazer à tona que tipo de conhecimento linguístico o falante passou a adquirir, ou, até mesmo, quais consequências a preferência pela forma perifrásica gerou no sistema do PB como um todo.

Nesse contexto, este artigo tem como foco um fenômeno fundamental para que esse processo cíclico tenha ocorrido, em especial no PB: a reanálise do verbo *ir*. Assumindo que o ponto de vista cria o objeto, pautamo-nos nos pressupostos da Gramática Gerativa e, portanto, questões relativas à arquitetura da linguagem fazem-se relevantes. Dessa forma, este trabalho analisa o verbo *ir* na história do PB, com o objetivo de verificar quais mudanças sintáticas ocorreram ao longo do tempo no seu processo de gramaticalização e propor uma explicação formal para a reanálise de *ir*: de lexical a funcional.

Para tanto, uma vez que a Gramática Gerativa levanta questões referentes ao conhecimento linguístico do falante, consideramos que o conjunto de dados que mais se assemelha ao que foi produzido em sincronias passadas são as peças de teatro. Disso, analisamos como *corpus* peças brasileiras do século XVI ao século XXI, controlando o verbo *ir* fazendo as vezes de um verbo com uma leitura de deslocamento espacial, como em (1a), e temporal, como em (1b) e (1c).

- (1) a. Maria vai para a escola todos os dias.
b. Desculpa, vou espirrar.
c. Considerando a altura dos meus pais, eu vou ser alto.

Nossa hipótese principal, baseada em trabalhos anteriores (ARAÚJO-ADRIANO, 2016, 2017), é a de que a multiplicidade de leituras do verbo *ir* em (1) pode ser um indício de diferentes estágios de sua reanálise; assim, *ir* não teria sido reanalizado diretamente de verbo lexical (1a) a verbo funcional que veicula futuro em (1c). Espera-se que tenha havido uma etapa intermediária, em que uma expressão aspectual, associada à leitura de prospecção (como em (1b)), também esteja envolvida nesse processo.

Este artigo está organizado da maneira como se segue. Em §1 apresentamos as possíveis leituras do verbo *ir*. Em §2 mostramos qual a abordagem assumida para a reanálise

e mudança sintática. Em §3 apresentamos o *corpus* e também os resultados da pesquisa diacrônica, para que em §4 possamos propor uma análise explicativa. Finalmente, em §5, tecemos algumas considerações finais sobre o fenômeno explorado.

1 Das facetas do verbo *ir*

É amplamente assumido e aceito na literatura que o verbo *ir* sofreu reanálise (ou gramaticalizou-se) de verbo que expressa movimento espacial a verbo que expressa movimento temporal – um processo direto de lexical a funcional (cf. BRAGANÇA, 2009; GONÇALVES, 2012; GIBBON, 2014; por exemplo). Porém, com um olhar mais atento, percebe-se que, na realidade, tanto na diacronia quanto na sincronia o verbo *ir* veicula uma leitura adicional: a de prospecção. Nesta seção, trazemos as leituras disparadas pelo verbo *ir*, evidenciando suas principais propriedades, que nos servirão para nossa proposta explicativa do fenômeno.

1.1 A natureza lexical de *ir*

O verbo *ir* pleno é um verbo que indica locomoção espacial, em que um sujeito se locomove de um lugar L1 para um lugar L2, como observado em (2): o sujeito *meus filhos* locomove-se de algum lugar para outro lugar, *o clube*:

- (2) Meus filhos vão para o clube nos sábados.

Na gramática tradicional, o PP locativo *para o clube* normalmente é tratado como um adjunto adverbial. Porém, podemos perceber que esse PP na verdade é um complemento, quando aplicamos alguns testes sintáticos, quais sejam, (i) verbo de atividade/processo (*fazer*); (ii) supressão dos PPs envolvidos e (iii) extração longa em contexto de ilha (MATEUS ET AL., 2003). Assim, referente a (2), o teste (i) é aplicado:

- (3) a. O que meus filhos fazem nos sábados? (vão para o clube).
b. *O que meus filhos fazem para o clube? (vão nos sábados).

Esse primeiro teste prevê que, quando se constroem interrogativas com o verbo *fazer* e apenas um dos constituintes preposicionados (PP), o contraste de gramaticalidade diz respeito aos dois PPs envolvidos. Em (3a), *fazer* pode se combinar com o PP *nos sábados*, o que sugere que ele não é complemento de *ir*, mas um adjunto. Por outro lado, (3b) mostra que o PP *para o clube* é um complemento, já que, quando da sua supressão, a sentença torna-se agramatical.

O segundo teste seria o da supressão dos PP's. Em (4a), o PP *para o clube* não é facilmente suprimido em um contexto *out of the blue* ('do nada'), muito embora *nos sábados*, em (4b), o seja. Assim, a supressão do PP *para o clube* sugere que a valência do verbo *ir* não é satisfeita em (4a), já que necessita de um PP locativo como complemento.

- (4) a. *Meus filhos vão nos sábados.
b. Meus filhos vão para o clube.

Por fim, o terceiro teste constrói um ambiente de ilhas, de cuja configuração somente posições argumentais (argumento interno e argumento externo) podem ser extraídas. O movimento longo a partir de uma posição não argumental, como o PP *no sábado*, gera uma sentença agramatical (cf. (5d)):

- (5) a. Você não sabe que [meus filhos vão para o clube no sábado].
b. Quem você não sabe que [vai para o clube no sábado]?
c. Para onde você não sabe que [os meus filhos vão no sábado]?
d. *Quando você não sabe que [os meus filhos vão para o clube]?

Disso, pode-se concluir que o PP locativo que marca o lugar de destino em construções com o verbo *ir* é um constituinte imediato do verbo, i.e., é um complemento subcategorizado pelo V. Vale notar que Rocha Lima (1972) já considerava *ir* como transitivo circunstancial, nesses casos em que pede um argumento locativo, e não um verbo intransitivo sem argumento interno.

Ainda sobre *ir*, por requerer um complemento PP, é necessário que esse verbo pleno selecione um argumento locativo (cf. contraste entre (6a-c) e (6d)), independente da preposição que encabeça tal argumento (*a*, *para* ou *em*), nem que tal argumento seja recuperado pelo contexto (cf. (6e)), como os exemplos abaixo mostram:

- (6) a. Meus filhos vão [_{pp} à/para a escola] de carro.
b. Minha mãe, para exercitar um pouco, vai [_{pp} ao centro] a pé.
c. Todo estudante, uma vez na vida, vai [_{pp} no bandejão].
d. *Aos fins de semana, eu vou [_{dp} o parque].
e. P: Como você vai para a cidade dos seus pais?/R: Eu vou Δ de carona (Δ = [_{pp} para a cidade dos meus pais]).

Para além da seleção da categoria com a qual ocorre, outra propriedade de *ir* pleno é a capacidade de selecionar semanticamente seu argumento externo. O exemplo (7), abaixo, sugere que *ir* seleciona um DP com traço [+ANIMADO]³, independente de ser [± HUMANO]: a restrição recai sobre sujeitos que sejam capazes de se locomover.

- (7) a. *A caneta_[‐ANIMADO; ‐HUMANO] vai para o parque.
b. Meus amigos_[+ANIMADO; +HUMANO] vão para o parque.
c. O cão_[+ANIMADO; ‐HUMANO] vai para o parque.

Do ponto de vista morfológico, somente verbos lexicais estão sujeitos à nominalização (cf. RESENDE, 2000). Assim, conforme vemos em (8), é verdade que, assim como o verbo lexical *dever* com uma leitura de *estar em dívida / débito*, *ir* pleno também apresenta nominalizações (cf. (9)), com uma leitura de *deslocamento*:

- (8) A dívida de Carlos com o banco já passa de R\$ 50 mil.
(9) A ida da Maria à padaria foi rápida (cf. o deslocamento da Maria à padaria foi rápido).

Vimos que existe uma contraparte lexical do verbo *ir* que apresenta certas propriedades prototípicas de verbos plenos, quais sejam, seleção categorial do complemento interno, seleção semântica do DP sujeito e disponibilidade para nominalizações. Resgatando a proposta formal de Luguinho (2011), para quem verbos lexicais portam um traço que não os “obriga” a selecionarem uma projeção verbal, um traço *iV*, assumimos que o verbo *ir* como um verbo lexical é uma categoria verbal que porta traços *iV*. Além disso, *ir* pleno restringe o papel temático do seu DP argumento externo como [+ANIMADO] e também o do seu argumento interno [+LOCATIVO], propriedade característica de verbos plenos (ao contrário dos auxiliares, que não selecionam semanticamente seu complemento, conforme se verá adiante).

³ Há alguns casos em que é possível haver um DP sujeito com traços [‐ANIMADO]. Porém, se considerarmos que tais sentenças são formadas por “são levadas/transportadas/enviadas” por algum sujeito com traço [+ANIMADO], a restrição de seleção semântica do *ir* lexical se mantém:

(i) a. Os ovos vão no porta-malas (= os ovos estão sendo transportados no porta-malas pelo [motorista_[+ANIMADO]]).
b. O carro está indo tão cheio para Santos, que acho que a mala vai no colo (= a mala é levada para Santos por [mim_[+ANIMADO]]).
c. Esse malote vai para Campinas (= esse pacote é enviado para Campinas por [algum dos correios_[+ANIMADO]]).

1.2 A natureza auxiliar de *ir*

Ao lado de uma contraparte lexical, *ir* também se comporta como um auxiliar protótipo, por exibir propriedades intrínsecas a essa classe, quais sejam, (i) subcategorizar um complemento de natureza verbal; (ii) não figurar em uma sentença com advérbios de valores temporais distintos; (iii) não s-selecionar um DP sujeito, (v) manter o mesmo sentido quando da transformação ativa/passiva e (vi) apresentar coesão estrutural com seu domínio não finito.

A primeira propriedade diz respeito ao fato de que os auxiliares subcategorizam seu complemento. Os exemplos abaixo mostram que tais verbos necessariamente selecionam um verbo. Em (10), o auxiliar protótipo *ter* necessariamente seleciona um VP como complemento. Tal comportamento também é observável em *ir*, como se vê em (11).

- (10) a. *Políticos tem [_{CP} que considerado isso].
- b. Políticos tem [_{VP} considerado isso].
- (11) a. *Políticos vão [_{CP} que considerar isso].
- b. Políticos vão [_{VP} considerar isso].

Outro comportamento observável nos auxiliares é a impossibilidade de se ter advérbios com valores temporais distintos na mesma sentença. Dada a coesão forte entre o auxiliar e o seu domínio não finito, uma possível modificação temporal afeta a interpretação da sentença na sua totalidade. Em (12a), abaixo, a agramaticalidade ocorre por haver duas modificações temporais distintas atuando sobre uma unidade estrutural, o que não ocorre em (12b), em que há somente uma modificação temporal na sentença. Em (12c) vê-se que *ontem* modifica a sentença matriz (*o banco avisou*) e *amanhã* a sentença encabeçada pelo auxiliar.

- (12) a *Ontem, o banco pode/deve abrir amanhã.
- b. O banco pode/deve abrir amanhã.
- c. Ontem, o banco avisou que pode/deve abrir amanhã.

Sob o ponto de vista semântico, os auxiliares não selecionam o sujeito da sua sentença, no que se refere a se \pm ANIMADO, \pm HUMANO, entre outros, isto é, não impõem restrições de seleção semântica ao DP sujeito da sentença. Nos exemplos abaixo, vemos que pelo fato de *o queijo* ser selecionado por *apodrecer* (13b), uma sentença com auxiliar, seja

em (13a), seja em (14a), é completamente gramatical. O quadro não é o mesmo com *o queijo* e *cantar*: tal verbo seleciona um sujeito que seja no mínimo +ANIMADO, como *pássaro*, por exemplo. Assim, a agramaticalidade de (13c) e (14b) não ocorre por uma seleção do sujeito pelo auxiliar *ter* e *ir*, respectivamente, mas pela restrição semântica do verbo encaixado, no caso, *cantar*:

- (13) a. O queijo tem apodrecido.
 - b. O queijo apodrece.
 - c. *O queijo tem cantado.
 - d. *O queijo canta.
- (14) a. O queijo vai apodrecer.
 - b. *O queijo vai cantar.

Quando de uma transformação da voz ativa para a voz passiva, não se espera que haja mudança de significado no contexto de um verbo auxiliar, pois o DP sujeito, que é selecionado pelo verbo pleno na ativa, continua portando o mesmo papel temático na passiva, já que o auxiliar não tem essa propriedade de seleção, conforme mostrado acima. Em (15) e (17), o DP *as cozinheiras* tem um papel temático de agente tanto na sentença ativa (cf. (15a) e (17a)) quanto na passiva em (15b) e (17b). Por outro lado, no exemplo (16), o DP *a Maria* na voz ativa tem um papel de agente, o que difere do seu papel temático na passiva DP. Tal contraste mostra que *querer* não seria um auxiliar.

- (15) a. As cozinheiras têm assado [DP bolos].
 - b. [DP Bolos] têm sido assados pelas cozinheiras.
- (16) a. A Maria quer encontrar [DP o Pedro].
 - b. [DP O Pedro] quer ser encontrado pela Maria.
- (17) a. As cozinheiras vão assar [DP bolos].
 - b. [DP Bolos] vão ser assados pelas cozinheiras.

Algumas das propriedades arroladas acima acabam sendo derivadas de outra propriedade dos auxiliares: a coesão estrutural formada entre o auxiliar e o seu sintagma verbal complemento. Certos testes na literatura para evidenciar tal coesão são os da retomada anafórica e o da clivagem (cf. GONÇALVES; COSTA, 1999). Para o primeiro teste, se, num par pergunta-resposta, a pergunta integrar o primeiro verbo da sequência

verbal, e a resposta contiver exclusivamente o verbo não finito, não se está diante de uma unidade sintática, pois o verbo com o domínio não finito não formaria uma mesma estrutura e, portanto, poderia ser cindido. O exemplo (18) mostra que o complexo verbal *quer viajar* pode ser cindido quando do par pergunta-resposta, o que sugere que não formam uma unidade sintática: funcionam como constituintes independentes. Entretanto, em (19) e (20), a agramaticalidade do par ocorre justamente pela impossibilidade de se *quebrar* uma unidade coesa: o auxiliar e seu XP complemento.

- (18) O Mario Alberto quer viajar para a Europa.

P: O que é que o Mario Alberto quer?

R: Viajar para a Europa.

- (19) A Maria tem viajado para a Europa.

P: *O que é que a Maria tem?

R: Viajado para a Europa.

- (20) A Maria deve/pode viajar para a Europa.

P: *O que é que a Maria pode/deve?

R: Viajar para a Europa.

O segundo teste a ser usado, a fim de se verificar a coesão estrutural dos auxiliares, é o da clivagem, formulado da maneira como se segue: a clivagem do domínio não finito só é possível se dois verbos não formam uma unidade sintática, na esteira de Gonçalves e Costa (1999). Dessa maneira, em (21a), o domínio não finito de *quer* não forma com esse verbo uma estrutura única; enquanto em (21b) e (21c), sim: não é possível clivar o XP complemento do verbo, o que evidencia uma unidade sintática.

- (21) a. É escrever um livro que o Iuri quer (cf. Iuri quer escrever um livro).
b. *É escrito um livro que a Maria tem (cf. A Maria tem escrito um livro).
c. *É escrever um livro que o Iuri vai (cf. Iuri vai escrever um livro).

As propriedades dos auxiliares arroladas acima são derivadas, como propõe Lunguinho (2011), se os auxiliares (i) portarem um traço *uV*, (ii) não atribuírem papel temático e (iii) formarem unidade sintática com o verbo lexical complemento. O traço *uV* força os auxiliares a se concatenarem única e exclusivamente com um complemento verbal (cf. (10) e (11)). Assim, por selecionarem um VP, e não um CP, figuram em uma

sentença que está sob escopo de uma mesma Fase CP (cf. CHOMSKY, 2001); logo, com um único domínio temporal (cf. (12)). Por não atribuírem papel temático, podem co-ocorrer com qualquer tipo de sujeito (cf. (13) e (14)) e, pelo fato de ser o verbo lexical que restringe o DP sujeito, quando da passagem da ativa para a passiva, os papéis temáticos dos argumentos na ativa continuam sendo os mesmos na passiva (cf. (15), (16) e (17)). Por fim, a formação de unidade sintática entre o auxiliar e o verbo principal deriva a impossibilidade de isolamento do domínio não finito quando de um par pergunta-resposta (cf. (18), (19) e (20)) e quando de uma clivagem (cf. (21)).

Para além da restrição de ser concatenado com um complemento de natureza verbal (derivada do traço *uV* do auxiliar), o verbo *ir* demonstra certa restrição quanto ao tipo de verbo com o qual se concatena. Isso quer dizer que *ir* não seleciona qualquer tipo de verbo: sua dependência morfossintática específica que a forma do seu VP complemento seja infinitiva (cf. LUNGUINHO, 2006; 2011; RESENDE; ARAÚJO-ADRIANO, 2019). Como proposta explicativa para o fato em (22), esses autores argumentam que *ir* porta um traço de seleção [IRREALIS], o que faz com que somente uma forma não finita seja concatenada a ele: o infinitivo. Assim, o gerúndio tendo um traço [IMPERFECTIVO] e o particípio, um traço [PERFECTIVO] (cf. LUNGUINHO, 2011), o único complemento disponível para *ir* é o infinitivo:

- (22) a. João vai sair/*saindo/*saído
b. João vai_[irrealis] sair_[irrealis]

Finalmente, sob o ponto de vista morfológico, somente os verbos lexicais, não os funcionais, estão sujeitos à nominalização, como mostrado para a contraparte lexical de *ir*. É o que vemos em (23), abaixo, com a impossibilidade de *ir* auxiliar apresentar uma nominalização. Percebe-se que *ida* só está disponível para *ir* lexical, com a leitura de deslocamento (conforme vimos em (9)), mas não para *ir* auxiliar/funcional.

- (23) *A *ida* da viagem da Maria para a Europa (cf. Maria vai viajar para a Europa).

1.2.1 A leitura de evento em potência do auxiliar *ir*

Linguinho (2011) demonstra que *ir* com uma leitura de futuridade e os modais epistêmicos apresentam um comportamento semelhante: ambos mostram (i) restrição de seleção de um verbo infinitivo (cf. (22) e (24)), e (ii) defectividade quanto ao seu

paradigma, o que quer dizer que não há no seu paradigma a forma não finita, conforme elucida (25).

- (24) a. A carta pode/deve chegar amanhã.
 - b. *A carta pode/deve chegando.
 - c. *A carta pode/deve chegada/chegado.
- (25) a. A Ana tinha *ido/#podido/*devido sair
 - b. A Ana está *indo/#podendo/*devendo sair
 - c. A Ana *indo/#podendo/*devendo sair vai ser engracado
 - d. A Ana vai/ia/pode/podia/deve/devia sair.

Diante desses dados, Luguinho (2011) argumenta que a semelhança entre a defectividade dos verbos apresentados ocorre porque *ir* é um verbo de natureza modal, já que apresenta as mesmas restrições dos modais epistêmicos. Como tais modais disparam uma leitura de possibilidade e probabilidade, tais nuances, de certa forma, aparecem também no verbo *ir* na sua leitura *irrealis*, de evento em potência.

Irrealis está sendo entendido, na esteira de Roberts (1990), como um evento pertencente a um domínio do hipotético ou imaginário e, como tal, constitui um evento possível ou potencial; mas isso não é um fato observável da realidade. O modo *irrealis* pode ser veiculado de diferentes maneiras, segundo Elliott (2000), a saber: (i) eventos potenciais (com nuance de futuridade), (ii) evento condicional, (iii) evento com nuance de modalidade (deôntica e/ou epistêmica) e (iv) comandos (em construções imperativas).

Talvez a leitura que seja mais relevante para o presente trabalho seja a de eventos potenciais, isso porque, segundo Elliott (2000, p. 70), tal leitura implica futuridade, já que “um evento que não foi iniciado pode ser visto como tendo o potencial para ocorrer em algum ponto no futuro”.

Entendemos, então, a partir de Elliott (2000), que a diferença entre as sentenças em (26) é que “está chovendo” reporta um fato observável no tempo presente, enquanto em “vai chover” o evento ainda não ocorreu, embora seja uma projeção do que vai acontecer no futuro.

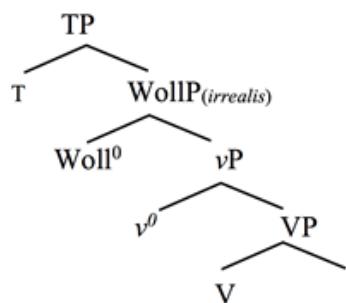
- (26) a. Está chovendo.
 - b. Vai chover amanhã.

Os linguistas formais que têm trabalhado com o tempo futuro no inglês e no PB, por exemplo, consideram que a leitura de futuridade é derivada a partir de um núcleo

funcional relacionado ao *irrealis*, o WollP. Assim, futuro seria uma combinação de dois núcleos funcionais, a saber, um núcleo temporal (TP) e um núcleo modal (WollP), imediatamente c-comandado por TP. Assumindo Wurmbrand (2007), para quem o futuro do presente (*will* do inglês) seria derivado por um T[PRESENTE] mais uma base modal Woll desprovida de Tempo e o futuro do pretérito com um T marcado como passado (*would* do inglês), Luguinho (2011), para o português, propõe que a semelhança de *ir* com os modais epistêmicos (cf. (24) e (25)) é derivada do componente modal *woll* de WollP. Dessa maneira, futuro do pretérito *ia* seria derivado a partir da relação entre T[PASSADO] e Woll, enquanto o futuro do presente com T[PRESENTE] e também Woll.

(27) Formação do Futuro em português (LUNGUINHO, 2011):

- a. *ia* = T[PASSADO] + *woll*
- b. *vou* = T[PRESENTE] + *woll*
- c.



Como já defendido por muitos trabalhos (cf. ABUSCH, 2004; LUNGUINHO, 2006, 2011; WURMBRAND, 2007; RESENDE; ARAÚJO-ADRIANO, 2019), construções de futuridade albergam um traço *IRREALIS*. Dessa maneira, assumimos⁴ que o núcleo *woll* tem traços *IRREALIS* que vão ser relacionados a uma leitura de um evento potencial, no componente semântico. Essa leitura, em uma lógica reichenbachiana, estaria associada à relação dada em (28): tomando *vai chover amanhã* como parâmetro, *chover* está concomitante à referência, *amanhã*, ambos depois do momento da fala. Se o evento vai acontecer ou não, não é possível saber, porém explicita-se um evento em potência.

(28) S_R,E⁵

⁴ Nota-se que essa associação do traço *IRREALIS* ao núcleo *Woll* de WollP, c-comandado por TP, seria também capturado em um modelo cartográfico (CINQUE, 1999).

⁵ Na representação temporal de Reichenbach (1947), a vírgula indica simultaneidade, enquanto o travessão indica precedência do ponto à esquerda. Assim, em S_R_E, o momento da fala (S, do inglês, *speech*) está simultâneo ao momento de referência (R), ambos anteriores ao momento do evento (E).

Além do traço de evento em potência, *ir* também porta traços temporais, conforme proposta de Wurmbrand (2007) e Lunguinho (2011). Diferentemente de Araújo-Adriano (2019, 2020), em que propus que *ir* com leitura de futuridade não apresentava traços temporais, neste trabalho, ao contrário, propomos que tal verbo deve apresentar traços temporais por algumas razões imperativas. A primeira tem a ver com a necessidade de toda sentença apresentar tempo para lhe conferir o estatuto mesmo de sentença. Disso emerge outro problema da análise de Araújo-Adriano (2019, 2020). Caso *ir irrealis* não portasse traços T, mas somente traços Woll[IRREALIS], não seria possível explicar a diferença temporal entre *ia*, *vou* e *irá*, todas disparando uma leitura de um evento com potencial, que pode ocorrer, seja no passado, como é o caso de (29a), seja no futuro, como (29b):

- (29) a. João tinha certeza que a Maria ia/iria ganhar na loteria.
b. João tem certeza que a Maria vai/irá ser alta.

Sendo assim, é necessário haver um traço temporal em *ir*. Talvez uma possível explicação para o descompasso entre uma morfologia de presente (e um traço T de presente) veicular uma leitura futura tenha de ir na direção do que é proposto por Muller e Bertucci (2019): formas verbais de presente são interpretadas canonicamente como presente ou futuro em línguas passado *versus* não passado, como o português. Dessa maneira, a leitura semântica de tempo não seria nada transparente em relação à morfologia verbal, como vemos em (29) e como lembram alguns autores (cf. MIOTO, 1991 e PERINI, 1995, para citar alguns).

Em relação ao feixe de traços do verbo *ir* com uma leitura *irrealis*/futuridade, por ser um auxiliar, tem traços *uV* que vão ser checados a partir da concatenação de um complemento infinitivo. Além disso, *ir_{irrealis}* tem traços *uWoll* não interpretáveis que carregam uma leitura de futuridade, além de traços *uT* temporais:

- (30) Feixes de traços que disparam a leitura futura/evento potencial do auxiliar *ir*
a. *uV[]*
b. *uWoll[IRREALIS]*
c. *uT[PRESENTE/PASSADO/FUTURO]*

1.2.2 A leitura prospectiva do auxiliar *ir*

Analizando dados diacrônicos e sincrônicos, para além da leitura típica de futuridade disparada pelo verbo *ir*, como em *meus filhos vão ser altos*, ARAÚJO-ADRIANO, 2016,

2017 observa que *ir* também veicula uma leitura em que o falante anuncia uma ação que pode ocorrer imediatamente após sua fala, a que o autor chama de um evento [-DISTANTE]. O contraste entre um evento [-DISTANTE] e [+DISTANTE], um evento prototípico de futuridade, é observado a seguir, respectivamente:

- (31) a. E para sua pele, eu vou receitar aqui para você esses dois garranchos ilegíveis.
[-DISTANTE]
b. Então (caso você morra), eu vou casar com a Cláudia. [+DISTANTE]

Em (31a), Araújo-Adriano (2016, 2017) chama atenção para o fato de que, na peça teatral analisada, o falante externaliza que vai receitar um remédio para o paciente e, em seguida, o faz. Por outro lado, em (31b), o evento *casar* não ocorre imediatamente após a sentença ser externalizada, mas, ao contrário, tem potencial para ocorrer, ação dependente, inclusive, de uma condição: a morte do parceiro. Nesse sentido, a relação posta por (31a) vai ao encontro do que Comrie (1976) chama de ASPECTO PROSPECTIVO: quando uma língua tem uma estrutura que é usada para relatar uma ação subsequente, ou seja, quando o falante se encontra em um estado de *estar para fazer alguma coisa*, tal língua instancia aspecto prospectivo.

Compartilhando da mesma intuição, Frawley (1992, p. 322) afirma que as “línguas codificam não só o começo ou o fim de um evento, mas também um ponto um pouco antes do começo de um evento”. O inglês, por exemplo, de acordo com Comrie, faz uso de estruturas como *be + going to*, *be about to*, *be on the point of*, equivalentes aos nossos *ir + infinitivo*, *estar para*, *estar a ponto de* respectivamente. O autor ainda faz considerações sobre a diferença entre o tempo futuro e o aspecto prospectivo, a partir dos exemplos em (32):

- (32) a. Bill is going to throw himself off the cliff
'Bill vai se jogar do penhasco'
b. *Bill will throw himself off the cliff*
'Bill se jogará do penhasco'

Caso algum falante venha a dizer (32a) e *Bill* é impedido de se jogar do penhasco, (32a) é uma sentença falsa – tal falante estava equivocado, suas previsões não se concretizaram, segundo Comrie. Entretanto, caso (32b) seja proferida, e *Bill* tenha sido impedido de se jogar, o falante de (32b) não estava necessariamente equivocado – tudo que o falan-

te dizia era baseado nas pistas e intenções de *Bill se jogar*.

Até mesmo a gramática do latim de Silva (2012) relata que havia duas formas de particípio nessa língua: o particípio presente e o particípio futuro. Para formar o particípio futuro ativo, é necessário acrescer ao tema o sufixo *-urus*, que denota a ideia de prospecção, *de estar em vias de (fazer algo)*. Assim, o autor exemplifica com (33):

- (33) a. *puer lect-urus*

rapaz_{SG} ler-PRSP

‘O rapaz que está para ler, que vai ler, que tem a intenção de ler’

- b. *script-urus sum*

escrever-PRSP ser_{1SG}

‘Estou para escrever, vou escrever’

Alguns dialetos, como o caldeu neoaramaico falado no norte do Iraque, também marcam morfologicamente o aspecto prospectivo. De acordo com Coghill (2010), no dialeto do Tel Kepe há um morfema *zi(l)* que expressa que já há uma intenção ou evidência do que está para acontecer (cf. (34a)). Ao contrário, há também nessas línguas o morfema *b-* usado para os contextos de futuridade que não os imediatamente após a fala (cf. (34b)):

- (34) a. *zi-lə pāθəx.* ou *zi-pāθəx.*

PRSP-L_{3MS.SG} abrir_{3MS.SG} ou PRSP-abrir_{3MS.SG}

‘Vai abrir/ Está para abrir’

- b. *b-pāyəš tāw*

FUT-ficar_{3MS.SG} bom_{MS.SG}

‘Ele vai ficar/ficará bom’

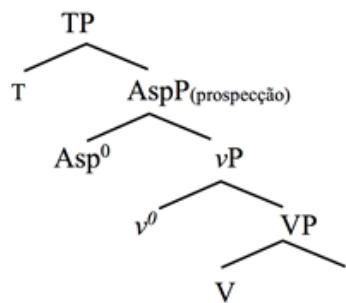
No exemplo (34a), Coghill traz um contexto em que alguma pessoa está esperando pela abertura de uma loja. Assim, se há evidência de que a loja está para abrir – o dono da loja aparecendo do lado de fora e estando na hora da abertura da loja – alguém poderia dizer (34a). Ou seja, dadas as evidências, o evento de *abrir a loja* vai acontecer, provavelmente, imediatamente após o momento da fala. Por outro lado, (34b) é usado por alguém que quis confortar os pais de uma pessoa doente, por exemplo. Ali, a pessoa não ficará boa imediatamente após a fala, repentinamente, mas potencialmente em algum momento no futuro.

Finalmente, quanto ao português brasileiro, Castilho (1967, p. 6) também atesta uma leitura prospectiva, porém nomeada de INCEPTIVA, caracterizada como a “duração de que se conhecem claramente os primeiros momentos, pressentido-se o seguimento do processo.” Em relação ao verbo *ir*, Castilho aponta que ele só pode ser acompanhado de gerúndio (com exemplos somente do espanhol⁶).

Voltando a nossa análise, aos “traços” [\pm DISTANTE] propostos por Araújo-Adriano (2016, 2017) poderia ser atribuída uma distinção entre prospecção e futuridade. Revisitando Comrie (1976), Cinque (1999) e Coghill (2010), para o traço [-DISTANTE], que Araújo-Adriano (2016, 2017) considera veicular uma proposição que ocorre imediatamente após o momento da fala, teríamos um traço [+PROSPECTIVO]. Já para o traço [+DISTANTE], que Araújo-Adriano (2016, 2017) julga como um evento que ocorre após a imediatez da fala, i.e., um evento em potência, estaríamos diante do traço [+IRREALIS].

A partir disso, assumimos⁷ uma estrutura como a de Schmitt (2001), que capturaria a noção de prospecção veiculada pelo verbo *ir*. Para a autora, *vP*, c-comandado por *AspP*, é o domínio da descrição de eventualidade; ao passo que *TP*, domínio temporal do evento, c-comanda *AspP*. Essa projeção aspectual poderia, para Schmitt, albergar uma descrição de eventualidade de qualquer tipo: assim, *AspP* seria o *locus* para lexicalizar Aspecto Prospectivo:

(35)



Além da ideia de prospecção, muitos autores perceberam a estreita relação que o aspecto prospectivo tem com o tempo presente. Comrie (1976) e Jendrascheck (2014), por exemplo, argumentam que as estruturas de aspecto prospectivo sobrepõem o presente simples ou o presente progressivo, na medida em que elas implicam um contexto

⁶ (ii) Es imposible señor, mis hermanos saben que no tengo amigos, jamás tuve un amiguito.
— “Pois tem um agora. Los hermanos precisam ir se habituando” (CASTILHO, 1967, p. 49).

⁷ Mais uma vez, vale notar que a mesma proposta poderia ser capturada sob uma perspectiva cartográfica (CINQUE, 1999), em que tais leituras estariam relacionadas a uma projeção funcional semanticamente associada: a ideia de prospecção seria licenciada pelo núcleo *Asp_{Prospectivo}*, também c-comandado por *TP*.

(iii) Modo _{Atos de Fala} > Modo _{Avaliativo} > Modo _{Evidencial} > Modo _{Epistêmico} > T(Futuro) > Modo *Irrealis* > AspHabitual > T(Anterior) > AspPerfeito > Asp _{Retrospectivo} > Asp _{Durativo} > Asp _{Progressivo} > Asp _{Prospectivo} > Asp _{Completivo1} (...)

preparatório ou um elemento de planejamento, que já está em vigor no momento da fala (DAHL, 2000a,b).

De fato, caso a sentença em (36) fosse proferida, o cachorro deveria estar, no momento da fala, na mesa cirúrgica em vias de ser sacrificado. Isso mostra a relação próxima com o tempo presente, mais saliente com um advérbio semanticamente associado. Diferentemente de (36), uma leitura de evento em potência/futuridade não obrigaria que o *cachorro* estivesse, no momento em que (37) fosse dito, na mesa cirúrgica:

- (36) Meu cachorro vai_{prospecção} ser sacrificado (agora).
(37) Meu cachorro vai_{irrealis} ser sacrificado (amanhã).

O mesmo ocorre, por exemplo, com *ir*_{prospecção} no passado, como em *Meu cachorro ia ser sacrificado (ontem)*, em que a ação estava em vias de acontecer, porém foi interrompida. Esse caráter potencial de *ir*_{prospecção} ocorre também na sua forma de presente: *em ajude, que a caixa vai cair*, o falante percebe que não tem mais forças para carregar uma caixa, portanto, anuncia que a caixa está para cair (propriedade prospectiva). Porém, a possibilidade de ela cair ou não é verídica: caso uma ajuda surja, a caixa não cai – ao contrário, caso a ajuda não apareça, a caixa pode cair (cf. também (31a), em que a ação de *receitar um remédio* tem potencial para ocorrer imediatamente após ser proferido, porém poderia ser interrompida por alguém batendo na porta, por exemplo). Dado esse caráter potencial de *ir* mesmo em uma leitura prospectiva, sugerimos que ele porte também traços *IRREALIS*, que, ao contrário do modo *realis*, é uma factual (PALMER, 2001).

Dessa maneira, a leitura disparada pelo auxiliar *ir*_{prospecção} nada mais é que a combinação de traços de (i) modo (*irrealis*) e de (ii) aspecto (prospectivo): um evento que (i) tem potencial para ocorrer (ii) imediatamente após a fala.

Assumimos então que, em uma leitura em que o evento está em vias de acontecer, o verbo licencia uma categoria funcional denominada Aspecto Prospectivo: *ir* veiculando prospecção teria traços *uV*, uma vez que é um verbo auxiliar, e traços *uAsp* não interpretáveis que carregam a leitura prospectiva. Além disso, a leitura de prospecção instanciaria também um traço temporal *uT[]* e um traço *uWoll [IRREALIS]*:

- (38) Feixes de traços que disparam a leitura prospectiva do auxiliar *ir*
a. *uV[]*
b. *uAsp[PROSPECÇÃO]*

- c. uT [PRESENTE/PASSADO/FUTURO]
- d. uW [IRREALIS]

Em uma lógica temporal de Reinchenbach (1947), a leitura prospectiva de *ir* seria formalizada a partir de uma relação em que o evento estaria ancorado no presente, com potencial para se concretizar imediatamente após o momento da fala, sendo, portanto, uma imagem especular do presente perfeito (E_S,R). A esse tipo de relação, Reinchenbach chama de presente posterior:

(39) S,R_E

2 A mudança sintática

Assumimos neste texto que a mudança diacrônica é produto da análise estrutural pela criança que não necessariamente converge com a gramática que subjaz a sua experiência linguística (DLP), como foi proposto por Lightfoot (1976) e Roberts (2007). Nesse sentido, a reanálise diacrônica seria produto de um raciocínio *abolutivo*, nas palavras de Andersen (1973).

Diferentemente da *dedução*, que utiliza de uma regra e de um contexto para se chegar a um resultado, e da *indução*, que utiliza da análise de contextos e de resultados para se chegar à regra, a *abdução* analisa o resultado e a regra para se chegar ao contexto. Considere o seguinte cenário: *todos os livros da caixa A são de matemática* (regra), *há alguns livros de matemática na estante* (resultado), então provavelmente *os livros de matemática que estão na estante vieram daquela caixa* (contexto). Nesse cenário, alguém poderia dizer que *os livros da estante não vieram da caixa, mas direto da livraria* – e é nesse sentido que Andersen (1973) argumenta que as crianças, quando da aquisição, podem fazer uma escolha errada, observando os dados linguísticos primários, o que leva a uma gramática (regra) diferente da dos pais.

Roberts (2007) esquematiza a análise de Andersen em (40), em que a reanálise por abdução se daria pela análise do *corpus* e da GU, havendo como produto uma gramática-alvo. Porém, a criança pode errar a abdução e confundir o contexto similar (G2) com o contexto real (G1). Isto quer dizer que não há nenhuma relação direta entre G1 e G2, o que emerge o cerne da reanálise: reanálise é nada mais que um descompasso entre gerações.

(40) Geração 1: G1 → *Corpus1*



Geração 2: G2 → *Corpus2*

Assim, são esses “erros” da análise da criança que dão origem à reanálise. Diante dessa perspectiva, Roberts (2007) propõe que toda reanálise envolve mudança paramétrica e, como é o período da aquisição que tem papel importante nessa reanálise, a criança, a partir de “pistas” (*cues*), erra ou acerta a abdução, mediante os dados aos quais tem acesso.

O que parece ser crucial para que a análise abdutiva ocorra é a opacidade da estrutura, definida em termos de complexidade, no sentido de que as crianças por serem conservadoras preferem representações mais simples. Em Roberts (1992), a reanálise ocorre quando uma estrutura muda uma construção C de uma determinada época E para uma construção $C' \neq C$ na época E'. Considerando que a mudança ocorre no processo de aquisição (LIGHTFOOT, 1991, 2006), quando a criança passa a ter mais evidência de C' em vez de C , uma estratégia poderia estar em jogo nesse processo, segundo Roberts (1992, p. 228):

(41) Estratégia de Menor Esforço (EME)

Representações atribuídas às sentenças do *input* usado para a aquisição deveriam ser de tal maneira que elas contenham um conjunto de menores cadeias possíveis (consistentes com: (a) os princípios da gramática e (b) outros aspectos que desencadeiam a experiência linguística.)

Destarte, Roberts estabelece que, dadas as opções em (42), a criança optaria por uma estrutura como a de (42b) e não a de (42a), já que na primeira há uma Cadeia C formada por dois elementos, a partir do movimento de V para T, em que $C = (X, t_i)$. Por outro lado, na segunda estrutura, a cadeia teria somente um elemento em T, em que $C = (X)$:



Pelas estruturas em (43), pode-se assumir que, para Roberts (1992), toda reanálise diacrônica envolve uma simplificação estrutural, um mecanismo natural das línguas, e gera um novo material funcional, a partir de um material funcional ou até mesmo de um material lexical.

Entretanto, ainda na mesma esteira de Roberts (1992) que considera que simplificação estrutural está diretamente relacionada a um número menor de ligações (EME), Roberts e Roussou (2003, p. 201) e Roberts (2007, p. 235; 2017, p. 427) atribuem à simplificação estrutural uma abordagem muito no espírito de Chomsky e Halle (1968) e Longobardi (2001), segundo a qual “[d]adas duas representações estruturais R e R' para um subconjunto de texto *input* S , R é mais simples que R' se R contém menos traços formais que R' ”, denominada aqui de FE (*economia de traços*, *Feature Economy* em inglês).

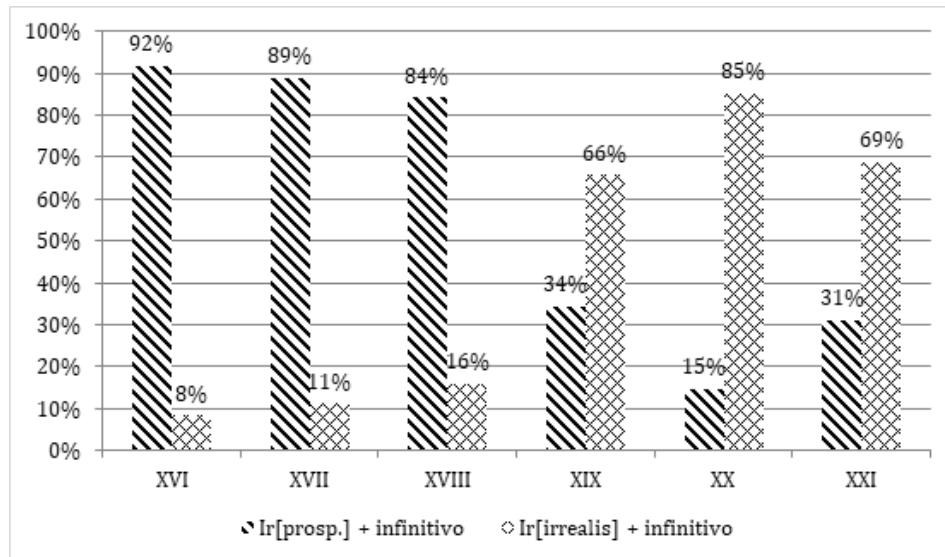
3 Resultados e discussão

Os dados analisados para a pesquisa diacrônica através de seis séculos foram extraídos de textos teatrais portugueses, para os séculos XVI e XVII, e brasileiros, para os séculos XVIII, XIX, XX e XXI. Foi analisado um total de dezoito peças teatrais de gênero comédia⁸, na tentativa de lidar com dados representativos do linguajar de cada época – é nesses gêneros que o autor se sente mais livre para escrever, retratando a língua de seu tempo (conforme defende DUARTE et al., 2012).

Com a análise do *corpus*, foi possível verificar que nem todas as ocorrências de *ir* + infinitivo marcavam necessariamente futuro. Como visto em §1, *ir* + infinitivo também dispara uma leitura de prospecção, exprimindo o anúncio, pelo falante, de que algo está prestes a ocorrer. Dessa forma, mostra-se, na Figura 1, o cenário de *ir* auxiliar ao longo do tempo, de acordo com o tipo de leitura disparada:

⁸ Pela inexistência de peças de teatro brasileiras do século XVI e XVII, nem todos os dados são oriundos de comédias. Assim, para sanar tal carência, na ausência de uma peça de comédia, analisamos autores (e peças) considerados populares, como é o caso de Gil Vicente, Camões e Gregório de Matos, que nos dá a ideia mais próxima do falar e escrever do Brasil do século XVI (no período de descobrimento) e XVII.

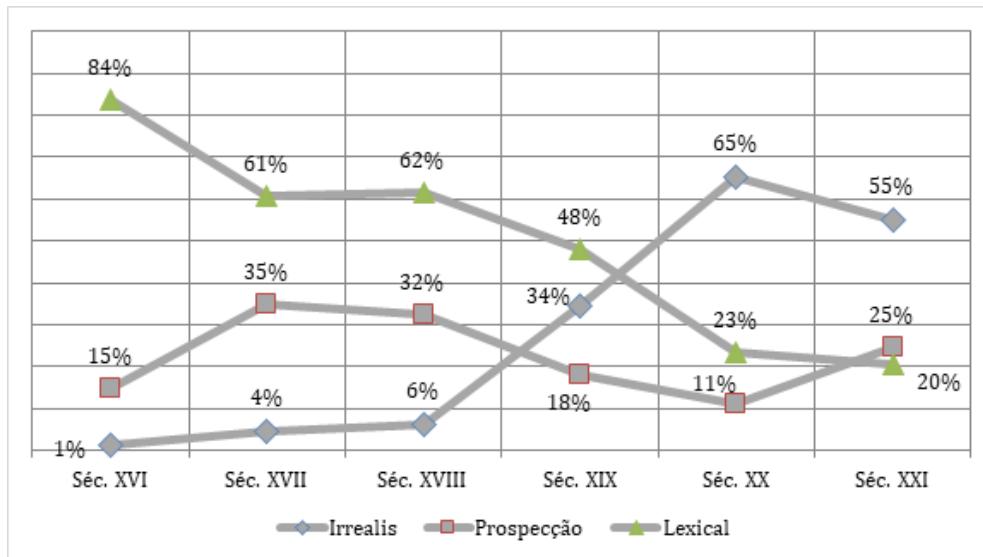
Figura 1 – Ocorrências de *ir* + infinitivo ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Da análise da Figura 1, pode-se observar que a estrutura *ir_{irrealis}* + infinitivo sempre esteve presente no sistema linguístico do português brasileiro, muito embora tenha havido somente 1 ocorrência (8%) no século XVI (dados oriundos de autores portugueses). Porém, o seu uso aumentou gradativamente a partir do século XVIII, sobretudo na virada do século XIX para o século XX (de 16% para 85%): *ir* veiculando futuridade ficou mais frequente. Com o decréscimo significativo, desde o século XVII, do verbo *haver* (cf. MATTOS; SILVA, 1989; VIOTTI, 1998; AVELAR, 2006), que compunha *haver-de*, outra forma que veiculava futuridade (como em *Maria há de ficar curada*), o sistema linguístico alavancou, a partir do século XVIII, uma forma também perifrásica que já tinha traços [IRREALIS], o *ir_{irrealis}* + infinitivo. Abaixo, temos a Figura 2, que mapeia as instâncias do verbo *ir* na sua contraparte lexical, veiculando movimento espacial, e no seu uso funcional, com leituras de prospecção e de futuridade.

Figura 2 – O verbo *ir* ao longo do tempo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando se observam os usos do verbo *ir* ao longo da história do português brasileiro, é possível encontrar mais de uma leitura atribuída a ele. No século XVI, por exemplo, é notório que *ir* lexical expressa com maior frequência seu sentido primário, o de movimento no espaço (cf. (43a')). Nos séculos XVII e XVIII, *ir* continua tendo seu sentido de base, porém passa a expressar um sentido de prospecção (cf. (43b')) com mais frequência. Porém, a mudança fica muito clara entre o século XVIII e XIX, como se observa na Figura 2, com o uso sistemático do verbo *ir* disparando futuridade (*irrealis*) (cf. (43c')), sendo o uso de *ir* mais frequente até o século XXI.

(43) a. *Ir* lexical

a'. Agora vos digo que **vou** contente daqui (Gil Vicente, século XVI)

b. *Ir*_{prospectivo}

b'. **Vou** mudar de camisa, que entendo que estou mijado! (Antônio José da Silva, século XVIII)

c. *Ir*_{irrealis}

c'. Ele **vai** estudar na zona sul. **Vai** morar com a tia em Botafogo. (Miguel Falabella (século XX)

Como discutido em §1, a seleção do DP sujeito é uma propriedade relevante quando se analisam verbos auxiliares *versus* verbos plenos. Por isso, a seleção semântica do sujeito foi controlada para se verificar tal propriedade no verbo *ir*. Adiante, apresentam-se os dados em que se observa o traço semântico **[±HUMANO]** e **[±ANIMADO]** presente no DP sujeito que figura com o verbo *ir*:

Tabela 1 – Traços **[±ANIMACIDADE]** e **[±HUMANO]** no sujeito de *ir* lexical, *ir_{irrealis}* e *ir_{prospecção}*

Século	Lexical				<i>Ir_{prospecção}</i> + infinitivo				<i>Ir_{irrealis}</i> + infinitivo			
	+ ANIMADO		- ANIMADO		+ ANIMADO		- ANIMADO		+ ANIMADO		- ANIMADO	
	+ H	- H	+ H	- H	+ H	- H	+ H	- H	+ H	- H	+ H	- H
XVI	59	0	-	3	11	0	-	0	1	0	-	0
	95%	0%	-	5%	100%	0%	-	0%	100%	0%	-	0%
XVII	70	0	-	0	40	0	-	0	5	0	-	0
	100%	0%	-	0%	100%	0%	-	0%	100%	0%	-	0%
XVIII	160	1	-	1	85	0	-	0	12	0	-	4
	99%	1%	-	1%	100%	0%	-	0%	75%	0%	-	25%
XIX	195	0	-	3	74	0	-	0	129	0	-	13
	98%	0%	-	2%	100%	0%	-	0%	91%	0%	-	9%
XX	107	0	-	1	51	0	-	1	271	1	-	28
	99%	0%	-	1%	98%	0%	-	2%	90%	1%	-	9%
XXI	45	0	-	1	55	0	-	1	106	4	-	14
	98%	0%	-	2%	98%	0%	-	2%	85%	3%	-	11%

A Tabela 1 mostra que, quanto a *ir* lexical, claramente existe uma restrição do DP sujeito. Em todos os séculos, mais de 95% dos sujeitos eram **[+ANIMADO]** e **[+HUMANO]**, como mostrado em (45). Os dados residuais com sujeito **[-ANIMADO]** e **[-HUMANO]** são de expressões idiomáticas (cf. (46)).

- (44) Será que a gente_{[+ANIMADO][+HUMANO]} **vai** pro inferno? (Rutinaldo Júnior, século XXI)
- (45) Conversa_{[-ANIMADO][-HUMANO]} **vai**, conversa vem, me elogiô, disse que eu tenho pança, etc. (Gianfrancesco Guarnieri, século XX)

Ir_{irrealis}, por outro lado, já mostra uma variação quanto à natureza do seu DP sujeito, sendo encontrado com todas as combinações (lógicas) possíveis de traços: **[+ANIMADO]** e **[±HUMANO]** (cf. (47) e (48)) e **[-ANIMADO]** e **[-HUMANO]** (cf. (49)).

- (46) Mas Sr. Azevedo_{[+ANIMADO][+HUMANO]} **vai casar** com ela!... (José de Alencar, século XIX)
- (47) Esse sapato nem urubu_{[+ANIMADO][-HUMANO]} **vai querer**. (Gianfrancesco Guarnieri, século XX)
- (48) Diz que o colégio_{[-ANIMADO][-HUMANO]} **vai ser** fechado... (Arthur de Azevedo, século XX)

Por fim, inesperadamente, o verbo *ir*_{prospecção} restringiu, de certa forma, o seu sujeito nos dados analisados. Não houve nenhum caso em que o sujeito era [+ANIMADO] e [-HUMANO], como ocorreu com *ir*_{irrealis}.

- (49) LOVE: Abre essas orelhas e ouve o que eu_{[+ANIMADO][+HUMANO]} **vou dizer**: se aquele monte de bosta disser ... (Mario Bortolotto, século XXI)
- (50) (Ouve-se o sino da estação e, ao longe, o arfar surdo do trem)
DONA RITOCA: O trem_{[-ANIMADO][-HUMANO]} **vai chegar!** (Roberto Gomes, século XX)

A partir dos resultados obtidos na análise diacrônica, esquematizamos a reanálise do verbo *ir* ao longo do tempo do seguinte modo:

(51) **Reanálise do verbo *ir***

- 1º estágio (século XVI): *ir* lexical
- 2º estágio (século XVII e XVIII): *ir* lexical; *ir* funcional_{prospecção}
- 3º estágio (século XIX, XX e XXI): *ir* lexical; *ir* funcional_{prospecção}; *ir* funcional_{irrealis}

O processo de reanálise do verbo *ir*, de lexical para funcional, tem consequências sintáticas e semânticas. *Ir* lexical tem uma leitura de movimento, em que um sujeito se locomove no espaço. Normalmente, tal uso é acompanhado de um locativo indicando a origem e/ou destino, mas isso não é categórico, como (52) mostra. Na pesquisa diacrônica, foi possível observar que, além do locativo (cf. (53)), havia também um advérbio de finalidade, em que o falante se locomovia a um lugar com o objetivo de fazer determinada ação. É o que se pode observar em (54).

- (52) Tocam os Anjos seus instrumentos, e as Virtudes, cantando, e os pastores, bailando, se **vão** \emptyset . (Gil Vicente, século XVI)

- (53) As salvas foram pedidas, e sendo enfim emprestadas, depois de Ihas terem dadas, foram salvas, e perdidas: e com ser às escondidas o pedido, que as assola, triunfando **vão** [para Angola], pois se levanta sua alma tirando a esmola da Palma com o Santo, e com a esmola.
- (54) Quem os vê ir para o templo com as contas e os livrinhos de devoção, julgará que **vão por** ver a Deus Trino (Gregório de Matos, século XVII)

Em (52)-(54), o verbo *ir* lexical indica que algumas pessoas se locomovem para determinado lugar. Ali, *ir* é um verbo lexical, com seu sentido original de movimento no espaço. Porém, com o passar do tempo, a preposição que encabeça o advérbio de finalidade, por exemplo, desaparece, embora outro material ainda permaneça entre o verbo *ir* e o infinitivo, que marca, de certa forma, prospecção:

- (55) **Vou**-me agora \emptyset regalar, levar boa vida, comer, e beber (Antônio José da Silva, século XVIII)
- (56) Espera, Esopo, que eu **vou** contigo \emptyset perguntar a esse insolente se há-de casar com outrem, estando eu viva (Antônio José da Silva, século XVIII)

Nos exemplos acima, *ir* já veicula prospecção, com o falante anunciando que vai fazer alguma coisa e a faz. Mantendo ainda a ideia de locomoção espacial,⁹ é possível fazer a leitura de que os falantes em (55) e (56) anunciam que estão prestes a se locomover para (ou com a finalidade de) fazer alguma coisa: *regalar* e *perguntar*, respectivamente. É interessante perceber que os casos de prospecção encontrados no *corpus* são muito parecidos com os acima, em que ainda fica marcada a ideia de locomoção espacial do verbo *ir*, a partir do seu anúncio:

- (57) Mulher, arranja esta sala, enquanto me **vou** \emptyset fardar. (Martins Pena, século XIX)

⁹ Lunguinho (2011) também mostra que numa sentença como (i) existe uma ambiguidade atribuída à ideia de locomoção espacial e temporal:

(i) O gato vai comer a carne que você descongelou.

O autor insere expressões temporais e sintagmas locativos para ressaltar a leitura de futuridade e de movimento, respectivamente:

(ii) Se você deixar a porta aberta, o gato vai comer a carne que você descongelou.

(iii) O gato vai lá para a cozinha comer a carne que você descongelou

De fato, concordamos que existe uma ambiguidade na sentença acima; porém, ali se acredita que há uma terceira leitura embutida, a de prospecção, em que o falante diz (i) quando vê que o gato acabou de pular na pia da cozinha e está prestes a comer a carne.

- (58) Eu **vou** já \emptyset entrevistar o vigário (Dias Gomes, século XX)
(59) Eu **vou** \emptyset colocar uma música (Mario Bortolotto, século XXI)

Em (57)-(59), o falante anuncia que está prestes a se locomover para (com o fim de) praticar determinada ação. Em (58) o advérbio *já* mostra claramente que a ação vai acontecer logo após o anúncio, evidenciando a leitura prospectiva do verbo *ir*. Na sequência, o terceiro estágio da reanálise do verbo *ir* (cf. (51)) ocorre quando a ideia de locomoção espacial desaparece, bem como a ideia de finalidade:

- (60) Juca. - Nós fizemo *greve!* Diz que o colégio **vai ser** fechado... (Arthur de Azevedo, século XIX)
(61) “O senhor acha que a turma **vai topá** a greve?” (Gianfrancesco Guarnieri, século XX)
(62) “Se hoje conseguiu um real, daqui a três dias **vai juntar** o suficiente pra comprar o cartão e voltar pra casa” (Rutinaldo Júnior, século XXI)

Os exemplos acima ilustram a leitura do evento em potência veiculado pelo verbo *ir*, em que se tem uma leitura de locomoção temporal melhor exemplificada por (62), com a presença da expressão temporal *daqui a três dias*. Dessa forma, como já atestado por outros autores (cf. OLIVEIRA, 2006), o verbo *ir* como auxiliar temporal parece ter sua origem adverbial, que tinha como complemento um PP locativo ou um PP de finalidade (cf. (53) e (54)). Uma vez que a reanálise de locomoção se instaura, a preposição desaparece, ou se posiciona antes ou depois do sintagma verbal, e o auxiliar e o infinitivo passam a formar uma única unidade sintática, sendo considerados uma perífrase.

Sob o ponto de vista semântico, a seleção do sujeito mostrou ser uma propriedade relevante para a reanálise do verbo *ir*. Verbos auxiliares, por serem inacusativos, não restringem a seleção semântica do seu sujeito – tal seleção é de responsabilidade do verbo no domínio não finito, no caso, o verbo infinitivo. Ou seja, *ir* como auxiliar pode ser concatenado com qualquer tipo de sujeito, seja animado, inanimado, agente, humano, não humano etc., enquanto o verbo lexical não. De fato, *ir_{irrealis}* não apresentou restrição de seleção semântica (cf. Tabela 1), figurando com DP [+ANIMADO] e [±HUMANO] e também [-ANIMADO] e [-HUMANO], comportando-se inteiramente como um auxiliar nesse quesito.

De maneira inesperada em um primeiro momento, *ir*_{prospectivo} apresentou restrição semântica quanto ao seu DP sujeito, não havendo dados de um sujeito [+ANIMADO] e [-HUMANO], o que pode sugerir que nesse estágio *ir*_{prospectivo} não estava totalmente gramaticalizado, não se comportando completamente como um auxiliar. Talvez isso se deva ao fato de que tal verbo, nesta leitura, estava ainda em processo de reanálise, visto que a ausência de restrição semântica pelo sujeito é evidenciada mais tarde, somente nos séculos XX e XXI. Uma vez que o Aspecto prospectivo está relacionado a um “anúncio” para uma ação subsequente, espera-se que tal ação seja feita por um sujeito [+HUMANO] e [+ANIMADO], simplesmente porque tal tipo de sujeito tem mais controle da sua ação a ponto de anunciar-la, diferentemente de sujeitos [-ANIMADO] e [-HUMANO], que, embora tenha aparecido pouco nos dados analisados, são produtivos no PB atual, como em *a porta vai bater, o copo vai cair*, o que poderia sugerir que sua reanálise tenha se completado.

Quanto a *ir* veiculando movimento espacial, era esperado que houvesse restrição semântica do seu sujeito, já que tal verbo é um verbo pleno: sua restrição é clara quando é necessário que seu sujeito seja capaz de se locomover, não sendo esperado, por exemplo, que um DP [-ANIMADO], *a parede*, se concatene com *ir* lexical, uma vez que o nome *parede* não tem propriedades que combinam com *locomover*, isto é, *parede* não pode se locomover por si só, não é agentivo, daí a restrição imposta pelo verbo.

4 Uma proposta explicativa para a reanálise de *ir*

Nesta seção, trazemos nossa proposta explicativa para a reanálise do verbo *ir* na história do português brasileiro, levando em consideração as propriedades arroladas em §2. Vamos mostrar que a reanálise do verbo *ir* ocorreu de maneira *upward (para cima)*, com consequente perda de traços formais. Ademais, tal proposta explica o estágio intermediário da reanálise de *ir*, conforme argumentamos também em §2.

4.1 Ingrediente teórico

Assumimos como ingrediente teórico a proposta alternativa de Pesetsky e Torrego (2007), para quem valoração e interpretabilidade são independentes (diferentemente do proposto por Chomsky, 2001 – “um traço F é não interpretável, se e somente se é não valorado”), ao passo que os itens lexicais vêm do léxico com traços que podem se combinar de duas maneiras: (i) não interpretáveis mas não valorados e (ii) interpretáveis mas não valorados. Ou seja, um traço F pode ter ou não um valor v quando valorado,

[v], e quando não valorado, vazio []) e pode ser interpretável (*i*) ou não interpretável (*u*). Dessa combinação, chega-se ao arranjo em (I).

- (I) a. F interpretável e valorado: *iF*[v].
b. F interpretável e não valorado: *iF*[].
c. F não interpretável e valorado: *uF*[v].
d. F não interpretável e não valorado: *uF*[].

Assim, em uma relação entre XP e YP, tal que X c-comanda Y, o núcleo Y tem um traço *uX* não interpretável que participa de uma relação de *Agree* com o traço X de XP. Como X c-comanda Y, seu traço X deve ser uma sonda. Dessa maneira, X em XP deve ser um traço *iX* interpretável, não valorado, agindo como uma sonda. Igualmente, X em Y é um traço não interpretável que é valorado, agindo como um alvo. Pelo *Princípio de Interpretabilidade Plena*, o traço não valorado deve ser apagado o mais rápido possível (esse apagamento é indicado por *uX*), para que a estrutura convirja na Forma Lógica (LF).

Ainda segundo os autores, o traço que age como sonda, em uma abordagem de *Agree*, sempre é o traço não valorado:

Isso significa que T no verbo finito nessas línguas é um traço não interpretável que participa de uma relação de *Agree* com T em Tns. Uma vez que Tns c-comanda o verbo finito, seu T deve ser a sonda nessa relação. Consequentemente, T em Tns deve ser um traço interpretável que é não valorado e age como uma sonda. Do mesmo modo, T no verbo finito deve ser um traço não interpretável que é valorado e age como um alvo (PESETSKY; TORREGO, 2007, p. 270).

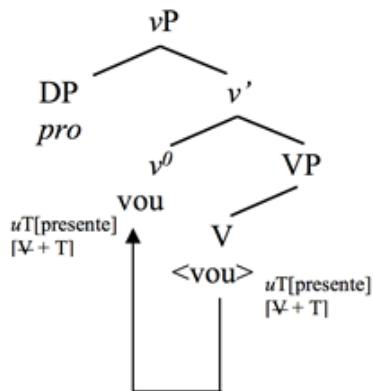
4.2 Derivando *ir* lexical

Como mostramos em §3, *ir*, assim como na contemporaneidade, figurou como verbo que veiculava movimento espacial, selecionava semanticamente seu DP sujeito, selecionava um PP como complemento (na presença de um). Dessa maneira, tais propriedades são depreendidas se *ir* nuclear uma projeção dentro de *vP* dado seu traço categorial V: por estar em um núcleo lexical (após movimento de *V⁰* para *v⁰*), tal verbo é capaz de selecionar seu DP argumento interno; estar disponível para nominalização, e por portar um traço *iV*, *ir* lexical não precisa selecionar um verbo como seu complemento.

Diante disso, a dinâmica da derivação do verbo *ir* lexical em (64) está representada abaixo. Primeiramente esse verbo é inserido dentro da concha de VP, em V^0 , participando da seleção semântica dos seus argumentos, como visto em §1 (caso um PP faça parte da Numeração, este é concatenado como complemento de V^0). Em seguida, o verbo move-se para o núcleo de vP , checando, eventualmente, o papel temático do DP sujeito. Até esse ponto da derivação, a estrutura está representada em (64), a seguir:

- (63) Não sei pera onde **vou**; sou selvagem sou uma alma que pecou culpas mortais contra o Deus que me criou à Sua imagem. (Gil Vicente, século XVI)

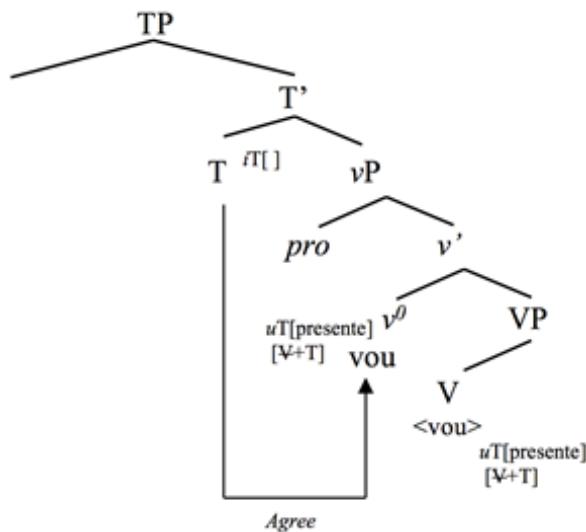
(64)



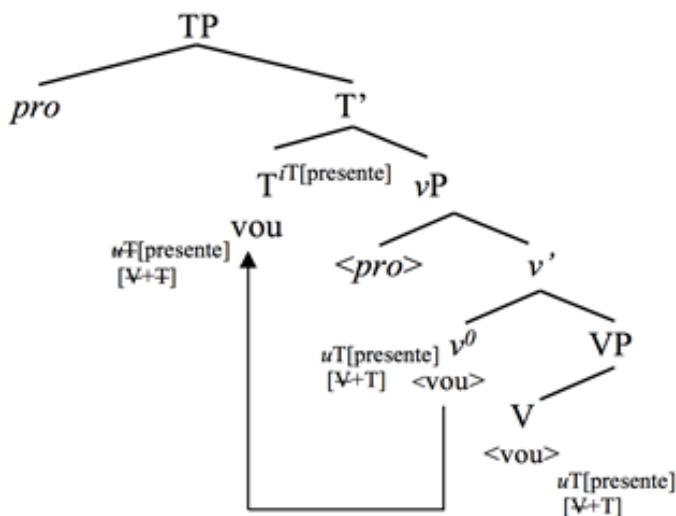
Após a checagem de papel temático, o verbo lexical precisa ter seus traços temporais $uT[\text{PRESENTE}]$ checados para que só sejam encaminhados para LF traços interpretáveis. Dessa forma, insere-se na derivação o núcleo T, cujos traços $iT[]$ precisam ser valorados. T age como uma sonda, encontrando o traço uT do verbo. Por esse traço ser não interpretável, ele está ativo para a computação sintática. O traço a ser valorado $iT[]$ deve ser o traço de PRESENTE, pois o componente semântico precisa interpretar a temporalidade da sentença como concomitante à fala, i.e., como presente dêitico.

Portanto, o verbo *ir*, na derivação de (63), após a relação de *Agree* com o T^0 , checa seu traço uT e, com efeito, valora o traço do núcleo de TP com o valor [PRESENTE] (cf. (65a)). A derivação termina costumeiramente, com movimento do verbo a T^0 :

(65) a.



b.



4.3 Derivando a leitura prospectiva de *ir* auxiliar

Argumentamos em §2 em favor da existência de uma leitura prospectiva para o verbo *ir*, inclusive com evidências históricas da sua existência, como mostramos em §3. Conforme foi discutido, o aspecto prospectivo está intimamente relacionado às noções de tempo, modo e aspecto. Por se tratar de um evento que tem potencial para ocorrer imediatamente após a fala, conferimos tais leituras aos seguintes traços: Woll[*IRREALIS*], que dispara a leitura de evento potencial, Asp[*PROSPECÇÃO*] que veicula a imediatez do evento e T[*PRESENTE/PASSADO*] que anora o tempo desse evento potencial como imediatamente após a uma fala anterior – *A porta ia bater*, mas o João não deixou) – ou no momento da fala – *A porta vai bater* (*e bate*).

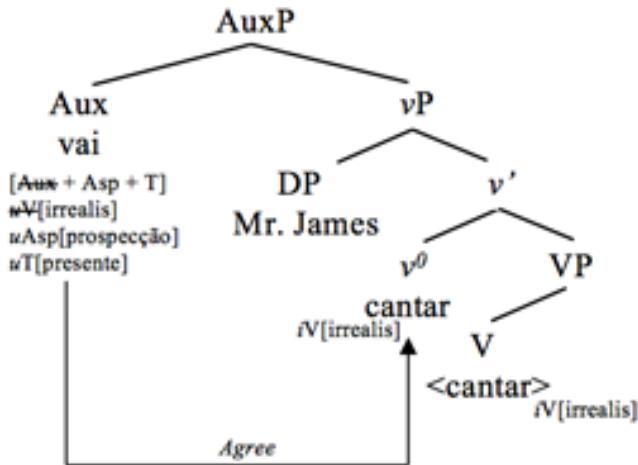
Quando o auxiliar entra na derivação, o seu traço *uV* funciona como uma sonda em busca de um alvo. O verbo *ir* licencia o traço modal do alvo com o valor [*IRREALIS*]. O alvo ativo seria, pois, o verbo que está no complemento do auxiliar, que porta traços *iV*[*IRREALIS*], uma vez que o traço [*IRREALIS*] em V vai ser responsável pela manifestação morfológica do infinitivo, que é a única forma não finita selecionada pelo verbo *ir* (cf. LUNGUINHO, 2006, 2011; RESENDE; ARAÚJO-ADRIANO, 2019). A derivação acontece como se segue, levando em consideração (66), a seguir:

(66) Atenção! Mr. James vai cantar! (Joaquim Macedo, século XIX)

A derivação de (66) começa com a inserção do verbo principal e seus argumentos. Por ser um auxiliar, *ir*_{prospecção} não seleciona seus argumentos, deixando tal função para o verbo principal. No caso, o verbo *cantar* é inserido no núcleo de V, que se move para a posição de núcleo, *v*. Após a inserção do DP sujeito, *v* checa o papel temático de [+AGENTE] do seu argumento externo. Tal verbo carrega traços *iV*[*IRREALIS*], realizados foneticamente como um VP infinitivo, que precisam ser checados. Em seguida, o auxiliar, que porta traços *uV*[], é inserido¹⁰ em Aux⁰ por ter traços categoriais *v*_{aux}. A presença desse traço não interpretável o qualifica como uma sonda que estabelece *Agree* com o alvo *cantar*. Como existe c-comando entre o auxiliar e o verbo, a relação de *Agree* é estabelecida e o traço *uV*[] do auxiliar é valorado:

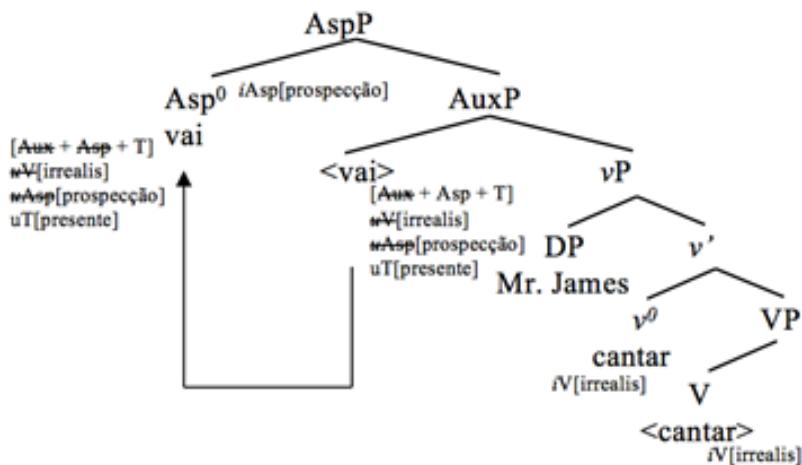
¹⁰ A escolha teórica de se concatenar auxiliares em uma projeção AuxP e não diretamente na zona TAM, como é proposto por Roberts e Roussou (2003), é justificada pelo fenômeno da elipse de VP. Cyrino e Matos (2005) mostram que é o alcance do verbo (finito ou auxiliar) que garante que haja paralelismo entre o local de identidade e o verbo. Para as autoras, quando o verbo se move, a cópia deixada é interpretada como o predicado, o que impede a agramaticalidade de **“Ele trabalhava até tarde e nós também ficávamos [-]”, em que [-] é tido como “ficávamos a trabalhar/trabalhando até tarde”. Se auxiliares no PB forem diretamente inseridos na zona TAM, a elipse de VP não seria licenciada. De qualquer modo, uma das motivações de Roberts e Roussou (2003) para a concatenação do auxiliar diretamente em TAM é a ausência de seleção semântica dos auxiliares. Ora, tal comportamento também é esperado quando auxiliares são concatenados em AuxP: por estarem fora de vP, local da seleção do DP sujeito, esses verbos são incapazes de restringir seu sujeito. Dessa maneira, concatenar o verbo auxiliar em Aux⁰ explica o seu comportamento no que se refere tanto à seleção semântica quanto ao licenciamento da elipse de VP.

(67)



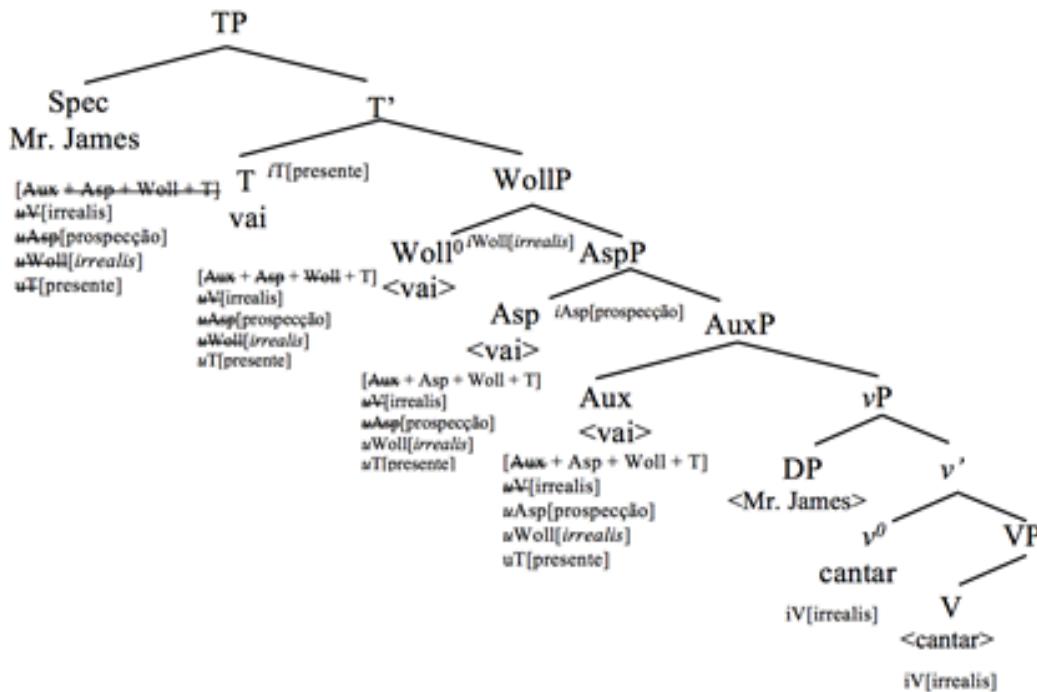
Na medida em que o auxiliar precisa checar seus traços não interpretáveis, outros objetos sintáticos precisam ser inseridos na derivação. Não obstante, para que a leitura de prospecção, presente no traço *uAsp[PROSPECÇÃO]*, seja capturada no componente semântico, *ir* precisa estabelecer uma relação de *Agree* com um núcleo funcional que cheque tal traço. Quando AspP é inserido na derivação, seu núcleo tem um traço *iAsp[]* que precisa ser valorado. Tal valoração ocorre por meio da operação de *Agree*: o traço *iAsp* atua como uma sonda e encontra o traço *uAsp* do auxiliar. Por esse traço ser não interpretável, esse traço está ativo para a computação. *Agree* é estabelecido e *iAsp* em AspP é valorado como *[PROSPECÇÃO]* e o traço *uAsp* do auxiliar *ir* é checado. Após essa operação, ocorre movimento de *v_{aux}* para AspP[PROSPECÇÃO].

(68)



Quando WollP é inserido, os seus traços não valorados entram em uma relação de *Agree* com o alvo ativo, os traços do auxiliar. O traço interpretável de Woll é valorado como [IRREALIS] e o traço não interpretável do auxiliar é apagado. Após o movimento de *ir* para Woll, a derivação ocorre normalmente, com a projeção de T e valoração de seu traço *iT* [] com o valor [PRESENTE] do traço *uT*[PRESENTE] do auxiliar, seguido do seu movimento para T⁰:

(69)



A estrutura em (69) seria o segundo estágio da evolução do verbo *ir* (cf. §3).

4.4 Derivando a leitura de futuridade de *ir* auxiliar

Como já discutido, em termos formais, Roberts e Roussou (2003), ao observarem o fenômeno da grammaticalização nas línguas, argumentam que a principal generalização que se pode fazer é que ele cria um novo material funcional que sempre envolve simplificação estrutural e reanálise de movimento. Dessa maneira, a reanálise de *ir*, conforme argumentamos, deveria ser captada em termos de mapeamento sintático, ou seja, a estrutura sintática (ou a derivação) de *ir_{irrealis}* deveria ser diferente da de (69), a fim de derivar essa mudança.

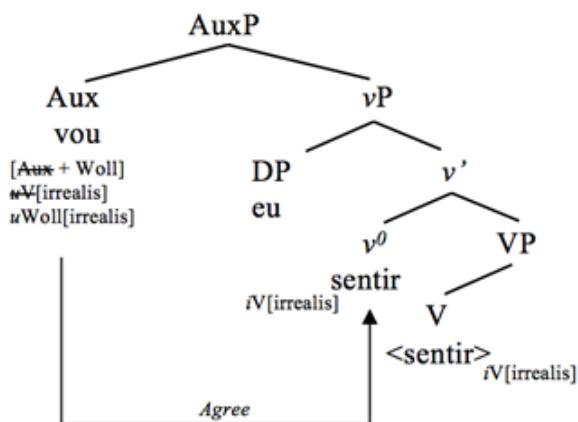
Dito isso, o verbo *ir*, veiculando evento em potência, por ser um auxiliar cuja dependência morfossintática é selecionar um verbo não finito, tem traços *uV*[]. O verbo c-comandado pelo auxiliar tem traços *iV*[IRREALIS], realizado foneticamente como infinitivo. *Ir_{irrealis}* também tem traços que, em LF, levam a uma leitura de um evento em po-

tência. Assim, tal item carrega consigo traços não interpretáveis $uWoll[IRREALIS]$. *Ir* em (70), por estar flexionado no presente, também portaria um traço temporal $uT[PRESENTE]$. Dessa forma, vejamos como ocorre a derivação da seguinte sentença.

- (70) Eu sempre vou sentir muito orgulho de ter sido apaixonado por você. (Mario Viana, século XX)

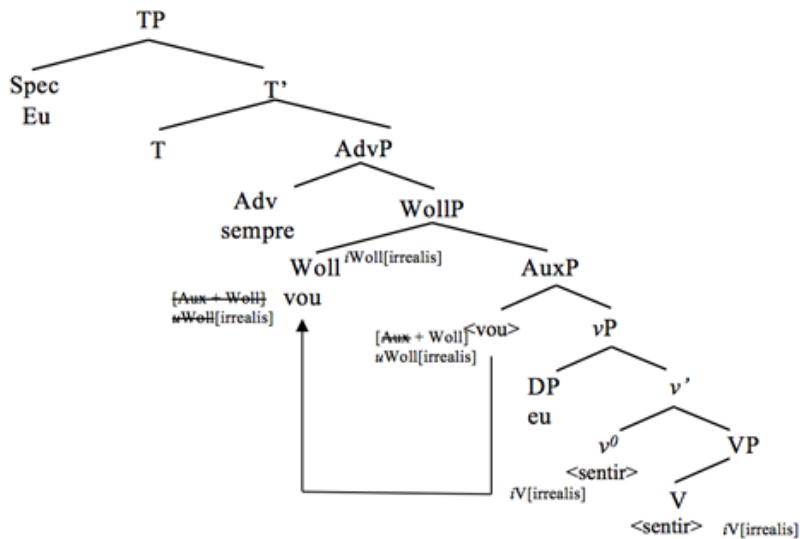
Primeiramente, o verbo lexical *sentir* é inserido na derivação na concha do VP, atuando na seleção semântica dos seus argumentos. Em seguida, V se move para o núcleo de vP e, quando o DP é inserido em *Spec*, v , o verbo checa seu papel temático. Em seguida, o auxiliar $v_{aux} ir_{irrealis}$ é introduzido em *AuxP* com traços $uV[]$, agindo como uma sonda à procura de um alvo que porta traços $iV[IRREALIS]$. A relação de *Agree* com o verbo valora seus traços como $[IRREALIS]$, o que licencia um VP infinitivo. A derivação de (70) é representada em (71) até o momento em que *AuxP* é inserido:

- (71)



Após a relação de *Agree* de v_{aux} com v , para que a sentença seja interpretada com uma leitura futurizada no componente semântico, é necessário que os traços $uWoll[IRREALIS]$ do v_{aux} sejam deletados. Para tanto, *WollP* é inserido na derivação. O traço $iWoll[]$ de *WollP* entra em uma relação de *Agree* com o traço $uWoll$ do auxiliar. *Agree* é estabelecido e o traço $iWoll$ de *WollP* é valorado como $[IRREALIS]$, com consequente apagamento do traço $uWoll$. Após completado o *AdvP*, no caso de (70), o núcleo de *TP* é inserido.

(72)



Diferentemente de outras propostas aventadas na literatura (cf. WURMBRAND 2007; LUNGUINHO, 2011), propõe-se aqui que o v_{aux} $ir_{irrealis}$ não se move para a posição de T^0 , mas somente estabelece *Agree* com esse núcleo para checar traços temporais uT [presente], no caso de (70). Argumentamos que *ir* não sobe para T em estruturas de futuridade, tendo em vista o ordenamento do advérbio *sempre*¹¹ e o licenciamento da elipse de VP.

Alguns autores atestam a preferência pela anteposição de *sempre* ao verbo, no PB contemporâneo (cf. AMBAR et. al, 2004; CYRINO, 2013; TESCARI NETO, 2013; REINTGES; CYRINO, 2018; SCHIFANO, 2018). Em relação à diacronia, enquanto a forma sintética esteve presente no sistema linguístico do PB, o verbo se encontrava em uma posição à esquerda de *sempre*, V_ADV_{sempre} . Isso sugere que a forma sintética se movia para um núcleo, T^0 , acima deste advérbio, caso se considere que a sintaxe do ADV_{sempre} é T c-comandando *sempre*: $[TP [T][ADVP [sempre][WollP [Woll^0][AspP [Asp^0][...[AuxP [Aux^0][VP]]]]]]]$ (cf. CINQUE, 1999; CYRINO, 2013; REINTGES; CYRINO, 2018, SCHIFANO, 2018; entre outros). Com a entrada de $ir_{irrealis}$ + infinitivo no sistema linguístico, o ordenamento do ADV_{sempre} mostra que o verbo

¹¹ Há, no entanto, evidências recentes, descobertas após este trabalho ter sido concluído, de que, na realidade, o verbo *ir* deve se mover para uma posição mais alta na sentença considerando o posicionamento desse verbo em relação a não apenas o advérbio *sempre*, mas também em relação a advérbios mais altos que c-comandam tal advérbio no PB contemporâneo, como ainda, *não ... ainda*, *não ... mais* (cf. ARAÚJO-ADRIANO, 2021a, 2021b).

¹² Cyrino (2013) e Reintges e Cyrino (2018) assumem, seguindo Giorgi e Pianesi (1997), que TP é dividido em dois: TP1 e TP2. Para eles, *sempre* com leitura aspectual/temporal no PB é c-comandado por TP1, mas não TP2, como em $[TP1 [T1][ADVP [sempre][TP2[T2][vP]]]]$. Assim, a ordem *sempre_V* é gerada quando V se move a TP2, mas não TP1. Nossa análise vai ao encontro da proposta de Cyrino (2013) e Reintges e Cyrino (2018): diríamos que o futuro sintético se movia até TP1 para licenciar a leitura de Tempo futuro, gerando a ordem *V_sempre*, enquanto a perífrase com *ir* teria como pouso final TP2, o que linearizaria a ordem *sempre_V*.

se encontra a sua direita, o que evidencia o movimento menor do verbo: para um núcleo abaixo de tal advérbio, no caso *Woll⁰*:

- (73) a. Tende-me em conta de amigo, e [_{TP} [_T [_V tereis [_{ADV} **sempre** de mim excessos de par em par, finezas de mim em mim (Gregório de Matos, século XVII)
b. [_{TP} [_T Eu [_{ADV} sempre [_{WOLL} vou sentir muito orgulho de ter sido apaixonado por você (Mario Vianna, século XIX)

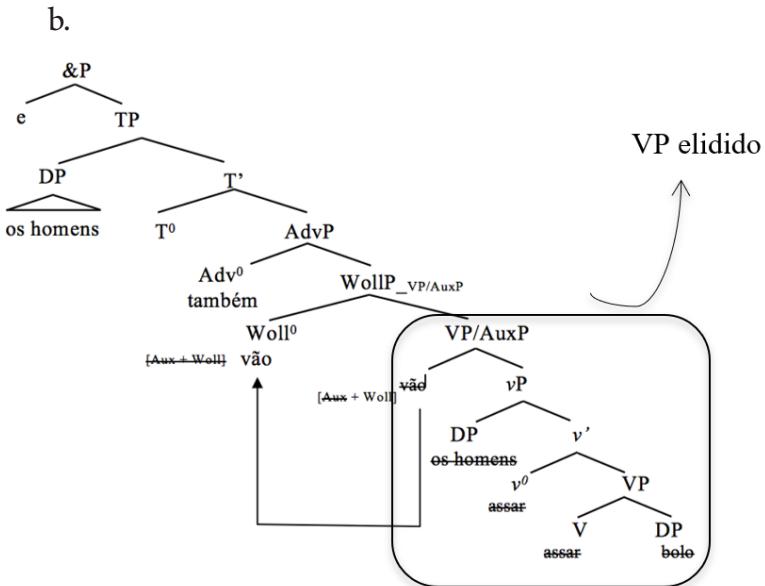
Em relação à elipse de VP, Matos e Cyrino (2001) e Cyrino e Matos (2002), por exemplo, propõem que a projeção funcional que licencia tal elipse em PB pode ser qualquer projeção funcional abaixo de T, enquanto no PE é T. Seguindo essa esteira, uma vez que propomos que *ir_{irrealis}* não se move para T¹³ em PB, isso poderia fazer algumas previsões sobre a elipse de VP. Se nossa análise estiver no caminho correto, é esperado que possamos encontrar elipse de VP em contextos em que a posição para onde o verbo se move é *Woll⁰* (TP > *WollP*), i.e., uma posição abaixo de TP:

- (74) a. As mulheres vão assar bolo para a festa e os homens não vão [-]
[-] e os homens não [_{Woll⁰} _{vão_i} [_{VP/AUXP} _{vão_i} assar bolo para a festa]]
b. As mulheres vão assar bolo para a festa e os homens também vão [-].
[-] e os homens também [_{Woll⁰} _{vão_i} [_{VP/AUXP} _{vão_i} assar bolo para a festa]]

Em (74), percebemos que a elipse de VP é recuperada em um contexto perifrástico de futuridade, uma vez que o verbo se move para a projeção funcional mais baixa que TP. De acordo com Cyrino e Matos (2007), a elipse de VP é licenciada sob c-comando local por um núcleo funcional com traços-V que se concatena com ele. Portanto, o licenciamento da elipse de VP no contexto de futuridade ocorre quando T se concatena com *WollP_vP*, que poderia ser o licenciador verbal. Uma vez que um item de natureza verbal se concatena com *WollP*, ele também satisfaria o requerimento de c-comando imediato proposto pelas autoras. Observe:

- (75) a. As mulheres vão_{PRS-3s} assar_{.INF} bolo para a festa e os homens também vão_{PRS-3s} [-]

¹³ Na realidade, assumindo uma arquitetura um pouco mais estruturada, como a de Harwood (2015) – TP > InfP > ProgP > PartP > VozP > vP –, a elipse do VP em (74) e (75) poderia muito bem ser explicada ainda que *ir* tenha se movido para T (cf. também Nota 11). O ponto é que o infinitivo elidido, tendo sido licenciado pelo movimento do VP a InfP, por exemplo, ainda mantém a generalização de que em PB a elipse de VP é abaixo de T.



Dante disso, o próximo passo da derivação em (75) e (72) é estabelecido com a relação de *ir_{irrealis}* e T por meio de uma operação de *Agree* entre os traços *uT* [PRESENTE] de *ir* e os traços *iT* [] de T⁰ (e posterior movimento do DP sujeito em Spec, *vP* para Spec, TP). Como lembram Muller e Bertucci (2019), verbos no presente, em línguas passado *versus* não passado como o PB, disparam uma leitura canônica de presente ou de futuro. Assim, a leitura semântica associada ao traço valorado em T leva em consideração a morfologia de *ir* e não necessariamente uma correlação semântica.

5 À guisa de uma conclusão

A reanálise do verbo *ir*, como sugerido neste artigo, ocorreu em três estágios. Em um primeiro momento (séc. XVI), *ir* comportava-se como um verbo lexical, com leitura de movimento espacial, selecionando seus argumentos. Em um segundo momento (séc. XVII e XVIII), esse verbo foi reanalisado a partir da sua contraparte lexical e passou a ter propriedades de verbo funcional, disparando uma leitura de prospecção. Por último, em um terceiro momento (séc. XIX, XX e XXI), *ir* foi reanalisado novamente como outro item funcional (ao que ROBERTS; ROUSSOU, 2003 chamam de “caminhos de gramaticalização”). A Tabela 2 organiza esse caminho da gramaticalização do verbo *ir* no português brasileiro.

Tabela 2 – O caminho da gramaticalização de *ir*: de lexical a funcional

Época	Estrutura	Leitura	Traços formais
XVI	$[_{TP}[_{_T} \text{vou}][...[_{vP}[_{_v} \text{vou}][_{VP}[_{_v} \text{vou}]]]]]$	Locomoção	$uT[]$ iV
XVII XVIII	$[_{TP}[_{_T} \text{vou}][...[_{vP}[_{_v} \text{vou}][_{VP}[_{_v} \text{vou}]]]]]$	Locomoção	$uT[]$ iV
	$[_{TP}[_{_T} \text{vai}][_{WollP}[_{Woll} \text{vai}][_{AspP}[_{Asp} \text{vai}][...[][_{AuxP}[_{Aux} \text{vai}][_{vP}[_{_v} \text{cantar}][_{VP}[_{_v} \text{cantar}]]]]]]]$	Prospecção	$uWoll[IRREALIS]$ $uAsp[PROSPECÇÃO]$ $uT[]$ uV
XIX, XX e XXI	$[_{TP}[_{_T} \text{vou}][...[_{vP}[_{_v} \text{vou}][_{VP}[_{_v} \text{vou}]]]]]$	Locomoção	$uT[]$ iV
	$[_{TP}[_{_T} \text{vai}][_{WollP}[_{Woll} \text{vai}][_{AspP}[_{Asp} \text{vai}][...[][_{AuxP}[_{Aux} \text{vai}][_{vP}[_{_v} \text{cantar}][_{VP}[_{_v} \text{cantar}]]]]]]]$	Prospecção	$uWoll[IRREALIS]$ $uAsp[PROSPECÇÃO]$ $uT[]$ uV
	$[_{TP}[_{_T}][_{WollP}[_{Woll} \text{vou}][...[][_{AuxP}[_{Aux} \text{vou}][_{vP}[_{_v} \text{cantar}][_{VP}[_{_v} \text{cantar}]]]]]$ ¹⁴	Futuro	$uWoll[IRREALIS]$ $uT[]$ uV

Sob o ponto de vista formal, propusemos que o verbo *ir* lexical apresentava traços iV , uma vez que não precisava se concatenar com uma projeção verbal. A reanálise ocorreu quando a criança do século XVII já atribuiu a possibilidade de o DP sujeito do verbo *ir* portar um traço [-HUMANO], o que reconfigura a ideia de que sujeitos incapazes de se locomover podem se deslocar:

(76) (Ouve-se o sino da estação e, ao longe, o arfar surdo do trem)

O trem_{[-ANIMADO] [-HUMANO]} **vai chegar!**

Além disso, mostramos que esse novo item que veicula locomoção disparou uma leitura de movimento primeiramente *imediatamente* após a fala: o verbo *ir* passa a selecionar como complemento um VP infinitivo em consequência da alteração do traço verbal para uV . A partir daí, tal verbo passa a ter propriedades de um auxiliar, não restringindo totalmente seu DP argumento externo (cf. §3) e disparando uma leitura associada a tempo, aspecto e modo, $uAsp$, $uWoll$ e uT . Nesse sentido, poderíamos falar em gramaticalização/reanálise, em que um item lexical deu origem a um item funcional (*ir* pleno → locomoção > *ir* auxiliar → prospecção); cuja realização ocorreu em uma posição mais alta da árvore: primeiramente *ir* lexicalizava uma camada lexical, em um segundo momento passa a lexicalizar uma camada funcional auxiliar, mais alta, ou seja, um caminho ascen-

¹⁴ Cf. Nota 11.

dente: (VP > AuxP). O fato de *ir* prospectivo ter ganhado traços (*uAsp* e *uWoll*), não perdido, e não ter se comportado totalmente como auxiliar no quesito seleção semântica do DP sujeito, pode ser um indício para afirmar que de *ir* lexical para *ir* prospectivo não houve uma reanálise *completa*, mas um passo para a verdadeira reanálise: que deu origem a *ir irrealis*/futuridade.

No século XVIII a criança estendeu a leitura de deslocamento temporal *imediatamente* após a fala para todos os outros contextos. Ainda um núcleo funcional, esse processo reanalisou de fato o verbo *ir*, com perda de traços e movimentos: manteve-se o traço *uV*, perdeu-se o traço *uAsp* e perdeu-se o movimento de Aux-para-Asp e de Woll-para-T¹⁵, perdas protótipicas no processo de reanálise (ROBERTS; ROUSSOU, 2003). *Ir* agora não veicula mais deslocamento temporal somente *imediatamente* após a fala (propriedade do traço *uAsp*), passando a portar apenas traços *uWoll*[*IRREALIS*]. Assim, novamente, um item funcional foi criado a partir da lexicalização de uma projeção funcional mais alta: *WollP* na estrutura em $\nu < \text{AuxP} < \text{AspP} < \text{WollP}$. Nota-se que *ir* prospectivo, embora também lexicalize *WollP*, lexicaliza também uma projeção baixa, *AspP*, diferentemente de *ir irrealis*/futuridade, que lexicaliza somente uma projeção mais alta, *WollP*, em um percurso ascendente. Tal item seria aquele que mais tarde competiria com a forma sintética, tomando o espaço da realização de futuridade no PB.

Em síntese, sob um ponto de vista formal para a mudança diacrônica, o presente artigo propôs uma explicação para a reanálise do verbo *ir*, sugerindo que esse processo ocorreu de maneira ascendente¹⁶ e com simplificação estrutural. Assim, de lexical a funcional, *ir* disparou uma leitura de (i) movimento, (ii) prospecção e (iii) futuridade.

Referências

- AMBAR, Manuela; GONZAGA, Manuela; NEGRÃO, Esmeralda. Tense, quantification and clause structure in EP and BP. Evidence from a comparative study on 'sempre'. In: BOKBENNEMA, Reineke et al. (eds.). Current Issues in Linguistic Theory 256. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2004. cap.1. p. 1-16.
- ANDERSEN, Henning. Abductive and Deductive Change. *Language*. Washington. v. 49. n. 4. p. 765-793. dez. 1973.

¹⁵ A mesma generalização é alcançada caso *ir* tenha de se mover para T (cf. Nota 11): nesse caso, a perda de movimento, protótipica do processo de gramaticalização, refere-se à perda de movimento para a posição aspectual que dispara prospecção. Como consequência semântica, o evento não precisa mais ocorrer *imediatamente* após a fala.

¹⁶ Nossa proposta também vai ao encontro de propostas que consideram que o auxiliar é inserido diretamente na zona TAM (cf. ROBERTS; ROUSSOU, 2003). Nessa perspectiva, *ir* lexical seria concatenado em VP, enquanto *ir* auxiliar prospecção seria concatenado em AspP e, finalmente, *ir* auxiliar futuridade seria inserido em *WollP*: um percurso ascendente.

ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. Alguns aspectos sobre a expressão do futuro no português brasileiro: fala, escrita e representação. *Mosaico*, São José do Rio Preto, v. 15, p. 493-523, 2016.

ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. O passado do futuro: uma análise diacrônica do ir + infinitivo no português europeu. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7. p. 132-150. ago./dez. 2017.

ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. *Sintaxe e diacronia da expressão de futuridade no PB*. 2019. 206 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.

ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. Sobre a perda parcial do movimento do verbo no português brasileiro: a analiticização do tempo futuro. *Revista Investigações*, Recife, v. 33. n. 2, p. 1-32, 2020.

ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. The position of the verb in relation to the adverb sempre along four centuries: diagnosis for the (loss of) verb movement in Brazilian Portuguese. In: V Congresso Internacional de Linguística Histórica: constelações diacrônicas em homenagem a Charlotte Galves e Mary Kato, 2021a., Campinas. Unicamp: [s. n.].

ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. From synthetic to analytic: The analyticization process in BP under the parameter hierarchy approach. In: III Encontro de Gramática Gerativa Homenagem a Sonia Cyrino e Maria Eugênia Duarte, 2021b., Salvador. UFBA: [s. n.].

BALDE, Moctar. Semântica do Tempo Presente em Pulaar, Francês e Português: estudo comparativo. 2013. 102 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto.

BRAGANÇA, Marcela Langa. A gramaticalização do verbo IR e a variação de formas para expressar o futuro do presente: uma fotografia capixaba. *Revista (Con)Textos Linguísticos*, v. 3, n. 3.1, p. 171-195, 2009.

BRITO, Ana Maria. Clause structure, subject positions and verb movement about the positions of sempre in European Portuguese and Brazilian Portuguese. In: D'HULST, Yves; ROORYCK, Johan; SCHROTHEN, Jan (Ed.). *Current Issues in Linguistic Theory*. n. 221. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 2001. cap. 3. p. 63-85.

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. The sound pattern of English. New York: Harper & Row, 1968.

CHOMSKY, Noam. *Barriers*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1986.

- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, Michael (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2001. p. 1-52.
- CHOMSKY, Noam. *Lectures on Government and Binding: The Pisa Lectures*. Dordrecht: Foris, 1981.
- CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and Functional Heads: a cross-linguistic perspective*. New York: Oxford University Press, 1999.
- COGHILL, Eleanor. The grammaticalization of prospective aspect in a group of Neoaramaic dialects. *Diachronica*, Amsterdam, v. 27, n. 3, p. 359-410, 2010.
- COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- CYRINO, Sonia; MATOS, Gabriela. Elipse do VP e variação paramétrica. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, n. 2. p. 195-206, 2007.
- CYRINO, Sonia; MATOS, Gabriela. VP ellipsis in European and Brazilian Portuguese: a comparative analysis. *Journal of Portuguese Linguistics*, Lisboa, v. 1, n. 2, p. 177-195, 2002.
- CYRINO, Sonia. On Richness of Tense and Verb Movement in Brazilian Portuguese. In: CAMACHO-TABOADA, Victoria; et al. (Ed.). *Information Structure and Agreement*. Amsterdã: John Benjamins, 2013. p. 297-317.
- DAHL, Osten. The grammar of future time reference in European languages. In: DAHL, Osten (Ed.). *Tense and Aspect in the Languages of Europe*. Berlim; Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2000a. cap. 6. p. 309-328.
- DAHL, Osten. Verbs of becoming as future copulas. In: DAHL, Osten (Ed.). *Tense and Aspect in the Languages of Europe*. Berlim; Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2000b. cap. 8, p. 351-364.
- DUARTE, Maria Eugênia et al. (Org.). *O sujeito em peças de teatro (1883-1992): estudos diacrônicos*. São Paulo: Parábola, 2012.
- ELLIOTT, Jennifer. Reallis and unrealis. Forms and concepts of the grammaticalization of reality. *Linguistic Typology*. Berlin. v. 4. n. 1. p. 55-90. 2000.
- FRAWLEY, William. *Linguistic Semantics*. Hilssdale: Lawrence Erlbaum, 1992.
- GIBBON, Adriana. *Trajetória de gramaticalização da perífrase ir (presente) + infinitivo no domínio funcional do futuro: análise sincrônica e diacrônica em amostras de fala e escrita gaúchas*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2014.

GIORGI, Alessandra; PIANESI, Fabio. *Tense and aspect: From semantics to morphosyntax*. Nova Iorque: Oxford University Press, 1997.

GONÇALVES, Alcione. O processo de gramaticalização do verbo IR no português brasileiro: um estudo diacrônico. *Domínios de Lingua@gem*, v. 6, n. 1, p. 393-417, 2012.

GONÇALVES, Anabela; COSTA, Teresa da. *Auxiliar (a) Compreender os verbos auxiliares: descrição e implicações para o ensino do Português como língua estrangeira*. Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português, 2002.

HARWOOD, William. Being progressive is just a phase: celebrating the uniqueness of progressive aspect under a phase-based analysis. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 33, n. 2, p. 523-573, 2015.

LIGHTFOOT, David. *How New Languages Emerge*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LIGHTFOOT, David. *How to Set Parameters: Arguments from Language Change*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1991.

LIGHTFOOT, David. *Principles of Diachronic Syntax*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

LIMA, José Pinto de. Sobre a gênese e a evolução do futuro com “ir” em português. In: SILVA, Augusto Soares da (Org.). *Linguagem e cognição*. Braga: Associação Portuguesa de Linguística / Universidade Católica Portuguesa, 2001. cap. 6. p. 119-145.

LUNGUINHO, Marcus Vinícius. Dependências morfossintáticas: a relação verbo auxiliar forma nominal. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 457-489, jun./dez. 2006.

LUNGUINHO, Marcus Vinícius. Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não finitos. 2011. 215 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

MATEUS, Maria Helena Mira; et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MATOS, Gabriela; CYRINO, Sonia. Elipse de VP no Português Europeu e no Português Brasileiro. *Revista da Abralin*, Fortaleza, v. 26, p. 386-390. 2001.

MIOTO, Carlos. Algumas considerações sobre o presente do indicativo. Seminário do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo, n. 10, 1985. Faculdade do Sagrado Coração, Bauru. 1985. p. 16-21.

MULLER, Ana; BERTUCCI, Roberlei. O aspecto e a interpretação de presente em línguas passado/não-passado versus línguas futuro/não-futuro. In: PILATI, Eloisa;

MOREIRA, Bruna (Org.). *Estudos Formalistas das Línguas Naturais*. Campinas: Pontes, 2018. p. 11-48.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. The syntax of valuation and the interpretability of features. In: KARIMI, Simin; SAMIIAN, Vida; WILKINS, Wendy (Ed.). *Phrasal and Clausal Architecture: Syntactic Derivation and Interpretation*. Amsterdã: John Benjamins, 2007. cap. 14. p. 262- 294.

POLLOCK, Jean- Yves. *Verb Movement, Universal Grammar and the Structure of IP. Linguistic Inquiry*. Cambridge, MA, v. 20, n. 3, p. 365-424, 1989.

REINTGES, Chris; CYRINO, Sonia. Analyticization and the syntax of the synthetic residue: A macrocomparative perspective. In: MARTINS, Ana Maria; CARDOSO, Adriana (Org.). *Word Order Change*. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018, p. 179-201.

RESENDE, Maurício; ARAÚJO-ADRIANO, Paulo Ângelo. Os verbos ir, dever e poder e seus infinitivos: sintaxe interna e externa. *Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte. v. 27. n. 2: Formal Grammar Studies. p. 935-966. 2019.

RESENDE, Maurício. *A morfologia distribuída e as peças da nominalização: morfofonologia, morfossintaxe, morfossemântica*. 2020. f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.

ROBERTS, Ian. A formal account of grammaticalisation in the history of Romance futures. *Folia Linguistica*, Berlin, v. 26, n. Historica, p. 219-258, 1992.

ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Anna. *Syntactic change: a Minimalist approach to grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ROBERTS, Ian. *Diachronic Syntax*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.

ROBERTS, John. Modality in Amele and other Papuan languages. *Journal of Linguistics*. Cambridge. v. 26. n.2. p. 363-401. set. 1990.

SCHMITT, Cristina. Cross-Linguistic Variation And The Present Perfect: The Case Of Portuguese. *Natural Language & Linguistic Theory*, Berlin, v. 19, n. 2, p. 403-453, 2001.

SILVA, Amós Coêlho. *Ars latina: curso prático da língua latina*. Petrópolis: Vozes, 2012.

WURMBRAND, Susi. Infinitives are tenseless. *University of Pennsylvania Working Papers*, Filadélfia, v. 13, n. 1, p. 407-420, 2007.



Data de submissão: 30/07/2020

Data de aceite: 16/10/2020

O FRONTEAMENTO DO OBJETO DIRETO NA DIACRONIA DO PORTUGUÊS EUROPEU

THE SCRAMBLING OF DIRECT OBJECT
IN THE EUROPEAN PORTUGUESE DIACHRONY

Carlos Alberto Gomes dos Santos | [Lattes](#) | albertogds@gmail.com
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Cristiane Namiuti | [Lattes](#) | cristianenamiuti@gmail.com
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: Neste trabalho, apresentamos resultados da investigação do fenômeno do fronteamento de NPs acusativos não clíticos em orações subordinadas completivas em textos do século XII ao XIX. Foram analisadas as possibilidades de ordenação do objeto direto em relação ao verbo e ao sujeito a partir de dois *corpora*: o *Corpus Informatizado do Português Medieval* – CIPM, representativo dos séculos XII, XIII e XIV e o *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe* – CTB, representativo dos séculos XVI a XIX. A pesquisa que envolveu os três primeiros séculos baseou-se na leitura dos textos, separação das sentenças segundo os critérios estabelecidos e, posteriormente, classificação, de acordo com a ordem do verbo, do objeto direto e do sujeito, em oito grupos distintos: VO, OV, SVO, VSO, VOS, SOV, OVS e OSV. Os dados do CTB foram extraídos seguindo a metodologia automática de busca *Corpus Search* e foram submetidos aos mesmos critérios adotados para os dados do CIPM. Os resultados apontam para uma baixa frequência do fronteamento do objeto direto (OV, SOV, OSV e OVS) em ambos os *corpora* no contexto das orações subordinadas completivas finitas. Constatou-se também baixa frequência no uso das inversões VSO e VOS nesse mesmo contexto oracional.

Palavras-chave: Fronteamento. Gramática Gerativa. Ordem de Palavras. NP Acusativo.

Abstract: This work aimed to show the results of the study of scrambling of non clitic accusative NPs in compleptive clauses in texts from the 12th to the 19th century. We analyzed the possibilities of ordering direct object in relation to the verb and the subject in two corpora: the Computerized *Corpus* of Medieval Portuguese – CIPM, for texts from the 12th, 13th and 14th centuries and the Tycho Brahe Parsed *Corpus* of Historical Portuguese –

CTB, for texts from 16^{thc} and the 19th centuries. The CIPM data were extracted by following the methodology based on reading of the texts, separation the sentences by means of the established criteria and the subsequent classification according to the order into eight distinct groups: VO, SVO, VSO, VOS, OV, SOV, OVS and OSV. The CTB data were extracted by following the methodology called *Corpus Search* and underwent the same criteria adopted for the CIPM data. The results point to a low frequency of the direct object fronting (OV, SOV, OSV and OVS) in both corpora in the context of subordinate compleptive clauses. Low frequency was also found for the use of the inversions VOS and VSO in the same clausal context.

Keywords: Fronting. Generative Grammar. Word Order. Accusative NP.

1 Introdução

Estudos gerativistas em sintaxe diacrônica têm buscado compreender as transformações ocorridas em várias línguas em todo o mundo. No caso do Português Europeu, análises que tratam da posição dos clíticos, dos fenômenos de fronteamento e interulação de constituintes do IP¹ (GALVES, 1996; GALVES, PAIXÃO DE SOUSA, NAMIUTI, 2006; NAMIUTI, 2008; GIBRAIL, 2010) têm evidenciado estágios de competição de gramáticas no sentido delineado por Kroch (2001).

Seguindo essa linha de estudos, o presente trabalho² visou mapear as ocorrências de Sintagmas Nominais Acusativos (NP-ACC, sigla do inglês *Noun Phrase-Accusative*) em orações dependentes finitas, mais, especificamente, como recorte na subordinação completiva em textos pertencentes aos períodos mais recuados da história do Português (século XII – Período Arcaico) até o século XIX, com o intuito de contribuir para a investigação das características gramaticais que mudaram no decorrer do tempo no espaço europeu.

2 Quadro teórico

Na Língua Portuguesa existiu um fenômeno de anteposição de complementos, ordem superficial *Objeto-Verbo*, designado de fronteamento ou *scrambling*, que teria desapa-

¹ Do inglês *Inflectional Phrase*, refere-se ao Sintagma de Flexão Verbal, ou seja, uma categoria funcional dentro da teoria da gramática gerativa. Na representação X barra adotada por esta teoria, podem-se distinguir as projeções lexicais e as funcionais. Estas últimas são estritamente gramaticais, como é o caso do Sintagma de Flexão Verbal – ou IP, termo mais comumente utilizado nos trabalhos em teoria gerativista.

² Pesquisa inédita realizada no âmbito do projeto temático xxxx e relacionada à dissertação de mestrado intitulada xxxx, sob a orientação de xxxx, Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade XXX.

recido no Português Europeu contemporâneo (MARTINS, 2000).

O Romance Antigo apresentava diversas configurações de ordem de constituintes. Assim, a análise das ocorrências do objeto direto (NP acusativo) em orações principais, dependentes ou intercaladas, pertencentes a diferentes períodos da história do Português, revela um contexto sintático bem variado e propício para investigações. Por exemplo, Mattos e Silva (2006, p. 189), discorrendo sobre a ordem dos constituintes em frases com verbos transitivos, informa que no Período Arcaico havia seis possibilidades de ordenação com diferentes frequências de ocorrência, embora apareçam em contextos sintáticos diferentes daqueles contemplados no presente trabalho, que, por recorte, observou a ordem dos constituintes em sentenças subordinadas completivas. Assim, seguem os seguintes exemplos apresentados pela autora:

- SVC:³ [O lobo] abrio [a boca]
- SCV: Quando [Eufrosina] [esto] ouvio, prougue-lhemuito
- VSC: E enton chamou [o abade] [hũu monge]
- VCS: E cercou [a cidade] [Nabucodonosor]
- CVS: Quando [o] viu [o moço], rogou que veesse
- CSV: [Todas estas cousas] [as gentes] demandam.

Outro fato digno de nota é que, trabalhando com recortes diferentes, vários estudios, tais como os de Ribeiro (1995), Paixão de Sousa (2004), Galves, Britto e Paixão de Sousa (2005), Namiuti (2008), Gibrail (2010) e Antonelli (2011) destacam o caráter V2 na diacronia da Língua Portuguesa que caracteriza, em parte, as gramáticas do Português Arcaico e do Português Clássico. Esses trabalhos mostram que há uma estrutura recorrente XV em orações raízes em que o verbo está em segunda posição e um constituinte fronteado (não necessariamente o sujeito, mas podendo ser o sujeito) ocupa a posição à esquerda do verbo.

Ribeiro (1995) defende a natureza V2 do Português Arcaico, ou seja, uma gramática em que, no contexto de orações principais finitas, o verbo se aloja em Cº, núcleo complementizador, o que geralmente se manifestava na ordenação linear XV(S)⁴, em que X normalmente se referia a um constituinte como um complemento verbal ou um advérbio. Ribeiro (1995) argumenta que os elementos fronteados, ocupando, portanto, a posição

³ S: sujeito; V: verbo; C: complemento.

⁴ Os parênteses indicam presença de um sujeito pós-verbal ou ausência do sujeito em uma configuração de sujeito nulo.

X, recebiam traços de foco ou tópico.

O caráter V2 da sintaxe das línguas românicas medievais é também destacado por Benincá (2006). A autora entende sintaxe V2 como a ativação obrigatória da categoria CP em orações principais, e não como o simples fato de o verbo ocupar a segunda posição. Também, ressalta a autora que tais línguas compartilham características comuns resultantes da sintaxe V2 como, por exemplo, a inversão do sujeito em relação ao verbo em orações raízes com algum constituinte (distinto do sujeito) em primeira posição. Como essas línguas do Romance Medieval são todas *pro-drop*, ainda de acordo com Benincá (2006), os sinais da gramática V2 na estrutura superficial não são imediatamente perceptíveis, logo a frequência de V2 não deve se configurar como pista fundamental para a gramática.

O levantamento e a análise das diversas possibilidades de ordenação de constituintes, como a dos NPs acusativos (objeto de nossa pesquisa), beneficiam-se bastante dos estudos das mudanças profundas que ocorreram na história do Português Europeu, a exemplo dos estudos sobre a colocação dos clíticos e sua relação com fatos sintáticos, tais como a variação ênclise/próclise, o *scrambling* de constituintes, a interpolação⁵ do marcador de negação e de constituintes diversos que têm recebido bastante atenção de pesquisadores em Linguística Histórica, uma vez que revela mudanças profundas nos textos disponíveis e que delimitam a periodização do Português Europeu segundo as gramáticas que subjazem aos textos.

3 Corpora e metodologia

O presente trabalho utilizou o Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM) como ferramenta para a análise de textos referentes ao chamado Período Arcaico da língua portuguesa. Este *corpus* foi criado em 1993 e inclui textos latino-romances do século IX ao século XII e textos portugueses do século XII ao século XVI. Os textos que compõem o CIPM são tratados segundo uma metodologia criada a fim de uniformizar as anotações relativas a referências e comentários, e às normas de transcrição. A metodologia adotada para o CIPM envolve a digitalização e posterior correção dos textos. Em seguida, empreende-se a introdução de anotações, cujo objetivo é adequar os textos dos editores às normas do CIPM. Através da etiquetagem automática de textos e da posterior correção de erros produzidos pelo etiquetador morfossintático, um *corpus* etiquetado vem sendo construído para contemplar os textos do Português Medieval. Para o estudo

⁵ Fenômeno em que um clítico não está adjacente ao verbo e entre eles se intercala algum constituinte da frase.

desta fase da história gramatical do Português, foram utilizados textos notariais da região noroeste de Portugal e da região de Lisboa.

Por outro lado, para o tratamento dos textos referentes ao período entre os séculos XVI e XIX, o presente trabalho utilizou o *Corpus Anotado do Português Histórico Tycho Brahe* (CTB). Trata-se de um *corpus* eletrônico anotado sintaticamente e etiquetado morfologicamente, contendo textos de autores portugueses nascidos entre 1380 e 1845 e que representa um avanço para as pesquisas em Linguística Histórica do português devido à disponibilidade de recursos tecnológicos que permitem a recuperação de grandes quantidades de dados em um espaço curto de tempo.

4 Resultados

A pesquisa no CIPM compreendeu a leitura e estudo de 169 textos dos séculos XII, XIII e XIV. O trabalho inicial envolveu o mapeamento de orações subordinadas finitas com verbos transitivos diretos com sujeito nulo – atentando-se para a ocorrência das diferentes ordenações VO/OV – ou com sujeito expresso – em que se anotou a frequência da ocorrência nos textos das seguintes ordenações: SVO, VOS, VSO, SOV, OVS e OSV. Por recorte, utilizamos na pesquisa apenas os dados no contexto de oração subordinada completiva finita, não tendo sido contempladas nos resultados apresentados as orações subordinadas adverbiais nem as frases que apresentavam um CP relativo.

No que se refere ao **século XII**, os textos analisados – 2^a metade desse século – não apresentaram orações subordinadas completivas⁶.

Nos textos do **século XIII** foram atestadas 173 orações completivas contendo um verbo transitivo direto. Os dados pesquisados neste período mostram sistematicamente que, no contexto das orações subordinadas completivas finitas, a anteposição do objeto direto em relação ao verbo é pouco produtiva, representando apenas 4% do universo dos dados desse século. Destes 4%, 2% se referem a orações subordinadas com sujeito nulo e 2% a orações subordinadas com sujeito expresso. Esses números estão em harmonia com os dados pesquisados por Gibrail (2010), que encontrou um baixo percentual (8,9%) de estruturas de tópico e/ou foco com a projeção da ordem superficial V2 em orações subordinadas. No presente estudo, o recorte nos dados pesquisados, ou seja, a opção pelo

⁶ No entanto, um grande número das orações apresenta um NP acusativo relativizado, conforme se observa nos seguintes exemplos:

1. Noticia de auer que **deuen a dar** a petro abade.
2. O casal de ihoane mozo o que li **meteo fernâdus rodrigiz** por Maravedis e gunsalo rodrigiz fiador que lio deuenda.

contexto das orações subordinadas completivas, e a baixa frequência nos resultados de sentenças com verbo final revelam que a gramática V2 que subjaz aos textos de ambos os *corpora* contemplados em nossa pesquisa não parece ser do tipo germânico assimétrico, pois se assim fosse, encontrariamos mais sentenças com o verbo em posição baixa (final), ou seja, na ordem (S)OV, como é comum em línguas germânicas prototípicas como o Alemão e o Dinamarquês. Todavia, como mencionamos, citando Benincà (2006), a gramática V2 não é imediatamente perceptível na estrutura superficial e outras pistas podem ser utilizadas para verificar o tipo de ativação da periferia esquerda da sentença. Nas estruturas completivas OV foram encontradas sentenças OV, com sujeito nulo; SOV, com sujeito preenchido pré-verbal e OVS, com sujeito preenchido pós-verbal:

OV

- (1) E rogo que *cada un destes añiuersarios fazam* sêpre no dia de mia morte.⁷
- (2) E eu Prior de ssuso dito digo e outorgo que *isto fiz*
- (3) e cõfessamos e reconecemos que *tololhas coussas que ende ouuemos. desse quarto do dito Cassal e dele. recebemos* atá áquy

SOV

- (4) E mādo e Rogo Ao Abade dō meendo e A meu padre que se Algē A eles veer que diga que *llj eu Alguna cousa diuía*

OVS

- (5) E mādo que o que eu der daquesta māda en mia vida que non'o **busque** nenguu depos mia morte.

Os dados de OV com sujeito nulo, apresentados nos exemplos de 1 a 3 apresentam o verbo em segunda posição, o que pode sugerir uma língua V2 simétrica, como já observa Gibrail (2010). O dado com a ordem SOV, apresentado no exemplo 4, possui características superficiais de língua assimétrica V2 prototípica, como o verbo final e os constituintes fronteados antecedendo o verbo. Trata-se de um caso de interpolação generalizada que, conforme destaca Namiuti (2008), era um fenômeno de CL2 pertinente à gramática do Português Arcaico. Em 5, encontramos uma estrutura OVS em que o NP

⁷ Os exemplos terão os seguintes destaques: negrito para **verbo**; sublinhado para o sujeito; e sublinhado e itálico para o NP-Acusativo.

deslocado e retomado está entre dois “que-s”, ou seja, com *recursão de CP*. Nela, o NP acusativo é representado pelo demonstrativo *o* seguido do elemento WH *que*. Nota-se também que o sujeito é pronominal, assim como em 4. As sentenças que compõem o grupo de dados VO, objeto à direita do verbo, são todas com sujeito nulo e representaram 35% do total de dados dos textos do século XIII. Nesse conjunto de dados (VO com sujeito nulo), 42% das sentenças possuem um outro constituinte (um sintagma preposicional, advérbios ou mais de um constituinte) inserido entre o verbo e objeto direto, ou seja, VXO, tendo o verbo adjacente ao complementizador, ou seja, na primeira posição do IP subordinado, como no exemplo 6 a seguir:

VXO

- (6) e que **posesse** en ela seu sinal por Testemôyo

No aspecto discursivo, as estruturas com fronteamento de objetos nas completivas finitas encontradas nos textos do século XIII carregam conteúdo informacional saliente, o que é compatível com uma sintaxe V2. VO, por sua vez, **não apresenta informação saliente** e as ocorrências atestam mais sujeito nulo com VO, o que corrobora a hipótese de que as ordens com e sem fronteamento estão relacionadas com efeitos V2.

No **século XIV**, foram encontradas 147 orações subordinadas completivas com verbos transitivos com um argumento interno com relação de objeto direto. Nessas orações, o fronteamento do objeto é observado em apenas uma sentença (menos de 1%) com ordem OVS:

- (7) E outorgou e mādou e quis e cōsentiu que todo ouuesse o dito Monsteiro

Entre as sentenças que compõem o grupo de dados VO, é ainda mais rara nesse século a ocorrência do sujeito à direita do verbo (VOS ou VSO). Atestou-se apenas uma frase com ordem VOS, contendo o clítico *lhj* adjacente ao complementizador:

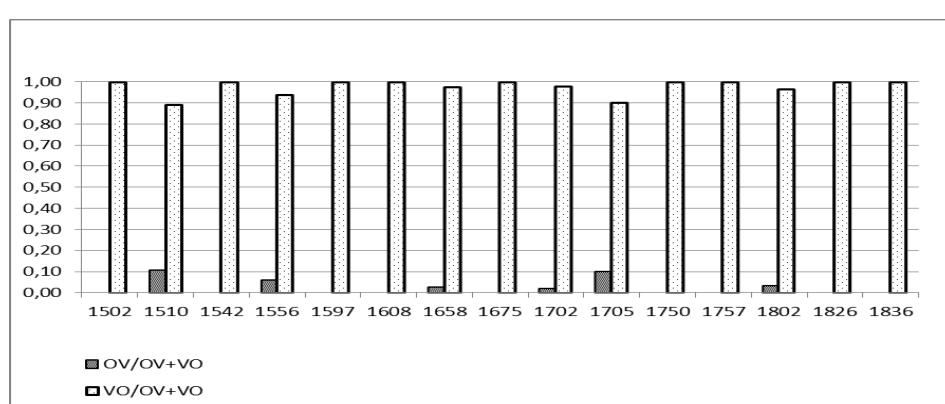
- (8) Pero mendiz clérigo de don Abbade de Santo tisso uēo perdante Stevam martjnz Juíz de Refoios queissandosse por os homēes de santo tisso que morā en rrepresas. sobre hūa Agua que dezía que lhj **faziā fforça os homēes de vilharío que morā en Represas**

Entre os séculos XIII e XIV, constatou-se pouca diferença entre as porcentagens de orações com sujeito expresso e aquelas em que o sujeito é nulo: 55% (ou 54% se considerarmos apenas o contexto de orações VO) contra 45%, respectivamente. Do total de sentenças SVO, 38% apresentaram um sintagma preposicional, um advérbio ou mais de um constituinte inserido entre o verbo e o objeto direto. Algo similar ocorre também entre as orações de sujeito nulo VO, pois também apresentam um número considerável de sentenças (30%) com um sintagma preposicional, um advérbio ou mais de um constituinte intercalando-se entre o verbo e o objeto direto.

Para o período posterior, que abrange os séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, utilizamos o Corpus Tycho Brahe (15 textos deste *corpus*, perfazendo um total de 627.442 palavras ou 30.037 sentenças). Para a seleção dos dados, recorremos a buscas automáticas, utilizando-se da ferramenta *corpus search*, o que gerou um total de 694 orações completivas finitas com verbos acusativos e OD não clítico. Os resultados das buscas mostram de forma sistemática uma predominância de VO em relação a OV, independentemente, da presença do sujeito lexicalmente realizado na oração. Das 694 orações, apenas 21 (3%) apresentam o objeto direto à esquerda do verbo. Esse percentual de 3% de anteposição do objeto em relação ao verbo se distribui da seguinte forma: 2% de sentenças com sujeito nulo e 1% de sentenças com sujeito expresso.

O gráfico 1 abaixo apresenta a distribuição da anteposição e posposição do NP-ACC nos textos do *corpus* Tycho Brahe, considerando o universo geral dos dados:

Gráfico 1. OV vs VO⁸



Fonte: Santos (2013, p.93)

⁸ O fronteamento de um Sintagma nominal acusativo (NP-ACC não-clítico) em orações completivas sobre o total de orações completivas com verbos transitivos contendo um argumento interno com relação de objeto direto não-clítico.

A ordem VO, com o NP-ACC posposto ao verbo, é quase categórica nas orações completivas em todo o período que o corpus abrange.⁹

No entanto, apesar da baixa frequência, os dados do fronteamento do objeto direto em orações completivas no CTB são valiosos. Se olharmos apenas para as estruturas OV, a anteposição do objeto com inversão do sujeito (OVS) é uma escolha que se atesta em texto de autor seiscentista e setecentista. Já a ordem OSV só foi atestada no século XVI e a ordem SOV em completivas só foi atestada no século XVIII.

Assim como ocorreu no CIPM, observa-se que os objetos fronteados nas orações acima são em sua maioria quantificadores, pronomes indefinidos ou demonstrativos: *tal, esta, isto, pouco, tudo, nada*, etc. Gibrail (2010), pesquisando textos dos séculos XVI e XVII, encontra exatamente o contrário para o contexto das orações matrizes. A autora fala de uma “maior frequência com objetos na categoria de sintagmas nominais e com frequência menor com objetos na categoria de pronomes pessoais e sintagmas quantificados” (GIBRAIL, 2010, p. 91). A presença dessas categorias à esquerda do verbo se justifica pelo fato de poderem ser carregadas com traços +F, que na segmentação do CP, segundo Rizzi (1997) e Benincà (2006), estão em FocP, responsável pela focalização.

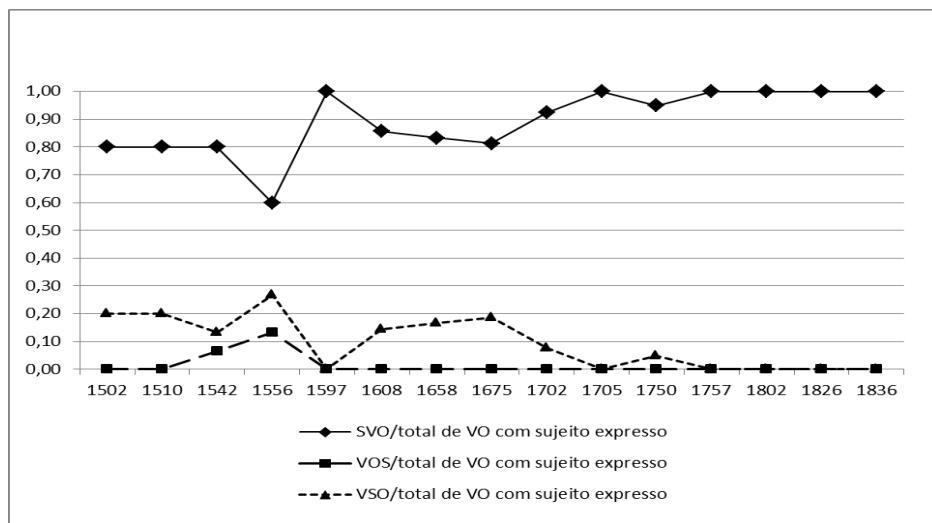
Observa-se também que, em sua maioria, esses objetos se encontram contíguos ao complementizador, com exceção da seguinte sentença em que o advérbio *nunca* se insere entre o complementizador e o elemento fronteado:

- (9) e se por ventura cuidas que o fiz para tomar a fazenda do capitão de Malaca,
crê de mim que nunca **tal imaginei** (CTB, p_001, 1510).

Quanto ao conjunto de dados das sentenças VO com sujeito expresso, os resultados da quantificação dos dados CTB mostram um decréscimo na frequência das ordenações com sujeito posposto (VSO e VOS) e um aumento gradativo da anteposição do sujeito (SVO), o que está em consonância com estudos anteriores como o de Paixão de Sousa (2004). Isso pode ser observado no gráfico 2 abaixo:

⁹ Apesar de não observarmos alteração relevante nas frequências de VO, notamos, ao distribuir os dados por região e considerando o fator adjacência entre verbo e objeto, uma diminuição da frequência de VO sem adjacência entre o verbo e o objeto do século XII ao XIX e do Norte para o Sul. A frequência da não adjacência entre o verbo e o NP-ACC em orações completivas passa gradualmente de 40% no século XIII, textos localizados na região Norte, para 15% no século XIX, textos localizados na região Sul. Não houve tempo de explorar esta questão neste trabalho, mas fica a curiosidade para trabalhos futuros.

Gráfico 2. Ordens VO com sujeito expresso.



Fonte: Santos (2013, p. 97).

Também é observável no gráfico 2 que a inversão VSO – inversão germânica – é preferida à VOS – inversão românica. Outro ponto a ser destacado é que tais inversões desaparecem dos dados após 1750 – data que coincide com o ponto de inflexão da mudança do Português Médio para o Português Europeu Moderno, apontada por Galves *et al* (2006).

Esses poucos dados de inversão estão em consonância com os dados encontrados por Gibrail (2010), quanto à predominância da inversão germânica (VS(X)) em relação à inversão românica (VXS). A autora informa que nos séculos XVI e XVII, a frequência dessas ordenações é de 83,6% de inversão germânica contra 16,4% de inversão românica. Nossos dados também apontam para uma maior produção de inversão germânica, uma vez que VSO foi mais atestada que VOS e esta ordem aparece mais no século XVI e XVII, não ocorrendo no século XIX – nas orações completivas – segundo os dados levantados no CTB. Além disso, quando temos OV, temos OVS na maioria dos casos até o século XVIII. Já no século XIX o único caso de OV é com SOV na oração completa com verbo de três lugares (VTDI):

- (10) que meu tio pouca atenção dava a as pessoas que enchiam as suas salas

A soma das ordens dos dados de sujeito nulo (VO + OV) representa números consideráveis em todos os séculos abarcados pela pesquisa. No caso dos dados do CTB, as

sentenças de sujeito nulo foram predominantes: 440 sentenças, ou seja, 63% do total de dados pesquisados neste *corpus*. Cabe aqui uma reflexão com base no que afirma Benincà (2006) acerca da gramática V2 das línguas do Romance Medieval. Para a autora, a ativação obrigatória da categoria CP é um fator mais importante do que o simples fato de o verbo ocupar a segunda posição na determinação de uma sintaxe V2, cujas características comuns são a inversão do sujeito em relação ao verbo em orações principais e a presença de algum constituinte (distinto do sujeito) em primeira posição. A autora chama ainda a atenção para um detalhe tipológico das línguas do Romance Medieval: são todas *pro-drop*, o que faz com que os sinais da gramática V2 na estrutura superficial não sejam imediatamente perceptíveis. Assim, a frequência da ordem V2 é menos importante que o tipo e natureza dos constituintes que seguem e antecedem o verbo, a ordem entre eles e as características de VS. Os dados levantados nesta pesquisa demonstram que a estrutura de VS presente nos dados até o século XVIII é VSO, estrutura esta que, somada a possibilidade do fronteamento (topicalização/focalização V2) do objeto e do sujeito nulo como estratégia de realização do sujeito mais frequente, é compatível com uma gramática V2 para o período que abarca o Português Antigo e Clássico (designado de Português Médio por Galves et al. 2006). A mudança no século XIX do tipo de inversão do sujeito para VOS sugere que o efeito V2 já não estaria presente nesta fase da língua.

A distribuição geográfica dos dados também foi controlada na pesquisa e não se identificou uma região específica onde o fronteamento do objeto direto ocorra mais frequentemente. Por outro lado, a não-adjacência VO, ou seja, a presença de um constituinte ou mais entre o verbo e o objeto direto se mostra mais produtiva no Norte e Centro com frequências altas (37% e 43%, respectivamente) contra o patamar de 19% no Sul.

Considerações finais

Nossos dados empíricos demonstraram uma baixa frequência do fronteamento do objeto no contexto sintático adotado na presente pesquisa, ou seja, as orações subordinadas completivas. Mesmo nas fases mais antigas, o verbo raramente aparece em posição final (OV, SOV ou OSV), ordem normalmente atestada nas orações subordinadas de línguas V2 do tipo germânico. Não obstante, a presença do fronteamento como estratégia de topicalização V2 em completivas finitas, combinada com as características dos dados de inversão do sujeito e sujeito nulo, sugere a existência de um V2 simétrico na diacronia da língua, como argumenta Gibrail (2010) para o Português Clássico.

Constatou-se também pouca produção das inversões germânicas e românicas nos nossos dados – VSX e VXS. A baixa produtividade de VSO e VOS pode ser explicada

pelo contexto sintático observado – oração subordinada completiva – as inversões desta natureza, mesmo em uma gramática V2 simétrica são mais comuns em orações raízes.

A distribuição geográfica dos dados não aponta para uma região específica onde o fronteamento do objeto direto ocorra mais frequentemente, porém, nas sequências VO (sem fronteamento), a não-adjacência *Verbo* e *Objeto* (VXO) se mostra mais produtiva nos textos produzidos no Norte e Centro, diminuindo sua frequência do Norte para o Sul, do século XII ao XIX, o que pode sugerir uma mudança na posição estrutural do verbo nas orações subordinadas – VXO pode indicar uma posição alta para o verbo nas orações subordinadas e VO(X) uma posição mais baixa.

Quanto à natureza dos objetos fronteados, são em sua maioria quantificadores, pronomes indefinidos ou demonstrativos, ou seja, categorias carregadas com traços +F, que na segmentação do CP, segundo Rizzi (1997) e Benincà (2006), estão em FocP, responsável pela focalização, ou seja, os objetos fronteados em orações subordinadas completivas teriam uma saliência semântica, um traço forte de focalização ou especificidade.

Assim, os resultados que apresentamos aqui traz mais elementos para a investigação da estabilização da ordem dos constituintes na diacronia da língua, mais especificamente a ordem relativa ‘Verbo-Objeto’.

Referências

- ANTONELLI, André Luís. . *Sintaxe da posição do verbo e mudança gramatical na história do Português Europeu*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.
- BENINCÀ, Paola. A detailed map of the left periphery of medieval romance. In ZANUTTINI, Raffaella; CAMPOS Héctor; HERBURGER, Elena; e PORTNER, Paul (Ed.). *Crosslinguistic research in syntax and semantics: negation, tense and clausal architecture*. Georgetown University Press, Washington, p. 53-86, 2006.
- CIPM – Corpus Informatizado do Português Medieval. Disponível em: <http://cipm.fcsh.unl.pt/>. Acesso em: junho/2011 a dezembro/2012.
- CTB – Corpus Anotado do Português Histórico TychoBrahe. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/index.html>. Acesso em: junho/2011 a dezembro/2012.
- GALVES, Charlotte. *Colocação de clíticos e mudança gramatical no português europeu*. Comunicação no 12º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Braga, Portugal, 1996.
- GALVES, C.; BRITTO, H. & PAIXÃO DE SOUSA, M. C. The change in clitic placement from Classical to modern European Portuguese: results from the Tycho Brahe Corpus.

In: Journal of Portuguese Linguistics. V. 4, n. 1, Special Issue on variation and change in the Iberian languages: the Peninsula and beyond, 2005.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: A periodização do português revisitada. *In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R. ; SCHÄFER-PRIESS, B. (Org.): Grammatische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone und diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr.* Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

GIBRAIL, Alba Verôna Brito. *Contextos de formação de estruturas de tópico e foco no português clássico.* Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2010.

KROCH, Anthony. (2001). *Syntactic change.* Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/~kroch/online.html>. Acesso em 01/05/2011.

MARTINS, Ana Maria. *The loss of IP-scrambling in Portuguese: considerations on clause structure, word order variation and change,* 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe.* São Paulo: Contexto, 2006.

NAMIUTI, Cristiane. *Aspectos da história gramatical do português: interpolação, negação e mudança.* Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C. *Língua barroca: sintaxe e história do português nos anos 1600.* Tese de Doutoramento. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2004.

PARCERO, Lúcia. *Fronteamentos de constituintes no português dos séculos XV, XVI e XVII.* Dissertação de Mestrado, UFBA, Salvador-BA, 1999.

RIBEIRO, I. M. O. *A sintaxe da ordem no português arcaico: o efeito V2.* Tese de Doutoramento. Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 1995.

RIZZI, Luigi. *The fine structure of the left periphery.* *In: L. HAEGEMAN (ed.) Elements of grammar,* p. 281-337. Amsterdam: Kluwer, 1997.

SANTOS, Carlos Alberto Gomes dos. *Complemeno-verbo' vs. 'verbo-complemento': uma investigação sobre a estabilização da ordem na diacronia do português.* Dissertação de Mestrado, PPGLIN/UESB, Vitória da Conquista-BA, 2013. 112 págs. Disponível em: <http://cepelin.org/index.php/repositorioppglintesdissertaco/article/view/22/4>, Repositório Digital de Teses e Dissertações do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.



Data de submissão: 02/08/2020

Data de aceite: 16/10/2020

A ORDEM VSO COM VERBOS TRANSITIVOS EM DADOS JORNALÍSTICOS DIACRÔNICOS DO PORTUGUÊS EUROPEU E DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

THE VSO ORDER WITH TRANSITIVE VERBS IN DIACHRONIC JOURNALISTIC DATA FROM EUROPEAN PORTUGUESE AND BRAZILIAN PORTUGUESE

Aline Peixoto Gravina | [Lattes](#) | alinegravina@yahoo.com.br
Universidade Federal da Fronteira Sul

Resumo: Este estudo possui dois objetivos: i) apresentar dados quantitativos/comparativos históricos da ordem VSO com verbos transitivos em sentenças finitas no português europeu (PE) e no português brasileiro (PB); e ii) descrever e identificar as possibilidades de interpretação do sujeito nessa ordem em cada uma dessas gramáticas. O corpus construído para esse estudo é composto por jornais portugueses e brasileiros que circularam em Évora/Portugal e Ouro Preto/MG/Brasil, respectivamente, no século 19 e no final da primeira metade do século 20. Quantitativamente, o trabalho demonstrou que a ordem VSO com verbos transitivos é um contexto restrito tanto em PE quanto em PB, no entanto, em PB, a frequência de ocorrência foi ainda menor quando comparado ao PE. Verificou-se que, tanto em PE, quanto em PB, nos períodos estudados, foi possível encontrar indícios de realização da ordem VSO por critérios de leituras de juízo tético, na sua maioria atrelados à noção de evidencialidade, e indícios de realização da ordem VSO por dupla focalização (foco informacional e foco contrastivo). Entretanto, no PB, nos dados do final da primeira metade do século 20, mesmo período em que houve uma maior diminuição da ordem VSO, observou-se também a diminuição dos contextos com indícios de leitura tética, apontando como preferencial os contextos com indícios de dupla focalização do sujeito.

Palavras-chave: Inversão do sujeito; Verbos transitivos; Juízo tético X Juízo categórico; Dupla focalização do sujeito.

Abstract: This study has two objectives: i) to present historical quantitative/comparative data of the VSO order with transitive verbs in finite sentences in European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP); ii) to describe and to identify the possibilities of interpretation of the subject in that order in each of these grammars. The corpus consists

of Portuguese and Brazilian newspapers that circulated in the 19th and in the 20th centuries. Quantitatively, the work demonstrated that the VSO order with transitive verbs is a restricted context in both EP and BP, however, in BP the frequency of occurrence was even lower when compared to EP. It was found the evidence of accomplishment of the VSO order by the reading criteria of thetic judgment in both EP and BP, mostly linked to the notion of evidentiality, as well as the evidence of accomplishment of the VSO order by subject's double focus (informational and contrastive focus). However, in BP data of the 20th century, at the same period in which there was a greater decrease in the VSO order, there was also a decrease in contexts with evidence of thetic reading, pointing out as preferential contexts with evidence of the subject's double focus.

Keywords: Subject inversion; Transitive verbs; Thetic and categorical modes of judgment; Subject's double focus.

Introdução

Nos estudos linguísticos¹, é possível observar que a ordem mais comum de realização da língua portuguesa é dada pela sequência sujeito, verbo e objeto, ou seja, a ordem SVO. Assim, quando o sintagma sujeito não se encontra na posição inicial, há uma inversão dessa ordem. Dentre as possibilidades de inversões, este estudo se concentrará na ordem verbo, sujeito, objeto (VSO), como em (1b):

- (1) a) SVO: **Os celibatários** exageram o inferno do matrimonio. (Jornal Notícias de Évora, 1948)
- b) VSO: **Julga esta Associação** não ser momento oportuno para levar a efeito o novo regulamento. (Jornal Notícias de Évora, 1946)

A partir de dados da ordem VSO encontrados na diacronia do PE e do PB, a pesquisa buscou, além de apresentar dados quantitativos/comparativos, descrever as possíveis classificações dos contextos para essa ordem em cada uma dessas variedades linguísticas. Para cumprir esse objetivo, foram analisadas sentenças com verbos transitivos² em textos

¹ Os trabalhos na área da linguística formal apontam que a ordem SVO é a ordem básica do português, nas palavras de Martins e Costa (2016), ou ainda é a ordem mais comum na língua portuguesa, inclusive na variante brasileira, como afirmado por Menuzzi (2004):

² O termo *transitivo*, na gramática tradicional, refere-se a verbos que não possuem sentido completo, logo, necessitam de um complemento. No quadro teórico gerativista, esses verbos se caracterizam por possuírem um argumento externo e um argumento interno em sua configuração. Os verbos bitransitivos, ou seja, aqueles que possuem um argumento externo e dois argumentos internos também foram contabilizados no *corpus* do estudo no conjunto de verbos transitivos, pois além de necessitarem de complementos, podem

jornalísticos que circularam em Portugal e no Brasil no século 19 e na primeira metade do século 20.

A escolha do século 19 como ponto de partida para uma análise comparativa de ordens entre o PE e o PB se deve ao fato de que, no Brasil, a impressão de jornais só foi permitida a partir de 1808, quando a corte portuguesa aqui se estabeleceu. Além disso, no âmbito linguístico, trabalhos, como de Tarallo (1993), defendem que o PB teria surgido no final do século 19. No mesmo sentido dessa afirmação, estudos no âmbito da gramática gerativa, a respeito do português oitocentista, apontam mudanças linguísticas a partir de autores que nasceram no final do século 18, ou seja, reflexos de seus escritos aparecem no século 19 (GALVES, NAMIUTI e PAIXÃO DE SOUSA, 2006, dentre outros). Em outras palavras, metodologicamente, Tarallo utilizou a data de produção das obras; já as pesquisas gerativistas utilizaram a data de nascimento dos autores dos textos; como ponto comum, ambas metodologias apontaram para uma emergência da gramática do PB nos dados linguísticos no final do século 19.

Com relação ao fenômeno da ordem VS no PE e do PB, há uma grande discussão na literatura linguística sobre as diferenças e as mudanças ocorridas no decorrer do tempo sobre o tema da inversão. No tocante ao PB, muitos estudos apontam a ordem VS restrita a contextos inacusativos e de inversão locativa (BERLINCK, 1989; DUARTE, 1993; KATO; RAPOSO, 1996; KATO; CYRINO; DUARTE; BERLINCK, 2006; COELHO; MARTINS, 2012; KATO; TARALLO, 2003; CAVALCANTE, 2018). Apesar de ser um tema bastante discutido, ainda há muito o que dizer sobre a inversão do sujeito em textos pretéritos, especialmente, em contextos com verbos transitivos com a ordem VSO. Assim, o presente trabalho busca contribuir com a literatura linguística, explanando possibilidades de análises para os dados históricos encontrados em textos jornalísticos em um contexto de ordem VSO com verbos transitivos.

Para elucubrar sobre as possibilidades de ocorrências da ordem VSO com verbos transitivos em dados históricos, inicialmente, é importante ter em mente os conceitos de juízo categórico e juízo tético. Kuroda (1972, 1992, 2005) estabelece que as sentenças com julgamento categorial seriam *topicalizadas*³ e as sentenças com julgamento tético seriam *não-topicalizadas* por não apresentarem predicações, portanto, a função não topicalizada de uma sentença é caracterizada pela descrição de uma situação. A partir desses

apresentar algum tipo de inversão do sujeito na formação sentencial.

³ Ressalta-se que o uso do termo “tópico”, nos estudos de Kuroda, não remete a uma definição semântica em termos teóricos do discurso ou da pragmática. O sujeito interpretado como tópico seria um *aboutness topic*, que pode ser algo interpretado no contexto como “pressuposto”, “familiar”, “recuperável”, “reconhecível” ou “parte de algo comum”, mas não há necessidade de ser uma “informação velha”.

pressupostos, Martins e Costa (2016) afirmam que, no PE, as sentenças com ordem SV podem ter tanto julgamento categorial, quando o sujeito é o tópico da sentença, quanto julgamento tético, quando o sujeito, mesmo em primeira posição, não apresenta a interpretação de tópico da sentença. No entanto, para a ordem VS, os autores preconizam a inexistência de ambiguidade, não sendo possível ter uma interpretação de juízo categórico para essa ordem. Assim, uma das possibilidades de ocorrência da ordem VSO seria por conta da interpretação de juízo tético de uma sentença.

A ordem VSO também pode ser identificada a partir da verificação da ocorrência de um foco informacional, conjuntamente com um foco contrastivo. Ou seja, devido ao fato de o sujeito receber esses dois focos ao mesmo tempo, a posição ideal do sintagma sujeito não seria nem no início da sentença, nem no final, estando na posição medial – entre o verbo e o complemento – em sentenças declarativas do PE atual (MARTINS; COSTA, 2016). Em resumo, a alteração da ordem básica SVO para VSO no PE estaria ligada a dois contextos: i) ordem VSO que correspondem à expressão de juízos téticos, não realizando a topicalização do sujeito e ii) sentenças com ordem VSO em que o sujeito é simultaneamente um foco contrastivo e informacional.

Diante dessas possibilidades, pergunta-se: em relação à ordem VSO com verbos transitivos em textos diacrônicos jornalísticos, o que pode ser identificado e/ou descrito sobre esses contextos? Há diferenças quantitativas e qualitativas com relação aos ambientes de realização dessa ordem que possam indicar algum indício de mudança entre o PB e o PE no decorrer do tempo?

Com o propósito de responder essas perguntas, o trabalho foi organizado da seguinte maneira: na seção 1, intitulada Ordem VSO: juízo tético + noção de evidencialidade versus duplo foco do sujeito, são apresentados e discutidos, de maneira geral, os principais conceitos e pressupostos teóricos que embasarão a discussão dos dados do trabalho. Na seção 2, intitulada Construção do *corpus* histórico e metodologia, apresenta-se o *corpus* da pesquisa e é feita a descrição da metodologia empregada para a coleta de dados. Na seção 3, intitulada Resultados e Análises, são apresentados os resultados quantitativos e são discutidas as possibilidades de interpretação da ordem VSO nos dados históricos do PE e do PB, respectivamente. Por fim, na seção 4, são apresentadas as considerações finais do artigo.

1 A ordem VSO: juízo tético + noção de evidencialidade versus duplo foco do sujeito

O fenômeno da inversão livre do sujeito é um dos componentes que estão asso-

ciados ao parâmetro *pro-drop* (CHOMSKY, 1981). Pode-se inferir, então, que se uma língua apresenta restrições em relação ao sujeito nulo, consequentemente, deve apresentar restrições para a inversão do sujeito. Desde os trabalhos de Duarte (1993; 1995), há inúmeros estudos demonstrando uma mudança linguística no PB no que diz respeito ao parâmetro do sujeito nulo. Atualmente, uma das hipóteses mais defendidas seria a da possibilidade de realizações de sujeito nulo no PB, mas em contextos específicos, caracterizando-o como uma língua de sujeito nulo parcial (RODRIGUES, 2004; HOLMBERG, 2010; dentre outros). E mesmo em línguas tipicamente caracterizadas como de sujeito nulo, estudos formais constataram que essa inversão não é tão livre como se imaginava, mas sim dependente de especificações de alguns ambientes sintáticos. Belletti (2001) apontou que para o italiano, com relação ao foco informacional, gerado na periferia esquerda do “VP”⁴, a ordem VS com verbos transitivos e inacusativos só é desencadeada em contextos de respostas a perguntas de pedidos de identificação em que o “DP” é o elemento interrogado, tal como: “Chi ha mangiato?” (“Quem comeu?”), “Chi è arrivato?” (“Quem chegou?”).

Dessa forma, a tarefa de analisar os possíveis contextos de realização da ordem VSO em textos históricos tem muito a dizer sobre a gramática de um terminado período, correlacionando a outros fenômenos linguísticos de uma variedade linguística. A partir de análises propostas para os fenômenos linguísticos recentes, é possível fazer um paralelo sobre a possibilidade de aplicação dessas classificações/interpretações para os dados preteritos, na busca de indícios para explicar as variações e/ou mudanças.

Martins e Costa (2016) estabelecem que, para o PE atual, é possível identificar três tipos de inversões do sujeito: i) a ordem VSO que exprime juízos téticos, no sentido de Kuroda (1972, 1992, 2005), exemplo (2a); ii) a ordem VSO, quando o sujeito da sentença é, ao mesmo tempo, foco contrastivo e foco informacional, exemplo (2b); e iii) a ordem VOS, quando é atribuído ao sujeito em posição final uma proeminência prosódica e informacional, exemplo (2c)⁵.

- (2) a) Entrou *um gato* no jardim. (Não deixes sair o Rex)
b) Fiz *eu* tudo = “Fui eu quem fez tudo”

⁴ Utilizo nesse texto a prática notacional frequente na literatura linguística brasileira de usar abreviaturas inglesas para categorias sintáticas, desse modo, utilizo VP para sintagma verbal, DP para sintagma determinante, etc.

⁵ Para maior aprofundamento sobre as construções VOS no PE atual, ver o estudo completo dos autores Martins e Costa (2016). Devido ao recorte do presente trabalho, serão desdobradas as questões apresentadas para a análise das sentenças 2a e 2b.

c) Pousou na ameixeira *um pássaro lindo*. (Anda cá ver. Não sei o que é)
(MARTINS; COSTA, 2016)

Para explicar a diferença entre os conceitos de *juízo categórico* e *juízo tético*, os autores utilizam um texto descritivo sobre uma fotografia em exposição. A partir de um texto de uma descrição de uma fotografia, pertencente à exposição “Aleixo”⁶, comentada pelo jornalista Valdemar Cruz, os autores apresentam a sequência de construções com sujeitos pré-verbais, marcando em itálico as frases que expressam juízos categóricos. O objetivo é deixar clara a natureza *aboutness topics* (i.e: sujeitos lógicos de predicação) dessas categorias nessas construções. Entretanto, os autores chamam atenção para a frase inicial do texto (abaixo em negrito), na qual mesmo estando na ordem SV, trata-se de um julgamento tético, demonstrando um exemplo da possibilidade de ambiguidade de julgamentos, categórico ou tético nessa ordem. A interpretação desse contexto exprime a intenção de descrever uma cena/imagem à qual pertence a *um homem* e não dizer alguma coisa acerca do homem que está à janela, consequentemente, uma interpretação tética- predicacional:

(3) **Um homem descansa o corpo junto a uma janela.** Cigarro na boca, barba de vários dias, os olhos a espelharem um cansaço sem nome, sem data, sem fim. Há uma tristeza inominável a ensombrar aquele quadro tão igual, tão decalcado das mais poderosas cenas de um qualquer filme neorrealista italiano. Com uma diferença crucial: *aquele homem* não é uma personagem inventada para ilustrar uma história. *Aquela janela* não integra um cenário imaginário apostado em proporcionar tons de realidade a uma ficção. *Aquele olhar* não obedece a nenhum guião apostado em suscitar veracidade à narrativa ficcionada. *Aquele quadro* não é um quadro. (Expresso Diário online, 2016, Valdemar Cruz).

(MARTINS; COSTA, 2016, p. 376, grifo meu)

Ordens VSO interpretadas como téticas no PE atual estão, muitas vezes, atreladas à noção de *evidencialidade*, entendida como a fonte da evidência para uma asserção. De maneira geral, Aikhenvald (2004) define a evidencialidade como uma categoria gramatical que possui como principal fonte a origem da informação – se ela foi realmente vista por quem descreve o fato, ou se quem a descreve faz inferências com base em alguma evidência, ou se a informação foi relatada por um terceiro e por fim descrita, entre outras

⁶ Aleixo é o nome de um bairro da cidade do Porto em Portugal.

possibilidades. Em muitas línguas, tal fenômeno é codificado por meio de itens gramaticais, como afixos, clíticos e morfemas. Dentre os itens lexicais disponíveis aos falantes do português para expressar as fontes das informações que veiculam, os verbos são, sem dúvida, a forma mais comum de expressão de evidencialidade. Em diferentes línguas, os verbos de percepção, aqueles que denotam visão, audição, tato, olfato e paladar, são a fonte para o desenvolvimento de marcadores evidenciais (AIKHENVALD, 2004).

A partir desses pressupostos, Martins e Costa (2016) apontam que muitos elementos podem funcionar, no PE, como marcadores de evidencialidade direta, articulando-se facilmente com a ordem VSO para descrever situações observadas pelo falante sensorialmente (sobretudo visualmente). Como exemplos desses elementos, os autores apresentam como favorecimento da ordem VSO em (4) e (5), a presença do verbo *estar*, e a narrativa jornalística, juntamente com um conjunto frases apresentativas, criando um efeito sensorial; Para (6), os autores destacam como elementos que favorecem a ordem VSO, o uso do imperfeito do indicativo e a oração temporal introduzida por *quando*, além de uma narrativa ficcional sugestiva de uma evidencialidade sensorial:

- (4) Estava *a primeira-dama francesa* a fazer furor em Espanha quando o passado rebelde a voltou a assombrar (Flash, 12.05.2009)
- (5) a. Está *um alarme* a tocar há horas.
b. Está *um bébé* a chorar.
c. Estão *uns sapatos* teus no quarto do Pedrinho.
d. A: Vou fazer a barba.
B: Está *o teu pai* na casa de banho.
- (6) a. Descia *o nosso herói* a Rua do Alecrim quando uma onda gigante se formou no Tejo.
b. Diz que não tem apetite, mas ontem quando cheguei a casa, comia *ele* um hamburger duplo e um prato de batatas fritas.

(MARTINS; COSTA, 2016, p. 378)

Ademais, Martins e Costa (2016) afirmam que, para o PE atual em contextos de juízos téticos, predicados transitivos com complementos preposicionados facilitam a ordem VSO, enquanto complementos nominais dificultam essa ordem. Para explicar esses contextos, os autores utilizaram os exemplos que seguem abaixo retirados do texto original, com a seguinte explanação:

Imaginemos uma situação em que, estando a falar ao telefone, vemos o nosso cão ser picado por uma abelha. Uma frase possível para justificarmos a necessidade de desligar imediatamente o telefone poderá ser (11a), com ordem VSO, que, na situação descrita, é mais natural do que a ordem SVO. A ordem VSO deixa, no entanto, de ser uma opção se a frase for construída com o verbo *picar* como transitivo direto, como mostra a agramaticalidade de (11b). A cliticização do objeto permite eliminar a diferença entre a estrutura transitiva direta e indireta, passando a permitir nos dois casos a inversão do sujeito, como se vê em (12).

- (11) a. (Tenho de desligar.) Picou uma abelha ao meu cão.
b. (Tenho de desligar.) *Picou uma abelha o meu cão.
- (12) A: O que é que aconteceu para ele estar a ganir?
B: a. Picou-lhe uma abelha.
b. Picou-o uma abelha.

(MARTINS; COSTA, 2016, p. 376)

No estudo, os pesquisadores destacam que a ordem VSO ainda é atestada no relato jornalístico com verbos transitivos declarativos, como *dizer*, *contar*, *escrever*, estes são utilizados de forma a identificar a fonte da informação, como algo fidedigno, apontando, dessa forma, que o constituinte sujeito, na inversão, não se caracteriza como tópico frásico discursivo, tal como:

- (7) a. Diz o jornal «*The Sun*» que o inglês tinha uma álibi consistente, apoiado no depoimento de uma jovem de 15 anos, e foi logo descartado. (Expresso, 23.05.2009)
- b. Escrevia o *Le Monde* há poucos dias, que há Boulogne – a bancada histórica, de maioria branca, sem pudor em exibir uma simpatia pela extrema-direita – e no topo oposto do estádio há Auteuil, mais heterogénea, mais recente. Entre elas, um ódio. Referem-se uns aos outros como «nazis» e «escumalha». (Público, 19.03.2010)
- c. Conta a *historiografia oficial* que Paul Gauguin foi para Arles em outubro de 1888, a convite do seu amigo Vincent Van Gogh, que por essa altura andava entusiasmado com a luminosidade e as cores da Provença. (Diário de Notícias, 26.05.2009).

(MARTINS; COSTA, 2016, p. 376).

Os conceitos e contextos apresentados serão levados em conta para as análises dos dados diacrônicos desse trabalho, pois, acredita-se que por ser um *corpus* composto por textos jornalísticos, haverá indícios de dados VSO em contexto de interpretação tética com verbos transitivos declarativos. Outrossim serão averiguados os contextos de predicados transitivos VSO com complementos verbais preposicionados e não preposicionados buscando identificar se existe alguma preferência de realização por uma dessas formas no decorrer do tempo.

Além da ordem VSO por interpretação de juízo tético, Martins e Costa (2016) apontam que, no PE atual, a ordem VSO também é favorecida pela situação de duplo foco do sujeito, foco contrastivo e informacional, exemplo (2b). De maneira geral, na literatura sintática gerativista, são encontradas três definições de foco: foco informacional, foco contrastivo e foco exaustivo. Neste estudo, serão discutidas as definições de *foco informacional* e *foco contrastivo*.⁷

Na definição de Mioto (2004, p. 172), o foco informacional é aquele em que “o componente interpretativo básico do constituinte focalizado é que ele veicula a informação nova da sentença”. O contexto em que envolve uma pergunta WH (ou que introduz um novo indivíduo no universo do discurso)⁸ é caracterizado como prototípico para o foco de informação⁹. A interpretação de foco pode ser realizada por um sintagma, como *um carro em (8b)*, ou o foco informacional pode ser todo o evento, como *O João comprou um carro em (9b)*:

- (8) a. – O que o João comprou?
b. – O João comprou [_F um carro].
- (9) a. – O que aconteceu?
b. – [_F O João comprou um carro].¹⁰

(MIOTO, 2004, p. 172)

Em relação ao foco contrastivo, Mioto (2004) aponta que para este tipo de foco é

⁷ Para discussões mais aprofundadas sobre tipos de foco, recomenda-se a leitura dos trabalhos completos de: Zubizarreta (1998); Kiss (1988); Mioto (2004), dentre outros.

⁸ O autor chama de foco apresentativo, geralmente iniciado por um DP indefinido, tal como: Era uma vez [F um rei]. (MIOTO, 2004).

⁹ Foco de informação e foco informacional estão sendo usados como nomenclaturas sinônimas neste estudo.

¹⁰ Aserções dos exemplos (8) e (9), respectivamente, Mioto (2004), a partir dos postulados de Zubizarreta (1998):

- A1: \exists um x, tal que o João comprou x.
A2: O x tal que o João comprou x é [F um carro].
- A1: \exists um x, tal que x aconteceu.
A2: O x tal que x aconteceu é [F que o João comprou um carro].

suposto um contexto em que seja incluída a negação de um valor previamente atribuído à variável x, como por exemplo:

(10) O João comprou [_F um carro], não um avião.

(10') A1: Existe um x, tal que o João comprou x.

A2: É falso que o x (tal que o João comprou x) é um avião & o x (tal que o João comprou x) é [_F um carro].

(MIOTO, 2004, p. 173)

Os focos contrastivos e os focos informacionais, geralmente, encontram-se em posições sintaticamente opostas nas sentenças, respectivamente, nas posições iniciais e finais. A partir de um viés semântico e pragmático, o foco contrastivo traz um valor de oposição em relação a uma pressuposição, asserção ou expectativa de um domínio discursivo. A interpretação do foco contrastivo evidencia o contraste entre a informação do informante e a informação que deveria, em seu ponto de ver, ser assumida pelo ouvinte (ZIMMERMANN, 2007; ZIMMERMANN E ONEA, 2011). Martins e Costa (2016, p. 386) afirmam que o “conceito de informação nova, que está na base da identificação do foco informacional, não é relevante para identificar um foco contrastivo.” Em relação às distintas posições ocupadas por esses focos, abaixo, estão apresentados como exemplo a posição inicial do foco contrastivo em (11) e a posição final do foco informacional em (12):

(11) A retórica é a maior arma dos políticos. *Com ela* se elevam, *com ela* se desgraçam. (Expresso, 11.09.2010, Filipe Santos Costa)

(12) A: Como é que os políticos se elevam?

B: Os políticos elevam-se *com a retórica*.

(MARTINS E COSTA, 2016, p. 376)

Como pode ser visto, o foco informacional e o foco contrastivo correspondem a interpretações distintas e, portanto, existe a possibilidade de um mesmo sintagma possuir ambas interpretações em uma sentença. Assim, quando o sujeito pode ser o foco contrastivo e informacional da oração, o sintagma não se estabelece nem na posição inicial, nem na posição final, favorecendo a ordem VSO nesse contexto, ou seja, estaria no meio

da oração. Destarte, é bastante relevante averiguar as possibilidades de realizações que a ordem VSO pode apresentar, uma vez que a análise dos contextos é parte essencial dessa pesquisa. Por fim, a pesquisa buscou indícios para identificar as possíveis explicações para a realização da ordem VSO nos dados pretéritos dos textos jornalísticos.

De maneira mais específica, foram analisados se os contextos com ordem VSO apresentaram indícios de uma interpretação de juízos téticos ou apresentaram indícios de uma interpretação de duplo foco, ou seja, o sintagma sujeito podendo ser interpretado como foco contrastivo e informacional ao mesmo tempo.

Ressalta-se ainda que por se tratar de textos diacrônicos de duas diferentes variedades linguísticas do português, buscou-se analisar e apontar indícios sobre a existência de uma possível *competição de gramáticas* (KROCH, 1989, 2001), especialmente nos dados do PB. Sobre esse conceito, o autor estabelece que os contextos de mudança ocorrem juntos porque são manifestações superficiais de uma única mudança gramatical. As diferenças na frequência do uso, ou seja, os dados estatísticos, refletem fatores funcionais e estilísticos constantes ao longo do tempo e independentes da gramática. Dessa forma, as gramáticas das línguas mudam de forma abrupta, mas o processo de mudança se dá forma gradual. A partir desses pressupostos, acredita-se que os textos do século 19 do PB possam apresentar, de forma quantitativa e qualitativa, gramáticas em competição. Ou seja, contextos que refletem uma gramática com construções características do PE, mas também uma gramática emergente do PB, conforme estudos de Tarallo (1993) e Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), citados anteriormente.

2 Construção do *corpus* histórico e Metodologia

O *corpus* utilizado na pesquisa constitui-se de textos jornalísticos que circularam no século 19 e no final da primeira metade do século 20 em Portugal e no Brasil. Metodologicamente, foram selecionados jornais que fossem contemporâneos e apresentassem fatores que possibilitassem um estudo comparativo. Ao todo, foram utilizados seis periódicos: três jornais portugueses produzidos na cidade de Évora em Portugal e três jornais brasileiros produzidos na cidade de Ouro Preto/MG no Brasil. A escolha pelos jornais dessas cidades ocorreu por ser um material catalogado, digitalizado e disponibilizado pelo Acervo da Biblioteca Pública de Évora e pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, respectivamente. No total, o *corpus* composto por esses periódicos contém o total de 300 mil palavras, sendo a média de 50 mil palavras por jornal. Os nomes dos jornais portugueses e brasileiros, juntamente com os anos de publicação desses periódicos, selecionados para esta pesquisa, são os que seguem abaixo, respectivamente:¹¹

¹¹ As siglas apresentadas nos exemplos dizem respeito a um resumo do nome de cada jornal para facilitar a discussão quando necessário.

Jornais portugueses:

- Primeiro período do século 19: *A Ilustração Luso-brazileira* (1856 a 1859) – (ILB);
- Segundo período do século 19: *Manuelinho de Évora* (1888 a 1900) – (ME);
- Primeiro período do século 20: *Notícias de Évora* (1945 a 1948) – (NE).

Jornais brasileiros:

- Primeiro período do século 19: *O Recreador Mineiro* (1845 a 1848) – (RM);
- Segundo período do século 19: *Jornal Mineiro* (1890 a 1900) – (JM);
- Primeiro período do século 20: *Tribuna de Ouro Preto* (1945 a 1948) – (TOP).

Como pôde ser visto, há três períodos de análise no estudo: i) textos publicados no final da primeira metade do século 19 e início da segunda metade do século 19, no caso dos jornais portugueses, mas ambos representando a gramática refletida pelos informantes nascidos no final do século 18 e início do século 19; ii) textos publicados no final da segunda metade do século 19, representando a gramática dos informantes nascidos em meados do século do século 19; e iii) textos publicados no final da primeira metade do século 20, representando a gramática dos informantes nascidos no final do século 19 e início do século 20. Dessa forma, para realizar o estudo comparativo entre os dados linguísticos do PE e do PB, foi estabelecido um rigor metodológico geográfico, temporal e quantitativo. Além disso, o trabalho buscou semelhanças nas seleções dos textos jornalísticos, com o propósito de também se ter um rigor qualitativo, ou seja, comparar textos que fossem de gêneros similares, tais como o gênero editorial e o gênero notícia de jornal. Gêneros como anúncios, cartas de leitores e obituários não foram transcritos para análise.

Com relação à inversão do sujeito no PB, muitos estudos apontam a ordem VS como restrita a contextos de construções inacusativas e de inversão locativa (BERLINCK, 1989; DUARTE, 1993; KATO; RAPOSO, 1996; KATO; CYRINO; DUARTE; BERLINCK, 2006; COELHO; MARTINS, 2012; KATO; TARALLO, 2003; CAVALCANTE, 2018). Pilati (2002; 2006) afirma que é possível encontrar contextos de inversão com todos os tipos de verbos: inacusativos, inerativos e transitivos, inclusive, destaca a produtividade e a ocorrência da ordem VOS no PB atual. A autora afirma que essa ordem possui contextos restritivos de realização e os separa em dois grupos: i) orações com predicados contendo verbos leves (*Tomou posse o novo presidente dos Estados Unidos*); e ii) orações com predicados previsíveis (*Chuta a bola o jogador do flamengo*).

Diferentemente dos trabalhos citados acima, o presente artigo realizou um estudo dos dados pretéritos, especificamente, dando ênfase a contextos com verbos transitivos na ordem VSO, tendo como objetivo averiguar as frequências quantitativas e discutir as possibilidades de interpretação do sujeito nessa ordem em PE e em PB.

Metodologicamente, para a coleta de dados¹², foram retiradas do *corpus* todas as sentenças finitas com verbos transitivos. Assim, em um primeiro momento, verificou-se a relação quantitativa entre a ordem SV e VS nos dados do PE e do PB. Em um segundo momento, foram quantificadas as possibilidades de inversões encontradas nos dados de VS: VSO, VOS, OVS, OSV. Por último, mas não menos importante, foram separadas e quantificadas apenas as inversões com a ordem VSO de cada periódico, e, em seguida, foram descritos os contextos de realização, buscando indícios de proximidades e/ou distanciamentos entre as variedades linguísticas do PE e do PB, de forma comparativa entre os períodos; e de forma comparativa em relação aos contextos de realização entre Portugal e Brasil.

A seguir, na próxima seção, os resultados encontrados em cada uma das etapas, descritas no parágrafo acima, serão apresentados e discutidos.

3 Resultados e Análises

Nesta seção, serão expostos os resultados quantitativos encontrados no *corpus* e serão realizadas análises descritivas dos contextos apresentados pelos dados dos textos jornalísticos. O gráfico abaixo mostra a seleção inicial dos dados. Ao todo, foram retiradas 1.909¹³ sentenças dos jornais portugueses e um total de 1.682¹⁴ sentenças dos jornais brasileiros com verbos transitivos finitos. Após esse levantamento, as sentenças foram separadas em ordem SV e em ordem VS. Neste primeiro momento, observa-se que tanto os dados lusitanos, quanto os dados brasileiros refletiram uma alta porcentagem de ocorrência (acima dos 80%) para a ordem SV com verbos transitivos em todos os períodos estudados, não apresentando nenhum grau de mudança entre o PE e o PB. Mesmo sem apresentar uma curva de mudança, quantitativamente, ao observar as porcentagens da ordem VS total nos dados, o primeiro período do século 20 no PE nos chama atenção, uma vez que apresenta quase o dobro de ocorrências de ordem VS (21%) comparado aos dados do PB (11%). Há ainda uma inversão quantitativa nos resultados encontrados em Portugal (14% e 17%) e no Brasil (17% e 14%) nos dois primeiros períodos estudados. Considera-se oportuno, inicialmente, visualizar todo o quantitativo dos dados com ordem SV e VS com verbos transitivos no *corpus*, para, posteriormente, nesta seção, anali-

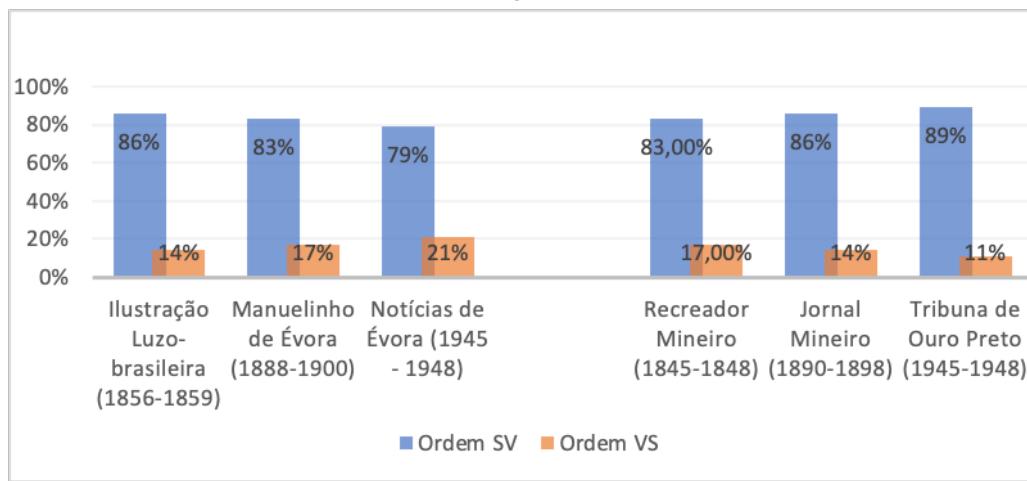
¹² O *corpus* desta pesquisa encontra-se anotado morfologicamente pela ferramenta *eDictor* e sintaticamente pela ferramenta *corpusDraw*, logo, para selecionar os contextos de pesquisa, as buscas também foram realizadas a partir de uma ferramenta computacional, denominada *corpusearch*. O trabalho utilizou da metodologia e das ferramentas disponíveis no Projeto Temático *Tycho Brahe*, coordenado pela professora Charlotte Galves na Unicamp. Para maiores informações sobre as ferramentas de anotações e as buscas realizadas por ferramentas computacionais utilizadas neste estudo, consultar o site: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/en/index.html>.

¹³ Nos jornais portugueses, individualmente, foram encontrados: 672 sentenças no ILB; 627 sentenças no ME; 610 sentenças no NE. Total 1.909 sentenças.

¹⁴ Nos jornais brasileiros, individualmente, foram encontrados: 484 sentenças no RM; 636 sentenças no JM; 562 sentenças no TOP. Total 1.682 sentenças.

sarmos apenas os contextos com a ordem VSO e, assim, apresentar possíveis explicações para essa ordem em meio ao conjunto dos dados:

Gráfico 1 – Ocorrências da ordem SV/VS com verbos transitivos nos jornais portugueses e brasileiros



Fonte: Elaborado pela autora.

Nos resultados acima, estão classificadas como ordem VS toda e qualquer ocorrência em que o sujeito não aparece na posição inicial da sentença. Logo, estão contempladas tanto as construções com inversões do sujeito (ordem VSO e VOS), quanto as construções com anteposição de objetos (OVS e OSV)¹⁵. É interessante observar que ao comparar resultados de dados diacrônicos no PB, a baixa produção de dados na ordem VS com verbos transitivos é também apresentada em *corpus* compostos por outras tipologias textuais. Machado (2020), por exemplo, ao analisar um conjunto de cartas produzidas por falantes no século 19 e 20, encontrou 9% de ordem VS com verbos transitivos no início do século 19, chegando a 6% em meados do século 19, 3% no final do mesmo século e 2% no final da primeira metade do século 20.

Assim, no presente artigo, com o objetivo de observar os contextos de ordem VS de forma mais detalhada nos textos jornalísticos diacrônicos, todas as sentenças foram subdivididas para que pudessem ser identificadas e quantificadas as possibilidades de inversão com verbos transitivos. No conjunto de dados de ordem VS, foram encontradas 339¹⁶ sentenças no PE e 236¹⁷ sentenças no PB com verbos finitos transitivos. O detalha-

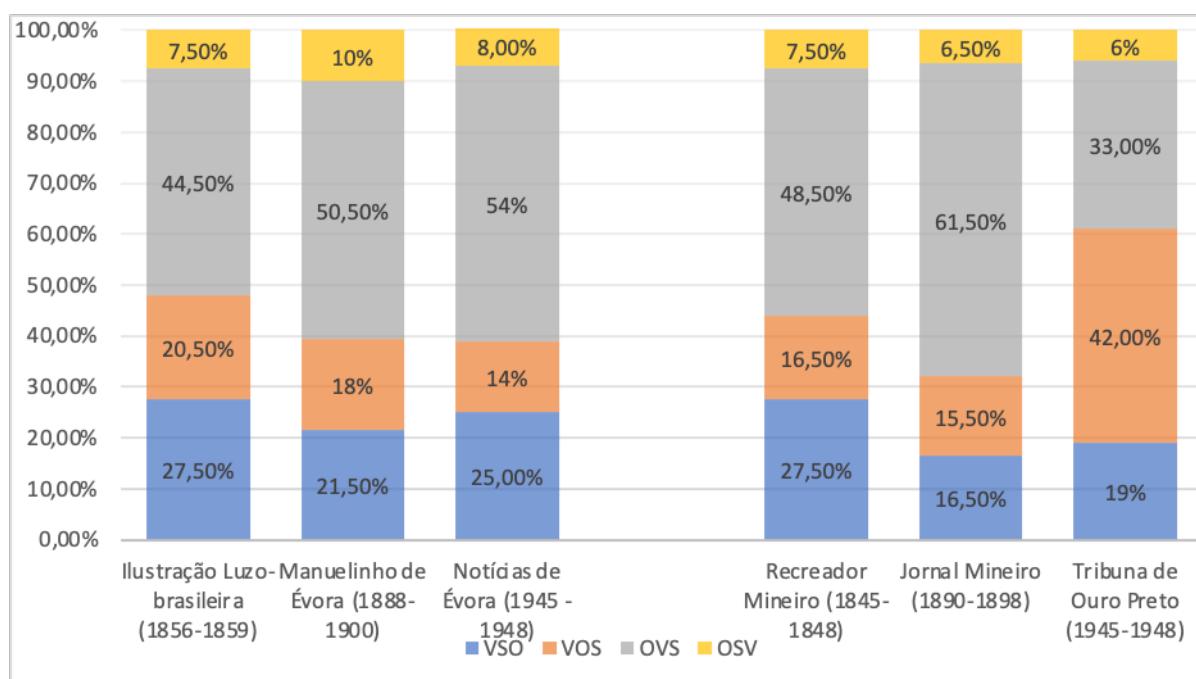
¹⁵ Para realizar as descrições de ordem, o objeto (O) está sendo utilizado de acordo com Larson (1988, 1990), ou seja, em um sentido mais amplo, contemplando modificadores adjuntos ao sintagma verbal.

¹⁶ Nos jornais portugueses, individualmente, foram encontrados: 98 sentenças no ILB; 111 sentenças no ME; 130 sentenças no NE. Total: 339 sentenças.

¹⁷ Nos jornais brasileiros, individualmente, foram encontrados: 80 sentenças no RM; 91 sentenças no JM; 65 sentenças no TOP. Total: 236 sentenças.

mento das possibilidades de inversões com VS traz variáveis interessantes a serem investigadas e pesquisadas em trabalhos futuros. A ordem OVS destacou-se, quantitativamente, em todos os períodos no PE e a ordem VOS destacou-se na primeira metade do século 20 no PB. A ordem OSV apresentou, em todos os períodos, tanto no PB, quanto no PE, a menor ocorrência nos dados. E a ordem VSO, ordem objeto de análise desse estudo, apresentou uma flutuação constante nos dados do PE (27,50%; 21,50% e 25%, respectivamente) e, nos dados do PB, é possível identificar uma queda na produção desse contexto no decorrer do tempo (27,50%; 16,50% e 19%, respectivamente):

Gráfico 2 – Detalhamento das inversões com verbos transitivos no Português Europeu e no Português Brasileiro¹⁸



Fonte: Elaborado pela autora.

Quantitativamente, é possível observar uma diferença no número de ocorrências da ordem VSO com verbos finitos transitivos entre o PE e o PB no decorrer do tempo, como apresentado no gráfico 2. Ambas as variedades linguísticas apresentam a mesma produtividade da ordem VSO (quando comparada às outras possibilidades de inversões) nos jornais do primeiro período desse estudo, (27,50%), praticamente cem anos depois,

¹⁸ Por uma questão de recorte para a produção deste artigo, as ordens VOS, OVS e OSV não foram aprofundadas neste trabalho, essas ordens serão analisadas em trabalhos futuros. O aumento da ordem VOS nos dados brasileiros, por exemplo, perpassam por discussões que extrapolam os limites desse artigo. De toda forma, para maiores detalhamentos sobre a produtividade e realização dessa ordem no PB atual, recomenda-se a leitura do trabalho de Pilati (2006).

nos textos do primeiro período do século 20, o PE apresentou 25% de VSO e o PB apresentou 19% de produção dessa ordem nos textos jornalísticos. Esse resultado pode ser interpretado como indício da presença de uma gramática lusitana nos textos do periódico brasileiro *O Recreador Mineiro*. Dessa forma, para esmiuçar essa evidência e trazer à tona mais elementos para essa discussão, a seguir, serão descritos e analisados os contextos da realização dessa ordem, tanto no PE, quanto no PB em todos os períodos, no intuito de averiguar como se dá a distribuição das realizações da ordem VSO no PB.

No PE, na ordem VSO com verbos transitivos finitos, foram encontradas 83 sentenças, sendo: 27 sentenças no ILB, 24 sentenças no ME e 32 sentenças no NE. No PB, o resultado total para essa ordem foi de 50 sentenças, sendo: 22 sentenças no RM, 15 sentenças no JM e 13 sentenças no TOP. Abaixo, estão representados os valores absolutos, em cada período e suas respectivas porcentagens em relação ao todo de sentenças VSO encontradas no *corpus*. Quando a ordem VSO é observada de forma separada das outras possibilidades de inversões e contrastada com os resultados obtidos em um cada um dos períodos, os dados quantitativos do PE e do PB apresentam diferenças interessantes, dentre elas: i) observando os números absolutos, o quantitativo de sentenças com ordem VSO é superior, tanto por período, quanto no conjunto total nos jornais portugueses; ii) nos dados lusitanos, a ordem VSO, independentemente do período, apresentou uma flutuação mais constante de valores – a saber: 33%; 29% e 38% – com o decorrer do tempo; e iii) por outro lado, nos dados brasileiros, observou-se uma diminuição significativa de ocorrência da ordem VSO, de 44%, no primeiro período do século 19, passou para 26% no primeiro período do século 20:

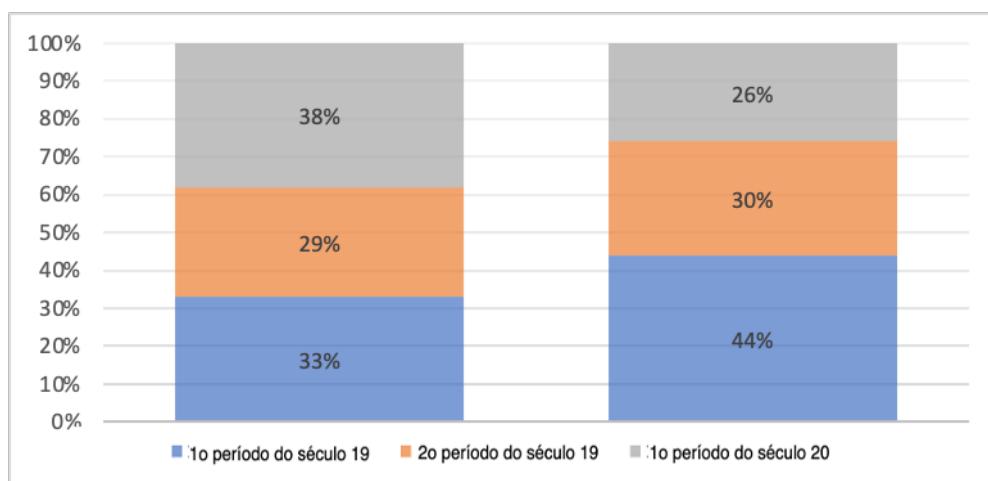
Tabela 1 – Distribuição da ordem VSO nos jornais portugueses e brasileiros no decorrer tempo

Jornais Portugueses	VSO	Jornais brasileiros	VSO
Ilustração Luso-Brazileira (1856-1859)	27/ 33%	O Recreador Mineiro (1845 -1848)	22/44%
Manuelinho D'Évora (1888-1900)	24/ 29%	Jornal Mineiro (1890-1900)	15/30%
Notícias de Évora (1945-1948)	32/38%	Tribuna de Ouro Preto (1945-1948)	13/26%
Total	83/100%	total	50/100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Em suma, pode-se dizer que, quantitativamente, os dados apontaram para diferenças no uso da ordem VSO no PE e no PB em textos jornalísticos diacrônicos. Enquanto no PE, observou-se uma frequência mais constante de produção da ordem VSO com verbos transitivos finitos em todos os períodos estudados; no PB, averiguou-se uma queda na produção da ordem VSO entre o primeiro período do século 19 e o primeiro período do século 20, analisados nesse estudo. O gráfico abaixo ilustra os dados da tabela 1 e as afirmações apresentadas acima:

Gráfico 3 – Distribuição da ordem VSO nos jornais do Português Europeu e do Português Brasileiro em cada um dos períodos estudados



Fonte: Elaborado pela autora.

Diante desse cenário quantitativo, pergunta-se: quais seriam os contextos dessas ocorrências VSO em PE e em PB? Por ser um contexto restritivo, é possível identificar algum ambiente de realização como preferencial? Para responder essas perguntas, serão identificadas e discutidas as ocorrências em cada período destacado.

De maneira geral, os dados lusitanos apresentaram similaridades nos contextos em todos os períodos estudados. Essencialmente, a ordem VSO *pôde ser identificada* em contextos téticos, a maioria deles, atrelados à noção de *evidencialidade* (AIKHENVALD, 2006). Uma das possibilidades de identificar a leitura tética e a noção de evidencialidade foi a partir dos verbos, os quais denotam percepção: visão, audição, tato, olfato e paladar. Além desses verbos, considerou-se ainda como indícios do contexto de interpretações de

juízos téticos vinculados à *evidencialidade*, os verbos declarativos, como *dizer*, *contar*, *escrever* por desempenharem a função declarativa de apresentação, logo, de evidencialidade, favorecendo a leitura tética no PE atual (MARTINS E COSTA, 2016).

Assim, ao averiguar a possibilidade desses contextos nos dados históricos do PE, realizou-se um levantamento no qual foram identificadas ocorrências da ordem VSO com verbos perceptuais e declarativos em todos os períodos estudados:

- (11) a) [...] e **viram** elles as provas de interesse e política que receberam em tão longo trajecto. (Ilustração Luso-Brazileira, 1854).
- b) **Indroduziu** Hoccleve nas suas composições varias anectodas pessoaes. (Ilustração Luso-Brazileira, 1855)
- c) **Annunciou o telegrapho** que as esquadras bombardeavam Sweaborg, destruindo os navios russos e os fortes da praça em 10 de agosto, feito de resultados desastrosos para a Russia, de perdas graves para as esquadras, e que não corresponde às esperanças fundadas nos meios que se empregavam. (Ilustração Luso-Brazileira, 1855)
- d) **Dizem** os apostolos do celibato a todos presentes. (Ilustração Luso-Brazileira, 1855)
- e) **Susteve** o mancebo a sua companheira, a quem o furacão vencia. (Ilustração Luso-Brazileira, 1857).
- f) [...] e **louvam** elles as provas de interesse e politica que receberam em tão longo trajecto. (Ilustração Luso-Brazileira, 1857).
- g) **Viu** o argueiro no visinho. (Manuelinho de Évora, 1889)
- h) No vol 7º do Archivo Pittoresco, a pag 185, **publicou** o conhecido academico, sr Vilhena Barbosa, um extenso artigo sobre este monumento eborense. (Manuelinho de Évora, 1890)
- i) **Mostra** elle pouca acção, mas, se o fumador se habitua a engulir o fumo, tudo certo. (Manuelinho de Évora, 1889)
- j) **Sente** a Editorial Enciclopédia Ld que o publico compreenderá as razões expostas e continuará a dispensar-lhe a mesma solidariedade, para que chegue a bons termos a regular publicações de uma obra que por todos os motivos justifica o orgulho dos Portugueses. (Notícias de Évora, 1946).

- k) Mais uma vez, **revelou** sua excelência a todos, a constante e profícua ação do Estado e a interferência dos Serviços de Inspecção, orientando iniciativas, reprimindo abusos, fornecendo assistência técnica as actividades agrícolas e indústria das carecidas. (Notícias de Évora, 1947).
- l) Sim, sou eu, minha adorada Rénée ... **respondeu** o estudante com aceno carinhoso. (Notícias de Évora, 1947).
- m) Comemorando-a, **decretou** o **Ministro da Guerra** que o Santo Condestável D Nuno Álvares Pereira seja considerado o patrono da Infantaria portuguesa. (Notícias de Évora, 1945).

Além de identificar indícios que podem ser interpretados como ordem VSO por leitura de juízo tético, o presente estudo também buscou identificar a possibilidade da ordem VSO por dupla focalização do sujeito (foco informativo e contrastivo). Martins e Costa (2016) afirmam que o foco informativo e o foco contrastivo são marcados em posições opostas em uma sentença, o primeiro no início da frase e o segundo no final da frase. Dessa forma, o constituinte sujeito não recebe o acento prosódico contrastivo característico da marcação de foco *in situ*, o que confirma que a estratégia de marcação de foco seguida é sintática e opera com a possibilidade de variação na ordem dos constituintes frásicos.

Foram considerados contextos VSO, por dupla focalização do sujeito, aqueles em que foi possível identificar indícios de uma especificação do sujeito de forma a possibilitar uma leitura contrastiva¹⁹. Abaixo, estão colocados alguns exemplos desse contexto nos jornais portugueses:

(12) a) **Tornaram-se todas as esperanças desta vida impossíveis**: (Ilustração Luso-Brazileira, 1856).

(= foram **todas as esperanças desta vida** que se tornaram impossíveis – o contexto é favorável para a dupla focalização, pois o núcleo “esperanças” está acrescido de um quantificador “todas” e de um PP, “desta vida”, de forma a especificar o sujeito, ou seja, não seria nenhuma ou alguma, seriam “todas as esperanças” e não seria de outra vida, mas sim, “desta vida”).

¹⁹ A identificação da interpretação e duplo foco em textos jornalísticos históricos foi realizada a partir das evidências apresentadas pelo contexto e por testes apresentados por Martins e Costa (2016), tais como: o uso de construções de sentenças com clivagens e a possibilidade de inserção de advérbios marcadores de foco precedente ao sujeito invertido, tais como “precisamente”, “exatamente”, etc.

b) Com a queda do ministerio, **julgaram todos eles** que o sr Clemenceau, que tem derrubado varios ministerios e que causou a queda deste, não se esquivaria de assumir as redeas do poder; (MANUELINHO, 1890)
(= foram julgados **todos eles** – há um quantificador dando especificação ao sujeito – não foram apenas eles, mas **todos eles**, possibilitando uma leitura com interpretação de duplo foco).

Enfim, para descrever os contextos de VSO, foram observados indícios de dois aspectos: leitura tética atrelada ou não à noção de evidencialidade ou possibilidade de duplo foco na interpretação do sujeito, a partir dos critérios elencados na discussão e nos exemplos (11) e (12), respectivamente. Abaixo, encontram-se os resultados das possibilidades de interpretação de leituras em cada jornal português, ou seja, do total de sentenças VSO com verbos transitivos encontrado em cada período, a partir dos critérios estipulados por Martins e Costa (2016), obteve-se:

Tabela 2 – Distribuição das possibilidades de interpretação das sentenças VSO nos jornais portugueses

	Ilustração Luso-Brazileira	Manuelinho de Évora	Notícias de Évora
Interpretação com leitura tética da sentença	19/27 – 70%	16/24 – 66%	23/32 – 71%
Interpretação de duplo foco no sujeito	08/27 – 30%	08/24- 34%	09/32 – 29%
Total	27 - 100%	24 - 100%	32 - 100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Como pode ser observado nos dados acima, o PE apresentou sentenças VSO tanto com possibilidade de interpretação de sentenças com juízos téticos quanto indícios de uma ordem VSO com possibilidade de interpretação de duplo foco do sujeito. Em todos os períodos, observou-se que o número de sentenças téticas se sobressaiu em relação ao número de sentenças com ordem VSO por dupla focalização do sujeito.

Para os dados do PB, foram efetuadas as mesmas análises com os mesmos critérios utilizados anteriormente: indícios de realização de leitura tética, associadas ou não

à noção de evidencialidade – exemplos em (13) – e indícios de duplo foco do sujeito – exemplos em (14). Esses contextos foram encontrados em todos os períodos estudados:

- (13) a) **Sentem alguns** que os retractos pelo Danguerreotypo naõ possão ainda sahir coloridos. (Recreador Mineiro, 1845)
- b) **Diz** Sua Excelênciа que a facultade - de não cumprir actos do executivo – (Jornal Mineiro, 1898)
- c) **Verá o exercito francez** o quilate do coronel Piquart, com cujas declarações affrontou todos os perigos da impopularidade e dos odios religionários de sua classe. (Jornal Mineiro, 1898).
- d) **dizia um**: quanto tempo viria este homem, se não fosse condenado a morrer desta sorte? (Recreador Mineiro, 1848)
- e) Na noite silenciosa de sua natividade, **anunciou um anjo** aos pastores um grande gozo (Tibuna de Ouro Preto, 1948)
- f) **Mandou** o capitam tacar fogo (Tribuna de Ouro Preto, 1947)
- g) **Dirão todos os maridos**, quando lerem o Codigo conjugal de este povo, que um jornal ingles apresenta as damas cartistas do seu paiz! (Recreador Mineiro, 1845)
- (14) a) **Tocou a banda de musica do 5º corpo de policia** em uma sala proxima. (Tribuna de Ouro Preto, 1947)
(= Foi a banda de música do 5º corpo de policia que tocou em uma sala próxima – a leitura de duplo foco pode ser interpretada a partir do teste de clivagem realizado. Há uma especificação do sujeito com os sintagmas preposicionados “de musica do 5º corpo de policia”).
- b) Até o anno de 1896 **pagava a industria do ouro em Minas** $2\frac{1}{2}$ por cento dos impostos. (Jornal Mineiro, 1898)
(= Era a indústria do ouro em Minas que pagava $2\frac{1}{2}$ por cento dos impostos até o anno de 1896 e não outra indústria qualquer – leitura com duplo foco tendo como evidência a paráfrase por meio da clivagem)
- c) **Percorrera o illustre collega** a collecção de nosso jornal com o propósito de encontrar as boas-novas. (Jornal Mineiro, 1898)
(= Percorrera *precisamente* o ilustre colega a collecção de nosso jornal com o propósito de encontrar as boas novas – o contexto da sentença permite a interpretação de uma dupla focalização)

De forma comparativa, as descrições das sentenças encontradas no PB foram quantificadas (ver tabela 3 abaixo), assim como foram quantificadas as sentenças em PE, ou seja, classificou-se todas as sentenças VSO de cada período a partir dos critérios de leitura tética ou leitura com duplo foco. Em números brutos, o total de sentenças com a ordem VSO encontradas no PB é inferior ao total encontrado no PE em todos períodos, como já visto anteriormente. O que chama atenção nos dados diacrônicos jornalísticos do PB é o fato de se observar uma queda na produção de contextos VSO com interpretação tética com o decorrer do tempo (72% para 31%). Ou seja, mesmo sendo um contexto mais restritivo, observa-se uma preferência para ocorrências com interpretação do sujeito com duplo foco (informacional + contrastivo), diferentemente do PE:

Tabela 3 – Distribuição das possibilidades de interpretação das sentenças VSO nos jornais brasileiros

	Recreador Mineiro	Jornal Mineiro	Tribuna de Ouro Preto
Interpretação com leitura tética da sentença	16/22 – 72%	9/15 – 60%	4/13 – 31%
Interpretação de duplo foco no sujeito	6/22 – 28%	6/15 – 40%	9/13 – 69%
Total	22 – 100%	15 – 100%	13 – 100%

Fonte: Elaborado pela autora.

Em resumo, tanto no PE, quanto no PB, a ordem VSO com verbos transitivos finitos, trata-se de um contexto restritivo nos dados diacrônicos e é possível ver a realização desse contexto tanto por leituras téticas, quanto por leituras de duplo foco do sujeito. Não obstante, além de apresentar, de forma quantitativa, uma frequência maior de realização da ordem VSO em todos os períodos estudados, o PE apresentou a realização de contextos com interpretação tética de forma mais constante. Diferentemente, no PB, foi possível observar uma certa diminuição da frequência do contexto supracitado com o decorrer do tempo e uma certa tendência a realizar, com maior frequência, a ordem VSO em situações de duplo foco do sujeito.

Em relação à possibilidade de competição de gramáticas no PB, no sentido de Kroch (1989; 2001), podem ser apontados dois aspectos: em primeiro lugar, em relação

à quantidade, pode-se dizer que mesmo não sendo uma realização impossível nos dados do PB, a ordem VSO, no final da segunda metade do século 19, tornou-se menos produtiva, sendo um contexto ainda mais restritivo que no PE. Como segundo aspecto, pode-se hipotetizar que as possibilidades de realização da ordem VSO com verbos transitivos nos dados históricos do PB advêm das gramáticas em competição (PE e PB), favorecendo, no final da primeira metade do século 20, no PB, uma realização do contexto VSO com dupla focalização do sujeito.

Os indícios de uma leitura com duplo foco para a ordem VSO nos dados jornalísticos são interessantes quando comparados com outros resultados na literatura do tema. Cavalcante (2018) aponta que há um número maior de ordem VS nos dados diacrônicos do século 19 e 20 quando há um contexto de foco informacional e quando há a presença de foco contrastivo. De maneira mais pormenorizada, Cruz (2020), a partir de um corpus de cartas produzidas por brasileiros nos séculos 19 e 20, apresenta, a partir dos dados que a ordem VS, quando realizada, há uma preferência de ocorrer com o foco novo e contrastivo: 20% no período de 1801 -1850; 16% no período de 1851-1900; 21% no período de 1901-1950; 11% no período de 1950-1975. Abaixo, reproduzo o conjunto de dados contabilizados em gráfico pelo estatuto do foco ao longo do tempo pela autora:

Tabela 4 – Posição do sujeito (SV, VS, CLIVAGEM)
por estatuto informacional ao longo do tempo

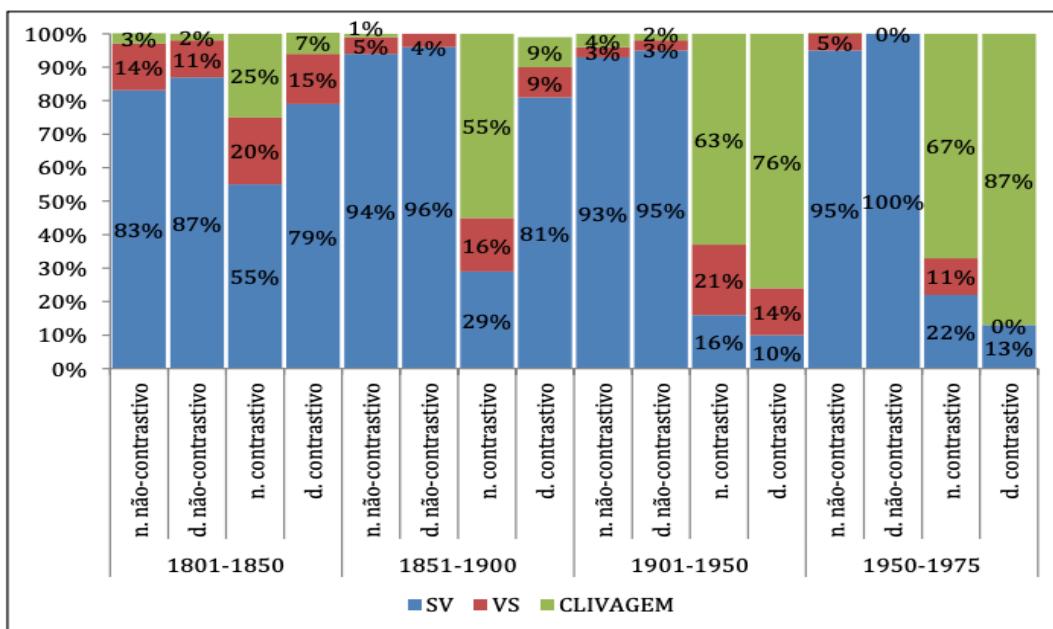


Gráfico 6. Posição do sujeito (SV,VS,CLIVAGEM) por estatuto informacional ao longo do tempo

Fonte: Adaptado de Cruz (2020, p. 77).

Os resultados apontados acima apresentam evidências que vão ao encontro dos resultados encontrados nesse artigo especificamente para a ordem VSO com verbos transitivos no PB no final da primeira metade do século 20, ou seja, uma maior ocorrência de inversão do sujeito com a possibilidade de leitura de um foco informacional e foco contrastivo. Diferentemente, para o PE atual, Martins e Costa (2016) afirmam que a ordem VSO na gramática dessa língua tem uma maior produtividade com interpretação de juízo tético e evidencialidade.

A respeito do tipo de complemento do verbo²⁰, no final da primeira metade do século 20, nos dados do PE, 82% das sentenças com verbos transitivos na ordem VSO apresentaram complementos verbais preposicionados e 18% de sentenças com complementos verbais não preposicionados. Essa preferência nos dados desse período corrobora a afirmativa que predicados transitivos com complementos preposicionados facilitam a ordem VSO, enquanto complementos verbais sem preposição dificultam essa ordem no PE atual (MARTINS e COSTA, 2016).

- (15) a) sim, sou eu, minha adorada Rénée ... **respondeu** o estudante de direito **com um aceno carinhoso**. (Notícias de Évora, 1945).
- b) Perguntou ele **a si próprio**, agitado por um súbito terror. (Notícias de Évora, 1946).
- c) Tenderá o teatro **a voltar** às tradições de outrora. (Notícias de Évora, 1945).

Por fim, as análises demonstraram que a ordem VSO com verbos transitivos é um contexto restritivo tanto em PB quanto em PE. Observou-se ainda que tanto quantitativamente quanto qualitativamente, os dados do primeiro período do século 19 do PB se aproximaram dos resultados desse mesmo período do PE. No entanto, no final da primeira metade do século 20, foram observadas duas principais diferenças: i) houve uma restrição ainda maior da realização da ordem VSO com os verbos transitivos nos dados do PB, em termos quantitativos brutos (32 dados em PE e 13 dados em PB); e ii) indícios de diferenças interpretativas nos contextos VSO em que apontou uma preferência de lei-

²⁰ No PB, a frequência encontrada foi de 61% para contextos com complementos verbais preposicionados e 39% para complementos verbais sem preposição na ordem VSO com verbos transitivos no final da primeira metade do século 20. Devido à insuficiência de elementos para apontar uma análise contundente sobre esse contexto no PB, optou-se por apresentar apenas os dados do PE do final da primeira metade do século 20, pois considerou-se interessante registrar que os dados históricos dos informantes do século 20 vão ao encontro das afirmações de Martins e Costa (2016) para os dados do PE atual.

turas de juízo tético, na sua maioria atrelados à noção de evidencialidade, nos dados do PE e uma preferência de interpretação com leituras de duplo foco no PB.

4 Considerações Finais

Este estudo foi realizado com o propósito de contribuir com a discussão sobre a inversão do sujeito no PE e no PB em textos históricos. O trabalho apresentou os dados quantitativos em relação à ordem *SV* *versus* a ordem *VS* com verbos transitivos finitos em textos jornalísticos produzidos no final da primeira metade do século 19, no final da segunda metade do século 19 e no final da primeira metade do século 20. Foi observado que, quantitativamente, quando se tratam de verbos transitivos, a ocorrência de inversões da ordem *SVO*, tanto no PE quanto no PB, é bem restritiva, sendo esta a ordem preferencial nos textos. Comparativamente, nos dados desse estudo, foi possível identificar que mesmo se tratando de um contexto restritivo no PE e no PB, no final da primeira metade do século 20, o PE apresentou um número maior de ocorrências com a ordem *VS* que o PB (21% no PE e 11% no PB).

Em comparação a outras possibilidades de inversões, como *VOS*, *OSV* e *OVS*, a ordem *VS* não se mostrou como a preferencial nos dados, sendo um contexto mais restritivo no PE e no PB. Com relação à frequência dessa ordem, observou-se que os números de ocorrências foram mais constantes com o decorrer do tempo no PE (27%, 21%, 25%, respectivamente), enquanto que, no PB, observou-se uma diminuição maior da ordem *VSO* com o decorrer do tempo (27%, 16%, 19%, respectivamente).

Em resumo, a ordem *VS* com verbos transitivos finitos não é um contexto com muitas realizações em textos jornalísticos diacrônicos, entretanto, quantitativamente, é possível ver uma maior ocorrência desse contexto em PE, tanto na comparação com a ordem *SV*, quanto na comparação com outras possibilidades de **inversões nos textos** em relação ao PB.

Outro ponto importante desse estudo foi descrever e identificar indícios sobre as possibilidades de interpretação da ordem *VSO* nos dados históricos. A partir dos dados coletados, foi possível encontrar indícios de realização da ordem *VSO*, em todos os períodos, tanto por contextos de leitura tética, a maioria atrelados à noção de evidencialidade (AIKHENVALD, 2004), quanto por indícios que identificavam contextos de dupla focalização do sujeito (foco informational e foco contrastivo) no PE e no PB. Apesar de observar as duas possibilidades em todos os períodos, no PB, foi possível observar uma queda na produção de ordem *VSO* com indícios de leitura tética no decorrer do tempo.

Ao juntarmos a questão quantitativa, diminuição da ordem VSO no decorrer do tempo, com a questão descriptiva dos contextos de realização, pode-se dizer que no contexto restritivo de ordem VSO com verbos transitivos, no PB, há uma preferência por ser realizada em contextos de dupla focalização, especialmente, no final da primeira metade do século 20.

O número de dados encontrados (apenas 13 sentenças na primeira metade do século 20 do PB) no estudo não permite realizar uma afirmação categórica. De toda forma, os indícios encontrados possibilitam que trabalhos futuros possam investigar a ordem VSO com verbos transitivos, em outros *corpora* e outros contextos, sob um viés diacrônico no PB, buscando identificar se esse contexto restritivo na língua, quando realizado, se dá, preferencialmente, por dupla focalização. Essa preferência pode estar atrelada ao fato de o PB, atualmente, ser considerado uma língua de sujeito nulo parcial, logo, a mudança no parâmetro do sujeito pode ter desencadeado uma restrição maior para a realização da ordem VSO com verbos transitivos, quando comparados aos dados do PE.

Referências

- AIKHENVALD, A. Y. *Evidentiality*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- BELLETI, A. Inversion as focalization. In: HULK, A.; POLLOCK J. *Subject Inversion in Romance and the Theory of Universal Grammar*. New York: Oxford University Press, 2001. p. 60-90.
- BERLINCK, R. A. A construção V SN no português do Brasil - um estudo diacrônico sobre o fenômeno da ordem. In: TARALLO, F. L. (Org.). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas: Pontes, 1989. p. 95-112.
- CAVALCANTE, S. R. Mudança na posição do sujeito em cartas pessoais brasileiras: a ordem VS e o estatuto informacional do sujeito. *Diádorim*, Rio de Janeiro, v. 20 – Especial, p. 101-121, 2018.
- CHOMSKY, N. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris. 1981
- CRUZ, A. B. C. M. *Os efeitos da restrição à ordem VS no PB: estratégias gramaticais de focalização*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2020.
- DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: M. Kato; Roberts (Ed.) *Português Brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1993. p.107-128.
- DUARTE, M. E. L. *A Perda do Princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro*. Tese de Doutorado – Instituto de Estudos da Linguagem – Universidade Estadual de Campinas, SP, 1995.

COELHO, I. L.; MARTINS, M.A. Padrões de inversão do sujeito na escrita brasileira do século 19: evidências empíricas para a hipótese de competição de gramáticas. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 1, p. 11-28, 2012.

GALVES, C.; C. NAMIUTI; M. C. PAIXÃO DE SOUSA. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: A. Endruschat; R. Kemmler; B. Schäfer-Prie (Org.). *Grammaticische Strukturen des europäischen Portugiesisch: Synchrone und diachrone Untersuchungen zu Tempora, Pronomina, Präpositionen und mehr*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2006.

HOLMBERG. Null subject parameters. In: BIBERAUER, T.; HOLMBERG, A.; ROBERTS, I.; SHEEHAN, M. (Org.). *Parametric variation: null subjects in minimalist theory*. Cambridge: CUP, 2010. p. 88-124.

KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L.; CYRINO, S. M. L.; BERLINCK, R. A. Português brasileiro no fim do século XIX e na virada do milênio. In: CARDOSO; MOTA; MATTOS E SILVA. (Org.). *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, v. único, 2006, p. 413-438.

KATO, M. A.; TARALLO, F. The loss of VS syntax in Brazilian Portuguese. In: B. Schliebe, I. Koch; K. Jungbluth (Org.). *Dialogue between Schools: sociolinguistics, conversational analysis and generative theory in Brazil*. Münster: Nodus Publications, 2003, p.121-129.

KISS, K. Identificational focus and information focus. *Language*, v. 74, p. 245-273, 1998.

KATO, M.; RAPOSO, E. European And Brazilian Portuguese Word Order: Questions, Focus And Topic Constructions. In: C. Parodi; C. Quicoli; M. Saltarelli; M. L. Zubizarreta (Ed..). *Aspects of Romance Linguistics. Selected Papers from the LSRL XXVI*. Washington: Georgetown University Press, p. 267-278, 1996.

KROCH, A. Reflexes of in grammar patterns of language change. *Language Variation and Change*, p. 199-244, 1989.

KROCH, A. *Syntactic Change*. Em Baltin, Mark and Collins, Chris (Ed..). *The Handbook of Contemporary Syntactic Theory*. Blackwell, 2001.

KURODA, S.-Y. The categorical and the thetic judgments. *Foundations of Language* 9, 153–185. 1972.

KURODA, S.-Y. *Japanese Syntax and Semantics*. Dordrecht, Kluwer. 1992.

KURODA, S.-Y. Focusing on the matter of topic: a study on wa and ga. *Japanese Journal of East Asian Linguistics* 14, 1–58. 2005.

LARSON, R. On the Double Object Construction, *Linguistic Inquiry* 19, 335–391, 1988.

LARSON, R. Double Object Revisited: Reply to Jackendoff, *Linguistics Inquiry* 21, 586-632, 1990.

MACHADO, A. L. N. D. *A diacronia da ordem VS no PB: estatuto informacional e outros fatores condicionadores*. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2020.

MARTINS, A; COSTA, J. Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos, objetos antepostos. In: A. M. Martins and E. Carrilho, Ed.. *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin/Boston: De Gruyter. 2016, p. 371-400.

MENUZZI, S. A ordem verbo-sujeito no português do Brasil: para uma comparação das abordagens formalistas e funcionalistas. *Revista da ANPOLL*, 1(16) p. 349-38, jan./jun. 2004.

MIOTO, C. Focalização e quantificação. *Revista Letras, Curitiba: UFPR*, v. 61, p. 169-189, 2004.

PILATI, E. *Sobre a ordem verbo sujeito no português do Brasil. Dissertação de mestrado*. Universidade de Brasília. 2002.

PILATI, E. *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português. Tese de Doutorado*. Brasília: UnB. 2006.

RODRIGUES, C. A. N. *Effects of Loss of Morphology in Partial pro-drop Languages*. Tese de Doutorado - University of Maryland, UMD, Estados Unidos. 2004.

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'álém mar ao final do século XIX. In: KATO; ROBERTS. *O português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas, SP: Unicamp, 1993. p. 69-105.

ZIMMERMANN, Malte. Contrastive Focus, in: Caroline Féry/Gisbert Fanselow/ Manfred Krifka (Ed.). *The Notions of Information Structure*. Potsdam: Universitätsverlag Potsdam, 2007, p. 147-159.

ZIMMERMANN, M.; ONEA, E. Focus marking and focus interpretation. *Lingua*, v. 121, n. 11, 2011, p. 1651-1670.

ZUBIZARRETA, M. L. *Prosody, focus and word order*. Cambridge: MIT Press 1998.



Data de submissão: 02/08/2020

Data de aceite: 24/09/2021

A INFLUÊNCIA ESPANHOLA NA NATUREZA LEXICAL DA MARCAÇÃO DIFERENCIAL DE OBJETO NO PORTUGUÊS ANTIGO

THE SPANISH INFLUENCE ON THE LEXICAL NATURE OF DIFFERENTIAL OBJECT MARKING IN OLD PORTUGUESE

Aline Jéssica Pires | [Lattes](#) | alinejpires77@gmail.com
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Casos em que o objeto direto é morfologicamente marcado por uma preposição são classificados como instâncias da Marcação Diferencial de Objeto (MDO). Além disso, a natureza lexical do objeto é apontada como um fator que desencadeia a MDO. Este artigo tem como objetivo investigar a natureza lexical dos objetos marcados e verificar sua relação com a hipótese da influência da língua espanhola na MDO no português antigo. Essa hipótese é motivada pelo aumento das ocorrências do fenômeno no século XVII. Entre 1580 e 1640, Portugal e Espanha formavam uma unidade política e, consequentemente, as línguas portuguesa e espanhola estavam em contato. Através da análise de textos dos séculos XVI ao XIX, a natureza lexical dos casos da MDO é investigada. Ademais, são comparados dados de objetos marcados e não marcados dos séculos XVI e XVII para verificar a extensão da influência espanhola nos objetos do português. A análise dos dados confirma a hipótese inicial com o aumento dos casos da MDO e mostra, também, que a MDO pode ser desencadeada por pronomes plenos, pronomes de tratamento, títulos de nobreza e certos DPs, como nomes de divindade e nomes próprios.

Palavras-chave: Marcação diferencial de objeto; Preposição a; Objeto direto; Português antigo.

Abstract: Cases in which the direct object is morphologically marked by a preposition are classified as instances of Differential Object Marking (DOM). Moreover, the lexical nature of the object is pointed out as a trigger to DOM. This paper aims to investigate the lexical nature of marked objects and to verify its relationship with the hypothesis of Spanish influence on DOM in Old Portuguese. This hypothesis is motivated by the increase of occurrences of the phenomenon in the 17th century. From 1580 until 1640, Portugal and Spain were a political unit, and consequently, there was contact between the Portuguese and Spanish languages. Through the analysis of texts from the 16th to the

19th centuries, the lexical nature of DOM cases was investigated. Besides, the marked and unmarked objects from the 16th and 17th centuries were compared in order to verify the extension of the Spanish influence on the objects in Portuguese. The analysis of the data confirms the initial hypothesis by the increase of DOM cases and shows that DOM can be triggered by full pronouns, address forms, titles of nobility, and certain DPs, such as deity names and proper names.

Keywords: Differential object marking; Preposition *a*; Direct object; Old Portuguese.

1 INTRODUÇÃO

Línguas de diferentes famílias exibem casos em que o objeto direto é marcado por uma preposição, o que é conhecido como Marcação Diferencial de Objeto (doravante, MDO), do inglês *Differential Object Marking*. Em línguas românicas, como espanhol e catalão, o fenômeno é marcado pela preposição dativa *a*. No português, a MDO também ocorre com a preposição *a* (CYRINO, 2017; PIRES, 2017). Nessa língua, o fenômeno acontece com mais frequência em alguns contextos (1) do que em outros (2):

- (1) Os religiosos amam a Deus.
- (2) A peça comoveu (a)os espectadores.

A MDO ocorre em línguas em que normalmente não há marcação morfológica de caso, e é desencadeada por propriedades intrínsecas e referenciais do objeto, como animacidade, definitude e especificidade (BOSSONG, 1991; entre outros). Há línguas, como o espanhol, em que o fenômeno é bastante frequente e os objetos animados são sistematicamente marcados.

Pode-se notar, também, a relação da marcação com a natureza lexical do objeto. Caro Reina (2020), por exemplo, apresenta que, no espanhol antigo, nomes próprios eram marcados mesmo quando inanimados, e nomes comuns humanos eram opcionalmente marcados, já os nomes comuns inanimados bloqueavam o fenômeno.

No português atual, a MDO apresenta poucas ocorrências e é restringida a certos contextos, como objetos animados em sentenças comparativas (3) e coordenadas (4) (CYRINO, 2017). Sobre a natureza lexical, é afirmado que pronomes e certos DPs animados, como *Deus*, levam à marcação, entretanto, não há ainda pesquisas baseadas em *corpora* ou experimentos que confirmem esse quadro.

(3) O Pedro ama a Rita como **a uma mulher**.

(4) Eu vi o menino e **ao professor** também.

Houve, contudo, períodos da história do português em que a MDO era mais frequente, como ilustram os exemplos (5-8). Estudos diacrônicos sobre o fenômeno atestaram o pico de frequência nos séculos XVI e XVII e uma diminuição considerável a partir do século XVIII (RAMOS, 1992; GIBRAIL, 2003; DÖHLA, 2014; PIRES, 2017, 2020b). De acordo com Ramos (1992) e Döhla (2014), o comportamento do fenômeno pode ser explicado por um fator externo à língua: a criação da União Ibérica em 1580 e sua dissolução em 1640. Nesse período, Portugal e Espanha formavam uma unidade política e, consequentemente, as línguas portuguesa e espanhola estiveram sob intenso contato.

- (5) E isto causa não haver lá frios, nem ruínas de inverno que ofendam **a suas plantas**, como cá ofendem **às nossas** (G_008_PSD,8.37, Corpus Tycho Brahe, séc. XVI).
- (6) quando esta memoravel senhora teue a sua vida arriscada na malicia Heretica, que dizia a vozes, queria matar **a ElRey**, para cazar com o Papa (C_002_PSD,187.710, Corpus Tycho Brahe, séc. XVII).
- (7) Se estes meios tivessem alguma eficácia, Jasão não seria infiel a Medeia e Circe prenderia **a Ulisses** nos seus ferros (C_001_PSD,68.1003, Corpus Tycho Brahe, séc. XVIII).
- (8) Pode a cobardia inventar tantos ardido para destruir **a um homem** como aqueles que se puseram em ação para me levar ao patíbulo (CARDS0212,11, Corpus Post Scriptum, séc. XIX).

Pires (2020b) verificou a hipótese sobre a influência da gramática espanhola na MDO do português, comparando a presença dos traços semânticos da animacidade, definitude e especificidade em objetos marcados e não marcados. O estudo confirmou tal hipótese com ressalvas, pois durante os séculos XVI e XVII, período de existência da União Ibérica, há um aumento interessante na frequência do fenômeno e uma queda nos séculos posteriores. Contudo, a mesma análise concluiu que a forma preferível com a pre-

sença positiva dos citados traços semânticos, mesmo nos séculos de maior contato com o espanhol, era o objeto direto não marcado. Todavia, Pires (2020b) não avaliou a natureza lexical dos objetos marcados, isto é, com qual tipo de objeto a preposição *a* é marcada, se com nomes próprios ou pronomes, por exemplo.

Considerando os fatores mencionados, este artigo tem como objetivo investigar a natureza lexical das ocorrências da MDO no português antigo, especificamente, na língua do período entre os séculos XVI e XIX¹. Para atestar essa relação, serão comparados dados de objetos diretos marcados e não marcados dos séculos XVI e XVII, período de maior contato com o espanhol².

Serão utilizados dados do português europeu dos séculos XVI ao XIX coletados em dois *corpora*: o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (GALVES; FARIA, 2010) e o Post Scriptum (CLUL, 2014). Os resultados indicam que o contato com a língua espanhola levou ao aumento da frequência da MDO no português antigo. Além disso, os DPs são a classe mais frequentemente marcada e o fenômeno é favorecido com pronomes ple-nos, pronomes de tratamento, títulos de nobreza e certos DPs, como nomes de divindade e nomes próprios animados.

Na seção 2, a seguir, são apresentados aspectos teóricos relevantes para nossa análise; na sequência, na seção 3, são exibidos os resultados da investigação da natureza lexical dos objetos marcados diferencialmente na história do português; na seção 4 os resultados são discutidos; e a conclusão é exibida ao final.

2 ASPECTOS TEÓRICOS RELACIONADOS À MDO

2.1 A natureza lexical dos objetos marcados

Aissen (2003) propôs que as escalas da animacidade (9) e da definitude (10) são capazes de descrever as ocorrências da MDO em diferentes línguas, tanto sincronicamente quanto diacronicamente.

(9) Escala da animacidade: humano > animado > inanimado

¹ Este trabalho é uma retomada de Pires (2017). As modificações dizem respeito ao tratamento dos dados, especialmente aos fatores considerados na análise e à classificação dos dados de acordo com a natureza lexical. Além disso, este trabalho é também a continuação de Pires (2020b), que analisou a presença de certos traços semânticos nos casos de MDO.

² Na seção 2, sobre aspectos teóricos, utilizamos a terminologia proposta sobre a periodização do português de Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006) para tornar o texto mais claro e uniforme. Como este trabalho analisa diferentes séculos que correspondem a mais de um período proposto na periodização das autoras, não utilizamos nenhum termo específico, apenas os termos gerais “português antigo” e “português europeu” para mostrar que os dados analisados se referem ao português europeu que não é contemporâneo.

(10) Escala da definitude: pronome pessoal > nome próprio > DP definido > DP indefinido específico > DP indefinido não-específico

Segundo as escalas, os objetos das posições mais altas desencadeiam a MDO, enquanto os objetos que estão nas posições mais baixas podem bloqueá-la ou ser opcionalmente marcados. Caberia, então, aos estudos que descrevem a MDO nas diferentes línguas estabelecer, nas escalas, os pontos que desencadeiam a obrigatoriedade e o bloqueio do fenômeno, assim como, se há algum ponto de opcionalidade da marcação.

As escalas mostram que a natureza do objeto também é um fator relacionado à marcação, principalmente a escala da definitude em (10). De acordo com elas, é possível existir, por exemplo, uma língua em que os pronomes são marcados, enquanto nomes próprios e outros tipos de DPs não o são, situação verificada na MDO do catalão.

Caro Reina (2020) investiga as ocorrências de nomes próprios marcados em diferentes línguas e propõe sua versão da escala hierárquica estendida da animacidade (11). Tal hierarquia reúne informações sobre a pessoa, referencialidade e animacidade do objeto. Além disso, os nomes próprios não são considerados uma classe homogênea.

(11) Hierarquia estendida da animacidade:

pronomes de primeira/segunda pessoa > pronome de terceira pessoa > nome de divindade > nome próprio ou de parentesco > nome de animal > nome de lugar > nome comum humano > nome comum animado não-humano > nome comum inanimado

Essa hierarquia, segundo o autor, permite a descrição do desenvolvimento sincrônico e diacrônico da MDO nas diferentes línguas românicas. Ela evidencia ainda a relação entre a MDO e a natureza do objeto.

Na sequência, são apresentados alguns pontos teóricos sobre a MDO do português.

2.2 A MDO no português

No português atual são marcados objetos animados e a coordenação é um dos contextos que favorecem o desencadeamento do fenômeno. Em (12a) a ausência da marcação permite duas leituras: (i) o sujeito viu o menino e o professor, e (ii) o sujeito e o professor viram o menino; já em (12b), a preposição *a* leva a uma leitura em que há coordenação do objeto: o sujeito viu o menino e o professor (CYRINO, 2017).

- (12) a. Eu vi o menino e o professor também.
b. Eu vi o menino e ao professor também.

Com relação aos quantificadores, Cyrino aponta que a MDO é opcional com quantificadores animados e agramatical com quantificadores inanimados (13).

- (13) a. Ele visitou (a) alguns homens.
b. *Eu vi a algumas escolas.

Cyrino e Ordoñez (2018) descrevem que a MDO em sentenças comparativas pode levar a diferentes leituras. Como mostra o contraste entre (14a) e (14b), a ausência da marcação leva à leitura de que Pedro ama Rita como se ele fosse uma mulher (14a); por outro lado, a preposição *a* em (14b) leva a uma leitura de comparação, Pedro ama Rita da mesma forma que ele ama uma mulher.

- (14) a. O Pedro ama a Rita como uma mulher.
b. O Pedro ama a Rita como a uma mulher.

Os estudos sobre a MDO na história do português apontam que, como dito anteriormente, a frequência do fenômeno diminuiu ao longo da história da língua e se restrin-
giu a poucos contextos de uso, como os descritos em Cyrino (2017) e Cyrino e Ordoñez (2018).

Ramos (1992), em seu estudo sobre a variação de objetos diretos marcados por *a* em textos antigos escritos por portugueses e brasileiros³, defende que a preposição é um marcador de caso quando o sujeito e o objeto são animados. A MDO, segundo a autora, é influenciada pelas ordens OV e VS, assim como pela estrutura VXO.

Na análise de Ramos há três categorias que são mais frequentes com a MDO nos textos escritos por brasileiros: nomes próprios, pronomes de tratamento e quantificadores⁴. Os nomes próprios foram mais frequentes nos séculos XVI e XVIII; já os pronomes

³ Ramos (1992) faz apenas a distinção entre português brasileiro e europeu. Entretanto, para uniformizar o texto, adotamos a periodização proposta por Galves, Namiuti e Paixão de Sousa (2006), que distingue o português de Portugal e o do Brasil, e propõe que o de Portugal é dividido em arcaico (primeiros escritos em português até a primeira metade do século XIV), médio (segunda metade do século XIV até o XVIII) e europeu moderno (século XVIII em diante). O português brasileiro, também, se inicia no século XVIII.

⁴ Os pronomes plenos não foram considerados por Ramos (1992), pois no português brasileiro da época

de tratamento foram os mais frequentes nos séculos XVII e XIX; por sua vez, os quantificadores foram os mais frequentes no século XX.

Sobre a frequência do fenômeno no português médio, Ramos constatou um aumento do século XIV para o XV (1,3% para 2,9%). Com relação aos textos escritos por brasileiros, a frequência da MDO era mais alta nos séculos XVI, XVII e XVIII (14,8%, 14,4% e 12,7%, respectivamente). Por sua vez, o século XIX exibe uma diminuição acentuada dos casos de objetos diretos marcados (1,7%). Vale salientar que, em todos os séculos analisados, a forma não marcada foi preferível à MDO.

Gibrail (2003) analisou as ocorrências do fenômeno no português médio e no português europeu moderno⁵ e propôs que os objetos marcados diferencialmente são PPs [+específicos]. A autora classificou os textos analisados não pela data em que foram escritos, mas pelo ano de nascimento dos autores. Essa classificação permite ter uma visão mais clara da gramática adquirida por cada autor⁶. Ademais, nesse estudo é observado o aumento dos casos de MDO nos textos escritos por portugueses nascidos na segunda metade do século XVI e no século XVII. Já nos textos escritos por portugueses nascidos no século XVIII, há a diminuição considerável das ocorrências de MDO.

Sobre a natureza dos objetos marcados, a autora afirma que da primeira metade do século XVI para a segunda metade de mesmo século e no XVII, é constatado o aumento da MDO com nomes próprios de pessoa, pronomes de tratamento, quantificadores e nomes comuns. Já nos séculos posteriores, esses mesmos contextos sofrem diminuição na marcação (p. 140).

Döhla (2014) examinou as ocorrências de objetos marcados no português e concluiu que, no português antigo, o fenômeno era desencadeado por fatores sintáticos, como a coordenação de objetos diretos, a deslocação à esquerda e a ordem VSO. Eram marcados diferencialmente os objetos animados e definidos. Sobre a natureza desses objetos, o autor afirma que, nos séculos XVI e XVII, eram obrigatoriamente marcados pronomes pessoais, reflexivos e o relativo *quem*. Os nomes próprios eram frequentemente marcados e, conforme o fenômeno se expandiu nesse período, nomes comuns humanos passaram a ser marcados com uma alta frequência.

No século XVIII é verificado o declínio nos casos do fenômeno, mas pronomes pessoais continuam como desencadeadores da MDO. O DP *Deus* era um contexto quase completamente consolidado para a marcação do objeto⁷.

Os estudos de Ramos (1992) e Döhla (2014) recorrem a uma explicação externa à língua para o aumento dos casos de MDO verificado na história do português: a influ-

⁵não eram formas em variação.

éncia da língua espanhola durante a existência da União Ibérica (1580-1640). Esse fator explicaria também a queda dos casos do fenômeno. A seguir, discutiremos a hipótese da influência espanhola na frequência da MDO.

2.3 A hipótese da influência espanhola

Uma hipótese existente nos estudos da área é que a MDO das línguas românicas surgiu no espanhol e se espalhou para outras línguas da mesma família através do contato linguístico. Hills (1920) elenca diferentes línguas, dentre as quais estão o português, o catalão e alguns dialetos italianos, que apresentam a MDO e estiveram sob influência espanhola em algum momento de sua história, seja pelo âmbito político ou geográfico. O autor aponta ainda que em todas essas línguas, ainda que haja contextos distintos de marcação diferencial, frequentemente os pronomes pessoais são desencadeadores do fenômeno.

Entretanto, há na área hipóteses contrárias. Meier (1948), por exemplo, defende que a MDO é um resquício do sistema de declinação do latim vulgar e que o fenômeno se originou na região da Itália. Nas línguas românicas, segundo o autor, as diferenças nos contextos de marcação diferencial e na frequência de uso se devem aos estágios de evolução do fenômeno, enquanto algumas línguas permaneceram em determinados pontos evolutivos, outras foram para outros⁸.

A proposta de Meier não exclui o observado por Hills. Mesmo que o fenômeno já existisse nas línguas românicas, isso não impede que o contato com o espanhol tenha contribuído para o aumento da frequência da MDO no português dos séculos XVI e XVII.

Ainda de acordo com Ramos (1992), um fator que reforça a hipótese da influência espanhola é que, nos dados do português do século XVI, foram encontrados mais casos de objetos marcados em documentos e cartas do que em peças de teatros. Além disso, como dito anteriormente, a autora observou um aumento no uso da MDO do século XIV para o XV. Essa constatação pode ser explicada por Vásquez Cuesta (1986), que aponta que, desde o século XV, Portugal e Espanha estavam se aproximando politicamente.

Da mesma forma, a diminuição acentuada nos casos de MDO nos séculos seguintes ao XVII, encontrada nos estudos diacrônicos, pode ser mais um indicativo da influência espanhola. Vásquez Cuesta afirma que, quando a situação política e econômica de Portugal se restabeleceu após o fim da União Ibérica, o prestígio do espanhol caiu e, no século XVIII, o francês assumiu o *status* de prestígio, o que pode ter levado à diminuição

⁸ Não aprofundamos a discussão sobre as etapas evolutivas e as origens da MDO por uma questão de espaço. Para uma apresentação mais detalhada, o leitor pode conferir Pires (2017, p. 25-29).

das ocorrências do fenômeno.

A seguir apresentamos pontos relevantes sobre a MDO na história do espanhol. Isso será necessário para investigar a hipótese principal deste trabalho: a influência da MDO do espanhol no português antigo.

2.3.1 A MDO no espanhol antigo

O espanhol é, possivelmente, a língua românica em que a MDO é mais frequente. O fenômeno ocorre com objetos animados (15), entretanto, quando os objetos desse tipo são indefinidos, a marcação da preposição *a* é opcional (16) (TORREGO, 1999).

- (15) Trajeron *(a) Jimena.

‘Trouxeram à Jimena.’

- (16) Trajeron (a) un amigo con ellos.

‘Trouxeram (a) UM AMIGO COM ELES’.

Sobre a MDO na história do espanhol, Laca (2006) defende que a marcação era obrigatória com pronomes plenos desde o século XII. Caro Reina (2020) apresenta que nesse mesmo século, a MDO ocorria com nomes de divindades e nomes pessoais, com nomes próprios de lugares o fenômeno era opcional e, no século XIX, se tornou obrigatório. Atualmente, no espanhol, nomes de lugares, como são inanimados, não são marcados⁹.

O estudo de Company (2003) sobre o desenvolvimento da MDO no espanhol atestou que os nomes próprios, nos séculos XIII e XIV, foram marcados em 99% das ocorrências e em 96% no século XV.

Sobre o século XVI, os resultados de Laca (2006) indicam que, com nomes próprios humanos, o fenômeno ocorria quase na totalidade dos casos, foram encontrados apenas três casos de objetos desse tipo não marcados. Já no século XVII, a MDO era mandatária com nomes próprios, tanto com os humanos quanto com os animados; a autora encontrou apenas um caso de nome próprio inanimado marcado, que era também o único caso de objeto desse tipo nos dados.

Laca ressalta que, no texto representante do século XII analisado, a MDO se mostrava opcional com nomes próprios inanimados. Entretanto, nos séculos posteriores, foram encontrados poucos casos de objetos dessa natureza, sendo que em alguns textos não

⁹ Caro Reina (2020) não apresenta dados sobre os séculos XVI e XVII, pois assume que nesse período o fenômeno era o mesmo que no século XII.

havia nenhuma ocorrência de objetos desse tipo, o que a impediu de atestar a optionalidade da marcação com objetos dessa natureza.

Na pesquisa de Laca, a ocorrência da MDO com DPs humanos (classe que não inclui nomes próprios) aumenta no decorrer dos séculos tanto com definidos quanto com indefinidos, sendo mais comum a marcação em definidos do que em indefinidos. Os nomes próprios humanos marcados ocorreram em 100% dos casos do século XVII, mas diminuíram para 79% no século XVIII e 89% no século XIX. Todavia, como dito anteriormente, no espanhol atual esse é um contexto obrigatório para a marcação.

Ainda no estudo de Laca, a ocorrência de inanimados marcados é marginal. A autora explica que esses casos estão associados a outros fatores, como a natureza do verbo, a estrutura sintática e a possível ambiguidade com o sujeito.

Esses estudos mostram que nos séculos de maior contato com o português, o XVI e XVII, a MDO do espanhol era obrigatória com pronomes plenos e nomes próprios animados, por sua vez, os DPs animados eram frequentemente marcados. Já a marcação com nomes próprios inanimados (i.e., nomes de lugares) era possível (CARO REINA, 2020).

3 A NATUREZA LEXICAL DA MDO NO PORTUGUÊS ANTIGO

Nosso objetivo é investigar a natureza dos objetos marcados diferencialmente por *a* no português antigo, mais especificamente no período entre os séculos XVI ao XIX. Os dados analisados foram coletados em dois *corpora*: o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (GALVES; FARIA, 2010) e o Post Scriptum (CLUL, 2014). Analisamos a natureza lexical de cada objeto marcado, isto é, a que classe os objetos pertenciam, se eram, por exemplo, DPs ou pronomes. A seguir, são apresentadas mais características sobre os *corpora* usados.

3.1 OS *Corpora* utilizados

O Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (doravante, CTB) (GALVES; FARIA, 2010), é formado por textos de diferentes gêneros. No momento da coleta de dados, 76 textos escritos por portugueses nascidos entre os anos 1380 e 1881 constituíam o CTB (o que corresponde a 3.303.196 palavras). Desses textos, 44 tinham anotação morfológica (1.956.460 palavras) e 20 tinham anotação sintática (877.247 palavras).¹⁰

O *corpus* Post Scriptum (doravante, PS) (CLUL, 2014) é formado apenas por car-

¹⁰ Os dados utilizados nesse estudo foram coletados entre os anos de 2016 e 2017. A versão atual do CTB disponibiliza 76 textos (3.302.666 palavras): 45 anotados morfologicamente (2.012.768 palavras) e 27 anotados sintaticamente (1.234.323 palavras).

tas. Estão disponíveis aproximadamente 7 mil cartas privadas portuguesas e espanholas dos séculos XVI ao XIX escritas por pessoas de diferentes classes sociais. No corpus, pode-se acessar as cartas em dois formatos: edição crítica digital e linguisticamente anotada. A anotação está disponível tanto na versão morfossintática, quanto na sintática. Para este estudo foram analisadas apenas cartas escritas em português.

A seguir, explicamos a metodologia utilizada nessa investigação.

3.2 A Metodologia utilizada

Foram recolhidos, em textos escritos por portugueses nos séculos XVI ao XIX, os dados que utilizamos nesse estudo. No CTB, os dados foram coletados em cinco textos dos séculos XVI a XVIII. Os dados do século XIX foram levantados em dois textos do CTB e em 174 cartas do PS. Foram utilizados dois *corpora*, pois a quantidade de palavras do século XIX no CTB era menor que a dos outros séculos; desse modo, a quantidade de palavras analisadas em cada século foi aproximada.

Os dados do primeiro *corpus*, o CTB, estavam disponíveis em duas formas: com anotação sintática e morfológica. Nos textos que tinham a primeira forma disponível, os dados foram coletados por meio da ferramenta eletrônica Corpus Search (RANDALL; TAYLOR; KROCH, 2009). Ao fornecermos o comando com as informações da busca desejada, essa ferramenta retorna os dados de forma organizada e automática. Contudo, a ferramenta funciona apenas em textos que estão anotados sintaticamente, por isso, nos textos que tinham apenas a anotação morfológica, foram buscados, sem o auxílio de ferramentas eletrônicas, os casos em que a preposição *a* antecedia um objeto direto. Como os dados do PS estão disponíveis da mesma forma que os do CTB, o processo de busca no PS foi o mesmo.

Foram coletados dois tipos de dados: casos em que o objeto direto era marcado pela preposição *a* e casos de objetos diretos não marcados, ou seja, casos típicos de objeto direto. Contudo, os dois tipos de dados foram coletados apenas no CTB, enquanto no PS foram levantados somente dados de objeto direto marcado, como explicado acima, esse *corpus* foi utilizado apenas para equiparar a quantidade de palavras analisadas do século XIX.

Para investigar a hipótese inicial sobre a influência do espanhol nos casos de MDO do português, decidimos não apenas pela análise das características dos dados de objetos diretos marcados diferencialmente por *a*, mas também dos casos de objetos diretos típicos. Para a coleta desse segundo tipo de dados, arbitrariamente, selecionamos os verbos

que ocorreram pelo menos cinco vezes em todos os dados coletados.¹¹

Os dados de objetos diretos não marcados foram coletados apenas nos séculos XVI e XVII. Essa escolha se baseia na hipótese aqui investigada de que o contato com o espanhol influenciou na MDO do português, durante a existência da União Ibérica, período que compreende os dois séculos mencionados.

Os objetos diretos típicos analisados ocorreram com os verbos: *abranger, adorar, alcançar, amar, buscar, comer, destruir, julgar, mandar, matar, ofender, persuadir, preceder, prender, pretender e socorrer*. A seguir, são apresentados alguns exemplos que ilustram os dois contextos de ocorrência de objeto direto analisados:

- (17) a. Amava muito **a esta filha** (C_002_PSD,139.104, CTB, séc. XVII).
b. Assi o tinha dito muito antes, falando de Jacob e seu irmão: que amara **um** e aborrecera outro (S_001_PSD,9.10, CTB, séc. XVII).
- (18) a. O Advento de que fala São Thiago, é o Advento particular, em que o mesmo Christo no dia da morte, vem julgar **a cada um** (V_004_PART_PSD,80.372, CTB, séc. XVII).
b. O mesmo Senhor há-de-vir em Pessoa a julgar **o mundo** (V_004_PART_PSD,67.98, CTB, séc. XVII).
- (19) a. e lhes deram uma carga, com que mataram **ao alferes**, que governava aquela tropa, e dois cavaleiros mais, pondo em fugida a todos os outros (G_001_PSD,91.1343, CTB, séc. XVI).
b. Na capitania de São Vicente sendo capitão Jorge Ferreira, aconteceu darem os contrários em uma aldeia que estava não muito longe dos Portugueses, e neste assalto matarem **um filho do Principal da mesma aldeia** (G_008_PSD,36.708, CTB, séc. XVI).
- (20) a. Garcia de Sá, que levava a dianteira, sofreo muito trabalho, porque lhe feriram, e mataram muita gente, sem se poder defender, nem ofender **aos inimigos** (C_007_PART_PSD,98.973, CTB, séc. XVI).
b. Disséramos que a Majestade do seu Augusto Príncipe o recebera nos bra-

¹¹ Nos dados coletados, foram excluídas as ocorrências de objetos diretos que eram argumento de verbos que regem a preposição *a*. Essa exclusão se baseou no levantamento de Araújo Adriano (Em andamento) sobre verbos que regem *a* no português.

ços, a não ofendermos **o excuso da soberania**, que de todos os serviços é a credora, a nenhum obsequiosa (B_001_PSD,40.369, CTB, séc. XVII).

Como dito anteriormente na seção 2, a MDO está relacionada à natureza lexical do objeto direto. Desse modo, distinguimos nossos dados nas seguintes categorias: DP, pronome pleno, pronome de tratamento, pronome relativo, sintagma quantificado e título.

O conjunto dos DPs é formado por nomes próprios, nomes de divindades e outros substantivos. Os sintagmas quantificados englobam quantificadores e pronomes indefinidos, acompanhados ou não por um DP. Os títulos de nobreza podem ser acompanhados por um DP ou não.

A seguir, são apresentados alguns exemplos dos dados encontrados classificados de acordo com a divisão considerada neste trabalho.

(21) DPs:

Já tinha andado algum espaço, quando viu diante de si **a um menino, que saía do mato, o qual lhe perguntou, para onde ia?** (B_001_PSD,12.105, CTB, séc. XVII).

(22) Pronome pleno:

E só **a ele matou** (G_001_PSD,02.10, CTB, séc. XVI).

(23) Pronome de tratamento:

Eu conheço a **Vossa Mercê** muito bem, e conheci seu mano defunto, e tive muitas contas com ele (CARDS0089,.2, PS, séc. XIX).

(24) Pronome relativo:

Com estes foi um Índio Cristão antigo, **a quem instruíram os Padres** (B_001_PSD,196.1540, CTB, Séc. XVII).

(25) Sintagma quantificado:

a. De sorte, que além dos dois Adventos geraes, um em que veiu remir, outro em que ha-de vir julgar a todos, tem Christo Senhor nosso ou-

- tro terceiro Advento, em que no dia da morte vem julgar a cada um (V_004_PART_PSD,80.384, CTB, séc. XVII).
- b. Onde, não posso assás rir-me, quando ouço a alguns Mestres responder que Terêncio não é para rapazes, porque é obscuro. (V-001,214.2074, CTB, **séc. XVIII**).
 - c. E em seus artífices ninguem creya, que pode haver nobreza, pois o vicio nunca ennobreceo a ninguém (C-006,70.358, CTB, séc. XVII).

(26) Título de nobreza:

- a. O conde de Holanda, que é dos principais senhores de Inglaterra, foi de Londres à cidade de York a ver a El-rei Carlos (G_001_PSD,67.1033, CTB, Séc. XVI).
- b. Estado na nossa companhia quem fará favor de dirigir para que visite a Dom António **no caso que esteja na enfermaria (CARDS0162,.1, PS, Séc. XIX)**.

A seguir, são apresentados os resultados obtidos na análise dos dados selecionados.

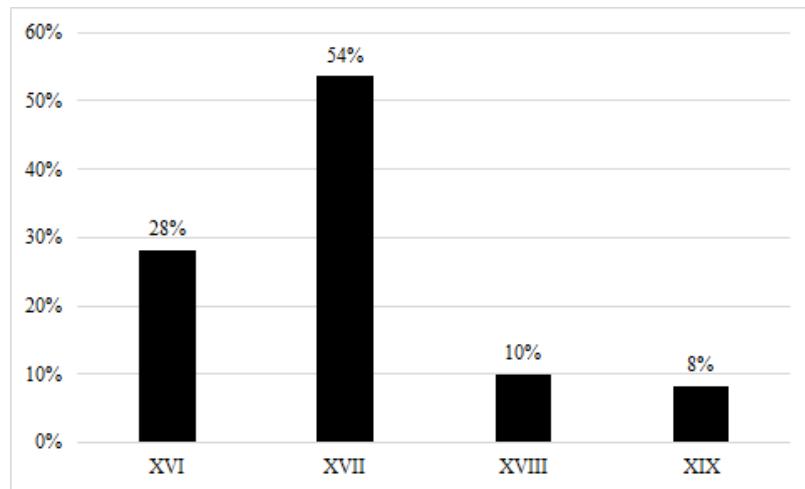
3.3 Apresentação dos resultados

Ao todo foram analisados 1.231 dados: 519 de objeto diretos marcados pela preposição *a* e 712 de objetos diretos típicos, ou seja, sem marcação. Para a comparação dos casos de objeto direto marcado e não marcado foram examinados 826 dados, dos quais 114 eram de MDO e 712 de objetos típicos.

A seguir, são apresentados, na figura 1, os resultados da frequência da ocorrência da MDO nos séculos analisados¹². A figura mostra que o pico das ocorrências do fenômeno é encontrado nos séculos XVI e XVII, além disso, mostra a diminuição da frequência no século XVIII, que é também o século seguinte ao fim da União Ibérica.

¹² Como dito na Introdução, o presente trabalho é uma continuação de Pires (2020b). Logo, os dados aqui analisados foram também utilizados na análise do estudo citado. Por isso os dados da figura 1 foram inicialmente reportados em Pires (2020b).

Figura 1 – A frequênciados casos de MDO em cada século analisado



Fonte: Pires (2020b).

Os resultados da figura 1 indicam a confirmação da hipótese analisada, ou seja, a frequênciados casos de MDO no português foi influenciada pelo contato com a língua espanhola durante o período em que os dois reinos, Portugal e Espanha, formavam uma unidade política.

A tabela 1 a seguir sobre a relação entre a quantidade de ocorrências da MDO e de palavras analisadas em cada século mostra, novamente, que nos séculos XVI e XVII os casos do fenômeno são mais frequentes e que o século XVII detém o pico de ocorrências da MDO. A tabela 1 revela também que no século XVIII, mesmo com a maior quantidade de palavras analisadas, há a menor frequênciade ocorrência dos dados. De acordo com a hipótese da influência espanhola, os séculos XVI e XVII foram os que estiveram sob maior contato com o espanhol. Entretanto, nesse mesmo período é registrada a menor porcentagem sobre a frequênciadas ocorrências da MDO.

Tabela 1 – Relação entre a quantidade de ocorrências da MDO e a de palavras analisadas em cada século

Século	Dados de MDO	Quantidade de palavras	Relação entre dados e palavras
XVI	146	200.954	0,07%
XVII	278	207.856	0,13%
XVIII	52	229.033	0,02%
XIX	43	128.253	0,03%
Total	519	766.096	0,07%

Fonte: Pires (2020b).

Nos dados analisados, foi investigada a natureza lexical dos objetos. Esses fatores foram escolhidos de acordo com os estudos sobre o tema que indicam a relação entre a natureza do objeto direto e a marcação da preposição *a*. A seguir, são apresentados os resultados da análise da natureza lexical dos objetos diretos.

3.3.1 A natureza lexical dos objetos analisados

Como mostrado especialmente nas hierarquias em (9) e (10) anteriores, a natureza dos objetos pode desencadear a marcação diferencial. Abaixo, é apresentada a tabela 2 sobre a natureza dos objetos diretos marcados encontrados ao longo dos séculos.

Tabela 2 – A natureza dos casos de MDO em cada século

Século	DP		Pron. pleno		Pron. de tratamento		Pron. relativo		Sint. quantificado		Título		Total
	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	
XVI	82	56%	13	9%	1	1%	14	10%	25	17%	11	8%	146
XVII	163	59%	25	9%	3	1%	47	17%	34	12%	6	2%	278
XVIII	23	44%	12	23%	4	8%	5	10%	8	15%	–	–	52
XIX	15	35%	11	26%	9	21%	5	12%	2	5%	1	2%	43

Fonte: Elaborada pela autora.

Nessa tabela, é possível perceber que os casos de DPs marcados com função de objeto direto são os mais frequentes em todos os séculos. Os pronomes plenos apresentam um crescimento ao longo dos séculos; no século XVI, dos casos de objeto marcados, 9% eram pronomes plenos, e, no século XIX, 26% dos casos de MDO eram pronomes plenos.

Os pronomes de tratamento, assim como os pronomes plenos, apresentam um aumento durante os séculos. Nos dois primeiros séculos analisados, XVI e XVII, apenas 1% dos casos de MDO eram pronomes de tratamento, já no século XVIII esse valor sobe para 8% e, no último século analisado, 21% das ocorrências de MDO eram de pronomes desse tipo.

Os casos de pronomes relativos marcados aumentam no século XVII (17%), mas diminuem no século seguinte (10%) e depois sofrem um leve aumento no século XIX (12%). As ocorrências de sintagmas quantificados marcados diminuem do século XVI (17%) para o XVII (12%), voltam a subir no século seguinte (15%) e diminuem no século XIX (5%).

Os títulos de nobreza marcados por *a*, por sua vez, diminuem nos séculos analisados. No primeiro século analisado, o XVI, 8% das ocorrências levantadas eram de títulos, já no século posterior, esse valor cai para 2%, no século XVIII não foi encontrada nenhuma ocorrência de título marcado, por fim, no século XIX, há um caso, o que representa 2% das ocorrências do século XIX.

As tabelas 3 e 4, na sequência, trazem os resultados da comparação entre objetos diretos marcados e não marcados, ou seja, objetos típicos, que ocorreram nos dados analisados representantes dos séculos XVI e XVII. Vale apontar que os casos de pronomes plenos e clíticos foram retirados de ambas as tabelas, pois eles não são formas em variação. Os pronomes clíticos só ocorrem em objetos típicos e os pronomes plenos ocorrem apenas com a MDO. No português brasileiro atual, há casos de pronomes plenos com objetos típicos, entretanto, esse fenômeno não ocorria no período analisado neste estudo.

As duas tabelas trazem apenas dados de categorias em que é possível haver variação, ou seja, objetos que podem ser marcados ou não. Da tabela 3 foram retirados 104 casos de pronomes clíticos acusativos e 13 casos de pronomes plenos que ocorreram com a MDO; já da tabela 4, foram retiradas 105 ocorrências de clíticos acusativos e 25 casos de MDO com pronomes plenos.

Tabela 3 – A natureza dos objetos marcados e típicos no século XVI

	MDO	%	Obj. Dir.	%	Total	%
DP	82	25%	248	75%	330	100%
Pron. de tratamento	1	100%	–	–	1	100%
Pron. relativo	14	30%	32	70%	46	100%
Sint. quantificado	25	53%	22	47%	47	100%
Título	11	79%	3	21%	14	100%
Total	133	30%	305	70%	438	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 4 – A natureza dos objetos marcados e típicos no século XVII

	MDO	%	Obj. Dir.	%	Total	%
DP	163	48%	178	52%	341	100%
Pron. de tratamento	3	100%	–	–	3	100%
Pron. relativo	47	75%	16	25%	63	100%
Sint. quantificado	34	83%	7	17%	41	100%
Título	6	100%	–	–	6	100%
Total	253	56%	201	44%	454	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

As tabelas 3 e 4 acima revelam que, tanto no século XVI quanto no XVII, os casos de DPs com objetos típicos foram mais frequentes. Entretanto, no século XVII houve um aumento na frequência de DPs com a MDO, de 25% no século XVI para 48% no XVII.

Os pronomes de tratamento, apesar das poucas ocorrências nos dois séculos, em todas foram marcados diferencialmente. Além disso, os pronomes relativos indicam um contexto em que houve mudança: no século XVI, 30% dos pronomes relativos foram marcados diferencialmente e 70% ocorreram sem marcação; já no século posterior, o XVII, 75% foram marcados e 25% ocorreram sem marcação.

Por fim, todos os casos de título de nobreza com função de objeto direto foram marcados no século XVII, enquanto no anterior há o registro de 3 casos de títulos com objetos típicos.

Para ter um quadro mais claro sobre a natureza das ocorrências de MDO, decidimos por dividir os DPs em nomes de divindades (27), nomes próprios animados (28) e inanimados (29) e distinguir os DPs que não são nem nomes de divindades nem nomes próprios em animados (30) e inanimados (31). Os nomes de divindade não foram distinguidos pelos traços da animacidade, porque assumimos que eles indicam a pessoalidade do objeto, logo são sempre animados. A seguir, são apresentados alguns exemplos da divisão.

(27) A Madre Elena que no zello desta caza imitou a **Deos**, sempre olhou o seu gouerno como temor, nunca como espectativa; (C_002_PSD,192.760, CTB, séc. XVII).

(28) E isto ainda depois de ouvir a **Micheas** (V_004_PART_PSD,193.1560, CTB, séc. XVII).

- (29) E tem conquistado no país de Artois **a Arrás, a Hesdin, a Bampama**, e Arien (G_001_PSD,34.501, CTB, séc. XVI).
- (30) Digo vos que amo mais presidir e governar **a homens bizarros** do que ser bizarro eu próprio (C_001_PSD,161.2219, CTB, séc. XVIII).
- (31) E vendo a contenda socorreram **aos barcos portugueses** (G_001_PSD,81.1214, CTB, séc. XVI).

Tabela 5 – Os DPs marcados em cada século

Século	Nome de divindade		Nome próprio animado		Nome próprio inanimado		Demais DPs animados		Demais DPs inanimados		Total	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%	Casos	%
XVI	8	10%	10	12%	12	15%	43	52%	9	11%	82	100%
XVII	16	10%	36	22%	1	1%	88	54%	22	13%	163	100%
XVIII	3	13%	10	43%	1	4%	8	35%	1	4%	23	100%
XIX	–	–	2	13%	–	–	11	73%	2	13%	15	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Segundo a tabela 5, os nomes de divindade com função de objeto direto e marcados por *a* se mantêm estáveis nos séculos XVI e XVII, com 10% das ocorrências totais; sofrem um pequeno aumento no século seguinte, com 13% das ocorrências; e, nos dados representantes do século XIX, não foi encontrado nenhum caso de nome de divindade marcado diferencialmente.

Já os nomes próprios animados apresentam um aumento do século XVI para o XVII, de 12% para 22%; já no século XVIII sobem para 43%; e, por fim, no século XIX esse valor cai para 13%. Os nomes próprios inanimados, por sua vez, apresentam sua maior porcentagem no século XVI, 15%, depois sofrem uma diminuição nos séculos seguintes, com apenas um caso nos séculos XVII e XVIII e nenhuma ocorrência no XIX.

Com relação aos demais DPs animados, que nesse caso são todos os sintagmas nominais que não eram nem nomes de divindade nem nomes próprios, nos séculos XVI e XVII, esse foi o grupo mais frequente dos DPs marcados diferencialmente, com 52% e 54% respectivamente; já no século XVIII esse valor diminui para 35%, e os nomes próprios animados passaram a ser o grupo mais frequente nesse século; por sua vez, no século XIX, os demais DPs animados voltam a ser a classe mais frequentemente marcada,

com 73% dos casos. Por sua vez, os demais DPs inanimados se mantêm estáveis durante os séculos, contudo, no século XVIII, é registrado apenas 1 caso, enquanto no século anterior foram registradas 22 ocorrências.

Para elucidar o papel da animacidade nos DPs marcados, reportamos na tabela 6 os DPs distinguidos apenas em animados e inanimados.

Tabela 6 – A presença da animacidade nos DPs marcados em cada século

Século	DP animado		DP inanimado		Total	
	Casos	%	Casos	%	Casos	%
XVI	61	74%	21	26%	82	100%
XVII	140	86%	23	14%	163	100%
XVIII	21	91%	2	9%	23	100%
XIX	13	87%	2	13%	15	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

De maneira geral, é interessante notar que a presença positiva da animacidade nos DPs marcados aumenta durante os séculos e, consequentemente, os casos de inanimados diminui. Essa tendência se mantém até o século XVIII, e, no XIX, os casos de DPs animados diminuem e os de inanimados aumentam. Um teste chi-quadrado foi aplicado para verificar se a diferença entre esses dois séculos é significativa. O resultado indica que as proporções de DPs animados marcados, em relação a inanimados, no século XVIII são iguais no século XIX, $\chi^2 (1, N = 15) = 3.597e-31, p = 1$. Entretanto, o valor p é sensível ao tamanho da amostra, por isso amostras muito pequenas, como os dados dos séculos XVIII e XIX, não são adequadas para testes de significância, podendo gerar resultados incorretos.

Tabela 7 – Os DPs marcados e não marcados no século XVI

	MDO	%	Obj Dir	%	Total	%
Nome de divindade	8	100%	–	–	8	100%
Nome próprio animado	10	53%	9	47%	19	100%
Nome próprio inanimado	12	100%	–	–	12	100%
Demais DPs animados	43	28%	108	72%	151	100%
Demais DPs inanimados	9	6%	131	94%	140	100%
Total	82	25%	248	75%	330	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Tabela 8 – Os DPs marcados e não marcados no século XVII

	MDO	%	Obj Dir	%	Total	%
Nome de divindade	16	100%	-	-	16	100%
Nome próprio animado	36	95%	2	5%	38	100%
Nome próprio inanimado	1	100%	-	-	1	100%
Demais DPs animados	88	69%	40	31%	128	100%
Demais DPs inanimados	22	14%	136	86%	158	100%
Total	163	48%	178	52%	341	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

É interessante notar que nas tabelas 7 e 8 todas as ocorrências de nomes de divindades foram marcadas diferencialmente pela preposição *a*. Os resultados das duas tabelas sobre os nomes próprios animados revelam que houve um aumento da frequência de objetos dessa natureza com a marcação diferencial do século XVI para o XVII (53% para 95%). Com relação aos nomes próprios inanimados é interessante notar que não há nenhuma ocorrência com objeto direto não marcado. Além disso, há também uma diminuição de nomes próprios inanimados marcados, de 12 casos encontrados no século XVI para 1 no XVII.

Já os demais DPs animados, que não são nem nome de divindade nem nome próprio, são mais frequentes, no século XVI, com objetos típicos do que com a MDO; já no século seguinte, o quadro se inverte, e o grupo dos demais DPs animados se torna mais frequente com a MDO do que com objetos não marcados. Por sua vez, os demais DPs inanimados, no século XVI, ocorreram em 94% dos casos com objeto típicos; no século XVII, esse valor diminui para 86%, o que mostra que a marcação de DPs inanimados aumentou nesse século.

3.4 Discussão dos resultados

Os resultados da figura 1 e da tabela 1 indicam que o contato com a língua espanhola levou ao aumento da frequência da MDO no português antigo. A análise da natureza lexical dos objetos marcados, mostrada na tabela 2, revelou que os DPs, em todos os séculos considerados, são a classe mais frequentemente marcada. Há também o aumento dos casos de pronomes plenos marcados e pronomes de tratamento ao longo dos séculos, assim como a diminuição dos casos de sintagmas quantificados marcados. Na tabela 5, os DPs foram distinguidos em outras classes, o que mostrou que a marcação com os nomes próprios animados e os DPs animados aumentou durante os séculos. Esses resultados

podem indicar a direção do estabelecimento dos contextos de marcação: nomes próprios e DPs animados, pronomes plenos e pronomes de tratamento.

Os pronomes plenos sempre são marcados nos dados porque a forma plena não ocorre sem a preposição *a*. Entretanto, os casos de clíticos acusativos são mais frequentes – como dito anteriormente, foram encontrados 209 casos de clíticos e apenas 38 ocorrências de pronomes plenos marcados. Ademais, não sabemos se as duas formas são usadas nos mesmos contextos, ponto que deve ser mais investigado.

Os resultados da tabela 2 revelaram que do século XVI para o XVII houve o aumento da preferência pela marcação dos DPs e depois essa classe diminuiu progressivamente nos séculos posteriores. Isso pode ser mais um indicativo da influência espanhola. Enquanto as línguas estavam em contato, os casos de DPs marcados aumentaram. De forma análoga, os pronomes relativos marcados, que no século XVII apresentam um aumento de casos, começam a diminuir nos séculos seguintes. Além disso, como mostram as tabelas 3 e 4, no século XVII, essa mesma classe apresenta um aumento pela preferência da forma marcada (de 30% para 75%).

A distinção dos DPs na tabela 5 mostrou também que no século XIX não foi registrada nenhuma ocorrência de nome de divindade, nem de nome próprio inanimado. Vale apontar que é possível que, por causa do gênero dos textos representantes do século XIX, não foi apresentada nenhuma ocorrência de objetos dessas classes.

Nas tabelas 6 e 7, a comparação entre as ocorrências de DPs marcados e não marcados mostrou que todas as ocorrências de nomes de divindades foram marcadas, isso indica que, pelo menos no grupo de verbos analisados, não havia variação nesse contexto e os nomes de divindades eram obrigatoriamente marcados. Sobre os nomes próprios animados, chama a atenção que, no século XVII, 95% dos casos foram marcados, o que pode ser um indicativo de que esse era um contexto quase totalmente consolidado para a MDO. De forma similar, houve o aumento da preferência pela marcação do grupo dos demais DPs animados, de 28% no século XVI para 69% no século seguinte.

É possível que a MDO não seja dependente da natureza lexical do objeto, mas talvez dos traços semânticos presentes em certas classes. Nomes próprios, por exemplo, tendem a ser animados ou indicar algo que tenha referência única. Irimia e Pineda (2019) apontam que no catalão e romeno antigos há uma violação das hierarquias normalmente utilizadas para descrever o fenômeno: há mais casos de pronomes de terceira pessoa marcados que de primeira e segunda. A mesma violação é encontrada no português (PIRES, 2020a).

Segundo os dois estudos citados, a violação pode ser explicada pelos traços presentes nas formas pronominais, que indicam que marcar a animacidade em objetos que são normalmente animados pode ser redundante em alguns estágios da língua. Uma explicação similar pode ser aplicada aos casos de nomes próprios inanimados marcados, principalmente no século XVI, a preposição pode marcar outra característica do objeto, como definitude ou especificidade.

A comparação entre os objetos marcados e não marcados foi feita com base em um grupo específico de verbos, ainda que não tenhamos encontrado até o momento uma generalização sobre esse grupo, não podemos excluir a possibilidade de que os verbos levam à marcação diferencial do objeto.

Os estudos citados sobre o espanhol na seção 2 apontam que, nos séculos XVI e XVII, a MDO era obrigatória com pronomes plenos, nomes próprios eram frequentemente marcados e, segundo Caro Reina (2020), a marcação de nomes de lugares era possível.

Apesar das poucas ocorrências, os resultados sobre o português indicam que pronomes plenos, pronomes de tratamento e nomes de divindades sempre são marcados, e revelam a tendência da marcação com nomes próprios animados e títulos de nobreza.

Além disso, no século XVI há um número interessante de nomes próprios inanimados marcados, o que se aproxima da marcação de nomes de lugares do espanhol. Mesmo que a diferença entre nomes próprios animados e inanimados seja de apenas 2 casos, há a diminuição dos casos de nomes próprios inanimados nos séculos seguintes: apenas um caso nos séculos XVII e XVIII e nenhuma ocorrência no XIX.

Laca (2006) encontrou um cenário similar na história do espanhol: a MDO era opcional no século XII e não foi encontrado nenhum caso desse tipo nos textos dos séculos posteriores. Com essa característica, podemos aventar a hipótese de que nos estágios iniciais do fenômeno nas línguas, a marcação com nomes próprios inanimados é possível e, nos estágios posteriores, esse deixa de ser um contexto de marcação. Para confirmar essa característica é necessário, contudo, analisar o desenvolvimento do fenômeno em outras línguas, e investigar as ocorrências da MDO no português em um período anterior ao século XVI, assim como, considerar um número de dados maior do que o aqui utilizado.

Vale apontar ainda que não foi atestado o que Ramos (1992) diz sobre os nomes próprios serem a classe que mais frequentemente é marcada nos séculos XVI e XVIII e os pronomes de tratamento nos séculos XVII e XIX.

4 CONCLUSÃO

O objetivo inicial deste artigo era investigar a natureza lexical das ocorrências da MDO no português antigo, mais especificamente, na língua do período entre os séculos XVI e XIX e sua relação com a possível influência espanhola nos séculos XVI e XVII. Os resultados da análise dos dados retirados de dois *corpora* de textos do português antigo mostraram que nos séculos da possível influência espanhola, além do aumento da frequência dos casos de MDO no português, pode-se notar algumas características em comum no comportamento do fenômeno nas duas línguas, como a marcação de nomes de divindades e a marcação quase consolidada de nomes próprios animados no século XVII.

A frequência de nomes próprios inanimados marcados no século XVI e a alteração no desenvolvimento da MDO com relação à natureza lexical nos séculos posteriores ao fim da União Ibérica podem indicar que de fato havia influência espanhola: no século XVI as características da MDO ainda não estavam estabelecidas, o que se resolve no século XVII; já nos séculos posteriores, a MDO do português se desenvolve sem a influência do contato com a língua espanhola.

Entretanto, para a confirmação desses resultados, é necessário comparar os casos de objetos diretos marcados e não marcados no período anterior à criação da União Ibérica, assim como no período que sucede a dissolução da unidade política. Também é necessário o controle do que pode ser influência dos gêneros textuais analisados ou ainda o grau de contato dos autores portugueses com a língua espanhola. Ademais, se faz necessária também a investigação dos contextos sintáticos em que a MDO ocorre.

Referências

- AISSEN, Judith. Differential Object Marking: Iconicity vs. Economy. *Natural Language & Linguistic Theory*, v. 21, n. 3, p. 435-483, ago. 2003.
- ARAÚJO ADRIANO, Paulo A. *Sobre a regência verbal da preposição 'a' no português brasileiro*. Artigo. Unicamp. Em andamento.
- BOSSONG, Georg. Differential Object Marking in Romance and Beyond. In: WANNER, D.; KIIBBEE, D. (Org.). *New Analyses in Romance Linguistics*. John Benjamins Publishing Company, 1991. p. 143-170.
- CARO REINA, Javier. Differential object marking with proper names in Romance languages. In: KEMPF, L.; NÜBLING, D.; SCHMUCK, M. (Org.). *Linguistik der Eigennamen*. Berlim-Boston: De Gruyter, 2020. p. 225-259.
- CLUL (Ed.). *P.S. Post Scriptum. Arquivo Digital de Escrita Quotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna*. 2014. Disponível em: <http://ps.clul.ul.pt>. Acesso em 17 maio 2020.

COMPANY, Concepción. Transitivity and Grammaticalization of Object. The diachronic struggle of direct and indirect object in Spanish. In: FIORENTINO, G. (Org.). *Romance Objects: Transitivity in Romance Languages*. Berlim-Nova Iorque: Mouton de Gruyter, 2003. p. 217-260.

CYRINO, Sonia. Reflexões sobre a marcação morfológica do objeto direto por A em português brasileiro. *Estudos Linguísticos e Literários*, Salvador, n. 58, p.83-103, 2017.

CYRINO, Sonia; ORDOÑEZ, Francisco. Null objects in Brazilian Portuguese and DOM in Spanish: similarities and differences. In: PARODI, T (Org.). *Proceedings of the VIII Nereus International Workshop “Referential Properties of the Romance DP in the Context of Multilingualism”*. Universität Konstanz, Fachbereich Sprachwissenschaft, p. 103-120, 2018.

DÖHLA, Hans-Jörg. Diachronic convergence and divergence in differential object marking between Spanish and Portuguese. In: BRAUNMÜLLER, K.; HÖDER, S.; KÜHL, K (Org.). *Stability and Divergence in Language Contact: Factors and Mechanisms*. Amsterdã: John Benjamins, 2014. p. 265-289.

GALVES, Charlotte; FARIA, Pablo. *Corpus Histórico do Português Tycho Brahe*. 2010. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>. Acesso em: 17 maio 2020.

GALVES, Charlotte; NAMIUTI, Cristiane; PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. Novas perspectivas para antigas questões: revisitando a periodização da língua portuguesa. In: ENDRUSCHAT, A.; KEMMLER, R.; SCHÄFER-PRIESS, B. (Org.). *Grammatische Strukturen des Europäischen Portugiesisch*. Turbigen: Calapinus Verlag, 2006. p. 45-75.

GIBRAIL, Alba. *O acusativo preposicionado do português clássico: uma abordagem diacrônica e teórica*, 2003. 210 p. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

HILLS, Elijah Clarence. The Accusative “A”. *Hispania*, v. 3, n. 4, p. 216-222, 1920.

IRIMIA, Monica; PINEDA, Anna. Differential object marking and Scales: Insights from diachrony. In: *Proceedings of the Linguistic Society of America*, v. 4, n. 1, p. 1-15, 2019.

LACA, Brenda. El objeto directo. La marcación preposicional. In: COMPANY, Concepción Company (Org.). *Sintaxis histórica de la lengua española: primeira parte: la frase verbal*. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. p. 423-475.

MEIER, Harri. Sobre as origens do acusativo preposicional nas línguas românicas. In: *Ensaios de filologia romântica*. Lisboa: Revista de Portugal, 1948. p. 155-164.

PIRES, Aline Jéssica. *A marcação diferencial de objeto no português: um estudo sintático-diacrônico*. 2017. 1 recurso online (151 p.). Dissertação (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

PIRES, Aline Jéssica. O desenvolvimento de pronomes marcados no português: a relação com as escalas hierárquicas. *Caderno de Squibs: Temas em estudos formais da linguagem*, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 76-85, 2020a.

PIRES, Aline Jéssica. A influência da gramática espanhola na Marcação Diferencial de Objeto no português diacrônico. *Cadernos de Linguística*, v. 1, n. 2, p. 01-20, 27 nov. 2020b.

RAMOS, Jânia. *Marcação de caso e mudança sintática no português do Brasil: uma abordagem gerativa e variacionista*, 1992. [380]f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1992.

RANDALL, Beth; TAYLOR, Ann; KROCH, Anthony. *CorpusSearch 2: a tool for linguistic research*, 2009. Disponível em: <http://corpussearch.sourceforge.net/>. Acesso em: 17 maio 2020.

TORREGO, Esther. El complemento directo preposicional. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa, 1999. p.1779-1805.

VÁSQUEZ CUESTA, Pilar. *A língua e a cultura portuguesas no tempo dos Filipes*. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1986. 152p. (Colecção saber, 204). ISBN 972102676X.



Data de submissão: 30/07/2020

Data de aceite: 04/09/2021

**O PREENCHIMENTO DO SUJEITO PRONOMINAL EM DOIS
RECORTES DO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE EM DADOS ESCRITOS
DA CIDADE DE MANAUS (AM)**

PRONOMINAL SUBJECT REALIZATION IN TWO EXCERPTS FROM THE 20TH
CENTURY: AN ANALYSIS OF WRITTEN DATA FROM THE CITY OF MANAUS (AM)

Anderson Luiz da Silva Farias | [Lattes](#) | silva9299@gmail.com
Universidade Federal do Amazonas

Flávia Santos Martins | [Lattes](#) | flavinhaingrid@yahoo.com.br
Universidade Federal do Amazonas

Resumo: O artigo trata sobre o preenchimento do sujeito pronominal em anúncios veiculados pelo Jornal do Commercio, Estado do Amazonas, o mais antigo que ainda se encontra em circulação no Estado. Para esta pesquisa, foram selecionados anúncios da primeira década do século XX (1904-1908) e da penúltima década do mesmo século (1980-1987). Os objetivos deste estudo são: (i) analisar o preenchimento do sujeito pronominal nesses dois recortes temporais e (ii) discutir se o PB do Amazonas está em um processo de mudança linguística, rumo ao preenchimento do sujeito pronominal. Trabalhamos com 131 anúncios, dos quais obtivemos 607 ocorrências, em sentenças declarativas, das quais categorizamos 466 de ‘sujeito nulo’ e 141 de ‘sujeito preenchido’. Foram controladas as seguintes variáveis independentes: *pessoa do discurso, forma de realização do pronome, tempo verbal, forma nominal do verbo, animacidade do sujeito* (linguísticas) e *recorte temporal* (extralinguística). O resultado apontou que, levando os dados dos dois recortes em consideração, as variáveis que mais favorecem o ‘sujeito nulo’ são: *recorte temporal* e *pessoa do discurso*. Quando se faz a análise tomando separadamente os recortes temporais, nossa pesquisa mostrou que tanto no *período I* quanto no *período II*, as variáveis que favorecem o sujeito nulo são *pessoa do discurso* e *forma de realização do pronome*. Verificamos, ainda, que os índices de preenchimento do sujeito aumentam no *período II* em relação ao *período I*, fato que corrobora a hipótese de que o PB estaria cada vez mais se tornando uma língua de sujeito nulo parcial.

Palavras-Chave: Preenchimento do sujeito. Sujeito nulo. Sujeito preenchido. Dados escritos. Manaus.

Abstract: This paper deals with the filling of the subject pronoun in advertisements published by *Jornal do Commercio*, state of Amazonas, the oldest that is still in circulation. For this research, ads from the first decade of the 20th century (1904-1908) and the penultimate decade of the same century (1980-1987) were selected. The objectives of this study are (i) to analyze the filling of the pronominal subject in these two-time frames and (ii) to discuss if the Brazilian Portuguese of Amazonas is in a process of linguistic change, towards the filling of the pronominal subject. We worked with 131 advertisements and obtained 607 occurrences, in declarative sentences, including 466 categorized as null subject and 141 as overt pronominal subject. The following independent variables were controlled: person of speech, form of pronoun, verb tense, nominal form of the verb, subject's animacy (linguistic) and time frame (extralinguistic). The result showed that, taking the data of the two cutouts into consideration, the variables that most favor the null subject are: temporal cut and person of speech. When the analysis considers the time frames separately, our research showed that both in period I and in period II, the variables that favor the null subject are the person of the speech and the form of the pronoun. We also verified that the subject's filling rates increase in period II in relation to period I, a fact that corroborates the hypothesis that the Brazilian Portuguese is increasingly becoming a partial null subject language.

Keywords: Pronominal subject realization. Null subject. Subject filled out. Written data. Manaus.

1 INTRODUÇÃO

Estudos sociolinguísticos no Português do Brasil (doravante PB) têm mostrado que essa língua apresenta índices cada vez mais elevados de preenchimento do sujeito pronominal (DUARTE, 1993, 1995, 2003; NUNES DE SOUZA et al., 2010; DUARTE; MOURÃO; SANTOS, 2012). Essas pesquisas consideram que o PB está passando por um lento processo de mudança linguística rumo ao ‘sujeito preenchido’, deixando cada vez mais de usar o ‘sujeito nulo’.

Levando em consideração os resultados das pesquisas citadas anteriormente e assumindo como apporte teórico a Teoria da Variação e Mudança (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV 2008 [1972]), que concebe a língua como um sistema heterogêneo comandado tanto por regras categóricas quanto por regras variáveis, estas últimas sendo condicionadas por *grupos de fatores linguísticos e extralinguísticos*, e ainda a

teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), cuja contribuição se encontra no fato de tratar sobre as diferenças linguísticas apesar da existência de princípios linguísticos universais, temos os seguintes objetivos neste trabalho: (i) analisar o preenchimento do sujeito pronominal em textos do Jornal do Commercio do Amazonas (doravante JCAM) em dois recortes temporais do século XX e (ii) discutir se há indícios de mudança linguística em curso em relação ao preenchimento do sujeito pronominal em dados escritos da cidade de Manaus (AM).

Com base em dados retirados de anúncios do JCAM, buscamos responder às seguintes questões: (i) quais são os condicionadores (linguísticos e extralinguísticos) que influenciam o preenchimento do sujeito pronominal?; (ii) há diferenças significativas dos condicionadores nos dois recortes temporais? e (iii) há algum indicativo de mudança linguística em curso na análise do PB de Manaus?

As hipóteses que tomamos como ponto de partida são as seguintes: (i) conforme demonstrado por pesquisas anteriores (DUARTE, 1993; 1995; DUARTE; MOURÃO; SANTOS, 2012), o preenchimento do sujeito pronominal tende a aumentar de acordo com a maior atualidade do recorte temporal. Assim, os dados mais recentes apresentariam maiores índices de preenchimento que os outros; (ii) a variável independente linguística *pessoa do discurso* influenciaria diretamente sobre a questão do preenchimento do sujeito pronominal, principalmente a 2^a pessoa, a partir da inserção do pronome *você* no quadro pronominal do PB (DUARTE, 1993; 1995) e (iii) a variável independente linguística *animacidade do sujeito* (3^a pessoa) também é determinante visto que o traço [+ animado] favorece o preenchimento do sujeito (DUARTE; MOURÃO; SANTOS, 2012).

O artigo se encontra organizado da seguinte maneira: na seção 2 a seguir, apresentamos algumas considerações sobre o sujeito nulo, abarcando a noção de parâmetro desenvolvida principalmente a partir da década de 1980; na seção 3, descreveremos a metodologia que adotamos para a realização deste trabalho; na seção seguinte, passaremos à análise e discussão dos resultados. Finalmente, faremos algumas considerações em busca de uma conclusão.

2 O PARÂMETRO DO SUJEITO NULO

Na década de 1980, Chomsky (1981) traz para a literatura da linguística gerativa a noção de Princípios e Parâmetros. Dentro desse modelo teórico, encontra-se o parâmetro do sujeito nulo ou parâmetro *pro-drop*. A proposta do parâmetro *pro-drop*, na ocasião de sua concepção, é fazer a distinção entre línguas que preenchem o ‘sujeito pronominal’ e

línguas em que o ‘sujeito nulo’ é predominante.

O parâmetro *pro-drop* consiste, dentre outros aspectos, na ocorrência de sujeito preenchido ou de sujeito nulo em determinadas línguas. A partir de estudos interlingüísticos, é proposto por Chomsky (1981) uma série de propriedades que caracterizariam uma língua marcada positivamente para o parâmetro *pro-drop*:

- Omissão do sujeito;
- Inversão livre do sujeito em sentenças simples;
- Movimento “longo” de constituintes WH-;
- Pronome lembrete nulo em sentenças encaixadas;
- Violação do filtro *that-t*.

De acordo com essa concepção, línguas marcadas negativamente em relação ao parâmetro *pro-drop* [- *pro-drop*], como o inglês, não permitem omissão do sujeito pronominal (CHOMSKY, 1981). Já línguas como o italiano, [+ *pro-drop*], permitiriam que se omitisse o pronome sujeito, já que através do seu rico sistema flexional, o sujeito seria facilmente recuperado.

Se considerarmos o que se tem postulado na noção de parâmetro do sujeito nulo, poderíamos situar o português como uma língua de sujeito nulo [+ *pro-drop*]. Todavia, pesquisas que vêm sendo realizadas desde os anos 1980 têm mostrado que provavelmente o PB está passando por um processo de mudança lento e gradual. Dentre essas pesquisas, os trabalhos de Duarte (1993, 1995), Berlinck (1995), Coelho (2000) e Duarte, Mourão, Santos (2012) merecem destaque especial, uma vez que atestam que o PB não só passou a preencher mais o sujeito como também começou a apresentar maior rigidez quanto à ordem sujeito-verbo-objeto (SVO).

Os trabalhos sobre o sujeito nulo, especificamente os de Duarte (1993, 1995), apontam que o preenchimento do sujeito pronominal está atrelado tanto ao paradigma flexional do PB quanto à inserção de novas formas pronominais (*você*, *vocês*, *a gente*). Duarte (1993) deixa isso evidente quando, ao analisar peças de teatro do estado do Rio de Janeiro, mostra que em três recortes temporais (1845, 1882, 1918) há ainda predominância dos pronomes *tu* e *vós*, em concorrência com *você* e *vocês*. Segundo a autora, a concorrência entre os pronomes anteriormente citados fazia com que o sujeito nulo fosse predominante sobre o sujeito preenchido. A partir do momento em que os pronomes *você/vocês* substituem *tu* e *vós* como pronomes pessoais, confundindo-se, em termos de desinência verbal com a 3^a pessoa, o PB foi gradativamente perdendo a capacidade de distinção, sendo cada vez mais necessária a presença do pronome.

Além disso, a autora pontua que os dados provenientes de um *corpus* que apresente como característica a escrita formal podem apresentar, ainda, um rico sistema flexional e consideráveis índices de sujeito nulo, uma vez que é possível recuperar o referente. O mesmo não acontece com o PB falado que estaria em um estágio mais avançado de mudança.

Duarte (1995) trabalha com dados do PB falado. Essa pesquisa mostrou que, apesar de o sujeito preenchido ser predominantemente mais usado que o sujeito nulo, o fator ‘faixa-etária’ apresenta pontos significativos a serem analisados. O trabalho da autora apontou que os falantes mais jovens utilizam, em quase a totalidade das vezes, o ‘sujeito preenchido’, enquanto os falantes mais antigos tenderiam ao uso tanto do ‘sujeito preenchido’ quanto do ‘sujeito nulo’, alternando o uso de um e de outro. De acordo com a autora, essa alternância ocorre principalmente porque o estado da língua na época da adolescência dos informantes mais velhos ainda privilegiava o ‘sujeito nulo’.

Duarte, Mourão, Santos (2012) analisam o sujeito nulo em peças de teatro do Rio de Janeiro (em uma revisitação ao trabalho de 1993 de Duarte), dando enfoque à 3^a pessoa. A pesquisa de Duarte (1993) havia apontado que a 3^a pessoa era inibidora do preenchimento, e Duarte, Mourão, Santos (2012) se propuseram a investigar o que causou essa resistência. Em suma, os autores constataram que a 3^a pessoa pode apresentar resultados distintos a partir de seu traço semântico de *animacidade*. Os dados com referente [+ animado] favorecem a retenção do pronome na função de sujeito e os dados com referente [- animado] são mais propícios para a ocorrência do ‘sujeito nulo’. Assim, diferentemente do que ocorreu na 1^a e na 2^a pessoa que são inherentemente [+ animadas], havia particularidades internas à 3^a pessoa como determinante para o preenchimento, ou não, do sujeito.

No âmbito da cidade de Manaus, uma pesquisa foi desenvolvida por Farias (2020) sobre o sujeito pronominal escrito em 4 recortes temporais (1904-1908, 1914-1918, 1980-1987 e 2007-2013). Esse trabalho demonstrou que o PB escrito de Manaus também apresenta indícios de mudança, encontrando-se altos índices de ‘sujeito nulo’ nas primeiras décadas do século XX e uma relativa queda nos anos 1980 e 2000. Além disso, o trabalho de Farias (2020) também demonstrou que a variável independente *pessoa do discurso* também influencia o sujeito nulo, sendo a 1^a pessoa a que mais favorece a supressão do sujeito, seguido da 3^a pessoa e a 2^a pessoa a que mais retém o sujeito pronominal.

3 METODOLOGIA

3.1 A Escolha do *corpus*

Para a análise da variação linguística do ‘preenchimento do sujeito pronominal’ em

textos escritos de Manaus dos séculos XX e XXI, foram analisados alguns anúncios veiculados pelo *Jornal do Commercio do Amazonas* (doravante JCAM).

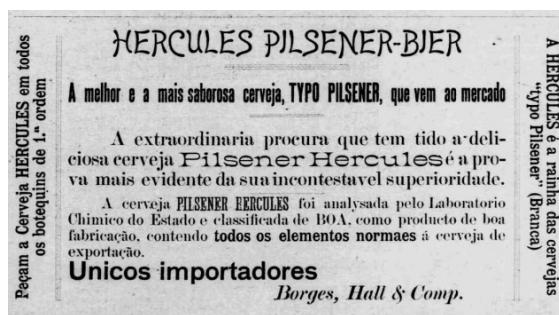
A fundação do JCAM ocorreu em 2 de janeiro de 1904, por Joaquim Rocha dos Santos. De acordo com o que destaca Ribeiro (2014, p. 33), o JCAM tinha grande inspiração no homônimo carioca, que é o mais antigo da América Latina.

Como recorte temporal, controlamos 2 períodos, aqui chamados de *período I* (dados dos anos de 1904-1908) e *período II* (dados de 1980-1987). O objetivo da escolha desses recortes é fazer a comparação entre duas “pontas” distintas do século XX para traçar o panorama de uma possível mudança em curso.

Quanto à escolha por analisar anúncios do jornal, o fizemos porque julgamos que poderíamos ter mais possibilidade de ocorrência do fenômeno variável que é objeto desse estudo. No que se refere à linguagem do gênero anúncio, ponderamos que eles poderiam se aproximar mais do vernáculo, uma vez da necessidade de uma linguagem mais despojada a fim de persuadir o cliente.

Os anúncios veiculados no *período I* eram prioritariamente textuais, sendo poucos os que traziam algum tipo de ilustração, conforme mostra a figura 1:

Figura 1 – Anúncio do JCAM da edição de 02 de janeiro de 1904



Fonte: www.jcam.com.br (1904).

No tocante aos anúncios do *período II*, havia, em certo tom, maior apelação visual, mas os textos continuavam a ser relativamente longos para dar maior descrição do produto:

Figura 2 – Anúncio do JCAM da edição de 02 de janeiro de 1981



Fonte: www.jcam.com.br (1981).

Quanto à transcrição dos anúncios, optamos por seguir as normas de edição do *corpus* do PHPB nacional, visto que esta pesquisa se enquadra no grupo dos primeiros trabalhos realizados, valendo-se de dados coletados pelo PHPB-Amazonas.

3.2 Envelope de variação

3.2.1 A variável dependente

A variável dependente deste trabalho é o ‘preenchimento do sujeito pronominal’ na modalidade escrita do PB. Tomamos como referência pesquisas que se têm realizado sobre o fenômeno no PB (DUARTE, 1993, 1995, 2003; NUNES DE SOUZA *et al.*, 2010, entre outros) e que demonstraram um possível processo de mudança linguística em curso rumo ao preenchimento do sujeito. No caso das variantes, tratam-se do ‘sujeito preenchido’ e do ‘sujeito nulo’.

3.2.2 As variáveis independentes linguísticas

Tarallo (1987), em um artigo manifesto publicado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), foi uma das primeiras vozes a lançar luz à possibilidade de análise de dados linguísticos, obtidos a partir da metodologia variacionista, baseada em uma

teoria formal, como a teoria de Princípios e Parâmetros. Adotamos, neste trabalho, a metodologia de coleta e quantificação dos dados da Sociolinguística Variacionista e procuramos evidenciar que o PB está passando por um processo de mudança paramétrica de língua de sujeito nulo total para língua de sujeito nulo parcial.

No que se refere às variáveis independentes, a Sociolinguística Variacionista as denomina como grupos de fatores que determinam a variação (COELHO *et al.*, 2015; LABOV, 2008 [1972]). Os grupos de fatores podem ser agrupados, a partir de sua natureza, em linguísticos e extralinguísticos. No presente trabalho, controlamos as seguintes variáveis independentes linguísticas: *pessoa do discurso*, *forma de realização do pronome*, *tempo verbal*, *animacidade do sujeito* e *forma nominal do verbo* e a variável independente extralinguística controlada é o *recorte temporal*.

3.2.2.1 Pessoa do discurso

As pesquisas realizadas por Duarte (1993; 1995) demonstraram que o PB pode estar passando por um processo de mudança linguística de língua de ‘sujeito nulo’ para ‘sujeito preenchido’. No presente trabalho, controlamos 3 pessoas do discurso.

- 1^a pessoa

- (1) Pois **Ø vou** lá também. (JCAM03051908)¹
- (2) Aos srs. alfaiates **Ø recomendamos** uma grandiosa coleção de cazimiras inglezas (JCAM04051908)

- 2^a pessoa

- (3) **Ø Viste** como estive. (JCAM03051908).
- (4) **você vai** assistir em casa (JCAM19021980)

- 3^a pessoa

- (5) provando evidentemente que **Ø são preferidas** devido à sua boa qualidade (JCAM07061908)

O objetivo deste trabalho, ao controlar a variável independente *pessoa do discurso*, é demonstrar qual pessoa mais influencia o uso de alguma das variantes (no caso da aplicação da regra desta pesquisa, o ‘sujeito nulo’) e qual delas eventualmente inibe.

¹ Esta informação diz respeito ao jornal e à data de publicação do anúncio. Assim, para exemplificar, podemos identificar o exemplo 1 como um anúncio veiculado pelo JCAM no dia 03 de maio de 1908 (JCAM03051908). O mesmo vale para os demais exemplos.

3.2.2.2 Forma de realização do pronome

A variável *forma de realização do pronome* foi considerada, também, por outros pesquisadores (DUARTE, 1993, 1995; NUNES DE SOUZA *et al.*, 2010) e ficou evidente que a partir de meados do século XX, as *formas de realização do pronome* começaram a condicionar o preenchimento do sujeito, principalmente com a entrada, no quadro pronominal do PB, das formas *você/vocês* e *a gente*. Consideramos as seguintes formas pronominais:

- Eu

- (6) Pois **Ø vou** lá também. (JCAM03051908)
(7) **eu corto** as exportações de cana (JCAM01021980)

- Tu

- (8) **Ø Viste** como estive. (JCAM03051908)

- Você

- (9) **Ø será** bem recebido (JCAM28021980)
(10) nessa película **você vai ver** o que aconteceu (JCAM06021980)

- Ele/Ela

- (11) Em vista do grande beneficio que **elle me fez** (JCAM05051905)
(12) **ela acaba de fazer** dois filmes (JCAM01021980)
(13) **Ø** É uma creaçao científica que honra seu auctor (JCAM 03051908)

- Nós

- (14) **Ø esperamos** poder calcular sempre (JCAM28021980)
(15) **nós pegamos** uma peça bruta de cristal (JCAM28021980)

- A gente

- (16) a comunicação que **a gente gosta** (JCAM01121985)

- Vós

- (17) **Ø Deveis** preferil-o nas vossas compras (JCAM16081908)

- Vocês

- (18) **vocês tenham** discernimento.

- Eles/Elas

- (19) **Ø São** as melhores (JCAM 05051908)
(20) **Eles produzirão** culturas alimentares (JCAM28021981)
(21) **elas já** venceram a etapa (JCAM28021981)

3.2.2.3 Tempo verbal

No que se refere ao *tempo verbal*, trabalhos sobre o preenchimento do sujeito no PB (DUARTE, 1993, 1995; NUNES DE SOUZA; SACHET, 2008; NUNES DE SOUZA *et al.*, 2010) mostraram que essa variável pode se mostrar importante, uma vez que alguns tempos verbais têm formas iguais para diferentes pessoas. Neste trabalho, delimitamos apenas os tempos verbais do modo indicativo como objeto de análise. Os tempos verbais foram classificados conforme vemos a seguir:

- Pretérito

(22) ela já produzia os relógios da marca (JCAM28021982)

- Presente

(23) por isso Ø estamos revelando que tudo (JCAM28021982)

- Futuro

(24) Ø Finalisará o espectaculo com o terceiro acto da engraçada revista brasileira (JCAM 12061908)

3.2.2.4 Animacidade do sujeito

Controlamos, ainda, o grupo de fatores *animacidade do sujeito*. Como a 1^a e a 2^a *pessoa* são inherentemente animadas, esse fator é exclusivo para a 3^a *pessoa*. Dessa forma, os fatores controlados são os seguintes:

- [+ animado]

(25) elas participam do fundo comunitário (JCAM28021980)

- [- animado]

(26) Ø Recebe carga e passageiros (JCAM 11061908)

3.2.2.5 Forma nominal do verbo

Essa variável engloba os seguintes fatores:

- Infinitivo

(27) a ponto de Ø ficar | todo cheio de placas syphiliticas (JCAM19011914)

- Particípio/Gerúndio²

(28) *Ø montada* com todos os artigos que concorrem ao seu gênero (JCAM 09081908)

(29) *Sofrendo eu* de carne crescida nos olhos (JCAM26121914)

3.2.3 A variável independente extralinguística

Neste trabalho, controlamos apenas o *recorte temporal* como variável extralinguística. Temos, assim, dois recortes, como vemos a seguir:

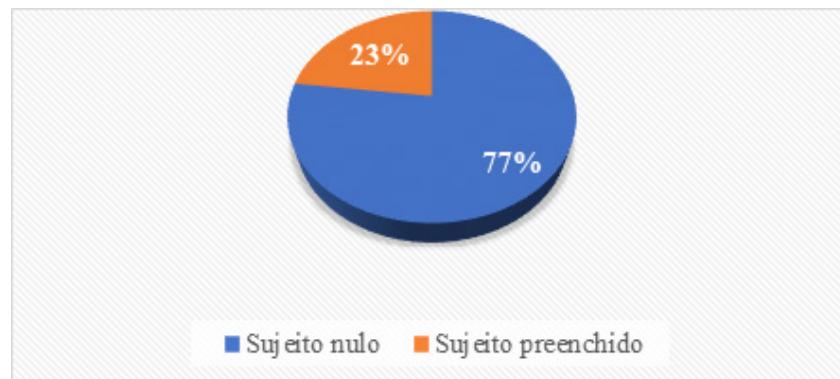
Período I – Corresponde aos anos de 1904 a 1908, primeira década de vida do JCAM.

Período II – Trata-se do período que vai de 1980 a 1987, época da consolidação do modelo Zona Franca de Manaus.

4 ANÁLISE DE DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta pesquisa, coletamos dados de sujeitos pronominais de sentenças declarativas. Após as rodadas estatísticas no programa GoldvarbX (SANKOFF, TAGLIAMONTE, SMITH, 2005) obtivemos o total de 607 ocorrências, das quais, 466 foram de ‘sujeito nulo’ e 141 de ‘sujeito preenchido’, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Resultado geral sobre a variável dependente ‘preenchimento do sujeito’



Fonte: Elaborado pelos autores.

O resultado geral demonstra uma considerável diferença com relação aos resultados obtidos por Duarte (1993, 1995, 2003), Nunes de Souza *et al.* (2010) e Duarte, Mourão,

Santos (2012) e contradiz a hipótese de uma mudança de ‘sujeito nulo’ para ‘sujeito preenchido’. Enquanto, nas pesquisas anteriores, havia preferência pelo ‘sujeito preenchido’, nesta pesquisa podemos notar que o ‘sujeito nulo’ ainda é predominante. Esse resultado pode ter sido motivado tanto pelo fato de o texto ser veiculado em um jornal quanto ao fato de que este jornal possui um grande apelo comercial. Provavelmente, a mudança paramétrica de ‘sujeito nulo’ para ‘sujeito pronominal expresso’ encontra maior resistência em anúncios de jornais, principalmente aqueles que são destinados ao comércio.

As variáveis independentes que foram selecionadas pelo programa estatístico como favorecedoras do sujeito nulo foram, na ordem de seleção, *recorte temporal e pessoa do discurso*³. Os dois primeiros grupos de fatores corroboraram algumas de nossas hipóteses levantadas na seção 2.

4.1 Análise geral

Nesta subseção, analisaremos a variável “preenchimento do sujeito”, levando em consideração os dados do *período I* e do *período II*. É, portanto, a parte mais geral de nossa análise. A seguir, descrevemos os grupos de fatores que foram selecionados nas rodadas estatísticas.

4.1.1 Recorte temporal

O grupo de fatores selecionado na primeira posição foi o *recorte temporal*. A Tabela 1, a seguir, apresenta o resultado para essa variável independente:

Tabela 1 - O ‘sujeito nulo’ segundo a variável *recorte temporal*

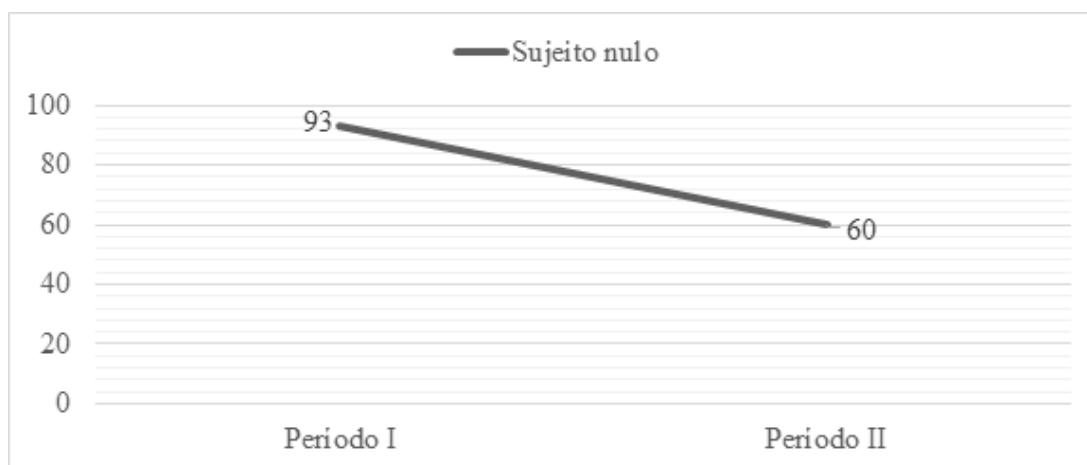
Fatores	Apl/ Total	%	P.R
Período I (1904-1908)	280/301	93	0,76
Período II (1980-1987)	186/306	60	0,24
Significância: 0,010			
Input: 0,285			

Fonte: Elaborado pelos autores.

O resultado confirma nossa hipótese, de que quanto mais antigo fosse o dado, maior seria a possibilidade de ocorrência do ‘sujeito nulo’. Os dados também foram ao encontro das pesquisas, citadas na seção 2, sobre o “preenchimento do sujeito” no PB, que haviam atestado que, provavelmente, estaria ocorrendo um processo de mudança paramétrica

nessa língua. Duarte (1993), por exemplo, em análise do “preenchimento do sujeito pronominal” em peças de teatro, constatou que, à medida que os textos datavam de período mais recente, o percentual de ‘sujeito preenchido’ também aumentava. Segundo essa autora, em 1845 o percentual de sujeito nulo era de 75%, enquanto em 1992, a omissão do pronome apresentava percentual de 26%. Nunes de Souza *et al.* (2010) também verificam que a variante ‘sujeito preenchido’ é mais produtiva do que a variante ‘sujeito nulo’, resultados esses obtidos a partir de textos escritos por alunos do ensino fundamental. Entretanto, com base no percentual do período II, nos nossos dados, podemos notar que a mudança é mais lenta nesse gênero textual, indicando muito mais uma mudança paramétrica de sujeito nulo total para sujeito nulo parcial. O gráfico 2 mostra a curva percentual dos dois períodos:

Gráfico 2 – Curva percentual do ‘sujeito nulo’ nos períodos I e II referentes ao JCM



Fonte: Elaborado pelos autores.

Podemos perceber a curva descendente, o que poderia apontar para uma futura mudança linguística. Enquanto no *período I* o índice de ‘sujeito nulo’ era bastante alto, o *período II* mostra que o “preenchimento do sujeito” pode estar caminhando para uma gradual diminuição de ‘sujeitos nulos’, apesar de ainda apresentar grandes percentuais. O mesmo fenômeno ocorre com os trabalhos de Duarte (1993 e 1995). No caso do primeiro trabalho, a ocorrência de sujeito nulo cresce bastante conforme os períodos de tempo vão ficando mais atuais ou, ainda, com base na modalidade de língua. Já no segundo trabalho, a autora afirma que o português perdeu algumas características de “línguas de sujeito nulo do grupo *pro-drop* por força do enfraquecimento da flexão, responsável pela identificação da categoria vazia sujeito” (DUARTE, 1995, p. 141). Entretanto, não

se pode, conforme essa autora, confirmar a conclusão de uma mudança linguística, haja vista que ainda coexistem aspectos de línguas *pro-drop* e aspectos que não permitem a identificação de sujeito, a depender de aspectos como a *pessoa do discurso*. A partir disso, é coerente pensarmos, no caso deste estudo, que aqui também não há uma mudança linguística completa, mas uma curva tímida rumo ao ‘sujeito preenchido’. Se levarmos em consideração, ainda, a natureza do *corpus* do qual obtivemos os dados, é evidente que o número alto de ‘sujeitos nulos’ em comparação com os trabalhos de Duarte (1993 e 1995), cujo *corpus* tiveram a natureza mais coloquial (peças de teatro), teve influência também do gênero textual.

4.1.2 Pessoa do discurso

A variável *pessoa do discurso* apareceu na segunda posição de seleção. A tabela 2 mostra os resultados estatísticos e probabilísticos para essa variável:

Tabela 2 - O ‘sujeito nulo’ segundo a variável *pessoa do discurso*

Fatores	Apl/Total	%	P.R
1 ^a pessoa ⁴	260/300	87	0,65
3 ^a pessoa	194/263	74	0,40
2 ^a pessoa	12/44	27	0,10

Significância: 0,010
Input: 0,285

Fonte: Elaborado pelos autores.

O resultado acima evidencia que a 1^a *pessoa* é a que mais favorece o ‘sujeito nulo’. Esse resultado vai de encontro ao estudo de Duarte (1993) no que se refere a essa variável. Segundo o trabalho de Duarte (1993), tanto a 1^a quanto a 2^a *pessoa*, inerentemente [+ animadas] seriam favorecedores da retenção do sujeito, ou seja, do ‘sujeito preenchido’, fato que se confirma aqui apenas para a segunda pessoa. A explicação para isso pode ter relação com o gênero textual analisado, eminentemente mais formal, contribuiu de forma significativa para esse resultado.

No que se refere à 3^a *pessoa*, a explicação para a preferência por ‘sujeito nulo’ (74%) pode ser resultado do fato de que nossos dados contemplarem, em sua maioria, o traço [-animado], o que comprova a relação entre o traço [-animado] e ‘sujeito nulo’. Isso indica que a mudança linguística de ‘sujeito nulo’ para ‘sujeito preenchido’ talvez não esteja

⁴ Apesar de termos feito amalgamas no grupo de fatores *pessoa do discurso*, a comparação dos resultados da 1^a pessoa do singular e da 1^a do plural são interessantes. Ambas as pessoas apresentaram percentuais de ‘sujeito nulo’ parecidos. A 1^a pessoa do singular teve 87% de ‘sujeito nulo’ e a 1^a pessoa do plural apresentou ‘sujeito nulo’ em 86% dos casos.

em estágios muito avançados para essa modalidade da língua. Levando-se em consideração que ainda há fatores restritivos ao uso do ‘sujeito preenchido’, mais uma vez podemos afirmar que a diminuição nos percentuais que foram observadas na análise por período de tempo são indícios apenas de uma mudança paramétrica parcial. Duarte, Mourão e Santos (2012) identificam que os traços de *animacidade/humanidade* e *especificidade* podem ser fatores determinantes para o preenchimento ou não do sujeito pronominal. Segundo os autores, os sujeitos que apresentam os traços [+animado/humano] e [+específico], que na pesquisa desses autores tiveram percentual de ‘sujeito preenchido’ em 43%, tenderiam a favorecer o ‘o sujeito preenchido’. Já os traços [-animado/humano] e [-específicos], cujos dados para ‘sujeito preenchido’ foram de 4%, favoreceriam o ‘sujeito nulo’. Destacamos, então, dois aspectos principais. O primeiro deles, diz respeito à natureza dos nossos dados de 3^a pessoa, a maioria com traços [-animado], como já expusemos. O segundo, de natureza mais conclusiva, nos leva a apontar contextos de resistência ao preenchimento, o que indica que o fenômeno aqui encontra-se, pelo menos nessa modalidade da língua, ainda em variação, não sendo, portanto, possível afirmarmos que já há uma mudança linguística consolidada.

No caso da 2^a pessoa, destacamos a baixa quantidade de dados que foram encontrados para esse fator. A preferência pelo ‘preenchimento’ nessa pessoa, principalmente no *período II*, como veremos mais adiante, se dá por conta da simplificação da morfologia verbal que frequentemente causa confusão entre 2^a e 3^a pessoa, fato esse que faria necessária a presença do pronome como traço distintivo, e ainda por causa da inserção dos pronomes *você/vocês* no quadro pronominal do PB.

4.2 Análise por recorte

Nesta subseção, serão discutidos os resultados referentes aos recortes temporais tomados separadamente. O objetivo é verificar se há grande divergência com relação à seleção de variáveis independentes em cada um dos períodos.

4.2.1 Período I

Como vimos anteriormente, o *período I* corresponde ao recorte temporal que vai de 1904 a 1908. Submetemos este período à análise estatística com os mesmos grupos de fatores da análise geral. O resultado é o que se tem na tabela 4:

Tabela 4 - O ‘sujeito nulo’ no *período I*

<i>Pessoa do Discurso</i>	Apl/ Total	%	P.R
1 ^a pessoa	136/148	92	0,71
3 ^a pessoa	134/143	92	0,27
2 ^a pessoa	10/10	100	-
<i>Forma de realização do pronome</i>	Apl/ Total	%	P.R
Eles/Elas	30/31	97	0,82
Ele/Ela	104/112	93	0,67
Eu	92/98	93	0,27
Nós	01/07	14	0,004
Significância: 0,022 Input: 0,941			

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados apontam que, com relação à variável *pessoa do discurso*, a 1^a pessoa também é a que mais favorece a ocorrência de ‘sujeito nulo’, seguida da 3^a pessoa. A segunda pessoa apresentou *knockout* e foi retirada da análise final. A exemplo da análise geral, notamos predominância de ‘sujeito nulo’ em todas as pessoas, sendo que todas apresentaram percentuais superiores a 90%.

No que se refere à variável *forma de realização do pronome*, destacamos que essa variável não havia aparecido na análise geral. As formas pronominais de 3^a pessoa ficaram nas duas primeiras posições de seleção. Esse resultado corrobora a pesquisa de Duarte (1993), que concluiu que a 3^a pessoa era mais resistente ao ‘sujeito preenchido’. Além disso, pelo fato de que grande parte das referências de 3^a pessoa possuem traço [- animado], nesse período, o ‘sujeito nulo’ é usado com certa preferência, conforme os exemplos 23 e 24:

(30) **Ella provoca e regularisa** o fluxo mensal (JCAM21051905)

(31) **Ø Cura** em poucos dias as diversas espécies de eczemas (JCAM28051905)

O pronome *eu*, de 1^a pessoa, figura em uma posição intermediária, apresentando grande preferência pelo uso do ‘sujeito nulo’:

(32) **Ø faço** esta prevenção para os fins convenientes (JCAM 13051908)

O pronome *nós* aparece na última posição de seleção, sendo a maioria de suas ocorrências na forma de ‘sujeito preenchido’:

(33) **Declaramos nós** abaixo assignados que [...] (JCAM 15051908)

4.2.1 Período II

O *período II* corresponde ao recorte temporal que vai do ano de 1980 a 1987. Nesse período se deu, em Manaus, a consolidação de um modelo de desenvolvimento conhecido como Zona Franca de Manaus, que levou a um grande crescimento econômico e social na cidade e na região (cf. NASCIMENTO FIGUEIREDO, 2011). Nesse período, controlamos todas as variáveis consideradas nas rodadas anteriores. O resultado é exposto na tabela 5:

Tabela 5 - O ‘sujeito nulo’ no *período II*

<i>Pessoa do Discurso</i>	Apl/ Total	%	P.R
1 ^a pessoa	124/152	81	0,77
3 ^a pessoa	60/120	50	0,36
2 ^a pessoa	2/34	6	32
<i>Forma de realização do pronome</i>	Apl/ Total	%	P.R
Ele/Ela	56/110	51	0,82
Eles/Elas	05/12	42	0,67
Eu	04/13	31	0,27
Significância: 0,000 Input: 0,581			

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como pudemos observar, a exemplo da análise geral e da análise do *período I*, a variável *pessoa do discurso* foi selecionada como favorecedora do ‘sujeito nulo’. Também a exemplo das análises anteriores, a 1^a pessoa está na primeira posição de seleção e reforçamos que isto pode estar acontecendo pelo fato das desinências de 1^a pessoa, principalmente do singular, não permitirem confusão com outras pessoas. A 3^a pessoa é a segunda na posição de seleção, como também já havia acontecido nas seções anteriores. A 2^a pessoa apresenta índices bastante baixos de ‘sujeito nulo’, estando condicionada, como demonstram outras pesquisas no PB (DUARTE, 1993, 1995) pela entrada dos pronomes *você/vocês* no quadro pronominal.⁵

A variável *forma de realização do pronome* foi selecionada na segunda posição de importância, tendo como fatores mais determinantes os pronomes *ele/ela*, *eles/elas* e *eu*. Os pronomes de 3^a pessoa do singular e 3^a pessoa do plural foram selecionados na primeira e

segunda posição de seleção, respectivamente, apenas invertendo a ordem com relação ao *período I*. O pronome *eu* vem logo em seguida e apresenta relativamente um baixo índice de ‘sujeito nulo’ (31%), uma queda significativa em relação ao *período I* em que o ‘sujeito nulo’ acontecia em 93% dos casos⁶.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos notar, a partir dos dados coletados nesta pesquisa (‘anúncios’), que a ocorrência do ‘sujeito nulo’ pode ser condicionada tanto por grupos de fatores linguísticos (*pessoa do discurso, forma de realização do pronome e forma nominal do verbo*) quanto por grupos de fatores extralingüísticos (*recorte temporal*). A variável *recorte temporal* apareceu na primeira posição de seleção na análise geral, com o *período I* (mais antigo) sendo o que mais favorece o ‘sujeito nulo’ e com o *período II* (mais atual) apresentando maiores índices de ‘sujeito preenchido’. A ocorrência do ‘sujeito nulo’ também esteve condicionada, não apenas na análise geral, mas nas três análises que vimos, à pessoa do discurso, sendo que a ordem de seleção para condicionamento do sujeito nulo é *1^a pessoa, 2^a pessoa e 3^a pessoa*. Nas duas análises por *recorte temporal*, também foi destacado que a variável *forma de realização do pronome* pode ser importante para o ‘sujeito nulo’. Foi constatado que as formas de *3^a pessoa* favorecem o ‘sujeito nulo’ nos dois períodos, sendo que no *período I*, as formas de *3^a pessoa do plural* apareceram na primeira posição de seleção e, no *período II*, as formas de *3^a do singular* ficaram na primeira posição.

É possível verificar uma gradual diminuição do ‘sujeito nulo’ em detrimento do ‘sujeito preenchido’, mas não se pode afirmar que existe uma mudança linguística em curso. Os dados das pesquisas de Duarte (1993 e 1995), por exemplo, apresentam percentuais bem mais acentuados de ‘sujeito preenchido’ e, mesmo assim, a conclusão a que se chega naqueles trabalhos é de que o PB não está se tornando uma língua de ‘sujeito preenchido’ de forma abrupta. Pode-se dizer, então, que a língua em questão está rumando lentamente, principalmente na modalidade escrita, para uma alteração no parâmetro, de língua de ‘sujeito nulo’ para língua de ‘sujeito nulo parcial’. Isso pode ser atestado, ainda, de forma mais esclarecedora, se levarmos em consideração que ainda existe contexto de resistência ao ‘sujeito preenchido’, como atestamos na análise, principalmente, do *Período II*.

Com o nosso trabalho, concluímos que o PB apresenta realmente indícios de um processo de variação que caminha para uma mudança paramétrica com relação ao parâmetro *pro-drop*, se tornando cada vez mais uma língua de ‘sujeito nulo parcial’, como também fora atestado em outras pesquisas (DUARTE, 1993, 1995; DUARTE, MOURÃO

⁶ Em relação ao pronome *nós*, obtivemos, nesse período, 18 ocorrências, todas elas de ‘sujeito preenchido’.

E SANDOS, 2012). Todavia, essa possível mudança talvez ocorra de forma bem mais lenta em anúncios do JCAM da cidade de Manaus, sendo essa lentidão motivada principalmente pela modalidade da língua com a qual fizemos esta análise. Há grande possibilidade de o caráter formal de textos escritos veiculados em um jornal comercial tenha influenciado de forma decisiva nos altos índices de ‘omissão do sujeito’ que tivemos neste trabalho.

Referências

- BERLINCK, R. de A. *La position du sujet en portugais: etude diachronique des variétés brésilienne et européenne*. Tese (Doutorado). Paris, 1995.
- CHOMSKY, N. *Lectures on government and binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- COELHO, I. L. *A ordem VDP em construções monoargumentais: uma restrição sintático-semântica*. 2000. 245 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, SC, 2000.
- COELHO, I. L. et al. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.
- DUARTE, M. E. L. *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil*. In: I. Roberts, M. A. Kato (orgs.). *Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p 107 - 128.
- DUARTE, M. E. L. *A perda do princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro*. Tese. Campinas: UNICAMP, 1995.
- DUARTE, M. E. L. *A evolução na representação do sujeito pronominal em dois tempos*. In: PAIVA, M. da C.; DUARTE, M. E. L. *Mudança Lingüística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003. p. 115-128.
- DUARTE, M. E. L.; MOURÃO, G. C.; SANTOS, H. *Os sujeitos de 3^a pessoa: revisitando Duarte 1993*. In: DUARTE, M. E. L. et al. *O sujeito em peças de teatro (1833-1992): estudos diacrônicos*. Estudos diacrônicos. São Paulo: Parábola, 2012. p. 21-44.
- FARIAS, A. L. da S. *Um estudo variacionista sobre o sujeito pronominal em dados escritos da cidade de Manaus (AM)*. 2020. 121 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2020.
- LABOV, W. *Padrões Sociolinguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008[1972].
Tradução de: Marcos Bagno, Marta Scherre e Caroline Cardoso.
- NASCIMENTO FIGUEIREDO, A. *História do Amazonas*. Manaus: Valer, 2011.
- NUNES DE SOUZA, C. M. N. de. et al. *O preenchimento do sujeito pronominal em textos escritos de alunos adolescentes de Florianópolis*. Working Papers em Linguística, Florianópolis, v. 11, n. esp., p. 94-107, out. 2010.
- NUNES DE SOUZA, C. M.; SACHET, P. F. *Um estudo sobre o preenchimento do sujeito*

pronominal na fala e na escrita de jovens de Florianópolis. Anais do CELSUL, 2008. p. 1-11.

RIBEIRO, P. D. T. *Do burgo podre ao leão do Norte: o jornal do commercio e a modernidade em Manaus (1904-1914).* 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E.. *Goldvarb X: a variable rule application for machintosh and windows.* Toronto: University Of Toronto, 2005.

TARALLO, F. *Por uma sociolinguística romântica ‘paramétrica’: fonologia e sintaxe.* Ensaios de Lingüística 13: 51-83, 1987.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística.* São Paulo: Parábola, 2006 [1976].



Data de submissão: 30/07/2020

Data de aceite: 04/09/2021

A IMPLEMENTAÇÃO DO VOCÊ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: EVIDÊNCIAS DA LÍNGUA ESCRITA¹

ON THE IMPLEMENTATION OF VOCÊ IN BRAZILIAN PORTUGUESE:
EVIDENCES FROM WRITTEN LANGUAGE

Márcia Cristina de Brito Rumeu | CNPq | [Lattes](#) | marcia.rumeu@gmail.com
Universidade Federal de Minas Gerais

Dinah Maria Isensee Callou | CNPq | [Lattes](#) | dcallou@gmail.com
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Este artigo focaliza a variação *tu* / *você* em tempo real de média duração (séculos XIX e XX). A proposta é realizar um estudo de painel, na linha laboviana, com base na produção epistolar de duas missivistas cariocas ao longo de suas vidas: juventude, adulteza e velhice. Como já apontado por vários autores, o uso de fontes manuscritas, tais como cartas pessoais, desempenha um papel importante na pesquisa sócio-histórica. O objetivo é apontar como e quando teria ocorrido a inserção do *você* – em sua origem, uma forma de tratamento – no sistema pronominal do português brasileiro, vindo a substituir o *tu* como sujeito de 2SG. A hipótese inicial reside no fato de que a implementação de *você* teria uma correlação com o uso de *usted*, forma resultante de um processo de gramaticalização que se deu mais cedo no espanhol americano do que em português. As generalizações a que podemos chegar são as de que o processo de implementação do *você*, a julgar pelos dados analisados, se estendeu por, no mínimo, um século; (ii) o uso do *você* se mostrou quase categórico no final da década de 40 do século XX; e (iii) as duas missivistas encaminham-se em uma mesma direção quanto à implementação da forma pronominal *você*, embora apresentem distintos padrões de uso, explicáveis, talvez, pelo fato de uma delas ter exercido sua vida religiosa sempre no Brasil (MJ), em redes sociais densas, e a outra (MR), em geral, em outros países, em redes sociais difusas.

Palavras-chave: Pronomes pessoais; Variação e mudança; Formas de tratamento; Estudo de Painel. História do Português Brasileiro.

¹ Este trabalho teve origem em discussões sobre o tema durante o estágio de Pós-Doutoramento de Márcia Rumeu (UFMG-PNPD/CAPES), sob a supervisão de Dinah Callou (UFRJ-CNPq).

Abstract: This paper focuses on the variable use of *Tu* / *Você* (“*You*”) in real time (19th and 20th centuries). The proposal is to conduct a panel study (LABOV, 1994) in written language, by observing the linguistic path of two specific writers through their lifespan: youth, seniority and old age. As pointed out by many researchers, the use of handwritten text sources, such as private letters, play an important role in historical sociolinguistic investigation. The aim of this study is to show how and when the pronominal subject *você*, an address form in its origin, becomes equivalent to the 2nd pronoun *Tu* in Brazilian Portuguese. The starting hypothesis rests on the fact that implementation of *Você* in Brazilian Portuguese might reveal a correlation to the use of *Usted*, in South America Spanish, through a grammaticalization process that took place earlier in Spanish than in Portuguese. Based on written language, we come to the conclusion that (i) the implementation of *Você* extended over almost a century; (ii) the use is almost categorical by the end of the 1940s; and (iii) the two writers reveal similar behaviour however divergent patterns of use that, could be explained by one of the nuns’ having always lived in Brazil (MJ), in close knit social nets, and, the other (MR), in Spanish countries, in loose knit social nets.

Keywords: Personal pronouns; Variation and change; Address forms; Panel study; History of Brazilian Portuguese.

Considerações iniciais

A atual realidade linguística do português brasileiro (doravante PB) evidencia a alternância entre as formas *tu* e *você* para o sujeito de segunda pessoa do singular (doravante 2SG). Muito já se tem discutido sobre o tema, comprovado em análises sociolinguísticas (SCHERRE *et al.*, 2009 [2015]); LOPES *et al.*, 2018), voltadas para o presente e para o passado, em relação à diversificação diatópica e sociointeracional. A variação *tu* / *você* parece ser condicionada por variáveis linguísticas e extralinguísticas e, além disso, ser resultante da fusão entre formas do paradigma de *tu* e do paradigma de *você*, que, por sua vez, atingiu o sistema pronominal do português através de um processo lento e gradual de gramaticalização – *vossa mercê* → *você* (FARACO, 1996; RUMEU, 2004, 2013; LOPES, 2009; MACHADO, 2006; LOPES, CAVALCANTE, 2011; dentre outros).

Neste artigo, pretendemos discutir os resultados de um estudo de painel (RUMEU, 2013) voltado para sincronias passadas (séculos XIX e XX), enfocando, especificamente, o comportamento linguístico de dois indivíduos do sexo feminino que, apesar de eviden-

ciarem a inserção do *você* em seus sistemas, divergem quanto ao ritmo de implementação. Esse panorama nos permite levantar a hipótese de tal distinção ser motivada pelas redes sociais (CONDE SILVESTRE, 2007; BERGS, 2012) das informantes, que se localizam em distintos espaços geográficos ao longo de suas vidas (uma, sempre no Brasil, e outra, em distintos países de língua espanhola: Córdoba, (Espanha), La Plata, Buenos Aires (Argentina) e Montevidéu (Uruguai)). Os resultados desse estudo, foco primordial desta análise, estão sedimentados em uma proposta metodológica de condução da pesquisa sobre a trajetória linguística de escreventes brasileiros (cariocas), pertencentes a uma mesma família, que trocaram cartas ao longo de fases das suas vidas: fase jovem, adulta e idosa. O ponto de partida do trabalho é o estudo da comunidade, a partir de uma amostra de missivas familiares, rigidamente controlada, em termos metodológicos, que evidenciou uma curva ascendente de implementação do *você* no sistema pronominal do PB. Para o estudo de painel, nos concentramos em duas cariocas, cujos comportamentos seriam, de algum modo, em princípio, condicionados pelas redes sociais em que interagiam (CONDE SILVESTRE, 2007; BERGS, 2012), com consequências no ritmo distinto de implementação.

O texto está basicamente organizado em duas seções, antecedidas por considerações iniciais relativas à especificidade do fenômeno variável em questão (*tu* / *você*), além do objetivo e das hipóteses: (i) pressupostos teórico-metodológicos, tendo em vista os parâmetros da sociolinguística histórica (HERNÁNDEZ-CAMPOY, CONDE SILVESTRE, 2012), e apresentação das amostras de missivas familiares cariocas; (ii) discussão dos resultados gerais relativos à expressão variável das formas *tu* / *você*, não só em relação à comunidade, mas também ao indivíduo, em tempo real de média duração, dois séculos apenas (XIX e XX). Ao final, tentamos estabelecer generalizações sobre a possível influência das redes sociais em processos de mudança no sistema pronominal do PB.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E AS AMOSTRAS HISTÓRICAS

1.1 Princípios da sociolinguística histórica

Movidas pelos potenciais de variação e mudança linguística, as línguas humanas evidenciam uma heterogeneidade ordenada, no seu eixo estrutural e social (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968). No pressuposto de que a variação e a mudança linguística, detectadas na atual sincronia (SCHERRE *et al.*, 2009 [2015]), também se manifestam no passado – *the uniformitarian principle* (LABOV, 1994) –, é lícito concluir que não é tão fácil mensurar quanto o passado difere do presente. Nesse sentido, para o estudo das for-

mas pronominais de referência ao sujeito de 2SG no PB dos séculos XIX e XX, partimos de três subsistemas tratamentais (I. *tu*; II. *você*; III. *tu / você*), sumarizados por Lopes e Cavalcante (2011), derivados dos seis propostos por Scherre *et al.* (2009 [2015]).

Uma vez que assumimos o presente como ponto de partida para a discussão do quadro de variação entre os pronomes-sujeito de 2SG (LABOV, 1994), convém traduzir a máxima “arte de fazer o melhor uso de maus dados”. Acreditamos que os dados históricos não correspondem exatamente a “maus dados”, mas sim a dados linguísticos cujas especificidades, mistura dialetal, “erros” do escriba e hipercorreção exigem do linguista-pesquisador a organização de amostras rigorosamente selecionadas. Isso quer dizer que amostras históricas, mais especificamente amostras epistolares, classificadas em relação ao controle das categorias origem (nacionalidade e naturalidade), filiação, idade, gênero, nível de escolarização, permitem ao linguista-pesquisador a caracterização do perfil social do escrevente de sincronias passadas (RUMEU, 2013). Além disso, há que atentar para o grau de intimidade de cada escrevente com a língua escrita, a fim de caracterizá-los como letrados ou iletrados – em termos paleográficos, mãos hábeis ou mãos inábeis. Além de ter de reconstruir o perfil social do escrevente, faz-se necessário que o linguista-pesquisador também se preocupe não só com o contexto de produção da fonte histórica, mas também com o contexto histórico-social em que tal fonte está inserida, tendo em vista a possibilidade de a mudança poder estar socialmente encaixada – *embedding problem* (WEINREICH, LABOV, HERZOG, 1968). Esse rigor de critérios justifica-se pelo fato de nos ser possível desvelar, através das fontes históricas disponíveis, tão somente os traços positivos remanescentes.

Análises sociolinguísticas voltadas para sincronias passadas passam pelo desenvolvimento de “[...] seus próprios objetivos, metodologias e teorias [...]” (BERGS, 2005, p. 21)², porque as fontes históricas que resistem à força do tempo tendem a ser “[...] fragmentárias, escassas e dificilmente vinculáveis à produção real de seus falantes” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 35)³. Isso significa entender que não se trata da mera transferência da metodologia variacionista laboviana às amostras de sincronias passadas, mas da construção de amostras históricas orientadas por rígidos critérios de organização dos textos – autoria, autenticidade e validade social e histórica (HERNÁNDEZ-CAMPOY,

² “Instead, historical sociolinguistics must be bold enough to loosen its ties with present-day sociolinguistics and traditional historical linguistics, and to develop its own methodologies, aims, and theories.” (BERGS, 2005, p. 21.)

³ “En comparación con la diversidad, cantidad y autenticidad de los datos a disposición del investigador en sociolingüística sincrónica o en lingüística descriptiva, la información de que dispone quien intenta desarrollar su investigación en el ámbito de la lingüística o la sociolingüística histórica es fragmentaria, escasa y difícilmente vinculable con la producción real de sus hablantes.” (CONDE SILVESTRE, 2007, p. 35.)

SCHILLING, 2012) – de modo a dar confiabilidade aos resultados das análises embasadas em tais fontes históricas.

Outro aspecto relevante vem a ser o de qual(is) gênero(s) e subgênero(s) textual(ais) seria(m) mais propício(s) à revelação do vernáculo do PB. Com base no modelo de Koch e Oesterreicher (1985, 1994 apud ELSPASS, 2012, p. 157), consideramos os gêneros textuais no continuum delineado entre os textos do imediatismo, como uma conversa íntima, e da distância, como um contrato público em termos legais⁴. Nesse sentido, entendemos que o gênero textual carta pessoal e os seus subgêneros, familiares, amorosas e de amizade, estejam mais próximos da língua do imediatismo, já que tendem a evidenciar traços linguísticos do vernáculo do PB por corresponderem a uma troca interpessoal movida pela intimidade das relações interpessoais. Assim, o rigor metodológico para a composição das amostras históricas é fundamental para o reconhecimento do que corresponde a um traço do vernáculo do PB ou a um traço específico da escrita do informante.

Em virtude de as amostras linguísticas de sincronias passadas serem, muitas vezes, manuscritas, é importante que o linguista-pesquisador identifique concretamente a autoria do documento histórico também a partir do seu traçado. Isso significa detectar se a letra de quem assina o texto é a mesma letra do redator do texto (testemunho autógrafo), se é um punho distinto daquele de quem o assinou (testemunho apógrafo) ou ainda se foi redigido por outra pessoa (testemunho idiógrafo), ainda que sob a supervisão do autor (autoria intelectual). Nesse sentido, os estudos no âmbito da sociolinguística histórica se valem das análises paleográficas, o que representa uma perspectiva de trabalho interdisciplinar para a identificação da autoria dos documentos históricos. Trazemos à cena resultados dos estudos relativos à comunidade linguística e ao indivíduo, na trilha de Rumeu (2013), com base em cartas familiares autógrafas produzidas por indivíduos de uma mesma família brasileira (a família Pedreira Ferraz Magalhães), mais especificamente de uma família carioca que produziu cartas no período de fins do século XIX e 1a metade do século XX.

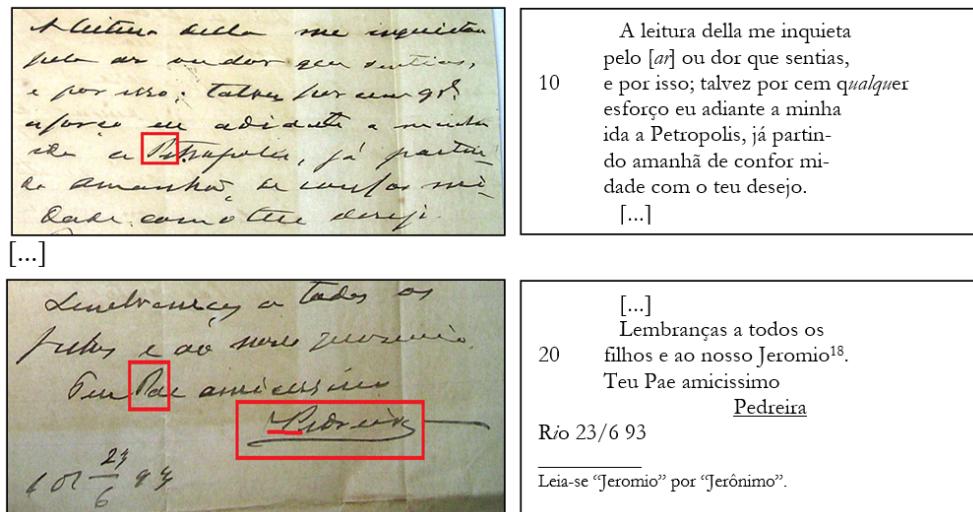
A título de exemplificação, observemos, nos trechos da carta do patriarca da família Pedreira Ferraz Magalhães (João Pedreira do Couto Ferraz) a sua filha Zélia, evidências paleográficas de que a letra de quem redige a carta é a mesma de quem a assina, a partir da comparação, por exemplo, do grafema maiúsculo “P” como uma letra pequena (morfologia da letra)⁵ cujo traçado mostra-se levemente inclinado, de um modo geral, para a direita (ductus), e principalmente nos itens lexicais “Petropolis”, “Pae” e “Pedreira”.⁶

⁴ “To arrive at an adequate understanding of the nature of ‘speech’, ‘spoken language’, and/or ‘orality’, it is essential to place these notions into an integral model. Such a model is provided by Koch and Oesterreicher (1985, 1994) and their notion of ‘language of immediacy’ (*Sprache der Nähe*) vs. ‘language of distance’ (*Sprache der Distanz*).” (ELSPASS, 2012, p. 157)

⁵ A morfologia das letras e o seu traçado (*ductus*) são dois (entre outros, como ângulo, módulo e o peso do traçado) aspectos paleográficos discutidos por Berwanger e Franklin Leal ([1995] 2008, p. 107).

⁶ O redator João Pedreira do Couto Ferraz geralmente assina como “Pedreira”.

Figura 1 – Trechos do fac-símile de missiva redigida por JPF. RJ, 23.06.1893

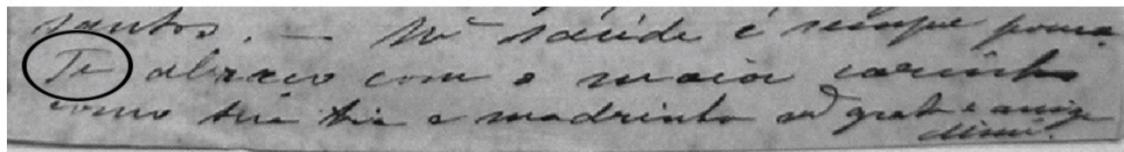


Fonte: Rumeu (2013).

Um outro parâmetro de análise é a questão da autenticidade⁷ das amostras históricas (HERNÁNDEZ-CAMPOY, SCHILLING, 2012, p. 162) em relação ao fato de o texto escrito estar mais propenso à expressão da norma-padrão, o que é reforçado pelo fato de os redatores das missivas em análise representarem a elite letrada carioca. Nesse sentido, cumpre atentarmos aos filtros (ROMAINE, 2010 [1982]), ou seja, ao cuidado em separar traços da língua oral que tendam a se misturar com traços da língua escrita (AGUILAR, 1998) no processo de resgate de reflexos do vernáculo do missivista. Se, por um lado, as missivas familiares dos Pedreira Ferraz-Magalhães expõem o padrão culto em sua expressão escrita, marcado pelo alto nível de escolarização dos missivistas (Secretário do Supremo Tribunal Federal, Engenheiro Civil, religiosos e religiosas que se voltaram, no interior dos mosteiros, ao magistério), por outro, o nível de proximidade dos informantes no interior das redes sociais é nítido, justificando o uso de tais fontes escritas para estudos linguísticos sobre a expressão da norma objetiva do PB (CUNHA, 1995) em sincronias passadas. Para ilustrar, segue um trecho da produção escrita da Viscondessa⁸ de Duprat ao seu sobrinho (Figura 2), trecho em que a autora inicia a sentença com pronome oblíquo átono, traço característico do PB. Essas evidências escritas, as mais íntimas possíveis, possibilitam depreender, assim, traços do nosso vernáculo.

Figura 2 – “(...) Minha saude é sempre pouca. Te abraço com o maior carinho como

tua tia e madrinha muito grata e amiga Mimi" (Carta de Maria Teresa de Jesus Bulhões Pedreira (Viscondessa de Duprat), com 49 anos, ao sobrinho Pe. J., com 31 anos. RJ, 16.10.1912.)



Fonte: Rumeu (2013).

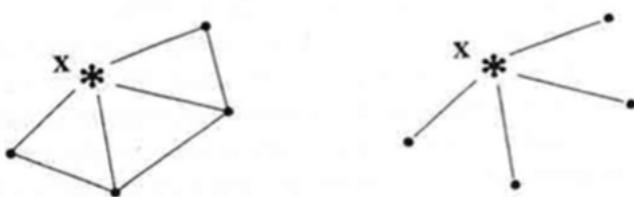
Considerando a atenção do linguista-pesquisador às questões de autoria e autenticidade das amostras históricas, entendemos que a validade social e histórica de uma dada fonte passa pela reconstrução não só da posição social do indivíduo (missivista), mas também da estrutura social da comunidade (LABOV, 1994). O fato de as cartas da família Pedreira Ferraz-Magalhães terem sido produzidas e assinadas (cartas autógrafas) por punhos cariocas e ilustres não só motivou a sua preservação no interior do Arquivo Nacional (RJ), permitindo, pois, a identificação da autoria e da autenticidade das cartas, mas também auxiliou os processos de reconstrução dos perfis sociais dos missivistas e do contexto social do Brasil entre fins do século XIX e 1a metade do século XX. Uma vez desvendados os perfis sociais dos escreventes e os seus respectivos contextos sociais de produção, assegura-se a validade sócio-histórica das fontes que, consequentemente, consubstanciam os resultados das pesquisas linguísticas. Tendo em vista que a expressão objetiva da norma culta escrita do PB foi fixada "à imagem e semelhança" do PE, no Brasil do século XIX (PAGOTTO, 1999; CALLOU, 2008), ratificamos a necessidade de organização de amostras históricas. No caso em questão, são utilizados textos produzidos no período anteriormente citado por informantes identificados em relação à sua origem brasileira e ao seu nível de escolaridade (alto). Assumimos, em diálogo com Barbosa (1999), que os textos de circulação privada, tais como as cartas familiares em análise, seriam mais transparentes no que se refere à pressão prescritivista da norma-padrão, evidenciando uma produção escrita menos "cuidada" à luz da norma subjetiva (CUNHA 1985, p. 52).

1.2 A propósito das redes sociais

Considerando a discussão na sociologia e na sociolinguística acerca das repercus-

sões das estruturas das redes sociais no comportamento dos falantes, partimos da ideia de que os falantes, no interior de uma dada comunidade linguística, estabelecem relações com outros falantes, em redes sociais pessoais que, por sua vez, devem ser analisadas quantitativa e qualitativamente. A densidade das redes sociais tende a influenciar no comportamento dos falantes, em relação à atuação e à difusão das mudanças linguísticas. Desse modo, assumimos, em consonância com Conde Silvestre (2007) e Bergs (2012), que as redes sociais podem ser (i) fixas, densas (*close - knit, multiplex nature*) ou (ii) flexíveis, difusas (*loose - knit, uniplex nature*), tal como esquematizado na Figura 3.

Figura 3 – Redes sociais densas (*close - knit*) e difusas (*loose - knit*), respectivamente



Fonte: Conde Silvestre (2007, p. 167).

Nas redes sociais densas, os falantes se conhecem mutuamente e exercem distintos papéis sociais nos âmbitos do trabalho, da vizinhança, da família, dos amigos. Isso quer dizer que a densidade da rede social é marcada pelo fato de uma pessoa atuar, por exemplo, não só como membro de uma dada família, mas também como colega de trabalho das mesmas pessoas com quem já divide laços familiares e também de amizade, confinando o ciclo de relações e de redes sociais sempre às mesmas pessoas. Nessas redes, de natureza multiplexa, o fato de os vínculos serem sempre entre os mesmos indivíduos em distintos âmbitos sociais parece evidenciar tais redes menos permeáveis às mudanças linguísticas, conservadoras em relação às variedades locais. Trata-se de um tipo de rede social que tende a ser mais comum nas comunidades interioranas.

Por outro lado, as redes sociais difusas mostram-se evidentemente mais frouxas. O falante se enquadra em redes sociais diversificadas em relação às pessoas que com ele interagem nos distintos âmbitos, tais como família, vizinhança, amigos, ampliando assim as possibilidades de contatos não só interpessoais, mas também linguísticos. Nessas redes sociais, o fato de a extensão dos contatos ser ampla e difusa, de natureza uniplexa, tende a

propagar a mudança linguística. Mostram-se, pois, como redes mais propícias à inovação linguística, como já observado por Bergs (2012), em relação aos dados da Família Paston. Ao analisar a produção escrita dos irmãos John II e John III (Família Paston), Bergs (2012) observou a preferência de John II pelas novas formas pronominais *them* e *their* no lugar de *hem* e *here*. A hipótese para o inovadorismo linguístico das cartas de John II é o fato de suas redes terem se mostrado menos densas, já que atraem mais vínculos sociais, em função também do seu histórico de viagens constantes. As redes sociais difusas são comuns nos contextos dos grandes centros urbanos, em que normalmente observamos a atuação dos indivíduos em constante mobilidade interna e externa ao seu país de origem, promovendo o contato com um maior número de pessoas (CONDE SILVESTRE, HERNÁNDEZ-CAMPOY, 2004, 2005). Por outro lado, o seu irmão, John III, permaneceu em casa, atuando como secretário da sua mãe e, mesmo ao casar-se, continuou em Norwich, mantendo uma vida estável em termos de locomoções, consequentemente, em redes sociais mais fixas.

2 ANÁLISE DOS DADOS

Para o estudo da comunidade, utilizamos os dados levantados por Rumeu (2013) em uma sub-amostra equilibrada de 30 missivas cariocas, a partir de um total de 170 cartas, produzidas entre membros da família Pedreira Ferraz-Magalhães no período de 1877 e 1948. Essa sub-amostra leva em conta as variáveis faixa etária, gênero e época em que o texto foi escrito (Quadro 1). De um modo geral, trata-se de missivas que expõem a intimidade de brasileiros letrados, em intercâmbios comunicativos de informalidade, caracterizados pela aproximação afetiva entre remetente e destinatário. A correspondência retrata aspectos rotineiros da vida cotidiana de religiosos em missões católicas, tornando esse material *sui generis* para o reconhecimento da história da vida privada de uma família brasileira que circulou da capital carioca para o interior do Rio de Janeiro e por outros espaços sócio-geográficos dentro e fora do Brasil.

Quadro 1 – Distribuição de trinta cartas familiares (C1, C2, C3... C30) dos Pedreira Ferraz-Magalhães em relação à faixa etária dos missivistas e às fases A (1877-1897), B (1898-1923) e C (1924-1948) que embasaram o estudo de tendência

FAIXA ETÁRIA DOS MISSIVISTAS	FASE A		FASE B		FASE C	
	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER	HOMEM	MULHER

JOVEM (14-30 ANOS – FAIXA 1)	-	-	C19	C13 C14 C18	-	-
ADULTO (31-50 ANOS – FAIXA 2)	C4 C5	-	C20	C15 C16 C17	C29 C30	C23 C24 C26 C27
IDOSO (MAIS DE 50 ANOS – FAIXA 3)	-	C1 C2 C3	C6 C7	C8 C9 C10 C11 C12	-	C21 C22 C25 C28
TOTAL	02	03	04	11	02	08
	05		15		10	
	30 CARTAS					

Fonte: Rumeu (2013, p. 124).

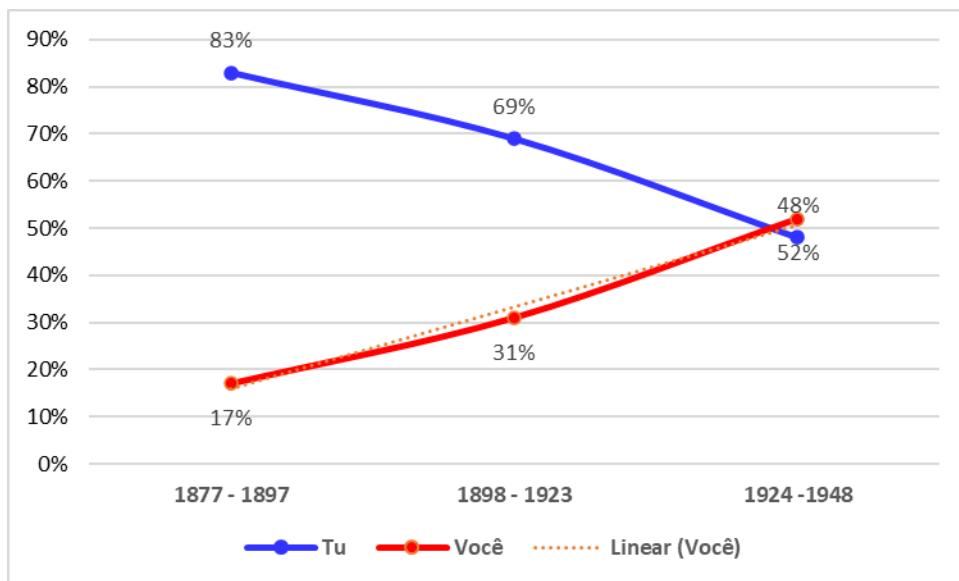
Para o estudo do indivíduo, selecionamos, como já referido, duas missivistas (MJ e MR), que apresentam comportamentos distintos em relação à dinâmica *tu* / *você*. Ainda que ambas tenham assumido o *você*, em sua trajetória de produção textual (juventude, adulteza e velhice), é possível verificar que a implementação da forma pronominal não se deu no mesmo ritmo. Em um primeiro momento (item 2.1), analisamos o perfil da comunidade, nos séculos XIX e XX e, em seguida, partimos para a discussão dos perfis de cada uma das missivistas (item 2.2).

2.1 Estudo de tendência (comunidade)

O Gráfico 1 evidencia a variação de uso entre as formas *tu* e *você* e permite observar a distribuição das formas pronominais (138 ocorrências) por caminhos opostos: o *tu*, no sentido da retração, e o *você*, no da implementação.

Gráfico 1 – As formas *tu* e *você* na produção escrita

da família Pedreira Ferraz-Magalhães: de 1877 a 1948



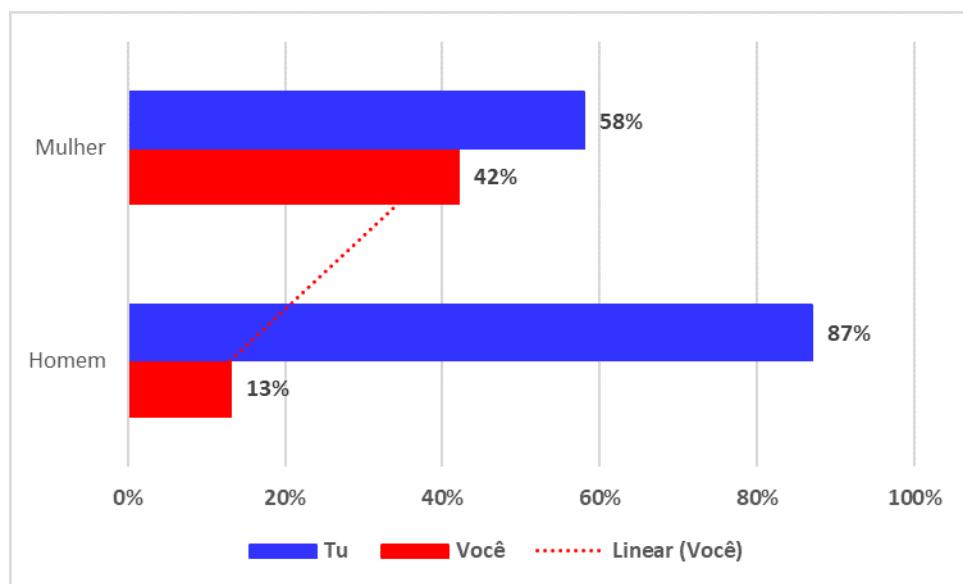
Fonte: Adaptado de Rumeu (2012, p. 45).

Nessas cartas cariocas, no período que vai de 1877 a 1897, registramos tímidas evidências do *você* tão somente em 17% dos dados (5/29), em oposição ao *tu*, que prevalece: 83% das ocorrências (24/29). Entre 1898 e 1923, há um avanço gradual do *você* (31% = 25/80) *pari passu* o decréscimo do *tu* (69% = 55/80). Já no período de 1924 a 1948, o *tu* e o *você* apresentam praticamente as mesmas frequências de uso: 48% (14/29) *versus* 52% (15/29), respectivamente. Em síntese, observamos dois fatos que se destacam: (1) nos oitocentos, o subsistema pronominal é o mesmo que prevalece nos dias atuais no espaço geográfico do Rio de Janeiro: variação *tu* ~ *você* (LOPES, CAVALCANTE, 2011); (2) é só entre o final dos oitocentos e primeira metade dos novecentos (1877 a 1948) que registramos a produtividade crescente de *você* nas cartas cariocas, confirmando o processo gradual de mudança linguística.

No que se refere à variável gênero (sexo), é possível depreender (Gráfico 2) que o *tu* prevalece como expressão do comportamento linguístico da comunidade carioca, com índices de frequência altos, em oposição ao *você*, em homens (87%) e em mulheres (58%). Esses resultados relativos ao período de 1877 a 1948 vão ao encontro do observado por Scherre e Yacovenco (2011, p. 139), de “as mulheres estarem à frente” nos processos de mudança com consciência social (*change from above*) em fenômenos socialmente menos marcados, como é o caso da forma pronominal *você*. A questão de as mulheres

darem preferência à forma mais inovadora, mas, ao mesmo tempo, indicativa de maior distanciamento social (*vossa mercê* → *você*), poderia ter relação com o fato de, naquela época, a mulher estar subordinada a uma estrutura patriarcal mais rígida até o século XIX (SAMARA, 2004).

Gráfico 2 – As formas *tu* e *você* na escrita dos homens e mulheres cariocas da família Pedreira Ferraz-Magalhães



Fonte: Adaptado de Rumeu (2012, p. 50).

2.2 Estudo de painel (indivíduo)

Para o estudo de painel, observamos duas missivistas (MJ e MR) nascidas, respetivamente, em 1886 e 1878. Ambas tiveram a mesma orientação educacional, em um primeiro momento, em casa, onde aprenderam, através da própria mãe, a ler e escrever, as ciências e uma segunda língua, como o inglês e, em um segundo momento, no Instituto Santa Doroteia (Friburgo, RJ). Ingressaram na vida religiosa através da Congregação Santa Doroteia e do Convento Bom Pastor e depois seguiram caminhos distintos: uma permaneceu sempre no Brasil e a outra se deslocou, muitas vezes, para outros países e, consequentemente, ampliou suas redes sociais.

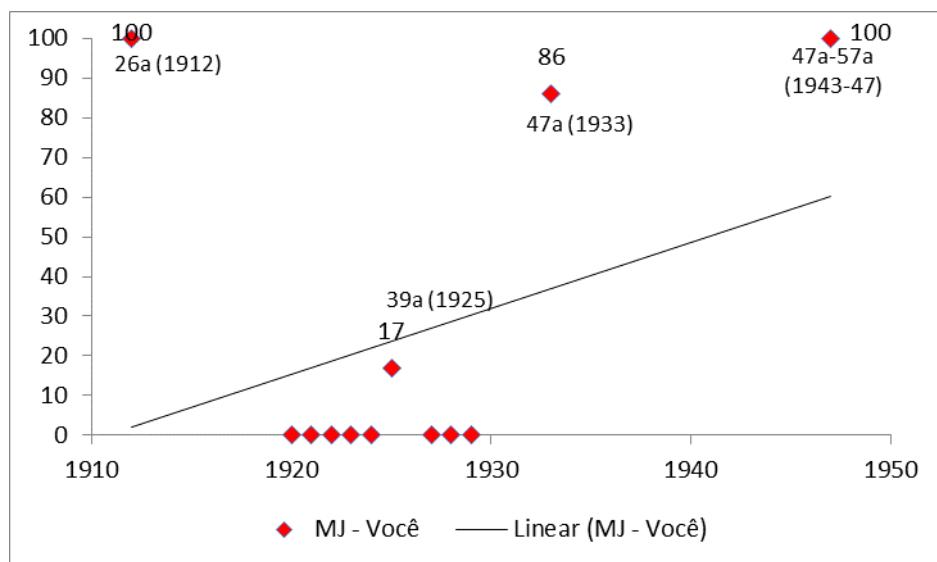
Analisamos 33 cartas da missivista MJ, produzidas no Brasil entre 1912 e 1947, com um total de 195 ocorrências. Trata-se de uma produção escrita que recobre o perfil linguístico de três fases da vida da informante: como uma missivista jovem (em 1912),

adulta (1917-1933) e idosa (1943-1947). Nessa amostra de cartas, a missivista MJ escreve aos seus irmãos (ao jovem F., à adulta ME, ao adulto e depois idoso Padre J. e a um irmão não identificado), em distintos estados do Brasil (Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro). Nessas 33 cartas de MJ, foram levantadas ocorrências de formas pronominais de 2SG nas quais se dá, de modo geral, a preferência pelo *tu* em 72% dos dados (140/195), ficando o *você* restrito a 28% dos dados (55/195).

Da missivista MR, analisamos 16 cartas produzidas no período de 1908 a 1948, com um total de 88 ocorrências. Essas cartas foram dirigidas aos irmãos F. (jovem), J. (jovem, adulto e idoso), ME (adulta), MJ (adulta) no decorrer da sua vida: juventude (em 1908), adulteza (1911-1928) e velhice (1931-1948). Há um maior equilíbrio entre o uso das formas *tu* e *você*, comprovado pelos índices percentuais de 41% (36/88) e 59% (52/88), respectivamente. Ao redigir essas cartas, a missivista MR estava fora do Brasil, em países de língua espanhola, tais como a Espanha (Córdoba), a Argentina (La Plata, Buenos Aires) e o Uruguai (Montevidéu).

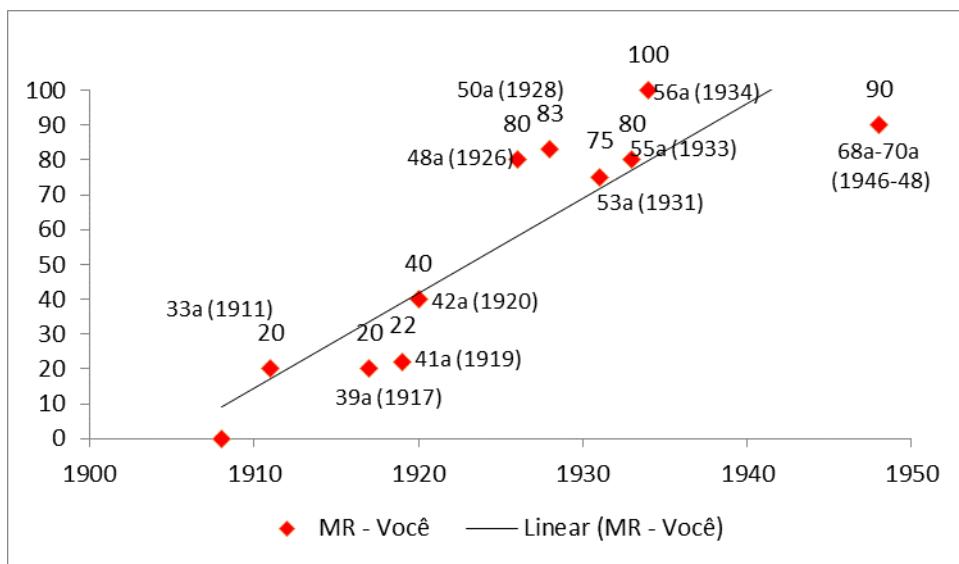
Nos Gráficos de dispersão 3 e 4, é possível observar mais claramente o comportamento individual das duas missivistas (MJ e MR) em relação ao uso do *você* no decorrer da vida.

Gráfico 3 – Ocorrências de *você* em MJ (1912-1947)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

Gráfico 4 – Ocorrências de *você* em MR (1908-1948)



Fonte: Elaborado pelas autoras.

MJ faz uso categórico do *você* ao escrever aos irmãos na juventude (1912 – com 26 anos) e na velhice, período em que houve o incremento dos índices percentuais, passando de 86% a 100% nas cartas que vão de 1933 a 1947, quando já tinha 57 anos. Na fase intermediária, adulta, a missivista apresentou comportamento distinto, optando por tratar os irmãos por *tu*. Tal mudança de comportamento, ao trocar de faixa etária, evidencia o perfil de instabilidade da informante em relação ao uso das formas pronominais *tu* e *você*, ainda que a tendência siga na direção do *você*. Nos exemplos de (01) a (03), trazemos algumas evidências do uso dos pronomes-sujeito *tu* e *você* na produção escrita de MJ nas três fases: juventude, adulteza e velhice.

- (01) “[...] Então, como se decidiu logo a sua partida! irá até ao Pará? Eu escrevo a Isa, pelas Irmãs nossas que vão no mesmo vapor que *Você* e das quais uma vai até ao Pará. Peço a Nossa Senhor que *Você* faça muito boa viagem ... poderá celebrar a bordo? [...]” (MJ, com 26 anos, ao irmão. 16.01.1912.)
- (02) “[...] Imagino como *estás* zangadinho com tua Jane... que, nem signal deu do recebimento de tua carta [...] e peço te de uma vez para sempre que não *exijas* mais frequencia em minhas cartas... pois attendo a mil pequenas cousas aqui alem das aulas. [...] Assim meu irmão querido, acho uma tolice enviar agora em dinheiro... *Você* arranje seu negocio com Tio Janio. [...]” (MJ, com 39 anos, a J., com 44 anos. São Luiz, 12.04.1925.)

- (03) “[...] Bem, meu irmão, gostaria que *Você* me escrevesse 1 vez por mês, agora que o podemos fazer confidencialmente, aceita? – Qualquer coisa a Provincial resolva sobre mim, *Você* saberá logo.” (MJ, com 60 anos, ao irmão Pe. J., com 65 anos. Bahia, 18.08.1946.)

A análise do desempenho linguístico da missivista MR por um período de 40 anos (Gráfico 4) torna evidente o uso crescente da forma *você* e a retração do *tu*. A missivista MR, de 1908 a 1920, isto é, entre os seus 30 e 42 anos, faz uso de *tu*, como ilustrado no exemplo (04). Ao entrar na fase adulta e depois na velhice, exemplos (05) e (06), constatamos que a missivista tende a implementar, gradual e paulatinamente, o *você*, como se pode verificar pelos índices percentuais expostos no Gráfico 4: 80% (1926, com 48 anos) → 83% (1928, com 50 anos) → 75% (1931, com 53 anos) → 80% (1933, com 55 anos) → 100% (1934, com 56 anos) → 90% (1946-1948, entre os seus 68 e 70 anos).

- (04) “[...] Graças à Deus que aqui achei à N. Madre Assumpção que *Você* conhece seu coração, porem quando possa offereça uma Missa por mim preciso mucho” (MR, com 39 anos, ao irmão Pe. J., com 36 anos. Montevidéu, Uruguai, 16.02.1926.)

- (05) “[...] Não te *imaginas* como me deu gosto praser saber, que *você* o filhinho querido recebeu a Santa Communhão com Mamãe n’um dia tão grande como o 22 de janeiro. [...]” (MR, com 41 anos, ao irmão F., com 26 anos. Montevidéu, Uruguai, 04.03.1919.)

- (06) “[...] Quando acabaram as hostias que *Você* consagrhou, não pude deixar de chorar - por ahí *Você* vê minha amizade por meu irmão. [...]” (MR, com 70 anos, ao irmão J., com 67 anos. La Plata, Argentina, 01.02.1948.)

Considerando que MJ se mantém no Brasil por mais tempo que MR, que, por sua vez, produz suas cartas tão somente em países de língua espanhola, entendemos que, enquanto esta missivista construiu redes sociais flexíveis, mantendo-se em viagens ao exterior, aquela, por outro lado, consolidou redes sociais densas, ao permanecer no país. Através das escolhas pronominais de MJ e MR, é possível confirmar a hipótese de que as redes sociais das missivistas, redes densas ou difusas (flexíveis), respectivamente, pa-

recentemente se refletir na velocidade de implementação do *você*. A missivista MJ preferiu tratar os seus irmãos, em dezesseis dos trinta e cinco anos da sua vida, na maior parte do tempo, por *tu*, assumindo o inovador *você* a partir de 1933 (já com 47 anos), até alcançar a velhice, entre 1943-1947. Considerando que toda a produção textual de MJ deu-se tão somente pelos estados brasileiros, temos em cena as condições propícias, pois, à interpretação de que a opção pelo *tu*, por um período maior da sua vida, tenha sido motivada pelas redes sociais densas que permeiam sua vida. Em um caminho oposto, temos a missivista MR, cuja opção foi tratar os irmãos por *você* em um período de 22 anos (nos 40 anos de produção textual analisada), ou seja, na maior parte do tempo. A preferência pelo *você* para se referir aos irmãos pode ter sido motivada por suas redes sociais flexíveis, já que viajou constantemente por países de língua espanhola. Isso quer dizer que MR, ao contrário de MJ, ampliou o seu leque de relacionamentos sociais ao se deslocar para o exterior. E essa ampliação de redes sociais deu-se por espaços geográficos em que as comunidades linguísticas (Uruguai, Argentina e Espanha) são de falantes do espanhol, língua em que a forma *usted*, assim como o nosso *você*, também se gramaticalizou (*vuestra merced* → *usted*, *vossa mercê* → *você*) e, ainda, atingiu o estágio final do seu processo de mudança categorial mais cedo (séculos XVII-XVIII) do que em português (séculos XVIII-XIX), fato já discutido por Lopes (2002). Nesse sentido, entendemos que a convivência de MR com o espanhol e, certamente, com o já gramaticalizado *usted*, possa ter acelerado a produtividade do inovador *você* nas cartas aos seus irmãos.

Considerações finais

A análise das cartas dá conta da inserção do *você* no sistema pronominal e a consequente retração do *tu*, no decorrer dos séculos XIX e XX. Nos dias atuais, o pronome *tu* ainda é predominante em algumas regiões do país, mas seguido do verbo na 3a pessoa do singular (SCHERRE et al., 2009 [2015]), pelo menos, no uso oral. Os dados mostram, no período em pauta, essa tendência de mudança com padrões distintos de uso do pronome *você*: para MJ, um padrão curvilinear – uso de *você* na juventude, de *tu* na fase adulta e, de novo, *você*, na velhice; para MR, um padrão linear – a chamada curva em “S” – na direção da implementação do *você* no decorrer do tempo.

A hipótese de o ritmo de implementação do *você* estar vinculado às redes sociais de cada uma das missivistas parece válida, uma vez que, enquanto MJ se mantém em redes sociais densas, comprovadas por seus deslocamentos por estados brasileiros (Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Pernambuco, Rio de Janeiro), MR amplia as suas redes sociais

(redes difusas), por ter se movimentado, ao longo da vida, muito mais pelo Exterior. Na verdade, o trânsito de MR por países de língua espanhola, em intenso contato com o já gramaticalizado *usted*, pode ter conferido celeridade ao processo de implementação de uso do nosso *você*. Assim, a noção de redes sociais se mantém vigorosa, ao lado de variáveis tradicionais de gênero, faixa etária e nível de escolarização, como já atestado nos estudos de Bergs e Schenk (2004), Freeman (2004) e Bergs (2005), inspirados em Milroy (1980, 1987). Em síntese, parece confirmar-se a hipótese de as redes sociais densas e difusas tenderem a influenciar o ritmo da implementação de fenômenos de mudança linguística, conforme assinalado por Bergs (2012; 2005) e Conde Silvestre (2007).

Para finalizar, cabe lembrar a observação de Mufwene (2017)⁹ de que as línguas viajam como aqueles que se movem, evidenciando diferentes tipos de evolução, de mudança estrutural, motivadas por ou independentes de contato linguístico.

Referências

- AGUILAR, R. C. Presencia de lo oral en lo escrito: la transcripción de las declaraciones en documentos indios del siglo XVI. In: OESTERREICHER, W.; STOLL, E.; WESCH, A. (Ed.). *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr, 1998. p. 219-242.
- BARBOSA, A. G. *Para uma História do Português Colonial: aspectos linguísticos em Cartas de Comércio*. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- BERGS, A. The Uniformitarian Principle and the Risk of Anachronisms in Language and Social History. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 80-98.
- BERGS, A. *Social Network Analysis and Historical Sociolinguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2005.
- BERGS, A.; SCHENK, M. Network. In AMMON, U. et al. *Soziolinguistik. Ein internationales Handbuch zur Wissenschaft von Sprache und Gesellschaft*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 438-43.
- BERWANGER, A. R.; FRANKLIN LEAL, J. E. *Noções de paleografia e diplomática*. Santa Maria: Ed. UFSM; 2008 [1995].
- BUENO, A. H. C.; BARATA, C. E. A. *Dicionário das Famílias Brasileiras*. São Paulo: Editora Nova Página, 2001. Tomos I e II.
- CALLOU, D. A propósito de norma, correção e preconceito linguístico: do presente para o passado. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário*,

⁹ “[...] Languages travel with those who move, experiencing different kinds of evolutions: structural change, speciation caused by or independent of language contact [...]” (MUFWENE, 2017, p. 411.)

Niterói, n. 36, p. 57-73, 2008.

CONDE SILVESTRE, J. C. *Sociolinguística histórica*. Madrid: Gredos. 2007.

CONDE SILVESTRE, J. C.; HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. A sociolinguistic approach to the diffusion of Chancery written practices in late fifteenth century private correspondence. *Neuphilologische Mitteilungen*, n. 105, v. 2, p. 135-52, 2004.

CONDE SILVESTRE, J. C.; HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M. Sociolinguistic and geolinguistic approaches to the historical diffusion of linguistic innovations: incipient standardization. *International Journal of English Studies, Murcia*, v. 5, n. 1, p. 101-34, 2005.

CUNHA, C. *A Questão da Norma culta*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

CHAVES, E. *A implementação do pronome Você: a contribuição de pistas gráficas*. 2006. *Dissertação (Mestrado em Linguística) – Curso de Pós-graduação em Linguística. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte*, 2006.

ELSPASS, S. The Use of Private Letters and Diaries in Sociolinguistic Investigation. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; CONDE SILVESTRE, J. C. *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Oxford: Wiley-Blackwell. 2012. p. 156-169.

FARACO, C. A. O tratamento *Você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*, Curitiba, n. 13, p. 51-82, 1996.

FREEMAN, L. *The Development of Social Network Analysis: a Study in the Sociology of Science*. Vancouver: Empirical Press, 2004.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Sprache der Nähe – Sprache der Distanz. Mündlichkeit und Schriftlichkeit im Spannungsfeld von Sprachtheorie und Sprachgeschichte. *Romanistisches Jahrbuch*, n. 36, p. 15-43, 1985.

KOCH, P.; OESTERREICHER, W. Schriftlichkeit und Sprache. In: GÜNTHER, H.; LUDWIG, O. *Writing and Its Use. An Interdisciplinary Handbook of International Research*, Berlin: Mouton de Gruyter, 1994. v. 1. p. 587-604.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: Internal Factors*. Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

LOPES, C. R. S. et al. A reorganização do sistema pronominal de 2a pessoa na história do Português Brasileiro: a posição de sujeito. In: LOPES, C. R. S.; CASTILHO, A. T. (org.). *História do Português Brasileiro – Mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018. p. 24-141.

LOPES, C. R. S.; CAVALCANTE, S. A cronologia do voceamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. *Lingüística*, v. 25, p. 30-65, jun./ 2011.

LOPES, C. R. S. et al. Quem está do outro lado do túnel? Tu ou você na cena urbana carioca. *Processos urbanos I: variação linguística em megalópoles latino-americanas, Neue Romania*, n. 39, p. 49-66, 2009.

LOPES, C. R. S.; MACHADO, A. C. M. Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. R. S. *A Norma Brasileira em Construção. Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19*. Rio de Janeiro: UFRJ, FAPERJ, 2005. p. 45-66.

LOPES, C. R. S. Vossa mercê > você e vuestra merced > usted: o percurso evolutivo ibérico. *Lingüística*, São Paulo, v. 14, p. 173-190, 2002.

MACHADO, A. C. M. *A implementação de “Você” no quadro pronominal: as estratégias de referência ao interlocutor em peças teatrais no século XX*. 2006. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MARCOTULIO, L. L.; SILVA, P. F.; LOPES, C. R. S. A norma brasileira em construção: a variação entre tu e você no início do século XX. *Comunicação* apresentada no II Congresso Internacional da AILP, Rio de Janeiro, 2007.

MILROY, L. *Language and Social Networks*. New York: Blackwell, Oxford. 1980/1987.

MUFWENE, S. S. Population Movements, Language Contact, Linguistic Diversity, Etc. A postscript. In: ALBAUGH, E. A.; LUNA, K. M. *Tracing Language Movement in Africa*. New York: Oxford University Press, 2017. p. 387- 414.

PAGOTTO, E. G. *Norma e condescendência: ciência e pureza*. Línguas e Instrumentos linguísticos. São Paulo: Pontes, 1999. v. 2. p. 49-68.

PEREIRA, R. O. *O tratamento em cartas amorosas e familiares da Família Penna: um estudo diacrônico*. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PEDREIRA DE CASTRO, J. Zélia, ou, Irmã Maria do SS. *Sacramento*: vida exemplar de uma mãe cristã, que terminou seus dias junto a Jesus Sacramentado. Petrópolis: Editora Vozes, 1960.

ROMAINE, S. *Socio-Historical Linguistics: Its Status and Methodology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010 [1982].

RUMEU, M. C. B. *Língua e sociedade*: a história do pronome Você no português brasileiro. Rio de Janeiro: Ítaca (FAPERJ), 2013.

RUMEU, M. C. B. Vestígios da pronominalização de Vossa Mercê > Você em missivas cariocas e mineiras: uma incursão pelo português brasileiro escrito nos séculos XIX e XX. *Veredas – revista de estudos linguísticos*, v. 16, p. 36-55, 2012.

RUMEU, M. C. B. *Para uma História do Português no Brasil: Formas Pronominais e Nominais de Tratamento em Cartas Setecentistas e Oitocentistas*. 2004. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SAMARA, E. M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SCHERRE, M. M. P. et al. Variação dos pronomes “tu” e “você”. In: MARTINS, M. A.;

ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015 [2009]. p.133-172.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. C. A variação linguística e o papel dos fatores sociais: o gênero do falante em foco. *Revista da ABRALIN*, n. Especial, 2011. p. 121-146.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.



Data de submissão: 10/07/2020

Data de aceite: 05/12/2020

**OS CAMINHOS DO SUBSISTEMA DE TRATAMENTO
PERNAMBUCANO À 2^aPS: AS RELAÇÕES NAS CARTAS
DE AMOR DOS ANOS 50 EM DUAS VARIEDADES**

THE PATHWAYS OF THE PERNAMBUCANO TREATMENT SUBSYSTEM:
THE RELATIONSHIPS IN LOVE LETTERS OF THE 50'S IN TWO VARIETIES

Elizabeth Christina Cavalcante da Costa | [Lattes](#) | elizabhattcosta@hotmail.com
Universidade Federal de Pernambuco

Tallys Júlio Souza Lima | [Lattes](#) | linguagensproftallys@yahoo.com
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Cleber Ataíde | [Lattes](#) | cleberataide@gmail.com
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Resumo: O presente estudo objetiva apresentar o mapeamento dos caminhos percorridos pelo subsistema de tratamento pernambucano para a expressão pronominal de segunda pessoa do singular (VOCÊ e TU) no século XX. Para isso, analisamos a frequência de uso das formas de tratamento variantes TU e VOCÊ ocupando a posição sintática de sujeito em 72 cartas do subgênero amor, produzidas em duas localidades do estado de Pernambuco, sendo elas a região metropolitana de Recife e a região do alto Sertão do Pajeú. O material organizado compreende amostras da capital, referente aos anos de 1949 a 1950, e do sertão, de 1956 a 1958. Para tal, partimos pelos caminhos da linguística sócio-histórica do português brasileiro (MATTOS & SILVA, 2004), ancorados na perspectiva teórico-metodológica da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008[1972]), associadas ao modelo das Tradições Discursivas (KABATEK, 2006). Para obtenção dos dados na posição de sujeito das amostras da Capital e do Sertão, consideramos como dados intra e extralinguísticos: (i) realização concreta das formas de tratamento (relativo ao preenchimento ou não-preenchimento da posição de sujeito); (ii) exclusividade e não exclusividade dos pronomes em uma mesma missiva (uso de uma mesma forma pronominal ou uso em alternância das formas na posição de sujeito); (iii) Gênero; e, por fim, (iv) padrão de organização morfossintática (concordância com 2^a ou 3^a pessoas). Por conseguinte, obtivemos os seguintes resultados: a) maior produtividade de VOCÊ sobre

TU nas amostras da capital pernambucana; b) distribuição proporcional entre as formas variantes em cartas do alto Sertão do Pajeú; c) preferência de uso dos pronomes como formas concretas preenchidas nas amostras das duas localidades; e d) três paradigmas de concordância para o uso de TU e VOCÊ em posição sintática de sujeito nas duas variedades.

Palavras-chave: Subsistema Tu e Você; Posição de sujeito; Cartas de amor; Pernambuco.

Abstract: The present study aims to present the mapping of the pathways taken by the Pernambuco treatment subsystem for the second person of the singular pronoun (VOCÊ_TU), in the 20th century. To achieve this aim, we intend to analyze the frequency of use of the pronouns TU and VOCÊ variant treatment forms, occupying the syntactic subject position in 72 letters of the love subgenre written in two locations in the state of Pernambuco, the metropolitan region of Recife and the region of Alto Sertão of Pajeú. The material gathered comprises samples from Recife area for the years 1949 to 1950 and from Alto Sertão of Pajeú area from 1956 to 1958. We started with the paths of socio-historical linguistics of Brazilian Portuguese (MATTOS & SILVA, 2004), anchored in the theoretical-methodological Variationist Sociolinguistics perspective (LABOV, 2008 [1972]), associated with the Discursive Traditions model (KABATEK, 2008). We consider the following groups of intra and extra-linguistic factors to obtain data from Recife area and from the Alto Sertão of Pajeú area: I. concrete implementation of forms of treatment (the filling or not filling in the subject position); II. exclusivity and non-exclusivity of pronouns in the same letter (the use of the same pronoun form or alternative use of forms in the subject position); III. gender; and finally, IV. pattern of morphosyntactic organization (2nd or 3rd position agreement). Therefore, we obtained the following main results: a) greater productivity of VOCÊ over TU in Recife area; b) proportional distribution among the variant forms in letters of the Alto Sertão of Pajeú area; c) preference for the use of pronouns as concrete forms filled in both locations; and d) three agreement paradigms for the use of TU and VOCÊ in a syntactic subject position in both varieties.

Keywords: Você and Tu subsystem; Subject position; Love letters; Pernambuco.

Introdução

O presente trabalho abarca o escopo de duas investigações em curso sobre o duelo das formas de tratamento TU e VOCÊ, no âmbito do projeto nacional Para História do Português Brasileiro de Pernambuco (PHPB-PE). Esses estudos seguem pelos caminhos da linguística sócio-histórica do português brasileiro (MATTOS & SILVA, 2004). Como aporte teórico-metodológico desta investigação, nos baseamos na perspectiva quantitativa dos estudos da Sociolinguística Variacionista (LABOV, 2008 [1972]), associado ao modelo das Tradições Discursivas (KABATEK, 2006). Posto isso, torna-se relevante ressaltar que nosso intuito com este trabalho é apresentar novos resultados comparativos sobre o mapeamento cronológico do subsistema de tratamento pernambucano (VOCÊ_TU), a partir de uma análise panorâmica dos *corpora* da capital e do sertão do Pajeú.

Dessa maneira, partimos, inicialmente, da hipótese defendida por Rumeu (2013); para quem, a partir de fins do século XIX e início do século XX, o VOCÊ adentrou definitivamente no quadro pronominal do português brasileiro. Em uso, a forma inovadora passou a alternar com a forma pronominal tradicional de segunda pessoa do singular (TU), que, segundo Gomes e Lopes (2016), é também utilizada no contexto das relações simétrica de maior intimidade no estado de Pernambuco.

Por esse mesmo caminho, Gomes (2014) e Costa (2019), em seus estudos sobre cartas pernambucanas produzidas na região metropolitana do Recife, por escreventes ilustres e não ilustres, demonstram que, na segunda metade do século XX, já existem registros das formas de VOCÊ se estabelecendo na posição sintática de sujeito, alternando com formas do paradigma de TU e, consequentemente, concorrendo a esse lugar de intimidade.

Ataíde e Lima (2018), em um estudo empreendido sobre cartas de amor produzidas no alto sertão pernambucano por escreventes não-ilustres, a partir da segunda metade do século XX, apontam sinais desse caminho de intimidade percorrido pela forma inovadora variando com o tradicional TU. Segundo os autores, nas cartas sertanejas dos anos 50, há indícios do pronome VOCÊ ascendendo gradativamente para o lugar de intimidade, próprio do pronome TU, com dados quantitativos apontando para uma maior competitividade das formas naquele período histórico.

Seguindo esse viés, neste artigo, apresentamos um panorama quantitativo-comparativo dos dados sobre a alternância das formas de tratamento TU e VOCÊ, ocupando a posição sintática de sujeito em cartas de amor produzidas por escreventes não-ilustres que residiam na capital e no sertão pernambucano. A distância dessas duas regiões com-

prende um percurso aproximado de 430 km. O mapa, a seguir, apresenta o lugar onde exatamente estão localizadas as duas regiões no estado de Pernambuco:

Imagem 1 – Localização da região do Alto sertão do Pajeú (Triunfo- sítio Brejinho) e da Região Metropolitana do Recife



Fonte: mapa retirado do *wikipédia* e adaptado pelos autores.

Nesse sentido, para além da variável dependente TU e VOCÊ a ser analisada comparativamente, considerando o contexto geográfico, elegemos as seguintes variáveis independentes para rodagem no programa computacional estatístico *GoldvarbX*:

1. **Tipo de realização concreta do pronome:** referente ao preenchimento ou não-preenchimento da forma na posição sintática de sujeito;
2. **Exclusividade e não-exclusividade das formas pronominais na composição dos textos:** referente ao uso de uma mesma forma pronominal ou uso em alternância na posição de sujeito;
3. **Padrão de organização morfossintática:** referente à concordância ou não concordância da forma pronominal com o seu respectivo paradigma.

Sendo assim, em relação à capital recifense, o *corpus* constituído para esta análise é composto por 50 cartas de amor¹, trocadas na segunda metade do século XX, por um jovem casal de noivos não-ilustres, entre os anos de 1949 e 1950, com 21 missivas femininas (todas escritas em Goiana, localizada no extremo norte da Região Metropolitana

de Recife) e 29 missivas masculinas, escritas em Recife (capital). No tocante ao Sertão pernambucano, a amostra é constituída por 22 cartas amorosas de escreventes não-ilustrados (1 feminina e 21 masculinas), redigidas nos anos 50 do século XX, na zona rural da cidade de Triunfo, mais especificamente no Sítio Brejinho. Então, a partir dos dados levantados sobre esses materiais² de outros estudos e das evidências dos dados do embate entre as formas pronominais de tratamento TU e VOCÊ, poderemos começar a tentativa de mapear os caminhos do subsistema de tratamento pernambucano, atuando na posição sintática de sujeito, no contexto das relações de intimidade simétricas-solidárias entre casais, evocadas nas cartas de amor da capital e do sertão no século XX.

Constituição do *corpus* e o perfil social dos escreventes

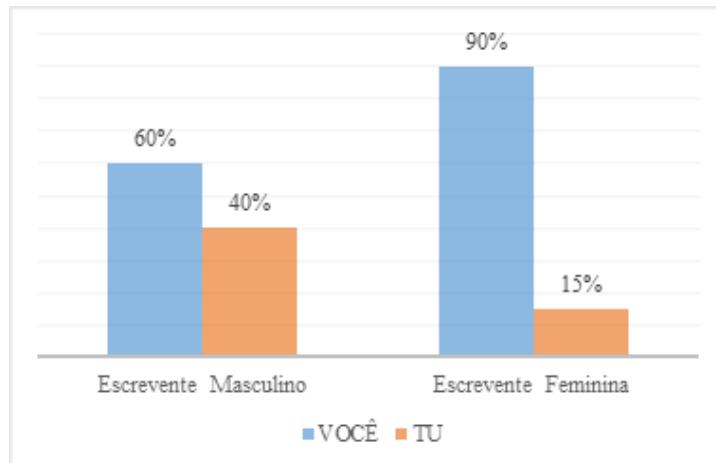
1.1 Os missivistas da Capital

O *corpus* compreende 50 cartas do casal de pernambucanos moradores da região metropolitana da cidade do Recife, sendo 21 cartas da escrevente mulher e 29 do escrevente homem. As cartas foram trocadas entre 1949 e 1950 e correspondem à época na qual o casal noivou, tendo a idade de 14 anos, a noiva, e 19 anos de idade, o noivo. Quanto à escolaridade, o casal possui o primário completo. Nesse sentido, em relação à prática de leitura e escrita, sabemos que os jovens escreventes, por serem cristãos e praticantes da religião evangélica, frequentemente realizavam a leitura da bíblia e escreviam muito sobre isso em suas cartas.

Levando em conta essas informações do perfil social dos escreventes, podemos observar no gráfico abaixo o quantitativo de produção das formas de tratamento, distribuídas entre os gêneros masculino (J) e feminino (N):

² É importante mencionar que o grupo de textos coletados para este estudo encontra-se disponível na Plataforma digital do Laboratório de Edição e Documentação Linguística de Pernambuco (<http://www.ledoc.com.br/sobre>), sediado atualmente no Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST), e coordenado pelo Professor Dr. Cleber Alves de Ataíde.

Gráfico 1 – Quantitativo das formas de tratamento por gênero



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos dados do gráfico 1, destacamos que houve maior produtividade da forma de tratamento inovadora VOCÊ na escrita da escrevente N³, sendo representadas por 90 ocorrências, com percentual de 85,7% dos dados. Em contrapartida, o escrevente J produziu um quantitativo bem maior (47 ocorrências) da forma TU do que N. Esses dados representam um percentual de uso de TU apresentando-se com 40,2% do total das formas TU e VOCÊ produzidas por J.

Na próxima seção, veremos a análise detalhada da alta produção de VOCÊ, principalmente na escrita da escrevente N, em alternância com a forma TU nas missivas do primeiro casal.

À vista disso, para seleção e composição do *corpus*, observamos as formas recorrentes de dizer (KABATEK, 2006) em da carta de amor que contribuem para uma maior intimidade do casal, afastando distâncias e possibilitando, assim, uma maior alternância no tratamento com TU e VOCÊ, conforme Costa (2019) observou.

De forma geral, as missivas de amor do casal J e N seguem a estrutura composicional que tradicionalmente possuem as cartas pessoais, como podemos observar abaixo:

Quadro 1 – Modos de dizer na carta de amor de Recife região metropolitana.

ESTRUTURA COMPOSIÇÃO DA CARTA PESSOAL	FORMAS RECORRENTES DE DIZER NAS CARTAS DE AMOR DO CASAL RECIFENSE	
	Escrevente N.	Escrevente J.
LOCAL E DATA	goina 4 de julho de 1949	Recife Pernambuco em 4 1949
SAUDAÇÃO (SALUTATIO)	Querido J. paz do Senhor	Querida N. a paz do senhor

CAPTAÇÃO DA BENEVOLÊNCIA (CAPTATIO BENEVOLENTIAE)	É com sorriso nos labios e as saudades no coração que pego na pena para dirigir-te estas linhas em correspondencia da que me enviar-te.	Dos poucos momentos di minha vida alegria. O maior foi este em que pego nesta umilde pena para ti dizer que fui bem di viagem graça au nosso Deus
TEXTO (NARRATIO)	J. do domingo para a segunda não avalias a tristeza que acompanham me eu só dezia a Deus que ch[e]gase o dia de ti ver-te em pessoalmente para poder dizer-te o que sinto sinto[...]	N. vosser não pode a valiar a grande saudade que eu tenho de vosseros meus olhos ti contempra com os teus rizo tão lindo igora vejomi tão auzente de ti mais isso sim tudo Deus proverá [...]
PEDIDO (PETITIO)	[...] não custe me escrever com duas pala-vra eu fico satisfeita[...].	[...] sim minha querida medite efe-sios cap 5 e ve 1 em diante [...].
DESPEDIDA/ CONCLUSÃO (CONCLUSIO OU PERORATIO)	vou terminar para le enfadar ja está paricendo um [jornal]. Mamãe e V. envia a paz A. está passando uma semana com migo[...] nada mais da quem te ama.	Fica em auzencias queum ti ama.
ASSINATURA (SUBSCRIPTIO)	N. fim amôr.	J.R.B. fim

Fonte: Estrutura composicional da carta pessoal adaptada conforme a de Castilho da Costa (2012, p. 151 apud COSTA, 2019, p. 104).

No que tange à estrutura composicional da carta de amor do casal J e N, percebemos que os assuntos das missivas e as expressões linguísticas usadas pelo casal de noivos guardam muita relação com suas práticas religiosas. Dessa forma, não é por acaso que encontramos formas recorrentes de dizer relacionadas com essa temática em toda a carta, sobretudo, na saudação (“paz do senhor”) e na despedida (“envia a paz a...”). Outras formas recorrentes de dizer nas missivas do casal estão presentes na captação da benevolência, como “dos poucos momentos da minha vida...” ou em “pego nesta humilde pena para te dizer...”. Essas construções evocam formas linguísticas empregadas repetidamente pelo casal (COSTA, 2019), auxiliam na aproximação dos ausentes (MARCOTULIO, 2010) e, consequentemente, relacionam-se com o uso alternado das formas TU e VOCÊ na posição sintática de sujeito nessa situação de intimidade (GOMES; LOPES, 2016), como se apresentaram na própria despedida “fica em ausências quem te ama” ou em “nada mais de quem te ama”.

1.2 Os missivistas Sertanejos

A amostra de cartas sertanejas selecionadas para este estudo é composta por 22 missivas também marcada pelo discurso amoroso, redigidas nos anos 50 do século XX. Os escreventes são oriundos de uma comunidade de fala rural do município de Triunfo, localizada no território do Alto Sertão do Pajeú pernambucano: Sítio Brejinho. Ambos os escreventes eram praticantes da religião católica e apresentavam relativo baixo e médio

grau de escolaridade.

Para estabelecermos um parâmetro composicional das amostras de textos representativos desta localidade, também, observamos os elementos tradicionais que compõem a estrutura das cartas e as formas recorrentes de dizer que revelam contextos de [<intimidade] e [>intimidade] entre os casais. A partir daí, acreditamos que a alternância das formas de tratamento variantes para a segunda pessoa do singular TU e VOCÊ poderiam também ser motivadas por diferentes contextos de intimidade, ao longo da construção da história do relacionamento entre os casais.

No quadro apresentado a seguir, podemos observar alguns dos elementos que são tradicionalmente evocados pela escrita dos gêneros epistolares:

Quadro 2 – Modos de dizer na carta de amor do sertão pernambucano

ESTRUTURA COMPOSIÇÃO DA CARTA PESSOAL	FORMAS RECORRENTES DE DIZER NAS CARTAS DE AMOR DO CASAL RECIFENSE	
	Escrevente R	Escrevente M
LOCAL E DATA	Brejinho 18 de -2-58	Não identificada neste corpus
SAUDAÇÃO (SALUTATIO)	Minha noiva Saudades de ti	Meu querido Noivo Minhas Saudades
CAPTAÇÃO DA BENEVOLÊNCIA (CAPTATIO BENEVOLENTIAE)	Recebi a tua cartinha fiquei rejubilado em saber notícias tuas.	Sendo hoje para mim, momentos de jubilo ao pegar na minha atrazada pena para dar-tes aí minhas notícias e ao mesmo tempo corresponder a tua amável cartinha, na qual veio me trazer grande alegria e deixar saudades.
TEXTO (NARRATIO)	M as saudades que vivo sofrendo são cruéis a nossa se-paração é um martírio para mim porque o coração que ama quer estar sempre junto da pessoa amada. Olhe tenho ancias em em me vistar contigo para o meu coração matar a sede de amor que vive sofrendo Maria domingo eu fui com Dé ate a casa de seu Artur maseu ía até lá em sua casa; mas desconfiei que você não estava em casa e voltei. Lamentei quando soube que você estava mas não tem nada fica para quando nós se avistar então o meu coração irá passar momentos felizes ao teu lado. [...] Vivo se parado de ti mas um dia nós nos veremos unidos pelos laços matrimoniaes se assim for a vontade de Deus.	Meu querido noivo tu não avalias aí saudades que vivo sofrendo por te nestes dias que não posso passar ao teu lado sentindo a doçura do teu amor, olha a tua auzênciia para mim e mais do que um martris, porque quem ama sinceramente a separação e o maior turmento. Quizera eu ter a certeza que minha carta seria recebida com o mesmo prazer, como eu recebia a tua
PEDIDO (PETITIO)	Não identificada neste corpus	[...] aceite lembrança e um forte aperto de mão desta tua noiva que morre por te que e esta tua

DESPEDIDA/ CONCLUSÃO (CONCLUSIO OU PERORATIO)	amo-te de verdade	Aqui vou terminar enviando os meus sinceros votos de felicidade.
ASSINATURA (SUBSCRIPTIO)	RJS	MRS

Fonte: Estrutura composicional da carta pessoal adaptada conforme a de Castilho da Costa (2012, p. 151 apud COSTA, 2019, p. 104)

Podemos notar, no quadro acima, que nem todas as cartas escritas pelos remetentes sertanejos apresentam-se com todos os elementos típicos da estrutura retórica do gênero. O que nos revela também que a estrutura tradicional da carta não é estática, mas sim relativamente estável, conforme defende Bakthin (2003).

As cartas de amor dos anos 50 foram trocadas por um jovem casal apaixonado de 16 e 21 anos de idade, missivista feminina e missivista masculino respectivamente. Os escreventes nasceram e cresceram na mesma comunidade de fala: Sítio Brejinho. Os textos registram três diferentes períodos do relacionamento entre o casal: amigos apaixonados, namoro e noivado.

Algumas expressões linguísticas evocadas na tradição de local e data dos documentos, associadas ao uso de vocativos na saudação e às referências tradicionais de captação de benevolência, ajudam a inferir o tipo de relação estabelecida entre os escreventes e a mapear os estágios de construção do relacionamento entre os jovens apaixonados. O exemplo a seguir, extraído do *corpus*, ilustra algumas dessas evidências:

Brejinho **31 de agosto de 1958**

Minha querida noiva

M. R.

Saudades e amor [...]"

"Recebi a tua cartinha fiquei rejubilado | em saber notícias tuas. [...]" (CA_M_1958_LeDoc).

Como podemos observar no excerto, os elementos linguísticos evocados na tradição da data e da saudação das cartas registram cronologicamente o local de origem dos documentos e vestígios dos estágios do relacionamento em que se encontravam os jovens missivistas apaixonados naquele período sócio-histórico. O emprego do pronome possessivo "Minha" relacionado ao adjetivo "querida" e ao substantivo "noiva", que ajuda a revelar o papel social da destinatária e do remetente das cartas, naquele momento de

escrita, também evidenciam o grau de intimidade e o tipo de relação estabelecida entre os jovens naquele ano.

Com isso, podemos localizar a escrita das cartas em um contexto de produção sócio-histórica mais amplo e mapear os estágios de [+intimidade] e [-intimidade] na relação dos jovens apaixonados que, provavelmente, poderiam estar condicionando o emprego de uma ou outra forma de tratamento pronominal na composição das cartas.

Como exemplo, podemos observar, no excerto citado anteriormente, a evocação dos elementos pronominais “tua” e “tuas”, utilizados na tradição discursiva de captação de benevolência da carta, num contexto sócio-histórico de [+intimidade] entre os escreventes durante a construção do relacionamento (noivos).

Torna-se importante ressaltar também que a escrevente feminina (M) dessa amostra é autora de apenas 1 carta que compõe os textos representativos desse período e localidade. M foi alfabetizada naquela comunidade de fala no nível escolar de primeiras letras.

Já o missivista do gênero masculino (R) é responsável pelo *narratio*⁴ das demais 21 cartas representativas dos anos 50 e não possui nível de escolaridade. Contudo, a escrita de seus textos era delegada a outro redator. R, o missivista narrador, trabalhou como agricultor e tirador de trempe⁵ no engenho da família de sua amada e, também, era praticante da religião católica.

O Redator das cartas de R, o Senhor (T), ocupou o cargo de presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município de Triunfo, trabalhou como cozinheiro de rapadura, agricultor e professor (apenas para homens), naquela comunidade do Sítio Brejinho. O referente missivista não tinha formação de nível superior para exercer a profissão docente, embora fosse considerado um dos grandes sábios daquela região pelo fato de ser um dos poucos homens letRADOS à sua época.

⁴ Passamos a considerar a “escrita” das epístolas do remetente R como uma *escrita delegada*, uma vez que o conteúdo empregado no texto é de autoria do próprio sujeito, embora a materialização da língua escrita no documento seja destinada a um terceiro. Essas cartas foram analisadas por Ataíde (2020) com base nos aspectos físicos dos documentos para identificar a habilidade do redator com a escrita epistolar. Os aspectos supragráficos e paleográficos além da repetição de palavras e ausência de pontuação permitiram identificar a presença de duas mãos presentes no texto: uma que escreve e a outra que apenas assina as correspondências.

⁵ Função designada para quem operacionalizasse uma das etapas referente ao processo de cozimento da rapadura nos engenhos daquela região.

2 Análise comparativa dos resultados quantitativos: as formas variantes da segunda pessoa do singular em cartas amorosas da região metropolitana do Recife e do Alto Sertão do Pajeú

A presente análise é referente ao tratamento dos dados quantitativos de TU e VOCÊ na posição sintática de sujeito em 50 cartas de amor da região metropolitana do Recife e em 22 cartas da região do Alto Sertão do Pajeú pernambucano.

Como apresentado na seção anterior, as 50 cartas amorosas foram trocadas por um jovem casal apaixonado, em que, na época, um dos escreventes era morador da região metropolitana do Recife, cidade de Goiana, e o outro residia em um dos bairros mais centrais da capital. Além disso, as 50 cartas abrangem o período de um ano e foram trocadas entre os anos de 1949 e 1950.

Quanto ao jovem casal sertanejo, a amostra é constituída por 22 cartas amorosas, trocadas durante os anos de 1956 a 1958, pelos remetentes que habitavam a mesma comunidade de fala: Sítio Brejinho.

As correspondências inserem-se em três contextos sócio-históricos do relacionamento entre os jovens apaixonados que, por motivos de natureza econômica, estavam, inicialmente, impedidos de manterem qualquer tipo de relação afetiva. O material coletado compreende, então, três anos de documentação escrita, três etapas do relacionamento entre os escreventes apaixonados: Amigos-apaixonados, Namoro e Noivado.

Ao analisar a alternância das formas de tratamento TU e VOCÊ na posição sintática de sujeito nas cartas de amor da capital pernambucana, obtivemos as evidências empíricas do *corpus* deste artigo, que apresentam as seguintes coocorrências nas cartas de amor:

(1) Dados de Você preenchido e não-preenchido:

- a.** [...] **você disse** que mamãe esta esquecida de você (**de N para J**).⁶
- b.** [...] a carta que **Ømandou** para sua mãe (**de N para J**).

(2) Dados de Tu preenchido e não-preenchido:

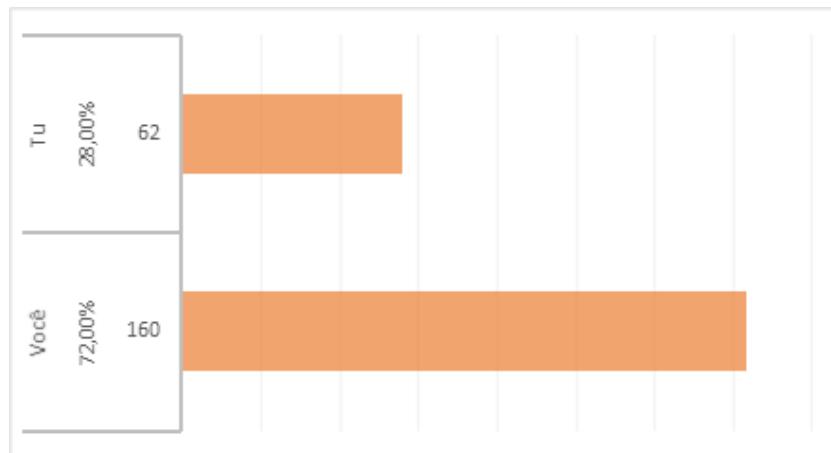
- a.** [...] porque **tu** bem **sabes** quem ama longe sofre [...] (**de J para N**).
- b.** [...] não **Øavalias** a tristeza que acompanharne [...] (**de N para J**).

Nessa perspectiva, o gráfico da figura abaixo apresenta os resultados quantitativos

⁶ Os exemplos seguem de acordo com as transcrições que estão fundamentadas nas notações filológicas de Guedes e Berlinck (2000) para uma interpretação semi-diplomática, assim, preserva-se a escrita dos escreventes.

gerais de ocorrências das formas do paradigma TU e VOCÊ na posição sintática de sujeito nas missivas da capital:

Gráfico 2 – Ocorrências gerais de TU e VOCÊ das cartas recifenses



Fonte: Elaborado pelos autores.

O total de 50 cartas de amor trocadas por pernambucanos da capital recifense, tem por resultado geral obtido sobre as formas de tratamento TU e VOCÊ ocupando a posição sintática de sujeito, preenchido ou não, 222 ocorrências. Essas ocorrências estão subdivididas em 62 da forma de tratamento TU e 160 da forma de tratamento VOCÊ, correspondendo respectivamente a 28% e 72% dos dados.

Redimensionando a análise para os dados do sertão pernambucano, também obtivemos evidências nas cartas de amor sertanejas:

(3) Dados de Você preenchido e não-preenchido:

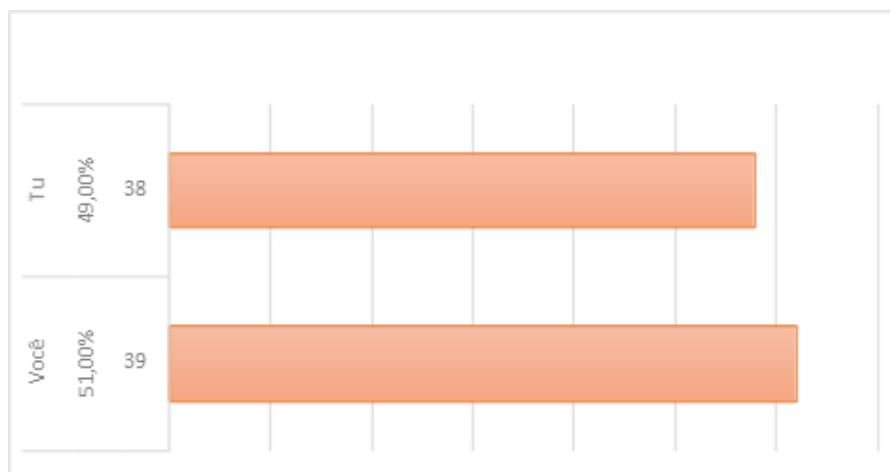
- a. [...] você estava com Luiz e Regina senti acanhamento (**de R para M**).
- b. [...] Øtenha pasciênciа, que eu de agora por diante vou trabalhar pra esse fim (**de R para M**).

(4) Dados de Tu preenchido e não-preenchido:

- a. [...] tu não avalias ais saudades que vivo sofrendo (**de M para R**).
- b. [...] afim de corresponder a confiança que Ødepositas em mim (**de R para M**).

No cômputo geral das formas de tratamento variantes em posição sintática de sujeito, obtivemos, então, os seguintes resultados de TU e VOCÊ nas 22 cartas sertanejas dos anos 50:

Gráfico 3 – Ocorrências gerais de TU e VOCÊ das cartas sertanejas



Fonte: Elaborado pelos autores.

Diferentemente das cartas recifenses, observamos que, num universo total de 77 ocorrências, as formas de tratamento pronominal variantes detêm uma produção praticamente equivalente (TU = 38/77 e VOCÊ = 39/77), com dados de TU registrando 49% e dados de VOCÊ 51% das ocorrências.

No tocante ao fator preenchimento e não-preenchimento da posição sintática de sujeito, podemos observar nos dados da tabela abaixo que a forma VOCÊ ocupa majoritariamente a posição sintática de sujeito como forma concreta preenchida. Diferentemente do gráfico 2, a tabela a seguir mostra separadamente os dados das formas de TU e VOCÊ na posição sintática de sujeito, enquanto formas concretas de realização preenchida e não-preenchido, na capital de Pernambuco.

Tabela 1 – Função sintática de sujeito preenchida e não-preenchida das formas tratamentais recifenses

VARIÁVEL DEPENDENTE	VOCÊ	TU
Sujeito preenchido	154/160 (96%)	46/62 (75%)

Sujeito não-preenchido	6/160 (4%)	16/62 (25%)
TOTAL	160/222 (72%)	62/222 (28%)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os dados sobre a posição sintática de sujeito preenchido, da tabela 1, mostraram-se produtivos para o uso da forma VOCÊ e para o tradicional TU. O novo pronome-sujeito disparou quantitativa e percentualmente, representando no seu universo particular de realização, 154 ocorrências, o equivalente a 96%. Dentro desse mesmo contexto de variação, podemos observar que o uso da variante TU está representada por 46 ocorrências e 75% do percentual, isto é, a forma TU destaque-se em uso na capital pernambucana, nos anos 50, também como forma concreta preenchida.

De igual modo, também observamos a produtividade das formas pronominais variantes na posição sintática de sujeito como formas concretas preenchidas e não-preenchidas nas cartas sertanejas, e, a partir de então, extraímos os seguintes resultados:

Tabela 2 – Função sintática preenchida e não-preenchida das formas tratamentais sertanejas

VARIÁVEL DEPENDENTE	VOCÊ	TU
Sujeito preenchido	25/39 (64%)	34/38 (89%)
Sujeito não-preenchido	14/39 (36%)	4/38 (11%)
TOTAL	39/77 (51%)	38/77 (49%)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Na tabela 2, é possível perceber indícios de um comportamento pronominal semelhante ao registrado nas cartas amorosas produzidas na região metropolitana do Recife. No que tange o tipo de realização concreta das formas TU e VOCÊ na posição sintática de sujeito (preenchidas e não-preenchidas) nas cartas sertanejas, observamos uma alta produtividade das formas variantes como pronomes-sujeito preenchido (VOCÊ=64% e TU=89%).

Sobre a questão de maior produção de sujeitos preenchidos, observado na tabe-

la 1 e 2, corroboramos o que atestam os estudos de Duarte (1993, 1995): o Português Brasileiro (*doravante PB*) estaria atravessando uma reorganização do quadro pronominal e esta mudança relaciona-se diretamente à redução do paradigma flexional, o que implica cada vez mais a presença de sujeitos preenchidos (DUARTE, 1995; COSTA, 2019).

Diante dessa perspectiva, passemos a observar os dados de Recife (região metropolitana) que ilustram a produção quantitativa das formas tratamentais TU e VOCÊ na posição de sujeito como tipo preenchido ou não, nos seguintes contextos de uma mesma missiva:

- (5) Dados de VOCÊ preenchido ou não-preenchido na posição de sujeito com uso exclusivo em uma mesma missiva:**
- a.** *Você* pode não querer vir por outro motivo (de N para J).
 - b.** [...] mas *Você* já me disse que Ø não *acha* trabalho para interromper [...] (de N para J).
- (6) Dados de TU preenchido ou não-preenchido na posição de sujeito com uso exclusivo em uma mesma missiva:**
- a.** [...] *Tu* *compreendes* o meu amor [...] (J para N).
 - b.** *OTens* mandado para mim eu tenho recebido (de J para N).]
- (7) Dados de alternância de TU e VOCÊ na posição de sujeito em uma mesma missiva:**
- a.** “[...] o Que *Você* manda dizer-me em tua cartinha eu poderia considerar-me Feliz mais creio que estas palavras saem de um coração sincero e não fingido não e assim? Fiquei muito alegre em saber que *tú* vem passar São João comigo manda-me dizer o dia porque se for possível eu vou te esperar [...] Z. *tú* pedes, que eu ore por ti olhar eu nunca me esqueço de entregar-te ao senhor[...].” (de N para J).
 - b.** [...] não *Ø*avalias a alegria que cauzo-me na hora em que recebi a sua cartinha ao ler fico mais alegre em saber que você vem sábado[...]. (de N para J).⁷

⁷ Em cartas recifenses, em que há alternância da forma Tu e Você em contexto de não realização das formas, observou-se que, quando há formas de Tu nulo (ou não realizado), houve também alta produtividade de Você pleno (ou realizado).

Os resultados dos exemplos de exclusividade e não-exclusividade (ou alternância) acima apresentados foram obtidos a partir do levantamento das formas VOCÊ_TU presentes em cada carta, como mostra a tabela 3:

Tabela 3 – Dados de exclusividade ou mistura das formas pronominais na posição de sujeito nas cartas recifenses

Gênero	VOCÊ_TU_Misto	VOCÊ_Exclusivo	TU_Exclusivo	Ø ⁸	TOTAL
Feminino (N)	5 cartas	15 cartas	1 carta	-	21 (42%) cartas
Masculino (J)	19 cartas	7 cartas	3 cartas	-	29 (56%) cartas
%	48%	44%	8%	-	50 (100%)

Fonte: Elaborada pelos autores

De maneira geral, podemos observar que, no escopo das 50 cartas amorosas recifenses, 24 cartas representam 48% do *corpus* com a presença alternada das formas VOCÊ_TU, 22 cartas representam 44% do *corpus* e são produzidas com uso de VOCÊ_Exclusivo, 4 cartas representam apenas 8% do *corpus* com TU_Exclusivo. Dessa maneira, percebemos que a missivista do sexo/gênero feminino (N) compõe sua carta para o remetente masculino (J) com o uso majoritário de VOCÊ_Exclusivo em 15 cartas. Ao contrário, o missivista do sexo/gênero masculino (J) remete as cartas para a missivista feminina (N) em contexto de mistura de VOCÊ_TU em 19 cartas. Nesse sentido, ressaltamos que as missivas de amor do casal recifense evolvem um contexto pragmático sócio-histórico do estágio do relacionamento entre os jovens apaixonados cuja relação que se estabelecia entre eles era de [+intimidade] entre noivos. Igualmente ocorre nas missivas do sertão. Além disso, é preciso ressaltar que em 4 cartas, nas quais aparecem o uso de TU_Exclusivo, a presença de TU foi mais produtiva em missivas com contexto de mistura, isto é, no embate VOCÊ_TU. Desse modo, a partir do levantamento já discutido, os resultados de exclusividade ou não-exclusividade das formas encontram-se refletidos na tabela 4.

⁸ O símbolo representa cartas que não apresentam dados de TU e VOCÊ na posição de sujeito, caso não haja. No caso das missivas recifenses, não houve dados nesse sentido, entretanto as cartas sertanejas houve cartas nas quais não havia a presença das formas pronominais na posição de sujeito, seja preenchido ou não.

Dando continuidade à análise, na tabela 4, o resultado quantitativo do fator uso exclusivo ou mistura pronominal na posição sintática de sujeito, na composição de cada missivas recifenses.

Tabela 4 – Dados de exclusividade ou mistura das formas pronominais na posição de sujeito nas cartas recifenses

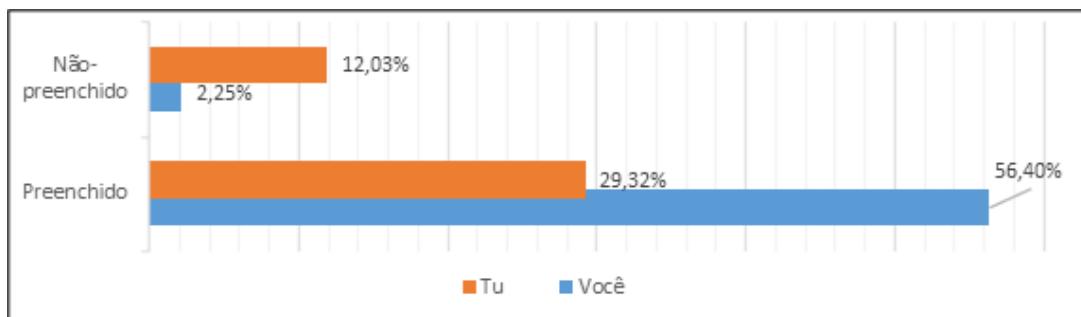
Exclusividade ou não das formas em uma mesma missiva	VOCÊ	TU	TOTAL
Uso exclusivo-	82/89 (92,13%)	7/89 (7,87%)	89/222 (40%)
Uso alternado -	78/133 (58,34%)	55/133 (41,36%)	133/222 (60%)

Fonte: Elaborada pelos autores.

Nessa tabela, percebe-se que o uso exclusivo da forma TU foi de 7 ocorrências (7,87%) de TU exclusivo em uma mesma missiva do século XX. Entretanto, o uso exclusivo de VOCÊ na composição de uma mesma missiva obteve a alta produtividade de 82 ocorrências (92,13%). Por conseguinte, o uso alternado das formas TU e VOCÊ em uma mesma missiva mostrou-se bem mais equilibrado quanto ao uso de uma ou outra forma pronominal na posição de sujeito, pois obtivemos 78 ocorrências de VOCÊ (58,34%) e 55 ocorrências de TU (41,36%). Ainda, em relação aos resultados mostrados na tabela 3, podemos afirmar que há o uso majoritário das formas em alternância, sendo 133 ocorrências totais, representando 60% dos 222 dados gerais computados pelo *GoldvarbX*. Além disso, o uso exclusivo de uma ou outra forma por um remetente em uma mesma missiva corresponde ao somatório de 89 ocorrências e representa 40% dos 222 dados gerais computados pelo *GoldvarbX*.

A partir dos dados acima destacados, percebemos que o uso alternado (ou não-exclusivo) das formas pronominais favorece, sobretudo, uma maior realização de sujeitos plenos (preenchidos), e isso só foi possível observar ao cruzarmos os dados de exclusividade e não-exclusividade com os dados de realização e não-realização das formas tratamentais, como podemos visualizar no gráfico 4 sobre a alternância das formas TU e VOCÊ em uma mesma missiva:

Gráfico 4 – Cruzamento do contexto de não-exclusividade (TU_VOCÊ) versus preenchimento ou não-preenchimento das formas nas missivas recifenses

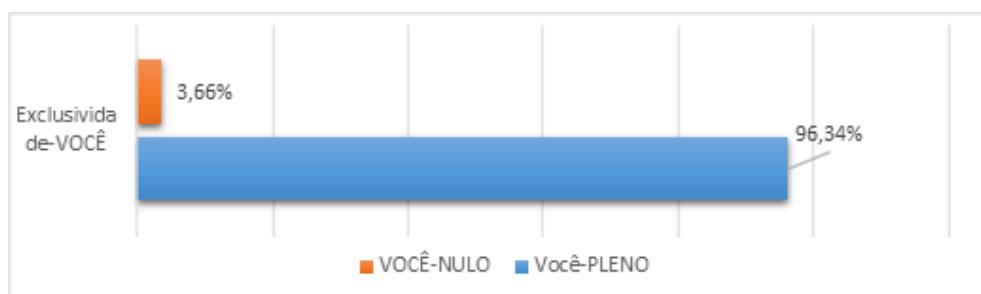


Fonte: Elaborado pelos autores.

Por conseguinte, ao cruzarmos os dados de TU e VOCÊ não-exclusivo com a posição de sujeito preenchido (pleno) e não-preenchido (nulo), percebermos a produtividade de maior número de formas plenas de VOCÊ (75 ocorrências), representando 56,4% dos dados. Em relação à forma tratamental VOCÊ não-preenchida, obtivemos apenas 3 ocorrências, sendo representada no gráfico 4 por 2,25% dos dados. Ao contrário, os dados que representam o TU preenchido e não-preenchido foram, respectivamente, 39 ocorrências (29,32% dos dados) e 16 ocorrências (12,03% dos dados).

Contudo, nas cartas em que os escreventes usaram exclusivamente formas do paradigma de TU, todas as ocorrências encontradas foram na posição de sujeito preenchido, obtendo-se apenas 7 ocorrências nessa posição. De igual modo, houve poucas ocorrências de VOCÊ exclusivo não-preenchido, totalizando em apenas 3 (3,66%) ocorrências. A forma preenchida de VOCÊ, no contexto de exclusividade em uma mesma missiva, foi a mais produtiva, obtendo um grande quantitativo dos dados (96,34%, tendo obtido 79 ocorrências de 82 totais de Você-Exclusivo), como mostra o gráfico 5:

Gráfico 5 – Cruzamento da forma Você em contexto de exclusividade com a posição de sujeito preenchido e não-preenchido nas missivas recifenses



Fonte: Elaborado pelos autores.

Corroborando a discussão dos dados acima apresentados, os estudos de Gomes e Lopes (2016) e Costa (2019) mostram que a produtividade das formas de tratamento TU e VOCÊ na posição de sujeito preenchido em missivas do subgênero amor é altamente produtivo, e isso poderia estar ligado, de algum modo, tanto à questão da perda desinencial no paradigma das formas, isto é, seria um caso de mudança morfossintática – como veremos nos próximos gráficos e tabelas sobre a concordância –, e também à questão sócio-pragmática ou de contexto extralingüístico relacionado ao tipo de relação estabelecida entre os escreventes, que é a intimidade, pois a carta aproxima as distâncias que há entre os casais. Nesse sentido, é o lugar no qual acontece um maior embate das formas TU e VOCÊ e, portanto, é no uso alternado dessas formas em que vemos a forma VOCÊ ganhando e ocupando a posição de sujeito (COSTA, 2019).

No tocante aos aspectos linguísticos-discursivos subjacentes aos moldes de constituição de cada carta apaixonada pelos escreventes do sertão pernambucano, identificamos o uso pelos remetentes de três subsistemas de tratamento na posição de sujeito: VOCÊ_TU_Misto (46%), VOCÊ_Exclusivo (23%) e TU_Exclusivo (14%). Na tabela 5, a seguir, apresentamos o quantitativo de cartas produzidas com cada um desses subsistemas.

Tabela 5 – Dados de exclusividade ou mistura das formas pronominais na posição de sujeito nas cartas sertanejas

Gênero	VOCÊ_TU_Misto	VOCÊ_Exclusivo	TU_Exclusivo	Ø	TOTAL
Feminino (M)	-	-	1 carta	-	1 carta
Masculino (R)	10 cartas	5 cartas	2 cartas	4 cartas	21 cartas
%	46%	23%	14%	17%	100%

Fonte: Elaborada pelos autores

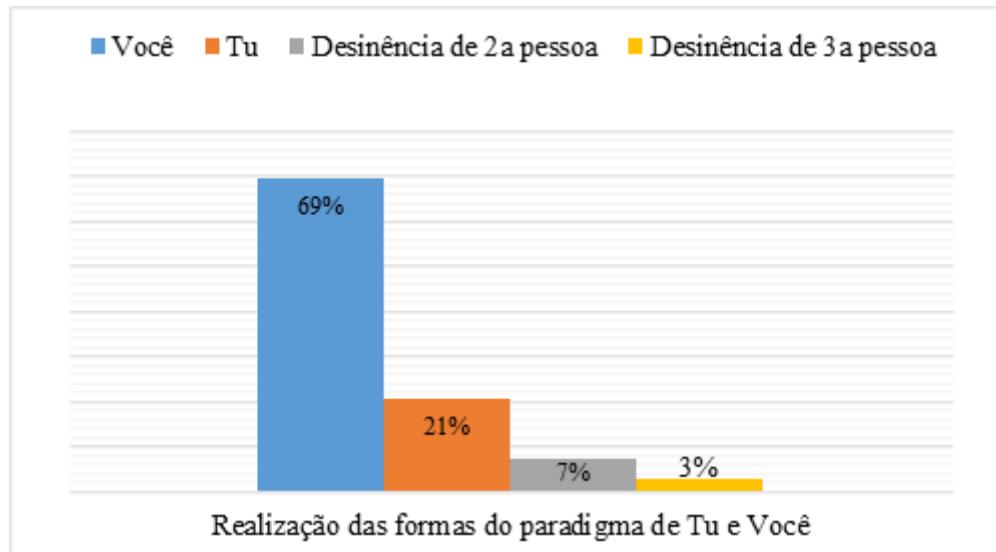
De modo panorâmico, podemos observar que, dentre as 22 cartas amorosas sertanejas coletadas no alto sertão pernambucano, 10 cartas (46% do corpus) são constituídas pelo subsistema VOCÊ_TU, 5 cartas (23%) são produzidas com uso de VOCÊ_Exclusivo, 3 com TU_Exclusivo e 4 não apresentam dados de TU e VOCÊ na posição de sujeito. Além disso, percebemos que a missivista do sexo/gênero feminino compõe sua carta para o remetente masculino com o uso de TU_Exclusivo. Ressaltamos que a redação dessa missiva evolui um contexto pragmático sócio-histórico do estágio do re-

lacionamento entre os jovens apaixonados cuja relação que se estabelecia entre ele era de [>intimidade]: noivos. No que se refere ao remetente masculino, observamos que, preferencialmente, o redator opta por compor as cartas com variação de TU e VOCÊ na posição sintática de sujeito (10/21- 46%), seguido pelo uso exclusivo de VOCÊ (5/21- 23%) e pelo uso de TU_Exclusivo (2/21- 14%).

Aparentemente, podemos observar também, por hipótese, que o emprego de VOCÊ_Exclusivo em uma mesma missiva estaria associado a um contexto pragmático sócio-histórico em que os jovens sertanejos apaixonados encontravam-se no estágio inicial do seu relacionamento: amigos-apaixonados. Já o uso de VOCÊ_TU_Misto, estabelece-se na escrita do remetente quando a relação se desenvolve ao longo do tempo e o casal caracteriza-se como namorados⁹ e noivos; o uso de TU_Exclusivo, nos textos masculinos, também está vinculado ao período estágio do noivado vivenciado pelo casal sertanejo nos anos 50.

Levando essa discussão em consideração, escolhemos também controlar no *GoldvarbX* o padrão de organização morfossintática estabelecido entre os elementos Sujeito_Verbo. Nesse sentido, subdividimos esse grupo de fator em quatro fatores de realização: I. realização concreta da forma VOCÊ; II. realização concreta da forma TU; III. realização desinencial de segunda pessoa e IV. realização desinencial de terceira pessoa, como podemos visualizar a seguir:

Gráfico 6 – Realização concreta das formas tratamentais recifenses



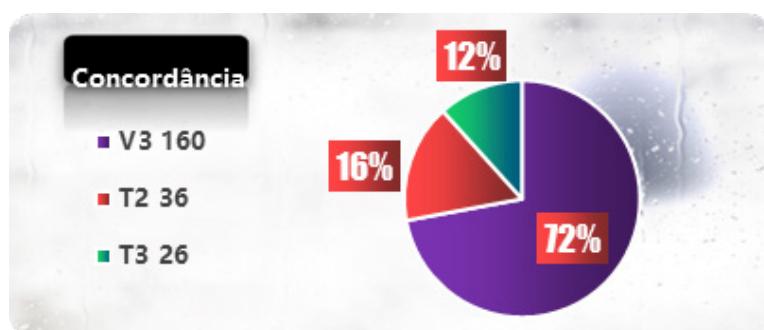
Fonte: Elaborado pelos autores.

No gráfico 6, temos os resultados da Região metropolitana do Recife em que mais se sobressaíram: os da realização concreta da forma VOCÊ, sendo representado por 69% dos dados e, portanto, sendo os dados com maiores índices de ocorrências de sujeito

preenchido. Em seguida, temos que o percentual de 21% que representa a realização da forma TU. Por outro lado, os resultados percentuais sobre as realizações desinenciais de 2^a (7%) e 3^a pessoas (3%) foram inversamente proporcionais aos dados de realização concreta das formas VOCÊ e TU. Isso mais uma vez corrobora os estudos de Duarte (1995), Rumeu (2013) e Costa (2019) sobre a reorganização do quadro pronominal e a redução das flexões, pois observamos que enquanto há uma alta produção da realização concreta das formas tratamentais de sujeito preenchido, cada vez menos os escreventes têm realizado a concordância com as suas respectivas formas desinenciais nas cartas de amor de Recife dos anos 50.

Esse aspecto da concordância das formas de tratamento TU e VOCÊ foram controlados no programa quantitativo e podem ser visualizados no gráfico abaixo:

Gráfico 7 – Padrão de organização morfossintática dos dados de Recife



Fonte: Elaborado pelos autores.

Os dados do gráfico acima representam o grupo de fatores do padrão de organização morfossintática das formas de tratamento TU e VOCÊ da capital recifense. Desse modo, esse grupo de fatores compreende: a) VOCÊ com concordância de 3^a pessoa; b) TU com concordância de 2^a pessoa; e c) TU com concordância de 3^a pessoa. Consideramos como evidência empírica os dados dos seguintes exemplos:

(8) Você com concordância de 3^a pessoa:

“a paz que **Você mandou** eu dei a todos” (**de N para J**).

(9) Tu com concordância de 2^a pessoa:

“**Tu pedes** que eu ore por ti” (**de N para J**).

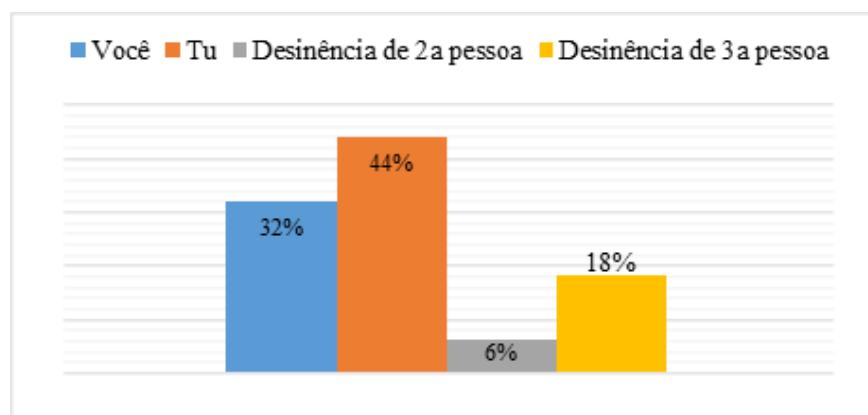
(10) Tu com concordância de 3a pessoa:

“N **Tu** não **avalia** a dor das saudade [...]” (**de J para N**).

Nessa perspectiva, a partir das ocorrências destacadas acima, obtivemos o VOCÊ com concordância de 3^a pessoa foi mais produtivo, tendo obtido 160 ocorrências de VOCÊ e representando 72% dos dados totais. De outro modo, a forma TU com concordância compreende 36 ocorrências e representa 16% dos dados totais. Além disso, encontramos 26 ocorrências da forma *Tu* com concordância de 3^a pessoa, que representa 12% dos dados. Considerando este último dado, como já afirmado por Duarte (1995), uma das marcas linguísticas que mostra o VOCÊ concorrendo e ocupando o lugar de TU é justamente o apagamento da desinência número-pessoal nos verbos, perdendo, assim, a marca de concordância, por exemplo em “Tu vai” (paradigma de 3^a pessoa que corresponde a um vestígio da entrada do *Você* no quadro pronominal) em lugar de “Tu vais/Øvais” ou “Você vai/Øvai” (COSTA, 2019, p. 80). Nesse sentido, conforme Duarte (2000), o enfraquecimento da flexão verbal pode ser verificado ao observarmos que, com a entrada das formas VOCÊ e *a gente* no quadro pronominal do PB, o paradigma verbal, em algumas regiões do Brasil, passou de seis formas distintas no século XIX para quatro ou cinco formas no século XX. Assim, nas amostras analisadas, percebemos que, para além de um ceremonioso VOCÊ, existe a forma VOCÊ sendo usada ao lado de um TU íntimo e, ao mesmo tempo, ocupando o lugar de intimidade das relações, como afirmado em outros estudos (RUMEU, 2013; LOPES, GOMES, 2016; COSTA, 2019).

Igualmente ao tratamento dado às cartas recifenses, também decidimos controlar no *GoldvarbX* o padrão de organização morfossintática estabelecido entre os elementos Sujeito_Verbo em 22 cartas amorosas sertanejas, escritas entre os anos de 1956 a 1958. O gráfico 8, a seguir, ilustra o número de ocorrências detectadas.

Gráfico 8 – Formas concretas de realização do sujeito nas cartas sertanejas



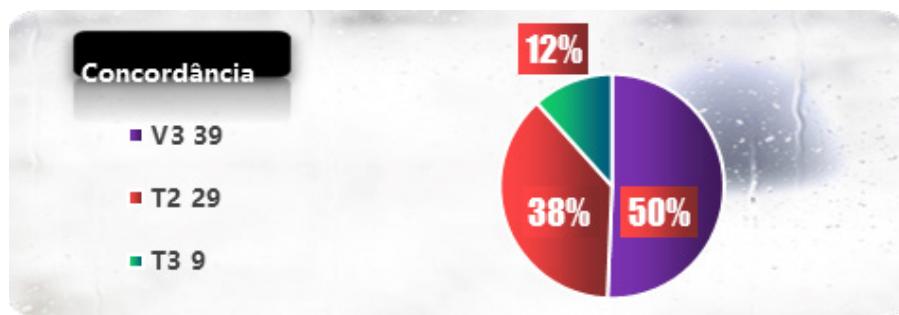
Fonte: Elaborado pelos autores.

Diferentemente dos dados apresentados sobre a região metropolitana do Recife, identificamos que, nas cartas sertanejas, a realização que mais se sobressai é a da forma

concreta preenchida de TU, com 44% dos dados, seguido pelo VOCÊ com 32%. No que se refere aos dados de realização das formas por meio da marcação desinencial de segunda e terceira pessoas do singular, podemos constatar que, em contrapartida ao detectado nas cartas amorosas do litoral, há nas cartas sertanejas uma maior produtividade da marcação em desinência em 3^a Pessoa do singular, e um uso praticamente semelhante no tocante a marcação de desinência em 2^a Pessoa do singular. Assim, acreditamos que essa diferença entre as ocorrências de 3^a pessoa no litoral e no sertão deu-se devido, provavelmente, ao fato de que a perda desinencial afetou primeiramente a capital Recifense, fazendo com que a forma VOCÊ passasse a ocupar o lugar de intimidade, isto é, de segunda pessoa do discurso, mais rapidamente nessa região, no século XX.

No tocante às incidências do fator concordância nas cartas sertanejas, observamos que as formas variantes, no contexto dos anos 50, apresentam-se produtivas da seguinte maneira:

Gráfico 9 – Padrão de organização morfossintática dos dados do Alto sertão do Pajeú



Fonte: Elaborado pelos autores.

Na mesma direção do que apontam as evidências nas cartas recifenses, o gráfico 9 acima mostra que nas cartas sertanejas há uma maior produtividade da forma VOCÊ com concordância de 3^a pessoa do singular (50%), seguido pelo uso de TU com concordância clássica de 2^a pessoa do singular (38%). Neste último caso, uma hipótese seria, talvez, que a perda da marcação verbal tenha atingido primeiro a região da capital e ainda esteja adentrando no interior. De igual modo, evidenciamos também nas cartas sertanejas 12% dos casos de TU em concordância de 3^a pessoa do singular. Consideramos como evidências empíricas dos dados os seguintes exemplos:

(11) Você com concordância de 3^a pessoa:

“Se *você tiver* amisade a mim, *Øtenha* pasciênciā” (**de R para M**).

(12) Tu com concordância de 2^a pessoa:

“*tú* é aquela que faz a minha | felicidade” (**de R para M**).

(13) Tu com concordância de 3a pessoa:

“só *tú foi* capaz de preencher” (**de R para M**).

Considerando essas evidências sobre as cartas sertanejas, também passamos a concordar com Duarte (1995), para quem uma das marcas linguísticas que mostra o VOCÊ concorrendo e ocupando o lugar de intimidade do pronome TU é justamente o apagamento da desinência número-pessoal nos verbos, perdendo-se, assim, aos poucos a marca de concordância clássica em desinência de 2^a pessoa do singular. Sendo assim, os resultados ao longo dos anos mostram indícios de que, provavelmente, a produtividade de construções com a forma Tu com o paradigma não-exclusivo, isto é, em alternância com a terceira pessoa nas cartas recifenses indicam a hipótese de que o processo de entrada de você no espaço de intimidade ocorreu, de forma gradativa, na capital e, com passar do tempo, estendeu-se esse uso ao interior.

Diante do exposto, a presente seção teve como objetivo expor uma discussão quantitativa do uso das formas de tratamento TU e VOCÊ na posição de sujeito de 50 cartas de pernambucanos residentes da região metropolitana da cidade de Recife e em 22 cartas de pernambucanos naturais do Alto Sertão do Pajeú. Dessa maneira, vimos as formas TU e VOCÊ apresentam-se com alta produção de sujeitos preenchidos. Além disso, vimos o embate alternado entre TU e VOCÊ nas cartas de amor provocar cada vez mais a ausência de marcas desinenciais nas duas variedades.

3 Considerações finais

Colocando em paralelo os achados, até então, sobre o comportamento variável das formas de tratamento pronominal para a segunda pessoa do singular (TU e VOCÊ), através de cartas do subgênero amor, redigidas na região metropolitana do Recife e no Alto Sertão pernambucano, por casais não-ilustres, na segunda metade do século XX, podemos considerar algumas evidências quantitativas sobre o mapeamento dos caminhos percorrido pelo subsistema de tratamento pernambucano atuando na posição sintática de sujeito no contexto das relações simétrico-solidárias entre casais.

Para a composição dos *corpora* selecionados para esse estudo, observamos que todos os textos são constituídos pelos elementos tradicionais que compõem a estrutura das cartas do subgênero amor e que há formas recorrentes de dizer que evidenciam o tipo de relação estabelecida entre os escreventes.

No cômputo geral das formas de tratamento variantes, em cartas da capital dos anos 50, observamos que há uma maior frequência de uso pelos missivistas da forma inovadora VOCÊ (72%) na contramão do canônico TU, que se registra apenas com 28% das ocorrências.

Em contrapartida, no sertão pernambucano, nesse mesmo período sócio-histórico, notamos uma distribuição praticamente proporcional entre as formas variantes, com dados de VOCÊ equivalentes a 50,5% e dados de TU com frequência de 49,5%. É importante ressaltar que, devido a problemática referente ao quantitativo de *corpus* representativo do fator sexo/gênero dos escreventes, não podemos fazer uma generalização absoluta sobre a realidade linguística referente a esse período naquela região. No entanto, observamos também que, nas cartas masculinas da capital, aparentemente, há uma alta produtividade de TU (40,2%) ao lado do inovador VOCÊ (59,8%). Isso, nos levaria a acreditar, por hipótese, que o fator sexo/gênero dos escreventes mostra-se determinante para os aspectos de variação e mudança linguística no estado de Pernambuco, uma vez que, nas cartas femininas da capital, identificamos uma alta preferência de uso da forma inovadora VOCÊ (85,7%) em contraposição ao íntimo TU (14,3%).

No tocante à realização concreta das formas de tratamento, constatamos que em ambas as localidades, o VOCÊ é preferencialmente utilizado na posição sintática como forma concreta de sujeito preenchido. Outro aspecto interessante observado no material referente ao sertão pernambucano é que tanto TU quanto VOCÊ, nos anos 50, apresentam-se sintaticamente como forma preenchida, chegando a registrarem frequência de ocorrências em 89,5% e 64,1%, respectivamente. Na capital do estado, também nos anos 50, VOCÊ apresentou-se sintaticamente com frequência de 77% como forma de sujeito preenchido e o TU com 72,7% enquanto sujeito não-preenchido.

No que se refere ao aspecto composicional das cartas, constatamos que o subsistema VOCÊ_TU e VOCÊ_Exclusivo eram preferencialmente utilizados pelos redatores da capital e do sertão.

No que tange às análises sobre o padrão de organização morfossintática (fator concordância) para o emprego das formas de tratamento, observamos o uso de três variantes para o emprego de TU e VOCÊ em posição sintática de sujeito. Na capital e no alto

sertão de Pernambuco, nos anos 50, obtivemos dados de VOCÊ com concordância em 3^a pessoa do singular e TU com concordância de 2^a e 3^a pessoa do singular. Entretanto, nas missivas do século XX da capital, apresentou-se uma maior frequência em relação à perda desinencial de 3^a pessoa, isso difere das cartas sertanejas, já que nelas há uma maior produtividade na concordância de 3^a pessoa do singular, levantando-se assim uma possível hipótese de que possivelmente a perda desinencial afetou primeiramente a capital Recifense e, assim, a forma VOCÊ, provavelmente, passou a ocupar o lugar de intimidade primeiramente nessa região, ao lado de TU, isto é, no lugar de segunda pessoa do discurso. Por conseguinte, os dados aqui apresentados detêm caráter preliminar e pretendem ser mais bem explorados em estudos posteriores.

Referências

- ATAÍDE, C.; LIMA, T. A variação diatópica dos pronomes pessoais Tu e Você em cartas de amor do sertão pernambucano do século XX. *Labor Histórico*, 4(2), 92-103, 2018. doi: <https://doi.org/10.24206/lh.v4i2.17500>
- ATAÍDE, C.; LIMA, T. A constituição de corpora sócio-históricos do português brasileiro: edições de cartas pessoais e o modelo de Tradição Discursiva. *Revista Diálogos (RevDia)*, v. 8, p. 1-21, 2020. Disponível em <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/10796>
- ATAÍDE, C. A. Aspectos sócio-históricos dos manuscritos e impressos pernambucanos. *Palimpsesto: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, v. 17, n. 28, p. 72-103, abr., 2019. ISSN 1809-3507. doi:<https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2018.42148>.
- CASTILHO DA COSTA. A. Ação–Formulação–Tradição: A correspondência de Câmara Cascudo a Mário de Andrade de 1924 a 1944, entre proximidade e distância comunicativa. In: MARTINS, M.A.; TAVARES, M. A (Orgs.). *História do português Brasileiro no Rio Grande do Norte: análise linguística e textual da correspondência de Luís da Câmara Cascudo a Mário de Andrade –1924 a 1944*. Natal: EDUFRN, 2012.
- COSTA, E. C. C da. *Variação diacronia e tradição: uma análise do TU~VOCÊ na posição de sujeito em cartas de Pernambuco*. Monografia apresentada no curso de licenciatura em Letras Português-Espanhol. Recife: UFRPE, 2016.
- COSTA, E. C. C da ; SILVA, C.R.T.; GOMES, V.S. *Variação e Tradição: uma análise de Tu e Você na posição de sujeito em cartas de pernambucanos (1860-1989)*. Rio de Janeiro: *Labor Histórico*, v.3, n.2, 2018.
- COSTA, E. C. C da . *Cartas pessoais de pernambucanos dos séculos XIX E XX: o comportamento das formas tratamento Tu e Você na posição de sujeito sob o enfoque da historicidade da língua e do texto*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa

de Pós-graduação em Letras (PPGL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2019.

DUARTE, M.E.L. *A perda do princípio “Evite pronome” no português brasileiro*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

GUEDES, M.; BERLINK, R. de A. (ed.). *E os preços eram commodos: Anúncios de jornais brasileiros século XIX*. São Paulo: Humanitas, 2000.

GOMES, V.S. *Tradições discursivas, variação e mudança no sistema pronominal de tratamento do português brasileiro em cartas pessoais pernambucanas (séculos XIX e XX)*. Relatório de atividades acadêmicas do Estágio Pós-Doutoral em Letras Vernáculas, apresentado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Nov., 2014.

GOMES, V. S. ; LOPES, C. R. dos S. Formas tratamentais em cartas escritas em Pernambuco (1869-1969): tradição discursiva e sociopragmática. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 24, p. 137, 2016.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. In: CIAPUSCIO, G.; KONSTANZE, J.; KAISER, D.; LOPES, C. R. dos S. (eds.). *Sincronía y Diacronía de Tradiciones discursivas en Latinoamérica*. Frankfurt a.m.: Vervuert, 2006.

KOCH, P; OESTERREICHER, W. Linguagem da imediatez. Language of Immediacy – Language of Distance: Orality and Literacy from the Perspective of Language Theory and Linguistic History. In: LANG, Claudia; WEBER, Beatrix; WOLF, Göran (Eds.): *Communicative Spaces. Variation, Contact, and Change*. Papers in Honour of Ursula Schaefer. Francoforte do Meno, etc.: Peter Lang, 2013 [2012], p. 441-473.

LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. BAGNO, M.; SCHERRE, M. M. P.; CARDOSO, C. R. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

MARCOTULIO, L. L. *Língua e História: o 2º Marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial*. v. 1. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.

MATTOS E SILVA, R.V. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

RUMEU, M. C. B. *Língua e sociedade: a história do pronome “Você” no português brasileiro*. Rio de Janeiro: Ítaca, 2013.



Data de submissão: 30/06/2020

Data de aceite: 01/06/2021

**UM ESTUDO PANCRÔNICO SOBRE O VERBO “LACRAR” A PARTIR
DOS PROCESSOS DE SEMANTICIZAÇÃO, LEXICALIZAÇÃO,
GRAMATICALIZAÇÃO E DISCURSIVIZAÇÃO**

**A PANCHRONIC STUDY ON THE VERB “LACRAR” FROM THE
PROCESSES OF SEMANTICIZATION, LEXICALIZATION,
GRAMMATICALIZATION AND DISCURSIVIZATION**

Vanessa Leme Fadel Steinhauser | [Lattes](#) | vanessalemefs@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este trabalho busca traçar um mapa processual do verbo “lacrar” em português, já que diversos aspectos sócio-históricos fizeram com que fossem acrescidas novas semânticas a esse verbo. Ao se considerar a língua como um sistema complexo, dinâmico e processual por natureza, adota-se uma abordagem multissistêmica (cf. CASTILHO, 2016) para se fazer um estudo pancrônico, em que se vê o dispositivo sociocognitivo (DSC) afetando todos os sistemas linguísticos (discursivo, semântico, lexical, gramatical). *A priori*, “lacrar”, em seu sentido denotativo, significava apenas o ato de fechar/selar produtos, objetos e lugares, como em: (i) *Operação lacra cinco agências*. Com o advento das novas tecnologias, “lacrar” passou por um processo de semanticização, fazendo com que, hoje, se possa interpretar esse verbo como sinônimo de “arrasar”/“ir bem em algo”, como pode ser visto em: (ii) *Khloé lacrou com look dourado*. Por ser um verbo, “lacrar” permaneceu com suas flexões originais. Contudo, o número de ocorrências com a 1^a pessoa (singular ou plural) aparenta ser menor do que com a 3^a (ele/ela), o que indica um processo de gramaticalização, já que uma das formas se sobressai. Ademais, discute-se o processo de lexicalização no verbo “lacrar”, dado que novas palavras foram surgindo por derivação, como é o caso do substantivo “lacração” e do adjetivo “lacrador(a)”. Por fim, questiona-se ainda o processo de discursivização atuante nessa expressão, já que ela parece ser mais utilizada para encerramento dos turnos e dos discursos, podendo operar, portanto, como um marcador discursivo de encerramento.

Palavras-chave: Verbo “lacrar”; Estudo pancrônico; Aspectos sócio-históricos.

Abstract: This work seeks to draw a procedural map of the verb “lacrar” in Portuguese, because several socio-historical aspects caused new semantics to be added to this verb.

When considering language as a complex, dynamic and procedural system by nature, a multisystem approach is adopted (cf. Castilho, 2016) to make a panchronic study, in which the socio-cognitive device (CSD) is seen affecting all systems linguistic (discursive, semantic, lexical, grammatical). *A priori*, “*lacrar*”, in its denotative sense, meant only the act of closing / sealing products, objects and places, as in: (i) *Operação lacra cinco agências*. With the advent of new technologies, “*lacrar*” went through a process of semanticization, making it possible today to interpret this verb as a synonym for “rocking” / “doing well in something”, as can be seen in: (ii) *Khloé lacrou com look dourado*. Because it is a verb, “*lacrar*” remained with its original inflections. However, the number of occurrences with the 1st person (singular or plural) appears to be less than with the 3rd person (he / she), which indicates that we have a grammaticalization process here, since one of the forms stands out. In addition, the lexicalization process is discussed in the verb “*lacrar*”, given that new words have emerged by derivation, as is the case with the noun “*lacração*” and the adjective “*lacrador (a)*”. Finally, the discursivization process active in this expression is also questioned, since it seems to be more used to end shifts and speeches, and can therefore operate as a discursive closure marker.

Keywords: Verb “*lacrar*”; Panchronic study; Socio-historical aspects.

Introdução

Segundo os historiadores, pensar o presente é pensar o passado no presente. Por essa razão, torna-se viável substituir a antinomia saussuriana sincronia/diácronia pelo conceito de pancronia, em que se nota a convivência de estruturas do passado com estruturas do presente.

Considerando os usos socialmente configurados, a abordagem multissistêmica entende a língua como pancrônica e adota uma explicação linguística que privilegie o funcionamento da língua em todo processo de inovação, difusão, mutação e integração linguística.

Partindo dessa ideia, o presente estudo almeja discorrer sobre os processos multisistêmicos e as motivações sócio-históricas que fizeram com que “*lacrar*” ganhasse mais um sentido, que se destoa, até certo ponto, de sua carga semântica original (fechar), porém convive com ela. Esses usos podem ser exemplificados a partir das seguintes sentenças:

- (1) “Se o alvará dos bombeiros venceu, cabe à prefeitura lacrar a boate”
- (2) “Cês já viram quem vai reinar, protagonizar, pisar, lacrar e humilhar, né? Isso mesmo, BÁRBARA!!!”

Em (i), tem-se o verbo “lacrar” carregando o seu sentido original, que corresponde, portanto, ao ato de fechar com lacre algo ou alguma coisa. Já em (ii), vê-se um novo sentido sendo atribuído ao mesmo verbo, o qual pode ser substituído facilmente por outro verbo de mesma carga semântica, como “arrasar”, por exemplo. Além dessas constatações, novas palavras foram surgindo no vocabulário popular a partir desse verbo, como é o caso do adjetivo “lacrador(a)” e do substantivo “lacração”, o que nos revela a existência de múltiplos processos intra e extralingüísticos na criação, na atuação e na propagação desses termos.

Tomando essas observações como ponto de partida, espera-se, com este estudo, investigar como se deu a origem desse verbo e sua manifestação nos diferentes setores/ discursos da sociedade. Para tanto, traça-se um mapa processual, a partir da abordagem multissistêmica de Castilho (2016), que indica quais motivações desencadearam o aparecimento dessas estruturas. Ademais, faz-se uma análise quanti-qualitativa em um *corpus* consagrado nacionalmente (Corpus do Português Now), de modo que, assim, se possa comprovar o comportamento e a solidificação dessas estruturas na história social do português brasileiro.

Até o presente momento, sabe-se que “lacrar” (arrasar) originou-se no grupo LGBTQIA⁺ e, hoje, embora seja usado por outros setores da sociedade, serve principalmente para se referir a uma mulher ou a algo feito por uma mulher. Há, portanto, um caráter social bastante intrínseco ao uso desse verbo e de suas variantes, já que são termos usados preferencialmente por minorias¹, seja no campo da moda, da cultura pop, da política, do jornalismo e das mídias digitais. Agora, resta saber se, mesmo com os estigmas sociais, “lacrar” veio para ficar ou, assim como outros termos, está com seus dias de glória contados.

1 Pressupostos teóricos

1.1 Abordagem multissistêmica

Por ser um conjunto articulado de processos dinâmicos, a língua varia no tempo, no espaço e no contexto social e textual de uso. Ela é o somatório dos usos concretos

¹ É importante esclarecer que uma minoria não está sempre em menor número na sociedade, mas em desvantagem social perante um grupo maioritário.

historicamente situados. Em suma, a língua é um instrumento de comunicação que serve diretamente a uma atividade social, seja para sanar tarefas instrumentais, regulatórias, interacionais, pessoais, heurísticas, imaginativas ou representativas (HALLIDAY, 1973).

Nesse sentido, a linguagem é um sistema complexo, processual por natureza, mutável e, até certo ponto, imprevisível, “deslocando-se como pêndulos para lá e para cá” (CASTILHO, 2016, p. 61). A língua passa a ser compreendida como a junção não hierárquica/sequencial de produtos e processos, que interagem simultânea, dinâmica e multilinearmente. Os agentes desse sistema reconsideram constantemente sua atuação, de acordo com as motivações internas e externas que estão em competição (cf. DUBOIS, 1985) e que, por extensão, pressupõem o uso.

Para desenvolver este estudo, adotou-se a abordagem multissistêmica funcionalista-cognitivista (CASTILHO, 2008, 2016), em que se vê o dispositivo sociocognitivo (DSC) afetando todos os sistemas linguísticos (discurso, semântica, léxico, gramática). Esses sistemas não se dão por processos hierárquicos, mas coexistem na língua. De acordo com Castilho (2016, p. 69), existem alguns postulados que caracterizam essa abordagem:

- (1) a língua se fundamenta num aparato cognitivo;
- (2) a língua é uma competência comunicativa;
- (3) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos;
- (4) as estruturas linguísticas são multissistêmicas, ultrapassando os limites da gramática;
- (5) a explicação linguística deve ser buscada numa percepção pancrônica da língua.

O aparato cognitivo-funcional evidencia, portanto, esse caráter comunicativo e interativo da língua, em que se prevê a dinamicidade do sistema linguístico e sua readequação diante das pressões do uso. O uso faz com que, ao longo do tempo, as estruturas possam se reelaborar, por meio dos processos multissistêmicos, já que:

As línguas são o resultado de complexa evolução histórica e se caracterizam, no tempo e no espaço, por um feixe de tendências que se vão diversamente realizando aqui e além. O acúmulo e a integral realização delas depende quer de carências do próprio sistema linguístico, quer de condições sociológicas, pois, como é sabido, a estrutura da sociedade é que determina a rapidez ou a lentidão das mudanças. (SILVA NETO, 1977, p. 52).

Castilho (2016) defende duas formas de se entender a língua: (i) como um conjunto de processos, (ii) como um conjunto de produtos. Enquanto um processo, pode-se dizer que a língua “é um conjunto de atividades mentais, pré-verbais, organizáveis num

multissistema operacional” (CASTILHO, 2016, p. 77). Destarte, sob o viés processual, articula-se a língua em quatro domínios: lexicalização, semanticização, discursivização e gramaticalização. Tais domínios operam simultânea, dinâmica e multilinearmente.

Já sob a ótica da língua enquanto produto, avaliam-se os sistemas: léxico, discurso, semântica e gramática. A língua é apresentada assim como “um conjunto de categorias igualmente organizadas num multissistema” (CASTILHO, 2016, p. 77). Assim como os processos, esses sistemas não se apresentam hierarquicamente, isto é, não há sistemas centrais e periféricos – “qualquer expressão linguística exibe ao mesmo tempo características lexicais, discursivas, semânticas e gramaticais” (CASTILHO, 2016, p. 77).

Constata-se, assim, que os princípios sociocognitivos administram os sistemas linguísticos, certificando sua integração de acordo com os propósitos comunicativos do uso. O discurso (DSC) faz com que o falante ative, reactive e desative propriedades lexicais, semânticas, discursivas e gramaticais no momento da criação dos enunciados. Os fatores sócio-históricos tornam-se, desse modo, peças fundamentais para a mutabilidade constante da língua, tanto em seus sistemas quanto em seus processos. Palavras surgem, ganham vida, ou apenas são “readequadas” ao uso ao longo do tempo e do contexto sociocultural.

A partir desses pressupostos teóricos, investigam-se agora os processos que tornam a língua articulada e dinâmica, visto que o enfoque central deste estudo recai sobre os processos que levaram a uma nova constituição do verbo “lacrar” a partir dos fatos sócio-históricos.

1.2 Lexicalização

De acordo com as premissas de Castilho (2016, p. 110), o léxico “é um inventário de categorias e subcategorias cognitivas e de traços semânticos inerentes”. A partir desse inventário, criamos as palavras, por meio do processo de lexicalização, que é:

a criação das palavras em que expressamos essas categorias e seus traços semânticos, transformando impulsos mentais em ondas sonoras, num mecanismo ainda bastante obscuro. [...] A lexicalização é o processo por meio do qual conectamos o léxico, entendido como um inventário pré-verbal, ao vocabulário, entendido como um inventário pós-verbal, um conjunto de produtos concretos, ou seja, as palavras. (CASTILHO, 2016, p. 110)

Durante a lexicalização, categorias cognitivas podem ser ativadas (por etimologia, neologismo, empréstimo), reativadas (por derivação lexical: junção de prefixos e sufixos a um radical; e composição lexical: junção de radicais) ou ainda desativadas (o que cor-

responde ao desuso de certos termos). Isso mostra que as palavras e suas propriedades estão direta e dinamicamente ligadas às situações concretas de uso da língua.

Para se verificar o processo de lexicalização, torna-se viável também buscar definições lexicográficas sobre o sentido das palavras comumente estabelecido na sociedade, adentrando no campo sociocognitivo que trate da origem da palavra e de sua consolidação no espaço social. Essas definições exploram a denotação (extensão significacional da palavra) e a conotação (intensão e compreensão), o que faz ver que “a lexicalização é um processo negociado ao longo das interações linguísticas” (CASTILHO, 2016, p. 110).

1.3 Semanticização

De acordo com Castilho (2016, p. 122), “a semântica é o sistema através do qual criamos os significados”. Nesse viés, a semanticização é o processo de criação dos sentidos, gerenciado pelo dispositivo sociocognitivo (DSC). Para estudar esse processo, adota-se uma análise acerca do sentido lexical, do significado gramatical e da significação pragmática. Por meio da ação do DSC no sistema da semântica, podem-se ativar, reativar ou desativar sentidos.

A ativação semântica (semanticização) faz com que novos sentidos sejam criados a partir das categoriais semânticas de: dêixes e foricidade, referenciação, predicação, verificação, conectividade, inferência e pressuposição, metáfora e metonímia. Em se tratando especificamente deste trabalho, volta-se o olhar para as duas últimas categoriais mencionadas.

No que tange à metáfora, Lakoff e Johnson (2002) reiteram seu caráter conceitual e sua propagação enquanto mecanismo cognitivo básico. Para os autores, pode-se entender uma metáfora por meio do domínio de experiência de outro termo. Seguindo essa visão, a metáfora é “a projeção de um conjunto de correspondências entre um domínio-fonte e um domínio-alvo” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, apud CASTILHO, 2016, p. 132).

Lakoff e Johnson (2002) classificaram as metáforas com base nos domínios aos quais elas se configuraram. Nesse viés, têm-se: as metáforas imagéticas (voltadas às imagens visuais do domínio-fonte); as metáforas ontológicas (entidades criadas por meio da própria metáfora); as metáforas estruturais (em que se compara o domínio-fonte a uma entidade física); e as metáforas orientadas (relacionadas à localização espacial do domínio-fonte).

Já no que concerne à metonímia, vê-se a alteração de sentido de uma palavra por meio da migração de traços contidos na expressão linguística. Ela consiste, assim, no uso de uma palavra fora de seu contexto semântico “normal”, em virtude de possuir alguma relação com o conteúdo ou o referente. Essa relação pode ser objetiva, material, concei-

tual ou de contiguidade.

1.4 Discursivização

Mediante as premissas de Castilho (2016), tem-se que o DSC atinge ainda o sistema do discurso por meio do processo de discursivização, que se refere à criação de textos. Porém, antes de tratar desse processo, é importante destacar a noção do autor acerca de discurso:

O discurso é aqui entendido como o conjunto de negociações em que se envolvem o locutor e o interlocutor, através das quais (i) se instanciam as pessoas de uma interação e se constroem suas imagens; (ii) se organiza a conversação através da elaboração do tópico discursivo, dos procedimentos de ação sobre o outro ou de exteriorização dos sentimentos; (iii) se reorganiza essa interação através do subsistema de correção sociopragmática; ou (iv) se abandona o ritmo em curso através de digressões e parênteses, que passam a gerar outros centros de interesse. (CASTILHO, 2016, p. 133)

Assim como nos outros processos, tem-se a ativação, a reativação e a desativação. No sistema do discurso, a discursivização gera unidades discursivas e parágrafos por meio da hierarquização dos tópicos e de sua conexão. A rediscursivização promove a coesão textual pela repetição dos enunciados, na correção e no parafraseamento. Já a desdiscursivização refere-se ao abandono da hierarquia tópica, abrindo portas aos parênteses e às digressões.

Ainda sobre o processo de discursivização, vale ressaltar a constituição dos marcadores discursivos no processo de interação verbo-social. Partindo das premissas de Martelotta et al. (1996), pode-se classificar os marcadores discursivos como aqueles que atuam fora do nível textual; os operadores discursivos, por sua vez, agiriam no nível textual. Valle (2000) explora essa divisão para afirmar que aqueles que atuam no nível textual passariam por processo de gramaticalização, enquanto os que exercem função extratextual seriam encaixados no processo de discursivização, por serem embriagados por fatores pragmáticos e por focos interativos.

1.5 Gramaticalização

A gramaticalização se relaciona à ação do DSC no sistema da gramática e refere-se:

ao sistema linguístico constituído por estruturas cristalizadas ou em processo de cristalização, dispostas em três subsistemas: (i) a fonologia,

que trata do quadro de vogais e consoantes, sua distribuição na estrutura silábica, além da prosódia; (ii) a morfologia, que trata da estrutura da palavra; (iii) a sintaxe, que trata das estruturas sintagmática e funcional da sentença (CASTILHO, 2016, p. 138).

Tomando como aparato as contribuições funcionalistas acerca da concepção de gramática como uma entidade *a posteriori*, isto é, formada por um conjunto de regras provenientes do discurso e observáveis no uso, entende-se que o processo de gramaticalização pode se dar por ativação, reativação ou desativação.

Mediante as palavras de Castilho (2016, p. 163), vê-se que, ao se ativarem as propriedades gramaticais, tem-se o processo de gramaticalização (puro), o qual forma os sintagmas, as sentenças, a ordem dos constituintes, a concordância e o arranjo da estrutura argumental. Por outro lado, ao se reativarem essas propriedades, produz-se a regramaticalização/reanálise, a qual pode alterar uma classe gramatical e atribuir novas funções sintáticas, por meio de mudanças nas fronteiras sintáticas de sintagmas e sentenças. Por fim, ao se desativarem as propriedades gramaticais, tem-se a desgramaticalização, a qual refere-se à perda da função categoria vazia.

Corpus e metodologia

A língua não se limita a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico; ela é dinâmica, heterogênea, ideológica e corrente. É, portanto, um mecanismo social de comunicação que envolve a interação entre o eu e o outro, sendo um espaço discursivo propenso à prática social, às novas descobertas, à construção dos sujeitos socialmente, à formação de ideias e significados. Portanto, “o sentido da linguagem está no contexto de interação verbal, e não no sistema linguístico” (PARANÁ, 2008) apenas.

Pensando nisso, neste estudo, optou-se por uma metodologia tipológica de investigação teórico-especulativa, de natureza quanti-qualitativa que assume uma perspectiva interpretativista de condução, já que se busca entender, analisar e interpretar fenômenos inseridos em um contexto (BORTONI-RICARDO, 2008). Adotando um paradigma pós-positivista de investigação, fez-se uso do realismo crítico para a realização de um estudo pancrônico que abarcasse a Abordagem Multissistêmica da Língua (CASTILHO, 2016).

Em novembro de 2019, os dados foram coletados do *Corpus* do Português NOW (Notícias na Web), que contém aproximadamente 1,4 milhões de palavras de jornais e revistas *online* de grande circulação nacional, de 2012 até a atualidade. Esse *corpus* foi escolhido por apresentar textos que transmitem informações a um público diversificado,

o que confere, consequentemente, uma ampliação do olhar linguístico diante do objeto de análise, já que as escolhas linguísticas empregadas nos textos jornalísticos podem estar atreladas à finalidade e ao contexto sociocultural de produção e recepção desses textos.

Ao se pensar na constituição do verbo “lacrar” com sua nova carga semântica, não se pode refletir apenas sobre os fatores linguísticos, mas também sobre os aspectos socio-culturais envolvidos na formação e propagação desse verbo e de suas variantes. Por essa razão, realizou-se uma análise quanti-qualitativa sócio-histórica que traçou brevemente a história social desse verbo no português brasileiro (PB), com base nos dados computados.

A priori, calculou-se o número de ocorrências do verbo “lacrar” no infinitivo, no gerúndio e no particípio, em seus dois sentidos (fechar e arrasar). Depois, investigou-se o sentido empregado pelo verbo conjugado no presente e no pretérito perfeito do modo indicativo, devido à grande ocorrência dessas formas nas redes sociais. Destarte, verificou-se o comportamento dos adjetivos e dos substantivos derivados dos processos multissistêmicos já descritos, como é o caso de “lacrador”, “lacradora” e “lacração”, de modo a se perceber o número de ocorrências abrangendo o sentido original (fechar) e o sentido “novo” (arrasar).

Análise quanti-qualitativa sócio-histórica

Antes de iniciar uma análise dos dados computados neste estudo, torna-se válido indagar o real sentido de “lacrar”. Para tanto, leia-se esse trecho adaptado de Araújo (2017, s. p.):

Como o lacre, a treta virou símbolo linguístico dos novos tempos conflagrados, nos quais o outro deixa de ser alguém e passa a ser mais um rosto perdido no pântano da internet. Shakespeare tretava e lacrava. Drummond nem se fala. Clarice tretava uma treta de raiz e não essas Nutella. E lacrava, ô se lacrava! Se o mundo, letrado ou iletrado, já tretava e lacrava antes de saber o que eram essas coisas, o que lacrar quer dizer hoje? Somos uma nação virtual que lacra e treta. Tretar e lacrar são faces da mesma moeda. Tretar está para o conteúdo como lacrar para a performance. Normalmente são vistos juntos, mas é possível tretar sem performar e performar sem tretar. Caso raro, mas existe. (Adaptado de ARAÚJO, 2017, s. p.).

Partindo dessa visão de “lacre”, torna-se pertinente descobrir a história por trás desse verbo. “Lacrar”, no sentido de “arrasar”, teve sua origem na comunidade LGBTQIA⁺, assim como “sambar” e “tombar”. Segundo Mendonça, pesquisador da UFMG, essa expressão

“era usada em lugares como casas de festas, para expressar algo absolutamente diferente e arrebatador. Podia referir-se a uma *performance* muito bem executada no palco ou a produções de moda e maquiagem impactantes” (MENDONÇA, 2019, apud VANINI, 2019, s.p.).

Porém, a gíria caiu de fato no vocabulário de muitos brasileiros por meio de um vídeo publicado pela youtuber Romagaga, em 2013. Sobre isso, Vanini (2019) explica que:

Os relógios ainda marcavam as primeiras horas do dia 13 de dezembro de 2013 quando uma bomba musical explodiu na internet. Beyoncé pegou o mundo inteiro de surpresa ao lançar, sem anúncio prévio, um álbum de inéditas que levava o seu nome. Como tudo que cai na rede é meme, as reações mais inusitadas pipocaram imediatamente. Entre elas estava o vídeo “Novo álbum da Beyoncé lacrou o c... de todas as inimigas!”, em que Romagaga aparecia exaltando, aos berros, o feito da diva pop. “Beyoncé samba, tá querida? Beyoncé reina! Beyoncé... lacra”, dizia ela, adicionando, a partir daquele momento, a expressão “lacrar” e suas derivações ao vocabulário de muitos brasileiros. (VANINI, 2019, s.p)

Em seus vídeos no YouTube, Romagaga não somente utilizava o verbo “lacrar” no infinitivo, como também a terceira pessoa do singular do presente (lacra) e do pretérito perfeito (lacrou), como em: (i) “O novo álbum, querida, lacrou, rompeu carreiras, meu amor!”; (ii) “Anitta com Roberto Carlos lacrou o ano de 2013. 2013 já pode acabar, tá, querida?! Porque Anitta já sambou, arrebentou, humilhou, lacrou [...]”; (iv) “Beyoncé lacra, samba”.

Em 2014, Romagaga continuou publicando seus vídeos e obtendo fama por meio dos bordões, o que fez com que ela saísse em turnê com seu Lacra Tour. No mês de outubro desse mesmo ano, a youtuber lança o seu videoclipe “Eu vou lacrar o teu piri*”. Com esse vídeo, Romagaga alcançou famosas, como Anitta, que compartilhou o clipe em suas redes sociais.

Nesse vídeo, a youtuber “lacra” usando o verbo e novas palavras derivadas dele. Isso pode ser vislumbrado com os seguintes trechos da canção: (i) Eu vou lacrar com a tua cara; (ii) Eu laco tudo sim; (iii) Sou lacração pras inimigas; (iv) Sou lacradora, sim. A partir desse e dos demais vídeos publicados em seu canal, o verbo “lacrar” atingiu um número gigantesco de pessoas, seja diretamente pela Romagaga, ou indiretamente, graças às redes e às mídias sociais.

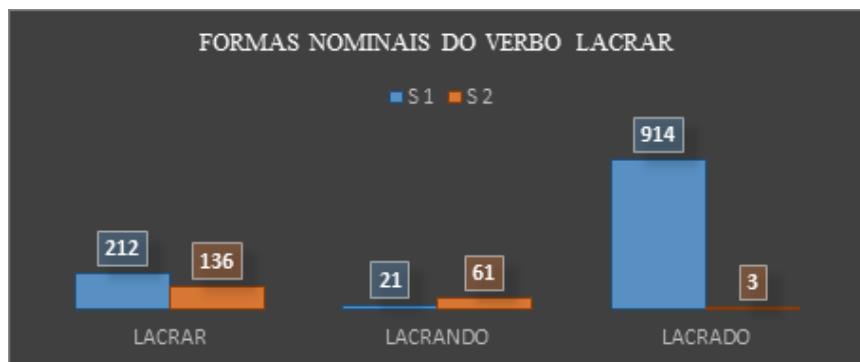
Em um primeiro momento, entende-se que o termo foi sendo popularizado na comunidade LGBTQIA⁺, já que esse era o público-alvo da youtuber em suas redes sociais. Contudo, com a tecnologia e a propagação da informação pelas mídias digitais, o verbo

ganhou destaque na internet, fazendo com que pessoas de outros grupos também aderissem ao termo, empregando-o ora como *meme* ora como elogio para se referir à *performance* de cantores, à roupa de apresentadores, ao discurso de atores, ou ainda ao posicionamento de marcas famosas.

Além de estarem presentes em músicas de cantores(as) famosos(as) nacional e internacionalmente – a exemplo da música “Lacradora”, de Claudia Leitte – e no linguajar da maioria dos jovens, tais palavras já podem ser vistas no vocabulário de indivíduos de diferentes setores da sociedade, como professores, políticos e jornalistas. Isso é extremamente significativo, pois mostra a propagação desses termos e, de certa forma, quebra paradigmas, já que um verbo que se originou na comunidade LGBTQIA⁺ hoje transita por diferentes grupos sociais.

Como forma de sistematizar os dados computados ao longo deste estudo, optou-se por separá-los por grupos, de modo que se pudesse analisar o número de ocorrências do verbo “lacrar” com sua carga semântica original – fechar (S 1) e com sua carga semântica nova – arrasar (S 2). Para iniciar a análise, tem-se o gráfico a seguir, que traz um panorama das formas nominais encontradas a partir do verbo “lacrar” no infinitivo, no gerúndio e no particípio.

Gráfico 1: Formas nominais do verbo “lacrar”



Fonte: Elaboração pela autora.

Diante desses dados, podem-se constatar algumas situações particulares que levam a crer que, mesmo com o uso ainda bastante recorrente do verbo “lacrar” com seu sentido original de “fechar” estabelecimentos, envelopes e produtos, houve um crescimento considerável do uso desse verbo em contextos que pedem a carga semântica 2, isto é, relacionados ao ato de “arrasar”, “obter sucesso”. Isso se deu graças ao processo de seman-

ticização, já que, com o advento das novas tecnologias e com a “miscigenação” dos grupos sociais, um termo que antes era utilizado apenas por um grupo social (a comunidade LGBTQIA+) passou a ser adotado por diferentes grupos da sociedade. Assim, um verbo que antes continha apenas uma única carga semântica (lacre+ar: lacrar → fechar com lacre algo ou algum lugar) ganhou um novo sentido, fazendo com que, hoje, se possa interpretar esse verbo também como sinônimo de “arrasar”.

Como se viu outrora, o processo de semanticização faz com que novos sentidos sejam criados/acrescidos. No caso do verbo “lacrar”, podem-se verificar duas categorias semânticas atuando nesse processo: a metáfora e a metonímia. Em um primeiro momento, sabe-se que a origem do verbo “lacrar” no sentido de “arrasar” se deu com os bordões da youtuber Romagaga, a qual, por metáfora, afirmava que a cantora Beyoncé havia lacrado o c* das inimigas ao publicar seu novo álbum. Com essa afirmação, a youtuber estabeleceu uma relação direta com o sentido original do verbo “lacrar”, isto é, “fechar”, pois, quando uma pessoa diz “não passa nenhuma agulha no c*”, significa que ele está “fechado” em virtude de a pessoa estar com medo ou com vergonha de algo. Isto posto, ao dizer que Beyoncé havia lacrado o c* das inimigas, Romagaga quis dizer, metaforicamente, que ela havia humilhado/superado/calado a boca das invejosas que, consequentemente, ficaram sem reação. Assim, a youtuber projetou um conjunto de correspondências entre o domínio-fonte (lacrar: fechar) e o domínio-alvo (lacrar: arrasar).

Essa metáfora pode ser comprovada ao se notar que, em certos casos, embora a carga semântica de “arrasar” seja mais forte que a de “fechar”, restam ainda fragmentos imagéticos que permitem uma leitura dupla. Isso pode ser evidenciado com a seguinte sentença: (a) “Anitta com Roberto Carlos lacrou o ano de 2013. 2013 já pode acabar, tá, querida?!” Nesse exemplo, sabe-se que Anitta arrasou em sua *performance* com Roberto Carlos. Contudo, há também algum indício do domínio-fonte, *id est*, do sentido original de “lacrar”, já que se entende que Anitta e Roberto Carlos fecharam o ano com chave de ouro, centrando/isolando as atenções para eles e, consequentemente, restringindo/fechando o espaço dos demais com o seu “lacre”.

É válido salientar que o termo “lacrar” permite uma leitura mais ampliada dos valores semânticos envolvidos, que pode partir das metáforas do domínio do espaço-movimento. Com base nos pressupostos de Lakoff e Johnson (2002), pode-se supor que “lacrar” converge sentidos diversos que podem ser interpretados como uma espécie de movimento em direção à definição de um padrão máximo de representatividade de um agente [+humano] que demarca o expoente máximo de um uso que pode ser considerado ideal e venerável.

Lacrar, originalmente, era uma ação ou um movimento caracterizado por ser físico e concreto. Lacrar era fechar algo, selá-lo, guardá-lo com segurança; era o que se fazia com a carta, com o malote, com a porta de algo que não poderia ser violado. Esse movimento físico foi, por processo metafórico, transportado para o abstrato, de modo que uma entidade [+ humana] passa a lacrar quando atinge o máximo, o seu ápice, podendo ser considerado “venerável”.

Como lacrar coisas, a exemplo da carta, era finalizar a ação, postar e defender um discurso (em rede social ou em outros contextos) torna-se encerrar o assunto. Esse processo parece ser uma metáfora orientada (o assunto passa a ficar guardado “dentro” para sempre), mas existe ainda um teor ontológico (o discurso defendido é tomado como um objeto físico lacrável como uma carta ou um cofre). De qualquer forma, nesse processo, há uma associação de dois domínios distintos, nos termos de Lakoff e Johhson (1980, 2002), que permite uma ampliação do uso de lacrar antes restrito. O processo de semanticização continua, de modo que o que era “venerável” tornou-se uma espécie de ação de “muito barulho por nada”, defender um discurso apenas para obter aplausos.

É bem interessante ver como um novo verbo construiu-se a partir do processo de semanticização, carregando consigo as marcas do seu domínio-fonte. Porém, indo mais além, vê-se que outra categoria semântica atuou (e atua) nesse processo: a metonímia.

A metonímia se justifica, nesse caso, pois nota-se que o acréscimo de um novo sentido ao verbo fez com que este fosse utilizado fora de seu contexto semântico “normal”. Embora haja uma relação com o referente, o verbo é empregado em outras situações, de modo que até suas propriedades linguísticas são afetas. O verbo “lacrar”, no sentido de “fechar”, é bivalente, isto é, exige dois argumentos (alguém que lacra e o que é lacrado), por exemplo: “O policial lacrou o estabelecimento”, ou ainda, “A mulher lacrou o envelope”. Já o verbo “lacrar” com o sentido de “arrasar” apresenta geralmente apenas a exigência de um argumento, sendo, portanto, monovalente, como é o caso de “Manu Gavassi lacrou”. Quando a análise se debruçar para o caso dos verbos conjugados, voltaremos a tratar da valência verbal.

Outro ponto de suma importância refere-se ao verbo no infinitivo, já que o sentido de “arrasar” passou a ser incorporado gradativamente nesse *corpus* a partir de 2014 e ganhou mais destaque ao longo dos anos seguintes. Além disso, vale citar que, geralmente, “lacrar” vem funcionando como complemento de um outro verbo, ou ainda como verbo de uma oração subordinada adverbial reduzida ao infinito, como é o caso da construção “para + v^{inf}”.

- (3) “Ela vai lacrar com seu novo programa.”
- (4) “Exagerada, maximalista, irônica e debochada, Iris Apfel parece estar sempre vestida para lacrar!”
- (5) “Tudo que eles fazem pode virar *meme* ou viralizar. Todos querem lacrar.”
- (6) “Compra produtos piratas e fala que é original pra tirar onda e lacrar no Facebook.”
- (7) “Está na hora de as nossas universidades se atualizarem frente as demandas do século 21. Está na hora de democratizar verdadeiramente o saber. Lacrar e mitar, fazer e acontecer.”

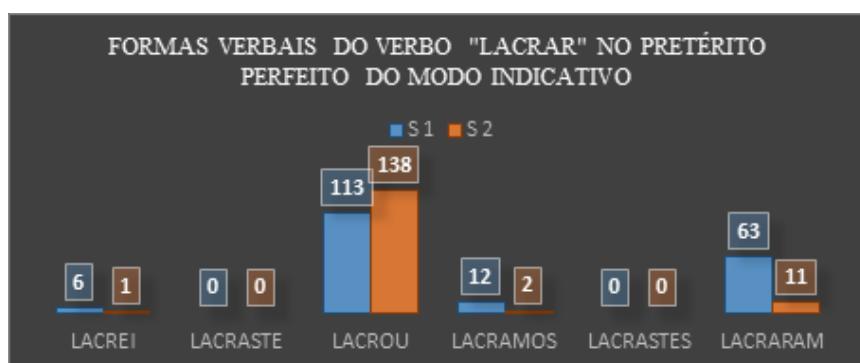
Já sobre o uso do verbo “lacrar” no gerúndio, no que se refere ao número de ocorrências, pode-se dizer que o sentido “arrasar” ganhou do original “fechar”. Isso é algo muito expressivo, pois mostra que, desde 2014, essa forma nominal é cada vez mais utilizada no vocabulário popular. Veja os exemplos a seguir, em que “lacrando” é sinônimo de “arrasando”.

- (8) “Os participantes do Show dos Famosos estão lacrando muito! Uma apresentação mais incrível que a outra”
- (9) “Ain, que lindo, Marvel mais uma vez lacrando e sambando na cara da família tradicional, trazendo muitxs personagxs femininxs negrxs.”
- (10) “Stefany, ela mesmo! Chega lacrando, com isoporão de sacolés para alegrar a galera.”
- (11) “Como esquecer de Kéfera no programa da própria Fátima Bernardes lacrando em inglês?”
- (12) Por outro lado, a partir dos dados expostos no gráfico 1, vemos que, quando o verbo “lacrar” é empregado no particípio, seu sentido normalmente está vinculado ao ato de fechar. Isso pode ser materializado com as seguintes sentenças:
- (13) “O prédio será lacrado e interditado em sua totalidade visando a imediata demolição.”
- (14) “Ocorre que o prédio foi lacrado com tudo dentro, incluindo equipamentos e remédios.”

- (15) Porém, apesar da predominância desse sentido no *corpus*, foi possível averiguar três casos em que “lacrado” apresentava o sentido de “arrasado”, o que mostra ser perfeitamente possível encontrar essas construções no dia a dia.
- (16) “Alguns seguidores mais atentos reagiram com humor à alfinetada de Evaristo Costa na Globo e se divertiram com a mensagem, dizendo que ele havia ‘lacrado’.”
- (17) “Além de Camila Cabello ter lacrado enquanto cantava em *show* de Taylor Swift, o Fifth Harmony também arrasou.”
- (18) “Adrián López chegou em julho ao FC Porto rotulado como craque por ter lacrado em edição especial, *premium*.”

Além das formas nominais do verbo “lacrar”, pesquisaram-se também as formas verbais conjugadas no presente e no pretérito perfeito do modo indicativo, visto que se notou uma frequência significativa de sentenças formadas a partir do uso da terceira pessoa do singular (lacra – presente, lacrou – pretérito perfeito). Com o intuito de ilustrar esses casos, optou-se por, inicialmente, retratar os dados obtidos com os verbos no passado, para, posteriormente, comparar os resultados com o levantamento dos verbos no presente.

Gráfico 2: Formais verbais do verbo “lacrar” no pretérito perfeito do modo indicativo



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 2 mostram algo que já se vê com frequência no comportamento de outros verbos regulares: o desuso da forma verbal com a segunda pessoa do singular (tu) e com a segunda do plural (vós), tanto no sentido 1 (fechou) quanto no sentido 2

(arrasou). Além disso, os dados apontam para uma questão discursiva vinculada à autoafirmação, posto que, pensando no sentido 2, nota-se que o número de ocorrências com a primeira pessoa do singular (eu) e com a primeira do plural (nós) é bastante baixo quando comparado ao dos casos com a terceira do singular (ele/ela) e com a terceira do plural (eles/elas). Isso poderia estar relacionado a um aspecto cultural do povo brasileiro em não se achar suficientemente competente em comparação ao outro (como é o caso do sentimento brasileiro de inferioridade e a fixação ao estrangeiro).

Para Nelson Rodrigues (1993, p. 51), isso é fruto de um “complexo de vira-lata”, definido como “a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. O brasileiro é um narciso às avessas, que cospe na própria imagem. Eis a verdade: não encontramos pretextos pessoais ou históricos para a autoestima”.

De acordo com Byington (2013), o complexo de vira-lata dos brasileiros faz parte da história do Brasil por alguns motivos: o país ter sido colonizado por prisioneiros portugueses degradados; por pertencer ao Terceiro Mundo; e pelo sentimento de insegurança e autodesqualificação diante do mundo branco, europeu e norte-americano, já que o Brasil é um país altamente miscigenado (brancos, índios e negros, principalmente). Sobre isso, Moreno (1975) acrescenta que essa identidade de colonizado não nasce com os indivíduos, mas é imposta histórica e culturalmente, fazendo-os se sentirem inferiores.

Nesse sentido, a baixa ocorrência de construções como “lacrei” (arrasei), “lacramos” (arrasamos) estaria relacionada à dificuldade do indivíduo em se autoafirmar como capaz de fazer algo e ser reconhecido por isso. Por extensão, o uso predominante da forma verbal na terceira pessoa (singular ou plural) indica um processo de gramaticalização, já que uma das formas se sobressai. De certo modo, isso colabora para que o verbo “lacrar” com sentido de “arrasar” se torne uma expressão mais fixa, deixando de ter a liberdade de outros verbos regulares.

Uma outra questão linguística importante a ser mencionada refere-se à não exigência de um complemento pelo verbo “lacrar” no sentido de “arrasar”, o que mostra um contraste com o comportamento do verbo quando utilizado em seu sentido original (fechar). Vejam-se os exemplos a seguir.

- (19) Uma advogada acompanhou o procedimento da vigilância sanitária que notificou o responsável, lacrou o freezer e recolheu a carne.
- (20) Operação conjunta autuou donos e lacrou fazenda.
- (21) Faustão lacrou total quando mandou beijo para Justin Bieber, Selena Gomez e Camilla Cabello.

- (22) A Netflix “lacrou” novamente e conseguiu resolver o problema sem maiores crises.
- (23) Como posto em linguajar pós-moderno: a prova do Enem “lacrou”.
- (24) Como se diz por aqui: lacrou!

Não se pode ser radical e dizer que, em todos os casos, o verbo “lacrar”, quando utilizado como sinônimo de “arrasar”, não exija objeto. O que acontece é uma predominância de casos que permitem o verbo ser monovalente, isto é, ter apenas um argumento (que, no caso, é o argumento externo/sujeito). Porém, há também situações em que um complemento é solicitado:

- (25) Atualmente, Karol G tem um parceiro mais frequente: o namorado e rappar Anuel AA, com quem lacrou a internet ao postar uma foto.
- (26) Poderia citar vários, mas “lacração” pontuou, ou melhor, lacrou o ano que termina logo adiante.

Percebe-se, assim, que o verbo “lacrar”, quando equivalente a “arrasar”, vem passando por um processo de gramaticalização, o que o faz ser, até o presente momento, predominantemente (mas não exclusivamente) monovalente, podendo, inclusive, ocorrer isoladamente em uma sentença, como nos comentários de fotos nas redes sociais, em que o internauta escreve apenas “lacrou!”, e isso já é o suficiente para se entender o que ele quis dizer.

Ainda sobre o uso do verbo “lacrar” na terceira pessoa do singular do pretérito perfeito, acrescenta-se uma análise voltada ao processo de discursivização, já que, em muitos casos, se pôde constatar o uso dessa expressão para encerramento dos turnos e discursos, atuando como marcador discursivo de encerramento e operando como uma partícula para avaliar o que foi dito pelo enunciador. Essa característica permite dizer que o verbo “lacrar”, nessa conjugação em especial, exerce a função de modalizador no subsistema da semântica.

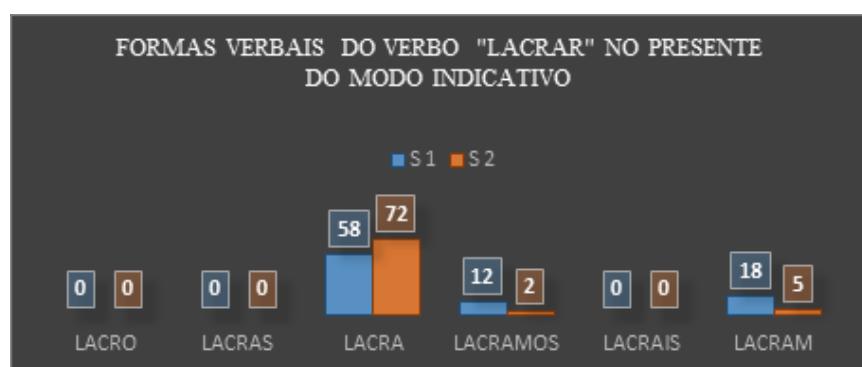
Segundo Vincent et al. (1993, apud VALLE, 2000, p. 105), quanto mais uma unidade avança no processo de discursivização, mais ela: “a) perde complexidade semântica e significação sintática; b) ganha significação pragmática; c) se distingue das outras unidades que continuam a ser gramaticais pela sua entonação e posição na frase; d) tende a desenvolver um uso opcional e diversifica suas posições na frase”. Nesse viés, nota-se que a expressão “lacrou” vem passando por um processo de discursivização, já que pode ser

empregada isoladamente em comentários nas redes sociais e nos finais de turnos aos se elogiar alguém.

Outro uso que esclarece essa função de marcador discursivo da expressão “lacrou” refere-se ao emprego desse termo na rede social Instagram. Ao lado de opções como “aí sim”, “daora”, “top” e “animal”, “lacrou” aparece como uma possibilidade de *emoji* para ser utilizada em fotos e vídeos, de modo a se avaliar o conteúdo ali compartilhado.

Finalizada a análise das formas verbais do verbo “lacrar” no pretérito perfeito, busca-se agora investigar o comportamento dessas formas no tempo presente.

Gráfico 3: Formas verbais do verbo “lacrar” no presente do modo indicativo



Fonte: Elaborado pela autora.

Ao se comparar o gráfico 3 com o do pretérito perfeito (gráfico 2), *a priori*, verifica-se a nítida menor ocorrência dos verbos no presente, em quaisquer pessoas gramaticais. Além disso, percebem-se novamente a ausência das formas na segunda pessoa do singular e do plural, a baixa ocorrência dos verbos com a primeira pessoa do singular e do plural e a grande incidência de casos abrangendo o verbo “lacrar” (arrasar) com a terceira pessoa do singular. Vejam-se alguns exemplos.

- (27) “Carla Perez lacra a *web* com novo modelito de arrasar”
- (28) “Caramba, lacra muito, linda”
- (29) “Anitta entra em 2018 como a diva do pop brasileiro que lacra contra o machismo branco e opressor, por ser dona do seu corpo e ter o direito de fazer dele o que quiser”
- (30) “Pabllo Vittar lacra em capa de revista gringa sobre luta LGBTQ+”

Assim, tanto no presente quanto no pretérito perfeito, o verbo “lacrar” – no sentido de “arrasar” – ocorre preferencialmente com a terceira pessoa do singular. Esse dado é bastante profícuo, já que reforça a hipótese de que esse verbo vem passando por um processo de gramaticalização, em que as formas conjugadas com a terceira pessoa do singular (ele/ela), ou ainda com a segunda pessoa (quando se pensada como “você”), se sobressaem diante das demais. Isso indica que, apesar de poder funcionar como um outro verbo regular qualquer, o verbo “lacrar” com sentido de arrasar está caminhando para se tornar uma expressão mais fixa.

Completada a análise das formas verbais, este estudo direciona o seu olhar às palavras que foram surgindo por meio do processo de lexicalização – que, na verdade, será entendido aqui como relexicalização, ou seja, reativação lexical (cf. Castilho, 2016), posto que se vê o movimento mental pelo qual as categorias cognitivas e seus traços semânticos são reagrupados, renovando, assim, o vocabulário. Esse processo pode se dar por derivação lexical (junção de prefixos e sufixos a um radical) e composição lexical (junção de radicais). O gráfico 4 ilustra as ocorrências do adjetivo “lacrador” e “lacradora”.

Gráfico 4: Adjetivos



Fonte: Elaborado pela autora.

Diferentemente do que ocorre com os verbos, em que “lacrar” (fechar) e “lacrar” (arrasar) coexistem no PB, vê-se que os adjetivos “lacrador” e “lacradora” se referem exclusivamente ao sentido 2, ou seja, acrescentam uma característica ao substantivo ao qual se referem, dizendo que é algo arrasador, maravilhoso, avassalador, conforme os exemplos a seguir.

- (31) “A esposa de Mister Brau está sempre deslumbrante e com um penteado lacrador de causar inveja nas inimigas.”

- (32) “E para acompanhar, uma *make* lacradora feita pela maquiadora do programa Isabela Japiassú.”
- (33) “Viviane Araújo mostra fantasia de desfile e *web* elogia: ‘Lacradora.’”

De antemão, ressalta-se a predominância do adjetivo no feminino, já que perfaz cerca de 75,6% dos casos. Isso poderia ser justificado pela ligação quase direta do termo ao seu referente, que, muitas vezes, remete a uma mulher ou a algo feito por uma mulher.

Contudo, é importante frisar que, embora o adjetivo esteja fortemente atrelado a um sentido positivo, em alguns casos, pode apresentar teor pejorativo, o que poderia indicar um resquício de preconceito, já que o termo é preferencialmente utilizado por grupos minorizados, como a comunidade LGBTQIA⁺ e as mulheres. Sobre isso, têm-se os seguintes exemplos:

- (34) “Esperamos do ministro ‘lacrador’ menos piadas e mais seriedade para com a educação.”
- (35) “Você gosta tanto de fazer discurso lacrador que vai acabar tendo velório com caixão lacrado.”
- (36) “Governar envolve tudo isso. Não é escrever textão lacrador no Facebook.”
- (37) “Enquanto essa esquerda não abandonar esse tom lacrador, as coisas permanecerão difíceis.”

Sem atenção a preferências políticas, e sim ao uso do termo nos contextos de alcance, faz-se uma breve análise do uso pejorativo do adjetivo “lacrador(a)” como forma de representar a ideologia de um movimento político (e, por que não, social) bastante conhecido no Brasil. No espectro político, a esquerda é conhecida por defender mais igualdade social, preocupando-se, principalmente, com os grupos que estão em desvantagem social. Como se viu anteriormente, o verbo “lacrar” e suas variantes são empregados especialmente por LGBTQIA⁺ e mulheres, grupos que são defendidos pelo movimento esquerdistas. Isso poderia justificar, portanto, o uso do adjetivo “lacradora” por grupos de direita como forma de designar a atuação da esquerda, em tom depreciativo.

Para estabelecer essa relação, a direita se valeu da ideia de que ser “lacrador(a)” virou tendência entre os usuários das redes sociais que preferem reduzir uma questão complexa a uma simples frase de efeito com o objetivo de encerrar o debate político e de “lacrar” com o adversário, atacando-o e conquistando “likes” em suas publicações. Isto

posto, quem é “lacrador” passou a ser visto por alguns como aquela pessoa que faz de tudo para dar “audiência”, porém, muitas vezes, o “tiro pode sair pela culatra”, e ela passa vergonha.

Assim, ao caracterizar a esquerda como “lacradora”, a direita se pauta em uma visão estereotipada de que, por nascer na comunidade LGBTQIA+ e representar o público feminino, esse adjetivo estaria, portanto, relacionado ao interesse das minorias em utilizar as mídias digitais para fazer soar sua luta de modo alegórico, fútil e “forçado”.

Vale citar ainda que não são apenas os adjetivos que carregam esses estigmas sociais. Outra palavra derivada do processo de relexicalização (reativação lexical) é o substantivo “lacração”, que pode ser utilizado tanto para qualificar algo quanto para desqualificar. A escolha do valor semântico atribuído pelo substantivo dependerá dos interlocutores que estiverem produzindo o discurso e do contexto de produção. A seguir, apresenta-se o gráfico com o número de ocorrências do substantivo “lacração”.

Gráfico 5: Substantivo



Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de existirem substantivos voltados ao sentido 1 (fechamento), cerca de 61,5% dos dados encontrados referem-se ao ato de “arrasar”. Apresentam-se a seguir alguns exemplos desses dois casos.

- (38) “No interior, o cronograma de carga, lacração e distribuição das urnas segue procedimentos específicos definidos por cada zona eleitoral.”
- (39) “Essa foi a maior lacração de produtos não homologados pela fiscalização da Anatel em 2018.”

- (40) “Vocês queriam lacração, babys?”. Foi assim que Cléo Pires começou a legenda de uma foto publicada em seu perfil oficial do Instagram.”
- (41) “E a lacração de estilo não para na Cidade do Rock!”

Com essas sentenças, vê-se que “lacração” pode sugerir o fechamento de estabelecimentos, urnas, produtos, envelopes, e também pode indicar o ato de “arrasar”, “tombar”, “impressionar”. A lacração pode ocorrer quando uma cantora lança uma nova música; quando uma mulher assume o seu lugar de fala; ou ainda quando um político, para aumentar as curtidas de sua publicação, apela à criação de bordões que sugerem uma possível “militância”. Sobre isso, de acordo com Viana (2017, s. p.):

Não é novidade que o universo LGBT tem um vocabulário próprio e crescente de termos pra lá de únicos. Poderia citar vários, mas “lacração” pontuou, ou melhor, lacrou o ano que termina logo adiante. Conseguiu até sair do armário e fazer moda entre os não tão familiarizados com o universo *gay*. Porém, engana-se quem limita a lacração ao simples ato de “mandar bem”. O lacre é primo do “arrasou” e inimigo mortal do “mitou”. Há um quê de lantejoulas salpicadas; tem ranço de hipocrisia e deve ser falado com a boca transbordando. Lacração é tombo, é hino e é voz, que, nem sempre, milita; mas obrigatoriamente causa, ora pela coragem de usar aquele vestidinho desaforado, ora por bradar um “Fora Temer” em ambiente hostil.

Nesse sentido, o termo “lacração” pode ser utilizado em diferentes segmentos, a depender dos interlocutores e do sentido atribuído por eles. No texto de Viana (2017), percebe-se um papel ideológico desempenhado pelo uso do termo, resultante de uma força advinda dos grupos minoritários que, com coragem, deslacram as barreiras impostas pelo preconceito e libertam suas vozes. Sobre isso, Viana (2017, s.p.) declara:

E é disso que se trata a lacração: está mais para o “deslace” do que para o lacre. Liberta, ousa, age sem medo; defronta o preconceito e fecunda novos estilos. Tão óbvio: a lacração é substantivo feminino; *gay*, *bi*, *trans*, colorido e plural. É a celulite da Anitta no clipe *Vai Malandra* e, principalmente, são as mais de 60 milhões de visualizações do vídeo no Youtube, jogando na nossa cara a sem-vergonhice malandra que deveria nos caber mais vezes. [...] Que 2018 nos traga mais lacres, porque sim, necessitamos! Precisamos de mais gordas usando as roupas que as fazem felizes, de menos gente chata questionando seu batom escuro à luz do dia. Precisamos de mais bateção de cabelo e menos fotos com edição. [...] Lacração é emancipação, amor próprio e não ter medo de ser feliz, simplesmente, sendo.

Na ótica de Viana (2017), “lacração” é libertação, autenticidade e voz. Porém, assim como o adjetivo “lacrador(a)” ganhou destaque na política de modo pejorativo, o substantivo “lacração” também passou a ser utilizado para definir um tipo de “política” realizada por indivíduos que almejam destaque nas mídias de comunicação. Sobre esse uso, têm-se algumas sentenças que foram obtidas da internet:

- (42) “Se estivesse menos preocupado em ganhar *likes* e lacrar na internet estaria prestando melhor trabalho como deputado. Mas não, faltou sessão como a dos precatórios na Alesp que foi decidida por apenas 1 voto. Mais responsabilidade, menos lacração, por favor”, tuitou Eduardo Bolsonaro.
- (43) “Murilo Resende, o novo coordenador do Enem, é doutor em economia pela FGV, e seus estudos deixam claro a priorização do ensino ignorando a atual promoção da ‘lacração’, ou seja, enfoque na medição da formação acadêmica, e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula”, tuitou o presidente Bolsonaro.
- (44) “Marina Silva critica a ‘política da lacração’ de Lula e Bolsonaro”
- (45) “Eu não faço política fazendo pirotecnia e isso é uma verdade. Não faço a política da lacração. Eu faço política com intenção de contribuir para o debate, não faço também oposição por oposição. Eu analiso as questões e me posicioño”, explicou Marina Silva.

Nos exemplos (xxxviii) e (xxxix), nota-se que a expressão “lacração” está diretamente relacionada à política de esquerda, pensando nas relações ideológicas defendidas pelos interlocutores do discurso. Já nas sentenças (xl) e (xli), vê-se uma outra visão: a política da lacração criticada por Marina Silva deprecia tanto as atitudes da esquerda quanto as da direita. Vê-se assim que, nessa visão, a “lacração” não seria uma característica específica de um movimento ideológico político (um partido), mas sim da política atual que vem sendo nutrida por políticos que preferem “lacrar” e “mitar” nos holofotes em vez de “politicar”² de verdade.

Essa visão estereotipada e contorcida do verbo “lacrar” e de suas variantes acaba comprovando o estigma social que uma palavra carrega por se originar e circular em determinado grupo social. Vê-se que, apesar de serem empregadas por indivíduos de diversos setores da sociedade (cantores, artistas, jornalistas, políticos), há um preconceito

² Politicar, aqui, refere-se ao ato de fazer política; ocupar-se das funções básicas de um político na sociedade.

incrustado no uso desse termo. Isso pode ser notado inclusive em ações governamentais, que proíbem o uso de determinados termos por fazerem alusão a grupos sociais marginalizados, como é o caso da determinação do presidente, em abril de 2019, proibindo³ palavras do dicionário LGBTQIA+ (a exemplo de “lacrou”) de serem veiculadas em publicidade de estatais. O anúncio aconteceu após o presidente afirmar que o Brasil não pode ser visto como “paraíso do mundo gay”.

Esses desdobramentos sociais envolvendo o verbo “lacrar” e suas variantes mostram que, de 2013 até 2019, esses termos sofreram apropriações e reapropriações – o que já era de se esperar, posto que a língua está em constante oscilação devido às vicissitudes do discurso comunicativo e dos contextos semântico-pragmáticos. Contudo, resta saber agora se esse termo permanecerá no vocabulário popular brasileiro ou se perderá força nas redes sociais devido ao caráter pejorativo que ganhou em alguns grupos.

Uma matéria escrita por Vanini e publicada no jornal *O Globo*, no final de novembro de 2019, defende o crescente desuso das palavras derivadas do verbo “lacrar” no sentido de arrasar. Para justificar sua tese, Vanini (2019) declara que, com a adoção do termo pelas mídias e pela cultura pop, “lacrar” ganhou um significado muito amplo e se esvaziou. A exemplo disso, cita o uso do substantivo “lacração”, que, muitas vezes, é empregado como rótulo pejorativo para vídeos sobre temas como discriminação, homofobia e política que buscam apenas gerar “likes”.

Assim, o termo “lacração” passou a ser questionado, pois o jovem atual percebeu que a exposição exagerada e distorcida da realidade nas redes sociais com o intuito apenas de “lacrar” é mera ilusão e traz apenas fama efêmera. Com base nesses argumentos, Vanini (2019) acredita que o termo esteja sofrendo um “cancelamento”⁴, e essa mudança linguística estaria diretamente vinculada ao novo comportamento dos jovens, que, insatisfeitos com o sentido pejorativo que o termo ganhou diante de outras gerações, o estão abandonando. Para Karam (2019, apud VANINI, 2019), o processo de “cancelamento” que está ocorrendo com o verbo “lacrar” e suas variantes é equivalente à saída dos jovens do Facebook após a entrada dos pais na rede social e a consequente ressignificação do aplicativo.

Em suma, partindo dos pressupostos levantados por Vanini (2019) e pensando nos dados aqui discutidos, vê-se que, quando o verbo “lacrar” se propagou, sua carga semântica era positiva, sendo empregado para dizer que alguém “arrasou”, “obteve sucesso” em algo. Contudo, com a incorporação desse termo por outros segmentos da sociedade –

³ Informação compartilhada pela revista *Veja* em 2019.

⁴ Palavra usada pelos jovens para decretar o fim de alguma coisa.

como é o caso do meio político –, o verbo ressignificou-se nesses grupos e ganhou também um sentido negativo, especialmente por razões ideológicas. Embora os dois sentidos coexistam (em grupos de bases ideológicas distintas), a depreciação de sentido oriunda do setor político vem fazendo com que o verbo “lacrar” no sentido de “arrasar” esteja caindo em desuso.

Considerações finais

Os dados obtidos e as análises elaboradas colocaram em evidência não só os aspectos linguísticos, mas também os sócio-históricos que, inevitavelmente, influenciaram e continuam influenciando o comportamento do verbo “lacrar”. Diz-se isso pois sabe-se que a efemeridade das relações sociais tem afetado a composição linguística do vocabulário popular. A exposição frequente às redes sociais e a obsessão pelo “agora” têm feito palavras surgirem e perderem força rapidamente. Os “tempos líquidos” dos quais trata o sociólogo Zygmunt Bauman retratam com perfeição o que vem acontecendo com o verbo “lacrar”.

Os tempos são “líquidos” porque tudo muda rapidamente. Nada é feito para durar, para ser “sólido”. Em uma entrevista para a Revista IstoÉ, Bauman (2014, s.p.) declarou que:

Líquidos mudam de forma muito rapidamente, sob a menor pressão. Na verdade, são incapazes de manter a mesma forma por muito tempo. No atual estágio “líquido” da modernidade, os líquidos são deliberadamente impedidos de se solidificarem. A temperatura elevada – ou seja, o impulso de transgredir, de substituir, de acelerar a circulação de mercadorias rentáveis – não dá ao fluxo uma oportunidade de abrandar, nem o tempo necessário para condensar e solidificar-se em formas estáveis, com uma maior expectativa de vida.

O bombardeamento de informações diariamente nas redes sociais fez com que, por meio dos processos de semanticização, lexicalização, gramaticalização e discursivização, “lacrar” não mais significasse apenas “fechar”, mas ganhasse também o sentido de “arrasar” perante um grande público em poucos anos de uso. Contudo, esse mesmo bombardeamento de informações está fazendo com que esse termo se ressignifique em diferentes grupos da sociedade, ganhando uma conotação positiva em certos grupos e negativa em outros.

A grande questão que fica é: esse verbo e suas variantes realmente vão durar? Só o tempo poderá responder a essa pergunta, pois, como se sabe, a língua é mutável e, até cer-

to ponto, imprevisível. Muitos fatores podem fazer um termo se reinventar e se ressignificar. A história do português é isso! Pensar o presente, pensando o passado e imaginando o futuro. “Imaginando”, pois não há uma fórmula secreta para se afirmar com certeza o que acontecerá.

De fato, os fatores citados ao longo deste trabalho indicam que esse termo está caminhando para o desuso, porém, assim como ganhou voz de um colapso beyonciâncio⁵, pode ainda renascer em outro contexto e fazer rebrotar a chama de lacrar na vida dos lacradores.

Referências

- ARAÚJO, H. Comportamento. A genealogia da treta na era da internet. *Jornal online O POVO*. Fortaleza, 10/09/2017. Seção Jornal. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/09/comportamento-a-genealogia-da-treta-na-era-da-internet.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.
- BAUMAN, Z. “Vivemos tempos líquidos. Nada é para durar”. [Entrevista concedida a] Adriana Prado. *Revista IstoÉ*, São Paulo, 20 maio 2014. Disponível em: [https://istoe.com.br/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+/. Acesso em: 27 nov. 2019.](https://istoe.com.br/102755_VIVEMOS+TEMPOS+LIQUIDOS+NADA+E+PARA+DURAR+/)
- BORTONI-RICARDO, S. M. Postulados do paradigma interpretativista. In: ____ *O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- BYINGTON, C. A. B. A identidade brasileira e o complexo de vira-lata. Uma interpretação da psicologia simbólica junguiana. *Jungiana*, v. 31, n.1, p. 71-80, 2013.
- CASTILHO, A. T. de. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016.
- CORPUS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO. Criado pelo Professor Mark Davies. Financiado pelo National Endowment for the Humanities. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>. Acesso em: 19 nov. 2019.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the functions of language*. Londres: Edward Arnold, 1973.
- MARTELOTTA, M. E. T. et al. (Org.) *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Campinas: Educ, 2002.
- MORENO, J. L. *Psicodrama*. São Paulo: Cultrix, 1975.

⁵ Neologismo para referenciar o surgimento de “lacrar” (arrasar) no vídeo em que Romagaga reagia positivamente ao lançamento do álbum de Beyoncé.

RODRIGUES, N. “Complexo de vira-lata”. In: *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NETO, S. S. História do latim vulgar. Rio de Janeiro, Ao livro técnico S/A, 1977.

PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares da Educação Básica. Língua Portuguesa*. Paraná, 2008.

VALLE, C. Marcadores discursivos: considerações sobre os limites entre a gramaticalização e a discursivização. *Working Papers em Linguística*, v. 4, n. 1, p. 104-113, 2000.

VANINI, E. Nascido em ambientes LGBTs, termo ‘lacração’ sofre apropriações e perde força nas redes. *Jornal O GLOBO – Ela*. Rio de Janeiro, 24 nov. 2019. Seção Ela. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/ela/nascido-em-ambientes-lgbts-termo-lacracao-sofre-apropriacoes-perde-forca-nas-redes-24092018>. Acesso em: 27 nov. 2019.

VIANA, R. #Lacração. A palavra que saiu do armário. *Jornal online O POVO*. Fortaleza, 31 dez. 2017. Seção Jornal. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/12/lacracao-a-palavra-que-saiu-do-armario.html>. Acesso em: 27 nov. 2019.

VINCENT, D. et al. Grammaticalisation et post-grammaticalisation. *Langues et Linguistique*, Quebec, n. 19, p. 73-103, 1993.



Data de submissão: 14/06/2020

Data de aceite: 30/10/2020

CONCORDÂNCIA VERBAL, DIFUSÃO DA MUDANÇA LINGUÍSTICA NO CONTÍNUO RURAL-URBANO E MUDANÇA EM CURTO ESPAÇO DE TEMPO

VERBAL AGREEMENT, DIFFUSION OF LINGUISTIC CHANGE IN THE RURAL-URBAN CONTINUUM AND CHANGE IN A SHORT PERIOD OF TIME

Silvana Silva de Farias Araújo | [Lattes](#) | silvana.uefs.2014@gmail.com

Universidade Estadual de Feira de Santana

Raquel Meister Ko Freitag | [Lattes](#) | rkofreitag@uol.com.br

Universidade Federal de Sergipe

Resumo: O estudo de processos de mudança linguística em situações de transição possibilita observar efeitos de fatores sociais no condicionamento de regras da gramática. Para contribuir com os estudos de sintaxe diacrônica e sintaxe comparativa em perspectiva histórica, este texto explora o comportamento da concordância verbal com a terceira pessoa do plural em Feira de Santana-Bahia, considerando efeitos da sócio-história e comparando o comportamento da variável com outras comunidades na região com uma sócio-história diferente. Em uma abordagem de meta-análise, os resultados apontam fronteiras geográficas e sociais bem demarcadas quanto ao traço da concordância verbal padrão.

Palavras-chave: Concordância verbal. Meta-análise. Sócio-história.

Abstract: The study of linguistic change processes in transition situations enables to elucidate the social factors effects on grammar constraining. In order to contribute to the studies of diachronic syntax and comparative syntax from a historical perspective, this text explores the behavior of verbal agreement with the third person plural in Feira de Santana, Bahia. It considers the effects of the socio-history and compares them with other communities in the region with different socio-history. In a meta-analysis approach, the results point to well-demarcated geographical and social boundaries for standard verbal agreement features.

Keywords: Verbal agreement. Meta-analysis. Socio-history.

Introdução

A concordância verbal é um fenômeno variável no português brasileiro (PB) que atua como um marcador social, na medida em que é sensível à formalidade e à zona de residência dos falantes.¹ Um grande conjunto de estudos apontam evidências que sugerem diferenças na fala de pessoas da zona rural em relação à de pessoas da zona urbana (RODRIGUES, 1987; VIEIRA, 1995; SILVA, 2005; LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009; ARAUJO, 2012, 2014), que embasam o fato de a ausência de marcas de número em formas verbais ser um dos traços caracterizadores da fronteira sociolinguística brasileira, que separa a fala culta da popular. A explicação é que os habitantes das zonas mais afastadas dos grandes centros tiveram, e ainda têm, menos acesso a instâncias que levem à aquisição de padrões linguísticos prestigiados.

Enquanto no início do século XX, a sociedade brasileira se configurava como majoritariamente rural, entre a década de 1940 e 1980, com um expressivo crescimento da população, deu-se uma inversão da distribuição populacional entre as áreas rurais e urbanas. Esse processo não ocorreu de forma organizada e síncrona: na região Nordeste, particularmente, a formação de centros metropolitanos ocorreu mais tarde do que no Sudeste. Uma destas formações é a cidade de Feira de Santana, na Bahia, que cresceu substancialmente nas últimas décadas, mas ainda conserva traços de suas origens fortemente ligada à cultura rural (BOAVENTURA, 1989; OLIVEIRA, 2016). Os contatos decorrentes de um processo de transição entre rural e urbano encontrado não só em Feira de Santana, mas em outras cidades de médio e grande porte em termos populacionais e de expansão tardia, em termos sociolinguístico, precisam ampliar a concepção dicotônica de língua, na oposição *norma urbana* vs. *norma rural*. A transição permite supor a existência de uma norma intermediária, que pode ser rotulada como *rurbana* (SOUTHALL, 1973; BORTONI-RICARDO, 1985, 2011).

O estudo de processos de mudança linguística em situações de transição é, ao mesmo tempo, produtivo, por contribuir de modo especial com a elucidação de efeitos de fatores sociais no condicionamento de regras da gramática, e desafiador, por conta da escassez e assistematicidade de dados linguísticos com informações que permitam o delineamento do perfil social do falante da língua. Para contribuir com os estudos de sintaxe diacrônica e sintaxe comparativa em perspectiva histórica, neste texto exploramos a concordância verbal com a terceira pessoa do plural em Feira de Santana, considerando efeitos da sua sócio-história e comparando o comportamento da variável com o de outras comunidades na região, cuja realidade sócio-histórica é distinta. Para tanto, nos valemos

de “maus dados”: resultados de estudos sociolinguísticos sobre o fenômeno, com diferentes metodologias de obtenção de dados. A fim de ampliar o poder explanatório para além da constatação das frequências, como ocorre em estudos de revisão narrativa, empregamos a técnica de meta-análise para consolidar resultados e poder comparar com maior segurança e amparo em técnicas de generalização estatísticas.

1 A polarização rural-urbano na perspectiva sociolinguística

O ambiente rural agrupa peculiaridades socioculturais que levam a que os seus padrões linguísticos e culturais sejam diversos dos urbanos. Por essa razão, desde a realização dos primeiros trabalhos que investigaram a diversidade linguística brasileira (a princípio, pelo viés dialetológico), era proclamada a urgência de serem realizadas descrições dos falares rurais, antes que a “modernização” produzisse a extinção de suas principais características (AMARAL, 1976).

As particularidades do falar rural em relação ao falar urbano relacionam-se às condições de formação da realidade sociolinguística brasileira, em que uma massa de pessoas sem instrução e arraigada a processos mais “tradicionalis”, típicos de ambientes do interior, opunha-se a uma embrionária elite, mais ligada a hábitos “modernos”, estas mais próximas ao litoral, nos pequenos povoamentos urbanos.

Os estudos sociológicos brasileiros são unâimes em enfatizar a primazia da cultura rural no Brasil. Holanda (1963) afirma que, para se entender a realidade do Brasil-colônia, é importante considerar a diferença entre civilização de raízes rurais e civilização agrícola, destacando que a primeira foi o caso do Brasil, onde todos os trâmites políticos, sociais e econômicos existiam em dependência do meio rural, mesmo depois de proclamada a sua independência política:

É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação europeia: as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até à abolição. 1888 representa o marco divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume significado singular e incomparável (HOLANDA, 1963, p. 57).

A partir da extinção do tráfico daqueles que sustentavam as atividades rurais no Brasil, em 1850, ocorre uma onda de ações que introduzirão uma aparência urbana no país: a fundação do segundo Banco do Brasil e do Banco Rural, a criação de estradas e o uso de técnicas modernas agrárias. Consequentemente, incrementam-se medidas cita-

dinas, começadas após a vinda da Corte Portuguesa em 1808. Contudo, não serão facilmente apagadas as características rurais na sociedade brasileira, pois, além de serem poucos os centros urbanos, as primeiras ocupações burocráticas e profissões liberais foram exercidas por lavradores e donos de engenhos.

A urbanização criou um confronto entre os padrões citadinos, influenciados pela industrialização, e o meio rural tradicional, levando as cidades a assumirem uma posição de superioridade em relação à vida interiorana. Ao associar a dualidade rural-urbano com o repertório sociolinguístico das comunidades, Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2011) postula um aparato metodológico em que se delineiam três contínuos: o de urbanização, o de letramento e o de monitoração linguística. O primeiro, diretamente relacionado ao foco deste artigo, abrange as comunidades rurais mais isoladas até os grandes centros, estando entre esses dois polos, o que se estende por uma zona “rurbana”:

Todo falante do português do Brasil situa-se em um ponto determinado desse contínuo, mas pode movimentar-se em direção a qualquer dos pólos, dependendo de sua rede de relações sociais, sua inserção em práticas sociais letradas e participação no sistema de produção, bem como seu gênero, faixa etária e outros componentes de sua identidade social. O contínuo de urbanização permite ainda distinguir regras *variáveis* graduais, presentes ao longo de todo o contínuo, e *regras descontínuas*, características do repertório das populações situadas no pólo rural e na zona rurbana (BORTONI-RICARDO *et al.*, 2008, p. 231, grifos nossos).

Os *traços graduais* ou *contínuos* dizem respeito aos usos igualitários de uma determinada variante por grupos sociais distintos, sendo, assim, traços que se espalham em diversas variedades da língua (dizer “cadera” em vez de “cadeira”, por exemplo). Enquanto os *traços descontínuos* ou abruptos referem-se a não igualdade de uma variante usada por diferentes grupos sociais (dizer “galfo” em vez de “garfo”, por exemplo). Os traços graduais são menos estigmatizados pela sociedade urbana, não gerando discriminação sob seus utentes.

Com a globalização, a realidade das comunidades rurais se modificou bastante, estando seus moradores, em sua maioria, expostos aos meios de comunicação de massa e frequentando instituições formais de ensino. Esse contato com outras normas leva a instâncias de variação nos diferentes níveis da língua, demandando o aprofundamento da investigação das influências sócio-histórico-culturais para a configuração linguística dessas comunidades em transição.

Para Bortoni-Ricardo (2005, p. 33), “o êxodo rural promoveu, no plano linguístico, a conversão de uma ampla variação diatópica em uma profunda variação diastrática”. Sobre

o contínuo de urbanização proposto por Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2011), Lucchesi (2015), pautando-se em resultados empíricos obtidos com dados da fala popular do estado da Bahia, propõem uma graduação de normas, que vai das comunidades mais isoladas, social e geograficamente, até as mais urbanizadas, estando a capital do estado, Salvador, funcionando como modelo de difusão de padrões linguísticos urbanos (Quadro 1).

Quadro 1: *Continuum* de variedades potenciais da norma popular brasileira no eixo rural-urbano

português afro-brasileiro
português rural
português popular rurbano do interior
português popular urbano do interior
português popular rurbano das grandes cidades
português popular urbano das grandes cidades

Fonte: Lucchesi (2015, p. 218).

Nos dias atuais, em face das profundas mudanças ocorridas na sociedade brasileira, em razão da diminuição das fronteiras geográficas e sociais, motivadas por fatores como construções de estradas, democratização do ensino, acesso a meios de comunicação de massa e acesso à internet, as chamadas “comunidades rurais afro-brasileiras isoladas” (LUCCHESI; BAXTER; RIBEIRO, 2009) sofreram também mudanças em suas configurações, o que provavelmente gerou influências no vernáculo de seus moradores. Comunidades rurais afro-brasileiras apresentam, ainda, especificidades devido à sua sócio-história, no entanto, não são totalmente isoladas, demandando investigações para desvelar a real configuração do falar afro-brasileiro no século XXI. Para tanto, é necessário considerar traços como comunidades [± isoladas], [+ afrodescendentes], [+ africanizadas] e localizadas em municípios (microáreas) e regiões (macroáreas) que foram, nos períodos colonial e imperial, [+ escravocratas] (SANTANA; ARAUJO; FREITAG, 2018, 2018a), a fim de desvelar como se dão os contatos, os deslocamentos e a relação entre o português rural e o português afro-brasileiro.

A concordância de número é um dos fenômenos morfossintáticos variáveis do PB com a maior amplitude de estudos, seja quanto ao tipo de amostra, ao tempo, à região dialetal, o que nos permite afirmar que são os falantes não escolarizados e de zonas rurais mais afastadas dos padrões de urbanização os que mais utilizam variantes sem marcas de

número em formas verbais (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009), independentemente da pessoa do discurso. Quanto ao nível de apreciação social (LABOV, 1972), a associação entre o traço linguístico da não concordância e o perfil de falantes pode ser considerado, nas comunidades urbanas, como um estereótipo, pois está no nível da consciência socio-lingüística da comunidade como um traço socialmente estigmatizado.

A variação no uso da concordância verbal de número envolve usos em que a diferença entre as formas do singular e do plural é saliente no nível fônico, a exemplo de “eles foi” e “nós sabia”. Nesses contextos mais salientes, falantes da norma urbana culta podem notar mais facilmente a ausência do morfema de plural; ao contrário do que ocorre em outros contextos fônicos e sintáticos, como ocorre em, por exemplo, “eles estuda” e “chegou os livros”, algo que sugere que na variação da concordância verbal há traços contínuos e descontínuos. A título de ilustração, citamos o estudo de Graciosa (1991) – que focalizou a concordância verbal com sujeitos de terceira pessoa do plural com dados de falantes com nível superior completo do Projeto *Norma Urbana Culta* (NURC), coletados na década de 1970 em cinco capitais brasileiras, selecionadas por seu grau de urbanização e de desenvolvimento –, no qual a não realização de flexão de número em verbos foi de 6% do total, sendo estes dados em contextos majoritariamente de baixa saliência fônica e de inversão da ordem canônica sujeito-verbo (SV) para a ordem verbo-sujeito (VS), contexto este em que a variante não padrão tem o percentual de 35%². Ao contrário, formas em que a diferença entre o singular e o plural é menos saliente no nível fônico podem ser consideradas como um traço *contínuo*, ao passo que as mais salientes, *descontínuo*.

No entanto, a saliência do plural é um traço associado à escolarização, e à escolarização é associada à urbanização: residentes das zonas mais afastadas dos grandes centros tradicionalmente têm menos acesso a instâncias que levam à aquisição de padrões linguísticos prestigiados. Em um contexto de expansão e crescimento urbano, como é o caso de Feira de Santana, os limites entre rural e urbano não ficam tão claros.

2 Aspectos sócio-históricos de Feira de Santana-BA³

Feira de Santana é o segundo município mais populoso do estado da Bahia, com 556.642 habitantes (IBGE, 2010), ficando atrás apenas da capital, Salvador, da qual dista 108 quilômetros. É o maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste do Brasil, sendo atravessado por três rodovias federais, a BR-324, a BR-116 (Norte e Sul) e

² Estes contextos têm gerado resultados iguais em praticamente todos os estudos realizados com dados do PB no que tange à concordância verbal com a terceira pessoa do plural.

³ Há muitos estudos que tratam da sócio-história de Feira de Santana, podendo ser citados como pioneiros Poppino (1968) e Galvão (1982). Para este estudo, retomamos, principalmente, os estudos de Oliveira (2000, 2016), por apresentarem os impactos da vinda de muitos migrantes da zona rural para a sede do município de Feira de Santana, fornecendo bases para discutirmos os usos linguísticos rurais e urbanos e suas interferências mútuas na comunidade de fala de Feira de Santana.

a BR-101, o que faz com que pessoas de diferentes regiões do Brasil passem por Feira de Santana em viagens terrestres. Feira de Santana está entre “o sertão e o litoral” – às portas do semiárido baiano –, por onde passava a *Estrada das Boiadas*, caminho dos vaqueiros e tropeiros que conduziam o gado do sertão para ser vendido na maior Feira de Gado do estado (em Feira de Santana) e também para a região do Recôncavo Baiano.

Almeida (2012, p. 4) afirma que “as origens da sede do município de Feira de Santana remontam ao século XVIII e a um passado eminentemente rural, caracterizando-se por ser um lugar de pouso para viajantes, vaqueiros e suas boiadas, que vinham de toda a microrregião e até de outros estados”. A sua formação econômica e populacional foi promovida pela intensa migração de “nortistas” que se deslocaram de regiões do Norte e do Nordeste do Brasil, em um misto de dialetos e aspectos culturais.

Feira de Santana é conhecida como “Princesa do Sertão”, título que recebeu de Ruy Barbosa, quando de sua visita ao município em 1919, o que significa afirmar que o município se projeta como uma espécie de “segunda capital” do estado, com uma elite local, zeladora dos bens culturais urbanos e letRADOS, que recebeu grande fluxo de pessoas de “interiores menores” da Bahia e de outros estados nordestinos, com características eminentemente rurais.

Em fontes primárias diversas, como jornais, textos literários, cartas pessoais, desenhos municipais e fotografias que circulavam na cidade de Feira de Santana no período de 1920-1960, Oliveira (2016) identificou a motivação de vários conflitos decorrentes do fato de “as elites baianas não se considerarem nordestinas”, como assinala Albuquerque Jr. (2016, p. 25) no prefácio do referido livro. Ao destacar grupos esquecidos nas narrativas oficiais e hegemônicas sobre a história da cidade, Oliveira (2016) evidencia que a diversidade faz parte do município, revelando interdições, silenciamentos que intencionavam ocultar a origem e cultura rurais, com o intuito de imprimir uma “aura” de capital à sede do município feirense.

O rótulo de cidade hospitaleira marca Feira de Santana e não é sem razão: a população do município quintuplicou em sete décadas, passando de eminentemente rural, na década de 1940, para eminentemente urbana, em 2010 (Tabela 1).

Tabela 1: Crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente no município de Feira de Santana (1940 – 2010)

Anos	População residente					
	Total	% ⁽¹⁾	urbana	% ⁽¹⁾	rural	% ⁽¹⁾
1940	83.268	-	19.660	-	63.608	-
1950	107.205	28,75	34.277	74,35	72.928	14,65
1960	141.757	32,23	69.884	103,88	71.873	-1,44
1970	187.290	32,12	131.720	88,48	55.570	-22,68
1980	291.504	55,65	233.905	77,58	57.599	3,65
1991	406.447	39,43	348.973	49,20	56.875	-1,26
2000	480.949	18,33	431.730	23,71	49.219	-13,46
2010	556.642	15,74	510.637	18,28	46.007	-6,53

⁽¹⁾ Variação percentual com o período imediatamente anterior.

Fonte: Anuário Estatístico de Feira de Santana (2012).

Feira de Santana passa de uma cidade que nasceu sendo pouso de vaqueiros para uma cidade com um considerável crescimento populacional urbano, devido à vinda de pessoas de outras regiões interioranas, seja de municípios vizinhos ou de outros estados nordestinos. E este avanço populacional não se deu sem conflitos, pois foi relacionado ao aumento da criminalidade e tributado como uma ameaça à consolidação do título de segunda cidade do estado, passando a existir forte policiamento contra os novos moradores do perímetro urbano. O trecho seguinte, um despacho emitido por um juiz, ilustra a realidade vivenciada em Feira de Santana no ano de 1952:

Dizem que venho rebuscando velharias, eu – que estou aumentando com minhas próprias mãos, minha grande e assoberbante tarefa nesta trabalhosa Comarca, cujo índice de criminalidade dia a dia se torna mais acentuado, mais alarmante, porque ao lado do enorme crescimento da cidade, segundo os observadores a cidade que mais cresce no interior baiano –, infelizmente aumenta, cresce avultadamente, assustadoramente, a percentagem de delinquência (OLIVEIRA, 2016, p. 43).

A associação expressa no documento entre o aumento da criminalidade e o aumento da população urbana pode ser considerada uma tônica em diversas partes do Brasil, mas o que torna a situação de Feira de Santana peculiar é a associação dessa violência ao movimento migratório de sertanejos de outros estados nordestinos, conforme se depreende no trecho seguinte, extraído de uma notícia estampada no *Jornal Folha do Norte*, no ano de 1949:

O crime de domingo último. Domingo p. passado um bárbaro crime de morte abalou a cidade logo às primeiras horas da noite. O comerciante

Valmir Borborema, paraibano, de 32 anos de idade e aqui domiciliado há cerca de dois anos, matou um indivíduo em Campina Grande, sendo preso, julgado e condenado, evadindo-se da cadeia para vir fixar residência nesta cidade, como ultimamente vem fazendo os ladrões e assassinos acossados pela polícia dos Estados do Norte (OLIVEIRA, 2016, p. 45).

Pessoas de origem rural que transitavam no espaço urbano do município também foram alvo de preconceito e discriminação, tal como acontecia com migrantes em Feira de Santana, e cujos porta-vozes eram, principalmente, os jornais que circulavam na cidade. Oliveira (2000, 2016) evidencia narrativas que intencionavam banir as práticas rurais na nova configuração que se queria na cidade, isto é, a de progresso industrializado e “urbanocêntrico”, algo que entrava em conflito direto com a origem rural do município. O trecho seguinte ilustra como a presença de vaqueiros – que estiveram presentes no espaço urbano desde o início do povoamento urbano de Feira de Santana – eram vistos como indesejados na cidade que pretendia consolidar-se com o título de “Princesa do Sertão”.

Em a segunda-feira última quando se realizava a feira de gado, o Sr. Felix Cerqueira de Almeida, morador do lugar Panelas, próximo a esta cidade, foi atropelado no Campo General Câmara, por vaqueiros que perseguiam atabalhoadamente, reses destacadas dos seus respectivos lotes. O pobre lavrador ficou muito contundido e os vaqueiros... talvez radiantes de jubilo pela desastrada e condenável exibição (OLIVEIRA, 2016, p. 114).

A notícia que circulou no *Jornal Folha do Norte*, no ano de 1952, apresenta os vaqueiros como ameaçadores, para não dizer perigosos e maldosos. São aqueles que atropelam pessoas e sentem-se felizes com isso. A solução seria banir os indesejáveis do perímetro urbano do município, como evidencia o trecho seguinte, extraído de Oliveira (2016, p. 116-117), que destaca que, no Código de Posturas, publicado no final da década de 1930, trabalhadores rurais mereceram uma atenção especial por parte dos autores da Constituição Municipal.

Sob o Título Transito Público (VI), no Capítulo Circulação Urbana (I), foram introduzidos alguns artigos que tinham como alvo direto os cavaleiros, no de número 119 estava fixado: “É vedado conduzir animais bravos, boiadas, tropas, manadas de porcos etc., pelas ruas da cidade”. No artigo seguinte, ficava ainda mais explícito o objeto da normatização: É terminantemente proibido: a) Correr a cavalo e conduzir animais em disparada pelas ruas e praças da cidade e das povoações do Município. b) Andar a cavalo, guiar ou reter animais por cima dos passeios. c) Amarrar animais às árvores, aos postes, gradis etc. (...). Pena – Multa de 20\$000 pela infração da letra a e 10\$000 pelas demais deste artigo.

Assim, a sede do município de Feira de Santana tem, em seu processo de constituição, a forte presença de migrantes vindos predominantemente de cidades pouco urbanizadas ou de zonas rurais. Os contatos e os conflitos ficam demarcados socialmente e, consequentemente, refletem na língua; daí a necessidade de investigar como se interseccionam os falares rurais e urbanos em Feira de Santana, município que pode ser considerado urbano, pois 82% da sua população vivem na sede, com alta densidade demográfica, com centro industrial e comercial desenvolvido⁴, e comparar estes usos com os de outro município plenamente desenvolvido, como a capital, Salvador, que foi incluída na amostra do NURC, nos anos 1970, por conta de sua expressividade econômica e urbanização. O uso variável da concordância verbal, principalmente com sujeitos de primeira e terceira pessoas do plural, por se comportar como traço descontínuo, é um fenômeno propício para a observação da interseccionalidade.

3 A concordância verbal em Feira de Santana no contexto de outras comunidades de fala do estado da Bahia

3.1 Notas metodológicas

O fenômeno da concordância verbal no PB, com todas as pessoas do discurso, é amplamente descrito, em diferentes comunidades de fala, inclusive em Feira de Santana (ARAUJO, 2014), mas, neste estudo, focamos a atenção para com a terceira pessoa do plural (P6). As sentenças (1) e (2) exemplificam, respectivamente, a variante padrão, com plural explícito, e a variante não padrão, com plural não explícito.

- (1) Os meninos *foram* ao sítio.
- (2) Os meninos *foi* ao sítio.

No entanto, esta diversidade de estudos é caracterizada por arranjos metodológicos únicos, considerando apenas o fenômeno e um recorte de comunidade, o que não permite, por exemplo, traçar generalizações mais amplas a respeito de uma trajetória de mudança. Uma proposta de hierarquização das evidências científicas, considerando a força da evidência e a probabilidade de erro costuma ser empregada para a avaliação de estu-

⁴ Critérios adotados pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para considerar um município urbano, ao contrário do que estabelece o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que considera “toda sede de município ou distrito, independentemente do tamanho e das características das atividades produtivas de sua população, uma área urbana” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 92).

dos nas áreas da saúde (GALVÃO; SAWADA; MENDES, 2003), mas que também pode ser transposta para outras áreas de investigação, incluindo a sociolinguística, e que pode auxiliar na consolidação de evidências para uma explicação sobre processos de mudança como no caso da concordância verbal.

No que diz respeito, por exemplo, ao processo de mudança linguística muitos estudos sobre a concordância verbal com a terceira pessoa do plural, realizados com dados de fala urbana e de pessoas com escolaridade até o nível médio de escolaridade, têm revelado uma variação estável. Os resultados tornam-se diferentes quando se investiga esse uso variável em comunidades rurais ou com dados de falantes com baixo ou nenhum nível de escolarização (VIEIRA, 1995; SILVA, 2003, 2005; ARAUJO, 2014, entre outros). Nessas comunidades falantes mais jovens tendem a fazer mais uso das marcas de plural nas formas verbais, sugerindo uma mudança em curso.

Nessa proposta de hierarquização, as evidências mais frágeis ou com forte margem de erro são aquelas baseadas em relatos observacionais de um único caso. É o que ocorre com os estudos individuais sobre concordância verbal em cada uma das comunidades, com seus critérios metodológicos únicos. A força da evidência aumenta se o relato for composto por um conjunto de relatos observacionais, como costuma acontecer em revisões narrativas (ou integrativas), em que são reportados resultados dos diferentes estudos individuais sobre concordância. A ampliação da força de evidência no caso de estudos observacionais de concordância verbal seria a revisão sistemática, em que os estudos são compilados de acordo com parâmetros pré-estabelecidos e com um objetivo específico, que, neste estudo, é responder a uma questão de pesquisa: no caso da concordância verbal, qual é o nível de uso da forma padrão? E um nível acima na forma de evidência está o estudo de meta-análise. Em linhas gerais, a revisão sistemática define uma questão de pesquisa, para a qual são selecionadas e sumarizadas as evidências empíricas de estudos a partir de critérios previamente definidos. A meta-análise é o uso de métodos estatísticos para consolidar os resultados de cada um destes estudos (SAMPAIO; MANCINI, 2007; FIELD; GILLET, 2010).

Para traçarmos os efeitos da sócio-história de Feira de Santana no comportamento da concordância verbal com a terceira pessoa do plural, realizamos os seguintes procedimentos:

- (i) Procedemos à busca de estudos de concordância verbal com a terceira pessoa do plural na Bahia, tendo como critério de busca o banco de dados da CAPES;

- (ii) Realizamos revisão sistemática para identificar a direção e a força do uso da variante, com o uso de técnicas estatísticas para recuperar estes resultados;
- (iii) Construímos um modelo de regressão com a concordância padrão em todos os estudos selecionados.

Para a recuperação dos resultados, retomados os dados tabulares apresentados ou com resultados de frequências ou com resultados inferenciais obtidos pelo método de regressão logística com pesos centrados (“pesos relativos”), que é o método empregado pelo programa Varbrul e versões subsequentes. Este resultado refere-se sempre àquela variável em questão, e cujo valor pode ser diferente do peso relativo do modelo original, que considera o efeito de todas as variáveis independentes computadas.

Para as especificidades deste estudo, que parte de resultados de estudos prévios, a consideração de percentuais ou de pesos relativos isoladamente, sem considerar o modelo como um todo, não seria uma evidência estatisticamente válida, pois a comparação de efeitos de cada um dos modelos depende do tamanho e magnitude da amostra.

Em termos práticos, um peso relativo é relativo a um modelo (conjunto de variável dependente e independentes) em uma amostra; o mesmo conjunto de variáveis, em outra amostra, pode apresentar variância na magnitude do resultado, e o efeito pode ser decorrente do tamanho da amostra. O mesmo vale para percentuais. Por este motivo, executamos procedimentos matemáticos para converter as frequências em contagens para realizar testes inferenciais de distribuição (qui-quadrado) e de força da associação (V^2 de Cramer para tabelas $n \times n$, e ϕ para tabelas 2×2) em cada uma das amostras dos estudos. O teste de distribuição de qui-quadrado (χ^2) mede a diferença entre a observação esperada e a realizada para variáveis categóricas. Já os testes de associação de V^2 e ϕ resultam em um número entre 0 e 1, cujo resultado indica a força de associação entre duas variáveis categóricas; quanto mais próximo de 1, maior a força da associação. Para ambos os testes (χ^2 e V^2 ou ϕ), o p-valor assumido foi de 0.05.

Os procedimentos quantitativos foram realizados na plataforma R (R CORE TEAM, 2020), utilizando o pacote base para a construção dos vetores de dados a partir das contagens dos estudos selecionados na revisão sistemática. As contagens foram convertidas em ocorrências e submetidas a tratamento estatístico inferencial para associação e força, com o pacote sjPlot v2.6.1 (LÜDECKE, 2018), e a construção do modelo de re-

gressão de meta-análise foi realizada pelo pacote *ggstatsplot* (PATIL, 2018). O script de análise dos dados, que torna reproduzível todas as tabelas e todos os gráficos deste artigo, está disponível em <https://osf.io/6zrwf/>.⁵

Seguindo a tendência dos estudos prévios, partimos da hipótese de que os habitantes das zonas mais afastadas dos grandes centros tiveram/têm menos acesso a instâncias que levem à aquisição de padrões linguísticos prestigiados, logo empregam mais formas verbais sem marcas explícitas de concordância sujeito-verbo, o que chamamos de concordância não padrão. A inclusão em um mesmo modelo de regressão o efeito de cada um dos estudos, considerando a magnitude e as especificidades dialetais e sociais de cada uma das amostras, possibilita um retrato mais apurado do ponto de vista estatístico.

3.2 Revisão sistemática

Para situar o efeito do contínuo rural-urbano na concordância verbal com a terceira pessoa do plural em Feira de Santana, partimos dos estudos de Araujo (2013, 2014, 2015), que consideram dados coletados nesse município, pertencentes ao acervo do projeto *A língua portuguesa falada no semiárido baiano – Fase 3*.⁶ A amostra aqui considerada é estratificada quanto à escolarização, com participantes analfabetos ou parcialmente escolarizados (norma popular rurbana) e com participantes com ensino superior (norma culta); em três faixas etárias (faixa I: 25 a 35 anos; faixa II: 45 a 55 anos e faixa III: a partir de 65 anos) e pelos dois sexos, sendo todos feirenses filhos de feirenses e nascidos e residentes da zona urbana. Há um viés na estratificação da amostra: apenas os representantes da norma popular foram ainda estratificados como “feirenses filhos de feirenses” e “feirenses filhos de migrantes”.

O conjunto de dados de Araujo (2015) permite estimar o efeito das normas na concordância verbal em Feira de Santana (Tabela 2).

Tabela 2: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural quanto ao tipo de norma em Feira de Santana

	<i>Concordância verbal</i>		
	padrão	não padrão	<i>Total</i>
Norma culta	619 93.9 %	40 6.1 %	659 100 %

Norma popular urbana	119 27.9 %	307 72.1 %	426 100 %
Norma popular rural	97 21.6 %	352 78.4 %	449 100 %
Total	835 54.4 %	699 45.6 %	1534 100 %

$$\chi^2=730.183 \cdot df=2 \cdot V^2=0.690 \cdot p=0.000$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Araujo (2015).

Há uma forte associação ($V^2 = 0.690$) estatisticamente significativa entre o tipo de norma e a taxa de concordância: falantes da norma culta realizam mais a concordância padrão do que os falantes de norma popular urbana, que, por sua vez, realizam mais a concordância do que os falantes de norma popular rural; o que corrobora a hipótese de difusão do urbano culto para o rural, já evidenciada por estudos anteriores em outras comunidades de fala: por exemplo, Rodrigues (1987), que analisou a fala de migrantes, moradores da periferia de São Paulo (29% de concordância padrão); Vieira (1995), que estudou a fala popular do norte fluminense (38% de concordância não padrão), os quais trazem resultados que contrastam com os obtidos por Graciosa (1991), com amostra de dados do Projeto Norma Urbana Culta (NURC), com 94% de concordância padrão na fala culta carioca.

No tocante à comunidade de fala de Feira de Santana, foco deste estudo, considerando o viés na constituição da amostra (todos os falantes de norma culta são feirenses), para verificar o efeito da comunidade externa no fenômeno da concordância, é necessário segmentar a amostra, considerando apenas a influência da migração, a partir do conjunto de dados utilizados no estudo de Araújo (2014) (Tabela 3).

Tabela 3: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural quanto à migração em Feira de Santana

	Concordância verbal		
	padrão	não padrão	Total
Filho de migrantes	105 24.1 %	330 75.9 %	435 100 %
Feirenses	119 27.9 %	307 72.1 %	426 100 %
Total	224 26 %	637 74 %	861 100 %

$$\chi^2=1.420 \cdot df=1 \cdot \varphi=0.043 \cdot p=0.233$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Araujo (2014).

A associação entre origem do falante e taxa de concordância, dentro do conjunto da norma popular (menor escolarização) não é estatisticamente significativa, sugerindo que o efeito maior, na comunidade de fala de Feira de Santana está relacionado à escolarização: aqueles que nascidos e residentes numa cidade com um forte passado rural – e que, tiveram, inevitavelmente, contato com os padrões comportamentais e linguísticos de pessoas que vieram de cidades menores ou da zona rural da circunvizinhança –, demarcam sua identidade por meio de um falar que os distancie da fala popular, evidenciado pela alta taxa de concordância padrão na fala desses indivíduos com ensino superior completo. Esse resultado nos fez questionar se, de fato, há efeito do contínuo rural-urbano no uso da concordância ou efeito da escolarização. Para dirimir esta questão, passamos a sistematizar os resultados de estudos sobre a concordância verbal em outras comunidades de fala da Bahia, considerando o efeito da escolarização e do contato de normas, nas medidas disponíveis em cada estudo.

Na região centro-sul da Bahia, o estudo de Silva (2005) considerou a concordância verbal com a terceira pessoa do plural em três comunidades com perfis diferentes quanto à urbanização: uma comunidade urbana, com amostras de dados coletadas na sede do município de Poções, que fica a 68,5 km de Vitória de Conquista, uma comunidade rural, Morrinhos, e uma comunidade afro-brasileira, Cinzento, que também foi considerada no estudo de Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009).

Tabela 4: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural quanto ao perfil de urbanização no centro-sul da Bahia

	Concordância verbal		
	padrão	não padrão	Total
Escolarização precária	290 23.9 %	921 76.1 %	1211 100 %
Analfabeto	77 8.7 %	812 91.3 %	889 100 %
Total	367 17.5 %	1733 82.5 %	2100 100 %

$$\chi^2=82.000 \cdot df=1 \cdot \phi=0.199 \cdot p=0.000$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Silva (2005).

O efeito da comunidade é estatisticamente significativo (Tabela 4), mas com fraca associação ($V^2 = 0.142$). Na mesma direção dos resultados encontrados em Feira de Santana, há associação entre a taxa de concordância padrão e o contínuo rural-urbano: a comunidade urbana realiza mais concordância verbal do que a comunidade rural, que, realiza mais concordância do que a comunidade afro-brasileira. Diferentemente da amostra de Feira de Santana, que contava com falantes com pouca escolarização (norma popular) e altamente escolarizados (norma culta), a estratificação de Silva (2005) considerou apenas falantes com pouca escolarização ou analfabetos (Tabela 5).

Tabela 5: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural quanto à escolaridade no centro-sul da Bahia

	Concordância verbal		
	padrão	não padrão	Total
Alta exposição	166 35.8 %	298 64.2 %	464 100 %
Média-baixa exposição	84 11.8 %	625 88.2 %	709 100 %
Total	250 21.3 %	923 78.7 %	1173 100 %

$$\chi^2=94.329 \cdot df=1 \cdot \phi=0.286 \cdot p=0.000$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Silva (2005).

Mesmo dentro do conjunto do que equivaleria à norma popular, há diferenças quanto à concordância verbal padrão: falantes com escolarização precária usam mais a concordância padrão do que falantes analfabetos, associação estatisticamente significativa.

va fraca a moderada. Mas, muito mais forte do que a escolarização, parece ser a exposição à mídia (tabela 6).

Tabela 6: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural quanto à exposição à mídia no centro-sul da Bahia

	Concordância verbal		
	padrão	não padrão	Total
Comunidade rural	216 27.1 %	582 72.9 %	798 100 %
Comunidade urbana	114 21.7 %	411 78.3 %	525 100 %
Total	330 24.9 %	993 75.1 %	1323 100 %

$$\chi^2=4.566 \cdot df=1 \cdot \varphi=0.061 \cdot p=0.033$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Silva (2005).⁷

O uso da concordância padrão está moderadamente associado ($V^2 = 0.286$) à exposição à mídia: a concordância padrão é mais recorrente entre os falantes que estão sujeitos à alta exposição à mídia do que entre aqueles com média-baixa exposição, e esta diferença é estatisticamente significativa. Este resultado indica contato de normas mediante exposição, e sugere que o efeito atribuído à escolarização não seja necessariamente efeito da escola, e sim de contato de normas e exposição às variantes de prestígio.

Mais próximo geograficamente de Feira de Santana, no Recôncavo da Bahia, Burgos (2015) considera o município de Cachoeira, a 120 km de Salvador e a 51 km de Feira de Santana, com amostras coletadas na sede, zona urbana, e no Povoado do Saco, zona rural do município.

Tabela 7: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural quanto à zona de residência dos falantes em Cachoeira

	Concordância verbal		
	Padrão	não padrão	Total
Ao menos seis meses	108 18.4 %	479 81.6 %	587 100 %
Nunca esteve fora	222 43.2 %	292 56.8 %	514 100 %
Total	330 30 %	771 70 %	1101 100 %

$$\chi^2=79.073 \cdot df=1 \cdot \varphi=0.270 \cdot p=0.000$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Burgos (2015).

O efeito do contínuo rural-urbano em Cachoeira na concordância verbal é contrário ao que se encontra em Feira de Santana e no centro-sul da Bahia, com maior uso da concordância padrão na comunidade rural do que na urbana, com nula associação, embora estatisticamente significativa. O contato com outras normas, aferido pela variável *tempo fora da comunidade*, com moderada associação, também vai em direção contrária ao que sugerem os demais estudos: a concordância verbal padrão é maior dentre aqueles falantes que nunca estiveram fora da comunidade do que aqueles que tiveram experiência de ao menos seis meses fora (Tabela 8).

Tabela 8: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural quanto à

estada fora da comunidade em Cachoeira

Concordância verbal

	padrão	não padrão	Total
Rio de Contas	98 24.2 %	307 75.8 %	405 100 %
Helvécia	58 15.5 %	316 84.5 %	374 100 %
Cinzento	117 12.6 %	810 87.4 %	927 100 %
Total	273 16 %	1433 84 %	1706 100 %

$$\chi^2=28.187 \cdot df=2 \cdot \text{Cramer's V}=0.129 \cdot p=0.000$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Burgos (2015).⁸

O efeito do isolamento é estatisticamente significativo mesmo em comunidades, por hipótese, mais isoladas, como é o caso das comunidades afro-brasileiras (LUCCHESI; BAXTER; SILVA, 2009, p. 357) (Tabela 9).

Tabela 9: Distribuição da concordância verbal com a terceira pessoa do plural em comunidades afro-brasileiras da Bahia

		Concordância verbal		
		padrão	não padrão	Total
Rio de Contas		98 24.2 %	307 75.8 %	405 100 %
Helvécia		58 15.5 %	316 84.5 %	374 100 %
Cinzento		117 12.6 %	810 87.4 %	927 100 %
Total		273 16 %	1433 84 %	1706 100 %

$$\chi^2=28.187 \cdot df=2 \cdot \text{Cramer's V}=0.129 \cdot p=0.000$$

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Lucchesi, Baxter e Silva (2009).

Dentre as comunidades afro-brasileiras, Rio de Contas é a com mais abertura a contatos, com estrutura turística e atrativos naturais, que mobilizam maior fluxo de pessoas. Por outro lado, Cinzento é a comunidade mais restrita de contatos, com estrutura endogâmica e de difícil acesso. A distribuição da concordância verbal padrão tem associação fraca ($V^2 = 0.129$), mas estatisticamente significativa com a abertura da comunidade a contatos: a comunidade de Rio das Contas apresenta maior uso de concordância padrão do que a de Helvécia, que, por sua vez, apresenta maior taxa do que Cinzento.

Os resultados sistematizados apresentados, que caracterizam Feira de Santana e a sua aderência ao polo rural do contínuo rural-urbano, evidenciam que na concordância verbal com terceira pessoa do plural:

- (a) Existe efeito forte entre norma culta e norma popular em Feira de Santana;
- (b) O efeito do contato de normas por mobilidade não é significativo;
- (c) Há comunidades em que o efeito rural-urbano é estatisticamente significativo, como no centro-sul da Bahia e nas comunidades afro-brasileiras; e
- (d) Há comunidades, como Cachoeira, em que o efeito rural-urbano não é estatisticamente significativo.

Destacamos a diversidade de critérios de constituição de amostra e de estabelecimento de parâmetros de aferição dos efeitos (tempo na comunidade, exposição à mídia e mobilidade).

Passamos agora a comparar os resultados do fenômeno em Feira de Santana com uma comunidade que está na direção do polo urbano do contínuo rural-urbano: Salvador. Para observar a difusão da variante da concordância padrão no interior e na capital do

estado da Bahia, os resultados de Araújo (2013) são comparados com os resultados de Souza (2011), que tratou da concordância verbal na terceira pessoa do plural em uma amostra de dados do *Programa de Estudos do Português Popular (PEPP)*, e com os de Teixeira (2013), que tratou do mesmo fenômeno, mas com dados da amostra do projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*.⁹ Esses três estudos controlaram a variável faixa etária com os mesmos critérios, o que permite a comparação da difusão das variantes não só quanto ao contínuo rural-urbano, mas também em direção a uma mudança, com dados em tempo aparente.

Na norma culta, em Feira de Santana, a variante padrão está associada aos falantes mais jovens ($\chi^2=27.586$, $df=2$, $p=0.00$), enquanto em Salvador, a associação se dá na direção contrária, com a associação da variante padrão às faixas etárias mais altas ($\chi^2=189.131$, $df=3$, $p=0.000$), embora exista diferença entre a força da associação, fraca em Feira de Santana ($V^2 = 0.160$) e moderada em Salvador ($V^2 = 0.237$).

Já quanto à norma popular, a situação se inverte: em Feira de Santana, há associação entre a variante padrão da concordância e os falantes mais jovens ($\chi^2=24.204$, $df=2$, $p=0.000$), com força moderada ($V^2 = 0.239$), enquanto em Salvador, a associação é inexistente. A mudança em tempo aparente sugere efeito da sócio-história recente da urbanização de Feira de Santana, com um maior uso da variante padrão na fala dos mais jovens, ratificando a interpretação de mudança geracional da regra padrão de concordância verbal na fala popular, assim como em Salvador.

O modelo de regressão logística para verificar o efeito da faixa etária, da comunidade e do tipo de norma na realização da variante padrão da concordância verbal com os conjuntos de dados dos três estudos anteriores (ARAÚJO, 2013; TEIXEIRA; LUCCHESI; MENDES, 2013; SOUZA, 2011) tem poder explicativo moderado ($R^2 = 0.21$).

Tabela 10: Efeito da faixa etária, comunidade e tipo de norma, no uso da concordância padrão em modelo de regressão logística com o conjunto de dados dos três estudos considerados

	Variante padrão da concordância verbal			
	Razão de chances	β	estatística	<i>P</i>
(Intercept)	0.40	-0.92	-15.81	<0.001
idade [45 a 55 anos]	0.94	-0.07	-0.90	0.370
idade [mais de 65 anos]	0.86	-0.15	-1.96	0.050
comunidade [Feira de Santana]	1.15	0.14	2.05	0.041
norma [popular]	8.21	2.11	32.15	<0.001
Observações			5680	
R^2			0.206	

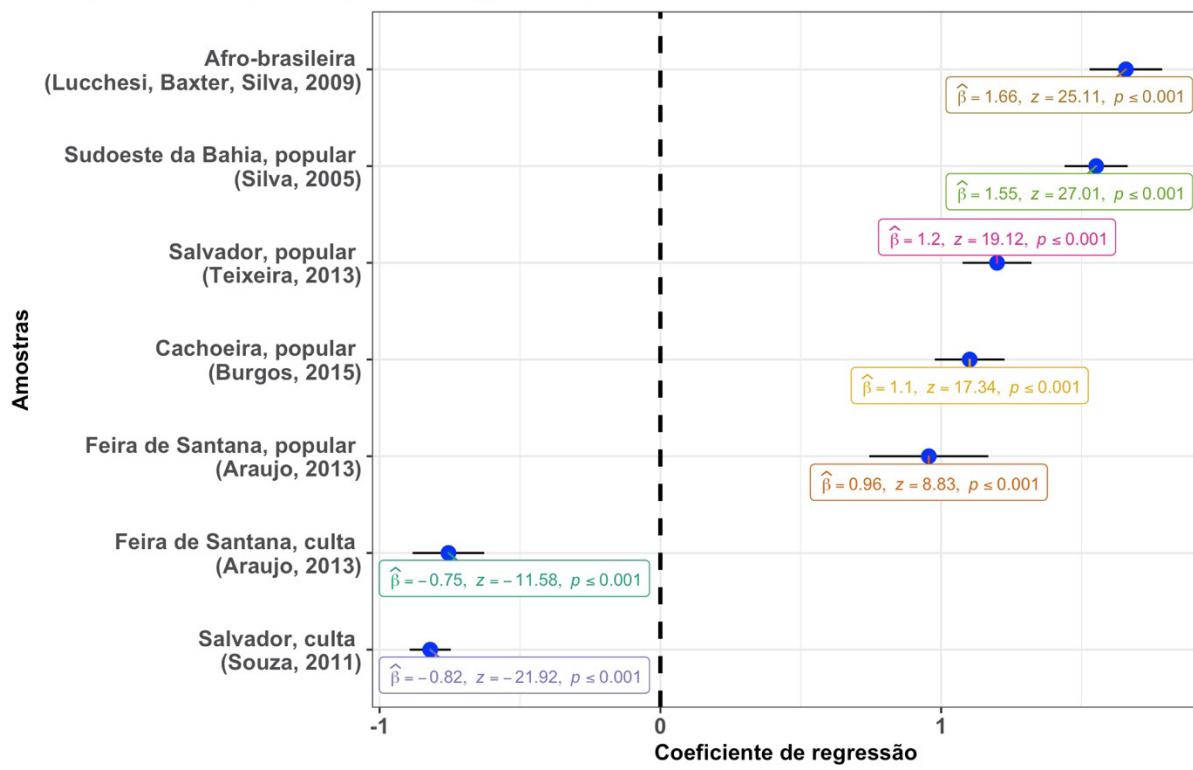
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Souza (2011), Araujo (2013), Teixeira; LUCCHESI; MENDES, (2013).

Em relação ao nível de referência (faixa etária 25 a 35 anos, comunidade Salvador e norma culta), os níveis da variável faixa etária não se mostram estatisticamente significativos, mas o efeito da comunidade e do tipo de norma sim, com maior força a norma popular.

Figura 1: Distribuição da variante padrão de concordância verbal com a terceira pessoa do plural, conforme o *continuum* de urbanização no estado da Bahia

Concordância padrão

Summary effect: $z = 1.77, p = 0.077, \hat{\beta} = 0.70, \text{CI}_{95\%} [-0.08, 1.47], n_{\text{effects}} = 7$



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de mata-análise.

Quando considerados em conjunto quanto ao tipo de norma e à comunidade (Figura 1), em uma meta-análise de uma regressão linear generalizada (fórmula = VD ~ 1), as amostras apresentam heterogeneidade considerável ($I^2 = 99,7\%$) entre si, com três padrões claramente distintos quanto à concordância padrão, que podem ser relacionados

ao tipo de norma e urbanização das comunidades:

- A norma culta e urbanizada em Feira de Santana e Salvador estão associadas à concordância verbal padrão;
- A norma popular, rurbana geograficamente circunscrita, como em Cachoeira, e em situações de menor escolarização, como Feira de Santana e Salvador, em estágio intermediário de associação à concordância verbal padrão;
- A norma popular rural, em comunidades rurais, como no centro-sul da Bahia, e em comunidades afro-brasileiras em estágio pouco associado à concordância verbal padrão.

O nível de difusão da variante padrão em diferentes variedades do português falado na Bahia aponta ainda para uma realidade bipolarizada quando se consideram variedades-extremo, a saber, o português rural afro-brasileiro e o português urbano culto (cf. LUCCHESI, 2015). Por sua vez, identificamos também um *continuum* quando se passa de comunidades rurais a rurbanas. Não foram identificadas diferenças significativas quando se compararam os resultados da norma popular de Salvador (capital do estado) e Feira de Santana, mesmo esta cidade tendo tido uma presença forte da cultura rural. Os resultados quantitativos se alinham à percepção da própria comunidade, que é orientada para o *prestígio/status* e não para a *identidade*.

A força identitária das normas linguísticas não se faz apenas endocentricamente, mas também exocentricamente. Assim como há uma tendência dos falantes a se acomodar às práticas linguísticas normais de seu grupo social (e isso pode se transformar em motivo de orgulho e, eventualmente, em fator de resistência a processos sociais sentidos como ameaçadores ao grupo), o desejo de se identificar com outro(s) grupo(s) ou a própria pressão das redes de relações sociais externas ao grupo podem levar os falantes a buscar o domínio de outra(s) norma(s). (FARACO, 2008, p. 41)

Quanto à norma culta, no caso de Feira de Santana, os membros da elite evitaram a influência de falares rurais, a fim de demarcarem a sua condição de letrados, a sua identidade, também por meio de um falar que os distancie da fala popular. O excerto a seguir é extraído da entrevista de um homem de Feira de Santana da faixa II, engenheiro civil e professor universitário, que ilustra o quanto as pessoas escolarizadas policiam-se para evitar a ausência da concordância, cometendo, por vezes, hiper correções, como a que se constata abaixo, quando o entrevistado interrompe o entrevistador para fazer uma “correção” na sua própria fala:

INF: E retorno aos pontos... onde me marcou e marcam ainda muito: o mercado, feira livre... ainda gosto de fazer feira.

DOC: Hum-hum.

INF: Vou ao... a ... Centro de Abastecimento.

INF: E gosto de tá ali na feira, escolhendo os artigos, os preços e... convivendo num... naquele meio... que *tá* na minha raiz, nas minhas lembranças.

DOC: Hum-hum.

INF: A feira livre...

DOC: E...

INF: *Estão*, aliás.

Fonte: Entrevista pertencente ao acervo linguístico do Projeto “A língua portuguesa do semiárido baiano – Fase III”.

A ausência de marcas de número em formas verbais é avaliada negativamente na comunidade, sendo uma forma estigmatizada e envolta de preconceito. Essa percepção expressa pelo falante reflete as mudanças ocorridas no Brasil a partir da década de 1930, com processos de urbanização e de industrialização, consolidados principalmente na década de 1950, e que alteraram a estrutura social no Brasil, levando a ocorrer, por exemplo, um amplo quadro de êxodo rural, além e outros deslocamentos, haja vista que os núcleos industriais e urbanos no Brasil não foram distribuídos de maneira igualitária, havendo, na verdade, “ilhas de industrialização e de urbanização”, com diversos deslocamentos populacionais motivados por oportunidades de trabalho e estudo. As mudanças sociais levaram a alterações na realidade sociolinguística no Brasil, com processos de variação e mudança que, para alguns grupos, demonstram a adoção de formas prestigiadas e, para outros, de formas desprestigiadas.

Em Feira de Santana, os resultados em tempo aparente mostram que são os mais jovens que fazem mais uso da variante padrão da concordância verbal, sugerindo que, no passado, o uso de marcas de plural nas formas verbais deveria ser menos frequente. Já em Salvador, os resultados indicam que, ao contrário, são os mais velhos que fazem uso da variante padrão. Considerando a distribuição do traço da concordância verbal padrão no português falado na Bahia, desde comunidades com maiores índices de isolamento a até outras com maiores níveis de interações, com redes de contatos diversos, até mesmo, com

o universo letrado, demostramos o efeito dos processos de urbanização e de industrialização, sinalizado pelo traço da concordância verbal no PB.

Conclusão

A perda da morfologia flexional relacionada às regras de concordância verbal é, sem dúvida, um dos traços linguísticos que caracterizam as variedades populares do PB. E a não utilização da regra padrão de concordância verbal com a terceira pessoa do plural, nas comunidades de fala urbanas, é um estereótipo sociolinguístico, sendo avaliado, por falantes escolarizados em comunidades urbanas, como algo típico da fala de pessoas da zona rural ou de não escolarizadas.

Nos dias que correm, é praticamente impossível encontrar comunidades cujos moradores não interajam com pessoas com padrões socioeconômicos, históricos e linguísticos diferentes dos seus. Os avanços das novas tecnologias tornam praticamente impossível haver comunidades rurais no Brasil com moradores que não ouçam rádio, não assistam à televisão, não usem internet ou não viagem para regiões urbanas. É muito difícil encontrar níveis altos de isolamento linguístico no Brasil, mesmo em comunidades rurais, inclusive as marcadas etnicamente. No entanto, os resultados da meta-análise apontam que existem fronteiras geográficas e sociais bem demarcadas no Brasil quanto ao uso da língua, e o traço da concordância verbal padrão tem comportamento estável nas diferentes comunidades. A diversidade de métodos e de amostragens pode ser neutralizada com a adoção de procedimentos estatísticos para um estudo de meta-análise, sem o qual não seria possível dar validade científica à percepção das diferenças.

Quanto aos objetivos deste texto, os resultados evidenciam que a sócio-história do município de Feira de Santana, com recente e acelerado crescimento urbano, exerce influência no uso atual das marcas de concordância de número em formas verbais, o que demonstra o peso de questões sociais no uso de formas alternantes do nível morfossintático. Uma análise que considerasse apenas as frequências absolutas levaria à interpretação de que o contínuo rural-urbano seria o fator mais atuante, já que o uso padrão cresce progressivamente a partir dos dados dos residentes da zona rural com baixa ou nula escolarização, perpassando pelos dados dos residentes na periferia da sede do município também com baixa ou nula escolarização, até atingir os maiores percentuais na fala dos escolarizados com nível superior de escolarização e residentes na sede do município. Entretanto, uma análise mais aprofundada, com uso de testes estatísticos revelou que o fator mais importante é a escolarização e não a questão da diazonalidade.

Como se dariam os resultados em outras regiões da Bahia? Resultados de pesqui-

sas realizadas no centro-sul baiano foram analisados por meio de testes estatísticos e demonstraram que há uma associação, embora fraca, entre diazonalidade e concordância verbal com P6 nos dados da fala popular, mostrando um processo de difusão da variante padrão a partir da zona urbana, de modo que os falantes das comunidades afro-brasileiras usariam menos a variante padrão em relação aos dados dos residentes na zona urbana, que, por sua vez, usariam mais que os da zona rural não marcada etnicamente, mesmo sendo todos participantes das três comunidades representantes da norma popular. De modo interessante, os resultados mostraram que os que frequentaram a escola, mesmo que pouco, usavam mais marcas de concordância plural. Essa constatação já levou a suspeitar que o que realmente estaria atuando seria o contato com a variante de prestígio e não necessariamente a aprendizagem da norma padrão possibilitada pelo contato com a escola. Essa hipótese foi confirmada pela forte associação revelada por meio da variável *exposição à mídia*.

Relacionando os resultados com a sócio-história do português falado no município de Feira de Santana, os resultados obtidos por meio da meta-análise trouxeram resultados interessantes no que concerne ao processo de mudança linguística. Com as mesmas faixas etárias, os dados da norma culta em Feira de Santana e Salvador mostraram resultados diferentes. Faixa etária mais jovem está associado ao uso padrão em Feira de Santana, enquanto que, na capital, à faixa etária mais alta. O passado eminentemente rural de Feira de Santana, com acesso ao universo de escolarização mais tardio, parece ter influenciado que os que recentemente tiveram acesso à norma padrão veiculada na escola façam uso da variante prestigiada, negando as suas raízes rurais.

A consideração do estudo de Burgos (2015), com dados gravados em Cachoeira, mostrou que o efeito rural-urbano não é estatisticamente significativo. Nesse sentido, sendo um município que ainda preserva muito da cultura rural, com menores índices de urbanização, reforça o peso da recente urbanização em Feira de Santana para que as variantes não prestigiadas sejam preteridas.

Os resultados obtidos com este estudo chamam, pois, atenção para a necessidade de serem realizados estudos que analisem o peso das redes de contatos no processo de variação/ mudança linguística, bem como para o uso de ferramentas estatísticas para a comparação de resultados.

Referências

ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. Urbanização, escolarização e variação linguística em Feira de Santana-Bahia (século XX). *Tabuleiro de Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens da UNEB*, Salvador, n. 4, 2012. Disponível em:

http://www.tabuleirodeletras.uneb.br/secun/numero_04/pdf/no04_artigo012.pdf.
Acesso em: 19 mai. 2020.

AMARAL, Amadeu. *O Dialeto caipira*. São Paulo: HUCITEC/Secretaria da Cultura, 1976.

ANJOS, Sandra Espínola. *Um estudo variacionista da concordância verbo-sujeito na fala dos pessoenses*. 1999. 160 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade. Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal e sua importância para os estudos sobre a formação do português brasileiro. *Papia* (Brasília), v. 22(1), p. 91-110, 2012.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. Estudo comparado dos padrões de uso da concordância verbal em Feira de Santana e Salvador. In: Norma da Silva Lopes; Lígia Pelon de Lima Bulhões; Lúcia Maria de Jesus Parcerio (Org.). (Org.). *Salvador, sob o olhar da Sociolinguística*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013, v. 1, p. 109-142.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. *A concordância verbal no português falado em Feira de Santana-Ba: sociolinguística e sócio-história do português brasileiro*. 2014. 342 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2014.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias; ALMEIDA, Norma Lucia Fernandes de. O projeto A língua portuguesa no semiárido baiano – fase 3: critérios de constituição e da amostragem do banco de dados. In: FREITAG, Raquel, Meister. *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*. São Paulo: Blucher, 2014, p. 16-20.

ARAUJO, Silvana Silva de Farias. A concordância verbal na fala culta e popular do português brasileiro. In: KRAGH, Kirsten Jeppesen; LINDSCHOUW, Jan. (Org.). *Les variations diasystématiques et leurs interdépendances dans les langues romanes*. Strasbourg: Éditions de linguistique et de philologie (ELiPhi), 2015, v. 1. p. 281-292.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e vaqueiros*. Salvador: EDUFBA, 1989.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *The Urbanization of Rural Dialect Speakers: a sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegoumu na escola, e agora? Sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2005.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris; SILVA, Maria da Guia Taveiro; CAXANGÁ, Maria do Rosário Rocha; LINS, Maria Vieira. Raízes sociolinguísticas do analfabetismo no Brasil. In: *Acolhendo a alfabetização nos países de língua portuguesa*, v. 04, 2008. p. 215-234.

BURGOS, Luiz Eduardo. *A variação na concordância verbal no português popular do Município de Cachoeira BA*. 2015. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) - Universidade

Federal da Bahia, Salvador, 2015.

CENSO DO IBGE (2010). Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_dou/ba2010.pdf. Acesso em 27 nov. 2020.

FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.

FIELD, Andy P.; GILLETT, Raphael. How to do a meta-analysis. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, v. 63, n. 3, p. 665-694, 2010.

FREITAG, Raquel M. K. *Como fazer meta-análise com dados sociolinguísticos?*. Disponível em: <https://rkofreitag.github.io/meta.html/>, 2020 Acesso em: 23 mai. 2021.

GALVÃO, Cristina Maria; SAWADA, Namie Okino; MENDES, Isabel Amália Costa. A busca das melhores evidências. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 37, n.4, p. 43-50, 2003.

GALVÃO, Renato de Andrade. Os povoadores da região de Feira de Santana. *Stientibus*, Feira de Santana, v.1, n. 1, p. 25-31, jul./dez. 1982.

GANDRA, Ana Sartori. A concordância verbal no português europeu rural. In: OLIVEIRA, Klebson; Cunha e Souza, Hirão F.; Gomes, Luís (Org.). *Novos tons de rosa...* para Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 142-161.

GRACIOSA, Diva Maria Dias. *Concordância verbal na fala culta carioca*. 1991. 100 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Prefácio de Antônio Cândido. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

LABOV, William. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LEMLE, Miriam; NARO, Anthony Julius. *Competências básicas do português*. Relatório final de pesquisa apresentado às instituições patrocinadoras Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e Fundação Ford, 1977.

LUCCHESI, Dante. *Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.

LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da. A concordância verbal. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. Cap. 14, p. 331-371.

LÜDECKE, Daniel. *sjPlot - Data Visualization for Statistics in Social Science*. Disponível em: <https://www.rdocumentation.org/packages/sjPlot>, 2018. Acesso em: dia mês. ano.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos*. 2001. 99f. Dissertação (Mestrado em

- Lingüística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.
- MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. *Estudo sincrônico e diacrônico da concordância verbal de terceira pessoa do plural no PB e no PE*. 2009. 228 f. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MONTE, Alexandre. *Concordância verbal e variação: um estudo descritivo-comparativo do português brasileiro e do português europeu*. 2012. 171 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Campus de Araraquara, 2012.
- MONTE, Alexandre. *Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolinguística da cidade de São Carlos*. 2007. 114f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007.
- NARO, Anthony Julius. The social and structural dimensions of syntactic change. *Language*, v. 57, n.1, p. 63-98, 1981.
- NINA, Terezinha de J. C. *Concordância nominal/verbal do analfabeto na Microrregião Bragantina*. 1980. 140 f. Dissertação (Mestrado em Lingüística), PUC-RS, Porto Alegre, 1980.
- OLIVEIRA, Clóvis Frederico Ramaiana Moraes. *De empório a princesa do sertão: utopias civilizadoras em Feira de Santana (1893-1937)*. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- OLIVEIRA, Clóvis F. R. M. *Canções da cidade amanhecente: urbanização, memórias, silenciamentos, 1920-1960*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia-EDUFBA, 2016.
- PATIL, Indrajeet. *ggstatsplot: “ggplot2” based plots with statistical details*. Disponível em: <https://www.rdocumentation.org/packages/ggstatsplot/versions/0.5.0>. 2018. Acesso em: 26 jan. 2021.
- PEREIRA, Deize Crespim. *Concordância Verbal na língua nas trilhas das bandeiras paulistas*. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- POPPINO, Rollie E. *Feira de Santana*. Salvador: Itapuã, 1968.
- PROJETO A LÍNGUA PORTUGUESA DO SEMIÁRIDO BAIANO – FASE 3: A LÍNGUA FALADA EM FEIRA DE SANTANA. Disponível em: http://www2.uefs.br/nelp/fases_subprojetos.htm. Acesso em: 20 jul. 2020.
- PROJETO CORPUS ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO SERTÃO (CE-DOHS). Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/cedohs/corpora_o.html. Acesso em: 10 jul. 2020.
- RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. *A concordância verbal no português popular em*

São Paulo. 1987. 259f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa), Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 1987.

RUBIO, Cássio Florêncio. *Padrões de concordância e de alternância pronominal no português brasileiro e europeu: estudo sociolinguístico comparativo*. 2012. 392 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto, 2012.

SAMPAIO, Rosana Ferreira; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, p. 83-89, 2007.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: patrimônio e memória. *Palimpsesto*, v. 17, n. 28, p. 121-138, 2018.

SANTANA, José Humberto dos Santos; ARAUJO, Silvana Silva de Farias; FREITAG, Raquel Meister Ko. Documentação do português falado em comunidades rurais afro-brasileiras de Sergipe: procedimentos metodológicos. *PAPIA: Revista Brasileira de Estudos do Contato Linguístico*, v. 28, n. 2, p. 219-237, 2018a.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância de número no português popular do Brasil. *DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. A concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermerval da (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 93-114.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior do Estado da Bahia*. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SOUTHALL, Aidan. *Urban Anthropology*. New York: Oxford University Press, 1973.

SOUZA, Constância Maria Borges de. A concordância verbal variável no português dos Tongas. *Papia*, v. 2, n. 21, p. 183-193, 2011.

TEIXEIRA, Suelem Cristina Cunha; LUCCHESI, Dante; MENDES, Elisângela Passos. A concordância verbal no português popular de Salvador: uma amostra da variação linguística na periferia da capital baiana. *Entrepalavras*, v. 3, p. 251-275, 2013.

VIEIRA, Silvia Rodrigues. *Concordância verbal: variação em dialetos populares do norte fluminense*. 164f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995.



Data de submissão: 30/07/2020

Data de aceite: 13/09/2021

MUDANÇA CONSTRUCIONAL EM PREDICAÇÕES COM VERBO-SUPORTE

CONSTRUCTIONAL CHANGE IN PREDICATIONS WITH SUPPORT VERB

Pâmela Fagundes Travassos | [Lattes](#) | fagundespamela@letras.ufrj.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Marcia dos Santos Machado Vieira | [Lattes](#) | marcia@letras.ufrj.br
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: A pesquisa desenvolveu-se a partir da investigação de indícios de mudança construcional (alteração no polo formal ou funcional da construção) detectados em estudo diacrônico (diacronia recente) de predicadores complexos verbo-nominais com *DAR* em textos jornalísticos brasileiros dos séculos XX e XXI (1925 a 2014). Exemplos dessas perifrases são os seguintes: *dar uma desacelerada*, *dar uma reagida*, *dar uma escapadela*, *dar uma enroladinha* e *dar um pulinho*. Recorremos à metodologia de análise quantitativa e qualitativa para a observação do fenômeno. O objetivo é fazer uma descrição formal-funcional dessas construções, observando seu comportamento em sincronias diferentes ao longo do período especificado, atentando para possíveis mudanças linguísticas, para extensões de uso e/ou de sentidos e para a frequência de ocorrências e de tipos construcionais. Temos a intenção de verificar em que medida essas alterações têm relação com elementos intralingüísticos (cotexto) e extralingüísticos (contexto). Baseamo-nos na suposição de que há alteração no polo funcional das construções com verbo-suporte em estudo, com sobreposição do valor modal (como estratégia de polidez) em detrimento do valor aspectual não-durativo. O arcabouço teórico da pesquisa é baseado em construtos explicativos da Linguística Funcional-Cognitiva, da Gramática de Construções Baseada no Uso e da Sociolinguística.

Palavras-chave: Mudança construcional; Diacronia; Socioconstrucionismo; Predicações verbo-nominais com *DAR*.

Abstract: The research outlined here was based on the investigation of constructional change evidence (alteration in the formal or functional pole of construction) detected in a diachronic study (recent diachrony) of verb-nominal complex predators with the verb *DAR/GIVE* in Brazilian journalistic texts from the 20th and 2^{1st} centuries (1925 to

2014). Examples of these periphrases are: *dar uma desacelerada*, *dar uma reagida*, *dar uma escapadela*, *dar uma enroladinha* and *dar um pulinho*. We use the methodology of quantitative and qualitative analysis to observe the phenomenon. The objective is to make a formal-functional description of these constructions, observing their behavior in different synchronies throughout the specified period, paying attention to possible linguistic changes, extensions of use and/or meanings and frequency of occurrences and constructional types. We aim to verify to what extent these changes are related to intra-linguistic (co-text) and extralinguistic (context) elements. We are based on the assumption that there is a change in the functional pole of constructions with support verb under investigation, overlapping the modal value (as a politeness strategy) in detriment of the non-durable aspectual value. The theoretical framework of this research is based on explanatory constructs of Functional-Cognitive Linguistics, the Usage-Based Construction Grammar and Sociolinguistics.

Keywords: Constructional change; Diachrony; Socioconstructionism; Verb-nominal predication with *GIVE*.

1 INTRODUÇÃO

Investigamos indicadores de mudança quer na face formal quer na face funcional (mudança construcional, TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) de predicadores complexos verbo-nominais com *DAR*, cuja parte não-verbal possui um dos seguintes formatos: X-[a,i]da, X-[a,i]dinha, X-[a]dela, ou X-(z)inho(a). *Dar uma freada*, *dar uma convencida*, *dar uma passadela*, *dar uma respirada*, *dar um risinho*, *dar uma escorregadinha*, *dar uma desalinhada*, *dar uma batidinha* e *dar uma reforçadinha* são alguns exemplos. Assim, analisamos mudança linguística em expressões com algum grau de idiosyncrasia (não-composicionalidade, o que envolve, por sua vez, algum grau de opacidade semântica e de não-analisabilidade sintática) e de abstração (esquematicidade, decorrente de um processo de esquematização promovido por entrancheiramento de relação forma-função/significado na mente). *Construção é aqui entendida, a partir de Goldberg (1995, 2006)* e outros construcionistas, como um pareamento simbólico convencional de forma (prosódica, fonético-fonológica, morfológica, morfossintática, sintática e lexical) e função (semântica, discursiva, pragmática, cognitiva e social). Trata-se da unidade basilar da língua, sendo esta considerada como um grande *construct-i-con*, isto é, um grande inventário de construções (desde afixos até cláusulas inteiras) organizadas em rede (GOLDBERG, 1995, 2006).

Sob a ótica da Linguística Funcional-Cognitiva, da abordagem da Gramática de Construções Baseada no Uso e da Sociolinguística, este estudo se desenhou, tendo sempre em mente que a língua é usada em um contexto interacional específico e que seus recursos estão a serviço de uma determinada intenção comunicativa e sua manifestação nesse contexto é mediada por cossemioses dos interlocutores segundo processos sociais e processos cognitivos. Entendemos que a gramática se estrutura, se molda e se transforma no uso constante, o qual pode ser representado em níveis gerais mais abstratos, que registram, no todo, uma rede de construções relacionadas por meio de inúmeras interligações semântico-cognitivas. Assim, partindo dos usos, os quais podem ser fruto de inovação individual, podemos chegar à mudança da língua (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), caso haja convencionalização social dessa inovação em uma comunidade. Eventos de interação, o processo social de convencionalização (por difusão e normalização) e o processo cognitivo de entrincheiramento (por associação) relacionam-se e, assim, promovem os fenômenos de (relativa) estabilização, variação e mudança.

O objetivo é reunir contributos, de modo a fazer uma descrição diacrônica da configuração formal-funcional das perifrases verbo-nominais do português do Brasil, partindo de seus usos substantivos em textos jornalísticos escritos dos séculos XX e XXI (1925 a 2014). No que diz respeito ao *modus operandi*/ à metodologia empregada, a princípio, procedemos à reunião de dados (formação de amostra); em seguida, organizamos esses dados por tipo construcional e por decênio; por fim, fizemos uma análise quantitativa e qualitativa dos usos das construções. Temos a intenção de lançar nosso olhar para o quanto os diversos valores associados aos predicadores complexos têm relação com elementos do entorno linguístico (cotexto) e com elementos mais extralinguísticos que envolvem aspectos semânticos, discursivos, pragmáticos, sociais e/ou cognitivos. Ademais, objetivamos atentar para divergências na distribuição e na (poli)funcionalidade dos dados em sincronias diferentes, observando se há indícios de mudança construcional. Em geral, o acionamento de usos das microconstruções¹ em estudo em determinados contextos é associado à brevidade do estado de coisas (aspecto não-durativo), como no seguinte exemplo:

Ex.:1 Tirou o cigarro pra fora, todo amassado, último esquecido no bolso coitadinho. Esticou o que pôde o cigarrinho, *deu uma enroladinha* nele em cima do balcão, segurou-o na pontinha dos dedos, *deu uma catucadinha* no braço da moça, ela olhou pra ele, aquele olhar de marquise, ele perguntou, de novo, com o mesmo sorriso: -A senhorita aceita um cigarrim? [PB, Jornal *online O Globo*, 2006].

¹ “Microconstruções são as construções individuais mais substantivas/preenchidas, mas ainda abstratas.” (TRAVASSOS, 2019, p. 23)

Em 1, os usos das microconstruções *dar uma enroladinho* e *dar uma catucadinha* revelam a superficialidade do ato de *enrolar* e de *catucar*, bem como a brevidade dos estados de coisas, evidenciando o quanto as ações se desenvolveram rapidamente em um curto/pontual espaço de tempo. Contudo, estudos prévios (tal como TRAVASSOS, 2019) apontam que essas construções estão a serviço de uma série de outros sentidos, ao sofrerem interferências do contexto e do cotexto (TRAVAGLIA, 2000), e indicam, sobretudo, valor modal, como nesse exemplo:

Ex.2: Felipe Melo disse que Robinho *deu uma entrada* em Kaká durante o treino, mas que o lance não teve grandes consequências e que, logo depois, Kaká “*deu uma entradinha*” em Robinho também. “É tudo brincadeira, não teve nada de confusão nenhuma.” O jogador da Juventus disse que mostrou para Kaká a notícia publicada pela imprensa italiana. [PB, Jornal online O Globo, 2011]

No exemplo 2, os usos dos padrões construcionais *dar uma entrada* e *dar uma entradinha* indicam que houve um empurrão, uma batida, provavelmente, mais acentuada do que o esperado. No entanto, tal evento é perspectivado, com o uso das construções com verbo-suporte, de modo mais ameno, atenuado, de modo a conceptualizar a ação com ênfase na diminuição do impacto que possa ter provocado no outro. Assim, tais perifrases são utilizadas como uma estratégia de modalização do discurso, como um indicador de polidez e também como um recurso (inter)subjetivo, na medida em que revelam uma preocupação do locutor em relação à própria face, assim como com a face do interlocutor (BROWN; LEVINSON, 1987; GOFFMAN, 1967). O enunciador aciona-as para suavizar o modo como a cena foi concebida, pensando na imagem positiva que quer conquistar e na imagem do outro que não quer ameaçar.

Este estudo lança luz para a incidência crescente de usos dessas construções com o valor modal no português brasileiro (ao menos, no domínio jornalístico). Alguns dados apontaram para a manutenção da forma, mas com mudança no polo funcional: de valor aspectual não-durativo para valor modal. Percebemos, assim, que ocorrem reinterpretações, analogias e neoanálises, a depender do contexto, e os “novos” significados podem convencionalizar-se socialmente e, desta forma, gerar mudança linguística, ao passo que se enraízam na mente. Trataremos aqui de *links* entre constructos do *corpus* e microconstruções, voltando-nos para possíveis extensões de uso e de sentido dos complexos verbo-nominais no decorrer do tempo, para a distribuição de dados que indicam aspectualidade breve, modalidade, bem como a perspectiva (inter)subjetiva, comparativamente a outros valores (ou sobreposição de valores) e perspectivas (ou sobreposição de perspectivas) encontrados.

Ao procedermos com uma análise comparativa de constructos de padrões construcionais de sincronias diferentes dos séculos XX e XXI (1925 a 2014), tencionamos verificar, entre outras questões, (i) o quanto escasso era seu uso no domínio jornalístico nos decênios mais pretéritos analisados; (ii) se eram mais frequentemente associados à aspectualidade não-durativa antigamente; (iii) possíveis micropassos de alterações nas construções que possam ser reveladores de mudança construcional; (iv) se houve alteração ou extensão de usos e de sentidos no decorrer do tempo; (v) o grau de influência do cotexto e do contexto na indicação dos diversos valores; (vi) se passaram a ser mais frequentemente associados ao valor modal e à perspectiva intersubjetiva em decênios mais recentes (e quais microconstruções são mais acionadas para a marcação desse valor e dessa perspectiva); (vii) e se isso tem relação com a modalidade escrita, bem como com os objetivos interpessoais envolvidos no domínio jornalístico (atenção e preocupação mais voltados ao público leitor/consumidor).

Quanto às hipóteses, conjecturamos que os dados vão revelar indícios de mudança construcional, com essas construções indicando sobreposição de valor modal e da perspectiva (inter)subjetiva em relação ao valor aspectual não-durativo. Além disso, supomos que muitos dos valores sofrerão influência de elementos do contexto e do cotexto. Acreditamos que essas construções estão sendo acionadas com mais frequência nos decênios mais atuais no domínio jornalístico devido a uma mudança de postura em relação ao que é a norma linguística, tendo em vista que o perfil dos jornais se alterou com o tempo, de modo a se aproximar do interlocutor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EXPLICATIVA

Fundamentamo-nos na abordagem da Gramática de Construções Baseada no Uso (GOLDBERG, 1995, 2006; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), alinhada com a Sociolinguística (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 1968), numa abordagem socioconstrucionista (HILPERT, 2014; TRAVASSOS, 2019), para o tratamento da mudança construcional, levando em conta seus processos e mecanismos, como a analogização e a neanálise (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Para a descrição de valores envolvidos no polo funcional das perífrases verbo-nominais em estudo, baseamo-nos em conceituações relativas à aspectualidade (VENDLER, 1967; RAPOSO et al., 2013), à modalidade (NASCIMENTO, 2005) e à (inter)subjetividade (TRAUGOTT; DASHER, 2005; TRAUGOTT, 2010). De acordo com Traugott e Trousdale (2013, p. 23), mudança construcional pode ser entendida como aquela que afeta subcomponente(s) de atributos de uma construção, seja no âmbito da forma (prosódica, fonético-fonológica, morfológica, morfossintática, sintática), seja no âmbito da função (semântica, discursiva, pragmática, cognitiva, social). Hilpert (2013) salienta, ainda, outras evidências de mudança constru-

cional: crescimento ou diminuição da frequência de ocorrências (frequência *token*) e da frequência de tipos construcionais (frequência *type*) e o espalhamento social na comunidade. O autor acentua que, de modo geral, ocorre a sobreposição das evidências.

Dadas as circunstâncias concretas de interação sociocomunicativa, os usuários da língua têm intenções comunicativas e mantêm relações sociais de diversos tipos, de acordo com seus papéis sociais, com as hierarquias entre os interlocutores, com o grau de formalidade requerido pelo ambiente, etc. Assim, os usuários da língua têm função primordial na constante configuração e reconfiguração da gramática, pois podem manter usos linguísticos, de forma a reiterar sua cristalização, como também podem alterar usos, de modo a contribuir para o processo de mudança na língua. Nesse sentido, entendemos a língua como uma atividade sociocultural e a gramática como uma entidade plástica constantemente moldada pelas realizações linguísticas concretas, estruturada com arquitetura em forma de rede de construções mais abstratas (macroconstrução) em relação (horizontal e vertical) com outras menos esquemáticas (mesoconstrução e microconstrução), estando todas, essencialmente, interligadas semântico-cognitivamente diretamente aos constructos.

Consoante o “princípio da iconicidade do signo” ou “não-arbitrariade do signo na sintaxe”, os usuários da língua partem de expressões já conhecidas para a elaboração de novos sentidos (ressignificações) e para a formação de novas construções. Esse processo relaciona-se com o de analogia, o qual, segundo Bybee (2010), consiste na ideia de que “enunciação novas são criadas, com base em outros enunciados já produzidos em experiências discursivas anteriores”. Em decorrência da (alta ou baixa) frequência de uso e do (longo ou curto) tempo com que os novos sentidos e novas formas se estabelecem, pode ser que se rotinizem, tornando-se convencionalizados socialmente, ou, ainda, pode ser que haja outra inovação, devido ao ganho ou à perda de força expressiva das expressões anteriores. Por meio de dinâmicas na língua como essa, entendemos que a gramática é “emergente, modificada, renovada e mantida através da comunicação entre os usuários da língua, mas ao mesmo tempo tem uma forma, uma organização, em virtude de processos cognitivos gerais, tais como categorização e analogia, e em virtude da frequência de uso e da memória.” (ALONSO; CEZARIO, 2015, p. 63). Caso a inovação de uma forma se rotinize e se convencionalize pela sociedade, pode gerar mudança construcional. E, então, por isso, observamos o quanto cristalizada e rotinizada é determinada construção, além de também analisarmos seu potencial de restrição e de extensão.

Segundo Traugott e Trousdale (2013), há dois mecanismos que constituem a base cognitiva de conceptualização de mudança dos padrões construcionais: a analogização e a neoanálise. No processo de comunicação, nem sempre o conteúdo conceptualizado, materializado e transmitido pelo locutor equivale ao conteúdo interpretado pelo interlo-

cutor. Pode haver *match* ou *mismatch* nesse processo, isto é, a comunicação pode ser bem sucedida ou pode haver problemas de decodificação da informação. Isso ocorre devido ao fato de que cada ser humano possui uma experiência diferente de estar no mundo, cada indivíduo carrega conhecimentos prévios linguísticos e enciclopédicos diferentes. Assim, o processo de *mismatch* pode gerar inovações na língua, com o surgimento de novas formas e/ou de novas funções reconfiguradas/realignadas. Por analogia a formas e funções já estabelecidas em outros padrões construcionais, outras estruturas emergem. Esse processo é chamado de analogização. A analogia consiste em um processo cognitivo de domínio geral, isto é, está presente em outras “habilidades” humanas, para além do âmbito do linguístico, da comunicação. Além disso, constitui um mecanismo que propicia o nascimento de novas expressões, por meio de alterações superficiais em estruturas de base.

Outro mecanismo de mudança é a *reanálise*. Trata-se do processo de construção de uma nova representação linguística, consequência de uma reinterpretação semântica de uma construção, na mente do sujeito em interação com outro(s) sujeito(s) (FISCHER, 2011). Langacker (1987, p. 58) apresenta a seguinte definição de neoanálise: “*a change in the structure of an expression or class of expressions that does not involve any immediate or intrinsic modification of its surface manifestation.*”². Consoante Hopper e Traugott (2003), a “reanálise” é uma etapa prévia necessária para a instalação da mudança via analogia. Tendo em vista que a comunicação é uma atividade interacional dialógica, os diversos sentidos despontam de forma *online* e são negociados entre os participantes. Caso o novo sentido e/ou a nova forma se *convencionalize(m)* na sociedade, isso pode resultar em mudança linguística.

Para que ocorra o processo dinâmico de mudança, é necessário que, antes, tenha havido a variação por um tempo e, então, uma estrutura construcional tenha sido replicada frequentemente: “*linguistic change usually does not simply arise from some kind of wild and random variability. It essentially requires structured heterogeneity. Change can then be described as the generalization of one particular alternation*” (BERGS; DIEWALD, 2008, p. 5)³. As construções se alteram em pequenos micropassos até que a mudança se consolide. Assim também é a percepção da comunidade em relação à recepção da nova forma e/ou da nova função: gradual. Traugott (2010) ressalta a relevância de estágios intermediários, a importância de perspectivar tal evento em termos de *clines* de mudança, com gradações entre os extremos (estado 1 -anterior à mudança- e estado 2 -posterior à mudança-). Há

² “[...] uma mudança na estrutura de uma expressão ou classe de expressões que não envolve qualquer modificação imediata e intrínseca de sua manifestação superficial” (LANGACKER, 1987, p. 58, tradução nossa).

³ “[...] mudança linguística geralmente não surge simplesmente de algum tipo de variabilidade selvagem e aleatória. Essencialmente, requer heterogeneidade estruturada. A mudança pode então ser descrita como a generalização de uma determinada alternância” (BERGS; DIEWALD, 2008, tradução nossa).

elementos intralinguísticos (cotextuais) e extralinguísticos (contextuais) que impulsionam a mudança. A esse respeito, Bergs e Diewald (2008) asseveram:

When we look at it (constructions) closely, two basic ideas seem to underlie most constructional approaches to linguistic change: (a) linguistic change often does not affect only single linguistic items, like words, morphemes, or phonemes, but also syntagmatic structures up to the sentential and utterance levels (i.e. the relevant *co-text* comprises all levels of explicitly expressed linguistic material) and (b) linguistic change can be very *con-text* sensitivite, i.e. motivated, triggered or influenced by pragmatic extralinguistic factors. (BERGS; DIEWALD, 2008, p. 3-4, grifo dos autores).⁴

Há as seguintes etapas (principais) do processo de mudança linguística: (i) inovação de uso de determinada construção por um indivíduo; (ii) convencionalização desse uso, por meio do espalhamento e rotinização na comunidade; (iii) criação estabelecida de novo padrão construcional, novo nó na rede construcional, ou seja, novo pareamento forma_{nova}-função_{nova} (construcionalização); (iv) mudança construcional (alteração no polo formal ou no polo funcional) na construção criada (pós-construcionalização) e (v) redução da estrutura, devido à frequência de uso a longo prazo ou obsolescência da forma, a qual torna-se rara ou não é mais acionada pelos usuários da língua.

Acreditamos que esteja havendo mudança construcional relacionada com as perífrases verbo-nominais com *DAR*, com manutenção do polo formal e alteração no polo funcional, de aspectual não-durativo para predominância da perspectiva intersubjetiva e da indicação da modalização do discurso. Entendemos aspecto como “uma propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do estado de coisas aí codificado, ou seja, as fases que ele pode compreender, e que integra o campo simbólico” (CASTILHO, 2010, p. 83). Trata-se do tempo interno de um evento. O aspecto não-durativo é aquele que se confina a um único momento linguisticamente estabelecido⁵ (VENDLER, 1967, p.102). Consoante Travaglia (1994, p. 47), “em oposição à duração, temos a não duração ou pontualidade que é o caso da situação cujo início e término ocorrem no mesmo instante ou separados por um lapso de tempo curto, de tal

⁴ “Quando olhamos de perto as construções, duas ideias básicas parecem estar por trás da maioria das abordagens construcionais de mudança linguística: (a) a mudança linguística frequentemente não afeta somente itens linguísticos isolados, como palavras, morfemas, ou fonemas, mas também estruturas sintagmáticas até a sentença e níveis da sentença (isto é, o **cotexto** relevante inclui todos os níveis de material linguístico explicitamente expressos) e (b) mudança linguística pode ser muito sensível ao **contexto**, isto é, motivada, desencadeada ou influenciada por fatores pragmáticos extralinguísticos” (BERGS; DIEWALD, 2008, grifo do autor, tradução nossa).

⁵ “Now some of these verbs can be predicated only for single moments of time (strictly speaking), while others can be predicated for shorter or longer periods of time.” (VENDLER, 1967, p. 102)

forma que a situação é concebida como pontual”.

Já a modalização (NASCIMENTO, 2005) é um recurso disponível na língua para representar um conjunto de crenças, conhecimentos, atitudes e pontos de vista de um sujeito mediante uma predicação concebida e atualizada em um contexto discursivo. Assim, nesse ambiente, sentidos diversos surgem e, igualmente, podem emergir novas interpretações de significados pragmáticos. A perspectiva (inter)subjetiva (TRAUGOTT; DASHER, 2005) tem relação com a ênfase dada ao interlocutor, enquanto participante do evento comunicativo. Assim, a atenção e cuidado se voltam ao outro, atentando para a preservação da face dos envolvidos. O enunciador projeta sua preocupação com o próprio modo de dizer, em função dos objetivos e intenções que tem em mente. Dessa forma, consegue persuadir o interlocutor a realizar uma ação desejada, por exemplo. Trata-se de uma maneira de conceptualização de uma cena do mundo. Além disso, é importante ressaltar que há graus diversos de (inter)subjetividade, assim como pode haver sobreposição de perspectivas mais ou menos (inter)subjetivas.

3 MATERIAIS E METODOLOGIA

Compomos uma amostra diacrônica, que abarcou os séculos XX e XXI (1925 a 2014), de dados de construções com verbo-suporte *DAR* da Língua Portuguesa, variedade brasileira, do domínio jornalístico, mais especificamente, do acervo *online* do jornal *O Globo*. Assim, o *corpus* foi constituído a partir de usos reais de comunicação. Tendo em vista que a tendência natural é que as construções apareçam, primeiramente, na fala e em contextos mais informais e, depois, com a sua convencionalização e rotinização, passem para contextos escritos mais formais, ao analisarmos *corpus*, exclusivamente, da modalidade escrita, retirados do domínio jornalístico, que pressupõe maior monitoração linguística (revisão textual), reiteramos sua trajetória, sua instituição/estabelecimento e crescente escala de produtividade ao longo do tempo. Dessa forma, fica evidente sua difusão para contextos diversificados, para além da modalidade oral e do registro informal. O jornal *O Globo* foi escolhido para ser a fonte de coleta de dados porque, nele, predomina a norma culta e por ter um acervo *online* disponível.

Ao todo, foram coletados 438 dados de usos de perífrases verbo-nominais, dos quais 13% foram retirados do *Google*, ferramenta utilizada para formação de amostra complementar. Nossa amostra contempla 90 anos (1925 a 2014) e os organizamos por decênios (períodos de 10 anos), a começar por 1925, ano mais pretérito oferecido pelo jornal. Ao favorecermos um estudo diacrônico, posicionamo-nos como observadores e

analistas de alterações históricas nas construções, que atentam para padrões de inovações e para as tendências de usos e de sentidos, tais como as sobreposições de valores em relação a outros mais antigos. Desse modo, rastreamos de perto como se dá a mudança linguística. De acordo com Hilpert (2014, p. 196):

[...] the diachronic approach to Construction Grammar studies variation in language use over time. Via studying historical variation in language use, it aims to work out differences between the linguistic knowledge of speakers at different points in time. The historical record of language use shows that constructions change. What makes the study of historical change so challenging is that constructions can in fact change with regard to several different aspects, including not only their form and meaning, but also their frequency of use and their association with social traits of the speakers who are using them. To capture all of these aspects, Hilpert (2013: 16) proposes the following definition of constructional change: (11) Constructional change selectively seizes a conventionalized form-meaning pair of a language, altering it in terms of its form, its function, any aspect of its frequency, its distribution in the linguistic community, or any combination of these. (HILPERT, 2014, p. 196).⁶

Instituímos, na busca dos dados, para fins de equilíbrio da amostra, a quantidade mínima e média de 100 dados procurados não só por tipo construcional (*type*)/microconstrução (*DAR + X-ada*, *DAR + X-ida*, *DAR + X-adinha*, *DAR + X-idinha*, *DAR + X-adela*, ou *DAR + X-(z)inho(a)*), mas também por decênio⁷. Resultados mostraram que uma parte considerável da amostra (212 dados de 438) foi encontrada no último decênio (2005 a 2014). Isso se explica pelos seguintes motivos: por um lado, o *design* do jornal mais recente facilita a busca e o reconhecimento mais rápido das construções em estudo (*layout* mais organizado, ortografia atual, palavras com fonte em número maior, uso de

⁶ “a abordagem diacrônica da Gramática de Construção estuda a variação no uso da língua ao longo do tempo. Por meio do estudo da variação histórica no uso linguístico, objetiva trabalhar diferenças entre o conhecimento linguístico dos falantes em diferentes momentos. O registro histórico do uso da língua mostra que as construções mudam. O que torna o estudo da mudança histórica tão desafiador é que as construções podem, de fato, mudar em relação a vários aspectos diferentes, incluindo não apenas sua forma e significado, mas também sua frequência de uso e sua associação com características sociais dos falantes que as usam. Para capturar todos esses aspectos, Hilpert (2013: 16) propõe a seguinte definição de mudança construcional: (11) A mudança construcional apreende seletivamente um par forma-significado convencional de uma língua, alterando-o em termos de sua forma, sua função, qualquer aspecto de sua frequência, sua distribuição na comunidade linguística ou qualquer combinação destes.” (HILPERT, 2014, p. 196, tradução nossa)

⁷ Segundo Travassos (2019, p. 92), “Após a leitura, nos deparávamos com as seguintes possibilidades: (i) encontrar o dado pesquisado; (ii) não encontrar o dado pesquisado; (iii) encontrar somente o elemento não-verbal; (iv) encontrar somente o verbo DAR; (v) encontrar outra construção em estudo, mas que não foi a pesquisada.” Sendo assim, não foram encontrados dados em todas as buscas. Por isso, a quantidade de dados ser de 438.

mais cores nas páginas e letras com total preenchimento de suas partes); por outro lado, conjecturamos que a produtividade desses complexos verbo-nominais aumentou no decorrer do tempo e, consequentemente, aumentaram também as opções virtuais paradigmáticas de preenchimento do *slot X* das construções (no domínio jornalístico) e, assim, podemos observar seu nível de restrição e de extensibilidade.

Em contraposição, uma parcela diminuta da amostra foi encontrada nos períodos mais antigos: apenas 8 dados no primeiro decênio (1925 a 1934) e 11 dados no segundo decênio (1935 a 1944). O *design* e a escrita nas páginas do jornal antigo, por vezes, eram ilegíveis, com caracteres não muito nítidos (partes apagadas), ortografia difícil de decifrar, fonte das letras em tamanho menor. Acreditamos, então, com base nessas evidências e em sua baixa produtividade, que essas construções não eram tão acionadas em épocas pretéritas (textos jornalísticos escritos). Assim, analisando a distribuição, produtividade, configuração e caracterização das construções ao longo do tempo, procedemos a uma descrição diacrônica desses predicadores.

Anteriormente à análise quantitativa dos dados, executamos a análise qualitativa. Nessa etapa, observamos a multifuncionalidade das construções, atentando para os diferentes sentidos, valores, perspectivas e usos em questão; a razão pela qual uma determinada forma era utilizada em vez de outra(s), levando em consideração a influência do contexto e do cotexto; a relação entre os constructos e as faces formal-funcional dos padrões construcionais e indícios de mudança construcional (no polo formal ou funcional).

Com os dados analisados e organizados em mãos, procedemos à sua codificação e à correção de falhas nas codificações; em seguida, dispomos esses dados em arquivo com formato bloco de notas e, depois, fizemos uso dos programas estatísticos Goldvarb X e Goldvarb (2001). Dessa forma, seguimos orientações, no que se refere à metodologia, do campo da Sociolinguística, em específico, a laboviana. Nos programas estatísticos, informamos a variável dependente, bem como as variáveis independentes a serem analisadas, cruzamos variáveis e examinamos os resultados via quantificação absoluta e percentual.

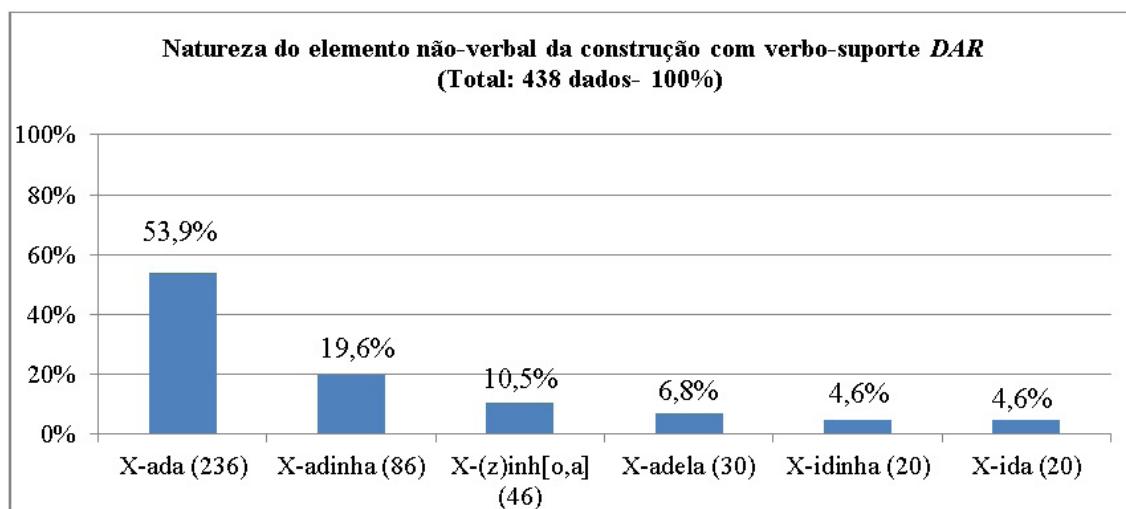
4 ANÁLISE DOS DADOS DE USO

Tendo em vista que a maior produtividade de um padrão construcional pode ser uma evidência de que a construção está (mais) convencionalizada ou em processo de convencionalização, assim como pode ser um indício de um grau maior de cristalização ou entrincheiramento na mente dos falantes, observamos, então, a princípio, qual era a

produtividade e a distribuição dos constructos por tipo construcional identificado (*DAR* + X-ada, *DAR* + X-ida, *DAR* + X-adinha, *DAR* + X-idinha, *DAR* + X-adela, ou *DAR* + X-(z)inho(a)). Desse modo, consideramos o tipo de X-afixo (elemento não-verbal) como variável dependente e investigamos o modo como variáveis independentes (intralingüísticas e extralingüísticas) interferiam no favorecimento ou desfavorecimento de uso de determinada microconstrução.

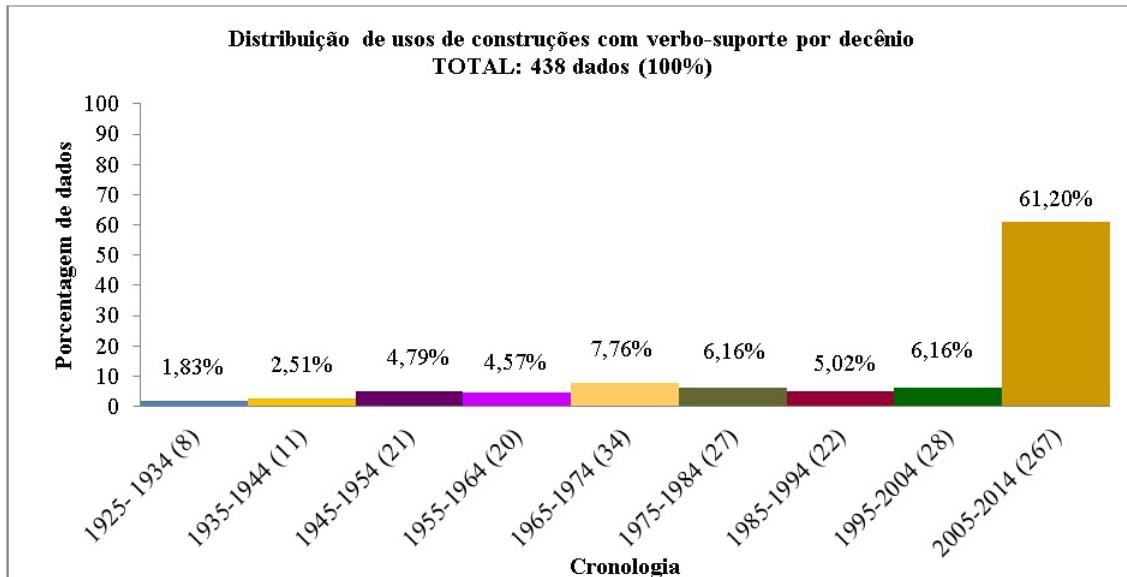
Resultados apontaram que houve, em mais da metade da amostra (53,9%), mais dados da microconstrução *DAR* + X-ada, o que revela grande representatividade e relevância em termos de produtividade (frequência *token*) e de potencial gerador de novos padrões construcionais (frequência *type*, extensibilidade). Nossa hipótese de que essa microconstrução seria a mais produtiva em termos de extensibilidade (em outros termos, a mais licenciadora de usos de construções com verbo-suporte) foi compatível com o resultado. Acreditamos que ela foi a primeira a ter aparecido e, em seguida, com o aumento da frequência de uso, pode ter motivado outras microconstruções. No decorrer do tempo, algumas outras microconstruções revelam crescimento no que diz respeito ao fator produtividade. Os gráficos que seguem ilustram, respectivamente, a distribuição dos constructos em função do tipo de X-afixo da construção com verbo-suporte *DAR* e a distribuição dos constructos das microconstruções em função do decênio:

Gráfico 1. Distribuição dos constructos de acordo com a natureza do elemento não-verbal da construção com verbo-suporte *DAR*



Fonte: Adaptado de Travassos (2019).

Gráfico 2. Distribuição de usos de construções com verbo-suporte por decênio



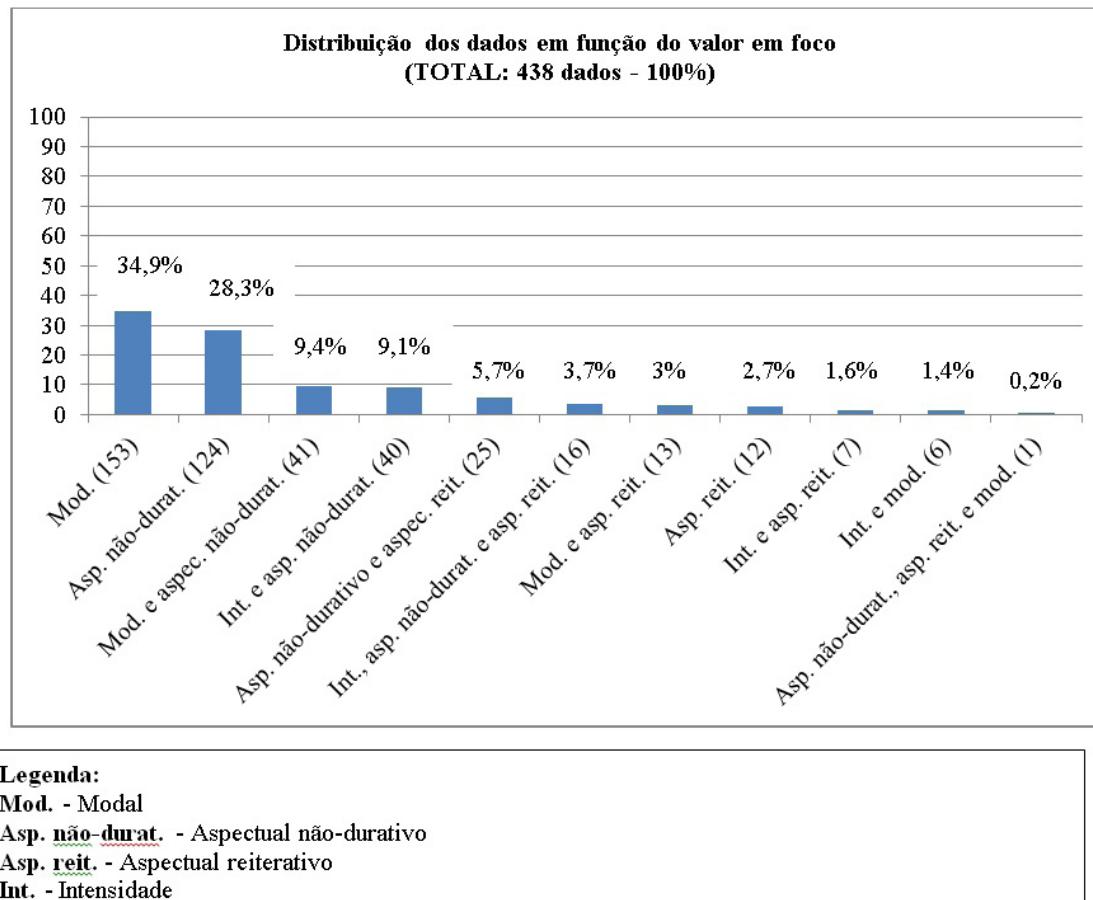
Fonte: Adaptado de Travassos (2019).

Com a análise do gráfico 2, percebemos que há, no último decênio, um volume consideravelmente maior de dados (267 do total 438) quando comparado aos outros decênios; mas da metade da amostra se concentra nesse período (61,20%). Esse aumento de ocorrências no período de 2005 a 2014 reitera nossa hipótese (intuição) de que as construções em estudo são mais produtivas atualmente. Com relação à distribuição de cada microconstrução por período, observamos que usos dos padrões construcionais *DAR + X-ada* e *DAR + X-adela* foram licenciados em todos os nove decênios; constructos da microconstrução *DAR + X-(z)inho(a)* foram mais encontrados no decênio de 1955 a 1964; ocorrências do tipo construcional *DAR + X-adinha* predominaram nos períodos de 1985 a 1994 e 1995 a 2004; no decênio de 1945 a 1954, só encontramos dados de *DAR + X-adinha*; nos outros decênios, houve mais dados de *DAR + X-ada*.

Após a análise da frequência e da distribuição dos tipos construcionais por recorte temporal, atentamos para sua (multi)funcionalidade, levando em conta valores envolvidos em usos dessas construções com verbo-suporte, principalmente os relacionados à potencialidade de indicação de valor aspectual não-durativo, de valor modal ou de sobreposição de valores. Como os predicadores complexos verbo-nominais em estudo são, recorrentemente, ligados, imediatamente, à noção de brevidade de um estado de coisas, buscamos verificar se, de fato, essa informação se confirma ou não, ou se essas perifrases estariam mais ligadas ainda ao valor modal, como atitude de polidez e de preservação

das faces dos interactantes, tal como supúnhamos. Nesse aspecto, nossa conjectura se confirmou. Como podemos verificar no gráfico que segue (Gráfico 3), o valor mais associado a essas construções é o modal (34,9%), seguido pelo valor aspectual não-durativo (28,3%). Esses dois resultados são bastante relevantes porque revelam não só a sobreposição do valor modal, o qual ganha mais espaço; mas também não nos fazem perder de vista a relevância do valor aspectual, o qual ainda possui uma representação quantitativa considerável, reveladora de resquícios de sua supremacia.

Gráfico 3. Distribuição dos dados em função do valor em foco



Fonte: Adaptado de Travassos (2019).

No Exemplo 3 que segue, ilustramos um constructo representativo da predominância do valor modal no uso da microconstrução *dar uma ensinadela*:

Ex. 3: A fisionomia de Jacob endureceu imperceptivelmente. É preciso conhecê-lo bem para saber quando o aventureiro implacável substitui o homem brincalhão. A boca afina-se e ele fala destacando cada palavra. –

Está bem, disse. Há muito tempo que esta podridão procura levar *uma ensinadela*. Eu vou lhe dar. [PB, Jornal online O Globo, 1971].

Nesse dado, o uso de *dar uma ensinadela* tem o sentido de *castigar*, de *punir* e não o de *educar*. No contexto, Jacob se mostra transformado pela raiva e pretende *dar uma lição* no outro indivíduo. No entanto, ainda assim, tem um cuidado com a maneira de se expressar, indicando uma preocupação com a própria face, ao eufemizar sua intenção mais latente. Dessa forma, o enunciador modaliza seu discurso, atenuando o acontecimento. Usos de predicadores verbo-nominais com preocupações intersubjetivas desse tipo estão se tornando mais frequentes (vide quantidade de dados indicando somente este valor no *corpus*).

Com a finalidade de observar se houve, de fato, mudança construcional, com alteração no polo funcional das construções com verbo-suporte (de aspectual não-durativo para modal), como acreditávamos, procedemos ao cruzamento dos seguintes grupos de fatores: valor em foco no estado de coisas⁸ e recorte temporal (cada um dos nove decênios). Despontaram evidências favorecedoras à nossa hipótese: nos dois decênios mais pretéritos (1925 a 1934 e 1935 a 1944), houve mais dados que ativam o significado de aspecto não-durativo. Em contrapartida, após o terceiro decênio (1945 a 1954), o valor modal se sobrepõe e começa a se refletir na maioria dos dados dos outros decênios, convencionalizando-se (à exceção do período de 1985 a 1994, que apresentou mesma quantidade de dados dos dois valores, aspectual e modal). Houve, portanto, o processo de mudança construcional.

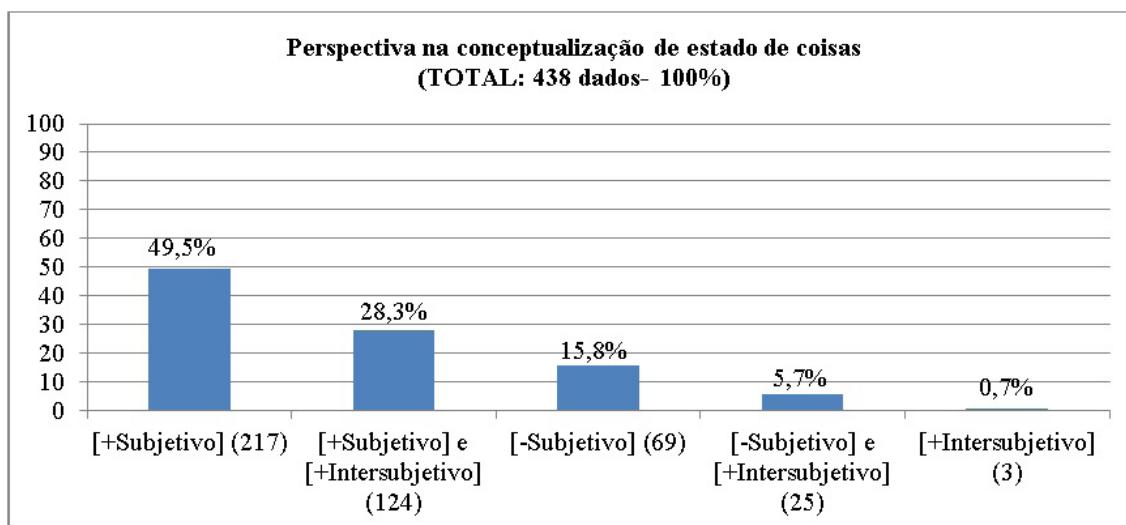
Além disso, em decênios mais atuais, percebemos maior número de casos de sobreposição de dois (ou mais ou todos) valores e maior extensão de sentidos. Isso pode ser um indicador de mais alterações (multi)funcionais e, talvez, um período de transição. Já sobreposições de três valores também ocorreram, porém foram mais raras. Por outro lado, em decênios mais antigos, detectamos menos sobreposições de valores e menos possibilidades de sentido. Fica claro, portanto, seu uso mais recorrente recentemente, bem como suas extensões de uso sendo mais acionadas atualmente. Além do valor em foco no estado de coisas, atentamos também para a perspectiva de conceptualização do evento envolvida a partir do uso da construção com verbo-suporte, isto é, se era menos

⁸ Entendemos que há valor aspectual não-durativo quando o evento “se confina a um único momento linguisticamente estabelecido” (VENDLER, 1967). Por outro lado, consideramos que há modalização (com base em NASCIMENTO, 2005 e TRAUGOTT; DASHER, 2005) quando a construção é usada como “uma estratégia discursiva que permite representar uma predicação e revelar sentidos mediante o processo de perspectivação na conceptualização de um evento por parte de ponto de vista, crença, opinião e atitude de um enunciador que está inserido em um contexto comunicativo e que, no desenrolar da comunicação nesse contexto, (re)interpreta significados pragmáticos.” (TRAVASSOS, 2019, p. 25).

subjetiva (mais objetiva, mas não totalmente objetiva), mais subjetiva ou mais intersubjetiva ou, ainda, se havia sobreposição dessas formas de conceptualizar um evento.

Conforme ilustrado no Gráfico 4 a seguir, quase metade da amostra com dados das perífrases verbo-nominais (49,5%) apontou para a predominância da perspectiva mais subjetiva e uma parte relevante da amostra (28,3%) dirigiu a atenção para a sobreposição das perspectivas mais subjetiva e mais intersubjetiva. Esses resultados condizem com nossas expectativas, pois acreditávamos haver uma tendência de marcação de cuidado com o interlocutor e com a própria enunciação, além da revelação de maior subjetividade, já que o enunciado parte de um indivíduo que possui seus conhecimentos prévios e está inserido em uma determinada cultura e sociedade do mundo. Verificamos, em função de cada recorte temporal/decênio, que a indicação de subjetividade e de sobreposição de modos de conceptualização subjetivo com intersubjetivo, nos usos dos padrões construcionais, foi crescendo, gradativa e homogeneousmente, à medida que se direcionava para o momento atual, com um manifesto aumento no último decênio. Ademais, nesse último período também aumentou a quantidade de dados reveladores da perspectiva menos subjetiva (mais objetiva). Um último destaque, nesse viés, está no fato de que poucos usos das construções expressaram somente a perspectiva de conceptualização mais intersubjetiva, pois, esses dados, quase sempre, vinham acompanhados também da perspectiva mais subjetiva, uma vez que a enunciação parte do locutor e, consequentemente, de sua atitude em relação às cenas do mundo.

Gráfico 4. Distribuição dos dados em função da perspectiva na conceptualização de estado de coisas.



Fonte: Adaptado de Travassos (2019).

Tais classificações cognitivas das formas de conceptualização de estados de coisas em mais ou menos subjetivo e mais intersubjetivo foram formuladas tendo por base critérios linguísticos, bem como funcionais, presentes no cotexto linguístico e no contexto semântico, discursivo, pragmático, cognitivo e social dos dados. Desse modo, para a estruturação dessa forma de categorização em um *continuum* de perspectivação, não nos baseamos apenas em nossa intuição de pesquisador (já subjetiva), nem apenas no nível teórico, mas, sim, em evidências empíricas atestadas nos dados.

Tendo em vista que a perspectiva de conceptualização mais recorrente no *corpus* foi a mais subjetiva, começaremos por ela. Trata-se da exposição mais evidente da atitude e do ponto de vista do enunciador, levando em conta sua avaliação acerca de um evento, sua opinião, sua visão e possíveis juízos de valor. A partir da análise dos dados do *corpus*, consideramos como marcas linguísticas dessa forma de perspectivação as seguintes: sujeito gramatical do verbo-suporte na primeira pessoa do singular; presença de modificador, intensificador ou quantificador avaliativo (como “boa” e “muita”, por exemplo) e sufixo de grau diminutivo no elemento não-verbal de alguns padrões construcionais (como “-adinha”, por exemplo). Consideramos como marcas funcionais da perspectiva mais subjetiva nas predicações verbo-nominais as que seguem: a indicação de aspectualidade não-durativa em certos dados, uma vez que é relativo o conceito de “curta” duração de tempo, pois depende do ponto de vista do indivíduo e sentidos metafóricos das construções, uma vez que se afasta do literal e do real mais objetivo, já ilustrando uma “escólha” de representação de uma cena do mundo pelo enunciador. Identificamos como pertencente à categoria da perspectiva mais subjetiva todos os constructos das construções que apresentavam, no mínimo, uma dessas evidências, mas podendo apresentar também várias outras em sobreposição ou até todas, o que nos revela um *continuum* de categorias mais prototípicas e outras mais periféricas de perspectivação. O Exemplo 4 a seguir ilustra um caso que consideramos como representante da perspectiva mais subjetiva (mais frequente no *corpus*):

Ex. 4: O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, iniciou ontem sua viagem histórica à China *dando uma alfinetada diplomática* nas autoridades de Pequim. Pouco antes de partir, Clinton recebeu na Casa Branca, para uma entrevista, os três jornalistas da Rádio Ásia Livre que na véspera tiveram visto de entrada negado pelo Governo chinês. [PB, Jornal *online* O Globo, 1998]

Nesse exemplo, o uso da microconstrução *dar uma alfinetada diplomática* significa

fazer uma crítica, fazer uma provocação. Sendo assim, trata-se de um sentido metafórico, além de possuir o adjetivo *diplomática*, o qual consideramos como relativo, pois opera o ponto de vista de alguém, uma opinião, uma visão. A variar de pessoa para pessoa, a alfinetada em questão pode ter sido mais ou menos diplomática. Então, por esses motivos, consideramos esse dado de uso da construção com verbo-suporte como mais próximo do polo mais subjetivo no *continuum* de (inter)subjetividade.

De modo geral, qualquer enunciado é, de certo modo, subjetivo, pois o sujeito que o enuncia está, necessariamente, inserido em uma comunidade, possui crenças e ideologias. Sua mente e seu processamento cognitivo estão associados ao seu corpo e, consequentemente, ao ambiente em que vive, e isso interfere no modo como seleciona expressões da língua para exteriorizar seu pensamento. Entretanto, algumas expressões são menos subjetivas, isto é, revelam um ponto de vista, na medida do possível, mais objetivo, mais neutro e mais isento (sempre pensando em um *continuum*). Para nossa classificação de dados do *corpus* de complexos verbo-nominais como menos subjetivos, consideramos como evidências linguísticas as que seguem: ausência de artigo indefinido e presença de artigo definido, uma vez que construções com essa estrutura aparentam ser mais cristalizadas (*chunks* entrincheirados mais definidos); presença de sufixo -ada no elemento não-verbal da construção com verbo-suporte quando o uso indica golpe com instrumento; ausência de modificador, de intensificador e de quantificador avaliativos (porém, pode haver modificador, intensificador e quantificador descriptivos). Marcas funcionais da perspectiva menos subjetiva que consideramos foram as seguintes: usos de termos técnicos, uma vez que estão mais estabelecidos na língua, estão mais opacificados, mais não-composicionais, cristalizados, convencionalizados e rotinizados; usos de padrões construcionais que indicam intensidade, como em algum golpe com instrumento; usos de complexos verbo-nominais mais literais (menos metafóricos) e usos, em geral, mais lexicalizados.

Por fim, a perspectiva mais intersubjetiva é aquela cujo foco está no outro participante da interação comunicativa, o interlocutor. Utilizamos os seguintes critérios linguísticos para identificar essa maneira de conceptualizar por meio de constructos das construções: presença de marcas da oralidade (travessão e aspas, por exemplo); uso do imperativo (modo verbal); uso de pronome possessivo; uso de algumas estruturas específicas, tais como “basta”, “é só”, “vale a pena”, “né”; uso de vocativos (chamamento); perguntas (retóricas) perspectivando um público-alvo (leitores); uso de pronomes como “você” e “a gente”. Dentre as marcas funcionais, citamos as seguintes: gêneros textuais

específicos (propaganda, horóscopo, por exemplo); contextos reveladores de conselho, ensinamento, sugestão e convite (atos ilocucionários); tendência a evidenciar a preocupação com a preservação da face do interlocutor. Segue um exemplo de dado, no qual percebemos a indicação da perspectiva mais intersubjetiva na instanciação do padrão construcional:

Ex. 5: A Páscoa tá aí. Tá certo que a gente costuma calcular quantos ovinhos vão pintar na parada [tia, avó, pai, colégio...] mas, cara-pálida, a Páscoa não é só isso. É de bom tom a gente *dar uma paradinha* e pensar de onde vem essa tradição tão saborosa. Ovos de chocolate? Essa idéia não surgiu da cabeça de alguém que viu uma galinha passando em frente a uma confeitoria. PG está aqui para esclarecer esse enigma: A Páscoa é liberdade. [PB, Jornal online O Globo, 1994]

No exemplo anterior, há uma crítica àqueles que pensam somente nos ovos de chocolate na Páscoa. Além disso, o enunciador faz um apelo, acrescentando a importância de se pensar no que essa data comemorativa representa simbolicamente. Trata-se de um sermão, porém, perspectivado de modo mais suave e mais polido, por meio do uso da construção com verbo-suporte *dar uma paradinha*, a qual, nesse contexto, significa *refletir*. Para além da atitude de cuidado com o interlocutor e de preservação das faces (marca funcional), há também a intenção de levar um ensinamento (marca funcional) ao público leitor. Com relação às marcas linguísticas, encontramos nesse trecho as que seguem: presença de pergunta voltada aos leitores (“Ovos de chocolate?”); presença de vocativo (“cara pálida”) e uso frequente do pronome “a gente”, o qual prevê uma relação entre os participantes.

Analisamos possíveis associações de cada microconstrução em estudo às perspectivas de conceptualização e percebemos que usos da microconstrução *DAR + X-ada* são bastante produtivos na marcação de praticamente todas as perspectivas em questão. Na indicação da perspectiva mais intersubjetiva, no entanto, predominaram usos de *DAR + X-adinha*. Isso se deve à influência do afixo de grau diminutivo, uma vez que esse elemento contribui reforçando o cuidado com a própria enunciação (mais polida), de modo a não atingir negativamente o outro. Constitui um recurso de atenuação discursiva. Esse recurso em conjunto com o padrão construcional consiste em uma estratégia de convencimento, de obtenção dos próprios propósitos, em uma forma de investir em uma imagem positiva de si. Esse resultado é compatível com nossa hipótese. No que se refere aos usos que refletem mais a perspectiva menos subjetiva, os resultados mostraram que o padrão mais acionado para essa forma de conceptualização foi o *DAR + X-ada*, pois, nor-

malmente, está associado a um termo técnico, a uma forma mais convencionalizada, mais cristalizada e, portanto, menos sujeita à manifestação de ponto de vista de um indivíduo. Por fim, encontramos dados de todos os tipos construcionais reveladores da perspectiva mais subjetiva, já que todas podem expressar uma atitude mais opinativa do enunciador.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz da Linguística Funcional-Cognitiva, da Gramática de Construções e da Sociolinguística, procedemos a uma análise quantitativa e qualitativa de dados coletados em contexto real de comunicação, de modo a operar com a relação entre os fenômenos de variação e mudança linguísticas. Enfatizamos, nesse exame, o estudo da mudança construcional envolvida na predicação com perífrases verbo-nominais com *DAR*. E, assim, fizemos uma descrição da configuração e do funcionamento formal-funcional dos complexos verbo-nominais ao longo do tempo. Percebemos que houve uma progressão no número de casos conforme os decênios iam ficando mais atuais/recentes. Com o aumento da produtividade, veio o crescimento da frequência e sua maior capacidade de extensão a outros padrões construcionais (outras configurações formais, tais como as seis microconstruções aqui pesquisadas - *DAR + X-ada*, *DAR + X-ida*, *DAR + X-adinha*, *DAR + X-idinha*, *DAR + X-adela* e *DAR + X-(z)inho(a)*), bem como o conhecimento do grau de restrições envolvidas. Essas construções demonstraram potencial de convencionalização na sociedade e estão a serviço, principalmente, da expressão de valor modal e da perspectiva intersubjetiva.

Com a análise de dados, todos de textos escritos do domínio jornalístico (acervo *online* do jornal *O Globo*), os pareamentos forma-função evidenciaram propagação para outros contextos (escritos e mais monitorados, mais formais) para além da oralidade e da informalidade. Destarte, não se confirmam as impressões do senso comum. Partimos da suposição de que tais predicações complexas verbo-nominais estão ganhando cada vez mais espaço nos mais variados tipos discursivos, em ambas as modalidades, em diferentes tipos de registro, devido ao fato de ser um importante recurso gerador de efeitos de sentido a promover predicações cujo perfil de conceptualização dê proeminência à atenuação/mitigação discursiva.

Além disso, a visão construcionista das perífrases verbo-nominais com ênfase no processo de mudança linguística, em um estudo diacrônico como esse, que abordou dados dos séculos XX e XXI (1925 a 2014), evidencia o dinamismo constante da língua. A maior quantidade de dados de cada tipo construcional em estudo se encontra no último decênio (2005 a 2014). O único padrão construcional que foge à regra é a microconstru-

ção *DAR + X-ida*, a qual possui igual quantidade de ocorrências em três decênios: 2005 a 2014, 1965 a 1974 e de 1935 a 1944.

Partimos da suposição de que as construções com verbo-suporte em estudo eram muito frequentemente ligadas à noção de brevidade de um estado de coisas e, então, buscamos conferir se tal crença seria confirmada ou não, uma vez que tínhamos a impressão de tendência de crescente associação dessas perifrases a uma atitude de preocupação com o outro enquanto participante do evento comunicativo, de polidez. Com o exame minucioso dos dados, verificamos que os resultados foram compatíveis com nossas hipóteses: há sobreposição da indicação de modalização em comparação à de aspectualidade breve. Além disso, a maioria dos dados apresentou perspectiva [+subjetiva] e a sobreposição de perspectiva [+subjetiva] e [+intersubjetiva] (principalmente, constructos da microconstrução *DAR + X-idinha*). Nesse sentido, então, confirmamos a ocorrência de mudança construcional, com alteração no polo funcional da construção.

Encontramos, igualmente, uma série de extensões de usos e de sentidos, principalmente, metafóricos e metonímicos, o que nos permite caracterizar o acionamento desses padrões construcionais como multifuncional. Percebemos, em certos constructos, alterações semânticas em função do tempo em questão. Como exemplo, podemos citar o uso da microconstrução *dar entrada*, que, nos decênios mais recentes, apresenta, predominantemente, o sentido de *protocolar*, geralmente, um documento, como parte de algum procedimento burocrático. Em decênios mais pretéritos, como no exemplo que segue, *dar entrada* significa *calçar* o sapato.

Ex.6: E enquanto os médicos socorriam Ernani, Oto Gloria e Mario América iam e vinham para o tunel, até que se soube que Carlos Alberto já estava no vestiário e apenas esperando uma shooteira para o seu pé 45. Afinal o Fluminense colaborou e arranjaram um par 42, que teve os bicos cortados para *dar entrada* aos pés do arqueiro juvenil. [PB, Jornal online O Globo, 1952].

Esse resultado põe em evidência a relevância do parâmetro de contextualidade na ativação da relação entre forma predicante e significado. E, assim, vemos como é importante uma heurística que dê conta das faces sócio-cognitivas do acionamento de predicadores verbo-nominais e como a articulação entre Linguística Cognitivo-Funcional e Sociolinguística soma para a apreensão das generalizações na Gramática de Construções do Português.

Observamos micropassos de mudança, em relação a usos e sentidos, nas diferentes sincronias dos séculos XX e XXI (1925 a 2014). Além disso, ponderamos que, por diver-

sas vezes, o entorno linguístico (cotexto), assim como o contexto semântico, discursivo, pragmático, cognitivo e social foram decisivos para a expressão dos diversos sentidos e para o acionamento exclusivo ou preferencial de uma forma em relação a outra(s). Dessa forma, vimos as construções sendo reconfiguradas. Estudos futuros baseados nesta pesquisa podem recuar mais no tempo, em busca da análise pormenorizada do processo de construcionalização (criação da construção), bem como podem avançar pela seara da modalidade oral ou, ainda, para os estudos experimentais, de modo a confirmar os resultados e a trazer novas contribuições acerca das predicações verbo-nominais.

Referências

- ALONSO, K.; CEZARIO, M. A dimensão do uso na gramaticalização de construções. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. da C. (Org.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015. p. 63- 73.
- BERGS, A.; DIEWALD, G. Introduction: constructions and language change. In: BERGS, A.; DIEWALD, G. *Constructions and language change*. Berlin-New York: Mouton de Gruyter, 2008.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 602-623.
- CASTILHO, A. T. de. *Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa*. Marília: USP, 2010 [1968].
- FISCHER, O. Grammaticalization as analogically driven change? In: NARROG, H.; HEINE, B. (Ed.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. New York: Oxford University Press, 2011.
- GOFFMAN, E. *Interaction ritual*. New York: Harp e Ruw, 1967.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- HILPERT, M. *Constructional change in English*. Cambridge: CUP, 2013.
- HILPERT, M. Language variation and change. In: HILPERT, M. *Construction grammar and its application to English*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003 [1993]. (Cambridge Text books in Linguistics.)
- LANGACKER, R. W. *Foundations of cognitive grammar*. vol. I. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.

NASCIMENTO, E. P. do. *Jogando com as vozes do outro: A polifonia – recurso modalizador – na Notícia Jornalística*. Tese de Doutorado. João Pessoa: UFPB, 2005.

O GLOBO. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 18 de dezembro de 2018.

RAPOSO, E. B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; MOTA, M. A. C. da; SEGURA, L.; MENDES, A. (Coord.). *Gramática do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYKENS, H. (Org.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlim/New York: De Gruyter Mouton, 2010.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. *Constructionalization and construction changes*. Great Britain: Oxford University Press, 2013.

TRAVAGLIA, L. C. *O aspecto verbal do português: a categoria e sua expressão*. 3ed. Uberlândia: E. Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

TRAVAGLIA, L. C. A sistematização do ensino de gramática em atividades de gramática reflexiva e outras. In: BASTOS, N. B. (Org.). *Discutindo a prática docente em Língua Portuguesa*. São Paulo: IP – PUC/SP, 2000. p. 59-70.

TRAVASSOS, F. P. *Variação e mudança construcional: um olhar funcional-cognitivo sobre usos de construções com verbo-suporte DAR no PB*. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa), Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2019.

VENDLER, Z. *Linguistics in philosophy*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

WEINREICH, W.; LABOV, W.; HERZOG, M. (1968). “Empirical Foundations for Theory of Language Change”. In: LEHMANN, Paul; MALKIEL, Yakov. (Ed.) *Directions for Historical Linguistics*. Austin: University of Texas Press: 95-188. [Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística]. Trad.: Marcos Bagno; revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.



Data de submissão: 29/07/2020

Data de aceite: 05/02/2021

OS ESTÁGIOS DE INSUBORDINAÇÃO EM CONSTRUÇÕES CONDICIONAIS COM A CONJUNÇÃO *SE* NO PORTUGUÊS: EVIDÊNCIAS HISTÓRICAS

**IF-CONDITIONAL CONSTRUCTIONS INSUBORDINATION STAGES
IN PORTUGUESE: HISTORICAL EVIDENCES**

Maria Carolina Coradini | [Lattes](#) | m.linacoradini@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos

Flavia Bezerra de Menezes Hirata-Vale | CNPq | [Lattes](#) | fbmhvale@gmail.com

Universidade Federal de São Carlos

Resumo: O fenômeno da insubordinação é definido como o uso independente de orações originalmente subordinadas (EVANS, 2007). Trata-se de casos como “se soubesse como me faz sofrer!” (Corpus do Português). Para explicar a origem dessas construções, Evans (2007) propõe uma trajetória baseada na elipse da oração principal, constituída de quatro estágios, sendo o último o de convencionalização, em que a construção tem forma e função especializadas e uso totalmente independente. Trabalhos posteriores atestam construções insubordinadas em diferentes línguas, como português, espanhol, francês, inglês, alemão, holandês, sueco e dinamarquês (D'HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014; DECAT, 2011; GRAS, 2011; KALTENBÖCK, 2016; MITHUN, 2008; STASSI-SÉ, 2012; VAN LINDEN; VAN DE VELDE, 2014; HIRATA-VALE, 2015, 2017, 2020; SANSIÑENA, 2015; SCHWENTER, 2016; TRAUGOTT, 2017), e apontam outros fatores a respeito do grau de independência dessas construções, como relações estabelecidas pragmática e discursivamente. O presente trabalho tem por objetivo descrever e analisar construções condicionais insubordinadas com a conjunção *se* no português, discutindo a aplicabilidade da proposta de Evans (2007) com base em dados que alcançam do século XVI ao século XX, coletados nos *corpora* Corpus do Português (Gênero Histórico) e Corpus Histórico do Português Tycho Brahe. Os quatro diferentes estágios de insubordinação foram verificados no desenvolvimento dessas construções no português e, a partir de casos específicos de convencionalização, levanta-se a hipótese de que essas construções tendem a se especializar e operar no domínio pragmático, por exemplo, como um mecanismo de polidez.

Palavras-chave: Sintaxe; Insubordinação; Convencionalização; Diacronia.

Abstract: The phenomenon of insubordination is defined as the independent use of originally subordinate clauses. To explain the origins of these constructions, Evans (2007) proposes an insubordination trajectory based on the ellipsis of the main clause, composed by four stages, the last one being the conventionalization, in which the construction has specialized form and function and is used independently. Later works attest insubordinate constructions in different languages, as Portuguese, Spanish, French, English, German, Dutch, Swedish and Danish (D'HERTEFELT; VERSTRAEDE, 2014; DECAT, 2011; GRAS, 2011; KALTENBÖCK, 2016; MITHUN, 2008; STASSI-SÉ, 2012; VAN LINDEN; VAN DE VELDE, 2014; HIRATA-VALE, 2015, 2017, 2020; SANSIÑENA, 2015; SCHWENTER, 2016; TRAUGOTT, 2017), and point to other factors about the degree of independence of these constructions, such as established relations in pragmatics and discourse levels. The present work aims to describe and analyze insubordinate conditional constructions with the conjunction *se* in Portuguese, discussing the applicability of Evans' (2007) proposal, based on data collected from Corpus of Portuguese and Tycho Brahe Parsed Corpus of Historical Portuguese ranging from the 16th to the 20th century. The four different stages of insubordination were found in Portuguese and, from specific cases of conventionalization, it is hypothesized that these constructions tend to specialize and operate in the pragmatics domain, for example, as a mechanism of politeness.

Keywords: Syntax; Insubordination; Conventionalization; Diachrony.

1 Introdução

O fenômeno da *insubordinação*, termo cunhado por Evans (2007), consiste no uso independente de construções que, embora apresentem traços formais de orações subordinadas, como conjunções, ordem específica de constituintes etc., funcionam desvinculadas de uma oração principal.

Muitos trabalhos vêm atestando o uso dessas construções em diferentes línguas, como português, espanhol, francês, inglês, alemão, holandês, sueco, dinamarquês e finlandês (D'HERTEFELT; VERSTRAEDE, 2014; DECAT, 2011; DEBAISIEUX; MARTIN; DEULOFEU, 2019; EVANS, 2007; GRAS, 2011; HIRATA-VALE, 2015, 2017, 2020; HIRATA-VALE; OLIVEIRA; SILVA, 2017; KALTENBÖCK, 2016, 2019; LINDSTRÖM; LAURY; LINDHOLM, 2019; MITHUN, 2008, 2019; MONTOLÍO, 1999; SANSIÑENA, 2015, 2019; SCHWENTER, 2016; TRAUGOTT, 2017; VAN

LINDEN; VAN DE VELDE, 2014), e mostram que não são muito frequentes como também desempenham um importante papel na constituição textual e interacional.

São descritos na literatura diversos tipos de construção insubordinada, como os seguintes:

- 1) Girard: *Jerry, if you could bring us some Oreos.*
Tamron Hall: *We're not trying to lure in pets from around the neighborhood.*
(TRAUGOTT, 2017, p. 295)
- 2) King: *Peace, a plague on you, peace; but wherefore asked you how I did?*
Queen: *Because I feared that you were hurte my Lord.* (TRAUGOTT, 2017, p. 295)
- 3) Estado: Ele deve temer a aliança de centro-esquerda?
Tasso: Não, de jeito nenhum. *Que venham as alianças, que venham as oposições.*
Faz parte do processo. Passamos a vida lutando por eleição, por democracia, por voto nulo. (HIRATA-VALE; OLIVEIRA; SILVA, 2017, p. 36)

Como se pode observar, são casos que não se enquadram na tradicional dicotomia de articulação de orações subordinação-coordenação. Alguns autores consideram que se trata de um fenômeno de mudança de dependência, em que o alcance dessas construções é expandido de um nível mais restrito, a sintaxe, para um nível mais amplo, a pragmática (MITHUN, 2008; D'HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014; VAN LINDEN; VAN DE VELDE, 2014). Há também hipóteses do surgimento de insubordinadas por mecanismos como a elipse (EVANS, 2007), a partir de orações originalmente subordinadas, e a cooptação (KALTENBÖCK, 2016), que, no entanto, são pouco abordados do ponto de vista diacrônico.

Desse modo, este artigo tem por objetivo descrever e analisar o funcionamento de construções insubordinadas no português, mais especificamente as condicionais iniciadas pela conjunção *se*, a fim de verificar diferentes estágios de insubordinação, como propõe Evans (2007), com base em dados diacrônicos recolhidos em *corpora*. Os dados foram coletados manualmente nos *corpora* Corpus do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006), em seu gênero histórico, e Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (GALVES; ANDRADE; FARIA, 2017), e alcançam do século XVI ao século XX.

Neste trabalho, adota-se um tratamento da língua a partir de uma perspectiva funcionalista centrada no uso, o que implica considerar que os fenômenos linguísticos devem ser vistos como decorrentes dos processos de interação social, em que a relação entre forma e função não é arbitrária, mas sim motivada, e que as estruturas linguísticas são resultados de seus usos.

As próximas seções do artigo se organizam da seguinte maneira: na segunda seção, são apresentados alguns conceitos sobre o processo de insubordinação e o tratamento dado às construções condicionais insubordinadas na literatura. Na sequência, apresenta-se a metodologia utilizada na coleta e análise dos dados. A quarta seção apresenta a descrição dos traços formais e funcionais observados nas condicionais insubordinadas com *se*. Em seguida, são apresentados diferentes estágios de insubordinação dessas construções, alinhados à proposta de Evans (2007), e são discutidos, particularmente, três casos que apresentam evidências de uma possível trajetória de convencionalização. Por fim, na sexta seção, são apresentadas considerações gerais do trabalho.

2 Questões teóricas

Na literatura, a questão que mais vem sendo discutida sobre as construções insubordinadas diz respeito ao seu grau de independência não só do ponto de vista sintático, como também do pragmático-discursivo. O que se vem mostrando desde a proposta de Evans (2007) é que a dependência, em muitas línguas, pode se manifestar através de marcadores de natureza pragmático-discursiva, como aponta Mithun (2008) sobre as línguas Navajo e Yup'ik, e que existem diferentes nuances de insubordinação dessas construções associadas a esses níveis linguísticos.

Do ponto de vista sintático, uma construção insubordinada é caracterizada por ocorrer desvinculada de uma oração principal, nos termos da gramática tradicional, e possuir algum marcador típico de subordinação. Apesar de não ocorrerem sintaticamente ligadas a outra construção, essas construções estabelecem outros tipos de relação que desempenham um papel importante em sua codificação no contexto comunicativo.

Segundo Evans (2007), pioneiro nos estudos sobre o fenômeno, a insubordinação trata de um processo de convencionalização em que orações originalmente subordinadas são reanalisadas como independentes após sofrerem a elipse da oração principal. O desenvolvimento dessas construções pode ser exemplificado com a seguinte trajetória:

Quadro 1 – Trajetória de insubordinação

Subordinação (1)	Elipse (2)	Elipse convencionalizada (3)	Reanálise como uma estrutura principal (4)
Construção subordinada	Elipse da oração principal	Restrição à interpretação do material elíptico	Uso convencionalizado como principal de oração originalmente subordinada

Fonte: Evans (2007, p. 370, tradução nossa).

No primeiro estágio referente à subordinação, o que se observa é o uso prototípico de orações subordinadas. Após sofrer a elipse da oração principal, qualquer oração principal compatível pode ser recuperada pelo ouvinte por inferência conversacional, sem quaisquer restrições semânticas ou pragmáticas. Conforme as construções passam a apresentar evidências sintáticas e/ou semânticas para uma estrutura principal subjacente, surgem restrições quanto às possibilidades de recuperação do conteúdo elíptico, caracterizando, assim, o terceiro estágio. Nesse estágio, algumas estruturas sintáticas antes consideradas aceitáveis como conteúdo elíptico passam a ser excluídas por convenção. O estágio de convencionalização, por fim, confere às construções insubordinadas o estatuto de independentes. Nesse momento, as construções passam a ter um novo significado próprio que independe de quaisquer outras construções que estejam ausentes, sendo impossível recuperar qualquer material elíptico de uma forma que permita que todo o conteúdo presente na construção seja preservado.

Os estágios da trajetória podem ser ilustrados com os seguintes casos:

Subordinação

- 4) Ich erinnere mich nicht, ob sie eine Karte gekauft hatte.

I don't remember whether she bought a ticket.

(DURRELL, 1997 apud EVANS, 2007, p. 371)

Elipse da oração principal

- 5) [Ich zweifle,] Ob wir richtig sind?

[I doubt] whether we are right?

(BUSCHA, 1976 apud EVANS, 2007, p. 372)

Elipse convencionalizada

- 6) [Es wäre schön,]/ [Ich wäre froh,] Wenn ich deine Statur hätte

[It would be lovely]/ [I would be glad] If I had your build

*[Es wäre schlimm,] Wenn ich deine Statur hätte
*[It would be bad] *If I had your build* (EVANS, 2007, p. 373)

Reanálise da construção como estrutura principal

- 7) Und wenn ich nicht von ihr loskomme?
And if I don't get away from her?

[Was geschieht] *wenn ich nicht von ihr loskomme?*
[What happens] *if I don't get away from her?* (EVANS, 2007, p. 373)

Segundo o autor:

[...] the fourth stage pathway proposed above zigzags between an opening up, then a closing, of the role of pragmatics. First a previously syntacticized subordinate clause, made independent, becomes available for pragmatic interpretation; in this phase grammatical formatives get opened up to the pragmatics and become less grammatical. Only in the second phase does 'depragmaticization' occur, as the newly independent clause acquires a more specific meaning. (EVANS, 2007, p. 375)

A partir de dados de diferentes línguas, Evans (2007) delineou principalmente as diferenças formais entre subordinação e insubordinação, apresentando uma possível explicação para a origem dessas construções e a gama de funções que podem exercer. Como traços morfossintáticos, o autor identificou i. uso de infinitivos; ii. uso do modo subjuntivo; iii. ordem de palavras subordinada; iv. complementizadores subordinativos característicos ou conjunções em orações principais aparentes e v. pronomes e referência cruzada. Já no âmbito das funções, foram identificadas: vi. expressões de coerção interpessoal; vii. modalização de vários tipos desencadeada por marcadores epistêmicos, deônticos e evidenciais e construções exclamativas e avaliativas.

Embora essa seja uma proposta plausível para explicar como construções insubordinadas surgem e se desenvolvem nas línguas, alguns autores consideram que o mecanismo de elipse, por ser estritamente ligado ao nível sintático, não é capaz de explicar casos que explicitam relações pragmático-discursivas mais fortes no desenvolvimento dessas construções e que não necessariamente implicariam no apagamento de uma construção com a qual a insubordinada estaria anteriormente relacionada. Assim, outros mecanismos são elencados por esses autores para explicar o surgimento dessas construções, como a exten-

são da dependência funcional (MITHUN, 2008), a hipoanálise (VAN LINDEN; VAN DE VELDE, 2014) e a cooptação (KALTENBÖCK, 2016). Há também hipóteses sobre essas construções já nascerem de forma independente e serem utilizadas pelos falantes como um mecanismo de focalização ou manifestação da expressividade no enunciado (DECAT, 2011, 2019).

Decat (2011, 2019) considera que essas construções são estruturas desgarradas, independentes, que ocorrem sem oração matriz. A autora argumenta, com base na noção de proposição relacional, no quadro da Rhetorical Structure Theory (RST), que essas construções não passam por processos de “desgarramento” porque, ainda que não haja uma oração subjacente explícita sintaticamente anterior à construção desgarrada, é possível recuperar uma porção de texto à qual a construção está relacionada, por meio do cotexto e contexto, através da relação de dependência pragmática que se mantém com o conteúdo precedente, também evidenciada pelos traços sintáticos típicos de orações subordinadas.

No que concerne às construções condicionais insubordinadas (doravante, CCIs), em particular as iniciadas pela conjunção *se*, atesta-se um contínuo de especialização que vai de construções mais dependentes do contexto, podendo exercer uma gama de funções variadas, a menos dependentes do contexto, que exercem funções altamente especializadas (HIRATA-VALE, 2015; KALTENBÖCK, 2016).

Kaltenböck (2016), que investiga insubordinadas iniciadas por *if* em inglês, com base na Discourse Grammar (KALTENBÖCK et al., 2011), afirma que a definição de insubordinação de Evans (2007) exclui casos em que as construções aparecem acompanhadas por uma oração, mas não são governadas sintaticamente por ela. De acordo com o autor, as CCIs podem ser classificadas da seguinte forma:

- I. *Performativas*, que são independentes do contexto, prospectivas e possuem força ilocucionária própria, capazes de expressar diferentes valores. Podem ser a) diretivas, b) optativas ou c) exclamativas;
- II. *Elaborativas*, que são relacionadas ao contexto, ligadas pragmaticamente ao texto precedente e retrospectivas. Podem ser d) elaborações de um outro falante a respeito do enunciado ou e) elaborações do mesmo falante acerca do enunciado, como comentários, avaliações ou esclarecimentos.

Kaltenböck (2016) considera que construções insubordinadas se originam do

processo de cooptação, uma operação em que um elemento da gramática sentencial é utilizado como elemento parentético no discurso, resultando na troca do escopo semântico-pragmático da sintaxe para o domínio do discurso. O autor afirma, ainda, que o alto grau de especialização dessas construções, decorrente da combinação entre forma e função específicas, em especial das diretrivas, sugere que são construções particulares e, nos termos da Gramática de Construções,

[...] can be seen as having separate mental representations as two different constructions or “type nodes” (e.g., Traugott & Trousdale 2013: 22). However, from a constructionist perspective constructions are independent, but not isolated entities (e.g., Fried & Östman 2004: 12, Croft & Cruse 2004: 262–264). They are linked with other, related constructions of different levels of schematicity in a larger taxonomic network of constructions. (KALTENBÖCK, 2016, p. 367)

Ao analisar construções encabeçadas por *because*, *if* e *as if* no inglês, Traugott (2017) considera que construções insubordinadas são *monoclauses* introduzidas por elementos subordinativos, que são usadas especialmente em situações de interação à maneira de um sintagma nominal, preposicional ou adverbial. Em sua análise, a autora se utiliza da trajetória de insubordinação proposta por Evans (2007) para verificar a existência de diferentes estágios desses três tipos de construção no inglês. Os diferentes estágios são atestados em *corpora* e, segundo a autora, encontram-se construções iniciadas por *because* desde o inglês antigo, e iniciadas por *if* e *as if* a partir do inglês moderno.

De acordo com Traugott (2017), as construções insubordinadas iniciadas por *if*, em particular, não expressam condicionalidade, pelo fato de que são construções que apresentam força ilocucionária distinta, de pedido, desejo, surpresa ou indignação. A autora afirma, ainda, que o grau de insubordinação dessas construções pode ser medido segundo a composicionalidade da construção, as variações em sujeito e pronome e o uso ou não de verbos modais.

Hirata-Vale (2015, 2017, 2020), que analisa condicionais insubordinadas no português, também com base nas reflexões teóricas de Evans (2007), demonstra, a partir de dados sincrônicos extraídos de *corpora*, que tais construções apresentam caráter intersubjetivo, desempenham diversas funções metatextuais e podem codificar diferentes valores que são determinados pragmaticamente. Hirata-Vale afirma que, por meio de um contínuo, é possível apreender os traços semântico-pragmáticos particulares do desenvolvimento dessas construções. O contínuo vai de construções menos rígidas, que podem expressar diferentes funções, às mais convencionalizadas, com forma e função específicas

(CCIs espontâneas CCIs construcionais CCIs formulaicas) (HIRATA-VALE, 2015, p. 44), caracterizadas da seguinte maneira:

- I. *Espontâneas*, ligadas ao raciocínio do falante ancorado no discurso, com forma menos rígida, sem restrições sintáticas ou pragmáticas, e que podem desempenhar diversas funções:

Virgínia: Ele fala muito, lá na hora! Me deixou meio confusa, eu não sabia se respondia, se ficava calada...

Maria: *Se você pegou dois ônibus cheios pra me dizer isso...*

Virgínia: Eu vim porque o Edgar precisa de ajuda. (HIRATA-VALE, 2015, p. 45)

- II. *Construcionais*, que exercem funções mais específicas, apresentam uma estrutura mais fixa com traços morfossintáticos mais recorrentes e que são menos dependentes do contexto:

Deveria ter batido no gol, com confiança, tentou o passe pra o Edmundo e o placar Kaiser Clube diz, Vasco zero, Corinthians zero. (Propaganda Tupi). É hora da palhinha do Apolinho! *Se quiser comentar aí, ô, Apolinho!* (HIRATA-VALE, 2015, p. 47)

- III. *Formulaicas*, com estrutura completamente fixa e funcionamento livre, utilizadas quando o falante expressa um comentário ou reflexão de cunho meta-linguístico que é independente do contexto:

Lembro que uma vez me levaram pra: mostrar como eles faziam aqueles ti-pozinhos, *se eu não me engano* – de chumbo – é chumbo né? – depois organiza aquilo tudinho – é: – já vem depois de corrigido aquilo é corrigido. (HIRATA-VALE, 2015, p. 50)

Como se pode notar, diversas propostas vêm sendo postuladas a partir do trabalho de Evans (2007), com o objetivo de preencher as lacunas no tratamento de construções insubordinadas, independentes ou desgarradas, como são chamadas na literatura. Observa-se que o ponto em que todas parecem convergir é, justamente, sobre o fato de que são construções especializadas que, mesmo apresentando traços de subordinação, funcionam de maneira muito particular e independente e podem ser consideradas cons-

truções por si sós, assumindo que a condição mínima para tal é apresentar uma relação simbólica de correspondência entre uma forma e uma função (GOLDBERG, 1995).

Acredita-se que os trabalhos de cunho diacrônico podem fornecer material para a postulação da origem e do desenvolvimento dessas construções e, alinhados aos trabalhos sincrônicos, podem contribuir para uma descrição ampla e completa do fenômeno. Partindo dessas reflexões teóricas, pretende-se discutir a aplicabilidade da proposta de Evans (2007) sobre construções condicionais com a conjunção *se* no português, verificando a existência de diferentes estágios de insubordinação para esse tipo de construção e evidências de possíveis processos de mudança, assim como também o fez Traugott (2017), a partir de dados extraídos de *corpora* históricos.

3 Materiais e métodos

A análise a ser apresentada se fundamenta em dados coletados em *corpus*, descritos de acordo com seus traços formais e funcionais e analisados qualitativamente.

Os *corpora* selecionados para a extração dos dados foram o Corpus do Português (CdP) (DAVIES; FERREIRA, 2006), em seu módulo histórico, com 45 milhões de palavras, e o Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (CTB) (GALVES; ANDRADE; FARIA, 2017), com mais de 3 milhões de palavras. Os textos que compõem a coletânea do primeiro *corpus* alcançam do século XIII ao século XX, sendo dos gêneros de ficção, de dramaturgia, jornalísticos, acadêmicos e de transcrições de fala. Já os do segundo, do século XIV ao século XX, sendo atas, cartas, gramáticas, jornais, textos dissertativos, narrativos e de dramaturgia.

A seleção desses *corpora* para a coleta de dados se justifica pela enorme quantidade de textos escritos nessa língua e por sua diversificação em termos de gênero, registro (formal e informal) e época de circulação, fatores que contribuem para a estruturação de um *corpus* diverso, que pode retornar diferentes tipos de construções que são de interesse para o trabalho.

Por apresentarem funcionalidades diferentes, a metodologia de busca por ocorrências se deu de forma diferente em ambos, como será mostrado nas subseções seguintes.

3.1 Corpus do Português

O *corpus*, por possuir um etiquetador morfológico robusto e seu próprio motor de busca, permite realizar consultas com uma espécie de expressão com itens específicos que preenchem linearmente uma estrutura sintática. Embora existam elementos protótipicos e recorrentes desse tipo de construção, como, por exemplo, a conjunção *se*, verbos,

pronomes e nomes, foram necessários alguns testes para chegar a expressões genéricas que tivessem um retorno significativo de condicionais insubordinadas.

Os testes consideravam variações nos elementos entre a conjunção *se* e o verbo, sendo representados da seguinte forma: *_y* se -VERB _v**. O comando descrito retorna construções iniciadas por um sinal de pontuação qualquer (*_y**), seguidas da conjunção *se*, qualquer elemento que não seja um verbo (*-VERB*), e verbos em qualquer conjugação (*_v**). O número de elementos que podem variar entre a conjunção e o verbo também foi testado, alternando de um a cinco *-VERB* consecutivos na expressão de busca (por exemplo, *_y* se -VERB -VERB -VERB -VERB -VERB _v**).

As expressões foram consultadas em períodos delimitados de tempo, selecionando o(s) século(s) de interesse para a busca no campo *Sections* (na aba *List*). Os resultados obtidos no *corpus* foram selecionados e extraídos manualmente. Por fim, desconsideravam-se ocorrências provenientes de textos de transcrição de fala, uma vez que no Corpus Histórico do Português Tycho Brahe só existem textos originalmente de modalidade escrita.

3.2 Corpus Histórico do Português Tycho Brahe

Para realizar a coleta de dados nesse *corpus*, foi feito o *download* da coleção de textos que o compõe, disponibilizada *online* e gratuitamente em formato .txt. Optou-se pelo *download* da coleção sem anotação (sintática ou morfológica), uma vez que não são todos os textos do *corpus* que possuem anotação¹. Os textos foram analisados no *software* concordanciador AntConc (ANTHONY, 2020), que permite, dentre outras coisas, realizar buscas por meio de expressões regulares em textos não anotados e organizar os resultados por elementos vizinhos.

Foram testadas algumas expressões regulares, na tentativa de otimizar as buscas, eliminando resultados que não são de interesse. A expressão regular *\bse*, por exemplo, retorna todos os elementos especificados por *se* em fronteira de palavra. Foram obtidos casos como “fez-se”, além de combinações de *se* com outros elementos. Utilizando a ferramenta de organização dos resultados por ordem alfabética segundo seus elementos vizinhos, em um número especificado de casas à direita e à esquerda, foi possível agrupar resultados como esse, em que *se* não é conjunção condicional, e descartá-los da busca.

¹ Na plataforma, também são disponibilizadas versões de um mesmo texto com atualização ou preservação da grafia. No entanto, ao fazer o *download* dos textos, não é possível escolher qual será a versão utilizada de cada texto. Assim, a coleção de textos que compõem o *corpus*, quando baixada em formato .txt, apresenta uma variação na grafia dos textos, isto é, alguns possuem a grafia modificada/atualizada, outros possuem a grafia preservada, aleatoriamente.

Além disso, outras combinações foram utilizadas para busca de ocorrências, como todos os sinais de pontuação possíveis antecedendo a conjunção *se*, assim como foi feito no Corpus do Português. Por fim, as ocorrências encontradas foram selecionadas e extraídas manualmente.

3.3 Critérios de análise dos dados

Os dados coletados nos *corpora* foram, primeiramente, descritos de acordo com seus traços formais, morfossintáticos, e funcionais, semântico-pragmáticos. Para classificar as ocorrências em termos de função, considerou-se como critério norteador a expressão de subjetividade nas relações dialógicas entre os interlocutores.

Para discutir a aplicabilidade da proposta de Evans (2007) em relação às condicionais insubordinadas, foram coletados dados diacrônicos que alcançassem um longo período de tempo e que possibilassem verificar a existência de um ou mais estágios de insubordinação e identificar, se possível, evidências de mudança em construções particulares durante o período investigado. As construções encontradas, após serem descritas formal e funcionalmente, foram também classificadas de acordo com os estágios da trajetória de insubordinação propostos pelo autor, por meio de testes de recuperação do conteúdo elíptico da construção segundo sua plausibilidade com ou sem a oração principal. Desse modo, a análise dos dados a ser apresentada é uma análise qualitativa.

4 Construções condicionais insubordinadas com *se*: traços formais e funcionais

Os resultados obtidos nas buscas em ambos os *corpora*, do texto mais antigo aos mais recentes, demonstram o aparecimento de construções insubordinadas somente a partir do século XVI, ocorrendo concomitantemente aos usos subordinados. Os dados demonstram que, desde os primeiros casos de insubordinação atestados nos *corpora*, já se encontram construções que desempenham funções especializadas. A ocorrência mais antiga encontrada está no documento *Chronica de el rei D. Afonso Henriques*, escrito por Duarte Galvão no início do século XVI, já com valor especializado.²

Os casos encontrados apresentam dois padrões sintáticos: [se SV SN] e [se SN SV]. Os SVs podem ser marcados por tempo simples ou tempo composto, e podem ocorrer em todos os tempos do modo indicativo e apenas dois do modo subjuntivo. As construções com tempo composto ocorrem combinando um verbo no imperfeito do subjuntivo seguido de outro no particípio passado. No que diz respeito à variação em sujeito,

² Pelos registros disponíveis a respeito do autor, estima-se a data de escrita entre 1500 e 1517.

observa-se a ocorrência das 1^a, 2^a e 3^a pessoas do singular, como se descreve também em *if-clauses* no inglês (KALTENBÖCK, 2016; TRAUGOTT, 2017), e também em 2^a e 3^a pessoas do plural.

Os casos abaixo são uma amostra das diferentes condicionais insubordinadas que foram encontradas nos *corpora*, apresentadas de acordo com o tempo e modo verbais em que ocorrem:

Modo indicativo:

Presente

- 8) [...] o que sendo dito a Daciano, disse com a mesma sanha, e crueza de antes de mais: *Se nem morto o pode rei vencer*. Então mandou atar uma grande mó ao Corpo, e lançar o no mar para debaixo do mar ser escondido [...] (1500~1517/ CTB_g_009)³

Pretérito perfeito

- 9) [character: Júlio] És velho, nam te respondo.
[character: César] Assi velho, *se outras forças me nam atalharam as minhas...*
mas estamos na rua. (1562/ CTB_f_002)

Pretérito mais-que-perfeito

- 10) [character: Alexandre] Quem queres que lhe nam haja enveja.
[character: Pilarte] Inda lhe a este ficaram fezes. *Si, se o casamento fora só per estes três dias.* (1562/ CTB_f_002)

Futuro do presente

- 11) [character: I] Milvo florentim muito mau cabrão.
[character: II] Esse mesmo.
[character: Pajem] *Se quererá este também ser meu amo!* (1500~1555/
CTB_m_007)

³ As ocorrências serão sempre apresentadas da seguinte maneira: ‘ano do documento ao qual pertence/ corpus do qual foi retirada (_código do arquivo na plataforma, no caso do CTB). Os anos apresentados juntamente com o símbolo ~ são anos aproximados. O CTB, em particular, fornece para cada documento de texto somente o ano de nascimento do autor. Em alguns casos foi possível identificar o ano exato de escrita do texto ao qual a ocorrência pertence, por assinatura do autor. Em outros casos, foram buscados no Google os títulos dos textos entre aspas para identificar o ano aproximado de escrita/publicação.

Futuro do pretérito

- 12) [character: Sargenta] Ui aquele é nosso amo. *Se me ouviria...* Mas ele não ouve já muito bem. (1500~1555/CTB_m_007)

Modo subjuntivo:

- 13) Pretérito imperfeito

[character: Clareta] Assi as pagamos, ainda que todo o mal é da coitadinha.
[character: Janoto] *Pois se soubesses pera quem Octávio negociava aquilo...*
(1562/CTB_f_002)

Futuro

- 14) CES. – Ora dize, pois minha mofina assi o quis, que quinhão sera o meu, concertando-nos?

GUIS. – Teras tua noite na somana.

MIL. – E naquilo tambem comeu muito; que-lo meter em dieta.

GUIS. – *Se fores nesse conhecimento...* (1533/CdP)

Tempo composto:

Pretérito imperfeito do subjuntivo + particípio passado

- 15) – Como é possível que a gente se transforme de semelhante modo? Dizia ele uma vez a Francisco. Ainda *se tivesse recebido depois desses desatinos saudável educação...* (1878/CdP)

Do ponto de vista funcional, considera-se que as construções insubordinadas podem expressar valores semânticos-pragmáticos bastante específicos, o que já é consenso na literatura sobre o processo de insubordinação. Nesse sentido, as construções condicionais insubordinadas sob análise neste trabalho foram usadas para a expressão de diferentes valores, todos relacionados a uma categoria semântico-pragmática mais ampla, qual seja, a da subjetividade. Nas ocorrências seguintes, percebe-se claramente que o falante manifesta, nas relações dialógicas entre os interlocutores, sua atitude subjetiva e sua avaliação em relação à proposição e à estrutura discursiva. É o que se pode ver a seguir:

Desejo

- 16) – Eu quero ir embora daqui. Nunca vi Recife. Vou morrer sem ver Recife. *Se eu conseguisse atravessar a caatinga...* Mas como? (1986/CdP)

Expectativa

- 17) Oh! *Se soubesse como me faz sofrer!* Não chore; eu lho peço. Peço-lhe mais. Peço-lhe que viva. (1865/CdP)

Indignação

- 18) – Está vendo que pouca-vergonha? Um senador bolinar! [...] Todo o dia é aquilo... uma vergonha! *Se fosse outro, mas um senador!* (1909/CdP)

Aviso, advertência ou ameaça

- 19) Viu aquele da frente, que gritou calouro? *Se eu dissesse o que se conta dele...* aqueles olhinhos úmidos de Senhora das Dores. (1888/CdP)
- 20) Eu cá não conto com desgraça, sou homem! *Se grimparem comigo, ahn!* (1899/CdP)

Pedido

- 21) Eu compareço de vez em quando, com licença do médico da sala: veja: lembrei-me de você, Deuca, que gostava de ouvir Manfredo. *Se você pode ajudar o homem em alguma coisa....* (1960/CdP)

Oferta

- 22) – O churrasco está na brasa, *se é servido...* (1879/CdP)

Por conta do fato de que todos esses valores se relacionam à expressão da subjetividade, parece haver pontos de intersecção entre essas funções, que desencadeiam mais de uma possibilidade de interpretação da construção. Casos que poderiam ser interpretados como um desejo por parte do falante, também poderiam ser lidos como a expectativa do falante em relação ao conteúdo proposicional. Do mesmo modo, entre as funções de

aviso, advertência ou ameaça. A expressão de indignação, por sua vez, expressa também expectativa por parte do falante sobre aquilo que se fala.

Foram encontrados, ainda, casos em que há um outro elemento antecedendo a conjunção *se*, por exemplo *mas* e *pois*, que resultam na codificação de um sentido adversativo e não mais condicional, como é descrito para condicionais insubordinadas no espanhol (MONTOLÍO, 1999; SCHWENTER, 2016):

- 23) – Papá, a Júlia faz versos!
– Não senhor, não lhe acredites nas falsidades!
– *Pois se eu os tenho aqui. Olha, toma, lê tu mesmo.* (1907/CdP)

- 24) – Não faça isso – pediu Leninha, quase gritando, fazendo um esforço doido para não gritar – não faça isso que me machuca! (...)
– *Mas se eu quero machucar mesmo! Se é para machucar!* (1944/CdP)

Essas construções ocorrem à mesma maneira que no espanhol, em turnos de resposta e, geralmente, com função discursiva de réplica à pressuposição do enunciado antecedente. Os verbos, nesses casos, sempre se apresentam no indicativo, nunca no subjuntivo, e suspendem a hipoteticidade da construção, ainda que se tenha alguma marca gramatical de condição.

As construções encabeçadas por *pois*, quando realizadas no modo subjuntivo, provocam a interpretação de desejo ou expectativa por parte do falante, e não mais de réplica como ocorre quando realizadas no modo indicativo. Quando as construções possuem valor originalmente condicional, ainda que sejam iniciadas por *mas* combinado ao modo indicativo, possibilitam a coordenação, o que não é possível em construções que expressam exclusivamente valor adversativo (MONTOLÍO, 1999):

- 25) [character: Clareta][1693] Assi as pagamos, ainda que todo o mal é da coitadinha.
[character: Janoto][1694] *Pois se soubesses pera quem Octávio negociava aquilo...* (1562/ CTB_f_002)⁴

- 26) [character: Brômia][1428] Como podes tu ser Júlio, se ele deixou dito que nam havia de vir?
[character: Júlio][1429] É verdade, que disse eu isso, porque cuidei, que não

⁴ Ocorrência já utilizada em (13).

tornasse, mas se me vês, e ouves... (1562/ CTB_f_002)

Nesses casos, nota-se que a ausência de uma oração principal combinada a elementos específicos, como verbos no modo indicativo, um traço particular de condicionais insubordinadas, configura valores que se sobrepõem à condicionalidade original da construção e podem anular sua hipoteticidade. Muitos dos valores identificados no uso dessas construções já descritos na literatura no inglês e no espanhol (MONTOLÍO, 1999; SCHWENTER, 2016; KALTENBÖCK, 2016; TRAUGOTT, 2017) foram atestados no português.

Esses valores, que podem ser avaliados nas categorias de modalização epistêmica e deôntica, são codificados porque, como afirma Schwenter (2016), o significado hipotético expresso nas CCIs se trata de um caso de implicatura griceana; verifica-se um uso relativamente estável, mas ainda reversível, que pode sofrer um bloqueio à medida que a estrutura é empregada com outro sentido. Essas construções são chamadas de performativas (KALTENBÖCK, 2016, p. 342), porque possuem força ilocucionária própria.

É interessante notar que usos altamente especializados, como os casos que expressam valor adversativo, são encontrados já no início do século XVI. Como aponta Evans (2007), essas construções não são dependentes do contexto para sua significação. A presença de um item de polaridade negativa, como *nem*, em (8), desencadeia uma interpretação negativa em relação ao conteúdo pressuposto: se nem morto se pode vencer o rei, tampouco se pode vivo.

Na ocorrência seguinte, a construção complementa a pergunta feita pelo falante, que contraria fortemente o enunciado precedente:

27) [character: Escrivão] Deve-me seis réis de assento.

[character: Almotacé] Que assento? *Se o azeite vem sentado em cima de um asno. (1658/CTB_r_001)*

O falante pergunta: ‘como pode me cobrar pelo assento, se o azeite vem sentado em cima de um asno? Nota-se que nesse caso, mesmo na ausência de um item de polaridade negativa, tem-se a interpretação de refutação sobre o que é pressuposto no enunciado precedente. A força ilocucionária de refutação é ressaltada pela presença da conjunção condicional *se*, conferindo um caráter rude à construção. Desse modo, entende-se que o emprego dessas construções particulares não prevê qualquer traço ligado a estratégias de

polidez, pelo contrário, visa transparecer a obviedade contida na causalidade da refutação.

Como apontado por diversos trabalhos posteriores ao de Evans (2007), construções insubordinadas apresentam traços pragmáticos específicos de seu funcionamento. Essas construções mantêm relações de dependência a elementos pertencentes ao nível pragmático e essas relações, na ausência da oração principal, dão abertura às outras interpretações. Seus contextos de ocorrência demonstram que são construções tipicamente empregadas em situações dialógicas e que ocorrem principalmente em turnos de resposta a algum enunciado anterior, característica importante na delimitação dos diferentes graus de insubordinação no desenvolvimento dessas construções.

Destacam-se três construções nos *corpora*, que merecem uma discussão mais detalhada sobre a relação entre forma e função, a saber: *se me [DAR] licença, se me [PERMITE]* e *se não me engano*. São construções descritas como *formulaicas* por Hirata-Vale (2015), que apresentam forma e função especializadas e que, de acordo com os dados recolhidos dos *corpora*, demonstram ter passado por uma trajetória de insubordinação, na qual se convencionalizaram e se tornaram independentes do ponto de vista semântico-pragmático.

São constituídas pelos seguintes elementos [se (não) SN SV (SN)] e, nos termos da abordagem construcional, são construções não compostionais, uma vez que não apresentam mais variações internas em seus constituintes, tendo sua significação contida em sua forma:

- 28) *Se me dá licença...* Respeitos ao nosso cônego. (1875/CdP)
- 29) – Mas ao menos prometa que há de vir à nossa casa, disse D. Pulquéria.
– *Se me permitem essa honra...*
- 30) – Não permitimos, exigimos, disse Rodrigo. (1874/CdP)

O autor, *se não me engano*, era Goethe e dizia mais ou menos isto: “A coisa mais funesta: a ignorância em atividade”. (1982/CdP)

Nessas construções, observam-se restrições em modo, sujeito e significado, quando comparados os dados mais antigos encontrados com os mais recentes. Essas restrições serão expostas na próxima seção ao tratar, especificamente, dos estágios da trajetória de insubordinação proposta por Evans (2007).

5 Estágios da trajetória de insubordinação: do século XVI ao século XX

Embora os textos disponíveis nos *corpora* alcancem do século XIII ao século XX, somente foram encontrados casos de construções insubordinadas a partir do século XVI. O primeiro caso encontrado ocorre entre 1500 e 1517 (ocorrência (8)). A partir daí, observam-se diferentes estágios de insubordinação (EVANS, 2007, p. 370) ocorrendo ao longo dos séculos, concomitantemente aos usos subordinados:

Uso subordinado

- 31) *Se esse fazer-se ido para a natureza for por algum descontentamento, encomendando-vos que o mandeis buscar, e com as melhores palavras que puderdes o façais ir, e também lhe fale dom Pero, pois é seu amigo, e por seu respeito folgava de ir.* (1533/CTB_d_001)

Uso insubordinado

- 32) [character: Pinerfo][3281] Nunca vi velho tam quente do miolo, parece-me se to para o filho que o comera òs dentes. [3282] *Se Calidônio ora soubesse o perigo em que o seu andou!* (1562/CTB_f_002)

A classificação das ocorrências encontradas segue os critérios estabelecidos por Evans (2007) para cada estágio da trajetória de insubordinação. Construções que não restringem ou direcionam a interpretação do material elíptico a um sentido específico configuram o que o autor propõe como segundo estágio de insubordinação, de elipse, ilustrado com os seguintes casos:

- 33) [character: Ardélío][1636] Queres que vá ele lá dar contigo?
[character: Júlio][1637] *Se o nam tomar por trabalho.*
[character: Ardélío][1638] A tua casa?
[character: Júlio][1639] Si. (1562/CTB_f_002)
- 34) LAUDELINA – Ai, o Frazão aqui! Por que não aproveita a nossa vinda e não pede ao empresário que leve a sua peça?
PANTALEÃO – *Se ele quiser...* O drama está montado... os cenários e vestuários estão no teatro. (1904/CdP)

Construções capazes de expressar diferentes valores que se acrescentam ao de condicionalidade, como desejo, oferta, aviso, pedido, etc., atendem às condições do terceiro estágio da trajetória, de elipse convencionalizada, como, por exemplo:

Desejo

- 35) Neste fundo essencial de nossas almas queria a Vossa Mercê submersa pregada, sobrelevada, transfundida, e tão morta, que só em Deus ficara. Oh! se quisesse Deus que o pudesse acabar! (1674/CTB_c_003)

Advertência

- 36) – Dize para mim, Jorge: é verdade que Dom Lourenço deu cabo da vida?
– Quem te contou isto? *Se Dona Nhanhá te ouve dizer estas coisas..* (1977/ Cdp)

Foram atestados, ainda, três casos particulares que configuram o quarto estágio de insubordinação: *se me [DAR] licença*, *se me [PERMITIR]* e *se não me engano*. São casos altamente especializados em termos de forma e função e independentes do ponto de vista semântico-pragmático. As ocorrências dessas três construções obtidas nos *corpora* demonstram diferentes estágios da trajetória de insubordinação, que ocorrem durante o período investigado, e evidenciam uma possível sucessão compatível com o processo de construcionalização (nos termos de Evans, 2007).

5.1 Se me [DAR] licença

O caso dessa construção condicional é capaz de ilustrar a hipótese de Evans (2007) sobre a origem da construção insubordinada a partir de uma oração originalmente subordinada. Foram encontrados casos em que se observa uma relação sintática de dependência e sentido literal de permissão, anteriores ao aparecimento dos casos de insubordinação. Nota-se que, após o processo de insubordinação, a construção passa a ocorrer também relacionada a outros enunciados, mas com forma e significado já especializados. Para casos como esses, Kaltenböck (2016) afirma que é importante fazer distinção entre construções governadas sintaticamente por aquelas que as acompanham e não governadas, independentes do ponto de vista semântico-pragmático.

Inicialmente, o emprego dessas construções permitia tempos verbais no modo sub-

juntivo, expressando hipótese a partir da condição marcada na oração subordinada para a realização da ação da oração principal. Nesses casos, as construções parecem obedecer necessariamente ao esquema proposicional *se p, q*. A mudança em tempo-modo começa a dar sinais em aproximadamente 1800, com variações de tempo no modo subjuntivo e alguns casos com uso do modo indicativo. No mesmo século, surgem os primeiros casos de construção insubordinada, concomitantemente aos usos subordinados prototípicos.

A restrição das formas verbais, sujeito e significado são fortes indicadores de um processo de mudança, o qual pode ter dado origem à forma insubordinada da construção *se me [dar] licença*, podendo apresentar variação entre o verbo no presente do indicativo, *dá*, e futuro do subjuntivo, *der*. Nota-se uma transição do domínio sentencial para o domínio pragmático no desenvolvimento dessa construção, que pode ser sustentada pelos seguintes fatores: i. casos em que a construção ocorre sintaticamente desvinculada de outra construção, apresentando maior dependência do contexto pragmático para interpretação; ii. casos em que se tem uma função específica, nesse caso, de expressão de polidez, na atuação dessa construção, operando principalmente na interação falante/ouvinte. Uma vez que a condição de ter licença/permissão deixa de ser limitante para a realização da ação expressa na oração principal, observa-se que a construção deixa de seguir o esquema proposicional *se p, q*.

Podemos ilustrar esse processo de mudança com a seguinte trajetória:

- 37) Meu Deus e meu Senhor, *se me deres licença que nesse Céu furtasse alguma cousa, nem a glória furtaria nem a bem aventurança; só uma cousa furtara, e esta é o vosso amor.* (1631/CTB_c_003)
- 38) – E vens.. para ficar? – perguntou o doente com uma inflexão de alegria quase infantil.
– *Se me der licença que fique..*
– Se te der licença, filha (...) Não, Berta; não é aqui o teu lugar. (1871/CdP)
- 39) – Eu espero que aquele vadio se não demore muito
– *Se a estanqueira der licença..*
Ficou a passear na sala, nervosa, com aquela ideia. Deixar-se namorar pela estanqueira, e a mulher do delegado, e as outras! (1878/CdP)
- 40) Limoeiro – (Para Henrique) Quanto a ti, deves estar estafado da viagem [...] Vai mudar de roupa.
Henrique – (A Chico Bento) *Se me dá licença.* (1881/CdP)

5.2 Se me [PERMITIR]

De modo semelhante à construção anterior, a construção *se me permite* parece passar por uma especialização, com estágios distintos de desenvolvimento coexistindo ao longo dos séculos. O primeiro uso encontrado nos *corpora* é do século XVII e funciona como um comentário, ou intervenção do falante, com função interpessoal:

- 41) Enfim, senhor, que nem a comunicação natural, que é do direito das gentes, *se me permite*, como se esse desterro fora excomunhão, sendo que ainda nessa exceptuada a necessidade e a utilidade. (1626-1692/CdP)

Nos séculos seguintes, encontram-se usos subordinados e insubordinados coexistindo, que apresentam variações em tempo e modo verbais, sujeito e função:

- 42) CLEMENTINA – O que quer?

JÚLIO – Eu.. (Fica enleado. Alguns momentos de silêncio) [...] *Se me permitisse..* (Mesmo jogo)

CLEMENTINA – O senhor está tão ansiado. (1844/CdP)

- 43) ÚRSULA – E agora? como está d^a. Helena?

CLARIMUNDO – Dorme sossegada.

ÚRSULA – *Se o permite, esperarei que ela acorde.* (1870/CdP)

- 44) – Mas ao menos prometa que há de vir à nossa casa, disse D. Pulquéria.

– *Se me permitem essa honra..*

– Não permitimos, exigimos, disse Rodrigo. (1874/CdP)⁵

- 45) – Respeito muito a opinião de vossa excelência, mas *se me permite..* Sim, digo eu, os párocos na cidade são-nos dum grande serviço nas crises eleitorais. Dum grande serviço! (1875/CdP)

Em (43), observa-se uso subordinado que respeita o esquema proposicional *se p, q*, em que p é condição necessária para q. Nesse caso, o sentido literal de permissão é mantido, bem como a condicionalidade original da oração. Os casos (42), (44) e (45) ca-

⁵ Ocorrência já utilizada no exemplo de número 29.

racterizam construções insubordinadas que podem expressar, respectivamente, desejo/expectativa por parte do falante, pedido e polidez para introduzir uma réplica/refutação a um enunciado precedente.

Durante esse século, as ocorrências de construções insubordinadas encontradas apresentam verbo conjugado no pretérito imperfeito do modo subjuntivo e no presente do modo indicativo, este último sendo também encontrado nos usos subordinados. O sujeito varia entre plural e singular da segunda pessoa do discurso (você/vocês). Em relação aos objetos, observa-se a ocorrência de *me* (a mim) e também do pronome oblíquo *o*, de terceira pessoa.

Os casos que funcionam como uma estratégia de polidez, como em (45), ocorrem no fim do século XIX nos *corpora*:

- 46) Quem vira a visagem fora o assombro dele. *Se lhe permitia a franqueza*, fora a sua cobardia. E no mistério ficou a visagem. (1892/CdP)

O falante se vale da construção em (46) justamente para introduzir um ato ameaçador da face. Assim, a construção funciona como uma estratégia de polidez, no sentido de que é utilizada para amenizar o julgamento colocado em seguida. Como se nota, o falante se refere a outro sujeito, marcado pelo pronome oblíquo átono de terceira pessoa. A partir de então, outros casos como esse foram encontrados nos *corpora*, de usos frente a atos ameaçadores da face, que podem, em alguma medida, julgar uma atitude, ou qualquer característica, referente a outro sujeito do qual se fala no discurso:

- 47) Os três Inimigos da alma, da Cartilha, os três sinistros colegas – Mundo, Diabo e Carne – que de braço dado rondam em volta da humanidade, à caça das almas indefesas, ou nunca ousaram aproximar-se deste varão impecável, ou, se o fizeram, foram vergonhosamente escorraçados, como ratos – *se me permitem a comparação* – surpreendidos sobre um velho pedaço de queijo. (1925/CdP)

- 48) Gens: Muito bem dito, Sara, *se me permite*. (1988/CdP)

Os quatro estágios de insubordinação foram identificados no desenvolvimento dessa construção e podem ser ilustrados a partir dos casos (43), (42), (44) e (45), que

coexistem durante o mesmo século e ilustram, nessa ordem, uma possível trajetória de insubordinação, de acordo com a proposta de Evans (2007). Por essa trajetória é possível observar gradualmente o esvaziamento do sentido literal de permissão e da condicionalidade ao passo que a construção passa a expressar outros valores e a funcionar como um mecanismo de polidez na interação falante/ouvinte.

5.3 Se não me engano

No que diz respeito a essa construção, embora apresente a forma de uma insubordinada, ocorre sempre relacionada a algum enunciado, o qual parece ser modalizado por ela em relação ao grau de certeza do falante (OLIVEIRA, 2008). Tal função é atestada já no século XVI, juntamente de outros casos de subordinação.

Esse tipo de construção é o que Kaltenböck (2016) descreve como construção elaborativa, que configura comentário, esclarecimento ou avaliações do falante em relação ao enunciado, sendo, assim, dependente do cotexto:

- 49) Daqui nasceram, *se me não engano*, os anagramas, tão exercitados em França, que abraçam o nome, ou pensamento da pessoa com diferentes palavras, mas com as mesmas letras (1675-1754/CTB_a_002)

A partir dos dados obtidos, observa-se que tal construção apresenta algumas variações de forma e de significado até chegar em seu estado mais atual, fixa em primeira pessoa do singular com verbo flexionado no presente do indicativo. As variações incluem as combinações [me não] e [não me], que concorrem até o início do século XX; o sujeito, que varia entre primeira e terceira pessoa do singular, e o tempo verbal, encontrado no presente e passado do indicativo.

Os casos de subordinação encontrados nos *corpora* são capazes de expressar o sentido literal do verbo *enganar*, que, quando passa a ser flexionado no presente do indicativo, se torna reflexivo e expressa modalização epistêmica, com sentido de equivocar-se. Acredita-se que a forma cristalizada da construção tenha tido origem a partir do uso subordinado, que passa por um processo de mudança anteriormente ao que os registros alcançam:

- 50) Oh se quisera a ventura, que agora o encontrasse! *Mas se me não engana a vista, lá vejo vir um cavaleiro: ele é sem dúvida; apressar-me quero.* (1744/CTB_s_004)

- 51) Pois eu, *se me não engana o tato, acho a barriga de Vossa Mercê tão dura, que cuido tem dentro dela um calhau.* (1744/CTB_s_004)
- 52) Há dous annos que aqui estou, promettendo-se-me sempre promoção e adiantamento, à qual, *se me não engano*, tenho tanto direito como os mais que todos sem excepção tem sido promovidos. (1835/CTB_g_003)
- 53) – Ele teve aqui. Tomou guaraná e comeu um sanduíche de queijo. Perguntei se tava a passeio, respondeu ter vindo visitar um tio. Era do Recife, *se não me engano.* (1987/CdP)

De acordo com essas evidências, considera-se que esses casos apresentados são capazes de ilustrar apenas dois dos quatro estágios da trajetória de insubordinação de Evans (2007), a saber, a subordinação e a convencionalização. Como não foram encontrados estágios intermediários nos *corpora*, supõe-se que seja em virtude de seu alcance, uma vez que os usos insubordinados convencionalizados aparecem já no século XVI e co-ocorrem com os usos subordinados.

6 Considerações finais

A investigação do funcionamento de construções condicionais insubordinadas com a conjunção *se* nos *corpora* diacrônicos permitiu atestar diferentes estágios de insubordinação nessas construções e possíveis processos de mudança pelos quais construções particulares podem ter passado até atingirem seu estado mais especializado, o que, até então, era uma lacuna para o tratamento do fenômeno no português.

Observa-se que existem restrições formais e funcionais no uso dessas construções, que fazem com que passem a expressar outros valores específicos que são determinados no uso. Tal fato sugere que a propriedade de composicionalidade é de fato um forte indicador do grau de insubordinação, tendo em vista que, num contínuo de convencionalização, as construções mais especializadas são as mais independentes em relação ao contexto (HIRATA-VALE, 2015).

A proposta de Evans (2007), embora tenha sido reavaliada por outros autores, especialmente a respeito da elipse no processo de insubordinação, se mostra aplicável para tratar das condicionais insubordinadas com *se* no português. Os dados recolhidos nos

corpora, dentre os séculos XVI e XX, demonstram a existência dos diferentes estágios de insubordinação ocorrendo simultaneamente, além de evidenciar a especialização de casos particulares que passam a atuar exclusivamente sobre a relação interpessoal falante/ouvinte e parecem ter tido origem a partir de orações originalmente subordinadas. Nesses casos particulares, a CCI parece funcionar exclusivamente como mecanismo de polidez no discurso, no caso das construções apresentadas em 5.1 e 5.2, e modalizador epistêmico em 5.3.

Os estudos acerca das construções condicionais insubordinadas demonstram, ainda, a necessidade de explorar outros desdobramentos em seu desenvolvimento. Como mostram os diversos trabalhos sobre o fenômeno, construções insubordinadas apresentam traços protótipicos de orações subordinadas e funcionamento independente, característico de orações principais. As condicionais, em particular, evidenciam traços pertencentes à instância da condicionalidade e também de outras instâncias de valores que são capazes de expressar, que se sobrepõem à condicionalidade no uso insubordinado. Nesse sentido, sugere-se para trabalhos futuros a organização e análise dessas construções em estruturas de rede, conforme a concepção da Gramática de Construções da língua como uma rede interconectada de construções, para que se possa apreender relações estabelecidas entre diferentes construções que resultam em suas características formais e funcionais particulares.

Acredita-se que os estudos sobre o fenômeno da insubordinação contribuam não só para a compreensão dos processos relacionados a ele, como também de outros processos de articulação de orações.

Agradecimentos

Este artigo é decorrente de projetos realizados com auxílios da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, a quem as autoras agradecem (FAPESP Processo 2018/07734-3; Processo 2018/24455-0; Processo 2013/24523-2; Processo 2016/05224-2).

Referências

- ANTHONY, L. *AntConc* (Version 3.5.9) [Computer Software]. Tokyo, Japan: Waseda University. 2020. Disponível em: <https://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>
- DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do português: 45 million words, 1300s-1900s*, 2006. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.

- DEBAISIEUX, J.; MARTIN, P.; DEULOFEU, H. Apparent insubordination as discourse patterns in French. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Org.) *Insubordination, theoretical and empirical issues*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2019. p. 349-383.
- DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em língua portuguesa*. Campinas: Pontes, 2011.
- DECAT, M. B. N. O 'desgarramento' como estratégia de focalização em língua portuguesa. *Anais do II Seminário do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações*, Niterói, v. 1, n. 2, 2019.
- D'HERTEFELT, S.; VERSTRAETE, J. Independent complement constructions in Swedish and Danish: Insubordination or dependency shift? *Journal of Pragmatics*, n. 60, p. 89-102, 2014.
- EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (Org.). *Finiteness: theoretical and empirical foundations*. Oxford University Press, 2007. p. 366-431.
- GALVES, C.; ANDRADE, A. L.; FARIA, P. Corpus histórico do português Tycho Brahe, 2017. Disponível em: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>.
- GOLDBERG, A. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure (Cognitive theory of language and culture)*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GRAS, P. *Gramática de construcciones en interacción*. Propuesta de un modelo y aplicación al análisis de estructuras independientes con marcas de subordinación en español. 2011. 580 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Barcelona, Barcelona, 2011.
- HIRATA-VALE, F. B. M. *O processo de insubordinação nas construções condicionais do português do Brasil*. Relatório Científico de Estágio Pós-Doutoral. Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 2015.
- HIRATA-VALE, F. B. M. Construções condicionais insubordinadas no português: usos metatextuais. *Estudos Linguísticos*, v. 46, n. 1, p. 83-97, 2017.
- HIRATA-VALE, F. B. M. Construções completivas insubordinadas subjetivas-modais no português brasileiro. *Estudos Linguísticos*, v. 49, n. 1, p. 297-311, 2020.
- HIRATA-VALE, F. B. M.; OLIVEIRA, T. P.; SILVA, C. F. Construções insubordinadas no português do Brasil: completivas e condicionais em análise. *Odisseia*, v. 2, p. 25-41, 2017.
- KALTENBÖCK, G. On the grammatical status of insubordinate if-clauses. In: KALTENBÖCK, G.; KEIZER, E.; LOHMANN, A. (Org.): *Outside the clause: form and function of extra-clausal constituents*. Amsterdam: John Benjamins, 2016. p. 341-377.
- KALTENBÖCK, G. Delimiting the class: A typology of English insubordination. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Org.) *Insubordination, theoretical and empirical issues*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2019. p. 169-198.
- KALTENBÖCK, G.; HEINE, B.; KUTEVA, T. On thetical grammar. *Studies in Language*, v. 35, n. 4, p. 848-893, 2011.

LINDSTRÖM, J.; LAURY, R.; LINDHOLM, C. Insubordination and the contextually sensitive emergence of if-requests in Swedish and Finnish institutional talk-in-interaction. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Org.) *Insubordination, theoretical and empirical issues*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2019. p. 55-79.

MITHUN, M. The extension of dependency of beyond sentence. *Language*, v. 84, n. 1, p. 69- 119, 2008.

MITHUN, M. Sources and mechanisms. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Org.) *Insubordination, theoretical and empirical issues*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2019. p. 29-54.

MONTOLÍO, E. ¡Si nunca he dicho que estuviera enamorada de él! Sobre construcciones independientes introducidas por si con valor replicativo. *Oralia: Análisis del discurso oral*, n. 2, p. 37-70, 1999.

OLIVEIRA, T. P. Se não me engano está se gramaticalizando? *Alfa*, v. 52, n. 2, p. 179-193, 2008.

SANSIÑENA, M. S. *The multiple functional load of que. An interactional approach to insubordinate complement clauses in Spanish*. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 2015.

SANSIÑENA, M. S. Patterns of (in)dependence. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Org.) *Insubordination, theoretical and empirical issues*. Berlim: De Gruyter Mouton, 2019. p. 199-239.

SCHWENTER, S. Independent si-Clauses in Spanish: functions and consequences for insubordination. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (Org.) *Dynamics of insubordination*. Amsterdam: Benjamins, 2016. p. 89-112.

STASSI-SÉ, Joceli Catarina. *Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional*. 2012. 194 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, 2012.

TRAUGOTT, E. C. Insubordination in the light of Uniformitarian Principle. *English Language and Linguistics*, v. 21, n. 2, p. 289-310, 2017.

VAN LINDEN, A.; VAN DE VELDE, F. (Semi-)autonomous subordination in Dutch: Structures and semantic-pragmatic values. *Journal of Pragmatics*, v. 22, n. 8, p. 226-250, 2014.



Data de submissão: 30/07/2020

Data de aceite: 14/01/2021